

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

RAQUEL DO NASCIMENTO MARQUES

**Fundamentos epistemológicos da sintaxe portuguesa**

(versão corrigida)

São Paulo

2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

RAQUEL DO NASCIMENTO MARQUES

## **Fundamentos epistemológicos da sintaxe portuguesa**

(versão corrigida)

Tese em cotutela, com vistas à dupla titulação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e à *École Doctorale 622 – Science du Langage – Laboratoire d’Histoire des Théories Linguistiques (UMR 7597)* da *Université Paris Cité*, no âmbito do Convênio Acadêmico Internacional para coorientação de tese de doutorado, para obtenção do título de Doutora em Letras.

Orientadora: Marli Quadros Leite (Universidade de São Paulo)

Coorientador: Bernard Colombat (Université Paris Cité)

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M357f Marques, Raquel do Nascimento  
Fundamentos epistemológicos da sintaxe portuguesa  
/ Raquel do Nascimento Marques; orientadora Marli  
Quadros Leite ; coorientador Bernard Colombat  
- São Paulo, 2022.  
394 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área  
de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. História das ideias linguísticas. 2. Gramáticas  
portuguesas (séculos XVI-XIX). 3. Gramáticas  
brasileiras (século XIX). 4. Universalidade e  
generalidade. 5. Sintaxe : concordância e regência.  
I. Leite, Marli Quadros, orient. II. Colombat,  
Bernard, coorient. III. Título.



**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA TESE**

**Termo de Anuência dos orientadores**

**Nome da aluna: Raquel do Nascimento Marques**

**Data da defesa: 30/11/2022**

**Nome do Prof.a orientadora: Marli Quadros Leite (Universidade de São Paulo)**

**Nome do Prof. coorientador: Bernard Colombat (Université Paris Cité)**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 25/01/2023

Marli Quadros Leite

*Assinatura da orientadora*

Paris, 25/01/2023

Bernard Colombat

*Assinatura do coorientador*

MARQUES, Raquel do Nascimento. **Fundamentos epistemológicos da sintaxe portuguesa**. Tese em cotutela, visando dupla-titulação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e à *École Doctorale 622 – Science du Langage – Laboratoire d’Histoire des Théories Linguistiques (UMR 7597)* da *Université Paris Cité* para obtenção do título de Doutora em Letras.

Aprovado em: 30/11/2022

Banca Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marli Quadros Leite (Orientadora)

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr. Bernard Colombat (Orientador)

Instituição: Université Paris Cité

Julgamento:

Assinatura:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nathalie Fournier

Instituição: Université Lumière Lyon 2

Julgamento:

Assinatura:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sylvie Archaimbault

Instituição: Sorbonne Université

Julgamento:

Assinatura:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diana Luz Pessoa de Barros

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr. Jean-Marie Fournier

Instituição: Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr. Ronaldo de Oliveira Batista

Instituição: Universidade Presbiteriana Mackenzie

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr. Gonçalo Fernandes

Instituição: Universidade de Trás os Montes e Alto Douro

Julgamento:

Assinatura:

À minha mãe,  
Maria de Jesus do Nascimento Marques (*in memoriam*)

Das utopias  
Se as coisas são inatingíveis... ora!  
Não é motivo para não querê-las...  
Que tristes os caminhos, se não fora  
A mágica presença das estrelas.  
(Mário Quintana)

Tudo passa  
Todas as coisas na terra passam. Os dias de dificuldade passarão. Passarão também os  
dias de amargura e solidão. As dores e as lágrimas passarão. As frustrações que nos  
fazem chorar, um dia também passarão.  
(Chico Xavier)

## **Agradecimentos**

Aos meus diretores de tese, Sra. Marli Quadros Leite e Sr. Bernard Colombat, que concordaram em supervisionar este trabalho, viabilizaram minha cotutela entre a Universidade de São Paulo e a Universidade Paris Cité, agradeço pelas orientações e pelo apoio. Expresso minha gratidão especialmente ao Sr. Bernard Colombat por ter me recebido no Laboratório de *Histoire des Théories Linguistiques* (UMR 7597) em Paris, em 2019. Agradeço-lhe por toda ajuda, pelo incentivo, por sua precisão, por sua generosidade e por sua paciência durante o desenvolvimento desta tese.

Aos Srs. Manoel Mourivaldo S. Almeida, Paulo Roberto G. Segundo e Phablo Roberto M. Fachinaux, professores do Programa de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo, bem como aos funcionários do DLVC e da CPG-FFLCH pela assistência com questões administrativas.

À Capes pela bolsa de estudos concedida e pelo apoio financeiro durante oito meses de estágio de cotutela na Universidade Paris Cité.

Aos membros da *École Doctoral 622 (Science du langage)* e do Laboratório de *Histoire des Théories Linguistiques* (UMR 7597) pelo acolhimento durante os dez meses de estágio de cotutela, pelo apoio material e humano, presencialmente e remotamente. Agradeço às senhoras Ioana Chitoran, Diretora da *ED 622*, Anne Grondeux, Diretora do Laboratório de *HTL* (UMR 7597), Camille Faivre, responsável pelos recursos documentais, e Magali Picone, gestora.

Ao Sr. Jean-Marie Fournier por seus preciosos conselhos.

Às Sr.as Diana Luz P. de Barros, Nathalie Fournier, Sylvie Archaimbault, e aos Srs. Jean-Marie Fournier, Ronaldo de O. Batista e Gonçalo Fernandes por terem aceitado participar do júri de minha tese.

Aos Srs. Mercedes Hackerott e Jorge V. de Moraes pelas sugestões durante meu exame de qualificação na Universidade de São Paulo.

Aos meus colegas e amigos Norma Romanelli e Benoit Vezin pelas discussões, trocas e conselhos.

Ao Sr. Lionel Féral por seu trabalho de tradução, bem como por sua atenção, paciência e precisão durante minha preparação para o exame de proficiência em língua francesa.

À minha família. Em primeiro lugar à minha mãe (*in memoriam*) por suas lições de perseverança e por me dar forças para chegar até aqui. Agradeço especialmente ao meu esposo Raimundo por todo apoio, pela compreensão, pelas palavras de conforto nos momentos difíceis e por compartilhar comigo os bons momentos. Agradeço também aos meus irmãos Daniel, Valério e Soraia pela presença, apesar da distância.

Aos meus amigos Marina, Amanda, Fernanda, Dolores, Antônio e Percy pelo ouvido atento e pelo apoio e a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho.



## Resumo

Esta tese trata dos temas fundadores das gramáticas portuguesas: o universal e o geral. As gramáticas da língua portuguesa publicadas entre os séculos XVI e XIX baseiam-se epistemologicamente na universalidade implícita do modelo greco-latino, que é o modelo comum aplicado na descrição das línguas vernáculas, no Ocidente, a partir do Renascimento, e na generalidade assumida da teoria da gramática geral francesa, que se fez sentir sobretudo no século XIX. Para determinar como estes modelos fundamentais refletem na sintaxe do português, mais precisamente no par concordância/regência, analisamos primeiro, no longo termo, as noções de universalidade e generalidade. Em seguida, estudamos o conceito de sintaxe em gramáticas latinas e francesas, que constituem a base teórica das gramáticas portuguesas. Por fim, examinamos a sintaxe em gramáticas portuguesas publicadas em Portugal (séculos XVI-XIX) e no Brasil (século XIX). Nossa reflexão baseia-se em um corpus representativo (Colombat, 1998) e inscreve-se no quadro metodológico da história serial (Auroux, 2008), que entende a história como uma questão de dimensões e de relações entre essas dimensões (Auroux, 2006). As análises revelam, em primeiro lugar, o prevalecimento do modelo gramatical latino para a gramática portuguesa, tendo essa última absorvido tardia e progressivamente as doutrinas da gramática geral francesa, por isso sua configuração eclética. Elas revelam também que a adaptação do modelo da gramática latina e da geral francesa à sintaxe portuguesa possibilitou o desenvolvimento do aparato terminológico e conceitual, bem como a reestruturação da sintaxe da gramática portuguesa, como observado na gramática de Barbosa (1822). O gramático português inclui nessa nova reestruturação a categoria da proposição integrante, concebida como aquela que completa o sentido do verbo da proposição principal. Essa categoria sistematizada será retomada pelo gramático brasileiro Duarte, em 1829.

**Palavras-chave:** História das ideias linguísticas. História da gramática portuguesa. Universalidade. Generalidade. Sintaxe. Concordância. Regência.

## Abstract

This thesis deals with the founding themes of Portuguese grammars: the universal and the general. The grammars of the Portuguese language published between the 16th and 19th centuries are epistemologically based on the implicit universality of the Greco-Latin model, which is the common model applied in the description of vernacular languages, in the West, from the Renaissance, and on the assumed generality of the theory of general French grammar, which made itself felt especially in the 19th century. To determine how these fundamental models are reflected in the Portuguese syntax, more precisely in the agreement/regency pair, we first analyze, over a long period, the notions of universality and generality. Then we study the concept of syntax in Latin and French grammars, which constitute the theoretical basis of Portuguese grammar. We finally examine the syntax in the Portuguese grammars published in Portugal (16th-19th centuries) and in Brazil (19th century). Our reflection is based on a representative corpus (Colombat, 1998) and falls within the methodological framework of serial history (Auroux, 2008), which understands the history as a question of dimensions and

relationships between these dimensions (Auroux, 2006). First, the analysis reveals the prevalence of the Latin grammatical model in Portuguese grammar, the latter having belatedly and gradually absorbed the doctrines of general French grammar, and therefore presents an eclectic configuration. They reveal that the adaptation of the model of Latin grammar and general French grammar to the Portuguese syntax enabled the development of the terminological and conceptual apparatus, as well as the restructuring of the syntax of Portuguese grammar, as observed in Barbosa's grammar (1822). The Portuguese grammarian includes in this new restructuring the category of the *proposição integrante*, which is conceived as a clause that completes the meaning of the verb of the main clause. This systematized category will be retaken by the Brazilian grammarian Duarte, in 1829.

**Keywords:** History of linguistic ideas. History of Portuguese grammar. Universality. Generality. Syntax. Concordance. Regency.

## Résumé

Cette thèse porte sur les thèmes fondateurs de la grammaire portugaise : l'universel et le général. Les grammaires de la langue portugaise publiées entre le XVI<sup>e</sup> et le XIX<sup>e</sup> siècle se fondent épistémologiquement sur l'universalité implicite du modèle gréco-latin, qui est le modèle commun appliqué dans la description des langues vernaculaires, en Occident, à partir de la Renaissance, et sur la généralité assumée de la théorie générale de la grammaire française, qui s'est fait sentir surtout au XIX<sup>e</sup> siècle. Afin de déterminer comment ces modèles fondamentaux se reflètent dans la syntaxe portugaise, plus précisément dans la paire convenance/régime, nous analysons d'abord, sur une longue période, les notions d'universalité et de généralité. Nous étudions ensuite le concept de syntaxe dans les grammaires latines et françaises, qui constituent la base théorique des grammaires portugaises. Nous examinons enfin la syntaxe dans les grammaires portugaises publiées au Portugal (XVI<sup>e</sup> - XIX<sup>e</sup> siècles) et au Brésil (XIX<sup>e</sup> siècle). Notre réflexion s'appuie sur un corpus représentatif (Colombat, 1998) et s'inscrit dans le cadre méthodologique de l'histoire sérielle (Auroux, 2008), qui appréhende l'histoire comme une question de dimensions et de relations entre ces dimensions (Auroux, 2006). Les analyses révèlent tout d'abord la prévalence du modèle grammatical latin pour la grammaire portugaise, cette dernière ayant tardivement et progressivement absorbé les doctrines de la grammaire générale française, d'où sa configuration éclectique. Elles révèlent ensuite que l'adaptation du modèle de la grammaire latine et de la grammaire française générale à la syntaxe portugaise a rendu possible le développement de l'appareil terminologique et conceptuel, ainsi que la restructuration de la syntaxe de la grammaire portugaise, tel que montré dans la grammaire de Barbosa (1822). Le grammairien portugais inclut dans cette nouvelle restructuration la catégorie de la *proposição integrante* [proposition intégrante], conçue comme celle qui complète le sens du verbe de la proposition principale. Cette catégorie systématisée sera reprise par le grammairien brésilien Duarte, en 1829.

**Mots-clés :** Histoire des idées linguistiques. Histoire de la grammaire portugaise. Universnalité. Généralité. Syntaxe. Concordance. Régime.

## Lista de quadros

|   |         |
|---|---------|
| Quadro 1 - Mudança terminológica dos termos <i>grammatikē e grammatistēs</i> .....                      | 28      |
| Quadro 2 - Classificação da elocução.....   | 34      |
| Quadro 3 - Árvore de Porfírio I.....  | 45      |
| Quadro 4 - Árvore de Porfírio II.....   | 46      |
| Quadro 5 - Síntese dos termos utilizados por Boécio.....  | 49      |
| Quadro 6 - Síntese dos termos utilizados por Abelardo.....  | 54      |
| Quadro 7 - Síntese dos termos utilizados por Avicena.....   | 57      |
| Quadro 8 - Síntese dos termos utilizados por Ockham.....  | 61      |
| Quadro 9 - Síntese dos conceitos de <i>universal</i> .....  | 62      |
| Quadro 10 - Sequência do processo de construção do conhecimento de acordo com a teoria modista.....     | 70      |
| Quadro 11 - Sistema das classes de palavras.....  | 131     |
| Quadro 12 - Relações pensamento-linguagem/ experiência-pensamento-linguagem...                          | 139     |
| Quadro 13 - Quadro representativo dos conceitos de universalidade e de generalidade no longo termo..... | 146-148 |
| Quadro 14 - Quadro representativo da relação de identidade e de determinação entre as palavras.....     | 190     |

## Abreviações

CTLF = *Corpus des textes linguistiques fondamentaux* (<http://ctlf.ens-lyon.fr>).

GGR = [ARNAULD Antoine et LANCELOT Claude] (1660), *Grammaire générale et raisonnée*, Paris : Pierre Le Petit, 1676.

LAP = [ARNAULD Antoine et PIERRE Nicole] (1662), *La logique, ou l'Art de penser*, Paris : Gallimard, 1992.

NML = [LANCELOT Claude] (1662), *Nouvelle méthode pour apprendre facilement la langue latine*, 6<sup>e</sup> éd., Paris : Le Petit Pierre, 1662.

NMG = [LANCELOT Claude] *Nouvelle méthode pour apprendre facilement la langue grecque*. 9<sup>e</sup> éd., Paris : Robert & Nicolas Pepib, 1696.

NME = [LANCELOT Claude] *Nouvelle méthode pour apprendre facilement et un peu de temps la langue espagnole*. 5<sup>e</sup> édition. Bruxelles : Eug. Henry Fricx, 1676.

NMI = [LANCELOT Claude] *Nouvelle méthode pour apprendre facilement et un peu de temps la langue italienne*. 3<sup>e</sup> édition. Bruxelles : Eug. Henry Fricx, 1677.

# Sumário

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>14</b>  |
| <b>CAPITULO 1 – UNIVERSALIDADE E GENERALIDADE: REFLEXÃO SOBRE OS ASPECTOS CONCEITUAIS .....</b>  | <b>23</b>  |
| 1.1 UNIVERSALIDADE : VISÃO GERAL E CONSTITUIÇÃO DO PROBLEMA .....  | 23         |
| 1.1.1 A relação entre pensamento e linguagem: do quadro monolíngue ao quadro bilíngue.....   | 23         |
| 1.1.1.1 O caso do grego .....  | 23         |
| 1.1.1.2 <i>Vtraque lingua</i> : os latinos confrontados com o bilinguismo (latim/grego).....   | 33         |
| 1.1.2 A noção de universalidade na Idade Média .....   | 41         |
| 1.1.2.1 A questão dos universais na Idade Média: raízes filosóficas .....  | 42         |
| 1.1.2.2 A concepção de <i>universal</i> na gramática modista de Thomas de Erfurt .....   | 63         |
| 1.1.3 As gramáticas latinas como modelo descritivo estendido .....   | 73         |
| 1.2 GENERALIDADE : A EMERGENCIA DA TEORIA GERAL E A CONCEPÇÃO DO ILUMINISMO.....   | 90         |
| 1.2.1 O homem confrontado com a diversidade linguística .....  | 90         |
| 1.2.2 A generalidade na <i>Grammaire générale et raisonnée</i> (1660) .....  | 95         |
| 1.2.3 A concepção dos gramáticos iluministas sobre a generalidade .....  | 115        |
| 1.2.3.1 Du Marsais .....   | 115        |
| 1.2.3.2 Beauzée .....  | 126        |
| 1.2.4 A concepção de Condillac sobre a generalidade na <i>Grammaire</i> (1775) .....   | 139        |
| <b>CAPITULO 2 – DUAS CONCEPÇÕES DE SINTAXE : A TRADIÇÃO GRECO-LATINA E A BUSCA DA GENERALIDADE.....</b>  | <b>149</b> |
| 2.1 A TRADIÇÃO GRECO-LATINA .....  | 149        |
| 2.1.1 Apolônio: a emergência da sintaxe grega .....  | 149        |
| 2.1.2 Prisciano: o pioneiro da sintaxe latina .....  | 154        |
| 2.1.3 Nebrija: a gramática latina (1481) e a gramática castelhana (1492) .....   | 160        |
| 2.2 A BUSCA DA GENERALIDADE.....   | 170        |
| 2.2.1 Noções de racionalismo linguístico: a <i>Minerva</i> de Sanctius (1587) .....  | 170        |
| 2.2.2 A sintaxe na <i>Grammaire générale et raisonnée</i> (1660) .....   | 174        |
| 2.2.3 A sintaxe dos enciclopedistas .....  | 183        |
| 2.2.3.1 Du Marsais .....   | 183        |
| 2.2.3.2 Beauzee .....  | 194        |
| 2.2.4 A sintaxe na <i>Grammaire</i> (1775) de Condillac .....  | 206        |
| <b>CAPITULO 3 – O PONTO DE VISTA TEORICO DA SINTAXE NA GRAMATICA PORTUGUESA : A UTILIZAÇÃO DO MODELO GRECO-LATINO E DA TEORIA GERAL DA GRAMATICA FRANCESA.....</b> | <b>213</b> |
| 3.1 GRAMATICAS PORTUGUESAS : SECULOS XVI, XVII, XVIII, XIX.....  | 213        |
| 3.1.1 A <i>gramatização</i> do português .....   | 213        |
| 3.1.2 Gramática do século XVI: Barros (1540) .....   | 217        |
| 3.1.3 Gramática do século XVII: Roboredo (1619) .....  | 227        |
| 3.1.4 Gramáticas do século XVIII: Argote (1725), Lobato (1770), Fonseca (1799) .....   | 242        |
| 3.1.4.1 Argote .....   | 242        |

|   |            |
|---|------------|
| 3.1.4.2 Lobato .....  | 257        |
| 3.1.4.3 Fonseca .....   | 264        |
| 3.1.5 Gramáticas do século XIX: Souza (1804), Melo (1818), Barbosa (1822) ..... | 274        |
| 3.1.5.1 Souza .....   | 275        |
| 3.1.5.2 Melo .....  | 291        |
| 3.1.5.3 Barbosa .....   | 305        |
| 3.2 GRAMÁTICAS BRASILEIRAS : SÉCULO XIX.....                                    | 328        |
| 3.2.1 Gramáticas do século XIX : Fortes (1816), Duarte (1829) .....             | 328        |
| 3.2.1.1 Fortes .....  | 328        |
| 3.2.1.2 Duarte .....  | 341        |
| <br>  |            |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>   | <b>357</b> |
| <br>  |            |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>   | <b>377</b> |

## Introdução

### 1. Apresentação do tema

O tema desta tese incide sobre as noções de *universalidade* e de *generalidade* no que diz respeito à sintaxe da língua portuguesa, tal como é tratada em gramáticas publicadas em Portugal entre os séculos XVI e XIX, bem como no Brasil no século XIX. A escolha desse tema decorre de nossa pesquisa de mestrado. Nessa ocasião, estudamos os idiotismos da língua portuguesa que aparecem na gramática de Jeronymo Contador de Argote, *Regras da lingua portuguesa espelho da lingua latina*, publicada em Portugal, em 1721 e 1725. Argote apresenta não apenas regras comuns ao português e ao latim, como também regras específicas ao português. Em seu texto introdutório, o gramático menciona igualmente o “novo método” dos *Messieurs* de Port-Royal. Seu trabalho levou-nos a refletir, por um lado, sobre a natureza “universal” do quadro latino, a partir do qual foram descritas as línguas vernáculas, e, por outro lado, sobre o caráter “geral” veiculado pela *Grammaire générale et raisonnée* (1660), de Arnauld e Lancelot.

Para melhor compreender as diferenças entre as noções de *universalidade* e de *generalidade*, empreendemos então uma pesquisa sobre essas diferenças. Não obstante a vasta bibliografia existente sobre as temáticas, muitas de nossas perguntas ficaram sem resposta, e também observamos que essas duas noções não são confrontadas no mesmo texto. No entanto, atreladas à gramática, elas constituem seu fundamento epistemológico, dando origem a conceitos definitivamente incorporados à ciência linguística. Nesse sentido, nossa pesquisa contribuirá para esclarecer os pontos de convergência e de divergência entre esses termos, bem como a evolução de suas noções na longa duração do tempo. Dessa forma, acreditamos que esse trabalho irá demonstrar alguma originalidade. Além disso, o exame de aspectos da sintaxe portuguesa (concordância e regência), tal como se apresentam nas gramáticas mais representativas de suas épocas, elaboradas a partir do modelo da gramática latina e/ou da gramática geral francesa, será relevante para o conhecimento da *história das ideias linguísticas* aplicadas à língua portuguesa.

Sob o ponto de vista geral, os termos *universal* e *geral* são concebidos como sinônimos, sendo amplamente utilizados em diferentes domínios. Relacionados à

gramática, Padley (1985) e Coseriu (1987) evocam a analogia entre esses termos. Quando Padley (1985, p. 5) refere as principais correntes da teoria gramatical dos séculos XVI e XVII, ele menciona as “theories of general or universal grammar”, admitindo, assim, a conformidade entre esses termos. Essa conformidade também é reconhecida por Coseriu (*ibid.*, p. 187) em sua definição de gramática universal, entendida como uma “teoria dos conceitos gramaticais” e como um “modelo válido para qualquer língua”:

**Por gramática “universal” entendemos aquí aquella gramática que pretende ser universal** en cuanto descripción concreta, adotando, al menos a certo nível<sup>1</sup>, **la misma descripción para todas las lenguas, y a la que sería mejor llamar exclusivamente gramática general.** (Coseriu, 1987, p. 187, grifo nosso)

A analogia entre *universal* e *geral* baseia-se na ideia de totalidade a eles atrelada, como se pode observar nas definições encontradas em dicionários portugueses e franceses do século XVIII:

GERAL. Universal. (Bluteau, 1713, vol. 4, p. 62)  
 UNIVERSAL. Cosa que chega a todos, que abrange tudo. (Bluteau, 1721, vol. 8, p. 556)  
 GERAL, adj. generico, quase universal. §. Em geral; i. e. a maior parte dos indivíduos, das pessoas, das coisas, das vezes. (Silva, 1798, vol. 1, p. 658)  
 UNIVERSAL, adj. que abrange, e compreende a todos os individuos, ou à totalidade da coisa (*Ibid.*, vol. 2, p. 502)

GÉNÉRAL, ALE. adj. Universel. *Reglement general. maxime generale.* (Dict. de l’Académie française, 1718, 2e éd., t. 1, p. 721)  
 UNIVERSEL, ELLE. adjectif. General, qui s’étend à tout, qui s’étend par tout. (*Ibid.*, t. 2, p. 797)  
 GÉNÉRAL, ALE. adj. Universel, ou qui est commun à un très-grand nombre de personnes ou de choses. (Dict. de l’Académie française, 1762, 4e éd., t. 1, p. 812)  
 UNIVERSEL, ELLE. adj. Général, qui s’étend à tout, qui s’étend par tout. (*Ibid.*, t. 2, p. 896)

Apesar da semelhança entre os conceitos, convém notar que Silva (1798, vol. 1, p. 658) utiliza a expressão “quase universal” para caracterizar o termo *geral*, que evoca

---

<sup>1</sup> Para Coseriu (1980, p. 91-94), a linguagem apresenta três níveis: 1. nível universal; 2. nível histórico; 3. nível individual. O primeiro está relacionado à faculdade geral de falar. O segundo, ao falar uma língua determinada historicamente. O terceiro, o nível individual da linguagem, ao discurso realizado por um determinado indivíduo.

a não totalidade das coisas. Essa ideia já aparece na quarta edição do *Dictionnaire de l'Académie Française* (1762, p. 812), antes de ser retomada por Beauzée no artigo *Général, universel* da *Encyclopédie methodique* (1784, t. 2, p. 146), em que refuta a ideia de uma gramática universal. Auroux (1983, p. 2-5) observa que a tradição francesa privilegia a expressão *gramática geral* em detrimento da expressão *gramática universal*, pela própria natureza da expressão. Enquanto a gramática geral se interessa pelos fenômenos comuns ao maior número possível de línguas, a gramática universal considera a exaustividade dos fenômenos linguísticos, o que acaba sendo impossível.

A noção de universalidade, tomada isoladamente, pode ser vinculada aos atributos humanos, a saber, a linguagem e a razão. Com efeito, a linguagem e a razão constituem traços especificamente humanos e, portanto, são naturalmente universais a todos os homens. Essas faculdades são objetos de estudo desde os filósofos gregos. De acordo com Auroux (2007, p. 11-12), Platão estabelece a primeira concepção sobre a natureza da linguagem humana. Para o filósofo grego (*Sophiste* 362a *apud* Baratin e Desbordes, 1981, p. 87), a linguagem só é possível pelo *lógos*, ou seja, pela proposição, formada por duas unidades distintas, *ónoma* e *rhêma*. Aristóteles desenvolve essa concepção, acrescentando à proposição o valor de verdade ou falsidade. Assim, “só existe linguagem ali onde há proposição e asserção, possibilidade de verdadeiro e de falso” (Auroux, 2007, p. 15). Por outro lado, a razão e sua natureza universal encontram seu fundamento internamente e não externamente. Trata-se, portanto, de uma faculdade interna ao sujeito. A razão também tem sido objeto de especulação desde Platão (*Sophiste*, 263e *apud* Baratin e Desbordes, 1981, p. 89). O filósofo grego concebe o pensamento e o enunciado como sinônimos e afirma que o pensamento é um “dialogue intérieur de l’âme avec elle-même, qui se produit sans passer par la voix”. Essa analogia platônica entre o pensamento e o enunciado muda com a distinção apresentada pelos estoicos entre o discurso interior (*logos endiathetos*) e o discurso proferido (*logos prophorikos*), como entidades distintas, a razão sendo anterior ao enunciado (cf. Auroux, 2007, p. 92).

A noção de universalidade também está ligada ao latim. Imposto pelo Império Romano entre os séculos V a.C. e II d.C. (Banniard, 1997, p. 8), o latim tornou-se a língua oficial da administração, da ciência e da religião, permanecendo como tal até o Renascimento, quando as línguas vernáculas passam a ter um lugar de destaque graças ao processo de *gramatização* (Auroux, 2009, p. 40, 65), baseado no modelo da



gramática greco-latina. No entanto, não obstante a valorização dos vernáculos, o latim continua a ser a língua universal da ciência até o final do século XVIII.

Esta evolução coloca, então, os seguintes corolários: 1. a analogia, ou seja, a relação de semelhança entre os termos *universal* e *geral*; 2. a universalidade dos atributos humanos *linguagem* e *razão*; e 3. a universalidade do latim como língua de erudição. Partindo desses corolários, interessa-nos a distinção entre os termos *universal* e *geral*, no que diz respeito à gramática e ao modelo de descrição utilizado, bem como aos seus desenvolvimentos. Nossa pesquisa ultrapassa, portanto, a questão da semelhança entre esses termos e coloca a questão de sua distinção. Nossa hipótese *a priori* é que as noções de *universalidade* e de *generalidade* são distintas. A noção de *universalidade* está ligada ao quadro greco-latino sobre o qual as línguas vernáculas foram descritas e assimiladas no Ocidente<sup>2</sup> e que se naturalizou na longa duração do tempo. A noção de *generalidade*, por sua vez, está ligada à teoria geral estabelecida pelos *Messieurs* de Port-Royal e desenvolvida pelos enciclopedistas. Especificamente, no que diz respeito à sintaxe, a universalidade que configura o modelo greco-latino se realiza na utilização da distinção tradicional *convenance/régime*, sistematizada na gramática latina do Renascimento. De fato, esta oposição não aparece imediatamente, mas gradualmente. Não encontramos em Prisciano, por exemplo, a noção de regência; a *convenance* também não existe, mas sim a noção de *consequentia*, que é mais ampla. A generalidade aparece nas teorias elaboradas na gramática geral, como a teoria da proposição, bem como nos desenvolvimentos e inovações realizados a partir da distinção tradicional, como o par *identidade/determinação*.

Isso posto, formulamos algumas perguntas de pesquisa:

1. Em relação ao latim, sua universalidade é atestada desde o início da expansão do Império Romano? Qual é a relação entre o estatuto do grego e o do latim?

2. No que diz respeito à gramática, a distinção que nós propomos entre as noções de universalidade e de generalidade é implícita ou explícita? Por que, como e em qual contexto essas noções aparecem?

3. No que concerne à sintaxe, como essa distinção se manifesta em gramáticas latinas e francesas? Como isso se reflete em gramáticas portuguesas e brasileiras? Os conhecimentos mudam? Como e por que essas mudanças ocorrem?

---

<sup>2</sup> Note-se que essa concepção é observada em uma determinada parte do mundo, porque existem outras tradições e outras extensões de modelos, por exemplo, da gramática sânscrita e da gramática árabe. Sobre esse tema, veja-se Émilie Aussant (2017), Jean-Patrick Guillaume (1992) e Jean-Luc Chevillard (1992).

Com efeito, sobre a concepção de universal ligada ao quadro da gramática latina, vemos que a aplicação do modelo greco-latino na descrição das línguas vernáculas evoca a universalidade implícita desse modelo, no mundo Ocidental. Essa compreensão está ligada ao fenômeno da *gramatização* (Auroux, 2009) das línguas vernáculas europeias, a partir do Renascimento, com base na estrutura gramatical elaborada para o latim, configurando, assim, o que Auroux (2009, p. 46) denomina *gramática latina estendida* (GLE), ou seja, a transposição das regras da gramática latina às línguas vernáculas. Nesse contexto, as obras gramaticais elaboradas visavam a descrever as regras, baseadas na língua latina, mas capazes de descrever todas as línguas.

Quanto à noção de generalidade, ela pode ser observada na *Grammaire générale et raisonnée* (1660) de Arnauld e Lancelot. Na verdade, essa gramática evoca tanto a noção de universalidade quanto a de generalidade: a universalidade da linguagem e do pensamento e a generalidade da generalização do quadro da gramática latina. Embora elaborada de acordo com a estrutura da gramática latina e pelo uso das categorias desenvolvidas para o latim, a *GGR* distancia-se do modelo greco-latino, apresentando uma mudança de perspectiva em relação aos estudos linguísticos. Efetivamente, vinculada à lógica e à filosofia, a *GGR* visa a explicar as regras próprias à linguagem e às línguas a partir da análise do pensamento, materializado pela proposição lógica. No que diz respeito à sintaxe propriamente dita, os *Messieurs* de Port-Royal utilizam a divisão tradicional convenance/régime. Os artigos de César Chesneau Du Marsais e Nicolas Beauzée, publicados na *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, editados por Diderot e D'Alembert entre 1751 e 1772, bem como na *Grammaire générale* (1767) de Nicolas Beauzée, desenvolvem e renovam profundamente as noções elaboradas na gramática de Port-Royal, e elaboram outras novas, como a noção de *determinação* etc.

Essas concepções repercutiram em muitos países e deram origem a obras diversas. Na Europa e, especificamente, em Portugal, as gramáticas foram elaboradas sobre o modelo da gramática latina, assim como sobre o modelo da gramática geral francesa. Alguns gramáticos simplesmente aplicaram os conhecimentos, enquanto outros retomaram os conhecimentos sobre a generalidade e os trataram teoricamente. O Brasil retoma essa evolução, uma vez que no país foram produzidas obras que seguiram esses dois modelos.

## 2. Apresentação do corpus

Nosso corpus compreende dez gramáticas, oito portuguesas e duas brasileiras, produzidas respectivamente em Portugal e no Brasil. Não se trata de um corpus exaustivo, mas representativo, capaz de “refléter l’état des connaissances ou des techniques mise en jeu à un moment T” (Colombat, 2008, p. 1053). A lista abaixo apresenta essas obras cronologicamente com seus títulos abreviados, o nome dos autores, o local e a data de publicação<sup>3</sup>. Os textos analisados geralmente provêm das edições originais, porque são eles que constam no *Corpus de textes linguistiques fondamentaux* (CTLF). Entretanto, também utilizamos outras edições, como a segunda edição da gramática de Argote, publicada em 1725, durante a vida do autor, porque seu desenvolvimento é mais completo do que na edição original. No caso da gramática de Duarte, não utilizamos a sexta edição publicada em 1877, que consta no CTLF, porque a primeira edição, publicada em 1829, já apresenta uma fundamentação filosófica. Nosso *corpus* reúne, portanto, as seguintes obras portuguesas e brasileiras:

### Gramáticas publicadas em Portugal

1. BARROS, João de. *Grammatica da lingua portuguesa*. Lisboa, 1540.
2. ROBOREDO, Amaro de. *Methodo grammatical para todas as linguas*, Lisboa, 1619.
3. ARGOTE, Jerónimo Contador de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. Lisboa, 1725 [1721].
4. LOBATO, António. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa, 1770.
5. FONSECA, Pedro José da. *Rudimentos da grammatica portugueza*, Lisboa, 1799.
6. SOUSA, Manuel Dias de. *Gramatica portugueza*. Lisboa, 1804.
7. MELO, João Crisóstomo do Couto e. *Grammatica filosofica da linguagem portugueza*. Lisboa, 1818.
8. BARBOSA, Jerónimo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. Lisboa, 1822.

---

<sup>3</sup> Essas obras são temas de *notices* no *Corpus de textes linguistiques fondamentaux* ([CTLF] <http://ctlf.enslyon.fr>), com exceção das duas gramáticas brasileiras, a de Felizardo Fortes e a primeira edição de Antônio da Costa Duarte.

## Gramáticas publicadas no Brasil

1. FORTES, Ignacio Felizardo. *Arte de grammatica portugueza*. Rio de Janeiro, 1816.
2. DUARTE, Antonio da Costa. *Compendio da grammatica portugueza*. Maranhão, 1829.

Selecionamos esse *corpus* de análise por ser representativo das tendências que caracterizam a *universalidade* implícita do modelo gramatical latino e a *generalidade* assumida da teoria geral francesa. As cinco primeiras são gramáticas portuguesas descritas exclusivamente pelo sistema greco-latino e, conseqüentemente, caracterizam o tema da *universalidade*. As três seguintes, também portuguesas, mas de tendência generalista, trazem uma doutrinação sobre a teoria geral e sobre os conceitos gramaticais, marcando, assim, a discussão teórica sobre o tema da *generalidade*. As duas últimas obras são gramáticas publicadas no Brasil e representativas dessas duas tendências: a primeira é descrita pelo modelo greco-latino, por um retorno a esse sistema, e a segunda segue o modelo da gramática geral.

As gramáticas selecionadas caracterizam dois lugares, Portugal e Brasil, em um período relativamente longo (do século XVI ao XIX) e duas correntes: a tradicional da gramática greco-latina (do século XVI ao século XIX, em Portugal; e século XIX, no Brasil) e a da gramática geral (século XIX, nos dois países). Para a tradição portuguesa, consideramos primeiramente a obra *Grammatica da lingua Portuguesa* (1540), de João de Barros. Trata-se da primeira gramática publicada em Portugal a utilizar o modelo “universal” greco-latino para descrever a língua portuguesa e a apresentar, a partir desse modelo, não somente uma descrição completa e sistemática das partes da oração, mas também exemplos e regras explícitas. Por último, tomamos a *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822), de Jeronymo Soares Barbosa, a obra mais representativa da corrente da gramática geral francesa em Portugal e que precede a emergência do método histórico-comparativo nesse país. Esses mesmos critérios aplicam-se, em parte, à escolha das gramáticas brasileiras, porque selecionamos a primeira gramática representativa de cada modelo em análise. A obra *Arte de grammatica portugueza* (1816) de Felizardo Fortes é a primeira gramática brasileira a apresentar uma descrição sistematizada do português (termos teóricos, exemplos e regras), aplicando o modelo

greco-latino. O *Compendio da Grammatica Portugueza* (1829), de Antonio da Costa Duarte, é, por sua vez, a primeira gramática brasileira a ser elaborada com base na teoria geral e filosófica. Vale lembrar que a corrente da gramática geral no Brasil tem seu auge com a *Gramática portugueza philosophica* (1881) de Carneiro Ribeiro, que precedeu a emergência do método comparativo no país.

### 3. Pressupostos teórico-metodológicos

Essa tese inscreve-se no quadro teórico-metodológico da *História das ideias linguísticas* (Auroux, 1986, 2009; Colombat *et al.*, 2017), por ser apropriado às pesquisas que lidam com fatos linguísticos ocorridos na longa duração do tempo, levando em consideração o tempo e o espaço nos quais os saberes sobre a língua e a linguagem foram construídos e desenvolvidos. Conduzimos nossa pesquisa explorando o *horizonte de retrospectão* (Auroux, 2009) dos autores e das obras gramaticais publicadas em Portugal e no Brasil, e que utilizam o modelo greco-latino e/ou as teorias da gramática geral francesa, especificamente no que diz respeito à sintaxe: concordância e regência.

Metodologicamente, apoiamo-nos no princípio da “história serial” (Auroux, 2008, p. 1046), uma vez que realizamos uma investigação serial de fatos linguísticos – conceitos e regras –, apreendidos como eventos contínuos identificados no longo termo. Adotamos também outros princípios metodológicos estabelecidos por Auroux (2006, p. 106). Esses princípios determinam um conjunto de sistemas e parâmetros que enquadram a pesquisa histórica, a saber:

1. um sistema de objetos, que se identifica para nossa pesquisa com a questão da universalidade e da generalidade;
2. um parâmetro temporal, no nosso caso um período que se estende do século XVI ao século XIX;
3. um parâmetro espacial, no qual se inserem os autores e as obras, aqui Portugal e Brasil, considerando também o espaço original do modelo greco-latino e da gramática geral francesa;
4. parâmetros externos que ligam o objeto ao seu contexto, como o fenômeno da *gramatização*, no que diz respeito à *universalidade implícita* do quadro greco-latino, e a revolução científica cartesiana, com o racionalismo de Descartes, também a revisão e a

ampliação dessa teoria pelos gramáticos do Iluminismo, no que diz respeito à *generalidade assumida* da teoria geral da gramática francesa;

5. um sistema de interpretantes, ou seja, os agentes de produção e recepção da gramática e de pesquisa sobre o tema.

Três capítulos estruturam nosso estudo. O primeiro trata da distinção entre as noções de *universalidade* e de *generalidade* desde a antiguidade grega até o surgimento da gramática de Beauzée. Têm-se, assim, uma visão geral da constituição destas noções, verificando a sua aplicação e o seu desenvolvimento. O segundo capítulo estuda a concepção de sintaxe de acordo com a tradição greco-latina e a gramática geral francesa. Apresenta, então, os fundamentos utilizados pelos gramáticos portugueses e brasileiros para sua descrição em suas obras. O terceiro capítulo analisa as gramáticas publicadas em Portugal (do século XVI ao XIX) e no Brasil (no século XIX) e interessa-se pela filiação teórica e pelo desenvolvimento de alguns aspectos da sintaxe, nomeadamente as noções de concordância, regência e construção. O exame das gramáticas escolhidas para o nosso corpus permitirá verificar, por um lado, a transferência do modelo greco-latino e, por outro, a incorporação e utilização, para algumas delas, do modelo de gramática geral francesa.

## **CAPÍTULO 1 - UNIVERSALIDADE E GENERALIDADE: REFLEXÃO SOBRE OS ASPECTOS CONCEITUAIS**

Este capítulo, estruturado em duas partes, tem por objetivo geral mostrar como as noções de universalidade e de generalidade foram representadas e conceituadas na longa duração do tempo, da Antiguidade grega ao século XVIII, no contexto linguístico, filosófico e gramatical. Especificamente, pretendemos não apenas dar um panorama da constituição dessas noções na tradição ocidental, verificando sua aplicação e seu desenvolvimento, mas também as distinguir para compreender como elas foram historicizadas, ou seja, como foram “afetadas pela temporalidade” (Auroux, 2006, p. 110). Assim, na primeira parte, nossa análise estende-se da Antiguidade ao Renascimento. Na Idade Antiga, a noção de universalidade é vinculada ao estatuto da língua grega e à sua relação com a língua latina. Na Idade Média, ela está vinculada ao problema filosófico dos universais e à concepção de universal de Thomas de Erfurt em sua gramática modista. No Renascimento, essa noção está atrelada ao modelo descritivo greco-latino, observado nas gramáticas latinas de Scaliger (1540) e de Sanchez (1587). Na segunda parte, nosso exame segue do Renascimento ao Iluminismo. Desse modo, estudamos primeiro o problema da diversidade linguística tratado por Gessner (1555). Em seguida, tratamos da emergência da teoria geral na *Grammaire générale et raisonnée* (1660), das noções de generalidade e universalidade presentes na gramática. Por fim, abordamos a concepção dos gramáticos Du Marsais, Beauzée e Condillac.

### **1.1 Universalidade: visão geral e constituição do problema**

#### **1.1.1 A relação entre pensamento e linguagem: do quadro monolíngue ao quadro bilíngue**

##### **1.1.1.1 O caso do grego**

A reflexão ocidental sobre a linguagem emergiu na Grécia antiga. Os gregos especularam sobre a natureza da linguagem, sobre sua organização, sobre as categorias utilizadas para representá-la, bem como sobre suas relações com o pensamento e o

significado ou, mais geralmente, a significação. De acordo com Bursill-Hall (1972, p. 6), os gregos começaram suas investigações “do nada”; todavia, Desbordes (1989, p. 157), que examina a análise de Platão sobre a linguagem, lembra que os conhecimentos fornecidos pelo filósofo grego estão fundados em uma tradição anterior. Essa observação leva-nos a refletir sobre a noção de cumulatividade dos conhecimentos proposta por Auroux (1987, p. 1), porque todo conhecimento elaborado em um dado momento só é possível graças a uma reflexão anterior. Esse postulado orienta-nos a pensar que os gregos também aproveitaram ideias já existentes para construir novos conhecimentos.

Para Colombat *et al.* (2017, p. 80-82), no período em que o pensamento linguístico se constituía, a língua grega ainda não despertava grande interesse, ao contrário da linguagem e de suas expressões em forma de discurso. Nesse contexto, o foco estava na explicação dos nomes, sua origem e sua validade (Gambarara, 1989, p. 79), bem como na análise do discurso, ou seja, na análise da fala efetiva das pessoas. Durante esse período, o desenvolvimento do pensamento linguístico é favorecido por duas questões essenciais: a denominação e a relação da linguagem com a realidade (Colombat *et al.*, 2017, p. 80-82). A primeira questão diz respeito à imposição dos nomes, primeiro com o nome próprio do indivíduo, e a segunda, à equivalência entre os nomes e as coisas denominadas. Conforme Colombat *et al.* (2017, p. 81), “a linguagem é, primeiro, percebida como uma nomenclatura, com uma função semântica de referência, e o léxico é concebido como um conjunto de *onomata*: nomes etiquetas que se aplicam a “coisas” de toda natureza”. Os nomes são identificados e definidos por sua relação com a coisa, que é a razão de ser do nome, não obstante o aparecimento progressivo de seu caráter arbitrário (Desbordes, 1989, p. 153).

Os textos clássicos que abordam o problema da linguagem na Grécia antiga ou clássica são o *Crátilo*<sup>4</sup> e *O sofista*, de Platão. No *Crátilo*, Platão examina a origem dos nomes e a questão de saber se a relação entre as coisas e as palavras que as nomeiam é natural (*physei*) e necessária ou apenas resultado de uma convenção (*thesei*) humana. Um diálogo opõe Sócrates a Hermógenes e Crátilo, respectivamente partidários da tese convencionalista e da tese naturalista. Segundo Colombat *et al.* (2017, p. 84), Sócrates considera que as teses de Hermógenes e de Crátilo não respondem às questões postas

---

<sup>4</sup> Escrito por volta do ano de 387 a. C., o *Crátilo* desenvolve um papel central na sistematização de uma reflexão sobre a linguagem na Grécia antiga (Gambarara, 1989, p. 79).



sobre a linguagem e, além disso, se levadas ao extremo, essas teses obstruem a comunicação. Assim, o filósofo ateniense pensa que as palavras não correspondem à realidade das coisas e que todos os enunciados são válidos, mesmo aqueles que contêm um elemento inexato, porque são significativos (Gambarara, 1989, p. 86).

No diálogo *O Sofista*, Platão trata da constituição do enunciado. O ponto central desse diálogo entre o Estrangeiro e Theeteto é o ajustamento e o não ajustamento entre as letras e as palavras. Para o Estrangeiro, algumas letras combinam entre si, outras não, e são as vogais que possibilitam essas uniões no plano fônico. Colombat *et al.* (2017, p. 86) destacam que a gramática é a técnica que analisa e possibilita essa combinação. A propósito dos *onómata*, ou seja, das palavras<sup>5</sup>, o Estrangeiro questiona a concordância entre os termos. Enquanto Theeteto afirma que alguns termos concordam entre si e outros não, o Estrangeiro explica que a realidade existente é expressa por meio de um “gênero duplo”, formado por um nome (*ónoma*) e por um verbo (*rhêma*). O enunciado é, portanto, a união de um nome e de um verbo, já que a reunião de dois ou mais nomes, ou de dois ou mais verbos não formam um *lógos*, ou seja, um enunciado completo.

Uma forma de análise do *lógos* é anterior a Platão. Como explica Desbordes (1989, p. 155), ela é baseada em necessidades práticas e não em simples curiosidade científica. Para essa autora (*ibid.*, p. 161), a originalidade de Platão consiste em introduzir o *ónoma* e o *rhêma* entre a sílaba e o *lógos*, formando o esquema *sílaba-ónoma-rhêma-lógos*. Platão desenvolve, assim, as reflexões anteriores e muda seu sentido. O enunciado passa a ser considerado em sua capacidade de representar corretamente ou não o real. Essa compreensão de que o enunciado é composto de palavras, um nome-sujeito e um verbo-predicado, leva Platão a inaugurar a teoria das partes do discurso e, portanto, a gramática ocidental (Gambarara, 1989, p. 88). Além da gramática, convém lembrar que a dialética e a retórica<sup>6</sup> também são ciências que têm como objeto de estudo a linguagem. Como os gregos consideraram a linguagem sob muitos pontos de vista, eles tornaram-na o objeto de muitas ciências e, assim, surgiram diferentes disciplinas (Desbordes, 1989, p. 179).

---

<sup>5</sup> Esta denominação é dada antes que o termo seja especializado. *Ónoma* primeiro designa a “palavra” em geral, por exemplo em uma nomenclatura, antes de ser especializada no sentido de “nome”, oposto ao “verbo”.

<sup>6</sup> Essas três ciências que formavam o *trivium* medieval foram construídas gradativamente a partir do final do século V. a.C. e encontram seu ponto de equilíbrio e de delimitação por volta do século I. a.C. (Desbordes, 1989, p. 153).

No que diz respeito à língua grega, o conhecimento manifesta-se entre os próprios gregos, primeiro epilinguísticamente e só depois metalinguísticamente<sup>7</sup>. De acordo com Lévy (1991, p. 49), na Grécia antiga, o critério linguístico é tão incerto quanto os critérios políticos e geográficos. A unificação linguística é dada pela *koiné* (κοινή), língua comum falada pelos helênicos e pelos povos helenizados. A *koiné* procede do *ático*, a língua falada em Atenas, embora se distinga por particularidades dialetais (Casevitz, 1991, p. 14). Ela recebeu, contudo, a influência de outros falares regionais gregos (Brixhe, 1990), para tornar-se, no período helenístico<sup>8</sup>, o principal meio de expressão oral e escrita (Frösen 1974 *apud* Brixhe 1990, p. 203)<sup>9</sup>. A *koiné* grega é, nesse período, não apenas a língua de administração, utilizada para facilitar a comunicação e o comércio, mas também a literária, o que a torna a língua por excelência, a “única” falada no domínio natural helênico, bem como nos grandes centros externos como Antioquia, na Síria, e Pérgamo, na Ásia Menor (Humberto, 1972, p. 116-117).

A noção de *koiné* como língua “comum” (*lingua communis*) foi confrontada com a noção de dialeto. O gramático francês Petrus Antesignanus fê-lo nas *Institutiones in linguam Graecam* (1530), onde analisa a gramática grega de Nicolaus Clenardus (Van Rooy, 2016, p. 216-217). Conforme explica Van Rooy (*ibid.*), para Antesignanus, o alcance comunicativo do dialeto, entendido como uma variedade linguística particular de uma dada região, é menor do que a língua comum mais extensa, que é considerada como uma “variedade comum aos falantes dos diferentes dialetos”. Além da *koiné*, a língua comum, Antesignanus apresenta o ático, o jônico, o dórico e o eólico como os principais dialetos da língua grega antiga, os quais são utilizados pelos grandes escritores. Essa exposição sobre os dialetos gregos e a *koiné* levanta a questão de uma consciência linguística entre os gregos. Essa consciência baseia-se apenas em relação às

---

<sup>7</sup> De acordo com Auroux (2009a, p. 17), o conhecimento sobre as línguas e a linguagem é *epilinguístico* antes de ser *metalinguístico*. O conhecimento *epilinguístico* é o conhecimento inconsciente que se tem sobre a própria língua e sobre a natureza da linguagem. O *metalinguístico* é o conhecimento consciente « representado, construído e manipulado enquanto tal » (*ibid.*). Esses termos não se opõem, ao contrário “o metalinguístico se nutre do epilinguístico” (Paillard, 2005, p. 176).

<sup>8</sup> O período helenístico inicia-se com a conquista da Grécia pelos macedônios no século IV, por volta de 338 a.C., e termina com a anexação da Grécia pelos romanos em 43 a.C. Essa data marca a conquista do Egito por Roma (cf. Humbert, 1972, p. 116).

<sup>9</sup> Após a constituição do Império de Alexandre e dos estados sucessores, a *koiné* estende-se não somente por todo Oriente, mas também por uma parte do Ocidente (cf. Humbert, 1972, p. 116).

outras línguas, que os próprios gregos chamavam de línguas bárbaras<sup>10</sup>, e em relação aos dialetos gregos que existiam concomitantemente e com os quais ela podia ser confrontada (Casevitz, 1991, p. 5).

*Ἑλληνισμός* é o termo utilizado para caracterizar a identidade grega. De acordo com Casevitz (1991, p. 9), os gregos da época clássica não conhecem nem o termo *ἑλληνισμός* nem o conceito de *helenismo* que, aliás, é um conceito moderno. Ainda segundo esse autor, esse termo aparece em francês apenas no Renascimento, em 1580, e significa falar e escrever corretamente o grego. Mas *ἑλληνισμός* é utilizado pelos gramáticos gregos como um termo técnico para designar o bom grego, ou seja, o grego correto, uma língua ideal que segue as regras de analogia gramatical ou o bom uso das pessoas cultas (Dalimier, 1991, p. 25). Trédé (1991, p. 71-80) salienta a evolução da definição de *hellénisme* na época clássica (VII-IV a.C.) na Grécia. Nesse período, o termo *ἑλληνισμός* ainda não existe e os termos *ἕλλην* e *ἑλληνικός*, que a princípio tinham um significado étnico e geográfico, passam a ter um sentido linguístico, designando todos os falantes de uma mesma língua. É apenas no final do século V a.C. que a noção cultural de helenismo se manifesta, mas ela mantém-se apenas até o século IV a.C. (*ibid.*).

Além desse nome, outros termos representam o *helenismo* bem como suas características, como o verbo *ἑλληνίζω*, o nome *ἑλληνιστής* e o advérbio *ἑλληνιστί* (Casevitz, 1991, p. 9-16). Inicialmente, *ἑλληνίζω* (fazer o grego) que significa ser grego, falar grego, agir como os gregos, é usado para designar os não-gregos, ou seja, os bárbaros que adotaram a língua, os hábitos e os costumes dos gregos. Esse termo implica, portanto, uma oposição de ordem linguística entre os gregos e os bárbaros. Assim, *ἑλληνίζειν*, que significa a partir da época helenística “falar corretamente o grego” opõe-se à *βαρβαρίζειν* que significa “falar bárbaro”. A noção de barbarismo aparece ainda, de acordo com Casevitz (*ibid.*, p. 15), em Aristóteles e designa o uso de outra língua, diferente do grego, ou a perda de sua própria língua. O termo *ἑλληνιστής* é igualmente utilizado para designar o judeu que fala grego (Atos dos Apóstolos, 6.1), e, também, o pagão. O advérbio *ἑλληνιστί* é também utilizado e significa “à maneira grega” (*ibid.*).

---

<sup>10</sup> O termo “bárbaro” aplicava-se particularmente à pronúncia. Ele era utilizado pelos gregos para designar os estrangeiros que falavam uma língua incompreensível aos seus ouvidos (Trédé, 1991, p. 72, nota 3).

A sistematização dessas ideias sobre a língua grega e a linguagem realiza-se na gramática grega. Como mostra Desbordes (1990, p. 36-38), “a *grammatikē technē* (ou *epistēmē*), a “ciência das letras”, é entre os contemporâneos de Platão, a aprendizagem da leitura e da escrita”. Essa ciência tratava dos textos e o gramático, chamado primeiro de *grammatistēs* e depois de *grammatikos*, ocupava-se da exegese dos textos. Nessa tarefa, comum nas escolas helenísticas tanto de Alexandria como de Pérgamo,

on discute de la lettre des textes, on cherche à les établir en fonction de critères divers et pouvant du reste conduire à des résultats divergents (usage d’auteur, analogie, étymologie, nécessités du sens ou de la métrique...), on complète l’écriture par l’adjonction de signes destinés à faciliter la lecture ou orienter l’interprétation, on s’interroge sur l’authenticité du texte entier ou de telle de ses parties, on recherche le sens des mots rares ou oubliés, on éclaire les allusions historiques, on débrouille les généalogies mythiques, etc., etc. (Desbordes, 1990, p. 36)

A ciência dos textos, também chamada “*grammata*”, “*sungrammata*” que significa “conjunto de letras”, recebe no período helenístico, de acordo com Desbordes (1990, p. 36-38), outros nomes, como “*philologia*”, que significa “amor aos discursos” e “*kritikē*” que significa “julgamento”. Essa ciência gera então um conjunto de termos entre os quais *grammatistēs* e *grammatikos*, já mencionados. O primeiro é um nome e designa o mestre, aquele que se ocupa do ensino da gramática, e o segundo é um adjetivo utilizado para caracterizar aqueles que sabem ler e escrever. No entanto, uma reorganização terminológica é efetuada em torno desses termos. Desbordes (1990, p. 36) explica que o ensino da gramática adota métodos de interpretação de textos e que alguns professores são intitulados “*grammatikos*”. Em contrapartida, existe “um primeiro grau, o da *grammatistikē*, também chamado de “pequena gramática”, que continua sendo prerrogativa do *grammatistēs*” (*ibid.*). O quadro a seguir mostra essa modificação terminológica:

Quadro 1 – Mudança terminológica dos termos *grammatikē* e *grammatistēs*

|                     |                      |                               |                                   |
|---------------------|----------------------|-------------------------------|-----------------------------------|
| Premier temps       | Second temps         |                               |                                   |
| <i>grammatikē</i>   | <i>grammatistikē</i> | : enseignement<br>élémentaire |                                   |
| <i>grammatistēs</i> | <i>grammatistēs</i>  | : maître d'école              |                                   |
|                     | <i>grammatikē</i>    | : enseignement secondaire     | — science des<br>textes           |
|                     | <i>grammatikos</i>   | : professeur                  | — savant érudit<br>(= philologue) |

Fonte: Desbordes (1990, p. 37).

Essa revisão terminológica justifica-se pelo objetivo de conformar os termos e as noções desenvolvidas a partir do termo *grammatikē*, para integrá-los na construção de um sistema linguístico que seria utilizado pelos latinos e que, posteriormente, seria considerado como um modelo a ser seguido, capaz de se desenvolver e de se espalhar por todo o mundo ocidental.

No entanto, a gramática, muito antes de sua constituição como uma disciplina autônoma, já era referida pelos filósofos. De acordo com Ildefonse (1997, p. 13), no *Sofista*, Platão faz referência a uma “art grammatical” que era “l’art d’assembler les lettres”.

L’Etranger – Certaines lettres ne peuvent pas s’ajuster entre elles, tandis que d’autres le peuvent.

Théétète – Certes.

E. – Or, parmi les lettres, les voyelles ont ceci de particulier qu’elles interviennent comme une sorte de liaison entre toutes les autres : sans voyelles, les autres lettres ne peuvent s’ajuster entre elles.

Th. – De fait.

E. – Toutes les virtualités d’union sont-elles du domaine de l’évidence ou relèvent-elles d’une connaissance spéciale – indispensable à qui voudrait faire ces unions ?

Th. – Il faut une connaissance spéciale.

E. – Laquelle ?

Th. – La grammaire ! (Platon, *Le Sophiste*, 253a *apud* Baratin et Desbordes, 1989, p. 86)

Segundo Ildefonse (1997, p. 13), Aristóteles trata de *helenismo* em sua “gramática “recente”, cujo objetivo era a correção da escrita, ao contrário da gramática “antiga” que visava a correção da leitura. Essa “gramática” de Aristóteles, mencionada por Ildefonse (*ibid.*), concerne ao capítulo XX da Poética<sup>11</sup>, composto de duas páginas,

<sup>11</sup> O livro é dedicado ao estudo da expressão literária grega (Colombat *et al.*, 2017, p. 97).

no qual Aristóteles trata das partes que compõem “a expressão”, ou seja, o significante linguístico – o elemento, a sílaba, a conjunção, o nome, o verbo, a articulação e o enunciado. Para Colombat *et al.* (2017, p. 97), esse capítulo é “um minitratado “completo” de gramática, sem dúvida o primeiro na tradição ocidental”. É claro que ainda não se tratava de uma sistematização gramatical, cuja realização posterior remonta aos gramáticos alexandrinos. Contudo, esse capítulo é importante porque mostra a emergência da gramática no mundo ocidental. Dupont-Roc e Lallot (1980, p. 314-315) notam que esse texto gramatical figura em um tratado de poética. Para os autores, esse fato explica-se pela ausência de tratados gramaticais, já que a gramática ainda não havia sido constituída como uma disciplina autônoma, e pela necessidade de elaborar um estudo que desse conta, naquele momento, do aspecto linguístico. Os autores sublinham ainda a exaustividade do conteúdo gramatical ali exposto. A análise de Aristóteles estende-se “du son élémentaire à l’énoncé complet, sans limitation de dimension”, embora sucintamente, como ilustra a passagem seguinte:

Quant à l’expression dans son ensemble, voici quelles en sont les parties : l’élément, la syllabe, la conjonction, le nom, le verbe, l’articulation, le cas, l’énoncé. (Aristote, *Poétique*, 56b20, trad. Dupond-Roc et Jean Lallot, 1980, p. 103)

[...]

L’énoncé est une voix composée signifiante dont certaines parties signifient quelque chose par elles-mêmes (car il n’est pas vrai que tout énoncé se compose de verbes et de noms, mais – prenons par exemple la définition de l’homme – on peut avoir un énoncé sans verbe ; toutefois la partie y signifiera toujours quelque chose) – par exemple, dans *Cléon marche, Cléon*. Il y a pour un énoncé deux manières d’être un : ou bien il signifie une chose une, ou bien il est fait d’une pluralité liée par conjonction – par exemple, *l’Iliade* est une par conjonction, la définition de l’homme, parce qu’elle signifie une chose une. (Aristote, *Poétique*, 57a23, trad. Dupond-Roc et Jean Lallot, 1980, p. 105)

Dupont-Roc e Lallot (1980, p. 337- 339) explicam que Aristóteles apresenta o *lógos* (λόγος) como uma das partes da expressão (μέρη λέξεως) e com um sentido mais geral, já que o enunciado compreende tanto um sintagma simples quanto uma composição, como a *Ilíada*<sup>12</sup>. Essa compreensão do *lógos* leva Aristóteles a contestar o

---

<sup>12</sup> Não nos ocuparemos aqui da concepção do *lógos* apresentada por Aristóteles na Poética nem da longa discussão acerca do *lógos* aristotélico. Sobre esse tema, leia-se Dupont-Roc e Lallot (1980, p. 314-317, 337- 339), Baratin e Desbordes (1981, p. 14-15), Colombat *et al.* (2017, p. 96-1001, questão 18).

discurso de Platão (*Sophiste*, 262a)<sup>13</sup>, sem citá-lo. De fato, para o estagirita, o enunciado composto de nome e de verbo não é o único a ser considerado. Outras “voix composées” também devem ser consideradas, por exemplo as definições dadas aos nomes. São essas definições atreladas à conjunção, utilizada como um elemento de união, que permitem identificar a unidade “semântica” do *lógos*, evocada por Aristóteles na passagem acima.

No entanto, a gramática, enquanto “disciplina autônoma”, emerge apenas tardiamente na Grécia antiga (Ildefonse, 1997, p. 12), sob o impulso dos gramáticos alexandrinos a partir do século III a.C. As obras que correspondem, ainda que “parcialmente”, à gramática no sentido moderno do termo são a *Technē Grammatikē* atribuída a Dionísio, o Trácio (séc. II-I a.C.)<sup>14</sup>, e a *Syntaxe* de Apolônio Díscolo (séc. II d.C.). Segundo Lallot (1998, p. 15), a gramática de Dionísio da Trácia, composta de vinte capítulos, segue o modelo reproduzido na época helenística, “celui du compendium donnant, sous une forme sèche et systématique, le corps des définitions sur lesquelles repose une science”<sup>15</sup>. Lallot (1985, p. 3) destaca, contudo, uma incoerência já notada por outros autores no que diz respeito à composição gramatical da *Technē*, quando Dionísio não respeita a divisão gramatical anunciada no primeiro capítulo.

## 1

### De la grammaire

La grammaire est la connaissance empirique de ce qui se dit couramment chez les poètes et les prosateurs.

**Elle a six parties** : premièrement, **la lecture experte respectueuse des diacritiques** ; deuxièmement, **l’explication des tropes poétiques présents (dans le texte)** ; troisièmement, **la prompte élucidation des mots rares et des récits** ; quatrièmement, **la découverte de l’étymologie** ; cinquièmement, **l’établissement de l’analogie** ; sixièmement, **la critique des poèmes** – qui est, de toutes les parties de l’art, la plus belle. (Denys, *Technē Grammatikē*, trad. Lallot, 1998, p. 43, grifo nosso)

<sup>13</sup> « Des noms [onomata] tout seuls énoncés bout à bout ne font donc jamais un discours [logos], pas plus que des verbes [rhemata] énoncés sans l’accompagnement d’aucun nom » (Platon, *Sophiste*, 262a, trad. Dies, 1925, p. 380).

<sup>14</sup> Sobre a discussão acerca da autenticidade da *Technē Grammatikē*, leia-se Di Benedetto (1958, 1959, 1973), Pfeiffer (1968), Erbse (1980), Traglia (1969).

<sup>15</sup> De acordo com Furmann (1960, p. 154 *apud* Lallot, 1998, p. 15), para a *Technē Grammatikē*, Dionísio, o Trácio (séc. II-I a.C.) segue o modelo formal do manual de Diogène de Babylone (vers 240-150 av. J.-C), particularmente a parte em que trata *Sur le son vocal (Peri phōnē)*.

Conforme explica Lallot (1998, p. 28), as seis partes da gramática às quais se refere Dionísio correspondem ao conjunto das atividades desenvolvidas nos séculos III e II a.C., pelos filólogos alexandrinos. Daí a definição de gramática apresentada pelo autor como *empeiría*. Colombat *et al.* (2017, p. 91) insistem no fato de que as *teknai* não são obras teóricas, mas obras práticas cujo objetivo era instrumentar o leitor, permitindo a leitura de textos clássicos. Tratava-se, portanto, de uma atividade prática que consistia em observar e memorizar as ocorrências análogas que eram encontrados nos textos (Lallot, 1998, p. 28).

No que diz respeito à divisão da gramática feita por Dionísio, essa pode ser considerada como bipartida. Na primeira parte, composta de cinco capítulos, o autor apresenta a definição de gramática (no primeiro capítulo), como exposto no trecho acima. Os outros quatro capítulos tratam da leitura, do acento, do ponto e da rapsódia, esses últimos relacionados ao discurso em poesia ou em prosa. Na segunda parte formada de quinze capítulos, Dionísio examina, em ordem crescente, do elemento (um capítulo), da sílaba (quatro capítulos), da palavra (um capítulo) e das partes do discurso (nove capítulos restantes). A *Technē Grammatikē* segue, *grosso modo*, a estrutura gramatical demonstrada por Auroux (2009, p. 29), segundo a qual a gramática deve conter pelo menos “a) une catégorisation des unités ; b) des exemples ; c) des règles, plus ou moins explicites, pour construire des énoncés”. Acrescente-se a isso, as definições fixadas pelo autor. Além disso, Dionísio não se interessa pela sintaxe, que será abordada por Apolônio Díscolo no século II d.C. Apolônio sistematiza a sintaxe grega sobre uma base filosófica, afastando-se, assim, do aspecto filológico que caracterizava a gramática alexandrina de Dionísio (Bursill-Hall, 1972, p. 8). No entanto, a frase (*lógos*) é mencionada no texto de Dionísio, como mostra a seguinte passagem:

## 11

## Du mot

Le mot (*léxis*) est la plus petite partie de la phrase (*lógos*) construite.

Le phrase est une composition en prose qui manifeste une pensée complète.

La phrase a huit parties : le nom, le verbe, le participe, l'article, le pronom, la préposition, l'adverbe, la conjonction. L'appellatif se range en effet sous le nom, comme une de ses espèces. (Denys, *Technē Grammatikē*, trad. Lallot, 1998, p. 51)



Ainda que Dionísio apresente uma definição clara de frase, ele o faz no capítulo dedicado à palavra para explicar que essa palavra é uma “parte da frase” (Lallot, 1998, p. 18), mas não desenvolve o tema. Para Léon (2003, p. 10), a concepção de *phrase* (*lógos*) segundo Dionísio, não está ligada à unidade semântica do pensamento, mas à autossuficiência do *lógos* no sentido de que “le sujet, clairement défini, reçoit un prédicat qui termine la séquence”. Quanto às oito partes do discurso apresentadas por Dionísio da Trácia, Lallot (2019, p. 21-22) afirma que elas correspondem àquelas anunciadas por Aristarco entre o fim do séc. III e a primeira metade do séc. II a.C. e que seriam adotadas posteriormente por Apolônio Díscolo em sua *Syntaxe* (séc. II d.C.). Sendo a *Technē* uma gramática da língua grega, a *koiné* helenística é, portanto, o ponto de análise bem como o centro implícito de referência do gramático grego<sup>16</sup>.

Os estudos gramaticais do latim serão desenvolvidos sobre essa base grega, como veremos adiante. Antes de prosseguirmos, dois pontos devem ser observados sobre a noção de *universalidade* no que concerne à língua. A universalidade da *koiné* grega pode ser atestada em relação ao seu alcance no mundo helênico, como a língua da administração e da cultura, e língua gramatizada. Nesse sentido, ela é a língua falada por excelência em todo esse domínio e como tal ganha o estatuto de língua “universal”. No entanto, essa mesma noção pode ser contestada se considerarmos os dialetos gregos existentes concomitantemente à *koiné*, assim como as outras línguas estrangeiras, embora os próprios gregos as concebiam como bárbaras, e não as designem como “línguas”, mas como “falares”. Além disso, o fato de a *koiné* ser “comum”, que é o que a palavra significa, supõe que houve uma reunião prévia: a universalidade, portanto, não foi dada desde o início.

#### **1.1.1.2. *Vtraque lingua*: os latinos confrontados com o bilinguismo (latim/ grego)**

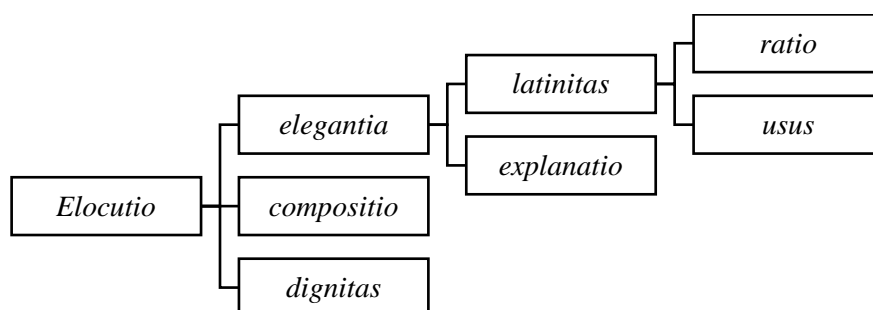
Diferentemente dos gregos, os romanos aproveitaram toda a estrutura já desenvolvida para a língua grega e aplicaram ao latim, o que facilitou sua sistematização e análise. Segundo Desbordes (2007, p. 220), os romanos adotaram a

---

<sup>16</sup> Os gramáticos gregos não expunham em seus trabalhos o conhecimento de outras línguas, como o latim. No entanto, é possível observar algumas referências a dialetos gregos, como o eólio, no capítulo 12.

*grammatikē* grega no fim do século II a.C.<sup>17</sup>, e a adaptação ou a naturalização dos termos *grammatica* e *grammaticus* ocorreu desde o início do século I a.C. com o poeta Bibaculos e na *Rhétorique à Herennius*. Nesse momento, a *grammatica* é entendida como a ciência dos textos e o *grammaticus* é um especialista em exegese. O termo *Latinitas* também aparece pela primeira vez na *Rhétorique à Herennius*, em 80 a.C. (Desbordes, 2007, p. 91). A *Latinitas* faz parte da *elegantia* que, por sua vez, é uma das características do discurso, como mostra o quadro que segue:

Quadro 2 – Classificação da elocução



Fonte: Marques (2020).

A noção de *hellênismos* desempenhou um papel fundamental para a emergência da noção de *Latinitas*, em Roma. Calcado sobre *Hellênismos*, *Latinitas* assume, desde as origens até à Idade Média, o sentido de correção linguística e designa o bom latim, ou seja, o latim correto. Para o autor da *Rhétorique à Herennius*<sup>18</sup>, a latinidade é “ce qui garde sa pureté au langage en le mettant à l’abri de tout défaut. Les défauts du langage, qui l’empêchent d’être latin, peuvent être de deux sortes: solécisme et barbarisme. (...) Comment éviter cela, nous le ferons voir dans une *ars grammatica*” (4, 17 *apud* Desbordes, 2007, p. 92). O autor latino insere a noção de *latinidade* na gramática; contudo, a existência, em Roma, de tratados gramaticais latinos é atestada apenas a partir do século I d.C. (Desbordes, 2007, p. 92)<sup>19</sup>. O modelo grego de correção

<sup>17</sup> Desbordes (1990, p. 35) afirma que, segundo a tradição, a gramática foi inserida em Roma por Crates, um erudito grego, ainda na primeira metade do século II a.C.

<sup>18</sup> A *Rhétorique à Herennius* é uma obra anônima (Desbordes, 2007, p. 91).

<sup>19</sup> Desbordes (2007, p. 92) chama a atenção para a definição de *latinitas* em um tratado de retórica e apresenta duas hipóteses: ou o autor traduziu as indicações que já existiam para a gramática e a retórica gregas, ou inaugura esse material em Roma, porque é apenas a partir do início do primeiro século d. C., com Palémon, que nascem as *ars grammatica*.

linguística era, no entanto, conhecido em Roma, e sua aplicação ao latim dá origem a uma série de trabalhos a partir do século I a.C. A figura do gramático como aquele que se encarrega de corrigir os erros (*ibid.*) surge, então, nesse período. A gramática latina, centrada na correção, deixa de ser apenas a ciência dos textos e passa a ser também a ciência da língua (*ibid.*, p. 93).

Graças ao estabelecimento da gramática latina, calcada na gramática grega, o latim elevou-se ao mesmo nível do grego, distanciando-se das línguas bárbaras (Desbordes, 2007, p. 94). As categorias desenvolvidas para o grego foram então utilizadas na descrição do latim e vários termos gregos também foram retomados. Note-se que a “*technique grecque marchait pour le latin, et les Latins l’ont reprise à leur compte*”, sem mostrar a menor preocupação para explicar “*cette miraculeuse adéquation*” (*ibid.*). Diante dessa conformidade entre o latim e o grego, os gramáticos latinos compararam as duas línguas, como, por exemplo, nos seguintes textos:

Alors que la nature ou le besoin ont diversifié de multiple façon les langues des peuples, s’ils ont permis aux autres peuples de s’exprimer par souffle ou sifflement, ils n’ont donné qu’au grec et au latin l’agrément de la sonorité et la discipline de la grammaire, et, au sein même de cette douceur d’expression, un même degré de raffinement et la plus étroite affinité. En effet, les mêmes parties du discours – à l’exception de l’article, que la Grèce seule a reçu dans son lot – et les mêmes règles pour chacune de ces parties, caractérisent l’une et l’autre langue, et les figures de construction sont à peu près semblables dans l’une et l’autre, en sorte que, pour ainsi dire, qui aura étudié la grammaire de l’une ou de l’autre, connaîtra les deux<sup>20</sup>. (Macrobe, *Grammatici Latini*, GL V, 631 *apud* Desbordes, 2007, p. 94)

Ne voit-on pas que les Grecs ont, tout comme nous, quatre catégories de mots, ceux qui ont des cas, ceux qui ont des temps, ceux qui n’ont ni cas, ni temps et ceux qui ont cas et temps ? Ignore-t-on qu’ils ont des mots définis et indéfinis exactement comme nous ? On aura aussi remarqué, je n’en doute pas, une foule d’autres ressemblances entre

---

<sup>20</sup> “*Cum uel natura uel usus loquendi linguas gentium multiplici diuersitate uariasset, ceteris aut anhelituu aut sibilo explicantibus loqui suum, solis Græcae Latinæque et soni leporem et artis disciplinam atque in ipsa loquendi mansuetudine similem cultum et coniunctissimam cognationem dedit. Nam et isdem orationis partibus absque articulo, quem Græcia sola sortita est, et isdem penes singulas partes obseruationibus sermo uterque distinguitur, pares fere in utroque componendi figuræut propemodum qui utramuis artem didicerit ambas nouerit. Sed quia ita natura fert, ne quid sic esse alteri simile possit, ut idem illis it (necesse est enim omne quod simile est aliqua differentia abe o cui confertur recedat), ideo, cum partes orationis in **utraque lingua** arta inter se similitudine uincirentur, quasdam tamen proprietates, quibus seorsum insignirentur, habuerunt, quæ Græco nomine idiomata uocantur*” (*Grammatici Latini*, GL V, 631 *apud* Desbordes, 2007, p. 107, grifo nosso).

nos langues, comme les trois temps ou les trois personnes du verbe<sup>21</sup>.  
(Varron, LL, IX, 31 *apud* Desbordes 2007, p. 94)

Na primeira passagem, Macrobo anuncia detalhadamente as bases do latim e, também revela, segundo Desbordes (2007, p. 108), a ideia romana de que o grego e o latim, *utraque lingua*, se opõem conjuntamente aos outros “falares” humanos, mas conservam, apesar de suas semelhanças, suas características próprias, não podendo, portanto, ser confundidas. Varrão, ao contrário, na passagem citada, aponta apenas as semelhanças entre o grego e o latim. Ele defende sua analogia, ou seja, a regularidade entre essas duas línguas, o que não significa que ele ignore as particularidades de cada uma delas, mas que apenas as considera, no que diz respeito aos fatos linguísticos, análogas. Desbordes (2007, p. 110-119) apresenta outras comparações - semelhanças e diferenças - entre o latim e o grego, encontradas em gramáticas latinas. A autora destaca em particular as seguintes semelhanças: 1. reforçar uma regra; 2. justificar uma exceção que então deixa de ser exceção; 3. destacar uma característica do latim aparentemente escondida. Entre as diferenças figuram as partes do discurso: os gregos não reconhecem a interjeição e os latinos, o artigo.

A analogia continua sendo o critério de análise utilizado para justificar o argumento segundo o qual o latim é semelhante ao grego. Conforme explica Desbordes (2007, p. 110), quando os gramáticos latinos utilizam as categorias desenvolvidas para o grego na descrição do latim, eles são forçados a destacar os elementos que são idênticos nas duas línguas. Por um lado, essa abordagem destacou as regularidades lexicais e morfológicas entre essas duas línguas antigas. Por outro, ela acentuou suas diferenças, como a presença do artigo e a ausência da interjeição no grego, ao contrário do latim; o caso ablativo e o locativo próprios ao latim; a dissemelhança entre essas línguas em termos de acentuação; a existência do dual no grego e sua inexistência no latim.

Esse alinhamento do latim com o grego, no que diz respeito à gramática, deu origem à noção de *utraque lingua* (Desbordes, 2007, p. 95). Essa expressão latina, que significa “l’une et l’autre langues” (*ibid.*), é utilizada para designar especificamente o latim e o grego. A equivalência atestada entre essas duas línguas pelos gramáticos

---

<sup>21</sup> “An non uides, ut Græci habeant eam quadripertitam, unam in qua sint casus, alteram in qua tempora, tertiam in qua neutra, quartam in qua utrumque, sic nos habere ? Ecquid uerba nescis ut apud illos sint alia finita, alia non, sic utraque esse apud nos ? Equidem non dubito, quin animaduertes item in ea innumerabilem similitudinum numerum, ut trium temporum uerba, ut trium personarum” (Varron, LL, IX, 31 *apud* Desbordes, 2007, p. 110-111).

latinos levou-as a serem consideradas conjuntamente como superiores às outras línguas, consideradas bárbaras e, portanto, indignas de ter uma gramática. Dubuisson (1981, p. 274-286) relata outras hipóteses para explicar a emergência dessa expressão: a primeira é que “*Vtraque lingua* pourrait, tout simplement, représenter les deux langues officielles de l’État romain” (Buturas, 1910, p. 57 *apud* Dubuisson, 1981, p. 279). Dubuisson contesta essa primeira hipótese, porque o latim e o grego não são línguas oficiais, mas duas línguas nas quais os documentos oficiais eram redigidos. Outra hipótese concerne ao valor etnocêntrico de *utraque lingua*. Segundo Orelli (1850, p. 397 *apud* Dubuisson, 1981, p. 280), “le grec et le latin seraient les deux seules langues dignes de ce nom, les autres n’étant que d’informes jargons”. Essa hipótese etnocêntrica seria justificada pelo desinteresse dos gregos da Antiguidade Clássica por outras línguas. No entanto, para Dubuisson (*ibid.*, p. 280), os romanos não compartilham desse desinteresse, porque eles mencionam outras línguas, o que confirma que *utraque lingua* “ne représentent en aucune façon les deux seules langues qui soient au monde”.

A noção de *utraque lingua* é fruto de um bilinguismo praticado pela elite romana em todos os domínios do conhecimento. Segundo Desbordes (1989, p. 150), “a partir du IIIe s. av. J.-C., l’hellénisation est rapide, massive et largement valorisée”, e leva à assimilação das ideias e da cultura gregas. Dubuisson (1981, p. 277) também afirma que “dans le monde romain, tel qu’il s’est constitué au IIe siècle av. J.-C.”, os romanos cultos falam grego desde a mais tenra idade, e os gregos que integram o sistema político-administrativo compreendem e falam o latim. O bilinguismo latim-grego é, portanto, o resultado de romanos da alta sociedade e de gregos que falam latim por motivos práticos. No entanto, esse bilinguismo comum aos romanos e aos gregos não pode esconder a ausência de trocas e que “la circulation des idées est à peu près à sens unique, des Grecs vers les Latins” (Desbordes, 1989, p. 151). Dubuisson (1981, p. 277) também chama a atenção para esse ponto e explica que o sentimento de orgulho por pertencer ao mundo civilizado era sentido de modo diferente por esses dois povos.

O bilinguismo latim-grego aparecerá explicitamente ou implicitamente nos textos administrativos e nos textos clássicos (Dubuisson, 1981, p. 275)<sup>22</sup>. A ideia de *utraque lingua* é atestada em Cícero (106-43 a.C.). Em seus tratados, o autor romano

---

<sup>22</sup> Dubuisson (1981, p. 275) apresenta uma lista com os autores clássicos que utilizaram o termo *utraque lingua* tanto no sentido contextual quanto no absoluto.

utiliza formas diversas dessa expressão para fazer referência às “duas línguas”, como ilustra o texto a seguir:

*Vtrisque litteris uti*, dans le *De finibus* (I, 4, 10), *utra uoles lingua*, dans l’*Orator* (235), et in *utriusque orationes facultate*, dans le *De officiis* (I, 1). (Ciceron *apud* Dubuisson, 1981, p. 277, grifo nosso)

Esses exemplos mostram, segundo Dubuisson (1981, p. 277), que na época de Cícero, no séc. I a.C., essa expressão já era utilizada no sentido absoluto, com referência ao grego e ao latim. Contudo, diversos autores clássicos utilizaram a expressão *utraque lingua* também no sentido contextual, ou seja, para evitar a repetição das línguas já referidas<sup>23</sup>. Dubuisson (*ibid.*, p. 282) também observa que essa expressão tem um forte impacto literário e cultural. *Vtraque lingua* caracteriza “les deux langues dans lesquelles ont été écrites les deux littératures dignes de ce nom et élaborée la double culture de l’homme civilisé : *artes liberales utriusque generis*”. Entre os romanos, o conhecimento comprovado de outras literaturas de modo algum constitui um conhecimento comum. Ele é compartilhado apenas por alguns eruditos, particularmente os escritores. Seu centro de interesse era tanto a literatura grega quanto a latina, porque a cultura romana foi baseada nessa literatura. Essa expressão *Vtraque lingua* revela a dualidade da cultura clássica constituída, de um lado, pelo conhecimento e análise do grego e do latim e, do outro, pelo afastamento das outras línguas. O latim é assimilado ao grego, colocado no mesmo nível e compartilha seu prestígio. *Vtraque lingua* representa, portanto, o ponto de equilíbrio entre o grego e o latim, anulando, assim, o complexo de inferioridade sentido pelos romanos na época de Cícero (106 a.C.- 43 d.C.) em relação à língua e à cultura gregas (Dubuisson, 1981, p. 285). A posição e a associação dessas duas línguas mudaram o estatuto do latim.

No que diz respeito à gramática latina<sup>24</sup>, Donato<sup>25</sup> propõe uma primeira estrutura. Segundo Colombat (1997, p. 96), as *Ars* de Donato podem não ser “les plus

<sup>23</sup> Para os outros usos da expressão *utraque lingua* no sentido contextual, leia-se Dubuisson (1981, p. 276-277).

<sup>24</sup> De acordo com Colombat *et al.* (2017, p. 112, 271-272), outros autores antecederam Donato na tradição latina como Varron, *De Lingua Latina* (45 d.C.) e Quintilien, *De institutione oratoria* (95 d.C.), esse último tendo apresentado « o primeiro esquema atestado de uma *ars grammatica* ». As *Ars grammatica*, no entanto, são mais tardias e datam dos séculos III e IV, com Sacerdos (fim do séc. III), Donat (ca 350-360), Charisius (ca 360-370) e Diomède (ca 370-380).

<sup>25</sup> Aelius Donatus foi um gramático latino nascido por volta de 310, possivelmente de origem africana. Donato foi professor em Roma por volta de 354 e teve por discípulo Jerônimo (o tradutor da Bíblia em latim).

originales, mais ce sont celles que la postérité a retenues, sans doute pour leur simplicité et leur “perfection formelle””, tomando-as como modelo de descrição gramatical. Para Colombat *et al.* (2017, p. 113), a clareza, o poder de síntese, bem como a exaustividade dessa obra, promoveram-na como um manual de referência desde a Alta Idade Média até o Renascimento. Donato divide sua *Ars* em duas partes, denominadas posteriormente *Ars minor* e *Ars maior*. A *Ars minor* diz respeito à introdução da gramática. Donato apresenta seu texto em forma de diálogo, ou seja, com perguntas e respostas (*erotemata*), e analisa as partes do discurso. Trata-se especificamente de uma gramática escolar. A *Ars maior* é composta por três livros. O autor consagra o primeiro à fonética (voz, letra e sílaba), à métrica (pés<sup>26</sup>), à acentuação (os tons) e à pontuação; o segundo, às partes do discurso; e o terceiro livro, aos defeitos (barbarisme, solecisme e “outros vícios”) e às qualidades (metaplasmo, figura e tropo) do enunciado. Conforme explica Colombat,

Donat suit un schéma unique, de forme pyramidale: définition d’ensemble de la catégorie abordée, puis énumération des sous-catégories (*accidentia*), qui elles-mêmes peuvent être subdivisées, et ainsi à l’infini. Ces classifications superposées ne sont pas homogènes, ce qui permet en principe d’aborder les problèmes les plus divers. En fait, ce classement est dominé par des préoccupations morphologiques: la description est axée sur les éléments, non sur leur combinatoire. (Colombat, Cours *L’analyse linguistique dans l’Antiquité latine*, p. 4)

Assim como Dionísio da Trácia (séc. II-I a.C.), que não tratou da sintaxe na língua grega, Donato (séc. IV d.C.) também não se dedicou à sintaxe do latim. Esse trabalho será realizado por Prisciano no século VI<sup>27</sup>. Além disso, Donato não começa sua *Ars minor* com a definição de gramática, mas com a descrição das oito partes do discurso:

Art [grammaire] de Donat, grammairien de la ville de Rome  
Première édition [Art mineur]

#### 1. Parties du discours

Les parties du discours, combien sont-elles ? Huit. Quelles <sont-elles> ? Le nom, le pronom, le verbe, l’adverbe, le participe, la

<sup>26</sup> « Pé é a contagem certa de sílabas e de tempos » (Donato *apud* Dezotti, 2011, p. 133).

<sup>27</sup> Esse tema será desenvolvido posteriormente.

conjonction, la préposition, l'interjection<sup>28</sup>. (Donat, *Ars minor*, apud Colombat, Cours *L'analyse linguistique dans l'Antiquité latine*, p. 12)

Do mesmo modo, na *Ars maior*, Donato não apresenta nenhuma definição de gramática. O primeiro assunto tratado é a voz (*vox*):

[Arte maior I]

1. Sobre a voz

Voz é ar percutido, sensível à audição enquanto ela está nele. Toda voz ou é articulada ou é confusa. Articulada é a que pode ser apreendida pelas letras; confusa é a que não pode ser escrita<sup>29</sup>. (Donato apud Dezotti, 2011, p. 130)

De acordo com Dezotti (2011, p. 130), a *vox* latina significa “som” em geral, mas a definição de voz apresentada por Donato é estoica: *aer ictus* (ar repercutido), *sensibilis auditu* (sensível à audição). Esse termo *φωνή* (voz) figura em Aristóteles (*De anima*, 420b.5-8, trad. Saint - Hilaire, 1846, livre II, cap. VIII, §9, p. 225) que o limita a “un son produit par un être animé”. Além dessa significação, Aristóteles também admite “o uso generalizado desse termo, por semelhança”. Convém notar que o modo sistemático de descrição de Donato apresentado em suas *Ars* está vinculado ao modelo elaborado pelos filósofos estoicos e centrado na classificação dos sons e das palavras (Baratin e Desbordes, 1981, p. 57). Quanto ao fato de Donato não ter iniciado sua *Ars* pela definição de gramática, Servius faz o seguinte comentário:

Muitos começaram a escrever suas artes pelo tratado das letras, muitos pela voz, muitos pela definição de gramática. Mas parece que todos erraram, porque não trataram de uma matéria exclusiva de seu ofício, mas do que era comum tanto aos oradores quanto aos filósofos. Pois também o orador pode tratar das letras, e ninguém trata da voz mais que os filósofos; a definição, por sua vez, é cara aos aristotélicos. Daí Donato ter procedido de modo mais inteligente e apropriado, pois começou pelas oito partes da oração, que pertence especificamente ao gramático<sup>30</sup>. (*GL* 4.405.4-11 apud Dezotti, 2011, p. 18)

<sup>28</sup> « *ARS DONATI GRAMMATICI VRBIS ROMAE EDITIO PRIMA*

*1. DE PARTIBVS ORATIONIS*

*Partes orationis quot sunt? Octo. Quae? Nomen, pronomen, uerbum, aduerbium, participium, coniunctio, praepositio, interiectio* » (Donati, *Ars Minor*, éd. Louis Holtz, 1981, p. 585).

<sup>29</sup> *DONATI GRAMMATICI VRBIS ROMAE ARS GRAMMATICA. DE VOCE.*

*Vox est aer sensibilis auditu, quantum in ipso est omnis vox aut articulata est aut confusa articulata est quae litteris comprehendere potest, confusa quae scribi non potest* (Donati, 1864, p. 367).

<sup>30</sup> “*Plerique artem scribentes a litterarum tractatu inchoauerunt, plerique a uoce, plerique a definitione artis grammaticae. sed omnes uidentur errasse. non enim propriam rem officii sui tractauerunt, sed communem et cum oratoribus et cum philosophis. nam de litteris tractare et orator potest ; de uoce nemo*



Servius destaca o papel de Donato como gramático e o distingue dos filósofos. Ele reconhece que tanto os filósofos quanto os oradores gregos, no caso os sofistas, trataram de questões sobre a linguagem e a língua grega, que mais tarde se tornaram questões gramaticais. Desse ponto de vista, Donato é colocado na esteira de Dionísio da Trácia, que também se distancia dos filósofos gregos, ainda que tenha construído sua gramática sobre a estrutura criada por eles (Bursill-Hall, 1972. p. 8), e apresenta, em particular, um estudo dos elementos e das partes da oração. Desbordes (2007, p. 95), notando a semelhança entre as obras de Dionísio da Trácia e de Donato, afirma que elas “semblent exposer les catégories et sous-catégories d’une même grammaire ‘générale’, illustrée par des exemples, grecs d’un côté, latins d’autre”.

Sobre a questão da *universalidade* do latim e do modelo gramatical greco-latino, convém notar que a noção de *universalidade* da língua latina não pode ser atestada, uma vez que os textos latinos se referem ao grego e às outras línguas. Por outro lado, se considerarmos que o latim é a língua oficial imposta pelo Império Romano, do século V a.C. ao século II d.C. (Banniard, 1997, p. 8), e que desde então se tornou a língua da religião, da cultura e do comércio, sua *universalidade* é deste modo estabelecida por um determinado tempo e espaço. A noção de *universalidade* do modelo gramatical greco-latino também não pode ser confirmada, porque esse quadro só será massivamente utilizado a partir do Renascimento. Veremos que a noção de *universalidade* será amplamente debatida durante a Alta Idade Média, em um contexto filosófico, e que esse tema será então objeto, sob o impulso dos gramáticos modistas, de um novo desenvolvimento, bem distinto do anterior.

### 1.1.2. A noção de universalidade na Idade Média

Na época medieval, a noção de universalidade, no domínio da linguagem, é relativamente ampla e complexa. Ela concerne, em primeiro lugar, à querela dos universais, questão principal das discussões entre os filósofos da Idade Média. Então, na

---

*magis quam philosophi tractant ; definitio etiam Aristotelicorum est. unde proprie Donatus et doctus, qui ab octo partibus inchoavit, quae specialiter ad grammaticos pertinente” (GL 4.405.4-11 apud Dezotti, 2011, p. 18).*

virada dos séculos XIII e XVI, sob o prisma da gramática especulativa modista, essa noção de universalidade desenvolve os seguintes aspectos: *a*) a concepção da gramática como ciência universal, *b*) a elaboração de uma teoria da linguagem que os modistas acreditavam ser universal, e *c*) a universalidade do latim como língua de erudição. Essas noções serão abordadas nas próximas seções.

### 1.1.2.1 A questão dos universais na Idade Média: raízes filosóficas

De acordo com Libera (1990, p. 94), três influências atuaram na polêmica sobre os universais na Idade Média. Até o século XII, a querela está sujeita às ideias de Porfírio e a Boécio. No século XIII, essa questão é influenciada por Avicena e por Averróis. Enfim, nos séculos XIV e XV, ela é marcada pela oposição entre o realismo e o nominalismo.

Porfírio<sup>31</sup> é o primeiro a levantar o problema dos universais no final da Antiguidade. O filósofo neoplatônico procurou conciliar em uma de suas principais obras, a *Isagoge*<sup>32</sup>, texto fundador da questão dos universais, não somente o platonismo e o aristotelismo, mas também o estoicismo e o ponto de vista de seu mestre Plotino<sup>33</sup> (Libera, 1998, p. IX, XVII). Em seu tratado filosófico, o discípulo de Plotino<sup>34</sup>, ao expor a teoria dos predicáveis, levanta uma questão que alimentou uma longa discussão durante toda a Idade Média, até o início da Idade Clássica (Libera, 1996, p. 34). A *Isagoge* ou *Introdução*, escrita em grego, no século III d.C., por volta de 268-270, na Sicília, apresenta-se como uma epístola endereçada por Porfírio a um de seus

<sup>31</sup> Porfírio, o fenício, foi um filósofo neoplatônico que nasceu em Tiro ou Batânia, na Síria, por volta de 232 e morreu em Roma no ano de 305 de nossa era. Aluno e biógrafo de Plotino, Porfírio também organizou os escritos de seu mestre, as *Enéadas*. Nessa época, a cultura grega passava pelo período helenístico e por uma renovação da escola platônica. É nesse quadro que se forjou o ciclo que se prolongou em Roma e em outras cidades: o “platonismo eclético” (Gomes, 1994, prefácio, p. 11-14).

<sup>32</sup> “A *Isagoge* de Porfírio é o intermediário da Lógica de Aristóteles para a Idade Média e para a Renascença. Ainda se estava longe do renascimento da filosofia de Aristóteles, mal se conhecia a sua obra, mas ela estava sendo de algum modo transmitida pela iniciação porfiriana. Esta afirmação vale sobretudo quanto ao Ocidente, onde este texto ganhou o direito de fazer parte do *corpus aristotelicus*, conforme se prova pelo facto de, a partir do Renascimento, se haver criado o costume de iniciar todas as grandes edições do *Organon* com a iniciação segundo Porfírio” (Gomes, 1994, prefácio, p. 32).

<sup>33</sup> Sobre as concepções estoicas e as concepções de Plotino utilizadas por Porfírio, leia-se Libera (1998, p. XXVIII- XXXIII).

<sup>34</sup> “Plotino de Licópolis (205-266), fundador do Neoplatonismo e pontífice da transição da filosofia clássica para a filosofia moderna, homem de vida austera, de mística corporatura e de irreprimível vocação pedagógica, a pontos de abrir a sua casa a sucessivas levas de jovens romanos, a quem ensinava, e cujos interesses defendia” (Gomes, 1994, prefácio, p. 12-13).

discípulos, o senador romano Crisaorio. Trata-se de uma introdução à leitura das *Categorias*, o primeiro livro do *Organon* de Aristóteles<sup>35</sup>. Nela, Porfírio não trata diretamente das categorias aristotélicas, mas das cinco vozes ou dos cinco predicáveis<sup>36</sup> - o gênero, a espécie, a diferença, o próprio e o acidente -, a fim de facilitar a compreensão do texto aristotélico. Embora a obra seja consagrada ao estudo das cinco vozes, Porfírio centra o problema apenas em torno do gênero e da espécie, como mostra a seguinte passagem:

Tout d'abord concernant les genres et les espèces, la question de savoir (1) s'ils existent ou bien s'ils ne consistent que dans de purs concepts, (2) ou, à supposer qu'ils existent, s'ils sont des corps ou des incorporels, et, (3) en ce dernier cas, s'ils sont séparés ou bien s'ils existent dans les sensibles et en rapport avec eux -, voilà des questions dont j'éviterai de parler, parce qu'elles représentent une recherche très profonde et qu'elles réclament un autre examen, beaucoup plus long (...). (*Isagoge*, trad. Libera et Segonds, 1998, p. 5-6)

Não somente a análise de Porfírio sobre a natureza do *gênero* e da *espécie* traz à luz as concepções de Platão e de Aristóteles acerca do universal (Libera, 1996, p. 36; Leite Junior, 2001, p. 18), mas também revela a anterioridade do tema. O filósofo, no entanto, deixa em aberto as questões relativas ao estatuto dos predicáveis (gêneros e espécies), pois não existia uma teoria específica sobre esse assunto, e inaugura a discussão em torno dos universais.

Resumidamente, Porfírio trata de três questões. A primeira, mais geral, diz respeito à oposição entre o platonismo e o aristotelismo. Enquanto Platão concebe os gêneros e as espécies como universais (formas) separados, cuja existência é real e desvinculada dos sensíveis, Aristóteles concebe-os como conceitos abstratos vinculados ao intelecto. A segunda questão procura determinar se os universais, enquanto “realidades substanciais”, são corpóreos ou incorpóreos. Sobre esse ponto, Libera (1996, p. 38) destaca uma contradição interna em relação às teses de Platão e de Aristóteles. Conforme explica esse autor, o universal, segundo o ponto de vista

<sup>35</sup> Da escolástica neoplatônica até o fim da Idade Média, a *Isagoge* iniciava as *Categorias*, um texto aristotélico utilizado no curso neoplatônico, no qual a filosofia aristotélica introduzia a filosofia platônica (Libera, 1996, p. 34; 1998, p. XXXIV).

<sup>36</sup> “São estas as ideias universais, conceitos supremos, predicamentos ou, simplesmente, *universais*, que na tradição escolástica latina se nomearam *genus*, *species*, *proprium*, *differentia* e *accidentia*” (Gomes, 1994, nota 2, p. 49).

platônico, é abstrato e, como tal, “não é uma realidade subsistente, mas um conceito”<sup>37</sup>. Enfim, a terceira questão busca saber, se os universais são separados das coisas sensíveis ou imanentes a elas. Libera (*ibid.*) explica que “se é uma forma inteiramente separada, há um abismo intransponível entre o inteligível e o sensível. Se é uma forma imanente, deve-se explicar como o inteligível pode estar “presente no sensível””. Essas questões foram abordadas apenas a partir das discussões de Boécio<sup>38</sup>, o segundo<sup>39</sup> tradutor da *Isagoge* no Ocidente, cuja interpretação estabeleceu a exegese latina até o final do século XII (Libera, 1999, p. 175).

A difusão dos princípios da lógica aristotélica no mundo ocidental a partir do século V deve muito aos trabalhos de Boécio. Ela repousa, em primeiro lugar, em sua tradução da *Isagoge* de Porfírio e de duas obras de Aristóteles, as *Categorias* e *De interpretatione*, além dos tratados de lógica. Depois, na virada dos séculos XII e XIII, ela contou com a divulgação das traduções dos restantes escritos de Aristóteles<sup>40</sup>, que assim completavam as partes que faltavam do *Órganon* (Libera, 1990, p. 11; 1996, p. 14-15). De acordo com Gomes (1994, p. 34), Boécio, em seu comentário da tradução de Vitorino, é o primeiro a expor um esquema da “*escala predicamental* ou árvore de Porfírio”, com o objetivo de facilitar a compreensão das categorias lógicas aristotélicas. Os quadros 3 e 4 expõem a hierarquia dos seres, apresentada por Porfírio na *Isagoge*, e referem-se à substância, a primeira das dez categorias dadas por Aristóteles.

---

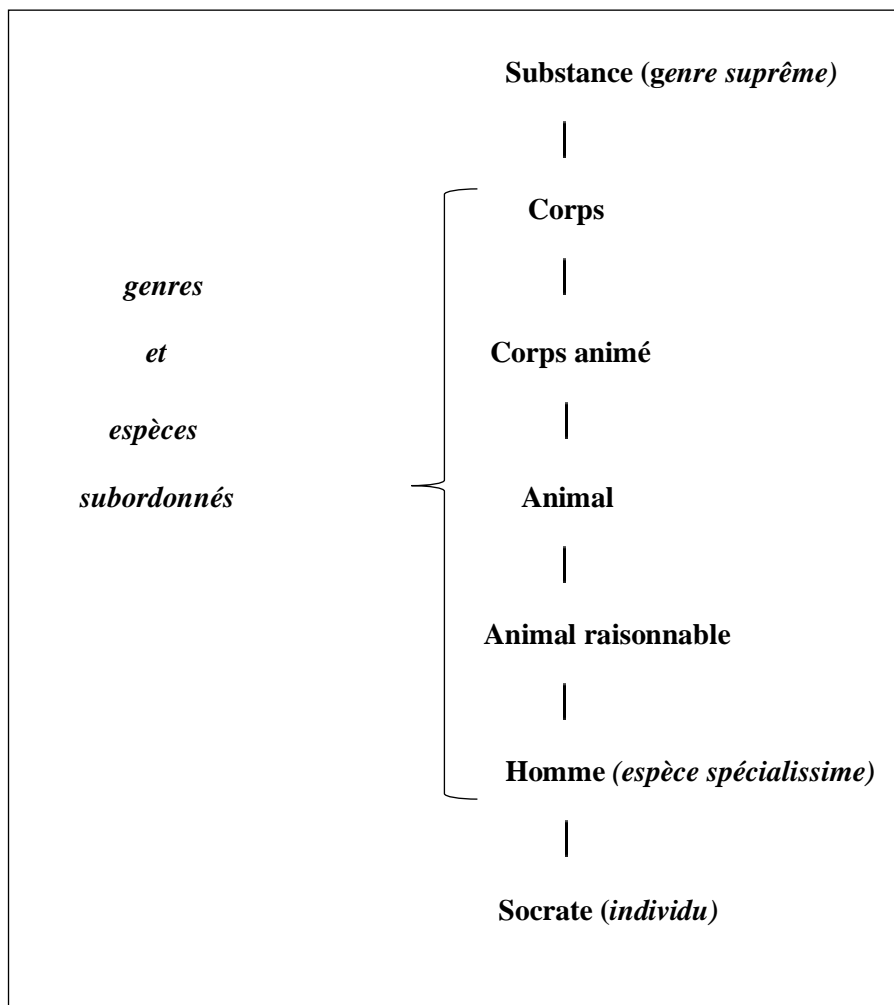
<sup>37</sup> “Si, comme le dit Platon, l’universel est une “réalité subsistente”, c’est un incorporel, mais, un incorporel étant dégager du sensible, il doit en être abstrait : ce n’est donc pas une réalité subsistente, mais un concept comme l’universel aristotélicien. Réciproquement, si l’universel est un incorporel, c’est-à-dire un concept abstrait, comment peut-il être à la fois une réalité subsistente et “correspondre” aux êtres réels dont il est dégager?” (Libera, 1996, p. 38).

<sup>38</sup> Anicius Manlius Torquatus Severinus Boetius (ca. 480-524/ 525) foi um filósofo neoplatônico cristão que nasceu em Roma por volta de 470. Ele foi cônsul de Roma em 510 e serviu ao rei dos ostrogodos, Teodorico. Acusado de traição, Boécio foi preso em Pavia e executado por volta de 525. Seus trabalhos sobre teologia, filosofia e lógica influenciaram toda a Idade Média. Dentre essas obras, além do comentário sobre a primeira tradução latina da *Isagoge*, merecem destaque os seguintes escritos: a segunda tradução do *Isagoge*, seguida de outro comentário; uma tradução e comentário das *Categorias* de Aristóteles; uma tradução e dois comentários do *Da interpretação*; traduções de *Primeiros Analíticos*, *Segundos Analíticos*, *Refutações sofísticas* e *Tópicos*; bem como alguns tratados de lógica, *Introductio ad categoricos syllogismos*, *De syllogismo categorico*, *De syllogismo hypothetico*, *De divisione*, *De differentis topicis*, e um comentário sobre os *Tópicos* de Cícero (Gilson, 2013, p. 157-177).

<sup>39</sup> A primeira tradução da *Isagoge* para o latim é a do retórico neoplatônico Marius Victorinus (Gomes, 1994, prefácio, p. 33). Natural da província romana da África, Gaius Marius Victorinus foi um grande professor de retórica em Roma, por volta do século IV d. C. De acordo com Bruce (1946, p. 132), Boécio, quase um século e meio depois, refere-se a Vitorino como um dos oradores mais eruditos de seu tempo. Ainda conforme Bruce (*ibid.*, p. 133), suas datas de nascimento e morte não são conhecidas, todavia consideram-se 300 e 370 d. C. como as datas aproximadas de seu nascimento e de sua morte.

<sup>40</sup> As traduções de Boécio, *Primeiros analíticos*, *Tópicos*, *Refutações sofísticas*; a tradução de Jacques de Venise, *Segundos analíticos*; e a tradução dos livros naturais, a *Física*, *De anima*, *De caelo*, e a *Metafísica* (Libera, 1998, p. XXXV).

Quadro 3 – Árvore de Porfírio I



Fonte: Libera (1996, p. 45).

Quadro 4 – Árvore de Porfírio II

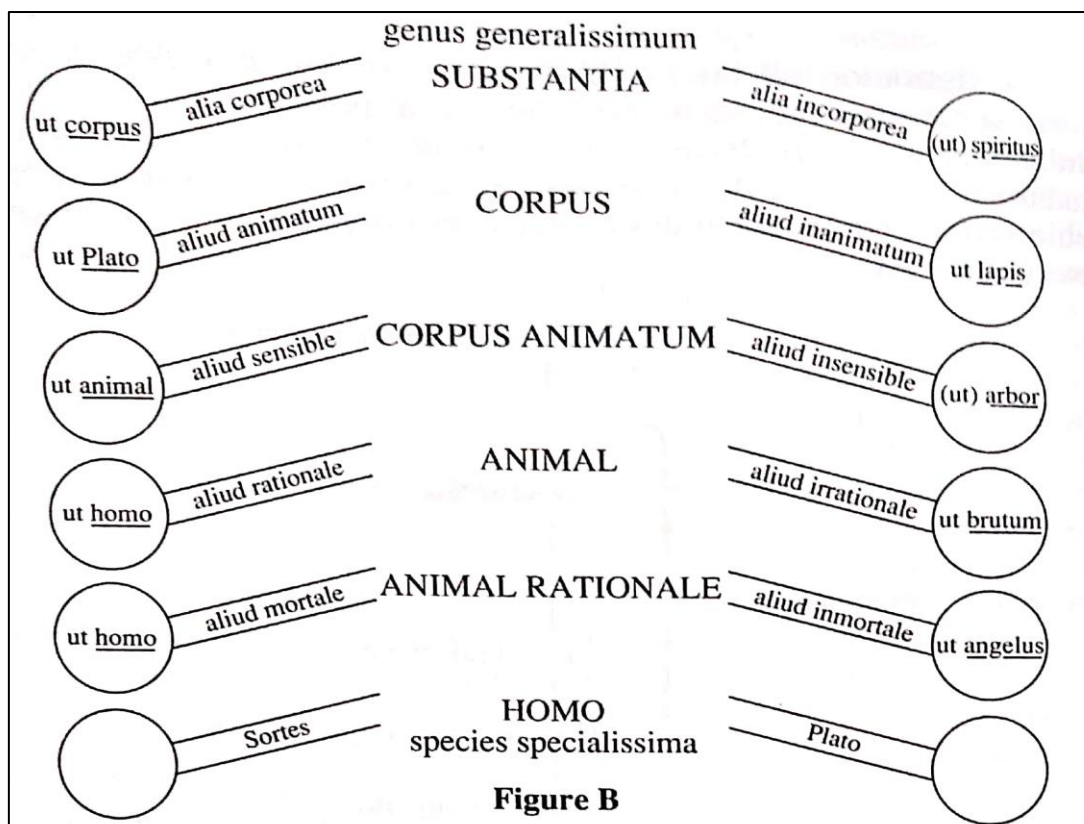


Figure B

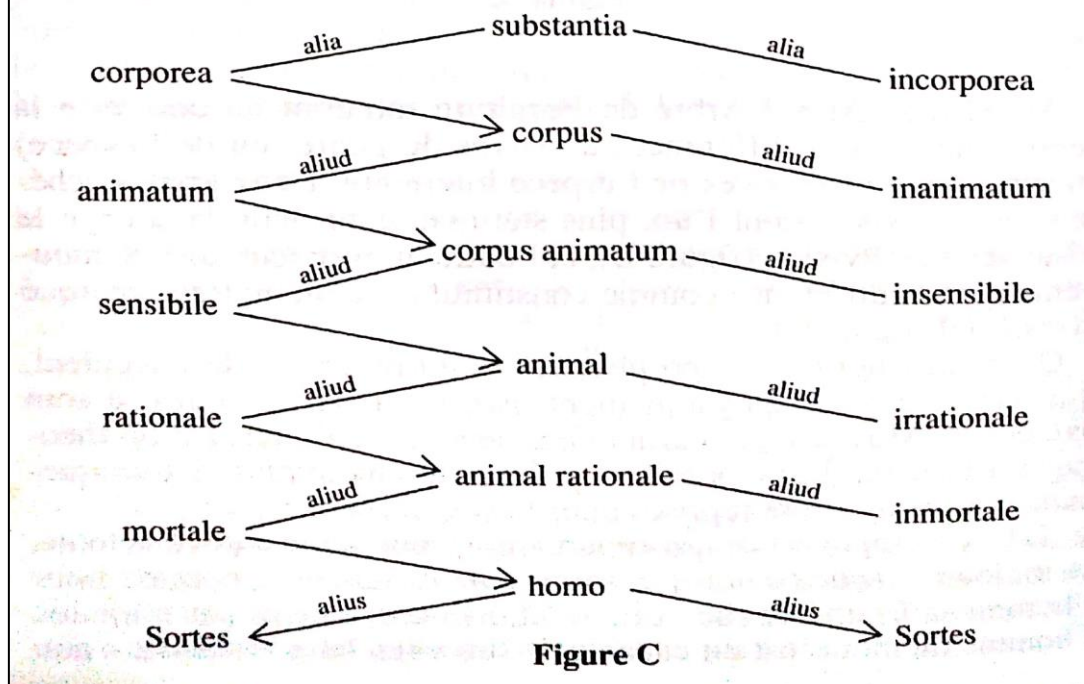


Figure C

Fonte: Libera (1996, p. 46).

Segundo Libera (1996, p. 45), a primeira figura (Figura A) é de Julius Pacius, grande comentador de Aristóteles na Idade Clássica. Sua elaboração baseia-se diretamente no seguinte trecho da *Isagoge* de Porfírio:

Éclaircissons ce que nous voulons dire en prenant l'exemple d'une seule catégorie. L'essence est elle-même un genre ; sous elle viens le corps ; sous le corps, le corps animé ; sous celui-ci, l'animal ; sous l'animal, l'animal capable de raison ; sous celui-ci l'homme ; sous l'homme, Socrate, Platon et les hommes particuliers. Eh bien, parmi ces [termes], l'essence est le plus général, [c'est-à-dire] ce qui n'est que genre ; l'homme est [l'espèce] la plus spéciale, [c'est-à-dire] ce qui n'est qu'espèce ; le corps est bien une espèce de l'essence, mais genre du corps animé. Et le corps animé, à son tour, est bien une espèce du corps, mais genre de l'animal ; à son tour, l'animal est bien une espèce du corps animé, et genre de l'animal capable de raison ; et l'animal capable de raison, une espèce de l'animal, mais genre de l'homme ; et l'homme, une espèce de l'animal doté de raison, mais non pas genres des hommes particuliers, il est seulement espèce ; de même tout ce qui, rangé antérieurement aux individus, en est immédiatement prédiqué, ne peut être qu'espèce, et non pas également genre. (*Isagoge*, trad. Libera e Segonds, 1998, p. 5-6)

Nesse trecho, Porfírio explica detalhadamente a disposição dos seres numa escala que vai do geral ao particular. Contudo, na Idade Média, são os esquemas das figuras B e C que são realmente utilizadas (Libera, 1998, p. 45). O primeiro, mais estático, expressa o resultado da divisão feita, e o segundo, mais dinâmico, mostra o movimento dos diferentes constituintes ao longo de um caminho marcado.

Além do comentário sobre o texto de Vitorino, Boécio também apresenta uma nova tradução da *Isagoge*, de autoria própria, acompanhada de novo comentário, uma obra “destinada a servir de compêndio, ou de manual iniciativo, em todas as escolas medievais, antes de se conhecer todo o *Organon*, ou *lógica nova*<sup>41</sup>”. Seu desejo não se concretizará até o final do século XII e início do século XIII.

---

<sup>41</sup> A história da Lógica na Idade Média divide-se em três grandes períodos. Primeiro, o período da *logica vetus*, que se estende até os finais do século XI, caracterizado pelo comentário das *Categorias* e do *De Interpretatione* de Aristóteles, bem como da *Isagoge* de Porfírio, conhecidos pelas traduções latinas de Boécio. Em seguida, o período da *logica nova*, no século XII, resultante do conhecimento dos últimos livros do *Organon* (correspondentes à doutrina do silogismo e à doutrina do método) e do conjunto dos escritos lógicos de Boécio, em particular os seus comentários sobre Aristóteles e a *Isagoge*. Por fim, o período da *logica modernorum*, a partir do século XIII, que trata da análise semântica da lógica de Aristóteles, da definição do objeto da lógica e da relação entre a lógica e a ontologia (Morujão, 2006, p. 301-302; Libera, 1998, p. XXXV).

No que concerne aos universais, ou seja, o problema de saber se “gêneros e espécies existem e subsistem ou são formados apenas pelo entendimento e pelo pensamento” (Boethius *apud* Spade, 1994, p. 21), Boécio rejeita a ideia de que os universais seriam concebidos unicamente pelo entendimento, no qual estariam situados, e que sua existência estaria separada das coisas sensíveis (Boethius *apud* Spade, 1994, p. 23).

Para resolver esse problema dos universais, Boécio (*apud* Spade, 1994, p. 23-25) retoma a doutrina de Alexandre de Afrodísias (200 d. C.), o comentador de Aristóteles. O autor explica que as intelecções são concebidas na mente tanto por *composição*, quanto por *divisão* e *abstração*. No primeiro caso, uma opinião falsa é possível (cavalo + homem = centauro), mas não no segundo, porque as coisas não são colocadas como foram entendidas. Por fim, Boécio afirma que “gêneros e espécies subsistem de uma maneira, mas são entendidos de outra”, ou seja, eles existem como singulares, mas são pensados como universais. Segundo Boécio, os universais “são incorpóreos, mas subsistem nos sensíveis, unidos aos sensíveis”. Eles são apreendidos pela mente como coisas incorpóreas, mas são tirados das coisas corpóreas. Eles são assim entendidos como independentes e separados do outro (Boethius *apud* Spade, 1994, p. 25). O filósofo romano conclui confrontando as posições de Platão e de Aristóteles sobre esse tema. Segundo ele, “Platão pensa que gêneros e espécies e o resto não são entendidos apenas como universais, mas também existem e subsistem fora dos corpos”. Aristóteles, no entanto, pensa que eles são entendidos como incorpóreos e universais, mas subsistem nos sensíveis. Por fim, Boécio opta pela posição de Aristóteles, já que sua obra, a *Isagoge*, procede do texto aristotélico. Ele enquadra-se, assim, no grupo dos realistas, porque concebe que os universais, gêneros e espécies, realmente subsistem nas coisas.

Embora privilegiando o ponto de vista aristotélico, Boécio não concebe o *universal* como “predicado de vários”<sup>42</sup>, contrariamente a Aristóteles e a Porfírio (Libera, 1990, p. 95). Em Boécio, o universal é “algo comum ou compartilhado por várias coisas” (Boethius *apud* Spade, 1994, p. 21-22). Durante toda a Idade Média, os filósofos hesitaram entre essas duas noções de *universal*, uma predominantemente “lógica” e a outra essencialmente “metafísica” (Libera, 1990, p. 95). Para Boécio, o *universal*, ou seja, o *gênero* deve ser um (inteiro) em cada *espécie*, de modo que cada

---

<sup>42</sup> “Entre as coisas, algumas são universais, enquanto outras são singulares. Por ‘universal’, quero dizer o que pode ser predicado de muitos, por singular, o que não é. O homem é um universal, Callias é um singular” (*De Interpretatione*, 7, 17a38-b1).



*espécie* tenha a totalidade do *gênero* e não apenas partes dele; o *gênero* deve ser simultaneamente comum às *espécies*, e, além disso, constituir a essência de cada uma delas (Libera, 1999, 205-207).

As diversas noções utilizadas por Boécio - *universais*, *universal*, *universalidade*, *comum*, *singulares*, *singular* e *singularidade* - funcionam do seguinte modo: o termo *universais* refere-se geralmente aos predicáveis (gêneros e espécies que podem ser sensíveis ou inteligíveis), bem como aos *gêneros* propriamente ditos. O termo *universal* é usado para referir tanto o *gênero* quanto o que está nas ideias, ou seja, o inteligível. O termo *universalidade* é igualmente utilizado para designar o gênero. Os termos *singulares*, *singular* e *singularidade* concernem às espécies. Ademais, o *singular* também está relacionado ao sensível. No que diz respeito ao termo *comum*, que Boécio utiliza para caracterizar os *universais*, ele é entendido como o que está presente em vários. O quadro 5 abaixo resume essas concepções de Boécio:

Quadro 5 – Síntese dos termos utilizados por Boécio

|            |   |                                    |
|------------|---|------------------------------------|
| universais | > | predicáveis (gêneros e espécies)   |
| universal  | > | universalidade = gênero            |
| universal  | > | inteligível                        |
| singulares | > | singular > singularidade = espécie |
| singular   | > | sensível                           |
| comum      | > | caracteriza os universais          |

Fonte: Marques (2019).

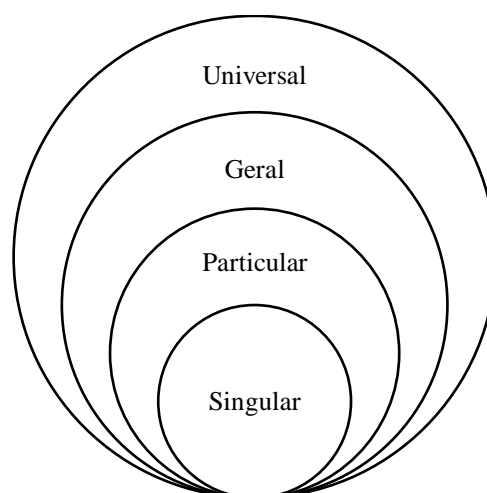
Consideramos as definições de Gomes (1994) acerca dos termos *universal*, *geral*, *particular* e *singular* como parâmetro para analisar as noções apresentadas pelos autores medievais para esses termos. Conforme explica esse autor,

Universal é aquilo que, sendo algo de uno, é apto, por sua natureza, a existir em vários – “*quod cum sit unum quid, aptum est natura sua ut sit in pluribus*” (Fonseca, *Isagoge Filosófica*, cap. I). **Universal é distinto de geral.** Enquanto universal é o conceito que abrange, ou compreende tudo, geral diz-se do comum ao que compreende num gênero. Quanto ao particular diz-se de qualquer uno subordinável a qualquer universal e, por fim, singular só se diz do que, sendo algo de uno, não pode estar em vários. Sendo assim, **universal e geral não**

**são sinónimos; nem particular e singular, são sinónimos.** (Gomes, 1994, nota 2, p. 49, grifo nosso)

Gomes distingue *universal* de *geral* bem como *particular* de *singular*, todavia apresenta o *universal* como base para o desenvolvimento dos outros elementos: o universal contém esses elementos ou está contido neles. Dessa forma, algo de universal pode existir em cada elemento, no geral, no particular e no singular, porque o universal “é apto, por sua natureza, a existir em vários” e “é o conceito que abrange, ou compreende tudo”. O esquema 1 ilustra esse raciocínio:

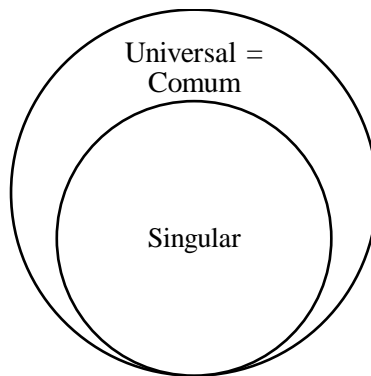
Esquema 1: Disposição dos termos utilizados por Gomes



Fonte: Marques (2019).

Partindo desse esquema, a concepção de *universal*, de *comum* e de *singular* evocada por Boécio poderia ser representada pelo esquema 2:

Esquema 2: Disposição dos termos utilizados por Boécio



Fonte: Marques (2019).

Para Boécio, a relação entre os termos *universal* e *comum* distingue-se daquela apresentada por Gomes. Enquanto esse último utiliza o termo *comum* para caracterizar o que é *geral*, Boécio utiliza esse mesmo termo para caracterizar o que é universal. Ele não menciona o termo *geral*, porque provavelmente não faz distinção entre o *universal* e o *geral*. Quanto ao singular, ele está contido no universal, já que se trata de uma espécie.

Outra figura importante da Idade Média, Pedro Abelardo<sup>43</sup>, também tratou da natureza e da existência dos universais. Segundo Libera (1998, p. 321-322), quando Abelardo se interessou pelos universais (gêneros e espécies) duas teses estavam em voga, o *realismo* e o *vocalismo*. Abelardo refuta tanto a tese do *realismo da essência material* quanto a tese do *realismo da indiferença*. A primeira propõe “a identidade essencial de uma “matéria” ou substância única (gênero ou espécie) para todos os indivíduos singulares”, que se distinguem apenas pela forma; e a segunda, em oposição à primeira, “não consiste na identidade de uma mesma essência material, mas na não-diferença (*indifferentia*) de realidades distintas” (Libera, 1990, p. 95). Abelardo também rejeita a concepção *vocalista* dos universais professada por Roscelino de Compiègne, um de seus mestres, que nega a existência real dos universais, reduzindo-os a signos

<sup>43</sup> Pedro Abelardo foi um filósofo, lógico e teólogo que nasceu em Pallet, perto de Nantes, em 1079, e que faleceu em 1142, na abadia de Cluny. Conhecido como o “cavaleiro da dialética” e como “o primeiro professor”, Abelardo foi uma das mais notáveis personalidades do século XII (Rosier, 1983, p. 15; Gilson, 2013, p. 336; Le Goff, 2006, p. 59-62). Segundo Libera (1998, p. 321), Abelardo inventou o método escolástico com o dossiê do *Sic et Non* e com suas três obras de teologia: *Theologia Summi boni*, *Theologia Christiana* e *Theologia Scholarium*, e renovou a lógica aristotélica-boeciana com as glosas sobre Porfírio, Aristóteles e Boécio, a *Logica Ingredientibus*, a *Logica Nostrorum petitioni sociorum* e a *Dialectica*. Ele também concebeu “uma nova forma de ética, cristã pelo conteúdo, dialética pelo método, que privilegia a intenção em relação à ação (*Scito te ipsum ou Ethica*)”.

linguísticos ou a simples *flatus vocis*, os ruídos de voz (Libera, 1998, p. 321-322), sem nenhuma correspondência com a realidade.

Na *Logica Ingredientibus (Lógica para Principiantes)*, Abelardo aborda igualmente o problema dos universais a partir das três perguntas de Porfírio<sup>44</sup>. À primeira pergunta, se os gêneros e as espécies subsistem e significam coisas realmente existentes ou se eles existem apenas no intelecto, Abelardo responde que os universais significam realmente coisas existentes e que, em um certo sentido, eles se encontram isolados, nus e puros no intelecto. Conforme explica Libera (1999, p. 475), isolados quanto ao sentido; nus, porque são concebidos separados da forma; e puros, já que não determinam nenhuma realidade particular. Gilson (2013, p. 346) esclarece que para Abelardo, os universais “por si mesmos, só existem no entendimento, mas significam seres reais, a saber, as mesmas coisas particulares que os termos particulares designam”.

Quanto à segunda questão, saber se os gêneros e as espécies que subsistem são corpóreos ou incorpóreos, Abelardo afirma que os nomes universais são corpóreos em sua essência, ou seja, no que concerne à natureza das coisas, mas incorpóreos quanto ao seu modo de significação (Spade, 1994, p. 52). Em sua análise, Gilson (2013, p. 346) destaca o ponto de vista semântico adotado por Abelardo na explicação fornecida para essa questão. Segundo o autor (Gilson, 2013, p. 346), levando em consideração o sentido, “como nomes, os universais são corpóreos pois a sua natureza é a das palavras pronunciadas, mas sua aptidão a significar uma pluralidade de indivíduos semelhantes é incorpórea; portanto, as palavras são corpos, mas os sentidos delas não”.

Abelardo, ainda centrado em uma perspectiva semântica, reformula a terceira questão e analisando a “significação dos nomes universais”, tenta conciliar os pontos de vista de Platão e de Aristóteles. Para determinar se os universais estão separados dos sensíveis ou unidos a eles, o autor escreve que os gêneros e as espécies existem nas coisas sensíveis, mas alguns universais (gêneros e espécies) são suscetíveis de existir fora dos sensíveis (Abelardo *apud* Spade, 1994, p. 52-53). Aqueles que existem fora, “como Deus e alma”, designam formas separadas dos sentidos, ou seja, formas que não são influenciadas por eles. Aqueles que existem nos sensíveis, como “as formas dos

---

<sup>44</sup> As questões colocadas por Porfírio são as seguintes: 1. Os universais existem na realidade ou apenas no pensamento? 2. Caso existam, são corpóreos ou incorpóreos? 3. São separados das coisas sensíveis ou as compõem? (Gilson, 2013, p. 340). De acordo com Libera (1999, p. 474), as questões de Porfírio foram modificadas por Boécio. Abelardo retoma e também modifica essas questões.

corpos”, designam aquelas que recaem sob a ação dos sentidos (cf. Gilson, 2013, p. 347).

A essas questões, Abelardo acrescenta uma quarta: os universais (gêneros e espécies) subsistiriam na inexistência de indivíduos correspondentes? Por exemplo, a palavra “rosa” ainda teria sentido, se não houvesse mais rosas? Em resposta a essa pergunta, Abelardo afirma que “como nomes significando os indivíduos, eles cessariam de existir, pois não teriam mais indivíduos a significar; no entanto, suas significações ainda subsistiriam, pois, mesmo se não houvesse mais rosas, ainda se poderia dizer: a rosa não existe” (Gilson, 2013, p. 340, 347).

Além disso, Abelardo elabora novas questões ainda baseadas na concepção aristotélica, mas agora as palavras devem ser associadas a um conceito na mente para serem significativas. Essas questões são as seguintes:

1. Qual é a causa comum que impõe um nome comum?
2. Qual é a concepção comum da compreensão da semelhança das coisas?
3. Uma palavra é chamada "comum" pela causa comum sobre a qual as coisas concordam, ou pela concepção comum, ou por ambas as razões ao mesmo tempo? (Abelardo *apud* Spade, 1994, p. 41 (88)).

À primeira pergunta, Abelardo responde que a causa comum da imposição de um nome universal deve corresponder a uma concordância. Por exemplo, a palavra “homem”, no sentido de ser humano, é aplicada a todos os seres humanos, porque há uma concordância a esse respeito. Klima (2017, p. 17) sublinha que a causa comum é, nesse caso, o *ser humano*, e que Abelardo denomina *status*. Essa causa comum sendo algo real, como um objeto da mente divina, não depende da mente humana. À segunda questão, Abelardo estipula que a semelhança comum das coisas é concebida a partir de uma causa comum que lhe é atribuída. Enfim, na terceira questão, sobre a “comunidade” dos nomes universais, Abelardo afirma que uma palavra pode ser chamada "comum" em razão tanto da causa comum sobre a qual as coisas concordam quanto pela concepção comum. A causa comum é, no entanto, mais relevante (Abelardo *apud* Spade, 1994, p. 47). Segundo Klima (2017, p. 16), essas questões introduziram uma nova consideração em relação ao problema dos universais: a consideração semântica. Associada aos diferentes aspectos de ordem ontológica, epistemológica e teológica já colocados, ela contribui para o desenvolvimento desse tema.

Abelardo utiliza os termos *universais*, *universal*, *universalidade* para as palavras (nomes, verbos). *Comum* é utilizado tanto para designar o nome (homem) quanto para caracterizá-lo (comum a todos). *Comuns* e *singulares* são utilizados como adjetivos para caracterizar os universais. *Individual*, *individuais* caracterizam os seres, as coisas, os homens, os estados. O quadro 6 abaixo resume as concepções de Abelardo para todos esses temas:

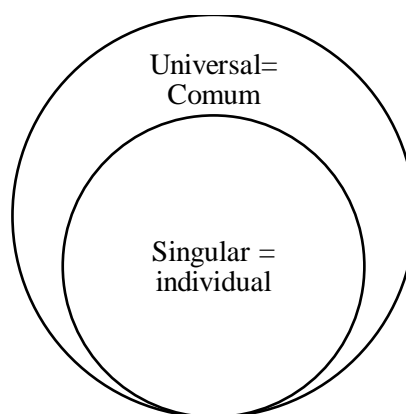
Quadro 6 – Síntese dos termos utilizados por Abelardo

|            |   |             |   |                                |   |                   |   |          |
|------------|---|-------------|---|--------------------------------|---|-------------------|---|----------|
| Universais | > | universal   | > | universalidade                 | > | gênero ou espécie | > | palavras |
| Universal  | > | comum       | > | palavra                        |   |                   |   |          |
| Singulares | > | singular    | > | palavras                       |   |                   |   |          |
| Singulares | > | singular    | = | caracterizam os universais     |   |                   |   |          |
| Comum      | > | comuns      | = | caracterizam os universais     |   |                   |   |          |
| Individual | > | individuais | > | seres, coisas, homens, estados |   |                   |   |          |

Fonte: Marques (2019).

O esquema 3 ilustra a concepção de Abelardo para os termos *universal*, *singular*, *comum* e *individual*:

Esquema 3: Disposição dos termos utilizados por Abelardo



Fonte: Marques (2019).

Abelardo mostra primeiro que o universal e o singular mantêm uma relação de semelhança e diferença. A relação de semelhança consiste em que esses dois termos se

referem à palavra. A diferença justifica-se pelo fato de que o *universal* diz respeito ao que pode ser predicado de muitas coisas, e o *singular* ao que pode ser atribuído a uma única coisa. Então, os termos *individual* e *singular* mantêm uma relação de complementaridade, porque o *individual* concerne aos indivíduos singulares. Finalmente, entre os termos *comum* e *universal* surge tanto uma relação de semelhança, porque os dois termos se referem à *palavra universal*, quanto de complementaridade, porque o *comum* caracteriza o universal.

Enquanto Boécio pressupõe que os universais são formas reais na coisa, Abelardo conclui que as únicas formas universais são as palavras universais:

(...) uma palavra universal é aquela que, com base em sua invenção, pode ser predicada de várias coisas uma a uma. Por exemplo, o nome "homem", que pode ser associado a nomes particulares de homens de acordo com a natureza das coisas sobre as quais ele é imposto. Mas uma palavra singular é aquela que é previsível de uma coisa só. Por exemplo, "Sócrates", quando é tomado como o nome de apenas uma pessoa<sup>45</sup>. (Abelardo *apud* Spade, 1994, p. 37)

Essa compreensão de Abelardo baseia-se na concepção aristotélica dos universais, que aparece no *Da Interpretação*, segundo a qual “as coisas podem ser predicadas de muitas coisas”<sup>46</sup> (Klima, 2017, p. 15). Quando Abelardo afirma que “resta atribuir esse tipo de universalidade apenas às palavras” (Abelardo *apud* Spade, 1994, p. 37), ele inclui apenas as palavras no quadro dos universais (gêneros e espécies), todavia, ele reconhece que as coisas também podem ser consideradas como universais do ponto de vista da significação. Essa perspectiva semântica será desenvolvida por William d’Ockham.

Depois de Abelardo, a filosofia medieval é transformada por uma grande quantidade de novas traduções gregas e árabes, incluindo os outros escritos de Aristóteles (Spade, 1994, p. XI). Um realismo moderado, amplamente influenciado pela

---

<sup>45</sup> “A universal word is one that on the basis of its invention is apt to be predicated of several things one by one. For exemple the name 'man', which can be conjoined to particular names of men in accordance with the nature of the subject things it is imposed on. But a singular word is one that is predicable of one thing only. For exemple 'Socrates', when it is taken as the name of one person only” (Abelardo *apud* Spade, 1994, p. 37).

<sup>46</sup> “Entre as coisas, há as universais e as particulares, e isso em função de ser sua natureza tal que possam ser (as universais) ou não ser (as particulares) predicados de muitos sujeitos; das universais é exemplo *homem*, e das particulares, *Cálias*” (Aristóteles, Trad. Edson Bini, 2010, p. 86 [*De Interpretatione*, VII]).

doutrina aristotélica dos filósofos árabes Avicena<sup>47</sup> e Averróis<sup>48</sup>, permeia, então, profundamente o século XIII no Ocidente (Libera, 1990, p. 97). Avicena analisa as diversas formas de conceber o universal e distingue, no primeiro volume da *Metafísica*, três acepções que, reunidas, correspondem ao universal lógico ou, literalmente, ao “universal empregado em lógica”:

- (1) On peut parler d’‘universel’ « dans la mesure où » ce dont on parle « se prédique en acte de plusieurs » sujets.
- (2) Est également ‘universel’ « ce qui peut se prédiquer de plusieurs » sujets.
- (3) Enfin, est ‘universel’ « ce dont rien n’empêche de croire raisonnablement (*opinari*) qu’il peut se prédiquer de plusieurs sujets », même si, de fait, il n’y a en tout et pour tout qu’un seul sujet concerné. (Libera, 1996, p. 179)

Na terceira acepção, Avicena concebe o universal como uma *intenção*, cuja existência não precisa ser comprovada para que seja aceita, porque nada impede sua concepção como predicável de muitos. O critério ontológico “predicável de muitos” é então substituído pelo critério funcional, segundo o qual uma relação de atribuição entre as ideias se torna evidente, já que o universal como uma *intenção* pode se realizar em poucas coisas, em nenhuma, ou em apenas uma coisa. Avicena retoma, então, a noção de *intenção* para distinguir o *universal* e a *universalidade* ou, mais precisamente, para distinguir a intenção de um universal daquela de sua universalidade (Libera, 1996, p. 186-187). Como explica Libera (*ibid.*, p. 187), “a intenção de uma unidade ou de uma pluralidade liga-se àquela do universal sem fazer parte de seu conteúdo próprio, digamos de sua *λόγος*”, ou seja, de sua razão.

No que diz respeito aos primeiros autores medievais, essa distinção entre *universal* e *universalidade*, desenvolvida a partir da teoria aristotélica sobre a essência e

---

<sup>47</sup> Ibn Siná ou Avicena (980-1037) foi um grande filósofo e médico iraniano, nascido na região de Boukhara. Avicena representa uma das maiores fontes do pensamento medieval latino. Sua doutrina chegou ao Ocidente antes de a obra completa de Aristóteles ser integralmente conhecida. A obra de Avicena introduz, portanto, a filosofia em geral e o aristotelismo em particular no mundo ocidental. A obra *Al Schifá* (A cura), em dezoito volumes, contém a interpretação de Avicena da filosofia de Aristóteles. A influência dessa obra sobre o pensamento ocidental foi decisiva para o desenvolvimento da filosofia na Idade Média (cf. Libera 1990, p. 17; Gilson, 2001, p. 432).

<sup>48</sup> Ibn Rushd ou Averróis (1126-1198) foi um grande filósofo, jurista e médico espanhol, nascido em Córdoba. Escreveu sobre a medicina e a filosofia, entre outros, mas foram os seus comentários sobre as obras de Aristóteles que lhe renderam o título de “Comentador”. Escritos em árabe, para uso do califa, esses comentários foram traduzidos para o latim e o hebraico, sendo as traduções em latim difundidas no Ocidente. De acordo com Gilson (2001, p. 441), sua influência fez-se sentir não apenas na Idade Média e no Renascimento, mas também no início dos tempos modernos.



a existência<sup>49</sup>, é inédita (Libera, 1996, p. 185-189). Conforme Lizzini (2019, p. 6), Avicena, que distingue a essência e a existência, estipula que “a essência não coincide com sua existência: nem com sua existência mental, que está relacionada, mas não corresponde à universalidade, nem com sua existência concreta (...), que implica individualidade”, mas que a essência é acompanhada pela existência. Essa diferença justifica-se pelo fato de que a essência é apenas a essência. Enquanto essa corresponde ao universal, a existência corresponde à universalidade, e a universalidade não é senão um acidente do universal (Libera, 1996, p. 187). Sendo assim, “o universal (al-kullī), na medida em que é universal, é uma coisa, mas na medida em que é algo acompanhado pela universalidade, é outra coisa” (Avicena *apud* Lizzini, 2019, p. 6). O quadro 7 resume a concepção de Avicena acerca do universal:

Quadro 7 – Síntese dos termos utilizados por Avicena

|                |   |                       |
|----------------|---|-----------------------|
| Universal      | > | predicável de muitos  |
| Universal      | > | intenção mental       |
| Universal      | > | essência              |
| Universalidade | > | existência            |
| Universalidade | > | acidente do universal |

Fonte: Marques (2019).

Avicena também faz alusão aos três estados do universal: o ideal ou *ante rem*, o abstrato ou *post rem* e o concreto ou *in re*. O primeiro estado diz respeito à “ideia platônica”; o segundo, à “forma universal particularizada no singular ou universal em Aristóteles”; e o terceiro, ao “conceito geral abstrato extraído do sensível pelo intelecto” (Libera, 1998, p. 42). Essa teoria dos três estados do universal, apresentada por Avicena e herdada do neoplatonismo tardio (Libera, 1996, p. 183), foi especialmente retomada nas questões filosóficas na segunda metade do século XIII e influenciou amplamente as discussões posteriores.

No século XIV, essa concepção de Avicena em torno dos três tipos de universal alimentou a controvérsia entre os realistas e os nominalistas. Enquanto o realismo se

<sup>49</sup> Libera chama a atenção para o fato de os termos “essência” e “existência” pertencerem à escolástica latina do século XIII e não à Avicena (Libera, 1996, p. 185-186).

caracterizava pela distinção tripartite entre o “universal de causalidade (=ante rem), o universal de comunicação (=in re), e o universal de significação ou de representação (=post rem)”; o nominalismo caracterizava-se pela distinção bipartite entre o universal de causalidade concebido como a “causa de muitos”, por exemplo Deus, as inteligências e os corpos celestes e o universal de predicação ou de significação, caracterizado por ser um termo mental vocal ou escrito que é ‘predicável de várias’ coisas (Libera, 1990, p. 100-101).

O filósofo William d’Ockham<sup>50</sup> também abordou o problema dos universais no século XIV. Defensor de um nominalismo conceitualista, Ockham distingue-se de Abelardo (início do século XII), porque desenvolveu “a ideia de um nominalismo compatível com a existência de uma linguagem mental nitidamente distinta da linguagem verbal” (Neveu, 2008, p. 216), o que o leva a fundamentar sua teoria não na palavra, mas no conceito. Para Ockham, os universais, ou conceitos, referem-se a termos comuns subordinados a conceitos comuns na mente. Sendo assim, a universalidade concebida por Ockham “consiste simplesmente na universalidade de sua função representativa” (Klima, 2017, p. 23), ou seja, na função representativa dos conceitos baseados em princípios semânticos.

De acordo com Leite Júnior (2001, p. 88), Ockham trata dos universais em duas obras principais, o *Scriptum in Librum Primum Sententiarum* e a *Summa Logicae*. Na primeira, o autor dedica cinco questões<sup>51</sup> ao problema. As quatro primeiras mostram uma concepção dos universais como algo *extra anima* (fora da alma), ou seja, nas

---

<sup>50</sup> William d’Ockham, ou Guilherme de Occam, (1290?-1349), foi um monge franciscano, teólogo, lógico e filósofo, considerado como um dos mais originais pensadores da Idade Média. Nasceu em Ockham, cidade próxima à Londres e estudou na Universidade de Oxford (Neveu, 2008, p. 213), onde, em 1318, concluiu seus estudos filosóficos e teológicos, realizando o comentário ao Livro das Sentenças de Pedro Lombardo (*Scriptum et Quaestiones in Libros Sententiarum Petri Lombardi*). Sua obra, que aparece no contexto da crise escolástica, influenciou o pensamento moderno. Por questões religiosas, ele estabeleceu-se em Munique, em 1330, vindo a falecer vítima da peste negra, por volta de 1340. Ockham é o ponto de chegada filosófico e teológico de movimentos intimamente ligados à história da lógica medieval desde o tempo de Abelardo e à crise averroísta de fins do século XIII (Gilson, 2013, p. 789).

<sup>51</sup> “Na Quaestio IV diz Ockham: “Pergunto, primeiro, se aquilo que imediata e proximamente é denominado de intenção do universal e do unívoco é verdadeiramente alguma coisa fora da alma, intrínseca e essencial àqueles nos quais é comum e unívoco, distinto realmente deles”. A Quaestio V diz: “Pergunto em segundo lugar, se o universal e unívoco é verdadeiramente uma coisa fora da alma, realmente distinta do indivíduo, naquele também realmente existente, realmente multiplicado e variado”. A Quaestio VI é expressa deste modo: “Pergunto em terceiro lugar, se algo que é universal e unívoco é realmente fora da alma, a partir da natureza da coisa, distinto do indivíduo ainda que não realmente”. Na Quaestio VII é dito: “Pergunto em quarto lugar, se aquilo que é universal e comum unívoco é de algum modo realmente a parte da coisa fora da alma. Por fim, a Quaestio VIII diz: “Pergunto em quinto lugar, se o universal unívoco é alguma realidade existente subjetivamente em qualquer parte”” (Ockham *apud* Leite Junior, 2001, p. 90-91).

coisas, e na última questão o universal é concebido *in anima* (na alma). Ockham, no entanto, rejeita essas formas de realizar o universal nas coisas, como mostra a seguinte passagem:

Nada fora da alma, nem por si nem por algo de real ou de racional que lhe seja acrescentado, de qualquer modo que seja considerado e entendido, é universal, pois é tão impossível que algo fora da alma seja de qualquer modo universal (a menos que isso se dê por convenção, como quando se considera universal a palavra ‘homem’, que é particular), quanto é impossível que o homem, segundo qualquer consideração ou qualquer ser, seja asno. (Ockham, *In Sent.* I, d. II, q.7 S-T *apud* Abbagnano, 2018, p. 836)

Na segunda obra, a *Summa Logicae*, no capítulo XIV da primeira parte, Ockham trata dos termos que representam as coisas, que ele denomina “termos da primeira intenção”, bem como dos termos que deles derivam e que se referem ao conhecimento das coisas, os “termos de segunda intenção”. Esses termos de “segunda intenção” são o *universal*, o *gênero*, a *espécie*, ou seja, os termos que compõem os cinco predicáveis. Deduzimos, então, que o *singular* compõe os termos de “primeira intenção”.

O termo *singular*, opondo-se ao termo *universal*, é entendido de acordo com os dois seguintes significados: 1. o que é numericamente um e 2. o que, sendo numericamente um, não é um sinal natural e convencional de muitos. Na primeira acepção, o autor dá como exemplo o próprio *universal*:

Compreendido “singular” desta maneira, aqueles que julgam ser o universal uma qualidade da mente, predicável de muitas coisas (representando-as e não a si mesma), precisam dizer que todo universal é verdadeira e realmente singular. (Ockham, *Summa Logique*, I, cap. 14 *apud* Mattos, 1979, p. 360)

Nesse sentido, o *universal* enquanto “intenção mental” é numericamente singular e uno, já que se trata de uma coisa e não de várias, embora a intenção mental signifique muitas coisas. Assim, “todo universal é uma coisa singular, e por isso não há universal senão pela significação, enquanto é sinal de muitas coisas” (Ockham, *Summa Logique*, I, cap. 14 *apud* Mattos, 1979, p. 361). Conforme Ockham, essa concepção semântica de universal aparece no livro V da *Metafísica* de Avicena: “uma só forma no intelecto refere-se à multidão, e sob esse aspecto é universal, porque este mesmo é uma intenção mental relativa igualmente a qualquer coisa que se tome” (*ibid.*).

Na segunda acepção, o *singular*, que numericamente é um, não é um sinal natural e convencional de muitos. Ockham afirma que “nesse sentido nenhum universal é singular, porque todo universal destina-se a ser sinal de muitas coisas e predica-se, por natureza, de muitas coisas” (Ockham, *Summa Logique*, I, cap. 14 *apud* Mattos, 1979, p. 361). Essa concepção acerca do *universal*, como aquilo que não é um, o leva a negar a existência dos universais e a considerar apenas a existência dos singulares, uma vez que “só as individualidades existem, quer sejam entidades mentais ou físicas” (Neveu, 2008, p. 214). Desse modo, o autor considera que

o universal é uma intenção singular da própria alma, capaz de ser predicada de muitas coisas, de modo que pelo fato de se destinar a ser predicada de muitas coisas, não representando a si mesma e sim essas muitas coisas, se chama universal; contudo, pelo fato de ser uma forma realmente existente no intelecto, denomina-se singular. (Ockham, *Summa Logique*, I, cap. 14 *apud* Mattos, 1979, p. 361)

Essa compreensão de Ockham sobre o *universal* é, de acordo com Libera (1996, p. 385), uma reinterpretação da doutrina de Avicena, “a partir da teoria do signo-conceitual, do que Avicena tinha pensado no nível da *intentio*: um duplo estatuto ao mesmo tempo singular e universal do universal”. Assim como Avicena, Ockham considera, portanto, o *universal* sob dois aspectos: como conceito mental referente a uma pluralidade de objetos singulares, e uma forma una na mente.

Ainda conforme Ockham, há dois tipos de universal: 1. um signo naturalmente predicável de muitas coisas e 2. outro signo estabelecido arbitrariamente. O primeiro é exemplificado pelo autor nos seguintes termos:

(...) em grande parte como a fumaça significa naturalmente o fogo, o gemido do enfermo indica a dor e o riso demonstra a alegria interna (...). (Ockham, *Summa Logique*, I, cap. 14 *apud* Mattos, 1979, p. 360)

O *universal* como signo conceptual natural é um conceito mental e, portanto, pode ser predicado de muitas coisas, de modo que nesse sentido não existe nenhuma forma universal *extra anima*, a saber, fora da alma, ou extramental, mas apenas *in anima*. Trata-se, portanto, de uma existência subjetiva, de uma “qualidade realmente inerente a um sujeito: a alma” (Libera, 1996, p. 385). O segundo tipo de universal, arbitrariamente determinado, refere-se à “palavra” pronunciada que, embora de natureza

singular, pode ser considerada como um *universal*, em virtude de uma convenção estabelecida, ou seja, como “um signo instituído voluntariamente para significar muitas coisas” (Ockham, *Summa Logique*, I, cap. 14 *apud* Mattos, 1979, p. 361). Nesse sentido, o universal é visto como um signo vocal convencional.

Ockham também se interessa pelas questões<sup>52</sup> de Porfírio. De acordo com Libera (1996, p. 391-392), Ockham estipula os seguintes pontos: 1. “os gêneros e as espécies estão somente no intelecto, porque eles são apenas intenções ou conceitos formados pelo intelecto exprimindo as essências das coisas e as significando”; 2. “Se falamos de sons vocálicos” tomados como coisas, “os gêneros e as espécies e todos os universais desse tipo são incorpóreos”, porque eles estão apenas no espírito em que não há nada corpóreo”; 3. os universais incorpóreos “não estão nem nos sensíveis, nem na essência dos sensíveis, nem em partes do sensível, porque eles não são nem partes das substâncias nem da essência das substâncias, mas fazem somente conhecer a substância das coisas, como os signos fazem conhecer seus significados”.

Em Ockham, os termos *universais* e *universal* referem-se ao gênero e às espécies como conceitos da mente separados das coisas sensíveis. O termo *comum* é utilizado como sinônimo de *universal* no que concerne à palavra instituída arbitrariamente. Entretanto, os nomes comuns, por exemplo, “homem”, significam substâncias e, assim considerados, não são universais. O termo singular, por outro lado, opõe-se à *universal* e é usado como sinônimo de *individual*. O quadro 8 resume as concepções de Ockham para esses diferentes termos:

#### Quadro 8 – Síntese dos termos utilizados por Ockham

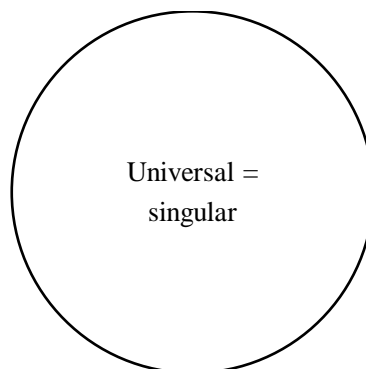
|   |
|---|
| Universais > universal > gênero, espécies > conceito mental |
| Universal > comum > palavra instituída arbitrariamente.     |
| Universal = singular  |
| Singular > individual                                       |

Fonte: Marques (2019).

<sup>52</sup> 1. Les genres et les espèces subsistent-ils en dehors de l'âme ou sont-ils seulement dans l'intellect? 2. Sont-ils corporels ou incorporels? 3. S'ils sont incorporels, sont-ils séparés des sensibles ou dans les sensibles? (Libera, 1996, p. 391-392)

A partir desse quadro, a concepção de Ockham dos termos *universal*, *singular*, *comum* e *individual* pode ser ilustrada pelo esquema 4:

Esquema 4: Disposição dos termos utilizados por Abelardo



Fonte: Marques (2019).

Do ponto de vista semântico, Ockham estabelece uma relação de igualdade entre o universal e o singular, na medida em que afirma que “todo universal é uma coisa singular”. Ainda segundo esse autor, o comum caracteriza o universal, e o individual caracteriza o singular. Não existe, portanto, nenhuma distinção entre o universal e o comum, ou entre o singular e o individual.

Por fim, o quadro 9 apresenta brevemente as diferentes noções de universal entre os filósofos estudados.

Quadro 9 – Síntese dos conceitos de *universal*

| <b>Autores</b>                | <b>Conceitos</b>  |
|-------------------------------|---|
| Aristóteles<br>(384-322 a.C.) | O universal é “predicado de vários”. ( <i>De Interpretatione</i> )              |
| Porfírio<br>(232-305 d. C.)   | O universal é “predicado de vários”.  |
| Boécio<br>(480-524?)          | O universal é “algo comum ou compartilhado por várias coisas”.                  |
| Abelardo<br>(1079-1142)       | O universal é o que pode ser naturalmente predicado de muitos tomados um a um.  |
| Avicena<br>(980-1037)         | O universal é uma <i>intenção</i> .<br>Universal é diferente de universalidade. |
| Ockham<br>(1290-1349)         | O universal é um conceito mental.   |

Fonte: Marques (2019).

Essa concepção dos universais na Idade Média gira em torno das indagações de Porfírio e resulta das reflexões filosóficas sobre a linguagem. Essas reflexões não se estendem à gramática especulativa. No entanto, consideramos relevante abordar essa questão para mostrar as diversas nuances tomadas pelo tema da universalidade no curso do tempo.

O próximo subcapítulo abordará o desenvolvimento da noção de universalidade na gramática especulativa.

### **1.1.2.2 A concepção de universal na gramática modista de Thomas de Erfurt**

Contrariamente aos filósofos medievais, os gramáticos modistas não trataram do problema dos universais. Os modistas abandonaram essas questões porque elas não contribuíam para o estudo da construção, objeto da gramática especulativa (Rosier, 1983, p. 43). A noção de universal, contudo, figura na gramática modista e diz respeito: 1. à concepção da gramática como ciência universal; 2. à elaboração de uma teoria da linguagem que os próprios modistas consideravam universal; 3. à universalidade do latim como língua de erudição.

Segundo Kelly (1997, p. 4-5), desde os Pais da Igreja até o século XII, a gramática era considerada como uma *arte* (do latim *ars grammatica*), ou seja, uma técnica (do grego *tekhnē grammatikē*) voltada para a prescrição do latim. Seu principal objetivo era o ensino do latim, língua necessária à leitura e à interpretação dos textos religiosos e clássicos (Rosier, 1983, p. 23). A gramática ocupa, então, um lugar de destaque nos estudos medievais. Considerada a mais importante entre as *artes liberales*, ela dá acesso às outras artes (Bursill-Hall, 1972, p. 15). Com o renascimento da lógica no século XI, a partir da redescoberta dos textos aristotélicos, a gramática deixa de ser um método utilizado para a interpretação dos textos clássicos e religiosos e passa a ser concebida como uma *ciência* (Bursill-Hall, 1972, p. 18-19; Rosier, 1983, p. 23; Libera e Rosier, 1992, p. 115) e, como tal, reorienta os estudos para as propriedades gerais da linguagem (Thomas, 2010, p. 304). Nas palavras de Thurot (1869, p. 120), “la grammaire n’était plus l’art de parler et d’écrire correctement. Elle était devenue une

science purement spéculative, qui avait pour but non d'exposer les faits, mais d'en expliquer les raisons par les premiers principes". Ela concentra-se, então, na teoria em detrimento dos dados.

De acordo com os estudiosos modernos (Bursill-Hall, 1972; Rosier, 1983; Kelly, 1997; Thomas, 2010), a concepção da gramática como ciência universal e demonstrativa advém dos *Segundos Analíticos* de Aristóteles. Vejamos três passagens nas quais Aristóteles define e caracteriza a ciência:

Nous estimons posséder la science d'une chose d'une manière absolue, et non pas, à la façon des Sophistes, 10 d'une manière purement accidentelle, quand nous croyons que nous connaissons la cause par laquelle la chose est, que nous savons que cette cause est celle de la chose, et qu'en outre il n'est pas possible que la chose soit autre qu'elle n'est. Il est évident que telle est la nature de la connaissance scientifique; (...). Mais ce que nous appelons ici *savoir* c'est connaître par le moyen de la démonstration. (Seconds Analytiques, 71b10, trad. Tricot, 2000, p. 7)

(...) toute science démonstrative tourne autour de trois éléments : ce dont elle pose l'existence (c'est-à-dire le genre dont elle considère les propriétés essentielles); les principes communs, appelés axiomes, vérités premières d'après lesquelles s'enchaîne la démonstration; 15 et, en troisième lieu, les propriétés, dont la science pose, pour chacune, la signification. (Seconds Analytiques, 76b11-15, trad. Tricot, 2000, p. 56)

Toutes les sciences communiquent entre elles par les principes communs. Or j'appelle principes communs ceux qui jouent le rôle de base dans la démonstration, et non pas les sujets sur lesquels porte la démonstration, ni les attributs démontrés. (Seconds Analytiques, 77a26, trad. Tricot, 2000, p. 62)

Aristóteles apoia a ciência em dois critérios: a universalidade e a demonstração, sendo seu objetivo principal a busca das causas da existência das coisas, ou seja, a busca do princípio e do fundamento das coisas. Na gramática modista, essas coisas não se referem às causas da disciplina, mas àquelas da invenção dos nomes ou das partes do discurso (Bursill-Hall, 1971, p. 28 *apud* Rosier, 1983, p. 29).

Para Rosier (1983, p. 28), Robert Kilwardby<sup>53</sup> é o primeiro gramático a utilizar essas noções aristotélicas sobre a ciência. Apoiando-se principalmente nos *Segundos*

---

<sup>53</sup> Robert Kilwardby foi um gramático inglês nascido em Yorkshire, provavelmente, em 1215. Kilwardby começa seus estudos universitários em Paris por volta de 1231. Em 1237, ele torna-se mestre de Artes na Faculdade de Artes, da Universidade de Paris, onde permanece até 1245 quando retorna à Inglaterra e



*Analíticos*, Kilwardby concebe a gramática como uma ciência universal e demonstrativa em seu comentário do *Priscianus Maior*, escrito por volta de 1250, e responde, assim, à definição de ciência dada por Aristóteles (Libera e Rosier, 1992, p. 119; Rosier, 1983, p. 28; Thomas, 2010, p. 303-304). Segundo Thomas (2010, p. 303-304), Kilwardby compara o estudo da gramática ao da geometria. Como a geometria, a gramática abstrai as propriedades particulares de seu objeto, que neste caso são as propriedades do latim, para estudar as propriedades gerais das línguas.

Um outro gramático contemporâneo de Kilwardby, Roger Bacon<sup>54</sup>, também chama a atenção, em sua gramática do grego, publicada em 1270, para a natureza universal da gramática. Ao afirmar, notoriamente, que “a substância da gramática é a mesma em todas as línguas, embora varie acidentalmente”<sup>55</sup>, Bacon entende que as línguas dispõem de características tanto particulares quanto comuns. Conforme explica Bursill-Hall (1972, p. 18-19), para Bacon, a “ideia da natureza universal da gramática” faz referência ao “nível de estrutura profunda em oposição à relativa falta de importância das diferenças de superfície entre as línguas”. Bacon concebe a existência de uma gramática universal associando-a à ideia de uma gramática científica<sup>56</sup>. Na verdade, é o estudo das características comuns às línguas que confere à gramática o estatuto de ciência. É essa compreensão da gramática como ciência universal que os modistas vão retomar.

---

entra na Ordem dos Dominicanos. De 1254 a 1261, Kilwardby ensina teologia na Universidade de Oxford. Uma lista completa de obras de Kilwardby inclui textos sobre lógica, gramática, teologia e filosofia natural. Kilwardby morreu em Viterbo, na Itália, em 1279. Para Bursill-Hall (1972, p. 18), Kilwardby foi um dos gramáticos mais influentes do século XIII e seus comentários sobre *Prisciano Maior* (1250) foram importantes para o desenvolvimento da teoria no período imediatamente anterior aos modistas.

<sup>54</sup> Roger Bacon nasceu em Ilchester, na Inglaterra, entre 1214 e 1220, e estudou em Oxford. Por volta de 1237, ele inicia seus estudos na faculdade de Artes da Universidade de Paris, onde se torna mestre de Artes. Bacon é contemporâneo de Robert Kilwardby, Peter da Espanha e Alberto, o Grande. De volta a Oxford, entra na ordem dos franciscanos. Acusado de praticar magia, por seus estudos sobre astronomia, é condenado e preso por cerca de quinze anos. Bacon morre sobrecarregado de enfermidades, um ano após deixar a prisão, em 1292 (Hackett, 2015).

<sup>55</sup> De acordo com Bacon (*The Greek Grammar*, 1902 [1270], p. 27), « grammatica una et eadem est secundum substantiam in omnibus linguis, licet accidentaliter varietur ».

<sup>56</sup> Thomas (2010, p. 303) refuta a hipótese de que Bacon seja, como muitos autores consideram, o precursor da teoria modista. A autora vale-se dos estudos de Hovdhaugen (1990), que mostram que a universalidade evocada por Bacon na frase "a substância da gramática é a mesma em todas as línguas, embora varie acidentalmente" diz respeito às técnicas de análise linguística. Em outras palavras, é "a ciência de descrever e analisar a linguagem" que é universal.

Thomas de Erfurt<sup>57</sup>, que pertence à terceira geração dos gramáticos modistas (Beccari, 2013, p. 16), é um dos principais representantes da teoria especulativa. Ele redige sua gramática especulativa, *Tractatus de modis significandi seu grammatica speculativa*<sup>58</sup> entre 1300 e 1310, cerca de quarenta anos após a primeira gramática modista, *Modi Significandi*, de Martin de Dacie, datada de 1270<sup>59</sup>. Segundo os estudiosos modernos (Bursill-Hall, 1972; Rosier, 1983; Beccari, 2013), muitos manuscritos foram divulgados no período entre a publicação dessas duas obras, o que denota a importância dessa teoria na Idade Média. No entanto apenas os manuscritos de Martin de Dacie e de Thomas de Erfurt chegaram até nós em sua totalidade (Bursill-Hall, 1972, p. 26).

Rosier (1983, p. 18) chama a atenção para a semelhança entre os trabalhos dos dois gramáticos modistas, apesar dos quarenta anos que os separam. Conforme explica a autora, as duas obras são apresentadas de forma bastante teorizada. Suas gramáticas são divididas em três partes: preâmbulo, etimologia (*etymologiam*) e sintaxe (*diasyntheticam*). Certas formulações de Thomas de Erfurt já foram colocadas por Martin. Por exemplo, em ambos os autores, a Sintaxe é fortemente ligada à etimologia, o que leva Rosier a considerar Martin de Dacie como a principal fonte de Thomas de Erfurt. No entanto, outros autores também figuram no horizonte de retrospectiva (Auroux, 2009) da doutrina modista e, conseqüentemente, de Thomas de Erfurt. Bursill-Hall (1972, p. 5-6) explica que os modistas aproveitaram as tradições filosófica e gramatical gregas, transmitidas pelas teorias metafísicas, pelos gramáticos latinos

---

<sup>57</sup> Thomas de Erfurt foi professor na Faculdade de Artes da Universidade de Paris, onde estudou, e também em Erfurt, na Alemanha, nas escolas de St. Severus e Schottenkloster (Bursill-Hall, 1972, p. 27). De acordo com esse autor (1972, p. 28), Thomas de Erfurt passou a maior parte de sua vida em Erfurt e escreveu além de sua gramática especulativa, alguns comentários sobre as obras aristotélicas e um tratado elementar métrico sobre sintaxe, o *Fundamentum puerorum*, destinado aos alunos do ensino básico. Os estudiosos modernos consideram a gramática de Thomas de Erfurt como uma síntese da teoria modista.

<sup>58</sup> Na tradução da gramática de Thomas de Erfurt feita por Bursill-Hall (1972) consta o título, *De Modis Significandi sive grammatica speculativa* e na tradução de Beccari (2013) consta o título *Tractatus de modis significandi seu grammatica speculativa*, em português, *Tratado dos modos de significar ou gramática especulativa*. Optamos pelo título de Beccari porque utilizamos sua edição da gramática de Thomas de Erfurt.

<sup>59</sup> A primeira geração começa com Martin de Dacia e sua gramática denominada *Modi Significandi*, escrita por volta de 1270 (Bursill-Hall, 1972, p. 26). Martin de Dacia foi um lógico e gramático dinamarquês (Rosier, 1983, p. 18-19) que estudou e ensinou na Faculdade de Artes de Paris. Ele é considerado pelos estudiosos modernos (O'Mahony, 1964 *apud* Rosier, 1983; Bursill-Hall, 1972) como o primeiro gramático modista. De acordo com Rosier (1983, p. 18), Martin retorna à Dinamarca em 1288 e desenvolve um papel político importante como chanceler do rei Erik VI. Martin morre em Paris em 1304.

Donato e Prisciano<sup>60</sup>, bem como por Pièrre Hélie<sup>61</sup>, Roberty Kilwardby e Roger Bacon, que desenvolveram e refinaram os conhecimentos do ponto de vista gramatical e filosófico.

O termo *modista*, no entanto, é posterior à emergência desse movimento. Ele aparece apenas no Renascimento (Rosier, 1983, p. 9) e designa esse grupo de gramáticos medievais que trabalhou na Faculdade de Artes da Universidade de Paris, na virada dos séculos XIII-XIV, e que fundamentou sua teoria sobre a noção dos *modos de significar* (Bursill-Hall, 1972; Rosier, 1983; Beccari, 2013). Na verdade, os *modos de significar* podem ser considerados não apenas do ponto de vista teórico, já que os modistas utilizaram essa noção para elaborar uma teoria da linguagem que eles consideravam como “genuinamente universal” (Bursill-Hall, 1972, p. 5), mas também do ponto de vista metodológico, porque eles analisam os fenômenos linguísticos com esses mesmos modos.

As gramáticas modistas iniciam com um próêmio teórico no qual os gramáticos definem e estabelecem os princípios da gramática (Rosier, 1983, p. 18-22). A gramática especulativa de Thomas de Erfurt não foge a essa regra. O modista começa, então, pelos seguintes termos:

1 *Disposição do método*. Visto que em toda ciência saber, e entender relacionam-se com o conhecimento de princípios, como está escrito no primeiro livro e no comentário da *Física* de Aristóteles, é oportuno para nós, desejosos de conhecer a ciência da gramática, determo-nos em todos os seus princípios, cujos modos são os modos de significar<sup>62</sup>. (Thomas de Erfurt *apud* Beccari, 2013, p. 226)

O objetivo de Thomas de Erfurt em sua gramática especulativa é conhecer a ciência gramatical. Para alcançá-lo, é necessário primeiramente conhecer seus princípios. Esses, juntamente com o método, bem como o sujeito e o objeto próprios

---

<sup>60</sup> De acordo com Bursill-Hall (1972, p. 6), isso pode ser aplicado especialmente a Prisciano, uma vez que era prática comum, na Idade Média, ensinar gramática comentando as monumentais *Institutiones Grammaticae* de Prisciano, embora os gramáticos latinos se contentassem em aceitar o modelo da gramática grega.

<sup>61</sup> Pièrre Hélie é uma autoridade medieval em matéria de gramática e os modistas vão discutir suas ideias (Rosier, 1983, p. 13).

<sup>62</sup> Segundo Aristóteles (Physique, Livre I, 184a10 *apud* Rosier, 1983, p. 210): “Connaissance et science se produisant dans tous les ordres de recherche dont il y a principes ou causes ou éléments, quand on a pénétré ces principes, causes ou éléments (en effet nous ne pensons avoir saisi une chose que lorsque nous en avons pénétrés les choses premières, les principes premiers et jusqu’aux éléments), il est donc clair, que, dans la science de la nature, il faut s’efforcer de définir d’abord ce qui concerne les principes”.

caracterizam a gramática como uma ciência universal. Segundo o autor, os princípios são os modos de significar e o método utilizado, que deve ser demonstrativo como para todas as ciências, é o modo de significar. No entanto, como os modos de significar, ou seja, os princípios da gramática, não são demonstráveis, as conclusões que resultam do raciocínio sobre eles se estabelecem a partir deles mesmos (Rosier, 1983, p. 31)<sup>63</sup>. Ainda segundo Rosier, o método utilizado pelos modistas é do tipo dedutivo, porque os gramáticos partem dos primeiros princípios da ciência para alcançar o discurso completo, formado por um *suppositum* e um *appositum* (Libera e Rosier, 1992, p. 169). Quanto ao sujeito da gramática, a saber, a finalidade da teoria ou o que ela procura ensinar, Boécio de Dacie afirma que o sujeito da gramática especulativa é a expressão de um conceito da mente<sup>64</sup>. No entanto, Thomas de Erfurt determina que essa mesma expressão constitui o objetivo da construção:

O princípio final é a expressão de um conceito composto da mente. Porque, como consta no texto 21 do livro X da *Metafísica*, o fim é para o que alguma coisa é feita: **a construção das partes da oração é feita para a expressão de um conceito composto da mente. Portanto, a expressão de um conceito composto da mente é o fim da construção.** Por isso, Aristóteles diz no primeiro capítulo do primeiro livro do *Da interpretação*, que as coisas que estão em palavras, i.e., as palavras na proferição, que são as sentenças gramaticais, são indícios dos estados das coisas que estão na alma, a saber: sinais de um conceito da mente ou da alma. A finalidade de um sinal é seu significado. **A finalidade de uma construção ou sentença na gramática é a expressão de um conceito da mente.** (Thomas de Erfurt *apud* Beccari, 2013, p. 365, grifo nosso)

Como ciência, a gramática é universal, ou seja, é a mesma para todos, porque os modistas não tratam das variações no aspecto material das línguas, mas na parte imaterial. Em outras palavras, os modistas tratam das propriedades gerais da linguagem, no que elas têm em comum, a saber, os princípios, o sujeito e o método. Vale notar que os modistas admitem a universalidade dos princípios, porque eles se originam de coisas que são comuns a todos. A esse respeito, Jean de Dacie afirma:

---

<sup>63</sup> “L'on peut dire que, comme c'est le cas pour toute science, les principes communs et les principes propres en sont indémontrables, mais les conclusions qui en découlent sont démontrables à partir d'eux” (Boécio de Dacie, p. 31, 82-85 *apud* Rosier, 1983, p. 31).

<sup>64</sup> “Le grammairien enseigne la manière d'exprimer un concept mental en un discours correct ; tel est le sujet de la grammaire et son but suprême, tel est ce que l'on peut attendre de cette science, la grammaire” (Boécio de Dacie, p. 31, 82-85 *apud* Rosier, 1983, p. 29).

La grammaire a son origine dans le choses, puisqu'elle n'est pas une fiction de l'intellect : aux fictions en effet ne répond rien dans les choses hors de l'âme. Or, les natures des choses sont les mêmes chez tous, selon l'espèce et selon l'essence ; il en est donc de même de leurs propriétés, qui sont les modes d'être, dont sont tirés les modes d'intelliger et par consequente les modes de signifier et par suite les modes de construire. (Jean de Dacie, p. 54, 30-35, 3 *apud* Rosier, 1983, p. 36)

Thomas de Erfurt também compartilha dessa compreensão, como mostra este trecho do capítulo II:

*De onde o modo de significar se origina fundamentalmente*

**4 Todo modo de significar ativo é derivado de alguma propriedade da coisa.** Com respeito a esse tópico, deve-se observar que essas disposições ou modos de significar ativos não são ficções e que, necessariamente, todo modo de significar ativo deve originar-se fundamentalmente de alguma propriedade da coisa. Isso evidencia-se da seguinte forma: quando o intelecto designa uma palavra para significar de acordo com algum modo de significar ativo, ele considera na coisa a propriedade em si mesma da qual o modo de significar é originalmente derivado. Isso ocorre porque o intelecto, que é uma qualidade passiva e indeterminada por si mesma, não vai ao ato determinado a não ser que seja determinado por algo externo. Disso decorre que quando o intelecto designa uma palavra para significar de acordo com determinado modo de significar ativo, é necessário que ele seja movido por uma determinada propriedade da coisa. Portanto, para qualquer modo de significar ativo corresponde alguma propriedade da coisa ou um modo de ser da coisa. (Thomas de Erfurt *apud* Beccari, 2013, p. 229-230, grifo nosso)

Os modistas acreditavam que a origem dos modos de significar estava nas coisas, daí seu caráter realista. Conforme explica Bursill-Hall (1972, p. 22), para os modistas, a gramática estava fundamentada na realidade. Logo, ela era subordinada à estrutura da realidade. Desta maneira, as regras gramaticais eram as mesmas para todas as línguas, porque a estrutura da realidade é idêntica para todos.

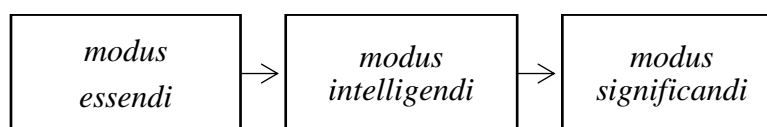
A noção de universal na gramática modista também diz respeito, como mencionado anteriormente, à elaboração de uma teoria da linguagem que os próprios modistas consideravam como “universal” (Bursill-Hall, 1972, p. 5). Baseados em um realismo moderado de natureza aristotélica (Beccari, 2013, p. 156)<sup>65</sup>, os gramáticos

---

<sup>65</sup> De acordo com Leite Júnior (2001, p. 28), o realismo moderado ou aristotélico é uma corrente do realismo que concebe os universais como existentes nas coisas. Esses universais compartilham “uma essência comum presente apenas nas coisas sensíveis”. Em oposição a essa corrente, o realismo

modistas ordenam essa teoria em termos de *modi essendi*, *modi intelligendi* e *modi significandi*, caracterizando-os segundo suas propriedades – do ser, da intelecção e da significação. Assim, os modos de ser, de entender e de significar designam respectivamente as propriedades das coisas fora do intelecto, as propriedades das coisas no intelecto e essas mesmas propriedades significadas pelas *vox*, ou seja, pela palavra (Rosier, 1983, p. 45-47). Conforme explica Robins (2013, p. 69), segundo os modistas, o processo ocorre da seguinte maneira: “a mente abstrai os *modi essendi* das coisas, considera-os como *modi intelligendi*, e a linguagem permite que tais abstrações sejam comunicadas por intermédio dos *modi significandi*”. Em outros termos, a estrutura formal dos *modos de significar* das palavras deve sua existência aos *modos de entender*, que por sua vez procedem dos *modos de ser*. Os quadros a seguir mostram a sequência desse processo:

Quadro 10 – Sequência do processo de construção do conhecimento de acordo com a teoria modista



Fonte: Beccari (2013, p. 98).

Os modistas acreditavam que esse processo era comum a todos os homens e, portanto, que todas as línguas se baseavam, apesar das diferenças superficiais, nos mesmos princípios.

Thomas (2010, p. 304) afirma que esse vocabulário metalinguístico desenvolvido pelos modistas foi utilizado para analisar as relações, que eles consideravam como universais, entre as unidades semânticas e as formas sintáticas; relações baseadas naquelas entre o pensamento e a linguagem. Além disso, um outro elemento, o real, é acrescentado a esse esquema, pois os modistas consideravam não apenas os modos de significar, ou seja, as propriedades das palavras que se encontram na esfera da intelecção e da significação, mas também a propriedade real da palavra, tal

---

exagerado ou platônico também concebe a existência real dos universais, todavia essa existência é “separada, anterior e independente das coisas” nas quais elas se manifestam.

como ela se encontra fora do intelecto (Rosier, 1983, p. 45). Existe, portanto, uma relação entre o real, o intelecto e a *vox* e não apenas entre o intelecto e a linguagem.

Também é apropriado considerar, na gramática modista, a universalidade do latim como língua de erudição. Na cultura medieval, o latim configurava-se como um meio de expressão dos homens letrados e dos religiosos, tendo permanecido por muito tempo como a língua do ensino e da igreja (Lusignan, 1987, p. 955; Mohrmann, 1958, p. 266). Segundo Mohrmann (1958, p. 266), o cristianismo adota o latim como língua oficial da igreja. Ele é utilizado em documentos eclesiais, no culto católico e na comunicação entre os eclesiásticos. O ensino medieval concerne às sete artes liberais, compostas pelas artes do *trivium* – gramática, dialética e retórica –, e do *quadrivium* – aritmética, música, geometria e astronomia –, o primeiro grupo predominando sobre o segundo, com destaque para a gramática, que servia de propedêutica para as outras artes.

De acordo com Rosier (1983, p. 26), antes do advento da gramática especulativa, o latim era sinônimo de gramática. Conhecer o latim implicava conhecer a gramática latina. Os modistas dissociam esses dois ensinamentos e a gramática passa a designar a ciência que se interessa pelas propriedades gerais da linguagem (Rosier, 1983, p. 23-27), compostas pela “superestrutura gramatical que havia sido desenvolvida pelos eruditos da língua greco-romana - agora atribuída a todas as línguas - incluindo as oito partes do discurso e os quatro níveis de crescente complexidade organizacional (*littera, sillaba, dictio, oratio*)” (Thomas, 2010, p. 303). O latim, por sua vez, adquire um estatuto de língua universal. Ele é utilizado pelos eruditos não apenas no ensino e na religião, mas também na ciência, na literatura, e ainda na vida civil (Mohrmann, 1929, p. 275-276), o que explica seu uso exclusivo pelos modistas para ilustrar sua teoria dos modos de significar.

Deve-se notar que os modistas não concebem o latim como uma língua particular a ser descrita. Conforme explicam Colombat *et al.* (2017, p. 172), o estatuto do latim, na gramática especulativa medieval, difere das gramáticas anteriores, justamente porque o latim não é uma língua objeto, mas uma língua abstrata. Os modistas utilizam o latim como um modelo, uma metalinguagem, de modo que essa língua representa a seus olhos a especificação da gramática universal, das classes de palavras e da sintaxe da língua “perfeita” (Bursill-Hall, 1972, p. 19). É por essa razão e, também, pela estabilidade de suas propriedades, categorias e regras, que os modistas se

interessaram pelo latim e por seus fundamentos, o que justifica o objetivo desses gramáticos de “mostrar as leis gerais” que regem essa língua (Rosier, 1984, p. 30-31).

Assim, o “unilinguismo latino” na Idade Média justifica-se, de acordo com Lusignan (1987, p. 956), pelas “exigências aristotélicas de cientificidade que lhe fazem buscar o universal”. Os gramáticos modistas, embora reconhecessem a existência de outras línguas (Rosier, 1983, p. 25; Thomas, 2010, p. 303), não se preocupavam de forma alguma com a diversidade das línguas, porque, naquele momento, o latim era a única língua no Ocidente que dava acesso a um conjunto de saberes. Os modistas poderiam, portanto, utilizá-la de modo mais reflexivo para exprimir suas ideias. O latim não era, todavia, uma língua materna, mas uma língua aprendida, ou seja, uma segunda língua. Concretamente, o “unilinguismo latino” não existia, porque os homens letrados, os gramáticos e os religiosos da Idade Média eram bilíngues (Lusignan, 1987, p. 959).

Ressalte-se também que a teoria sintática dos modistas ocupa um lugar importante na história da gramática (Rosier, 1983, p. 137), o que contraria a ideia há muito aceita de um estudo superficial da sintaxe durante a Idade Média e o Renascimento. De acordo com Rosier (1972, p. 35), os modistas interessam-se pela pesquisa das regras gerais, que dizem respeito aos modos de significar e às propriedades das partes do discurso e da sintaxe, o que torna a formulação dessas regras mais flexível e mais geral. Eles analisam o sistema das *partes orationes* e da sintaxe do latim por meio *dos modos de significar*, considerando tanto o critério sintático quanto o critério semântico (Bursill-Hall, 1972, p. 35).

Thomas de Erfurt baseia-se em quatro causas aristotélicas para organizar os princípios da sintaxe: o material, o formal, o eficiente e o final. Segundo o autor (cap. XLV, 89 *apud* Beccari, 2013, p. 362), esses princípios são necessários para a construção de um discurso gramatical e completo. O princípio material da construção é composto por dois *construtíveis* interdependentes, o *dependens* e o *terminans*, o segundo completando o sentido do primeiro. O princípio formal é a união dos construtíveis, ou seja, somente a união dos construtíveis torna a construção possível. O princípio eficiente divide-se em dois: intrínseco e extrínseco. No primeiro, inerente aos construtíveis, são os modos de significar que estabelecem uma relação de dependência ou de determinação entre os termos, ou construtíveis. Por sua vez, o extrínseco, por ser exterior aos construtíveis, é o intelecto “que une em ato, na construção e no discurso, os construtíveis dispostos e preparados pelos modos de significar” (Thomas de Erfurt, cap.



XLV, 89, *apud* Beccari, 2013, p. 364-365). O princípio final é a expressão de um conceito composto pela mente, ou seja, a construção das partes da oração é feita para expressar um conceito composto na mente.

Segundo Thomas de Erfurt, as disposições do discurso são três: *constructione*, *congruitate* e *perfectione*. A *constructio* diz respeito à “união de dois construtíveis”, ou seja, de dois termos; a *congruitas* é “a união *correta*” (Baratin *et al.*, 1999, p. 153) desses construtíveis; e a *perfectio* é a completude pela “união *correta*” dos construtíveis, ou seja, de um suposto (substantivo próprio ou comum) com um aposto (verbo ou advérbio) (Thomas de Erfurt *apud* Beccari, 2017, p. 387). O modista trata dessa dicotomia *suppositum-appositum*, o que lhe permite pressupor o caráter universal da construção latina. Para Bursill-Hall (1972, p. 97), a realização mais importante de Thomas de Erfurt é precisamente o aperfeiçoamento dessa divisão, que ele entende como uma oposição fundamental, permitindo-lhe postular a bipartição essencial de todas as outras construções. O objetivo final da gramática, que é a constituição de uma intelecção, ou um conceito composto na mente, só é alcançado se essas três disposições, ou momentos do discurso, forem respeitadas (Rosier, 1983, p. 138).

No final do século XIV, essa doutrina dos modos de significar sofreu duras críticas por parte dos gramáticos nominalistas, inspirados nas obras de Guilherme de Ockham (Bursill-Hall, 1972, p. 26). Para Klima (2017, p. 24-25), a simplicidade e a consistência interna da abordagem nominalista contribuíram para o colapso da doutrina modista e para o sucesso da doutrina nominalista, que reuniu adeptos nas principais universidades europeias. No entanto, a emergência do Humanismo a partir do final do século XIV pôs fim às discussões entre os realistas e os nominalistas e, portanto, ao problema medieval dos universais. Sob a influência humanista, os gramáticos voltam-se para a literatura clássica, dedicam-se aos estudos filológicos, e negligenciam os problemas sintáticos e semânticos, a lógica aristotélica e o método escolástico, que interessavam aos gramáticos modistas (Beccari, 2013, p. 19). É em relação ao novo modelo instituído pelo movimento humanista do Renascimento que vamos agora considerar nosso objeto histórico, a universalidade implícita do modelo latino.

### **1.1.3 As gramáticas latinas como modelo descritivo estendido**

De acordo com Colombat (1997, p. 89), a gramática latina, como todas as gramáticas, é um “instrumento linguístico” (Auroux, 1992a, p. 32; 2009a, p. 70)<sup>66</sup>. Esse instrumento milenar manteve, até certo ponto, suas características originais, como a divisão das partes da oração. A permanência dessas características em gramáticas posteriores levou à naturalização desse instrumento, principalmente a partir do Renascimento com a *gramatização* (Auroux, 1992a, 2009a) das línguas do mundo, nomeadamente os vernáculos europeus e as línguas ameríndias, com base no quadro greco-latino. A naturalização desse quadro para a descrição de grande parte das línguas do mundo pode justificar sua universalidade.

Conforme Auroux (1992a, p. 28; 2009a, p. 65), a *gramatização* é “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Esse processo de aparelhamento das línguas com gramáticas e dicionários não apenas modifica a comunicação humana, uma vez que o sujeito falante tem acesso a novos conhecimentos que lhe permitem usar sua língua conscientemente e, assim, aperfeiçoar suas competências linguísticas, mas também os “espaços de comunicação” pela standardização, ou seja, a normatização e a estabilização das línguas. De acordo com Auroux (1992a, p. 21; 2009a, p. 50), as causas da *gramatização* são a “necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira” que facilitasse o acesso aos textos sagrados e às línguas clássicas; as relações comerciais e políticas; o proselitismo religioso; e a “política de uma língua dada”, ou seja, a política linguística voltada para o estabelecimento de uma língua literária e para o desenvolvimento da expansão linguística, interna e externamente. O processo de *gramatização* das línguas vernáculos começou na Idade Média e acompanha a circulação e a difusão da gramática de Donato (cf. Colombat *et al.*, 2017, p. 141, 160), todavia foi a partir do Renascimento que esse processo se intensificou (Auroux, 2009a, p. 41).

A elaboração das gramáticas vernaculares foi, então, baseada na transferência do modelo da gramática latina. Auroux (1992a, p. 39; 2009a, p. 46) nomeou “grammaire latine étendue” a descrição das línguas vernáculos pelo sistema latino, ou a transposição das regras da gramática latina para as línguas vernáculos. O uso do termo “latine”

---

<sup>66</sup> « La grammaire n'est pas une simple description du langage naturel, il faut la concevoir aussi comme un outil linguistique: de même qu'un marteau prolonge le geste de la main de l'homme et le transforme, une grammaire prolonge la parole naturelle, et donne accès à un corps de règles et de formes qui ne figurent souvent pas ensemble dans la compétence d'un même locuteur » (Auroux, 1992a, p. 32).

justifica-se na medida em que o quadro utilizado é o latino, e o termo “étendue” deve-se à aplicação desse modelo a muitas línguas (Colombat, 2013, p. 1). Conforme explica Colombat *et al.* (2017, p. 141), “a projeção de um modelo de análise, concebido inicialmente para o latim, sobre um conjunto de línguas cada vez mais estendido, de fatos cada vez mais variados criou, assim, as condições de aparição de categorias e de conceitos novos”. Esse modelo caracteriza-se principalmente pela constituição de um aparelhamento baseado no sistema das partes da oração e de seus acidentes, bem como na descrição dessas partes e de suas “propriedades categoriais e morfológicas” (*ibid.*, p. 142)<sup>67</sup>.

É para a “universalidade” desse quadro latino que gostaríamos de chamar a atenção. Nesse sentido, a universalidade concerne às regras da gramática latina consideradas como “regras universais” de descrição linguística e configura obras gramaticais que visam a descrever as línguas utilizando as regras elaboradas para o latim, mas capazes de descrever “todas as línguas”. É claro que muitos gramáticos encontraram dificuldades para adaptar as línguas vernáculas e as línguas autóctones a esse modelo, todavia foi esse modelo que prevaleceu no mundo ocidental, porque ele permitiu desenvolver consideravelmente as análises linguísticas (Colombat, 1997, p. 91). Essa “universalidade” do quadro latino, utilizado para a descrição e a análise de grande parte das línguas do mundo, manifesta-se ainda com a incorporação posterior desse quadro pelas línguas; um quadro que então se tornou natural, tanto que os gramáticos deixaram, em algum momento, de especificar o que era próprio ao latim ou a cada língua.

No século XVI, além do crescente aparelhamento das línguas vernáculas baseadas na tradição greco-latina, o latim é mantido como a língua universal do saber. Nesse sentido, os gramáticos, assim como a maioria dos intelectuais da época, escrevem em latim. Entre esses gramáticos<sup>68</sup> destacam-se Jules-César Scaliger (1484-1558)<sup>69</sup> e

---

<sup>67</sup> Embora os gramáticos tenham reservado um espaço bem maior para o estudo das classes de palavras, a sintaxe ocupou um espaço nas gramáticas desde a Grécia com Apolônio (séc. II d.C.) e depois em Roma com Varron (I<sup>er</sup> siècle av. J.-C., mas a parte sintática do *De lingua Latina* não subsistiu) e Prisciano (séc. VI d.C.).

<sup>68</sup> Muitos são os autores linguísticos humanistas e seus tratados podem ser divididos do seguinte modo: gramáticas com vocação pedagógica - Sulpitius, Perotti,, Alde Manuce, Despautère, Melanchthon; obras com pretensão filosófica - Pasius, Scaliger, Sanctius; obra crítica - Frischlin; combinação de um texto elementar com glosas - Nebrija; leitura em muitos níveis - Despautère; apresentação de glosas estrangeiras ao autor - Perotti; apresentação da tradução latina de uma gramática grega - Théodore Gaza. (cf. Colombat, Jacques, Rosier, 1992, p. 41-60).

Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600)<sup>70</sup>, conhecido com Sánchez, cujas gramáticas latinas marcarão profundamente a reflexão gramatical posterior pelo estudo teórico que oferecem.

A obra de Scaliger, intitulada *De causis linguae Latinae* e publicada em 1540, difere radicalmente, segundo Clerico et Colombat (2019, p. 146), das gramáticas latinas anteriores<sup>71</sup>. Ela não é, de fato, uma gramática de corpus, mas uma obra reflexiva sobre a língua, já que Scaliger analisa o latim à luz da filosofia aristotélica. Como anuncia o título da obra, seu autor procura apresentar os fundamentos do latim, ou, segundo o prefácio ([1540], 2019, tome I, p. 285, bb2<sup>v</sup> [Lardet *et al.*, 2019, tome II, p. 1151]), procura “transmettre les causes de la langue latine après les avoir amenées au grand jour”. Lardet (2019, p. 17) aponta que o aristotelismo de Scaliger o leva a mostrar como as regras que conformam o latim foram estabelecidas e a identificar “a origem e as raízes” de um “uso”, no caso os do latim clássico, que os humanistas restauraram e levaram a uma “quase perfeição” após um “longo exílio”. Com efeito, sendo o latim medieval uma língua técnica e artificial influenciada pelas línguas vernáculas, os

---

<sup>69</sup> De origem italiana, Jules-César Scaliger, cujo verdadeiro nome é Giulio Bordone, nasceu em Pádua, em 1484 e faleceu em Agen, em 1558. Depois de concluir seus estudos na Universidade de Pádua, Scaliger acompanha o bispo Antonio della Rovege e muda-se para Agen por volta de 1525. Em 1529, naturaliza-se francês com o nome “Jules-César de Lescale de Bordons”. Em Agen, ocupa diversos cargos municipais, pratica a medicina e escreve em latim diversas obras de caráter aristotélico, incluindo um tratado etimológico (*De originibus*, perdu), uma poética (*Poetics libri VII*, publicada postumamente em 1561), comentários sobre Aristóteles, Teofrasto et Hipócrates. Scaliger foi um humanista devotado “às línguas sábias, grego e latim, e às questões filosóficas, poéticas, gramaticais das quais essas línguas permaneceriam os vetores fundamentais”. Ele ataca Erasmus (a propósito de seu Ciceronianus) e Cardan (*De la subtilité, contre Cardan*, 1557) (cf. Colombat, CTLF, 1998/2007; Lardet, 2019, p. 11-12).

<sup>70</sup> Franciscus Sanctius, nascido em Brozas em 1523 e falecido em Valladolid em 1600, foi professor de latim, de grego e de retórica na Universidade de Salamanca e autor de tratados de gramática (*Grammatices Latinae Institutiones* [1562], *Arte para en breve saber Latin*, em espanhol e em grego [composto por volta de 1579]); de retórica (*De arte dicendi liber unus*, 1556 [rééd. 1985, F. Sánchez de las Brozas, *Obras I. Escritos retóricos*, annot. E. Sánchez Salor, Cáceres], *Aphthonii Sophistae Progymnasmata Rhetorica* [1556]); de dialética (*Organon Dialecticum et Rhetoricum*, 1579 [rééd. 1985, *Obras retóricas*, annot. C. Chaparro Gómez], *De nonnullis Porphyrii aliorumque in Dialectica erroribus Scholae Dialecticae* [1588]); e analista de textos antigos (Virgile, Ovide, Pomponius Mela, Perse, Épicète) e modernos (Politien, Garci Lasso de la Vega, Juan de Mena). No fim de sua vida, Sanchez teve problemas com a Inquisição (cf. Clerico, CTLF, 1998-99).

<sup>71</sup> Entre os gramáticos latinos humanistas anteriores a Scaliger destacam-se, no século XV, os italianos Guarinus (*Regulae grammaticales*, composição por volta de 1414-1418), Lorenzo Valla (*Elegantiae linguae latinae*, príncipes 1471), e Niccolò Perotti (*Rudimenta grammatices*, composição 1468/ príncipes 1473), o espanhol Nebrija (*Introductiones latinae*, 1481); século XVI, o italiano Alde Manuce (*Institutionum Grammaticarum Libri Quatuor*, príncipes 1493/ 3 éd.1508), o flamengo Jean Despautère (*Commentarii Grammatici*, príncipes entre 1506 e 1519), o inglês Thomas Linacre (*De emendata structura latini sermonis*, 1524), o holandês Erasmus (*De recta latini graecique sermonis pronuntiatione dialogus*, 1528) e o francês Robert Estienne (*Commentarii Grammatici*, 1537-1538) (cf. Clerico e Colombat, 2019, p. 144-146; Lardet, 2019, p. 16).

humanistas esforçavam-se para “restaurar o ‘belo’ latim da idade clássica” (cf. Auroux, 1992a, p. 24).

Nesta perspectiva filosófica, Scaliger reivindica o estatuto científico da gramática, como revela a passagem que segue:

En effet **la grammaire est science du parler d’après l’usage**. Et de fait elle n’a pas établi des règles pour ceux qui savent la mesure de l’usage, mais, d’après la stabilité et la fréquence de leurs façons d’en user, elle a rassemblé **une théorie générale du parler** qu’elle pût transmettre à ceux qui apprennent. (Scaliger, [1540], 2019, tome I, p. 396-397 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livre 4, chap. 76, 136b, p. 1602] grifo nosso)

Segundo Lardet (2019, p. 20), as duas concepções de gramática como arte (*tekhnē*) e/ou como ciência (*scientia*) aparecem nas gramáticas renascentistas<sup>72</sup>. Deve-se notar que a gramática, como *tekhnē*, apresenta-se como uma ferramenta utilizada para descrever e ensinar uma língua, sem pretensão científica; e como *scientia*, ela é uma ferramenta orientada para a reflexão especulativa, ou seja, para a reflexão filosófica sobre a linguagem e as línguas. Essa concepção científica, presente na gramática modista, é retomada por Scaliger, ainda que de modo diferente<sup>73</sup>. Enquanto para os modistas, a gramática é uma ciência universal e demonstrativa, cujos princípios são os *modos de significar*, para Scaliger, a gramática é a ciência da língua. Conforme explica Stefanini (1982, p. 50), Scaliger não pretende descrever um uso soberano, mas “défendre le principe d’une étude scientifique et explicative des langues”. Assim, ao afirmar que a gramática é a ciência de falar de acordo com o uso, Scaliger pretende mostrar que “seule la raison sait tirer de l’usage les règles qui le guident. Une règle ne se constate pas, elle s’établit. La raison doit l’emporter sur les décisions arbitraires” (*ibid.*). De fato, ele reconhece a primazia da razão sobre o uso e recusa as posições adotadas por seus antecessores:

<sup>72</sup> “(...) la Renaissance est à son tour partagée, et parfois éclectique: ainsi, au tournant des XVe-XVIe siècles, là où Niccolò Perotti parle d’un “art” (“de parler et d’écrire correctement”), Sulpizio da Veroli remplace “art” par “science” et Alde Manuce prend le parti de cumuler les deux: “science et art”. En 1540 Scaliger est catégorique: “Il ne s’agit pas d’un art, mais d’une science”, tandis qu’en 1547 Benedetto Varchi estimera qu’ “il n’y a là véritablement ni une science ni un art”. Presque un siècle plus tard, en 1635, Vossius s’opposera fermement à “l’éminent Scaliger” (suivi pourtant, il le note, par ce “grammarien de meilleure qualité” que fut en 1584 Frischlin) et il écartera *scientia* pour revenir à *ars*” (Lardet, 2019, p. 20).

<sup>73</sup> Vale notar que, assim como o gramático modista Thomas de Erfurt, Scaliger utiliza as quatro causas aristotélicas para analisar a língua.

Décrétées par les anciens, ces positions n’eurent pas de contradicteur. Toutefois **il importe au philosophe de faire passer la raison avant les décrets humains**. Rien de plus précieux en effet que la vérité: c’est elle en effet que l’homme, et lui seul, a pour seul but. (Scaliger, [1540], 2019, tome I, p. 374 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livre 2, chap. 63, 108a, p. 1521] grifo nosso)

Embora Scaliger afirme que a razão deve regular o uso, ele reconhece ([1540], 2019, tome I, 81b, p. 353 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livre 1, chap. 44, 81b, p. 1448]) que “l’usage se livre à bien des extorsions”, em outras palavras, o uso modifica as coisas e muitas vezes acaba se impondo. Ainda sobre o fato de a razão se sobrepôr ao uso, Lardet (2019, p. 23-24) explica que as causas da língua latina, ou seja, os fundamentos do latim são “l’expression d’une rationalité” que se manifesta de duas maneiras: uma “raison philosophique d’une raison grammaticale”, a gramatical sendo subordinada à filosófica. Enquanto a razão gramatical é concebida como a consideração racional do funcionamento da língua, a razão filosófica volta-se a uma instância superior, visando à renovação dos procedimentos analíticos (*ibid.*).

Se o *De causis* apresenta uma teoria geral da linguagem, como atesta o próprio autor, podemos afirmar que a obra constitui uma espécie de gramática geral baseada na filosofia aristotélica. Essa obra situa-se, portanto, entre o modelo latino e aquele da “gramática geral”. A noção de “universalidade” do quadro latino aparece nessa gramática, já que Scaliger se baseia na teoria das partes do discurso, bem como na noção de “generalidade” dos princípios que Scaliger se esforça para mostrar e explicar. Segundo Clerico et Colombat (2019, p. 149), a obra de Scaliger desenvolve uma reflexão geral sobre a língua, “une réflexion constante sur le lien langue/ pensée/ réalité”, a partir do quadro aristotélico. Assim, Scaliger parte dos conceitos desenvolvidos por Aristóteles<sup>74</sup> sobre a relação entre as palavras, os pensamentos e as coisas para fundamentar sua reflexão em torno da definição da *dictio*:

Tout comme ne se trouvent pas dans le miroir (*speculum*) les choses qu’on y voit, mais bien leurs représentations (*species*)- c’est même ce qui a valu leur nom à celles-ci, faisant qu’on les appela des *species*, et

<sup>74</sup> “Les sons émis par la voix sont les symboles [συμβολον] des états de l’âme, et les mots écrits les symboles des mots émis par la voix. Et de même que l’écriture n’est pas la même chez tous les hommes, les mots parlés ne sont pas non plus les mêmes, bien que les états de l’âme dont ces expressions sont les signes immédiats soient identiques chez tous, comme sont identiques aussi les choses dont ces états sont les images” (*Da interpretação*, 1, 16a).

si Catulle a dit d'un miroir qu'il était un "faiseur d'images" (*imagosum*), c'est en tant qu'il "imitait" les choses qu'il reproduisait quand on les plaçait devant lui-, ainsi **les choses que nous concevons par l'entendement: elles sont en réalité hors de nous, et ce sont leurs représentations qui sont en nous. En effet notre entendement est pour ainsi dire le miroir des choses et, à moins qu'elles (as representações) ne lui soient reproduites par l'intermédiaire de la sensibilité, lui-même ne sait rien.** (Scaliger, [1540], 2019, tome I, p. 379 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livre 3, chap. 66, 113b, p. 1538-1539] grifo nosso)

Sobre a *dictio*, Scaliger afirma que

le nom verbal *dictio* (diction [ou] mot) a désigné non seulement l'acte de dicere (dire) commec'est le cas chez Tite-Live, mais quissi un mot unique quelconque.

(...) notre définition du "mot" (*dictio*): "signe d'une représentation se trouvant dans l'esprit, appliqué conformément à la voix à la chose dont c'est la représentation, comme en a décidé à sa guise celui qui l'y a appliqué en premier lieu. (Scaliger, 1540, tome I, p. 380-381 [Lardet *et al.* 2019, tome II, livre 3, chap. 66, 115b, p. 1544])

Conforme Colombat (2019, p. 71), a definição dada por Scaliger à *dictio* afasta-se da definição apresentada pelos gramáticos humanistas anteriores, que também seguem a concepção de Prisciano, a saber, a "mot comme segment sémantiquement signifiant d'une unité sémantique plus vaste". Na verdade, Scaliger visa a reestabelecer a autonomia da palavra pela revalorização etimológica e pela justificação filosófica.

Sobre o nome e o verbo, constituintes essenciais do enunciado, Scaliger evoca a designação geral que ambos estabelecem e acrescenta uma definição filosófica à definição gramatical proposta pelos gramáticos humanistas. Esse tipo de definição filosófica é inédito entre esses gramáticos, e importante, porque Scaliger consegue dar, em seu *De causis*, fundamentos às categorias linguísticas. Ele dedica um livro inteiro (livro IV) ao nome e um outro ao verbo (livro V), mas as primeiras definições aparecem no livro III, consagrado à palavra (*dictio*), como já observado por Clerico e Colombat (2019, p. 219). Esses mesmos autores (*ibid.*) explicam que "nom et verbe sont placés sous la catégorie de "l'étant", exprimé en grec par *ὄν [on]*, pour lequel le latin n'a pas d'équivalent usuel. "L'étant" recouvrant des réalités durables et des réalités passagères", como revela a seguinte passagem:

Aussi a-t-on appelé “nom” le signe des réalités stables; “verbe”, par contre, le signe de celles qui passent. Car, quoiqu’il y ait des noms qui signifient une réalité passagère, ex. “année”, ce n’est pas son passage toutefois qu’ils signifient. Bien plus, ce mot de “passage” a beau paraître designer l’acte de “passer”, il ne connote pas pour autant la mesure du passage comme tel : c’est précisément ce que font les verbes. (Scaliger, [1540], 2019, tome I, p. 387 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livre 3, chap. 72, 124b, p. 1569])

Essa noção filosófica do nome como signo de realidade durável e do verbo como signo de realidade passageira é retomada posteriormente nos capítulos IV e V, respectivamente. Scaliger procura, no capítulo IV, a essência do nome por sua designação e pela própria realidade que designa (Colombat, 2019, p. 133). A propósito do nome, Scaliger destaca os seguintes pontos:

(...) il est le signe d’une réalité durable. (Scaliger, [1540], 2019, tome I, p. 395 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livre 4, chap. 76, 134b, p. 1595])

(...) il s’agit en effet d’une sorte d’image au moyen de laquelle quelque chose est connu; d’une sorte d’instrument de la connaissance, pour ainsi dire. (Scaliger, [1540], 2019, tome I, p. 395 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livre 4, chap. 76, 134b, p. 1595-1596])

(...) le nom est le signe de choses. (Scaliger, [1540], 2019, tome I, p. 397 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livre 4, chap. 76, 137a, p. 1604])

L’essence du nom, c’est donc de signifier une réalité durable. (Scaliger, [1540], 2019, tome I, p. 397 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livre 4, chap. 76, 137b, p. 1604])

A essas definições filosóficas, Scaliger acrescenta uma definição gramatical do nome:

(...) mot déclinable au moyen du cas, signifiant une chose sans acception du temp. (Scaliger, [1540], 2019, tome I, p. 395 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livre 4, chap. 76, 135a, p. 1597])

De acordo com Clerico e Colombat (2019, p. 220), a definição filosófica do nome como “signo de uma realidade durável” sobrepõe-se àquela de Prisciano que se refere apenas à “‘propriedade’ (*proprium*) do nome”. Vale notar que a noção de “realité” está atrelada àquela de existência, no sentido aristotélico, das coisas reais. Quanto à definição gramatical do nome, Scaliger, insatisfeito por tal definição não diferenciar o nome do pronome, acrescenta a seguinte formulação: “signifiant une chose



(135b) d'emblée ou sans intermédiaire" ([1540], 2019, tome I, p. 396 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livro 4, chap. 76, 135b, p. 1598]). Ele exemplifica: "De fait, le pronom qui (qui) signifie César, mais pas directement: il renvoie d'abord au nom "César", ensuite à la réalité en question (*ibid.*). O erudito italiano rejeita a definição de nome<sup>75</sup> como significando uma substância ou uma qualidade própria ou comum, apresentada por seus predecessores. As definições de Prisciano (2, 18 GL2, 55.6 *apud* Clerico et Colombat, 2019, p. 220), "le propre du nom est signifier la substance et la qualité" e "le nom est une partie du discours qui assigne à chacun des corps ou des choses pris pour objet une qualité propre ou commune" (2, 22 GL 2, 56-57 *apud* Clerico et Colombat, 2019, p. 220-221), desagradam a Scaliger. Opondo-se a Prisciano, Scaliger ([1540], 2019, tome I, p. 396 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livro 4, chap. 76, 135b, p. 1598]) argumenta que os nomes significam não apenas a substância e qualidade, mas também a quantidade, a relação, a posição.

No que diz respeito ao verbo, Scaliger reconhece sua primazia, não apenas por sua anterioridade em relação à invenção das outras partes do discurso, mas também por sua natureza. De fato, o verbo sozinho é capaz de formar um enunciado; utilizado sozinho, ele contém um pronome e os verbos impessoais têm uma significação completa (cf. Clerico et Colombat, 2019, p. 221-222). Ainda sobre o verbo, Scaliger apresenta duas concepções etimológicas para essa parte do discurso, uma inovadora e outra tradicional:

le terme de *nomen* (nom) a été tiré de la forme, car la forme d'un mot, c'est sa signification"; or *signum* ou *nota* (signe), c'est pareil. Le vocable de *uerbum* (verbe) l'a été en revanche de la matière même de l'air qui se trouvait "frappée" (*uerberaretur*), la voix étant effectivement le son de l'air ébranlé. (Scaliger, [1540], 2019, tome I, p. 455 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livro 5, chap. 110, 220a, p. 1807-1808])

A concepção etimológica tradicional do verbo como sendo "la matière même de l'air qui se trouvait "frappée"" aparece tanto em Prisciano (8,1, GL 2, 369), "*Verbum* du fait que l'air est "frappé" (*a uerberatu aeris*)", quanto em outros gramáticos antigos<sup>76</sup>. A concepção da origem do nome e do verbo, que derivariam respectivamente da forma e da matéria, procede da filosofia aristotélica (*Metafísica*, livre H, 8). Dado que Scaliger

<sup>75</sup> Sobre as definições de nome rejeitadas por Scaliger, leia-se Clerico e Colombat (2019, p. 221).

<sup>76</sup> Cf. Scaliger (2019, p. 1808, nota 13).

pretende analisar a língua latina à luz da filosofia, ele agrega categorias e concepções filosóficas a uma concepção tradicional. Assim, do ponto de vista filosófico, o verbo pode marcar tanto uma realidade estável quanto uma realidade passageira, pode indicar existência, mas, também, servir como cópula:

(...) le verbe est signe (nota), non seulement des réalités en devenir, mais également de celles qui ‘sont’ (essent), de façon cependant à signifier précisément cette existence (esse). En effet nous disons: “César est.” Le nom sert à évoquer la réalité qui existe (est), le verbe en indiquer l’existence (esse)./ Il apparaît que, dans le verbe, on découvre encore un troisième mode: ainsi quand je dis: “César est clément”, il apparaît, qu’au lieu de signifier quelque chose, “est” est le signe de la liaison qui fait que la clémence est prédiquée en César. (Scaliger, [1540], 2019, tome I, p. 456 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livro 5, chap. 110, 220b, p. 1808-1809])

Essa formulação de Scaliger leva-o a contestar a definição dada pelos gramáticos antigos e a retomar a definição filosófica do verbo:

Voilà qui montre bien la fausseté de la définition des anciens, lesquels ont caractérisé le verbe par sa signification active ou passive, et la nécessité de le définir de la façon suivante: “Le verbe est signe d’une réalité sous l’indice du temps”. Ou bien la réalité en question ‘est en devenir’, ou bien elle ‘est’: ainsi “je cours” veut dire “course non encore terminée”, et “j’engendre” “être animé inachevé”; si en revanche je dis: “César est”, j’entendrai par là un homme achevé. (Scaliger, [1540], 2019, tome I, p. 456 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livro 5, chap.110, 220b, p. 1809-1810])

Clerico et Colombat (2019, p. 222) explicam que essa definição do verbo como “signe d’une réalité sous l’indice du temps” substitui a definição tradicional dos primeiros gramáticos que se baseia na “expression de l’action ou de la passion”. Contudo, essa concepção, segundo a qual os verbos podem ser divididos em dois grupos, “ceux qui signifient l’action et ceux qui signifient la passion”, será admitida posteriormente por Scaliger, que propõe reunir esses dois grupos sob o verbo *ser*. No capítulo 112, dedicado a esse verbo *ser*, Scaliger apresenta uma definição renovada do verbo: “Le verbe est signe des réalités qui sont ou adviennent dans le temps”<sup>77</sup>. Para esse autor, o princípio essencial determinante do verbo é marcar dinamicamente a

<sup>77</sup> Cf. Scaliger ([1540], 2019, tome I, p. 461 [Lardet *et al.*, 2019, tome II, livro 5, chap. 112, 228a, p. 1830]).

realidade. O verbo *ser* opõe-se aos outros, porque esse verbo, tanto substancialmente quanto acidentalmente, significa *existência*, “César est”, ou funciona como “un lien et une copule”, “César est blanc” (229a). Os outros verbos designam formas evolutivas relacionadas tanto ao acidente quanto à substância. Assim, Scaliger afirma:

Pour ce qui est du premier mode, tout le monde admet qu’il signifie l’existence au sein de la nature; quant au second, Aristote, cet homme divin, a noté qu’il ne signifiait rien, mais était, pour ainsi dire, un lien et une copule, permettant d’associer la “blancheur” (*albedo*) à “César”. Telle est la forme et la fin de ce verbe. (Scaliger, [1540], 2019, tomo I, p. 462 [Lardet *et al.*, 2019, tomo II, livre 5, chap. 112, 229a, p. 1832])

Ao buscar “le principe définitoire essentiel” (Colombat, 2019b, p. 220) do nome e do verbo, Scaliger privilegia a concepção filosófica das *dictiones* em detrimento da concepção gramatical. Essa escolha justifica-se, porque os princípios filosóficos lhe permitiram estabelecer os fundamentos científicos da língua latina com uma certa racionalidade muitas vezes afetada pelo uso.

Deve-se notar também que Scaliger compara repetidamente o latim e o grego. Essas comparações pretendem assinalar, entre outros, a superioridade do latim sobre o grego (Clerico e Colombat, 2019, p. 216), e, dessa forma, evidenciam a “universalidade” do latim, a língua “superior” utilizada para dizer a ciência. Sendo a ciência universal, a análise da gramática do latim, do ponto de vista filosófico, restituiria sua concepção científica (*epistémé*), permitindo estabelecer generalidades, ou seja, os grandes princípios que conformam o latim e que, sendo gerais, podem ser aplicados a outras línguas. Além disso, a “universalidade” do quadro latino no *De causis* pode ser atestada, como dissemos anteriormente, pela análise desenvolvida sobre a teoria das partes do discurso.

A gramática de Sánchez denominada *Minerva: seu de causis linguae Latinae* vem a lume em 1587<sup>78</sup> em Salamanca, quarenta e sete anos após a publicação do *De causis* de Scaliger, em Agen. A *Minerva* é também uma gramática do latim. Assim como Scaliger, Sánchez visa a analisar teoricamente o latim, identificando as causas das categorias gramaticais e os verdadeiros fundamentos dessas categorias. Ele não segue,

---

<sup>78</sup> Uma primeira edição da *Minerva* veio à luz em 1562, em Lyon, sob o título de *Verae brevesque Grammaticae latinae Institutiones*. A obra de 1587 é, portanto, uma edição corrigida e aumentada da *Minerva* de 1562 (Clerico, 1982a, p. 87).

contudo, o ponto de vista filosófico aristotélico de Scaliger e adota um ponto de vista racional ao combinar as ideias de Platão, de Aristóteles, dos estoicos e dos gramáticos que o precederam.

Desde o prefácio, Sánchez chama a atenção para alguns pontos. Em particular, o autor assegura a importância de sua *Minerva* para restabelecer o latim clássico corrompido pelo uso oral cotidiano de alguns “pseudo-sábios”. Preocupado com o ensino do latim, Sánchez (1587, trad. Clerico, 1982, préface, p. 95) afirma que a *Minerva* “transmettra le modèle de la vrai latinité”, com princípios fundamentais claros e breves. Segundo o gramático espanhol, a *Minerva* facilitaria a compreensão dos textos clássicos e até de outras ciências, como a dialética. Seu objetivo é “d’abrèger et d’aplanir la voie, et de la rendre très sûre pour qui s’achemine dans l’étude de la Grammaire” (*ibid.*, p. 96). O autor assegura ainda a eficácia do método utilizado em seu trabalho, uma vez que “toute la *Minerve* consiste à enseigner que les règles sont à la fois vrais et des plus facile” (*ibid.*). Segundo Clerico (1982a, p. 22), a obra apresenta-se como um “méthode non empirique, théorisante, déductive”, devido ao tipo de análise proposto por Sánchez, em que a razão precede o uso. Além disso, na linha de Scaliger, Sánchez, quando identifica e corrige uma série de erros, remove os excessos, introduz conhecimentos necessários e substitui outros, posiciona-se como crítico dos autores antigos e contemporâneos (*ibid.*, p. 96-97).

Sánchez retoma a discussão de Platão e de Aristóteles sobre a natureza do nome<sup>79</sup>. Ele não se detém, todavia, na relação entre “o mundo, a língua e o pensamento”, porque essa questão é mais “física”, ou seja, filosófica, do que gramatical e, portanto, não deveria ser tratada em uma gramática (Clerico, 1982a, p. 17, 102). Nesse ponto, Sánchez distancia-se de Scaliger, pois esse autor, preocupado com a realidade dos fatos linguísticos, insiste nessa questão. Conforme Clerico (1982a, p. 102), a retomada do debate sobre o caráter natural ou convencional do nome é inevitável, porque incide justamente na “busca das “causas””. Sánchez observa que a teoria de Platão sobre o problema da denominação natural das coisas se aplica apenas à primeira língua, como a atribuição dos nomes às coisas por Adão, conforme registrado no livro do Gênesis. Nesse caso, “les noms et l’étymologie des choses ont été tirés de la nature elle-même”, mas para todas as outras línguas, a nomenclatura pode ser explicada

---

<sup>79</sup> De acordo com Sanctius (1587 [1982, I, p. 102]) Platão afirma que “nomes e palavras são fundados na natureza e (...) a linguagem existe por natureza e não por arte”, e Aristóteles afirma que “os nomes têm um significado por convenção”.

(Sanctius, 1587, trad. Clerico, 1982, liv. I, cap. I, p. 103). Esse ponto levanta para o autor a questão da universalidade de um dado objeto e da diversidade de nomes para nomeá-lo, como mostra a seguinte passagem:

Cependant, dirás-tu, comment se peut-il que l'étymologie d'un nom soit vraie si **une seule et même chose porte des noms divers dans le monde entier**? Je réponds à cela qu'il existe diverses causes pour une même chose; les uns en voient une, et nous une autre. Ainsi les Grecs appellent ἄνεμος (souffle), ce que les Latins ont nommé *ventus* (vent). Le latin a tiré *fenestra* (fenêtre) de φαίνεσθαι; nous, nous disons *ventana* et les Portugais *janella* (petite porte). (Sanctius, 1587, trad. Clerico, 1982, liv. I, cap. I, p. 103, grifo nosso)

A atribuição de nomes às coisas realiza-se arbitrariamente e procede tanto da vontade humana quanto da razão. Por meio dessa reflexão sobre a natureza do nome, Sánchez pretende mostrar que “le mot est la marque (*nota*) des choses, et que la raison est présente partout, dans la discipline gramatical et dans son objet, la langue” (Clerico (1982a, p. 29). De fato, diferentemente de alguns autores que enfatizam a autoridade em detrimento da razão, Sánchez privilegia essa última e submete a autoridade ao uso, porque é pelo uso que a autoridade é atestada. Quanto à razão, é ela que fundamenta o uso, como elucidada o próprio autor:

Reste donc à évoquer d'abord la raison de tous les faits, puis, si on le peut, à ajouter des témoignages, pour que la chose, d'excellente qu'elle était, devienne plus claire. (Sanctius, 1587, trad. Clerico, 1982, liv. I, cap. I, p. 104)

Puisque le sujet dont nous traitons doit être confirmé par la raison d'abord, et ensuite par les témoignages et par l'usage, nul ne doit s'étonner si parfois nous nous écartons des grands maitres. En effet, quelle que soit l'autorité avec laquelle un grammairien s'impose à moi, s'il ne confirme pas ce qu'il dit par la raison et les exemples proposés, il ne me convaincra nullement, notamment en grammaire. (Sanctius, 1587, trad. Clerico, 1982, liv. I, cap. II, p. 105)

O uso é a linguagem praticada, e como tal “lui-même n'est pas un ensemble de faits inclassables, résistant à tout effort de rationalisation, mais au contraire un ensemble de données “qui ne changent pas sans raison, autrement c'est *abusus* et non *usus* qu'il faudrait dire”” (Clerico, 1982a, p. 22). As evidências racionais são, portanto, importantes para ratificar tanto as regras gramaticais quanto o uso linguístico. Nesse

sentido, Sánchez, em consonância com Scaliger, reconhece a soberania do uso e segue o mesmo caminho racional:

Mais c'est propre du philosophe que de faire passer la raison avant les opinions des hommes. (Sanctius, 1587, trad. Clerico, 1982, liv. I, cap. II, p. 106)

Toutefois il importe au philosophe de faire passer la raison avant les décrets humains. (Scaliger, [1540], 2019, tomo I, p. 374 [Lardet *et al.*, 2019, tomo II, livre 2, chap. 63, 108a, p. 1521])

Sánchez, plenamente inscrito nessa perspectiva filosófica racional, define a gramática como “a arte de falar corretamente”, cujo fim é a sintaxe:

[...] nous sommes partis du point suivant ; la grammaire est l'art de parler correctement. Quand je dis “art”, j'entends “discipline”. En effet une discipline est une science acquise chez lui qui apprend. J'ajoute ensuite : dont le but est un discours cohérent. Ce discours se compose de signes vocaux ou mots, les mots à leur tour de syllabes (9V<sup>o</sup>), les syllabes de lettres [...]. (Sanctius, 1587, trad. Clerico, 1982, liv. I, cap. II, p. 107-108)

De acordo com Clerico (1982a, p. 22), cette “conception de la grammaire comme discipline, comme ensemble systématique de propositions enchaînées, de raisonnements articulés sur des principes et des argumentations rigoureuses” é aristotélica. Dado que a finalidade da gramática é a sintaxe representada por um discurso coerente, e que cada parte que a compõe se une e se articula para formar um enunciado racional/lógico, então a divisão gramatical quadripartite em letra, sílaba, palavra e enunciado ou em ortografia, prosódia, etimologia e a sintaxe não tem razão de ser. De fato, como explica o próprio autor, “une partie d'une chose, quelle qu'elle soit, ne peut être une partie d'une autre (Sanctius, 1587, trad. Clerico, 1982, liv. I, cap. II, p. 107). Além disso, Sánchez também recusa outras divisões da gramática, por serem inadequadas.

Sánchez considera que o objetivo da gramática é o “discurso coerente” e estabelece as três partes que o constituem – nome, verbo e partículas –, de modo que tudo possa ser expresso por meio dele. Para sustentar seu ponto de vista sobre o nome e o verbo, ele utiliza um trecho do *Sofista* de Platão:

Ce dernier dit en effet dans le *Sophiste*: “Tout ce qui fait l'objet d'une énonciation est soit permanent, par ex. *arbor* (arbre), *durum* (dur), soit

fluent, par ex. *currit* ((il) court), *dormit* ((il) dort). Nous appelons “permanentes” ou “constantes” les choses dont la nature persiste longtemps. La marque de ces choses s’appelle “nom”. Nous appelons “fluentes” celles dont la nature est de n’exister que pour le temps où elles s’accomplissent. La marque de celles-là est le verbe. De plus les noms et les verbes ont besoin d’un mode qui permette d’expliquer la raison des causes. Pour les noms, ce mode est la préposition (...). Pour les verbes, c’est l’adverbe. (Sanctius, 1587, trad. Clerico, 1982, liv. I, chap. II, p. 109)

Essa divisão fundamentada, segundo Cardenas (1976, p. 21), em princípios lógicos – o nome como uma categoria estável, o verbo como uma categoria instável e as partículas como ligações entre os termos – caracteriza-se por sua generalidade, pois pode ser aplicada a todas as línguas. Conforme Sánchez (1587, trad. Clerico, 1982, liv. I, cap. II, p. 109), essas três partes do discurso são as mesmas para o hebraico, língua mãe, o árabe e para “toutes les langues orientales” (*ibid.*), além de serem reconhecidas e atestadas pelos filósofos Plutarco, Santo Agostinho, Aristóteles e Platão (*ibid.*). O nome e o verbo são, portanto, definidos a partir dessa hipótese comum a todas as línguas, segundo a qual “c’est d’un nom et d’un verbe, comme d’une matière et d’une forme, que se compose le discours (Sanctius, 1587, trad. Clerico, 1982, liv. II, cap. II, p. 165). Scaliger também faz alusão a essa relação.

De acordo com Colombat (2019, p. 134), em Sánchez, a busca por uma definição racional do nome decorre da busca pelas causas da língua latina. De fato, Sánchez primeiro fornece uma explicação etimológica, depois retoma a definição de Scaliger, antes de finalmente designar a definição dada por Ramus<sup>80</sup> como “complète et appropriée”:

Tout le monde est d’accord semble-t-il por dire que *nomen* (nom) vient du grec ὄνομα. Mais je crois que *nomen* vient de *nosco* (connaître) (*novi, notum, novimen, nomen*), de même que *momen* (mouvement) de *moveo* (remuer), (*movi, motum, movimen, momen*). Le nom est en effet une sorte d’image par laquelle quelque chose est connu”. Voilà ce que dit Scaliger. En outre la définition du nom est **“un signe vocal affecté d’un nombre casuel, avec genre”. Cette définition est complète et appropriée. En effet le signe vocal ou mot ou partie du discours est le genre prochain, et le cas est une différence d’espèce.** (Sanctius, 1587, trad. Clerico, 1982, liv. I, chap. V, p. 118, grifo nosso)

<sup>80</sup> A definição atestada por Sanctius pertence, de acordo com Clerico (1982, p. 118), a Ramus, que afirma que a “*differentia* propre au nom était: *Vox numeri cum genere et casu*”.

Quando Sánchez afirma que a palavra é “le genre prochain, et [que] le cas est une différence d’espèce”, o autor faz alusão à escala predicamental ou árvore de Porfírio, na qual a palavra aparece como um gênero, no sentido de categoria lógica superior, e o caso, como uma espécie que lhe é subordinada. Note-se também que essa definição morfossintática do nome interessa a Sánchez, pois, como justifica o próprio autor, é o estudo formal do nome que interessa ao gramático e não seu estudo filosófico<sup>81</sup>.

A definição que Sánchez considera como “juste et complète” à propósito do verbo é também tomada de Ramus<sup>82</sup> e é caracterizada por seus elementos formais:

**“Le verbe est un mot qui a en partage le nombre personnel et le temps”. Cette définition est juste et complète.** Toutes les autres définitions des grammairiens sont inadéquates. Même Aristote, ou celui dont j’ignore qui il est, qui écrivit le *Peri Hermeneias* n’a pas correctement défini ce qu’était le verbe. Il écrit: “Le verbe est un mot signifiant par convention... etc”. Cette description n’aborde pas les causes mais seulement les effets et les caractères secondaires, et d’ailleurs elle comporte une négation, ce qui ne saurait être admis dans une définition. (Sanctius, 1587, trad. Clerico, 1982, liv. I, chap. XII, p. 138, grifos nossos)

A definição do verbo é gramatical e repousa sobre uma concepção racional diretamente ligada ao uso, contrariando a definição de Aristóteles (*Da interpretação*, III [2010, III, p. 83), “o verbo é o que não apenas transmite um significado particular, como também possui uma referência temporal”. De fato, Sánchez utiliza a doutrina aristotélica apenas quando ela é capaz de justificar e de servir como causa a suas hipóteses (cf. Clerico, 1982a, p. 18). Caso contrário, Sánchez privilegia a definição dos gramáticos:

Mais si l’on dédaigne les philosophes, qu’on écoute en outre les grammairiens anciens. Priscien (liv. III, chap. sur le verbe): « le verbe est une partie du discours, avec les temps, sans le cas, apte à signifier l’action ou la passion ». (...). Ant. de Nebrija dit à peu près la même chose (liv. 3): « Le verbe, dit-il est une partie du discours déclinable, avec des modes et des temps, apte à signifier l’action ou la passion ». (Sanctius, 1587, trad. Clerico, 1982, liv. III, chap. II, p. 219)

<sup>81</sup> “Quant à savoir si les noms ont une signification par nature ou par convention, c’est là une question importante et toute physique, qui ne concerne pas les grammairiens” (cf. Sanctius, 1587, [1982, liv. I, chap.V, p. 118]).

<sup>82</sup> Sanctius não faz referências diretas a Ramus por motivos religiosos (cf. Colombat, 2019, p. 221; Clerico, 1982a, p. 62-64).



As definições de Prisciano e de Nebrija também foram escolhidas por seus aspectos formais. Sánchez apoia-se na significação para apresentar as características gerais do verbo, ação e paixão. No que diz respeito ao verbo substantivo, embora dedique o capítulo V, do livro III, a esse assunto, Sánchez, como Ramus, não o desenvolve. Para Clerico (1982a, p. 33), o gramático espanhol “n’est nullement prêt à privilégier le rôle de copule du verbe pour affirmer une relation d’identité entre un sujet et un prédicat. Le verbe substantif existe à côté des actifs et des passifs, mais il ne jouit pas d’un traitement particulier”. Nesse plano, Sánchez distancia-se de Scaliger, pois esse último também reconhece a função de cópula desempenhada pelo verbo, embora não desenvolva esse assunto. Assim, para Sánchez, “la prédication entre bien dans les fonctions du verbe, mais [il] ne le rappelle que pour confirmer la nécessité de toujours suppléer un sujet dont on parle et une forme verbale aux côtés d’une tournure nominale exclamative ou interrogative” (Clerico, 1982a, p. 34). Colombat (2019, p. 301) chama a atenção para o fato de que, “pour Sanctius, toute verbe nécessite à la fois un supôt et un appôt exprimé ou sous-entendu: il est essentiellement actif, ce qui veut dire transitif, son appôt pouvant être constitué par un accusatif d’objet interne (ex. *viver evitam*)”.

Vinculada ao uso, a razão serve para explicar os fatos de linguagem. Para Clerico (1982c, p. 121), não se trata de explicar racionalmente esses fatos, mas de definir “une organisation rationnelle de la langue, c’est-à-dire une structure relativement abstraite qui s’ordonnerait selon quelques axes généraux”. Nesse sentido, a busca por um número reduzido de regras gerais e a preocupação com um método de exposição simples e claro são uma constante nas gramáticas de Sánchez e de Scaliger, porque se tratava de facilitar a aprendizagem e o uso do latim. Deve-se notar que, enquanto Scaliger admitia o uso oral e escrito do latim, Sánchez admitia apenas o escrito, porque o latim falado corrompia a *latinitas*. Quanto à noção de universalidade, vinculada à própria gramática, ela se configura no tratamento das partes do discurso, que é a marca efetiva do quadro greco-latino; o latim, vinculado à língua escrita, é a língua universal que permite a circulação de ideias e de obras na Europa do século XVI. A *Minerva*, considerada como uma “activité raisonnée”, exigiu “une réflexion sur des principes généraux d’organisation” (Clerico, 1982b, p. 48). Esse processo racionalista reaparecerá setenta e três anos depois, em 1660, na França, com a *Grammaire générale et raisonnée*, de Port-Royal, como veremos adiante.

## 1.2 Generalidade: a emergência da teoria geral e a concepção do Iluminismo

### 1.2.1. O homem confrontado com a diversidade linguística

Desde a Idade Média, o problema da diversidade linguística permeia as reflexões sobre as línguas. Na antiguidade, os gregos não se interessavam muito pelas diversas línguas, que descreviam como “bárbaras”. De fato, falar outras línguas não era necessário, porque, apesar da diversidade de dialetos, o grego era a língua, antes que a *koiné* grega se tornasse a língua gramatizada, utilizada na administração, na cultura intelectual, no comércio etc. Na Idade Média, contudo, a consciência linguística (Grondeux, 2005, p. 53) suscitou um interesse pela diversidade linguística. Segundo Grondeux (*ibid.*, p. 47, 55), o multilinguismo que moldou a Europa nos séculos XII e XIII caracteriza-se pelo estabelecimento do latim como língua de comunicação e pela autenticidade do nível de expressão das línguas vernáculas. No mundo ocidental, esse tema encontra sua origem a partir do mito bíblico da torre de Babel:

- 1 Toute la terre avait une seule langue et les mêmes mots.
- 2 Comme ils étaient partis de l'orient, ils trouvèrent une plaine au pays de Schinear, et ils y habitèrent.
- 3 Ils se dirent l'un à l'autre: Allons! faisons des briques, et cuisons-les au feu. Et la brique leur servit de pierre, et le bitume leur servit de ciment.
- 4 Ils dirent encore: Allons! bâtissons-nous une ville et une tour dont le sommet touche au ciel, et faisons-nous un nom, afin que nous ne soyons pas dispersés sur la face de toute la terre.
- 5 L'Éternel descendit pour voir la ville et la tour que bâtissaient les fils des hommes.
- 6 Et l'Éternel dit: Voici, ils forment un seul peuple et ont tous une même langue, et c'est là ce qu'ils ont entrepris; maintenant rien ne les empêcherait de faire tout ce qu'ils auraient projeté.
- 7 Allons! descendons, et là confondons leur langage, afin qu'ils n'entendent plus la langue, les uns des autres.
- 8 Et l'Éternel les dispersa loin de là sur la face de toute la terre; et ils cessèrent de bâtir la ville.
- 9 C'est pourquoi on l'appela du nom de Babel, car c'est là que l'Éternel confondit le langage de toute la terre, et c'est de là que l'Éternel les dispersa sur la face de toute la terre. (La tour de Babel, Genèse 11.1-9)

Para as especulações míticas, a língua dada por Deus é o hebraico. Quando Deus destrói a Torre de Babel, ele estabelece a diversidade linguística. Segundo esse mito bíblico, o latim, o grego e todas as outras línguas decorrem da confusão linguística

resultante do castigo divino (Grondeux, 2005, p. 49). Para Auroux (2007, p. 20), essa é uma das consequências teóricas que se manifesta na organização desse mito bíblico. A relação entre a língua original (o hebraico) e as outras línguas é caracterizada por essa confusão sem que seja levantada a questão de possíveis semelhanças entre elas. A ênfase está, portanto, na diversidade e não na analogia. Apenas o episódio de Pentecostes destaca o reestabelecimento da compreensão linguística (Grondeux, *ibid.*, p. 50), pois todas as pessoas podem se compreender apesar da multiplicidade de línguas.

Segundo Percival (1992, p. 226), uma distinção é feita entre as línguas sagradas – o hebraico, o grego e o latim – e as outras línguas na Idade Média e no Renascimento. Essas línguas sagradas dispõem de um estatuto diferente em relação às suas origens: o hebraico é a língua dada por Deus, o grego é a língua da sabedoria e o latim, do Império Romano (Grondeux, 2005, p. 51). Conforme explica Grondeux (*ibid.*, p. 48, 51), a importância do hebraico, do grego e do latim materializa-se, por exemplo, na inscrição “Jesus de Nazaré, o rei dos judeus” colocada sobre a cruz de Cristo. Apesar da importância dada a essas línguas durante a Antiguidade, a Idade Média negligencia o estudo do grego e do hebraico<sup>83</sup>. Enquanto “o conhecimento do grego se perde no Ocidente, e o conhecimento do hebraico se limita a palavras isoladas” (Grondeux, *ibid.*, p. 52), o latim torna-se a única língua a ser ensinada nas escolas (Percival, 1992, p. 226). Além da narrativa da torre de Babel e do castigo divino, há também o episódio do dilúvio com a dispersão dos filhos de Noé sobre a terra, a criação de novos povos e, conseqüentemente, de novas línguas. Auroux (2007, p. 21) explica que, por muito tempo, essas concepções cristãs sobre a diversidade linguística fundamentaram os estudos linguísticos, como o de Isidoro de Sevilha (570-636)<sup>84</sup>, sem qualquer comprovação linguística.

Essa situação muda apenas a partir do Renascimento com a *gramatização* dos vernáculos (Auroux, 2007, p. 21). Auroux (*ibid.*) explica que o crescimento do conhecimento das línguas possibilitou “por um lado, dar um conteúdo (pela *semelhança* ou por *afinidade*, conforme os termos do Renascimento) à “filiação” a ao “parentesco” e, por outro lado, ultrapassar o quadro das línguas bíblicas por meio da integração das

---

<sup>83</sup> Percival (1992, p. 226) destaca que, apesar do desinteresse por essas línguas no século XIII, Roger Bacon escreveu uma gramática sobre o grego e o hebraico.

<sup>84</sup> Conforme Auroux (2007, p. 21), “dans les Étymologies d’Isidore de Séville (570-636), classe-t-on les Sabéens (Arabes) dans la famille dont l’ancêtre est Cham et les Hébreux dans celle dont l’ancêtre est Sem”.

línguas do mundo”. Assim, de acordo com Percival (1992, p. 227), no fim do século XIV, a partir de 1397, Manuel Crisóloras<sup>85</sup> começa a ensinar grego em Florença, na Itália. No final do século XV, o interesse pela língua hebraica aflora<sup>86</sup>. Também na Itália, Pic de Mirandola<sup>87</sup> é o primeiro a se dedicar a esse idioma. No século XVI, os projetos de descrição das línguas do mundo motivam o desenvolvimento de muitos estudos linguísticos<sup>88</sup>. Assim sendo, para dominar essa diversidade linguística, os autores compilam os dados por meio de catalogação.

Entre os primeiros autores que empreenderam a tarefa de descrever as línguas do mundo estão Guillaume Postel (1538)<sup>89</sup>, Théodore Bibliander (1548)<sup>90</sup> e Conrad Gessner (1555)<sup>91</sup> (Percival, 1992, p. 229-234). Segundo Colombat et Fournier (2020, 2.4.1), partindo do pressuposto de que o hebraico era a língua mãe, Postel e Bibliander tratam da unidade linguística, enquanto Gessner<sup>92</sup> aborda a diversidade linguística. Sua obra intitulada *Mithridates, de differentiis linguarum tum veterum tum quae hodie apud*

---

<sup>85</sup> Manuel Crisóloras (1355-1415) foi um humanista bizantino que introduziu a cultura grega na Itália no início do Renascimento.

<sup>86</sup> Para Percival (1992, p. 227-228), “la finalité de l’étude de l’hébreu en Europe occidentale n’était pas originellement linguistique. Pour de nombreux humanistes, la cabbale et la littérature rabbinique étaient le centre d’intérêt principal: c’était le cas de Pic [de Mirandole], par exemple. Après la Réforme, l’intérêt se tourna vers la Bible: les savants protestants apprirent la langue afin d’avoir une connaissance plus directe du texte hébreu originel de l’Ancien Testament, et d’utiliser ce savoir pour corriger la Vulgate lorsque cela était nécessaire, et plus généralement, afin de démontrer la vérité du Christianisme tel qu’ils le voyaient”.

<sup>87</sup> O filósofo e teólogo humanista italiano Jean Pic de Mirandola (1463-1494) foi um dos fundadores da cabala cristã ou cabala filosófica, no Renascimento.

<sup>88</sup> A gramaticalização dos vernáculos europeus como consequência de movimentos geopolíticos, em particular a criação de novos estados-nações; o conhecimento de línguas exóticas a partir da exploração do planeta e da colonização.

<sup>89</sup> *De originibus, seu de Hebraicae linguae et gentis antiquitate, deque variarum linguarum affinitate* (Des origines ou de l’antiquité de la langue et de la race hébraïques et de l’affinité des différentes langues), publicado em Paris, em 1538.

<sup>90</sup> *De ratione communi omnium linguarum et literarum commentarius* (Commentaire sur le système commun de toutes les langues et de toutes les lettres), publicado em Zurique, em 1548.

<sup>91</sup> Percival (1992, p. 229-234) refere-se, também, entre os autores que fizeram compilações linguísticas, a A. Thévet (1575), H. Megiser (1593), C. Duret (1613), Andreas Muller (1680), antes da continuação do movimento até o início do século XIX com, principalmente, Adelung e Vater.

<sup>92</sup> Conrad Gessner é um humanista suíço nascido em 26 de março de 1516, em Zurique e falecido em 13 de dezembro de 1565, também em Zurique. Segundo Colombat e Peters (2000), “depois de estudar filologia (latim, grego, hebraico), teologia e medicina em Zurique, Bourges, Paris, Montpellier e Basileia, tornou-se doutor em medicina (em 1541). De volta a Zurique, Gessner ensinou filosofia, física e ética lá, antes de ser nomeado, em 1554, doutor da cidade. Autor de um grande número de trabalhos científicos, quase todos escritos em latim, em áreas tão diversas como a medicina (por exemplo, *Thesaurus de remediis secretis*), zoologia (incluindo a monumental *Historia animalium*), botânica (*Catalogus plantarum Latin nomina, graece, germanice e gallice*), bibliografia (sua *Bibliotheca universalis* inclui todas as obras gregas, latinas e hebraicas desde a Antiguidade até o seu tempo), filologia (devemos-lhe numerosas edições latinas, gregas e hebraicas) e, claro, linguística (*Mithridates*). Já durante sua vida, Gessner foi considerado um gênio universal”. Ainda segundo Colombat e Peters (2009, p. 17), Rudolf von Raumer (1870, p. 37) reconhece em Gessner o fundador da linguística moderna e o pioneiro de diversas disciplinas científicas.

*diversas nationes in toto orbe terrarum in usu sunt, observationes* (Mithridate, observations de Conrad Gessner, Zurichois, sur les différences entre les langues, tant les langues anciennes que celles qui sont actuellement en usage dans les diverses nations sur tout le cercle des terres)<sup>93</sup> é publicada em Zürich, em 1555. Nessa obra, Gessner apresenta uma compilação não apenas de todas as línguas conhecidas no século XVI, antigas e modernas, mas também dos povos que as falam. Os dados coletados em sua obra *Bibliotheca Universalis*, publicada em 1545, e no *Appendix* dessa obra enciclopédica, publicada em 1555, serviram de base para o *Mithridates* (Colombat e Peters, 2009, p. 18). Os índices que constam nessa obra listam mais de 100 línguas faladas para mais de 430 povos. Considerado, às vezes, como um dos primeiros tratados de linguística geral, o *Mithridates* é uma obra em que Gessner visa a descrever as línguas, compará-las e identificar suas diferenças (Colombat e Peters, 2009, p. 16). Em sua dedicatória a John Bale, bispo inglês de Ossory, na Irlanda, Gessner ressalta seu interesse pelas diferenças que existem entre as línguas, como já indicado no subtítulo da obra.

Il existe une variété vraiment multiforme des langues et des dialectes par lesquels les hommes expriment et comprennent entre eux les pensées de l'esprit. Or cette connaissance semble relever moins de la simple curiosité que de la noblesse de la science, notre visée étant de comprendre quelles langues sont plus ou moins apparentées entre elles, et quelles langues sont complètement différentes (*quae inter se cognatae sint linguae plus minus, quae omnino distent*). En effet, comme l'homme est le seul être animé doué à la fois de la raison et de la parole, j'estime qu'il relève de l'activité de l'érudit et du philosophe de connaître les différences présentées par la parole et par les langues (*orationis atque linguarum differentiae*). (Conrad Gessner à l'illustre savant John Bale, *Mithridates*, 1555 [2009, p. 97])

Segundo Colombat e Peters (2009, p. 21), ao buscar identificar as diferenças e não apenas as semelhanças linguísticas, Gessner distingue-se de seus predecessores, Postel e Bibliander, que se interessavam pela “unité primitive” das línguas, ou seja, pela unidade original. Gessner chama a atenção para a relação que existe entre a linguagem e o pensamento, e para as línguas e os dialetos que os homens utilizam para expressar seus pensamentos. Referindo-se à distinção entre língua e dialeto, o termo *dialeto* é

---

<sup>93</sup> Édition critique par Colombat et Peters, Genève, 2009.

frequentemente utilizado no sentido moderno de variedade linguística<sup>94</sup>, embora exista uma certa dificuldade em torno da noção de “variante dialectal”, porque “la structure des langues évoquées n’est pratiquement jamais dégagée” (Colombat e Peters, *ibid.*, p. 31-32).

Preocupado com os dados lexicais e não necessariamente com os dados linguísticos, Gessner trabalha com amostras de línguas, tanto com palavras isoladas quanto com o texto completo do Pai-nosso, sendo esse último a amostra mais utilizada. Para Colombat e Peters (2009, p. 59), a escolha desse texto responde a uma finalidade religiosa perceptível, uma vez que um dos meios de difundir a palavra de Cristo era traduzir, para o maior número possível de línguas, o texto mais importante e mais conhecido do cristianismo, a oração do Pai-nosso. A difusão do evangelho era, com efeito, uma de suas preocupações, como ilustra a passagem que segue:

l’Évangile de notre Seigneur Jésus-Christ crucifié [1v] commence actuellement, en Europe d’abord, à connaître un renouveau en même temps que ces langues [hebreu, latin, grec] renaissent et, à partir de là, par l’intermédiaire de ces mêmes langues, il sera bientôt (comme nous l’espérons) répandu soit par des livres, soit de vive voix, dans toutes les autres nations également. (Gessner, 1555 [2009, p. 100])

Gessner apresenta vinte e sete versões da oração do Pai-Nosso: em latim [duas versões, uma das quais é feita em galês], em etíope, em inglês, em árabe, em armênio, em galês, em caldeu, em francês, em alemão (mais duas versões, uma em hexâmetros e outra em hendecassílabos), em flandriano (“flandrien”), em islandês, em alto alemão

---

<sup>94</sup> “Un dialecte est une expression présentant une marque ou un caractère propre à un lieu ou une expression qui manifeste un caractère propre ou commun à un peuple. Les Grecs, par exemple, déterminent les différences de leur langue selon cinq dialectes, l’attique, l’ionien, le dorien, l’éolien et un cinquième commun. De plus, les mots barbares (<ceux>, naturellement, qui sont utilisés par les Grecs), vu qu’ils sont illimités, ne sont même pas appelés, disent-ils, “dialectes”, mais “glosses”. Clément d’Alexandrie au livre I de ses *Stromates*. Quant à nous, nous avons observé que *dialecte* signifiait tantôt, tout simplement, une parole ou un propos articulé distinctement, ou, à soi seul, un entretien en plusieurs mots, tantôt (surtout chez les grammairiens) le caractère spécifique d’une langue soit dans un seul mot, soit dans plusieurs, par lequel elle diffère de la langue commune ou des autres qui leur sont semblables ou apparentées” (Gessner, 1555 [2009, p. 100-101]). Segundo Colombat e Peters (2009, p. 31), a primeira definição de dialeto apresentada por Gessner explicita aquela de Clément d’Alexandrie (*Stromates*, I, XXI, 142), cuja análise revela o caráter específico do “terme διάλεκτος qui signifie en grec classique d’abord “entretien”, puis “conversation, langage, langage propre à un pays”, d’où “dialecte” ou “locution particulière””. Note-se que Gessner refere-se aos principais dialetos gregos apresentados por Clément d’Alexandrie, que considera a *koiné* grega como um dialeto e não como uma língua, e ainda distingue o dialeto da *glosa*, termo utilizado para caracterizar as palavras “bárbaras” utilizadas pelos gregos. A segunda definição dada pelo próprio Gessner apresenta uma interpretação comum e particular do termo, na qual ele “suppose la notion de variante par rapport à un schéma ou une structure commune” (Colombat e Peters, *ibid.*).

antigo, em “ ‘guedrien’ [Gelders]”, em grego antigo, em hebraico, em espanhol, em húngaro, em boêmio (tcheco), em ilírio ou eslavo (serbo-croata), em polonês, em italiano, em “rhétien alpino” (romanche), em sardo das gentes da cidade “sarde des citadins” (na verdade em catalão, por causa da dominação catalã), e em sardo do campo “sarde des campagnes”.

Para Colombat (2005, p. 100), o *Mithidates* é uma obra importante, pois reúne informações de difícil acesso e lista as línguas conhecidas no meio do século XVI. É a partir do conhecimento das línguas do mundo e de sua *gramatização* que foi possível verificar a existência de analogias, ou seja, de regularidades, bem como de irregularidades entre elas. A busca de uma solução para o problema do número cada vez maior de gramáticas, que resulta desse processo de *gramatização*, dará origem à gramática geral francesa que reunirá os elementos presentes em todas as línguas. De fato, na *Grammaire générale et raisonnée* (1660), os *Messieurs* de Port-Royal, Lancelot e Arnauld, esforçam-se para descrever e explicar as regularidades observadas em todas as línguas, como se verá a seguir.

A observação dos fenômenos de Gessner difere fundamentalmente da concepção geral de Port-Royal. Gessner não é um gramático profissional, mas um naturalista, que se interessa sobretudo por animais e plantas, e que se baseia principalmente em observações de ordem lexical. Sua busca para descobrir como os animais foram nomeados o leva a fornecer dados brutos. Assim, ele esforça-se para dar seus nomes em treze línguas (cf. *Mithridate*, 2009, p. 19). O resultado é certamente interessante, mas com observações fragmentadas, e Gessner não está interessado em como uma língua funciona. Por outro lado, o projeto dos *Messieurs* é diferente. Ele consiste em determinar como a linguagem funciona, considerando que não é a quantidade de dados que conta. De fato, é importante descobrir o funcionamento da linguagem no órgão onde está localizada, ou seja, no cérebro e para isso não há necessidade de uma multiplicidade de dados. Multiplicá-los seria, portanto, inútil. A rigor, bastaria o exame de uma só língua, ainda que a observação de muitas línguas permita revelar diferenças, o que marca precisamente o nascimento da generalidade.

### **1.2.2 A generalidade na *Grammaire générale et raisonnée* (1660)**

A *gramática geral* é uma teoria linguística de inspiração filosófica, que “nasce da multiplicação das gramáticas das línguas particulares” (Auroux, Deschamps et Kouloughli, 2004, p. 3). Diante da gramatização dos vernáculos e da emergência da questão da diversidade das línguas e de seu domínio, as gramáticas gerais<sup>95</sup> são concebidas, então, como uma introdução às gramáticas dessas línguas (cf. Auroux, 2009, p. 46-47). A *Grammaire générale et raisonnée* emerge no século XVII, na França, sob o domínio de Port-Royal<sup>96</sup>, designando tanto uma disciplina quanto um conceito por ela desenvolvido dentro das ciências da linguagem (Auroux, 1979, p. 213). Seu florescimento deu-se principalmente no século XVIII, mas sua influência fez-se sentir ainda sobre o ensino moderno de gramática (Colombat *et al.*, 2017, p. 27-28; Sahlin, 1928, p. 2). No entanto, essa teoria linguística muda ao longo do tempo devido às diferentes orientações filosóficas seguidas pelos gramáticos em seus estudos linguísticos, justificando, assim, os encaminhamentos propostos tanto pela *Grammaire générale et raisonnée* (1660) quanto pelas gramáticas gerais posteriores. Entre as orientações destacam-se o *racionalismo* defendido por René Descartes<sup>97</sup>, segundo o qual a razão é a principal fonte de aquisição do conhecimento, bem como o *empirismo*, de acordo com o qual o conhecimento humano advém da experiência e das impressões sensoriais e não das especulações da razão, como acreditavam os racionalistas. John Locke<sup>98</sup> é um dos principais representantes dessa corrente (Hessen, 2003, p. 48-59; Robins, 2013, p. 88-97).

---

<sup>95</sup> *Grammatica universalis* (1619), de Wolfgang Ratke; *Libri didactici grammaticae universalis* (1619), de Christopher Hellwig; *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619), de Amaro de Roboredo; *Janua Linguarum* (1642), de Comenius; *A general grammar* (1648), de C. Ravius; *Methode universelle pour apprendre facilement les langues, pour parler purement et écrire nettement en français* (1651) du Père Jean Macé (cf. Auroux, 2009, p. 46).

<sup>96</sup> Port-Royal era um mosteiro da ordem cisterciense, ordem religiosa católica beneditina reformada, fundado em 1204, no Vale de Chevreuse, na França. Além do círculo de religiosas, Port-Royal abrigava, no século XVII, precisamente a partir de 1637, de um lado um grupo de leigos, chamados Solitários de Port-Royal, que se dedicavam tanto à vida espiritual quanto intelectual, e de outro as Petites Écoles. A *Grammaire générale et raisonnée* é também chamada de Gramática de Port-Royal, e seus autores são chamados de *Messieurs* ou Solitários de Port-Royal.

<sup>97</sup> Filósofo francês do século XVII, René Descartes (1596-1650) é autor do *Discours de la méthode pour bien conduire sa raison, et chercher la vérité dans les sciences*. Publicada em 1637, em Paris, essa obra marca o racionalismo moderno. Descartes põe em causa os dados dos sentidos e atribui a certeza do conhecimento à razão, já que “os nossos sentidos nunca poderiam assegurar-nos de qualquer coisa, se o nosso entendimento não interviesse” (Descartes, 1637, p. 38).

<sup>98</sup> Filósofo empirista inglês, John Locke (1632-1704) é o autor da obra intitulada *Essay Concerning Human Understanding*, uma das principais fontes do empirismo britânico, publicada em 1690, em Londres.



Apesar do tratamento parcial dado ao problema da linguagem<sup>99</sup>, a valorização da racionalidade na filosofia de Descartes marcou o pensamento moderno e, conseqüentemente, os estudos linguísticos. Descartes (1637, p. 3-4) parte do princípio de que “le bon sens, ou la raison, est naturellement egale en tous les hommes”, sendo a capacidade de julgar e de discernir o que “nous rend hommes, & nous distingue des bestes”. Conforme explica Descartes (1637, p. 58), “les pies & les perroquets peuuent proferer des paroles ainsi que nous, & toutefois ne peuuent parler ainsi que nous, c’est à dire, en tesmoignant qu’ils pensent ce qu’ils disent”, por não terem a faculdade da razão. Suas palavras não são expressões de seus pensamentos, mas sons emitidos ou movimentos naturais que eles repetem e que não podem, portanto, ser considerados linguagem, sendo essa uma característica própria do entendimento humano. Assim, apenas os seres humanos são capazes de relacionar as palavras, formando um discurso por meio do qual revelam aos outros seus pensamentos<sup>100</sup>. Essas ideias cartesianas vão inspirar um dos autores da *Grammaire générale et raisonnée*, também conhecida como gramática de Port-Royal.

A *Grammaire générale et raisonnée* (GGR) foi escrita pelo gramático Claude Lancelot<sup>101</sup> em parceria com o filósofo Antoine Arnauld<sup>102</sup>, ambos jansenistas, e

---

<sup>99</sup> A grande preocupação de René Descartes era com a elaboração de um novo método científico capaz de fundamentar a ciência moderna.

<sup>100</sup> “Or par ces deux memes moyens, on peut aussy connoistre la difference, qui est entre les hommes & les bestes. Car c’est vne chose bien remarquable, qu’il n’y point d’hommes si hebetes & si stupides, sans en excepter mesme les incensez, qu’ils ne soient capables d’arrenger ensemble diuerses paroles, & d’en composer vn discours par lequel ils facent entendre leur pensées” (Descartes, 1637, p. 58).

<sup>101</sup> Claude Lancelot, nascido em 1615 em Paris e falecido em 1695 em Quimperlé, foi um religioso jansenista e um dos principais fundadores das *Petites écoles* de Port-Royal. Gramático clássico, ele é o autor das obras *Nouvelle méthode pour apprendre la langue latine* (1644), *Nouvelle méthode pour apprendre la langue grecque* (1655), *Nouvelle méthode pour apprendre la langue italienne* (1659), *la Nouvelle méthode pour apprendre la langue espagnole* (1660). A *Grammaire générale et raisonnée* é publicada em 1660 em parceria com Antoine Arnauld. As *Petites écoles* Port-Royal foram fechadas nesse mesmo ano. Lancelot é também autor da obra *Jardin des racines grecques* (1657), avec Lemaistre de Sacy, “dont la notoriété dépassera le cadre de ses ouvrages purement pédagogiques” (Colombat e Fournier, *Introduction GPR*, 2020, p. 7-9).

<sup>102</sup> Antoine Arnauld, nascido em 1612, em Paris e falecido em 1694, em Bruxelas, foi um doutor em teologia, sacerdote e filósofo. Ele foi um dos fundadores e também diretor espiritual de Port-Royal. Arnauld é autor da *Grammaire générale et raisonnée* (1660) e da *Logique, ou l’Art de penser* (1662). Ele também publicou obras de teologia *De la fréquente communion* (1643), *Apologie pour les Saints-Pères* (1651), *Lettre à une personne de condition et Seconde lettre à un duc et pair* (1655). Arnauld também foi interlocutor de Descartes (cf. Colombat e Fournier, *Introduction GPR*, 2020, p. 5-6). Embora não tenham tratado diretamente de questões relacionadas à linguagem, o racionalismo cartesiano o influencia consideravelmente no tratamento da linguagem e das questões gramaticais às quais Arnauld se dedica (*ibid.*).

publicada anonimamente<sup>103</sup>, em 1660, em Paris. Dada sua importância para a história das teorias linguísticas, a *GGR* é considerada como o texto fundador da gramática moderna (Dominicy, 1984). De acordo com Colombat e Fournier (2020, *Introduction*, p. 3), a *GGR* “marque une brutale rupture avec la tradition grammaticale antérieure, tradition avec laquelle il entretient néanmoins un dialogue constant”<sup>104</sup>. Essa ruptura com a teoria tradicional greco-latina configura-se por uma mudança de perspectiva em relação aos estudos e às análises linguísticas e caracteriza-se por um retorno à filosofia<sup>105</sup>, uma vez que essa gramática se baseia em princípios lógicos. O título da obra revela seu caráter filosófico, seu objetivo, seu objeto de estudo, bem como o método de análise utilizado:

GRAMMAIRE GENERALE ET RAISONNÉE contenant  
*Les fondemens de l'art de parler; expliquez d'une maniere claire et naturelle. Les raisons de ce qui est commun à toutes les langues, et des principales differences qui s'y recontrent. Et plusieurs remarques nouvelles sur la Langue Française.*

Diferentemente das gramáticas anteriores, esta é uma gramática geral e racional. Ela é geral, porque não é dedicada a uma língua específica, mas à linguagem, embora forneça observações sobre o francês e sobre outras línguas. Além disso, nessa gramática, os princípios que fundamentam a linguagem não são determinados pela estrutura de nenhuma língua (Auroux, 1983, p. 2). O qualificativo “geral” indica, portanto, que não se trata da gramática de uma língua particular, mas de uma gramática cujos fundamentos abrangem “todas as línguas”, tanto as línguas vulgares, como o francês, o italiano, o espanhol, o alemão e o inglês, quanto as clássicas, como o latim, o

<sup>103</sup> De acordo com N. Fournier (Minutes 45), “ce petit ouvrage (...) est publié anonymement, mais le privilège en identifie l’auteur comme « Le Sieur D. T. », c’est-à-dire « De Trigny », ce qui est le pseudonyme de Claude Lancelot, sous lequel sont parues en 1660 les *Nouvelles méthodes* italienne et espagnole”. Sobre a questão da autoria da *GGR*, leia-se Colombat (2014, 2020).

<sup>104</sup> Lancelot publica em 1644 *la Nouvelle Méthode Latine (NML)*, dezesseis anos antes de publicar a *GGR*, em 1660. Esse método latino é republicado e modificado constantemente. De acordo com Colombat e Fournier (*Introduction GPR*, 2020, p. 7), essa obra consta com cinco edições antes de 1660 (1650, 1653, 1655, 1656), e entre 1660 e 1676, ela tem mais duas edições (1662, 1667). O *NML* é a gramática latina de referência na França até a metade do século XVIII, sendo ainda reeditada em 1819 (*ibid.*). Lancelot menciona seu método latino, assim como seu método grego na *GGR*. Vale lembrar que Lancelot não escreve uma gramática do francês, mas ele analisa essa língua a partir do latim, a língua que ele provavelmente conhece melhor, e generaliza, a partir disso, os fatos linguísticos.

<sup>105</sup> Antiga com Aristóteles, medieval com os Modistas, e moderna com Descartes. De acordo com Auroux (1983, p. 1), a *Grammaire générale* “continues in a certain sense the tradition of speculative grammar, which can be considered as a linguistic theory whose validity is not restricted to one particular empirical área”.

grego e o hebraico, línguas utilizadas nos exemplos. Conforme explica N. Fournier (Minutes 45, 2020, [13]), a tendência da gramática geral é então “de dépasser la diversité des langues pour atteindre à un niveau de généralité, permettant de rendre compte à la fois, comme le dit le titre, « *de ce qui est commun à toutes les langues, & des principales différences qui s’y rencontrent* ». A generalidade que caracteriza a gramática geral incide, portanto, na generalização dos fenômenos comuns às línguas que compõem seu quadro de análise.

Além disso, a gramática é racional porque é baseada em princípios filosóficos. De acordo com Brekle (1966, p. VIII), “la grammaire d’Arnauld est [...] imbue de tout l’*a-priori* du rationalisme cartésien. Considérant le langage humain comme un pur produit de la raison, il en étudie l’agencement interne et le fonctionnement de ce seul point de vue”. Não obstante a afirmação desse autor, a *GGR* não pode ser considerada como um puro produto da especulação. Como mostra Auroux (2000, p. 1022-1029), a reflexão dos *Messieurs* de Port-Royal não era *a priori* e se baseava na observação real das línguas, apesar de seu número relativamente pequeno. Assim, o racionalismo cartesiano fundamenta a *GGR* na medida em que os *Messieurs*, considerando a universalidade das operações intelectuais do pensamento e não a diversidade dos usos linguísticos, submetem a linguagem a uma razão universal comum a todas as línguas. Do ponto de vista filosófico, os *Messieurs* desenvolvem uma teoria linguística para explicar o funcionamento da razão (Auroux, 1983, p. 5). A *GGR* é, portanto, uma obra reflexiva, fundada em princípios lógicos, uma “ouvrage de raisonnement”, como afirma o próprio Lancelot no prefácio. Vale notar que o qualificativo “racional” também indica o método lógico, “*claire et naturelle*”, utilizado para explicar os fundamentos da gramática.

Segundo N. Fournier (Minutes 45, 2020), os temas que incitam o diálogo<sup>106</sup> entre Arnauld e Lancelot são os seguintes: o problema da diversidade linguística, a base comum que subentende essa diversidade linguística e as razões dessa base comum. Conforme Lancelot, as questões que norteiam essa discussão surgiram de seu trabalho com as gramáticas do latim, do grego, do espanhol e do italiano, conhecidos como os *Méthodes de Port-Royal*. Por meio desse trabalho, o autor tomou consciência de que as línguas apresentam não apenas características comuns, mas também particulares. Essas

---

<sup>106</sup> No prefácio da obra, Lancelot evoca os encontros e as conversas com Antoine Arnauld que culminaram na elaboração da *GGR*.

reflexões sobre *os verdadeiros fundamentos da arte de falar* deram origem à *GGR*, uma obra de caráter pedagógico e filosófico, fruto do encontro intelectual entre um linguista e um filósofo cartesiano.

Ceux qui ont de l'estime pour les ouvrages de raisonnement, trouveront peut-estre en celui-cy quelque chose qui les pourra satisfaire, et n'en mépriseront peut-estre pas le sujet: puis que si la parole est vn des plus grands avantages de l'homme, ce ne doit pas estre vne chose méprisable de posseder cet avantage avec toute la perfection qui convient à l'homme; qui est de n'en avoir pas seulement l'vsage, mais d'en penetrer aussi les raisons, et de faire par science, ce que les autres font seulement par coustume. (Préface, Lancelot, 1676, p. 3-4)

Basseto e Murachco (2001, p. XXVI) explicam que “Arnauld desenvolveu um ramo do Cartesianismo a que o próprio Descartes não se havia dedicado: o estudo e a análise da linguagem em geral, partindo da hipótese de ser ela de natureza racional”. Para explicar os fundamentos da linguagem, os *Messieurs* empreendem um trabalho que se distancia dos trabalhos anteriores, em particular aqueles dos gramáticos modistas, cuja teoria resulta de uma correlação absoluta entre a estrutura da realidade e as operações da mente (Bursill-Hall, 1972, p. 24), embora seu trabalho seja baseado em princípios filosóficos e que sua gramática tenha sido reorientada para o estudo das propriedades gerais da linguagem (Thomas, 2010, p. 4).

Em sua organização, a *GGR* também rompe com as gramáticas anteriores. Ela é organizada em duas partes em função do signo linguístico: a primeira parte intitulada “*Où il est parlé des lettres & des caractères de l'écriture*” é composta por seis capítulos<sup>107</sup> e trata da parte material dos signos, ou seja, dos fonemas e dos grafemas. De acordo com Colombat e Fournier (2020, Introduction, 7.1.), “pour les Messieurs, il n'y a pas d'ambigüité: la lettre, c'est le phonème”, ou seja, o som e “le caractère, c'est le graphème”. Colombat e Fournier (*ibid.*) mostram que essa compreensão pode ser atestada implicitamente no título geral dessa primeira parte e explicitamente no título do primeiro capítulo “Des lettres comme sons”, bem como na definição de letras como “les divers sons dont on se sert pour parler”. A segunda parte, intitulada “*Où est parlé des*

<sup>107</sup> A primeira parte é constituída por seis capítulos: CHAPITRE I. *Des lettres comme sons, et premierement des voyelles*; CHAPITRE II. *Des Consonnes*; CHAPITRE III. *Des Syllabes*; CHAPITRE IV. *Des Mots entant que sons, où il est parle de l'Accent*; CHAPITRE V. *Des Lettres considerées comme caracteres*; CHAPITRE VI. *D'une nouvelle maniere pour apprendre à lire facilement en toutes sortes de Langues*.

*principes et des raisons sur lesquelles sont appuyées les divers formes de la signification des mots*”, é composta por de vinte e quatro capítulos<sup>108</sup> e trata da parte imaterial dos signos, ou seja, de sua significação. Nessa segunda parte, Arnauld e Lancelot analisam as partes do discurso e a sintaxe. Para Colombat e Fournier (2020, 7.2.1.), os *Messieurs* sintetizam, no título do capítulo I dessa segunda parte, todo o trabalho empreendido na *GGR*.

CHAPITRE I. *Que la connoissance de ce qui se passe dans nostre esprit, est necessaire pour comprendre les fondemens de la Grammaire; et que c'est de là que dépend la diversité des mots qui composent le discours.* (*GGR*, 1676, II, 1, p. 26)

O ponto de vista adotado pelos *Messieurs* é *mentalista*, porque “c’est l’observation du fonctionnement du cerveau qui permet de comprendre l’organisation des classes de mots” (Colombat e Fournier, 2020, 7.2.1.). De fato, para explicar a linguagem, materializada pela proposição lógica, que corresponde à estrutura representacional do pensamento, Arnauld e Lancelot recorrem à observação dos conteúdos mentais, a saber, as representações e as operações intelectuais, conceber, julgar e raciocinar.

No início do primeiro capítulo, os autores distinguem o estudo feito na primeira e na segunda parte. O discurso adotado pelos *Messieurs* assemelha-se àquele de Descartes, no *Discurso do método* (1637): a distinção entre a linguagem dos pássaros e a linguagem dos homens; a razão como atributo humano. No entanto, antes de Arnauld e Lancelot (1660), Macé (1651) já havia tratado desse tema:

---

<sup>108</sup> A segunda parte é constituída por vinte e quatro capítulos: I. “Que la connoissance de ce qui se passe dans nostre esprit, est nécessaire pour comprendre les fondemens de la Grammaire, & que c’est de-là que dépend la diversité des mots qui composent le discours; II. Des Noms, & premierement des substantifs & Adjectifs; III. Des noms propres & appellatifs ou généraux; IV. Des nombres singulier & plurier; V. Des Genres; VI. Des Cas & des Prépositions en tant qu’il est nécessaire d’en parler pour entendre quelques Cas (...); VII. Des Articles; VIII. Des Pronoms; IX. Du Pronom appelé Relatif; X. Examen d’une Règle de la Langue Françoisé, qui est qu’on ne doit pas mettre le Relatif après un nom sans article; XI. Des Préposition ; XII. Des Adverbes; XIII. Des Verbes, & de ce qui leur est propre & essentiel; XIV. De la diversité des personnes & des nombres dans les Verbes; XV. Des divers temps du Verbe; XVI. Des divers Modes, ou manieres des Verbes; XVII. De l’infinitif; XVIII. Des Verbes qu’on peut appeller Adjectifs, & de leurs différentes especes; Actifs, Passifs, Neutres; XIX. Des Verbes Impersonnels; XX. Des participes; XXI. Des Gérondifs, & Supins; XXII. Des Verbes auxiliaires des Langues vulgaires (...); XXIII. Des Conjonctions & interjections; XXIV. De la Syntaxe, ou Construction des mots ensemble. Des Figures de Construction.

| Descartes (1637)   | Macé (1651)   | <i>GGR</i> (1676 [1660])  |
|--|---|---|
| <p>car pour la raison, ou les sens, d'autres qu'elle est la seule chose qui nous rend hommes, &amp; nous distingue des bestes (...) (p. 4)</p> <p>(...) Ce qui n'arrive pas de ce qu'ils ont faite d'organes, car on voit que les pies &amp; les perroquets peuvent proferer des paroles ainsi que nous, &amp; toutefois ne peuvent parler ainsi que nous, c'est a dire, em tesmoignant qu'ils pensent ce qu'ils disent. (p. 58)</p> | <p>Les Perroquets, les Pies et les Sansonnets, comme il se void dans l'experience, aprennent la prolotion et la distinction des <i>voix articulées</i>. Toutefois la peine qu'il y a à leur imprimer ces dispositions, le peu d'étanduë que reçoit leur jargon, l'impuissance d'invanter et de dire plus qu'on ne leur a appris : justifient assez que ces voix ne sont qu'une leçon estudiée, et inculquée du dehors dans l'imagination, sans aucune connoissance intellectuelle. (p. 2-3)</p> | <p>IVSQVES icy nous n'avons consideré dans la parole que ce qu'elle a de materiel, et qui est commun, au moins pour le son, aux hommes et aux perroquets.</p> <p>Il nous reste à examiner ce qu'elle a de spirituel, qui fait l'vn des plus grands avantages de l'homme au dessus de tous les autres animaux, et qui est vne des plus grandes preuves de la raison. C'est l'vsage que nous en faisons pour signifier nos pensées (...). (II, 1, p. 26-27)</p> |

Conforme Colombat e Fournier (2020, 7.2.1.), a comparação entre a fala humana e o som emitido pelos pássaros sempre figurou na reflexão linguística. A linguagem, por sua vez, dos animais é um tema geralmente tratado desde a antiguidade latina. No Renascimento, autores como Dante Alighieri (*De vulgari eloquentia*, 1309, 1, 2, 7) e Gessner (*Mithridates*, 1555 [2009, p. 105]) também tratam desse tema. Quanto à reflexão sobre a linguagem humana, essa remonta pelo menos a Platão. Entre os *Messieurs* de Port-Royal, no século XVII, a linguagem humana é concebida como fruto da razão e, como tal, é comum a todos os homens, assim como a própria razão. Raby (2017, p. 1) evoca a universalidade da razão humana e afirma que ela “est universellement partagée et le langage est toujours la manifestation des pensées au moyen de l'assemblage des mots, signes de nos idées”. Partindo do pressuposto de que a razão e a linguagem humana são universais, podemos não apenas considerar um outro ponto de vista sobre a noção de *universalidade*, mas também apresentar a noção de *generalidade* contida na *GGR*.

A *universalidade* configura-se na *GGR* pela reflexão sobre a ligação entre o pensamento e a linguagem, ambos universais, porque tanto a razão quanto a linguagem são inerentes aos seres humanos. Essa ligação é apresentada por Arnauld e Lancelot no trecho que segue a definição da gramática:

LA GRAMMAIRE est l'Art de parler.  
Parler, est expliquer ses pensées par des signes, que les hommes ont  
inventez à ce dessein. (*GGR*, Introduction, 1676, p. 5)

N. Fournier (*GGR*, 2020, p. 7) nota que ao limitar o objeto da gramática à fala, Arnauld e Lancelot distanciam-se, em certa medida, da tradição gramatical anterior que privilegiava o estudo dos textos literários. De fato, a *GGR* não segue a tradição gramatical grega de Dionísio da Trácia, segundo a qual « la grammaire est la connaissance empirique de ce qui se dit couramment chez les poètes et les prosateurs » (trad. Jean Lallot, 1998, p. 43). Seu objetivo não consiste, portanto, em equipar o leitor com instrumentos que facilitem a leitura dos textos clássicos, mas de explicar o funcionamento da linguagem.

Os *Messieurs* seguem, então, a tradição latina de Scaliger (1540) e Sánchez (1587), estabelecendo a linguagem como o objeto da gramática. Enquanto para Scaliger ([1540] 2019, tomo I, livro 4, cap. 76, p. 396-397 [Lardet *et al.*, 2019, 4, 136b, p. 1602]), « la grammaire est science du parler d'après l'usage », para Sánchez (1587 [1982, I, p. 107-108]), « la grammaire est l'art de parler correctement ». No entanto, diferentemente das gramáticas desses dois autores, cujas reflexões sobre a linguagem dizem respeito ao latim, a gramática de Port-Royal não diz respeito a nenhuma língua em particular. Além disso, ao contrário de Scaliger, Arnauld e Lancelot não definem a gramática como uma *ciência*, ainda que a *GGR* seja fundada em princípios filosóficos, mas como uma *arte*. Dessa forma, os autores da *GGR* seguem na linha de Sánchez. Contudo, não se trata de uma técnica de falar, nesse caso, conforme a razão, mas de dar os fundamentos da linguagem. De acordo com Pariente (1985, p. 107), a definição de gramática como “l'art de parler” não se aplica à *GGR*, mas à “grammaire spontanée qui pratiquent tous ceux qui parlent une langue naturelle”. O autor atribui, então, um valor antropológico à definição dada pelos *Messieurs* a propósito da *fala*, segundo a qual “cet art de parler que constitue la grammaire est un art humain et supra-animal”. Trata-se, portanto, de uma arte “doublement humaine”, por sua relação com o pensamento e por sua realização por meio dos signos.

A *universalidade* caracteriza o que compreende tudo, o que se estende a tudo. Esse pressuposto permite identificar na *universalidade* o princípio de que há alguma coisa absolutamente geral, cuja incidência é definida na *GGR* pela relação entre a linguagem e o pensamento. A definição de palavra, que é reveladora dessa noção de

*universalidade*, evidencia essa relação. Essa definição é retomada por Arnauld e Nicole na *Logique ou l'Art de Penser*<sup>109</sup>:

| <i>Grammaire générale et raisonnée (GGR)</i><br>(1676 [1660])  | <i>La Logique ou l'Art de penser (LAP)</i><br>(1692 [1662])   |
|--|---|
| Ainsi l'on peut définir les mots, des sons distincts et articulés dont les hommes ont fait des signes pour signifier leurs pensées. (II, chap. I, p. 27) | les mots sont des sons distincts et articulés dont les hommes ont fait des signes pour marquer ce qui se passe dans leur esprit. (II, chap. I, p. 95) |

Os *Messieurs* apresentam uma definição de *palavra* bem diferente daquela de seus predecessores, em razão do objetivo mesmo da gramática, dar “os fundamentos da arte de falar”, o que exige uma descrição geral da linguagem e não uma descrição específica das línguas. Como já notaram Colombat e Fournier (2020, 7.2.2.), assim como Raby (2019, p. 74), Arnauld e Lancelot apresentam duas definições para a palavra, uma figurando na primeira parte da gramática e a outra, na segunda. A primeira definição considera a palavra como um som: « On appelle Mot ce qui se prononce à part, & s'écrit à part » (1676, I, 4, p. 16 [1660]). A segunda definição, como um significado. Sobre o termo, Colombat e Fournier (2020, 7.2.2.) explicam que *mot* (palavra) é um termo recente na tradição da gramática francesa, que os *Messieurs* preferem em detrimento de *diction*, do latim *dictio*, que é utilizado para designar a palavra na gramática latina. *Diction* é substituído por *mot* ao longo dos séculos XV e XVI (*ibid.*).

Quanto à definição de *palavra*, ela pode ter sido inspirada tanto na tradição antiga, quanto na tradição clássica. Para Colombat et Fournier (2020, 7.2.2.), os *Messieurs* de Port-Royal retomam uma tradição antiga, remontando a Diomède (vers 370-380), que concebe a palavra como « un son vocal articulé avec une signification, à partir duquel se construit l'énoncé et dans lequel il se résout [=s'analyse] » (GL 1, 436.10-12 *apud* Colombat 2020, p. 85). Raby (2019, p. 74), por outro lado, inscreve a tradição da *GGR* na linha de Scaliger ([1540] Lardet *et al.*, 2019, liv. 3, chap. 66, 115b, p. 66, 115b, p. 1544]), que concebe a palavra (*dictio*) como o « signe d'une

<sup>109</sup> A *Logique ou l'arte de penser* é a espinha dorsal da *GGR*, o que se pode notar no próprio texto da *GGR*: “LA LOGIQUE, OV L'ART DE PENSER, qui estant fondé sur les memes principes, peut extrêmement servir pour l'éclaircir et prouver plusieurs choses qui sont traitées dans celui-cy” (*GGR*, AVERTISSEMENT, p. 161). Para Arnauld, as duas obras são complementares.



représentation se trouvant dans l'esprit », ou seja, um signo do pensamento, além de sua ligação a uma « unité supérieure », a saber, o enunciado. Têm-se, portanto, duas possíveis filiações. Note-se, contudo, que não obstante a relação entre a palavra e o enunciado, já presentes nas tradições anteriores, a gramática de Port-Royal « s'inscrit dans une interrogation plus vaste sur le rôle et l'usage des signes linguistiques pour représenter les pensées » (Raby, 2019, p. 74). Assim, ao apresentar as palavras como signos criados para significar os pensamentos, os *Messieurs* marcam o caráter filosófico que configura a *GGR*.

As três operações do pensamento também revelam a noção de *universalidade* na *GGR*. Como explica N. Fournier (2020, Minutes 45), para os *Messieurs*, os princípios da linguagem, universais, são de natureza cognitiva e seu conhecimento “passe par une analyse des mécanismes de la pensée, ce que Arnauld et Lancelot appellent les « opérations de l'esprit » ; en d'autres termes, « l'art de parler » est un « art de penser »”. Essas operações são em número de três: conceber, julgar e raciocinar.

CONCEVOIR, n'est autre chose qu'un simple regard de nostre esprit sur les choses, soit d'une manière purement intellectuelle; comme quand je connois l'estre, la durée, la pensée, Dieu: soit avec des images corporelles, comme quand je m'imagine un carré, un rond, un chien, un cheval.

IVGER, c'est affirmer qu'une chose que nous concevons, est telle, ou n'est pas telle. Comme lors qu'ayant conçu ce que c'est que *la terre*, et ce que c'est que *rondeur*, j'affirme de *la terre* qu'elle est *ronde*. RAISONNER, est se servir de deux jugemens pour en faire un troisième. Comme lors qu'ayant jugé que toute vertu est louable, et que la patience est une vertu, j'en conclus que la patience est louable. D'où l'on voit que la troisième opération de l'esprit, n'est qu'une extension de la seconde. Et ainsi il suffira pour nostre sujet de considerer les deux premières, ou ce qui est enfermé de la première dans la seconde. Car les hommes ne parlent gueres pour exprimer simplement ce qu'ils conçoivent; mais c'est presque toujours pour exprimer les jugemens qu'ils font des choses qu'ils conçoivent. (*GGR*, 1676, II, chap. I, p. 27-28 [1660])

Das três operações intelectuais apresentadas, o julgamento é a mais importante. De fato, o pensamento realiza-se pelo julgamento, ou seja, pelas ligações estabelecidas entre as ideias. Essa ligação entre as ideias é feita por meio de uma parte essencial do discurso: o verbo *ser*. Esse verbo vinculado a um sujeito e a um atributo forma uma proposição, que é a representação do julgamento.

| GGR (1676 [1660])   | LAP (1992 [1662])   |
|---|---|
| <p><b>Le jugement que nous faisons des choses, comme quand je dis; <i>la terre est ronde</i>, s'appelle PROPOSITION; et ainsi toute proposition enferme necessairement deux termes: l'un appelé <i>sujet</i>, qui est ce dont on affirme, comme <i>terre</i>; et l'autre appelé <i>attribut</i>, qui est ce qu'on affirme, comme <i>ronde</i>: et de plus la liaison entre ces deux termes, <i>est</i>.</b></p> <p>Or il est aisé de voir que les deux termes appartiennent proprement à la premiere operation de l'esprit, parce que c'est ce que nous concevons, et ce qui est l'objet de nostre pensée; et que la liaison appartient à la seconde, qu'on peut dire estre proprement l'action de nostre esprit, et la maniere dont nous pensons. (II, chap. I, p. 28-29, grifo nosso)</p> | <p>Après avoir conçu les choses par nos idées, nous comparons ces idées ensemble ; et, trouvant que les unes conviennent entre elles, et que les autres ne conviennent pas, nous les lions ou déliions, ce qui s'appelle <i>affirmer</i> ou <i>nier</i>, et généralement <i>juger</i>.</p> <p><b>Ce jugement s'appelle aussi <i>proposition</i>, et il est aisé de voir qu'elle doit avoir deux termes : l'un de qui l'on affirme ou de qui l'on nie, lequel on appelle <i>sujet</i> ; et l'autre que l'on affirme ou que l'on nie, lequel s'appelle <i>attribut</i> ou <i>prædicatum</i>.</b></p> <p><b>Et il ne suffit pas de concevoir ces deux termes ; mais il faut que l'esprit les lie ou les separe : et cette action de notre esprit est marquée dans le discours par le verbe <i>est</i>, ou seul quand nous affirmons, ou avec une particule negative quand nous nions. Ainsi quand je dis <i>Dieu est juste</i>, <i>Dieu</i> est le sujet de cette proposition, et <i>juste</i> en est l'attribut; et le mot <i>est</i> marque l'action de mon esprit qui affirme, c'est-à-dire qui lie ensemble les deux idées de Dieu et de juste comme convenente l'un à l'autre.</b> (livre II, chap. III, p. 105-106, grifo nosso)</p> |

Segundo N. Fournier (2020, minutes 45), o modelo lógico da proposição e seu exemplo “*La terre est ronde*” são o cerne da *GGR*. Para essa autora (*ibid.*), essa é “certainement la grande nouveaute de la grammaire de Port-Royal: donner comme principe général de « l’art de parler », valable pour toutes les langues particulieres, la théorie de la proposition, qui remonte à la logique aristotelicienne”. A teoria da proposição permite distinguir duas espécies gerais de palavras: aquelas que significam os “objets des pensées” e aquelas que significam “la forme et la manière de nos pensées”. Em função dos critérios lógico e semântico, os *Messieurs* estabelecem uma divisão das partes do discurso na *GGR*: o nome, o artigo, o pronome, o particípio, a preposição e o advérbio constituem os objetos do pensamento; o verbo, a conjunção e a interjeição constituem a forma e a maneira dos nossos pensamentos.

Quanto à *generalidade*, sabemos que ela diz respeito ao que é comum a “todas” as línguas. No caso da *GGR*, embora ela seja construída a partir da análise de um número limitado de línguas (Colombat *et al.*, 2017, p. 173), a *generalidade* dos fatos

linguísticos apresentados e analisados se confirma, porque esses fatos se encontram nas línguas que aparecem no *corpus* examinado pelos *Messieurs*. A construção dessa *generalidade* na *GGR* apoia-se, de acordo com Fournier e Raby (2013, p. 3-4), “sur une matrice romane”. De fato, os fenômenos linguísticos analisados pelos *Messieurs* na *GGR* são, em sua maioria, idênticos aos que constituem a gramática latina. Assim, há *generalidade* na descrição de uma língua a partir do que já foi dito para uma outra língua, nesse caso o latim. Podemos observar essa *generalidade* na introdução à sintaxe presente no *Nouvelle Méthode pour apprendre la langue grecque*, onde Lancelot afirma:

parce que la Grammaire Latine a quelque chose de plus facile que la Grecque, pour ce qui est des commencemens, & qu'ainsi il est plus à propos de la faire apprendre la première aux Enfants, & par consequent d'y traiter les Regles generales, & les principes qui sont communs aux deux Langues; je ne comprendray en ce Livre que ce qu'il y a de different entre la Langue Grecque & la Latine, **estant tout-à-fait inutile de repeter comment un Adjectif s'accorde avec son Substantif, ou un Verbe avec son Nominatif, ou choses semblables, qui sont les memes en Grec qu'en Latin, & qui ont déjà esté assez expliquées dans la Methode Latine.** (NMG9, 1696, p. 393, grifo nosso)

O problema da *generalidade* surge, então, a partir da observação das línguas. Em outras palavras, essa questão é tratada quando se passa de uma língua a outra. Para Auroux (1992a, p. 45), a *generalidade* na *GGR* é alcançada pela operação de *tematização*. Conforme esse autor (*ibid.*), a *tematização* configura-se pelo ato de “revenir sur les opérations elles-mêmes, leur constitution, leur validité, etc., dans la mesure où on les applique longitudinalement à l'ensemble des langues”. Diante desse tipo de operação generalizante da *GGR*, referimo-nos às generalidades descritas e analisadas pelos *Messieurs* nas duas partes da gramática. Elas abrangem tanto fatos fonético-fonológicos quanto morfossintáticos<sup>110</sup>. No capítulo I *Des lettres comme sons, et premierement des voyelles*, da primeira parte, os *Messieurs* discorrem sobre a generalidade do *scheva*:

**Il reste l'e muet ou féminin, qui n'est dans son origine qu'un son sourd, conjoint aux consonnes, lors qu'on les veut prononcer sans**

<sup>110</sup> Sobre esses tipos de *generalidade* na *GGR*, leia-se Fournier (2007), assim como Fournier e Raby (2013).

**voyelle, comme lors qu'elles sont suivies immédiatement d'autres consonnes, ainsi que dans ce mot, *scamnum*: c'est ce que les Hebreux appellent *scheua*, sur tout lors qu'il commence la syllabe. Et ce *scheua* se trouve necessairement en toutes les langues, quoy qu'on n'y prenne pas garde, par ce qu'il n'y a point de caractere pour le marquer.** Mais quelques langues vulgaires, comme l'Alemand et le François, l'ont marqué par la voyelle *e*, adjoustant ce son aux autres qu'elle avoit déjà: et de plus ils ont fait que cet *e* feminin fait vne syllabe avec sa consonne, comme est la seconde dans *netteté, j'aimeray, donneray*, etc. ce que ne faisoit pas le *scheua* dans les autres Langues: quoy que plusieurs fassent cette faute en prononçant le *scheua* des Hebreux. Et ce qui est encore plus remarquable, c'est que cet *e* muet fait souvent tout seul en François vne syllabe, ou plustost vne demie syllabe, comme *vie, vuë, aimée*. (GGR, 1676, I, chap. I, p. 8-9 [1660], grifo nosso)

Como se pode notar, o *scheva* é em si identificado como um fato de gramática geral: “ce *scheua* se trouve necessairement en toutes les langues”. De acordo com J.-M. Fournier (2007, p. 94), os *Messieurs* descrevem e analisam as vogais considerando “le mécanisme générale que les ordonne”, e não suas propriedades específicas, caracterizando, assim, o projeto teórico que configura a GGR. Dessa forma, a elaboração de uma “théorie générale des sons” possibilitou a unificação das descrições que faltava nas gramáticas anteriores. As vogais seguem uma classificação natural que leva em consideração « les diverses ouvertures de la bouche », « de la plus grande ouverture de la bouche à la plus petite » em *a, ê, é, i, o, ô, eu, ou, u, e* muet. O *scheva* ou *e* mudo é, conforme explica J.-M. Fournier (*ibid.*, p. 95), “traité sur un plan différent, et [...] la définition est essentiellement fonctionnelle, et non articulatoire”. Beauzée retoma esse termo no artigo *Schéva* da *Encyclopédie Méthodique* (1786, t. 3, p. 374), definindo-o como “une voix presque insensible & nécessairement commune à toutes les langues”, distinta do *e* mudo que é “une voix propre à quelques langues seulement”. Como explica Beauzée (*ibid.*), o *e* mudo é próprio ao francês. Ele é “ordinairement représenté par un *e* & prononcé bien plus fortement que le *Schéva*”, como em *je veux*, completamente pronunciado no registro formal, enquanto a pronúncia curta e abafada caracteriza o *scheva* em *j'veux* em um registro informal.

Na segunda parte da gramática, o tipo de *generalidade* construído por Arnould e Lancelot diz respeito às categorias, como o nome, o verbo, as preposições; aos acidentes, como o gênero; e à sintaxe de concordância. As categorias comuns a todas as línguas que são necessárias para a expressão do pensamento, que é universal, são o *nome* e o *verbo*.

| GGR (1676 [1660])  | LAP (1992 [1662])   |
|--|---|
| <p>Les objets de nos pensées, sont ou les choses, comme <i>la terre, le Soleil, l'eau, le bois</i>, ce qu'on appelle ordinairement, <i>substance</i>. Ou la maniere des choses; comme d'estre <i>rond</i>, d'estre <i>rouge</i>, d'estre <i>dur</i>, d'estre <i>sçavant</i>, etc. ce qu'on appelle <i>accident</i>.</p> <p>Et il y a cette difference entre les choses ou les substances, et la maniere des choses ou les accidens; que les substances subsistent par elles-mesmes, au lieu que les accidens ne sont que par les substances.</p> <p>C'est ce qui a fait la principale difference entre <b>les mots qui signifient les objets des pensées</b>. Car <b>ceux qui signifient les substances, ont esté appellez noms substantifs</b>; et ceux qui signifient les accidens, en marquant le sujet auquel ces accidens conviennent, <i>noms adjectifs</i>. (1676, II, cap. 2, p. 30-31, grifo nosso)</p> | <p>Les objets de nos pensées étant, comme nous avons déjà dit, ou des choses ou des manières de choses, <b>les mots destinés à signifier, tant les choses que les manières, s'appellent noms</b>.</p> <p>Ceux qui signifient les choses s'appellent <i>noms substantifs</i>, comme <i>terre, soleil</i>. Ceux qui signifient les manières, en marquant en même temps le sujet auxquels elles conviennent, s'appellent <i>noms adjectifs</i>, comme <i>bon, juste, rond</i>. (1992, II, chap. 1, p. 96, grifo nosso)</p> |

Em primeiro lugar, Arnauld e Lancelot não dão uma definição explícita da categoria do nome na *GGR*. No entanto, essa lacuna é preenchida na *Logique* (1992, II, chap. 1, p. 96 [1662]), onde Arnauld e Nicole apresentam uma definição que retiram da *GGR*, “les mots destinés à signifier, tant les choses que les manières, s'appellent *noms*”. Com relação a esse conceito, vemos que Arnauld e Lancelot definiram implicitamente o nome na *GGR*: os nomes são “les objets de nos pensées” e são “ou les choses (...) ou la maniere des choses”. Para analisar o nome, os *Messieurs* utilizaram o critério semântico psicológico, porque “a propriedade em questão está em relação com a representação das faculdades do espírito” (Auroux, 1992, p. 583). Para Desbordes (1984, p. 151), essa concepção do nome mistura critérios semânticos a procedimentos distribucionais, porque os nomes “fonctionnent isolément comme un terme, l'idée qu'ils expriment entre obligatoirement dans la même catégorie que les idées assignées aux termes”.

Os nomes são subdivididos em “choses” e “manières des choses”: os primeiros designam as substâncias e os segundos, os acidentes. Essa terminologia é utilizada por Scaliger ([1540] Lardet *et al.*, 2019, livro 4, Cap. 76, 135a, p. 1597): o nome é uma “mot déclinaison au moyen du cas, signifiant une chose sans acception de temps”. Quanto à oposição “coisas” e “maneiras das coisas”, ela é baseada em princípios

filosóficos e expressa por meio da terminologia tradicional “noms substantifs” e “noms adjectifs”. Isso mostra que mesmo sendo fundamentada em princípios filosóficos, a *GGR* está vinculada ao quadro da gramática greco-latina, como se pode ver nos trechos dos Métodos de Port-Royal: *Nouvelle Méthode Latine (NML)* e *Nouvelle Méthode Grecque (NMG)*:

| <i>NML</i> (1683)   | <i>NMG</i> (1696)  |
|---|--|
| <p>Le Nom est un mot qui sert à nommer, ou à qualifier quelque chose. Ainsi il y a deux sortes de Noms; le substantif &amp; l'Adjectif. Le Substantif est celui qui signifie simplement la chose, &amp; subsiste de luy-mesme en l'oraison; comme Dominus, <i>le Seigneur</i>; Pater, <i>le Pere</i>; Magister, <i>le Maistre</i>. L'Adjectif est celui qui marque de quelle façon est la chose, &amp; qui sert à la qualifier. C'est pourquoi il suppose toujours un Substantif auquel il se rapporte; comme quand on dit, Grand <i>Seigneur</i>; Bon <i>Pere</i>. Belle <i>Maison</i>. (p. 16-17)</p> | <p>Le nom est un mot qui sert à nommer ou qualifier quelque chose. (p. 49)</p> |

Os *Messieurs* utilizam a subdivisão do nome em substantivo e adjetivo - uma subdivisão estabelecida pelos gramáticos modistas - e empregam os termos “choses” e “manière des choses” para designá-la. Essa oposição entre a substância e o acidente remonta a Prisciano, que associa o substantivo e o adjetivo à categoria *nomen*, sem distingui-los claramente (Colombat e Fournier, 2020, 7.3.1). Para Prisciano (2, 18 *GL* 2, 55.6), “le propre du nome est de signifier la substance et la qualité”. Scaliger ([1540] Lardet *et al.*, 2019, livro 4, cap. 127, p. 1924) retoma essa discussão, porém para negar o ponto de vista de Prisciano, já que afirma “qu'adjectif et substantif ne sont pas des affections ou des différences du nom en tant qu'il est nom mais en tant qu'il est mot” (*dictio*). Enquanto Scaliger contesta o ponto de vista de Prisciano, Sánchez (1587) não aborda esse tema em sua *Minerva*. É apenas no século XVIII que a categoria do nome será dividida em duas partes distintas do discurso, o substantivo e o adjetivo.

O verbo, por outro lado, é a categoria por excelência na *GGR*. Sua definição é longamente discutida no capítulo XIII da segunda parte, e os nove capítulos que seguem (XIV-XXII) também são dedicados a essa categoria. A definição do verbo dada na *GGR* (1660) é retomada na *LAP* (1662):

| <i>GGR</i> (1676 [1660])  | <i>LAP</i> (1992 [1662])   |
|---|--|
| <p>Ainsi les hommes n'ont pas eu moins de besoin d'inventer des mots qui marquassent l'<i>affirmation</i>, qui est la principale maniere de nostre pensée, que d'en inventer qui marquassent les objets de nostre pensée.</p> <p>Et c'est proprement ce que c'est que le <b>verbe, vn mot dont le principal vsage est de signifier l'affirmation: c'est à dire de marquer que le discours où ce mot est employé, est le discours d'vn homme qui ne conçoit pas seulement les choses, mais qui en juge et qui les affirme.</b> En quoy le verbe est distingué de quelques noms qui signifient aussi l'affirmation; comme <i>affirmans, affirmatio</i>; parce qu'ils ne la signifient qu'entant que par vne reflexion d'esprit elle est devenuë l'objet de nostre pensée; et ainsi ne marquent pas que celui qui se sert de ces mots affirme, mais seulement qu'il conçoit vne affirmation.</p> <p>J'ay dit que le <i>principal</i> vsage du Verbe estoit de signifier l'affirmation, parce que nous ferons voir plus bas que l'on s'en sert encore pour signifier d'autres mouvemens de nostre ame; comme <i>desirer, prier, commander</i>, etc. (II, cap. 13, p. 95, grifo nosso)</p> | <p>Les hommes, dit-il, n'ont pas eu moins besoin d'inventer des mots qui marquassent l'affirmation, qui est la principale manière de nostre pensée, que d'en inventer qui marquassent les objets de nos pensées.</p> <p>Et c'est proprement en quoi consiste ce que l'on appelle verbe, qui n'est rien autre qu'un mot dont le principal usage est de signifier l'affirmation, c'est à dire de marquer que le discours où ce mot est employé est le discours d'un homme qui ne conçoit pas seulement les choses, mais qui en juge et qui les affirme; en quoi le verbe est distingué de quelques noms, qui signifient aussi l'affirmation, comme <i>affirmans, affirmatio</i>, parce qu'ils ne la signifient qu'en tant que, par une réflexion d'esprit, elle est devenue l'objet de notre pensée; et ainsi ne marquent pas que celui qui se sert de ces mots affirme, mais seulement qu'il conçoit une affirmation.</p> <p>J'ai dit que le <i>principal</i> usage du verbe était de signifier l'affirmation, parce que nous ferons voir plus bas que l'on s'en sert encore pour signifier d'autres mouvemens de notre âme, comme ceux de <i>désirer</i>, de <i>prier</i>, de <i>commander</i>, etc. (II, cap. 2, p. 101, grifo nosso)</p> |

Arnauld de Lancelot definem o verbo de acordo com sua função principal, que é “significar a afirmação” e, para essa definição, eles utilizam o critério semântico e o critério funcional-lógico (Auroux, 1992, p. 584). Essa concepção do verbo adotada por Arnauld e Lancelot difere, como demonstram os próprios autores (*GGR*, 1676, p. 98), dos conceitos anteriores, como os de Aristóteles, de Buxtorf e de Scaliger, cujas definições não marcam o essencial, mas o que é acidental ao verbo. Para os *Messieurs*, o único verbo que cumpre essa função principal de “significar a afirmação” é o verbo substantivo *ser*, especificamente a terceira pessoa do singular do presente do indicativo “é”. Essa definição também consta nos Métodos de Port-Royal. Note-se, contudo, que as definições a seguir são posteriores ao aparecimento da *GGR*.

| NML6 (1662)  | NMG9 (1696)   | NME5 (1676)  | NMI3 (1677)   |
|--|---|--|---|
| <p>(...) la nature essentielle du Verbe qui n'est autre que de marquer affirmation.</p> <p>(...) Ainsi nous pouvons diviser les Verbes en Substantifs &amp; Adjectifs. Les Verbes Substantifs sont ceux qui marquent simplement l'affirmation, comme <i>sum, fio</i>. Les Verbes Adjectifs sont ceux qui outre la signification commune à tous les Verbes, en ajoutent encore une qui leur est propre, comme <i>amo</i>, qui est autant que <i>sum amans; curro, sum currens, &amp;c.</i> (p. 513)</p> | <p>Le verbe est un mot qui renferme une affirmation, &amp; qui sert ordinairement à marquer les actions. (p. 111)</p> | <p>(...) <i>ser</i> marque absolument l'affirmation, qui est essentielle au verbe substantif en toutes les langues. (p. 79-80)</p> <p>L'infinifit venant à perdre l'affirmation qui est propre au verbe, a souvent la force d'un nom en Espagnol, comme dans toutes les langues. (p. 86)</p> | <p>L'infinifit venant à perdre l'affirmation, qui est propre au verbe, doit estre considéré comme un nom substantif dans toutes les langues. (p. 101)</p> |

A concepção de *verbo substantivo* vigorava nos séculos XVI e XVII, mas permanecia confusa e envolvia tanto a noção de existência quanto a de substância (Colombat e Fournier, 2020, 7.7.2). Essa noção remonta, na tradição gramatical latina, pelo menos a Prisciano, que a ela se refere enquanto trata dos tempos verbais. Para Prisciano, o verbo substantivo “marque l’existence”:

On appelle temps présent proprement un temps dont une partie est passée, et l’autre à venir. Comme en effet le temps, à la façon d’un fleuve, est emporté dans un flux instable, il a de la peine à constituer un point dans le présent, c’est-à-dire le fluctuant. Une grande partie de celui-ci, comme on l’a dit, est soit passée, soit à venir, exception faite du verbe que les Grecs appellent *huparktikon* “qui marque l’existence”, car c’est lui qui est toujours le plus parfait de tous, puisqu’il ne lui manque rien. (Ars, 8, 51, GL 2.10-16 *apud* Colombat e Fournier, 2020, 7.7.2)

O verbo substantivo *ser (sum)* é referido por Thomas de Erfurt em sua *Grammatica Speculativa*, também com o sentido existencial, de acordo com a teoria de Prisciano:

[...] o verbo substantivo significa por meio do modo do ser de maneira geral, que é especificável por qualquer ser especial. Assim, ele não é



chamado de substantivo por causa do modo de estar por si mesmo, mas porque significa o ser geral, o qual pode ser especificado. Como resultado disso, o verbo substantivo é especificável por qualquer especificador que o especifique<sup>111</sup>. (Thomas de Erfurt *apud* Beccari, 2013, p. 307)

Beccari (2013, p. 423) nota que, para Thomas de Erfurt, o verbo ser (*sum*) é o mais geral e o mais específico de todos os verbos. O autor explica que essa definição repousa em um critério filosófico e afirma que Thomas de Erfurt parte do “princípio da metafísica medieval segundo o qual todas as coisas (...) têm em comum o fato de existirem”. Deve-se notar que os modistas desenvolvem suas teorias a partir dos textos de Prisciano e de Donato. Sendo assim, é possível afirmar que os gramáticos modistas aproveitaram ambas as teorias, gramatical e filosófica, para desenvolver suas análises.

Scaliger, por sua vez, reconhece a necessidade do verbo *ser* e dedica o capítulo 112 do livro V a esse verbo. Para Scaliger ([1540] livro 5, chap. 112, p. 228 [Lardet *et al.*, 2019, p. 1831]), o verbo *ser* “signifie aussi bien l’accident que la substance” e por isso “les grammairiens ont très mal fait de le dire “verbe substantif”. Scaliger acrescenta:

(...) ce verbe [le verbe être] s’emploie (229a) sous deux modes : il se trouve situé ou seul à seul auprès d’un nom, ou bien entre deux termes extremes à titre, pour ainsi dire, de médiateur. Comme exemple du premier mode, nous avons : “**César est**”; comme exemple du second : “**César est blanc**”. Pour ce qui est du premier mode, tout le monde admet **qu’il signifie l’existence au sein de la nature**; quant au second, Aristote, cet homme divin, a noté qu’il ne signifiait rien, mais était, pour ainsi dire, un lien et une copule, permettant d’associer la “blancheur” (*albedo*) à César. Telle est la forme et la fin de ce verbe. (Scaliger, 1540 [Lardet *et al.*, 2019, p. 1832], grifo nosso)

Colombat (2019, p. 222) nota que, para Scaliger, o verbo *ser* se distingue dos outros verbos que marcam o acidente (*blanchir*) ou a substância (*devenir*), porque ele é “le seul à marquer l’arrêt (*consistentia*), qu’il s’agisse des formes accidentelles ou substantielles”. Por essa razão, Scaliger critica o uso do termo tradicional “substantivo” para designar o verbo *ser*, que pode significar tanto a substância quanto o acidente. Com

---

<sup>111</sup> “Verbum ergo substantivum est, quod significat per modum esse generaliter, specificabile per quodlibet esse speciale. Unde etiam dicitur substantivum, non ex modo per se stantis, sed quia significat esse generale specificabile; ideo potest stare specificativum cuiuscumque specificantis ipsum” (Thomas d’Erfurt *apud* Beccari, 2013, p. 307).

feito, esse verbo marca a existência quando é precedido por um nome, e funciona como um elemento de ligação, ou cópula, quando aparece entre dois nomes. Scaliger considera, portanto, dois sentidos para o verbo *ser*: o de existência, segundo a tradição gramatical latina já mencionada por Prisciano e por Thomas de Erfurt, e o de ligação ou cópula, na linha de Aristóteles, marcando o caráter filosófico do seu *De causis*. Scaliger ([1540] livro 5, chap. 121, p. 246 [Lardet *et al.*, 2019, p. 1883]) utiliza o termo « verbo primário » (*verbum primarium*) para referir o verbo substantivo.

Sánchez, por sua vez, embora dedique o capítulo V do livro III ao verbo substantivo<sup>112</sup>, não desenvolve suas ideias sobre esse verbo:

Le fondement ou la racine de tous les verbes est le verbe substantif qui se dite en grec φύω et en latin *fuo* ou *fio*. Que φύω viennent de φύσις c'est-à-dire *natura* (la nature), cela est certain, à moins que l'on ne préfère faire venir φύσις de φύω. Le verbe ἐστί, en latin, c'est *est*, et εἰμί, *sum*. C'est là véritablement et de manière adéquate le verbe substantif, nonobstant César Scaliger, chap. 112, qui prétend qu'on peut exprimer aussi un accident grâce à ce verbe. Ex. *Caesar est albus* (César est blanc). Nous avons montré ailleurs combien tort, quand nous avons pris position contre les dialecticiens en affirmant qu'un accident ne peut être prédiqué d'une substance. Car dans le mot *albus*, il manque *homo*, autrement on aurait (130 R°): *Caesar est albus Caesar* (César est un César blanc). (Sanctius, 1982, p. 232 [1587])

Sánchez discorda de Scaliger quando afirma que o verbo substantivo *ser* significa apenas substância e não substância e acidente. Como explica o autor, o verbo *ser* não pode significar um acidente porque “um acidente não pode ser predicado de uma substância”. Para justificar sua posição, Sánchez serve-se da noção de elipse que “est le manque (*defectus*) d'un mot ou de plusieurs par rapport à la construction régulière” (Sanctius, 1587, trad. Clerico, 1982, livre IV, p. 276). Clerico (1982a, p. 33-34) aponta que Sánchez não desenvolveu suas considerações sobre o verbo *ser*, porque ele “n'est nullement prêt à privilégier le rôle de copule du verbe pour affirmer une relation d'identité entre un sujet et un prédicat”. Ele contenta-se, portanto, em colocar o verbo substantivo no mesmo nível dos verbos ativos e passivos.

Na *GGR*, a noção de *universalidade*, que até agora se referia ao quadro latino por causa de seu uso “universal” para descrever os fatos linguísticos de “todas” as línguas, adquire na *GGR* uma outra compreensão. Ela está atrelada à relação entre a

<sup>112</sup> Chapitre V. Le verbe substantif *sum, fuo, fio* et les formes: *Mea interest, tua refert*.

linguagem e a razão, que são, por natureza, universais a todos os homens. Para justificar essa relação, os *Messieurs* consideram a existência de três operações universais – conceber, julgar e raciocinar – dentre as quais julgar é a mais importante. A operação do julgamento prevalece, portanto, em nossa mente e se produz porque temos ideias, conceitos e estabelecemos ligações entre esses conceitos, sendo a ligação mais importante o julgamento. Deve-se notar que, para a tradição filosófica, essa posição não traz nada de original. No entanto, estabelecer uma ligação entre a linguagem e o pensamento, levando o estudioso a observar o que se passa em sua mente para compreender os fundamentos que constituem a gramática, é uma novidade que marca profundamente a tradição gramatical.

No entanto, o quadro latino mantém sua importância na *GGR*, porque a transmissão das categorias gerais é feita pelo latim. É ele que fornece a estrutura dos *Méthodos de Port-Royal* e da *GGR*. Assim, baseando-se no latim, Lancelot generaliza o quadro latino para seus *Métodos* e para a *GGR*. É sobre esse quadro que se constrói a *generalidade*, já que as línguas são descritas a partir da observação do latim. Quanto às categorias do nome e do verbo, elas constituem exemplos de *generalidade*. Com efeito, elas são, por um lado comuns a todas as línguas e, por outro, revelam as operações intelectuais de sua representação nas línguas que compõem o quadro de análise da *GGR*. Vale notar que Lancelot escreve os *Méthodos de Port-Royal* e a *GGR* em francês, distanciando-se, assim, de Scaliger e Sanctius, cujas gramáticas racionais são escritas em latim. Nesse sentido, Lancelot, utilizando a metalinguagem do francês, afasta-se do quadro latino. No entanto, o autor conforma-se a esse quadro, porque elabora suas gramáticas sobre o tratamento das partes do discurso, que é a principal marca da gramática greco-latina.

No século seguinte, essas noções serão retomadas e desenvolvidas pelos enciclopedistas Du Marsais e Beauzée, como se verá a seguir.

### **1.2.3 A concepção dos gramáticos iluministas sobre a generalidade**

#### **1.2.3.1 Du Marsais**

O racionalismo de Descartes serviu de base para a elaboração da *Grammaire générale et raisonnée* (1660) e, conseqüentemente, para as teorias concebidas pelos *Messieurs* de Port-Royal. Essas teorias foram revisadas e ampliadas, no século XVIII, pelos gramáticos iluministas César Chesneau Du Marsais<sup>113</sup> e Nicolas Beauzée<sup>114</sup>. Neste momento, são as ideias filosóficas de John Locke<sup>115</sup> e de Leibniz que inspiram os gramáticos franceses em suas concepções de gramática geral e fundamentam seus trabalhos linguísticos (Chevalier, 1996, p. 72). Locke, em seu *Essai sur l'entendement humain*, publicado em 1690, parte do princípio de que o conhecimento humano provém da experiência e das sensações.

§. 23. Si donc on demande, *Quand c'est que l'Homme commence d'avoir des idées*, je croi que la véritable réponse qu'on puisse faire, c'est de dire, *Dès qu'il a quelque sensation*. **Car puisqu'il ne paroît aucune idée dans l'Ame, avant que les Sens y en aient introduit**, je

<sup>113</sup> César Chesneau Du Marsais nasceu em Marselha, em 1676, e morreu em Paris, em 1756. Estudou primeiro na Congregação do Oratório em Marselha e depois de deixar a congregação vai para Paris. Trabalhou como advogado no Parlamento e mais tarde trabalha como tutor de Claude de Longueil, o Marquês de Maisons, um dos juízes mais importantes do Parlamento de Paris. Também foi tutor do filho de John Law, conselheiro do regente. Interessado pelo ensino de idiomas, Du Marsais publica *l'Exposition d'une méthode raisonnée pour apprendre la langue latine* (1722), *Les Véritables principes de la grammaire ou Nouvelle grammaire raisonnée pour apprendre la langue latine* (1729), *Des tropes, ou des différens sens dans lesquels on peut prendre un même mot dans une même langue* (1730), bem como muitos tratados como a *Dissertation sur la Prononciation et l'orthographe de la langue française*, que apareceu no *Mercur* de 1744 e 1746, um *Traité sur l'inversion* et un *Fragment sur les Causes de la Parole*, inseridos nos *Principes de grammaire*. No final de sua vida, trabalhou na *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert. É considerado um dos principais contribuintes, com 146 artigos dedicados à linguagem e à língua, além de temas gerais como a educação, nos volumes I a VII, de 1751 até sua morte em 1756. Com o empreendimento enciclopédico ainda em andamento, Beauzée assume este trabalho na *Encyclopédie* (Colombat et Fournier, CTLF, 1998; Pavy-Guilbert, 2014).

<sup>114</sup> Nicolas Beauzée, nascido em Verdun, em 1717, e falecido em Paris, em 1789, foi um gramático, enciclopedista, tradutor e editor científico. Professor da *École Royale Militaire*, foi responsável, juntamente com Douchet, também professor da *École Royale Militaire*, pela redação dos artigos gramaticais da *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert, após a morte de Du Marsais, em 1756. Assim, contribuiu para os escritos do volume VII (1756) ao XVII (1765) ao "produzir mais de uma centena de artigos co-escritos com Douchet (assinado ERM para École Royale Militaire) ou escritos sozinho (com as iniciais BERM)" (cf. Auroux, CTLF, 1998; Chevalier, 1968, p. 650). Em 23 de maio de 1772, Beauzée foi nomeado membro da Academia Francesa. Além dos artigos da *Encyclopédie*, Beauzée publicou uma *Grammaire générale* em 1676. Entre 1782 e 1786, foi responsável, com Marmotel, pelos volumes da *Encyclopédie méthodique (Grammaire et Littérature, 3 vols., 1782-1786)* onde retoma esses artigos, complementando-os e modificando-os.

<sup>115</sup> John Locke, nascido em 29 de agosto de 1632, em Bristol, e falecido em 28 de outubro de 1704, em Oates, é um filósofo inglês que se dedicou tanto a questões políticas quanto epistemológicas, sendo considerado não apenas o fundador do liberalismo político, mas também um dos principais representantes do empirismo. Por empirismo, entende-se a teoria que defende que as ideias provêm dos sentidos, e que o conhecimento é fundado nessa experiência sensorial. Em seu *Ensaio sobre o entendimento humano* (1690), Locke admite que a mente é uma "tabula rasa", um papel em branco, onde as informações do mundo exterior são inseridas pela experiência por meio dos sentidos, refutando assim a existência de ideias inatas na mente (Auroux e Weil, 1975, p. 70/ 1991, p. 281-283; Hessen, 2003, p. 54-56; Marcondes, 2010, p. 55).

conçois que l'Entendement commence à recevoir des Idées, justement dans le temps qu'il vient à recevoir des sensations, & par conséquent que les idées commencent d'y être produites dans le même temps que la sensation, qui est une impression, ou un mouvement excité dans quelque partie du Corps, qui produit quelque perception dans l'Entendement. (Locke, 1735, livre II, p. 74, grifo nosso)

Ao atribuir a emergência das ideias às impressões sensoriais, Locke afasta-se da concepção racionalista de Descartes, que entende a razão como autônoma e como a fonte do conhecimento humano. Para o filósofo inglês, somente a experiência, cuja realização cabe aos sentidos, é capaz de desenvolver o conhecimento. Essa apreensão pelos sentidos é a operação que precede e que estimula todas as outras operações intelectuais. Assim, Locke (1735, livre II, p. 103) explica que, “la Perception est la première Opération de toutes nos Facultez intellectuelles, & qu'elle donne entrée dans notre Esprit à toutes les connoissances qu'il peut acquerir”. Leibniz, por sua vez, combina as posições teóricas de Descartes e de Locke. Segundo Maat et Cram (2000, p. 1040-1042), enquanto Descartes e seus discípulos afirmam a primazia da razão sobre a linguagem, e Locke considera a sobreposição da linguagem sobre a razão, Leibniz reconhece a natureza espiritual e linguística da razão.

A influência do pensamento empirista de Locke é evidente na doutrina de Du Marsais. Segundo Chevalier (1968, p. 658), ela revela-se, por exemplo, na abordagem pedagógica do gramático enciclopedista que enfatiza “un apprentissage par l'habitude, qui dégagera peu à peu les principes de la raison”. A teoria cartesiana também influenciou seu trabalho. De fato, como os *Messieurs* de Port-Royal, Du Marsais defende a ideia de uma gramática geral e racional<sup>116</sup>. Contudo, sua orientação teórica distingue-o dos *Messieurs*, porque Du Marsais desenvolve uma concepção sensualista da linguagem (Pavy-Guilbert, 2014), considerando as sensações como a fonte das ideias e dos conhecimentos:

---

<sup>116</sup> “Il y a dans la Grammaire des observations qui conviennent à toutes les langues, ces observations forment ce qu'on appelle la Grammaire générale: telles sont les remarques que l'on a faites sur les sons articulés, sur les lettres qui sont les signes de ces sons; sur la nature des mots, & sur les différentes manières dont ils doivent être, ou arangés, ou terminés pour faire un sens” (*Les véritables principes de la grammaire*, 1729, p. 7).

“La Grammaire a une liaison nécessaire avec la science des idées & du raisonnement, parce que la Grammaire traite des mots & de leurs usages, & que les mots ne sont que les signes de nos idées & de nos jugemens. Nous pensons, & ensuite nous nous servons des mots pour exprimer nos pensées (...)” (Préface, 1729, p. XIII).

“C'est un défaut de la route ordinaire de séparer entièrement la Grammaire de ces Sciences, elles en sont le fondement; ainsi bien loin de n'apprendre la signification de certains termes qui sont comuns à la Grammaire & à la Science du raisonnement (...)” (Préface, 1729, p. XVI).

Les premières connoissances nouvelles que l'on veut donner aux enfants, & peut-être au reste des hommes, ne peuvent point entrer dans leur esprit par la voye du raisonnement, puisque le raisonnement suppose des idées particulières, le sentiment seul en est la porte. Mais quand ces premières idées sont acquises, on peut & souvent même l'on doit raisonner sur ces idées primitives (...). (Du Marsais, 1722, p. 40)

Segundo Chevalier (1968, p. 650), Du Marsais apoia-se não apenas nos pressupostos teóricos presentes na gramática de Port-Royal, mas também nos desenvolvimentos realizados por Buffier (1709) e Restaut (1730). Embora Du Marsais não tenha concluído seus tratados de gramática, esses, além de seus artigos<sup>117</sup> que constam na *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert, configuram efetivamente, junto aos trabalhos de Beauzée, a gramática geral do século XVIII (Auroux, 1983, p. 2). É nos *Véritables principes de la grammaire*, publicado em 1729, que Du Marsais dá uma definição de *gramática geral*, como aquela que trata dos fatos comuns a todas as línguas. Esses fatos abrangem todos os níveis linguísticos: o fonológico, o fonético, o morfológico e o sintático:

Il y a dans la grammaire des observations qui conviennent à toutes les langues, dit-il; ces observations forment ce qu'on appelle la grammaire générale: telles sont les remarques que l'on a faites sur les sons articulés, sur les lettres qui sont les signes de ces sons ; sur la nature des mots, et sur les différentes manières dont ils doivent être ou arrangés, ou terminés pour faire un sens. Outre ces observations générales, il y en a qui ne sont propres qu'à une langue particulière; et c'est ce qui forme les grammaires particulières de chaque langue. (Du Marsais, 1729, p. 7)

Para Sahlin (1928, p. 30), a relevância da definição elaborada por Du Marsais repousa justamente na ausência de qualquer definição de gramática geral na gramática de Port-Royal. O autor observa que a lista de fatos linguísticos que conformam a gramática geral corresponde à divisão tradicional quadripartida da gramática em prosódia, ortografia, etimologia e sintaxe. No entanto, essa divisão também aparece nas gramáticas particulares, uma vez que as gramáticas gerais foram elaboradas sobretudo a

---

<sup>117</sup> Conforme explica Colombat e Fournier (1998), embora os objetivos de Du Marsais variem em função de seus diferentes textos, pedagógicos ou filosóficos, seus artigos de gramática têm o mesmo objetivo da gramática geral: fornecer análises válidas para todas as línguas.

partir dos dados linguísticos do francês e do latim (Sahlin, 1928, p. 31; Colombat *et al.*, 2017, p. 172-175).

Além da definição de *gramática geral*, Du Marsais também elabora uma definição de *gramática*, em que reconhece seu estatuto como científico e pedagógico:

La science par laquelle on apprend une langue par règles, s'appelle Grammaire.

Ce mot vient du Grec \**gramma*, *grammatos*, qui veut dire lettre.

La Grammaire est donc la science, ou l'art qui traite des mots entant qu'ils sont les signes de nos pensées, c'est-à-dire, que la Grammaire est l'art qui apprend à prononcer les mots, à les écrire, à leur donner certaines terminaisons, & à les placer dans le discours selon l'usage que les homes ont établi dans un pays, pour se communiquer leurs pensées. Ou autrement, la Grammaire est l'art qui apprend les réflexions que l'on a faites sur les mots & sur les façons de parler d'une langue pour parvenir à la parler et à écrire correctement, cest-à-dire, selon l'usage reçu. (Du Marsais, 1729, p. IV)

Du Marsais concebe a gramática como uma ciência e como uma arte. Por isso, ela apresenta um caráter tanto teórico quanto prático. Teórico, porque visa a uma reflexão filosófica sobre as línguas e a linguagem, e prático, porque é utilizada para ensinar uma língua, nesse caso o latim. Segundo Sahlin (1928, p. 43), a definição elaborada por Du Marsais evolui para a abstração. De fato, Du Marsais apresenta quatro definições de gramática, que tendem a essa abstração. As três primeiras determinam que a língua é o objeto da gramática, enquanto a última designa para esse fim “les théories sur langue”. Sahlin (1928, p. 43-44) observa ainda que Du Marsais refere o caráter pedagógico da gramática em todas essas definições. No entanto, sua obra se afasta das gramáticas pedagógicas anteriores, porque ela não visa à correção estabelecida por um autor, mas à explicação, com base na razão, das causas das regras gramaticais, e a “chercher en même temps quel parti il y a à tirer de là pour la formation de l'esprit ou pour l'investigation de la pensée, et en négligeant plus ou moins ce qui n'était pas intéressant de ce point de vue” (*ibid.*).

No que diz respeito às partes do discurso, Du Marsais não considera o nome como uma classe separada do adjetivo, como Girard estabelece nos *Les vrais principes de la Langue Française* (1747). De fato, Du Marsais não aplica esse novo sistema, a saber, a fusão entre o nome e o substantivo, bem como a autonomização do adjetivo, que Girard apresenta como uma parte independente do discurso (Gautier *et al.*, 2019, p. 114). No artigo *Adjectif* (1751, vol. I) publicado na *Encyclopédie*, Du Marsais mantém

as expressões tradicionais *nom substantif* et *nom adjectif* utilizadas na *Exposition d'une méthode raisonnée pour apprendre la langue latine* (1722). Assim, ele escreve:

Le nom substantif est un mot qui signifie une substance, ou quelque chose qui est comme subsistant. (Du Marsais, 1722, p. 35)

D. Qu'est-ce que le nom substantif?

R. Le nom substantif est un mot qui marque une chose qui subsiste, comme le *Soleil*, la *Lune*, &c. ou qui est considérée comme subsistant: par exemple, *le courage*, *la beauté*, &c.

D. Qu'est-ce que l'adjectif?

R. Ce mot adjectif signifie ajouté; c'est le mot qui ajoute au substantif une qualité ou maniere d'être; c'est un mot qui exprime une propriété du substantif. (Du Marsais, 1722, p. 28)

*Adjectif* vient du latin *adjectus*, *ajouté*, parce qu'en effet le nom adjectif est toujours ajouté à un nom substantif qui est ou exprimé ou sous-entendu. L'adjectif est un mot qui donne une qualification au substantif; il en designe la qualité ou maniere d'être. Or comme toute qualité suppose la substance dont elle est qualité, il est évidente que tout adjectif suppose un substantif: car il faut être, pour être tel. (Du Marsais, *Adjectif, Encyclopédie*, vol. I, 1751, p. 133)

Conforme Sahlin (1928, p. 168), considerando o substantivo como o representante linguístico da substância, Du Marsais respeita as noções estabelecidas por seus predecessores. No entanto, ele fundamenta o substantivo em concepções filosóficas, apreendendo-o sob três pontos de vista: como suporte de qualidade, como coisa que existe, como coisa individual. Sahlin atribui o primeiro ponto de vista a Locke, não nomeia nenhum filósofo em particular para o segundo, dado que vários filósofos o expressaram e atribui o terceiro a Leibniz<sup>118</sup>, embora esse ponto de vista também seja encontrado em alguns filósofos escolásticos. Na verdade, essa concepção do nome significando algo que existe encontra sua origem na discussão filosófica medieval, iniciada por Porfírio (séc. III) sobre os universais, especialmente no que diz respeito aos gêneros e às espécies; uma discussão desenvolvida posteriormente por Boécio e Abelardo, e que se estendeu por toda a Idade Média. Du Marsais concebe o nome como algo que não apenas existe, mas que subsiste, cuja realidade se refere tanto a algo *corpóreo*, como a *lua*, quanto *incorpóreo*, como a *beleza*.

---

<sup>118</sup> “le principe d'individuation est un des principes fondamentaux de Leibniz, et il joue chez Du Marsais un rôle également essentiel. Il a pu le trouver p. ex. dans la *Disputatio metaphysica de principio individui*, imprimée à Leipzig en 1663, dans le *Système nouveau de la nature et de la communication des substances*, publié dans le Journal des Savans en 1695 [...]” (Sahlin, 1928, p. 168-169).



O adjetivo, por sua vez, é considerado como uma propriedade ou característica do substantivo. Essa concepção leva Du Marsais a apreender o substantivo e o adjetivo como um só e a aplicar o princípio da identidade para explicar a concordância do adjetivo com o substantivo (Sahlin, 1928, p. 169). Embora Du Marsais não considere a princípio o substantivo e o adjetivo como categorias distintas, ele parece admitir uma separação entre esses dois termos, já que no artigo *Adjectif* (1751, vol. I, p. 133a) da *Encyclopédie*, ele faz referência ao substantivo e ao adjetivo como categorias independentes. Para Sahlin (*ibid.*, p. 168), “la limite entre les deux [categories] a été plus flottante chez lui que chez aucun autre grammairien philosophe français”.

Quanto à definição de verbo apresentada na *Syntaxe* do *Méthode raisonnée* (1722), Du Marsais, como os *Messieurs* de Port-Royal, afirma que o verbo *être* marca um julgamento. O gramático utiliza o esquema *sujeito-verbo-atributo* representado pela proposição *la terre est ronde*, que é mencionada na *Grammaire générale et raisonnée* (1660). Assim ele escreve:

D. Qu'est-ce que le verbe?

R. **C'est le mot qui marque que l'on juge, c'est-à-dire, que l'on pense une chose d'une autre** : par exemple, *la Terre est ronde* ; **le mot est, c'est le verbe, c'est-à-dire que c'est le mot qui marque que je juge** que la Terre est ronde, *Ronde*, est l'attribut, c'est-à-dire que c'est ce que je pense de la terre; c'est la propriété que je lui attribue.

D. N'y a-t-il que le mot être qui soit un verbe?

R. Outre ce **verbe simple**, il y a encore tous ceux qu'on peut appeler composez ou adjectifs, parcequ'ils renferment le **verbe simple** et l'attribut: comme *sedet* il est assis; *sapit*, il est sage; *favet*, il est favorable; *amat*, il aime; c'est-à-dire il est aimant, *legit*, il lit, c'est-à-dire il est lisant, etc. (Du Marsais, 1722, p. 25, grifo nosso)

A concepção de Du Marsais sobre o verbo difere daquela dos *Messieurs* de Port-Royal, porque para o gramático enciclopedista o verbo não funciona apenas como uma ligação entre o sujeito e o atributo, cujo principal uso é significar a afirmação. Para Du Marsais, o verbo que também marca um julgamento, como na *GGR*, significa uma afirmação ou uma negação: “juger, c'est penser qu'un objet est de telle ou telle façon ; c'est affirmer ou nier” (art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 81a). Além disso, para referir-se ao verbo *ser*, ele não utiliza a expressão *verbo substantivo*, mas *verbo simples*, porque o verbo *être* não significa a substância.

No artigo *Conjugaison* da *Encyclopédie*, Du Marsais apresenta outras noções para o verbo. Além de expressar a *afirmação e a negação*, o verbo também expressa a *essência*, a *existência*, e ainda a *ação*:

Je fais ici en passant cette observation, pour faire voir qu'outre la propriété de marquer la voix, le mode, la personne, &c. & outre la valeur particuliere de chaque verbe, qui **énonce ou l'essence, ou l'existence, ou quelqu'action, ou quelque sentiment, &c. le verbe marque encore l'action de l'esprit qui applique cette valeur à un sujet, soit dans les propositions, soit dans les simples énonciations;** & c'est ce qui distingue le verbe des autres mots, qui ne sont que de simples dénominations. (Du Marsais, *Conjugaison, Encyclopédie*, 1753, vol. III, p. 880, grifo nosso)

Ou bien le verbe m'indique une énonciation, puisque le verbe marque l'action de l'esprit qui adapte / ou applique un qualificatif à un sujet, de quelque maniere que cette application se fasse. (Du Marsais, *Construction, Encyclopédie*, 1754, vol. IV, p. 82-83)

Du Marsais apresenta uma definição de verbo muito mais ampla do que aquela elaborada pelos *Messieurs* de Port-Royal. Nela aparecem noções que permitem ao gramático enunciar os sentidos gramatical e lógico do verbo (Sahlin, 1928, p. 305-306). No sentido gramatical, o verbo significa ação; no sentido lógico, significa essência e existência. Sahlin (*ibid.*, p. 306) afirma que Du Marsais evoca “la distinction scolastique entre deux manières d'être, l'essence et l'existence”. De fato, os escolásticos latinos do século XIII utilizam esses dois termos *essência* e *existência*. No entanto, Avicena, que os emprestou de Aristóteles, já os utilizava no século I. Na gramática especulativa medieval, Thomas de Erfurt atribui ao verbo *ser* essa noção de existência, e na gramática latina renascentista, Scaliger ([1540], p. 462 [Lardet *et al.*, 2019, 5, 229a, p. 1832]) evoca essa mesma noção, afirmando que “tout le monde admet qu'il [le verbe être] signifie l'existence au sein de la nature”.

Sahlin (1928, p. 305) observa que Du Marsais e os *Messieurs* de Por-Royal estabelecem a mesma generalização sobre a necessidade do verbo em uma proposição. Todos pensam que o verbo desempenha um papel fundamental na expressão de uma proposição lógica ou regular. No entanto, quando se trata de justificar essa generalização, Du Marsais se afasta do pensamento de Arnauld e Lancelot, já que sua concepção ultrapassa as considerações lógicas estabelecidas pelos *Messieurs* de Port-

Royal. Ela é justificada, então, « par sa méthode de ramener toute phrase à la construction simple » (*ibid.*).

Sobre a proposição, Du Marsais alinha-se nas obras *Méthode raisonnée* (1722) e *Les véritables principes de la grammaire* (1729) aos *Messieurs* de Port-Royal e utiliza o modelo proposicional representado pela operação do julgamento:

D. Qu'est-ce qu'une proposition?

R. Une proposition est un assemblage de mots qui font un sens déterminé, ou bien, c'est un jugement énoncé.

D. Qu'est-ce que juger?

R. C'est penser une chose d'une autre, comme

*La Terre est ronde.*

*La Vertu est aimable.*

*Le Soleil est lumineux.*

Quand je pense que *la Terre est ronde*, c'est un jugement. Quand je le dis, c'est une proposition. (Du Marsais, 1722, p. 24)

(...) une Proposition n'est autre chose qu'un assemblage de mots qui forment un sens, qui expriment ce qu'on a dans l'esprit, qui font conoitre ce qu'on pense, ce qu'on juge; que juger, c'est penser qu'une chose est de telle ou telle maniere. (Du Marsais, Preface, 1729, p. XVII)

Esses primeiros trabalhos manifestam a concepção de Du Marsais a favor de uma estreita relação entre a proposição e o julgamento. No entanto, no artigo *Construction* (1754, vol. IV) da *Encyclopédie*, o gramático anuncia uma nova perspectiva para a noção de *proposição*, distinguindo a proposição do julgamento. Essa nova perspectiva, inspirada pelas ideias de Locke, refuta a ideia de que as operações intelectuais são distintas e organizadas de maneira hierarquizada (Raby, 2018, p. 78). Assim, a proposição passa a ser concebida como um conjunto de palavras que reunidas exprimem não apenas um julgamento, mas também outras visões do espírito. Quanto ao julgamento, ele “n'est plus qu'une signification possible de la proposition” (Raby, 2018, p. 79):

La proposition est un assemblage de mots, qui, par le concours des différens rapports qu'ils ont entr'eux, énoncent un jugement ou quelque considération particuliere de l'esprit, qui regarde un objet comme tel. (Du Marsais, art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 81)

Este novo ponto de vista permite que Du Marsais se afaste de Port-Royal. Na verdade, a definição apresentada no artigo da *Encyclopédie* reflete as ideias desenvolvidas pelos *Messieurs* de Port-Royal, mas também pelo próprio de Du Marsais, que, no *Méthode raisonnée* (1722) e na *Grammaire raisonnée* (1729), segue de perto a *Grammaire générale et raisonnée* (1660). Segundo Sahlin (1928, p. 106-107), Du Marsais “admet que la proposition puisse exprimer autre chose qu’un jugement logique, et (...) il montre que la proposition n’est pas seulement une unité de sens, mais encore une unité purement grammaticale formée par la construction des mots ensemble”. Em outras palavras, a proposição é uma unidade da construção.

Note-se que, diferentemente dos *Messieurs* de Port-Royal, Du Marsais utiliza os termos universal e geral. Eles não são, contudo, especializados, mas utilizados analogamente para evocar a totalidade das coisas: “*Tout, chaque, nul, aucun, sont donc la marque de la généralité ou universalité des propositions*” (art. *Article, Encyclopédie*, vol. I, 1751, p. 730). O gramático também evoca o caráter universal da proposição, tanto no que diz respeito aos termos que a compõem quanto à sua extensão: “si celui qui parle donne un sens universel au sujet de sa proposition, c’est-à-dire s’il applique quelque qualificatif à tous les individus d’une espece, alors l’étendue de la proposition est universelle, ou, ce qui est la même chose, la proposition est universelle” (*ibid.*, p. 729). Do mesmo modo, no artigo *Construction* da *Encyclopédie* (vol. IV, 1754, p. 74), Du Marsais retoma a reflexão sobre a generalidade desenvolvida pelos *Messieurs* de Port-Royal. Nesse artigo, ele revela que a ordem sucessiva das relações de modificação ou de determinação entre as palavras é a mesma em todas as línguas. De fato, sobre a noção de *generalidade*, a concepção de Du Marsais está vinculada a sua hipótese sobre a existência de uma ordem natural das palavras para todas as línguas. O gramático desenvolve os princípios relativos à ordem das palavras com base nas ideias de Locke sobre a sensação e a reflexão (Ricken, 1978, p. 86). Ricken (*ibid.*) explica que “l’hypothèse d’une pensée a priori qui serait donnée avant le langage et lui dicterait ses lois, pouvait se référer à la faculté de *réflexion*, que Locke suppose exister en même temps que la sensation, dès l’acte de création”. Du Marsais inspira-se não apenas nas concepções de Locke, mas também nos princípios racionalistas para desenvolver sua teoria da ordem natural das palavras. De acordo com o gramático,

l'ordre naturel n'est autre chose que l'arrangement des mots, selon la suite des signes des rapports, sous lesquels celui qui parle veut faire considérer les mots. (Du Marsais, *Inversion*)

Trata-se de uma ordem sucessiva que permite perceber de modo claro e natural, na proposição, as ligações e as relações entre as palavras. Essa ordem é representada por meio de uma construção *natural*, que Du Marsais chama de *simples e necessária*.

*Construction nécessaire, significative ou énonciative*, c'est celle par laquelle seule les mots font un sens: on l'appelle aussi *construction simple & construction naturelle*, parce que c'est celle qui est la plus conforme à l'état des choses [...] & que d'ailleurs cette *construction* est le moyen le plus propre & le plus facile que la nature nous ait donné pour faire connoître nos pensées par la parole. (Du Marsais, *Construction, Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 73)

Segundo Ricken (1978, p. 87), essa construção simples e necessária diz respeito à “à l'ordre logique des idées”, ou seja, a ordem natural determinada pela razão, e à relação gramatical entre as palavras. Para Du Marsais,

l'esprit, par un simple regard, aperçoit toute la suite et l'enchaînement des rapports; c'est cette suite de rapports qu'on appelle simplement ordre, et souvent aussi ordre grammatical, ordre naturel. (Du Marsais, *Inversion*)

Du Marsais supõe a existência de uma ordem natural fixa em todas as línguas. Desse modo, quando o gramático verifica que “la fonction de la flexion latine correspond à celle de la construction en français, il en conclut qu'en latin cette fonction consiste à permettre de reconstituer l'ordre naturel par la réflexion et à assurer ainsi la compréhension du texte” (Ricken, 1978, p. 88). Du Marsais argumenta, então, que “l'ordre naturel est le fondement du latin comme de toute autre langue”, porque ela é a expressão da razão. Embora a língua latina seja caracterizada por suas inversões, transgredindo a ordem natural do pensamento, ela não deixa de se conformar a essa ordem.

Além da universalidade da razão, a universalidade do latim também é evocada. A propósito da universalidade da razão, Du Marsais, apoiando-se em uma passagem das *Confissões* de Santo Agostinho, afirma que “la pensée, tant qu'elle n'est que dans notre esprit, sans aucun égard à l'énonciation, n'a besoin ni de bouche, ni de langue, ni du son

des syllabes ; elle n'est ni hébraïque, ni grecque, ni latine, ni barbare, elle n'est qu'à nous"<sup>119</sup> (Du Marsais, *Construction, Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 73). De fato, todas as línguas desfrutam do mesmo fundo comum, mas o expressam de modos diferentes. Quanto à universalidade do latim, a manutenção da língua latina como língua universal das ciências e da religião, a saber, a koiné latina ou a língua comum, é ainda evocada no século XVIII, como revela a seguinte passagem:

Le latin est le langage de l'Eglise (...).  
La Théologie, la Philosophie, le Droit Romain, & la Médecine se traitent en latin dans toute l'Europe; ainsi quand on fait le latin, on est en état d'entendre parler de ces sciences; & comme il y a par tout des personnes qui les étudient, on trouve par tout des homes avec lesquels on peut s'entretenir. Ainsi, le latin nous rend en quelque sorte citoyens de tous les pays.  
(...) le latin devient alors pour lui [l'homme] une langue comune, qui lui done le plaisir de la conversation, & qui lui fournit des interprètes qui l'aident à se procurer ses besoins. (Du Marsais, 1729, p. 2-3)

No que diz respeito à *universalidade* do quadro latino, Du Marsais não trata sistematicamente das partes do discurso em sua gramática, que ficou inacabada, mas nos artigos da *Encyclopédie*. O gramático segue, portanto, o modelo tradicional, tanto que retoma, em um artigo da *Encyclopédie*, a noção de acidente (*Accident*, 1751, vol. I) utilizada por seus predecessores.

### 1.2.3.2 Beauzée

A gramática de Nicolas Beauzée, intitulada *Grammaire générale ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage: pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*<sup>120</sup>, vem a lume em 1767, ou seja, cento e sete anos após a publicação da *Grammaire générale et raisonnée* (1660). Conforme Auroux (2000, p. 1023), a ampla perspectiva que conforma as gramáticas gerais, a saber, “la théorie des éléments communs à toutes les langues”, restringe a multiplicação dessas obras. No entanto, no

---

<sup>119</sup> “*intùs, in domicilio cogitationis, nec hæbrea, nec græca, nec latina, nec barbara... sine oris & linguæ organis, sine strepitu syllabarum*. S. August. *confes. l. XI. c. iij.*” (Du Marsais, *Construction, Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 73)

<sup>120</sup> “Je dis les *Eléments nécessaires du Langage*, parce qu'ils sont en effet, dans toutes les langues, d'une nécessité indispensable pour rendre sensible l'exposition analytique & métaphysique de la pensée” (Beauzée, 1767, I, Préface, p. XVII).

século XVIII, muitos autores se dedicaram a elaborar gramáticas baseadas em princípios gerais com o objetivo de apresentar uma formalização detalhada desse tipo de gramática (Chevalier, 1968, p. 650).

A gramática de Beauzée é concebida como a obra mais importante do Iluminismo francês, porque representa o amadurecimento da teoria da gramática geral (Auroux, 1983, p. 2). Com a gramática de Port-Royal (1660), ela compartilha a denominação e o projeto teórico que consiste em estabelecer os princípios válidos para todas as línguas. No entanto, o sistema apresentado por Beauzée difere daquele apresentado pelos *Messieurs* de Port-Royal na *Grammaire générale*, porque ele repousa na análise de um número maior de línguas – alemão, inglês, basco, caldaico, chinês, espanhol, francês, grego, hebraico, italiano, lapão, latim, peruano, samaritano, sueco –, com uma predominância de dados em francês e em latim (Chevalier, 1996, p. 85-86). Além disso, as teorias que conformam essas duas gramáticas também são distintas. Enquanto Arnauld e Lancelot seguem o movimento iniciado pela teoria cartesiana e submetem a linguagem à razão, que é universal, Beauzée segue na linha das teorias leibnianas para “découvrir des vérités universelles, qui se vérifieront, peu à peu, dans l’expérience” (Chevalier, 1968, p. 658-659):

**La voie analytique & expérimentale me paroît, à tous égards & dans tous les genres, la plus sûre que puisse prendre l’esprit humain pour réussir dans ses recherches.** Ce principe justifié négativement par la chute de la plupart des hypothèses qui n’avoient de réalité que dans les têtes qui les avoient conçues, & positivement par les succès rapides & prodigieux de la physique moderne, aura partout / la même fécondité, & l’application n’en peut être qu’heureuse, même dans les matieres grammaticales. **Les mots sont comme les instrumens de la manifestation de nos pensées: des instrumens ne peuvent être bien connus que par leurs services; & les services ne se devinent point, on les éprouve; on les voit, on les observe.** (Beauzée, art. *Mot*, *Encyclopédie*, vol. X, 1765, p. 752, grifo nosso)

Para Dominiccy (1992, p. 434), a gramática geral de orientação empirista mantém a ideia de que os “éléments nécessaires du langage” são fundamentados na análise do pensamento. Nesse sentido, Beauzée elabora “une théorie générale qui déduise les catégories grammaticales de la façon dont le langage analyse la pensée (ce qui correspond à la logique) et qui soit appuyée sur les faits des différentes langues” (Auroux, 1998, CTLF). Assim, Beauzée, em seu esforço para estabelecer uma gramática

geral, opõe a gramática geral e as gramáticas particulares, tarefa inaugurada pelos *Messieurs de Port-Royal* na *Grammaire générale et raisonnée* (1660). De acordo com Raby (2017, p. 2), essa oposição marca a distinção entre a teoria geral da linguagem que conforma a *GGR* e as teorias gerais da linguagem presentes nas gramáticas modistas e nas gramáticas humanistas de Scaliger e Sánchez. Nos termos de Beauzée,

La GRAMMAIRE GÉNÉRALE est donc la science raisonnée des principes immuables & généraux du Langage prononcé ou écrit dans quelque langue que ce soit.

Une GRAMMAIRE PARTICULIÈRE est l'art d'appliquer, aux principes immuables & généraux du Langage prononcé ou écrit, les institutions arbitraires & usuelles d'une langue particulière.

La *Grammaire générale* est une science, parce qu'elle n'a pour objet que la spéculation raisonnée des principes immuables & généraux du Langage.

Une *Grammaire particulière* est un art, parce qu'elle envisage l'application pratique des institutions arbitraires & usuelles d'une langue particulière aux principes généraux du Langage. (Beauzée, 1767, I, prefácio, p. IX-XI, grifo nosso)

Beauzée considera a gramática sob dois pontos de vista: como *ciência* e como *arte*. Enquanto ciência, a gramática geral orienta para a reflexão filosófica sobre a linguagem e as línguas. Como visto anteriormente, essa concepção do estatuto científico da gramática é uma herança filosófica dos gramáticos modistas do século XIV e foi retomada por Scaliger no século XVI. Enquanto *arte*, as gramáticas particulares, que tratam das especificidades das línguas, são herdeiras das *artes* anteriores. Assim, de acordo com Dominicy (1992, p. 429), elas são “historiquement contingentes et toujours perfectibles”, de modo que as características que conformam as línguas particulares bem como suas gramáticas são consideradas como exceções à gramática geral. Como resultado, os procedimentos gramaticais não são objeto de nenhuma descrição sistemática na gramática geral, pois essa tarefa cabe a gramáticas particulares.

Segundo Auroux (1973, p. 30), na gramática de Beauzée, a “l'universalité est confrontée à la diversité de ses objets: elle ne dispense pas d'une considération de la particularité”. De fato, é a análise dos diferentes usos de línguas particulares que torna possível generalizar os princípios e apreender as noções universais, de modo que a gramática geral se distingue da gramática particular por sua aplicação. Essa distinção entre gramática geral e gramática particular é retomada no artigo *Général, Universel* da *Encyclopédie Méthodique*, onde Beauzée diferencia os termos *geral* e *universal*:



Le *Général*, selon le Dictionnaire de l'Académie, est commun à un très-grand nombre ; l'*Universel* s'étend à tout. Ainsi, l'autorité de cette Compagnie confirme les notions établies par l'abbé Girard. Le *Général* comprend la totalité en gros; L'*Universel*, en détail. Le premier n'est point incompatible avec des exceptions particuliers ; le second les exclut absolument. (Beauzée, art. *Général, universel, E.M.*, 1784, t. 2, p. 146)

Como Du Marsais, Beauzée também utiliza os termos *universal* e *geral*. No entanto, ele os especializa nesse artigo da *Encyclopédie Méthodique*. A distinção entre o *geral* e o *universal* incide sobre a natureza semântica de cada um dos termos. Enquanto o universal abrange a totalidade de algo, visando a sua exaustividade, o geral abrange uma parte ou a maior parte de um todo. Desprovido do caráter exaustivo, o geral admite exceções particulares, o que justifica a premissa de que “não há regra tão geral que não sofra uma exceção”. O universal, por sua vez, em virtude de sua própria natureza não admite a existência de uma exceção. Beauzée estende, então, essa distinção às ciências, como a física e a gramática:

Dans la Sciences, le *Général* est opposé au particulier; l'*Universel*, à l'individu.  
Ainsi, la Physique *générale* considère les propriétés communes à tous les corps, & **n'envisage les propriétés distinctives d'aucun corps particulier, que comme des faits qui confirment les vûes générales**: mais qui n'a étudié que la Physique générale, ne fait pas à beaucoup près la Physique universelle; les détails particuliers sont inépuisables.  
De même, **la Grammaire générale envisage les principes qui sont ou peuvent être communs à toutes les langues, & ne considère les procedes particuliers des unes ou des autres, que comme des faits qui établissent des vûes générales**: mais l'idée d'une Grammaire *universelle* est une idée chimérique; nul homme ne peut savoir les principes particuliers de tous les idiomes; & quand on les sauroit, comment les réuniroit-on en un corps? (Beauzée, art. *Général, Universel, E.M.*, 1784, t. 2, p. 146, grifo nosso)

Quando Beauzée anuncia a oposição entre o *geral* e o *particular*, bem como entre o *universal* e o *individual*, ele evoca a distinção feita pelos filósofos medievais e a transfere para a gramática. Beauzée aproveitou, portanto, o quadro filosófico medieval em suas análises. Deve-se notar que o autor rejeita completamente a ideia de uma gramática universal, levando em consideração a impossibilidade humana não apenas de conhecer e de dominar todas as línguas, mas também de reunir todos os seus dados.

Quanto à gramática geral, ela dispõe de princípios que conformam muitas línguas, o que a distingue concretamente de uma gramática universal que incluiria todas as línguas.

Na *Grammaire générale* (1767), Beauzée retoma as reflexões de Girard (1747) sobre as noções de *parole* e de *mot*, considerando a primeira como *natural, geral e universal*, e a segunda como *arbitrária e particular*:

Les éléments de la parole, qui ne peuvent être en soi que des sons simples ou articulés, longs ou brefs, graves ou aigus, &c. ne peuvent donc devenir éléments de l'Oraison, qu'autant qu'ils sont destinés, par l'usage de quelque langue, à être les signes des idées que l'on a à manifester, c'est-à-dire, entant que ce sont des mots. **“C'est pour faire usage de la parole, dit très-bien l'abbé Girard (d) Syn. fr. Parole, mot que le mot est établi. La première est naturelle, générale, & universelle chez les hommes; le second est arbitraire, & varie selon les divers usages des peuples... On a le don de la parole & la science des mots.”** C'est que la nature a accordé à tous les hommes bien constitués la faculté de produire les sons élémentaires de la parole; au lieu que, pour produire des mots proprement dits, il faut connoître les usages de la langue dont on veut se servir (...). (Beauzée, 1767, t.1, livro II, p. 233-234, grifo nosso)

Efetivamente, a *fala é natural e universal* a todos os homens. Por essa razão, o uso dos termos *natural e universal* corresponde realmente ao que ela representa. O uso do termo *geral* deve-se possivelmente à linha tênue que separa o *geral* do *universal*. Quanto à *palavra*, Beauzée lhe dedica um artigo na *Encyclopédie* (art. *Mot*, 1765, vol. X, p. 752b-763b), atribuindo uma nova dimensão a esse termo, que não aparece na gramática de Port-Royal<sup>121</sup>. Enquanto os gramáticos de Port-Royal apreendem a *palavra* em relação à sílaba e à proposição, Beauzée considera a sua totalidade, como revela a passagem a seguir:

Pour ce qui concerne la valeur des *mots*, elle consiste dans la totalité des idées qui en constituent le sens propre & figuré. (Beauzée, art. *Mot*, *Encyclopédie*, vol. X, 1765, p. 752)

Je crois donc qu'il faut dire qu'un mot est une totalité de sons, devenue par usage pour ceux qui l'entendent, le signe d'une idée totale. (*Ibid.*, p. 762)

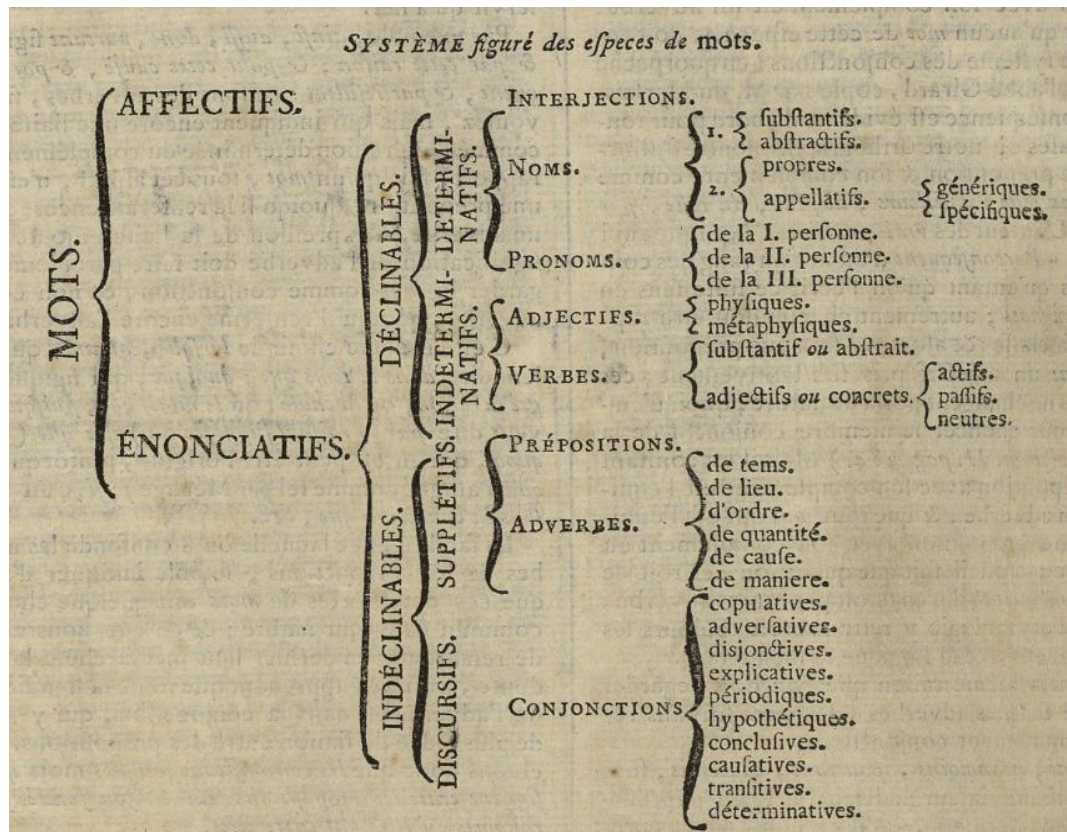
---

<sup>121</sup> Para Raby (2019, p. 75), Beauzée opera uma “correção” na definição da palavra em relação à definição presente na gramática de Port-Royal, mas creio que não se trata de uma correção, mas de uma um novo ponto de vista em relação a este termo.

Essa noção de totalidade está vinculada àquela de *universalidade*, porque o autor não se refere às línguas, mas às ideias. Beauzée justifica essa noção pelo fato de que “dans toutes les langues, il y a des *mots* d’une & de plusieurs syllabes, & que l’unité est une totalité aussi-bien que la pluralité”. Beauzée também afirma que as palavras são “le signe d’une idée totale”. A razão é que as sílabas ou as articulações não são portadoras de ideias totais, mas de ideias parciais. No entanto, essas ideias parciais constituem as palavras que, por sua vez, sozinhas ou relacionadas a outras palavras na proposição, constituem “à l’expression de l’idée totale”, ou seja, de uma ideia precisa e desenvolvida do sujeito.

Beauzée estabelece uma classificação dicotômica das partes do discurso e classifica as palavras em afetivas e enunciativas. As palavras afetivas, inspiradas pela natureza, concernem às interjeições. Elas são relacionadas, pelo autor, a uma linguagem do coração “également entendu chez toutes les nations” (*ibid.*, p. 752). Auroux (1984, p. 11) observa que a interjeição é excluída da lista das partes do discurso por seu caráter natural. As palavras enunciativas, por sua vez, não são inspiradas pela natureza e se dividem em duas categorias: declináveis e indeclináveis. Essas palavras enunciativas dizem respeito às partes do discurso – nome, pronome, adjetivo, verbo, preposição, advérbio, conjunção – e são relacionadas à linguagem da mente. O quadro 11 a seguir ilustra essa classificação:

#### Quadro 11 – Sistema das classes de palavras



Fonte: Beauzée (*Mot, Encyclopédie*, vol. X, 1765, p. 760).

Tendo em vista a universalidade da razão humana, as partes do discurso, consideradas como linguagem mental, podem ser classificadas como *universais*. Entretanto, de acordo com Auroux (1988, p. 42), as categorias comuns a todas as línguas são o *nome*, o *adjetivo* e o *verbo*. Como explica esse autor, as outras partes do discurso variam de acordo com os pressupostos teóricos que conformam as gramáticas. Em sua concepção sobre a gramática, Beauzée vai de encontro à concepção racionalista subjacente à gramática de Port-Royal, que estipula que as ideias procedem e se baseiam na razão. De fato, o gramático indica que a origem das ideias e, conseqüentemente, da linguagem é externa ao pensamento. Desse modo, a significação que serve de fundamento às palavras declináveis, ou seja, ao nome, ao pronome, ao adjetivo e ao verbo, deriva da experiência. A diferença entre essas palavras declináveis encontra-se, então, nos diferentes pontos de vista considerados: os nomes e os pronomes correspondem a seres determinados, os adjetivos e os verbos correspondem a seres indeterminados. A distinção entre essas classes dá-se, portanto, por sua determinação e

sua indeterminação. Segundo Auroux (1984, p. 15), a teoria de Beauzée sobre o nome fundamenta-se na análise da determinação:

DÈS que l'on veut communiquer ses pensées, on se trouve dans l'obligation de faire connoître les êtres qui en sont les objets : on le fait par le moyen des **Noms imposés** à chaque chose ; le Nom les rend reconnoissables, **en rappelant à l'esprit l'idée de leur nature: NOMEN dictum quasi NOTAMEN, quod nobis vocabulo suo Notas efficiat; nisi enim NOMEN scieris, cognitio rerum perit.** (e) On peut donc dire que **les Noms sont des mots qui expriment déterminément les êtres, en les désignant par l'idée de leur nature.** (Beauzée, 1767, t. 1, livro II, p. 235, grifo nosso)

Para o nome, Beauzée não retoma a definição tradicional, que se refere ao caráter formal do nome, nem a definição clássica, com a concepção filosófica dada pelos *Messieurs* de Port-Royal, segundo a qual os nomes são signos do pensamento. Segundo Auroux (1984, p. 15), com Beauzée, é a “autonomie référentielle du nom” que possibilita a expressão determinada dos seres.

Entre os acidentes do nome, Beauzée (art. *Mot, Encyclopédie*, vol. X, 1765, p. 753) chama a atenção para a universalidade do *número* que é “la plus universellement adoptée dans les langues”. A flexão de número concerne não apenas os nomes, mas também as outras classes declináveis como o pronome, o adjetivo e o verbo. Enquanto para o nome e o pronome “ce sont les besoins réels de l'énonciation, d'après ce qui existe dans l'esprit de celui qui parle, qui reglent le choix des nombres” (*ibid.*), para os adjetivos e os verbos, as terminações de número são feitas “par une sorte d'imitation, & pour être en concordance avec les noms ou les pronoms auxquels ils ont rapport, & qui sont comme leurs originaux” (*ibid.*).

Beauzée refere-se igualmente à declinação dos casos. A flexão casual é um fenômeno linguístico que indica o aproveitamento do quadro latino. Ela caracteriza o que Auroux (1992, p. 19; 2009, p. 46) denomina *Gramática latina estendida (GLE)*, que foi concebida para a descrição das línguas clássicas, mas que é aplicada às línguas vernáculas. Segundo Gautier *et al.* (2019, p. 113), uma das características marcantes da gramática do século XVIII é que a adoção do quadro da gramática latina é menos perceptível. No entanto, Colombat (1981, p. 3) afirma que essa menor produção de descrições da língua latina, que se limita basicamente a fornecer métodos de decodificação, não poderia esconder a existência de um forte interesse pelo estudo do

latim no século XVIII, inclusive entre os gramáticos enciclopedistas, que muitas vezes se referem a essa língua para tratar de questões pedagógicas e teóricas. Vale lembrar que o quadro latino constitui a base para o desenvolvimento da gramática ocidental. A naturalização desse quadro explica que o apego a esse arcabouço latino foi menos perceptível no século XVIII (Gautier *et al.*, *ibid.*). No que diz respeito aos casos, Beauzée afirma que

les cas en général sont des terminaisons différentes qui ajoutent à l'idée principale du *mot* l'idée accessoire d'un rapport déterminé à l'ordre analytique de l'énonciation. (...). La distinction des cas n'est pas d'un usage universel dans toutes les langues, mais elle est possible dans toutes, puisqu'elle existe dans quelques-unes, & cela suffit pour en faire le fondement d'une théorie générale. (Beauzée, art. *Mot*, *Encyclopédie*, vol. X, 1765, p. 754)

O estudo dos casos latinos no século XVIII está atrelado ao estudo das preposições, e Beauzée coloca os casos e as preposições no mesmo nível (Colombat, 1981, p. 4). Note-se que, se nas línguas clássicas é a terminação das palavras que marca os casos, nas línguas vernáculas é a regência que os marca. Assim, Beauzée refere-se à significação fundamental comum que conforma as palavras declináveis que recebem a flexão casual. Ele especifica que se trata da relação entre os termos para “présenter à l'esprit les idées des êtres réels ou abstraits”, ou seja, os termos que relacionados podem ser os objetos de nossos pensamentos (art. *Mot*, *Encyclopédie*, vol. X, 1765, p. 754). Como a flexão de número, a flexão de casos varia para os nomes e os pronomes de acordo com as necessidades da enunciação. Para os adjetivos e os verbos, essa variação está atrelada a “une raison d'imitation & de concordance” (*ibid.*, p. 754). Além disso, Beauzée observa que é o uso que estabelece a escolha de um desses princípios legitimando a flexão dos casos. Também convém notar que essa flexão casual não é admitida em todas as línguas, mas sua presença nas línguas clássicas e o uso desse modelo na descrição das línguas vernáculas asseguram sua generalidade.

No que diz respeito ao adjetivo, Beauzée não segue a tradição gramatical que o entende como uma subcategoria do nome. O autor prefere retomar a divisão estabelecida por Girard em 1747 e concebe o adjetivo como uma categoria separada do substantivo.

(...) mots ainsi nommés d'*adjectum*, supin d'*adjicere* (ajouter); en sorte qu'*adjectivus* (adjectif) signifie proprement *qui sert à ajouter*. C'est caractériser très-bien la distinction de cette espèce de mots, puisqu'ils servent en effet à modifier les noms appellatifs, en ajoutant à l'idée de la nature commune qu'ils énoncent quelque autre idée accidentelle.

Les *Adjectifs* sont donc des mots qui expriment des êtres indéterminés, en les désignant par une idée précise, mais accidentelle à la nature commune déterminément énoncée par les noms appellatifs auxquels on les joint. (Beauzée, 1767, t. 1, livre II, p. 290-291)

Beauzée não apenas considera o adjetivo como uma categoria autônoma, mas também o aproxima do verbo e dos artigos, designados *adjetivos metafísicos*. Segundo Auroux (1992c, p. 160), a oposição entre *adjetivos metafísicos* e *adjetivos físicos* deve-se a Du Marsais<sup>122</sup>. Entretanto a abordagem ontológica desse gramático difere da abordagem funcional de Beauzée, que fundamenta os adjetivos sobre um mecanismo metafísico, ou seja, lógico de acordo com o qual a um nome apelativo se junta uma palavra que designa um ser indeterminado por meio de uma ideia precisa. Conforme explica Delesalle (1992, p. 153), as modificações nos nomes apelativos resultam da ideia acidental que conforma esses adjetivos.

O verbo, por sua vez, é caracterizado por seu valor existencial. Swiggers (1994, p. 31) nota que a noção de existência atribuída ao verbo por Beauzée está atrelada a noção de tempo, uma vez que é por meio dele que se expressa a existência real ou ideal de um ser indeterminado, de modo que “le verbe est [...] la seule classe de mots qui déborde le contexte purement linguistique”.

les verbes sont des mots qui expriment des êtres indéterminés, en les désignant par l'idée précise de l'existence intellectuelle avec relations à un attribut. (Beauzée, 1767, t. 1, livre II, p. 402)

Essa definição do verbo apresentada por Beauzée corresponde, conforme Raby (2018, p. 122-123), ao princípio classificatório de determinação e de indeterminação das palavras, um princípio empregado pelo gramático para definir as partes do discurso. Ao afirmar que “les verbes sont des mots qui expriment des êtres indéterminés”, Beauzée estabelece uma distinção entre as partes que são indeterminativas (adjetivos e verbos) e

<sup>122</sup> “Outre les adjectifs physiques, il y a encore les adjectifs métaphysiques qui sont en très-grand nombre, et dont on pourroit faire autant de classes différentes qu'il y a de sortes de vues sous lesquelles l'esprit peut considérer les êtres physiques et les êtres métaphysiques” (Du Marsais, *Adjectif, Encyclopédie*, vol. I, 1751, p. 133a).

as partes que são determinativas (nomes e pronomes). Quanto à segunda parte da definição “en les désignant par l’idée précise de l’existence intellectuelle avec relations à un attribut”, Beauzée afirma, para distinguir o verbo do adjetivo, uma diferença específica correspondente à relação de identidade entre o substantivo e o adjetivo, bem como entre o sujeito e o verbo.

Quanto ao verbo *substantivo*, também nomeado *abstrato*, de acordo com Beauzée, ele não marca a *afirmação*, como estabelecem os *Messieurs* de Port Royal, mas a *existência intelectual*:

**Le Verbe *substantif* ou *abstrait* est celui qui désigne par l’idée précise de l’existence intellectuelle, avec relation à un attribut quelconque: de manière que, comme les mots ne demeurent jamais indéterminés dans les phrases où ils entrent, il faut exprimer séparément l’attribut particulier auquel on a besoin de faire rapporter le Verbe;** comme quand on dit, Dieu EST éternel, les hommes SONT mortes. Les deux mots *est* & *sont* sont différentes formes du Verbe abstrait, lesquelles, dans ces phrases, désignent les sujets *Dieu* & *les hommes* par l’idée précise de l’existence intellectuelle avec relation aux attributs exprimés séparément par les adjectifs *éternel* & *mortes*. (Beauzée, 1767, t. 1, livre II, p. 404-405, grifo nosso)

O verbo *être*, particularmente a forma *est*, não é o verbo por excelência e, portanto, não é concebido como “le verbe premier ou primitif, mais comme le résultat d’une opération d’abstraction, c’est-à-dire, de séparation du verbe et de l’attribut (Raby, 2018, p. 123). Além da significação existencial do verbo, Beauzée (1767, t. 2, livro III, p. 10), na linha de Du Marsais<sup>123</sup>, afirma que o atributo começa pelo verbo, em outras palavras, que o verbo pertence ao atributo. Essa posição justifica a concepção de Beauzée sobre a proposição. De fato, para o gramático, a presença de um elemento de ligação entre o sujeito e o atributo é dispensável, “puisque l’esprit aperçoit d’emblée le sujet dans sa relation avec l’attribut, lequel ne fait qu’exprimer l’existence du sujet sous cette relation” (Raby, *ibid.*). Para Beauzée,

(...) *une Proposition est l’expression totale d’un jugement.* (Beauzée, 1767, t. 2, livro III, p. 6)

(...) *un jugement, qui est la perception de l’existence intellectuelle d’un sujet sous telle relation à telle manière d’être.* (Beauzée, *ibid.*)

<sup>123</sup> “L’attribut contient essentiellement le verbe parce que le verbe est dit du sujet” (Du Marsais, *Construction, Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 81b).



La matière grammaticale de la Proposition, c'est la totalité des parties integrantes dont elle est composée, & que l'analyse réduit à deux, savoir le sujet & l'attribut.

Le *sujet* est la partie de la Proposition qui exprime l'être dont l'esprit apperçoit en soi-même l'existence sous telle ou telle relation à quelque modification ou manière d'être.

L'*attribut* est la partie de la Proposition qui exprime l'existence intellectuelle du sujet sous telle ou telle relation à quelque modification ou manière d'être.

Ainsi quand on dit, *Dieu est juste*; c'est une Proposition, qui renferme un sujet (*Dieu*), & un attribut (*est juste*). (Beauzée, 1767, t.2, livro III, p. 7-8)

Diferentemente dos *Messieurs* de Port-Royal que concebem a proposição como um julgamento cujo principal uso é significar a afirmação e de Du Marsais que distingue, por um lado, a proposição, concebida como um conjunto de palavras que enunciam um julgamento ou outra consideração do espírito (art. *Construction*, *Encyclopédie*, 1754, vol. IV, p. 81a), e, por outro, o julgamento, entendido como um dos sentidos possíveis da proposição (Raby, 2018, p. 79), a saber, pensar alguma coisa sobre algo, afirmar ou negar, decidir o estado de coisas dos objetos (cf. art. *Construção*, *ibid.*), Beauzée, contesta as ideias de seu antecessor Du Marsais, afirmando que a proposição expressa invariavelmente um julgamento e que uma única palavra basta para representar uma proposição, como a palavra latina *moriemur* (nós vamos morrer), que por si só representa uma proposição completa (cf. Beauzée, 1767, t.2, livro III, p. 4). De fato, Beauzée entende a proposição como um julgamento que expressa a percepção da existência intelectual de um sujeito em relação a um atributo que o qualifica. Trata-se, portanto, de um movimento do raciocínio, ou seja, do ato de perceber a existência de algo que se concebe na mente. Assim, a proposição é formada por duas partes, um sujeito e um atributo, esse último sendo composto por um verbo e um adjetivo, elementos que representam a existência intelectual na mente do sujeito falante, indicando a atividade cognitiva realizada.

Beauzée associa a noção de *generalidade* àquela de *necessidade*. O título de sua gramática coloca imediatamente essa noção: *Grammaire générale, ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage*. Assim, os elementos da fala, os elementos da oração e os elementos da sintaxe, tratados por Beauzée em sua gramática, são indispensáveis à linguagem, porque são esses elementos que a constituem. Entre esses, vimos que as partes do discurso que conformam os elementos da oração,

especificamente o nome, o adjetivo e o verbo, são *gerais* porque essas categorias aparecem em todas as línguas analisadas por Beauzée. No artigo da *Encyclopédie* (*Verbe*, vol. XVII, 1765, p. 50), o autor faz referência à *generalidade* do verbo: “les *verbes* sont absolument nécessaires pour exprimer les objets de nos jugements, qui sont nos principales et peut-être nos seules pensées ; il n’est pas possible d’admettre des langues sans *verbes* [...]”. Essas partes, sendo necessárias, caracterizam, portanto, a generalidade e a identidade da relação entre as palavras.

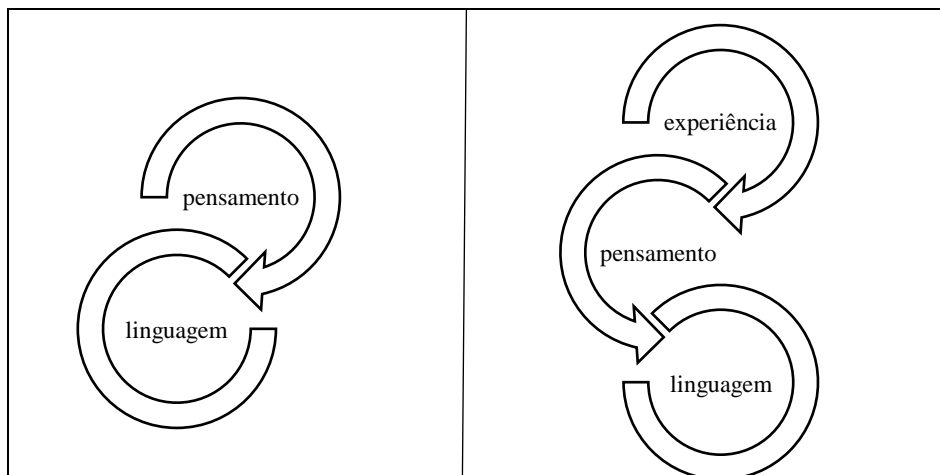
A noção de *universalidade*, por sua vez, é associada à linguagem e à razão. Beauzée afirma que a linguagem é universal porque se baseia na análise do pensamento, comum a todos os homens. De acordo com o autor,

le Langage, fondé partout sur cette analyse uniforme, qui en est comme le mécanisme intellectuel, devient ainsi l’instrument commun de la manifestation des pensées & de la raison humaine, l’interprète des sentiments & des affections, l’organe précieux de la charité universelle qui doit lier tous les hommes (...)

(...) le Langage, qui en est l’organe nécessaire, fût, dans ses principes fondamentaux, universel comme la loi même, immuable comme elle, inaltérable comme elle. Les différences qui se trouvent d’une langue à l’autre ne sont, pour ainsi dire, que superficielles; elles tiennent à celles des temps, des lieux, des mœurs, & des intérêts, qui varient sans fin laissent toujours subsister le même fonds. (Beauzée, 1767, t.1, prefácio, p. IX)

Como se pode observar, a linguagem é concebida como um instrumento não apenas comum a todos os homens, mas também natural e necessário. Por meio dela, os homens expressam seus pensamentos, cujos princípios também são universais. Nesse sentido, as noções de generalidade e de universalidade estão atreladas à necessidade, que se torna, portanto, um critério importante para Beauzée. Como os *Messieurs* de Port Royal, Beauzée afirma que há uma relação entre o pensamento e a linguagem. No entanto, ao contrário de Arnauld e Lancelot, Beauzée (1767, t. 1, prefácio, p. V-VI) entende que a razão encontra seu fundamento na linguagem, porque é pela linguagem que a razão se comunica e transmite a imagem do pensamento. Convém lembrar que a imagem, ou seja, a representação que figura na razão humana, procede, de acordo com a teoria empirista, da experiência adquirida pelos sentidos. O quadro a seguir ilustra essas relações pensamento-linguagem segundo a tese racionalista e a tese empirista.

Quadro 12 – Relações pensamento-linguagem/ experiência-pensamento-linguagem



Fonte: Marques (2020).

Além disso, mantém-se a noção da universalidade implícita do quadro latino. De fato, como os *Messieurs* de Port-Royal, Beauzée lida com as partes do discurso herdadas da gramática latina. Essas partes generalizadas a todas as línguas são, contudo, adaptadas e analisadas a partir das doutrinas que conformam a gramática geral francesa.

#### 1.2.4 A concepção de Condillac sobre a generalidade na *Grammaire* (1775)

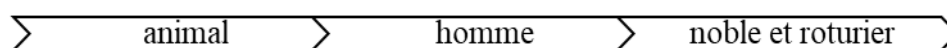
Condillac<sup>124</sup> também elabora uma gramática baseada em princípios gerais. La *Grammaire* (1775) tem duas partes: a primeira é dedicada à teoria geral e a segunda, à descrição e análise da língua francesa. O plano de análise na gramática geral, ou seja, na primeira parte, difere do plano seguido por seus predecessores. Condillac parte do geral para o particular e começa analisando os tipos de proposição, depois a proposição e enfim os termos que a constituem. Na segunda parte da gramática, dedicada à língua francesa, o autor segue o plano de análise do particular ao geral. Ele começa pelo estudo dos elementos e termina com o estudo da sintaxe.

<sup>124</sup> Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) foi um filósofo francês que nasceu em Grenoble e faleceu em Lailly-en-Val. Publicou diversas obras de caráter filosófico: *Essai sur l'origine des connaissances humaines* (1749), *Traité des systèmes* (1754), *Traité des sensations* (de 1758 a 1767). Ele redigiu para o príncipe de Parma um *Cours d'études* composto por uma *Grammaire* e uma *Art de penser*, publicada em 1775. Duas outras obras foram publicadas postumamente: a *Logique* (1780) e a *Langue des calculs* (1798). Discípulo de Locke, Condillac desenvolve o empirismo na direção do sensualismo, concebendo que todos os conhecimentos se originam na sensação (cf. Auroux e Weil, 1991, p. 66).

Na *Grammaire* (1775), a noção de *generalidade* apresenta alguns aspectos. No plano da terminologia, como seus predecessores, Condillac utiliza o termo *générale* e termos análogos. Esses termos podem ser associados ao que é comum a todas as pessoas ou coisas de uma determinada classe, bem como a algo que ocorre de forma comum e habitual, ou a algo extenso e abrangente. A *Grammaire* conta setenta e seis referências a esses termos. Esse número é bem inferior em relação às trezentas e dezessete referências feitas por Beauzée em sua *Grammaire générale* (1767). Por outro lado, o termo *universel* e seus termos relacionados não possuem referência. De fato, para Condillac, a distinção dos termos *général* / *universel* não tem a mesma relevância epistemológica que para Beauzée. Além disso, nas “*Leçons préliminaires*” à *Grammaire*, a noção de *generalidade* pode ser associada à noção medieval da relação entre o *gênero* e a *espécie*:

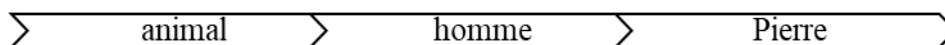
On donne [...] à ces classes les noms de *genre* & d'*espece*; & on comprend sous le nom de genres les classes générales & sous le nom d'*especies* les classes particulieres. Par exemple, *noble* & *roturier* sont des *especies* par rapport à *homme* & *homme*, qui est un genre par rapport à *noble*, & *roturier*, est une *espece* par rapport à *animal*. (Condillac, 1775, *Leçons préliminaires*, p. 74)

Condillac organiza sua análise com base na classe. Ele nomeia *classes subordinadas* “les classes qui se forment par une suite de subdivisions” (*ibid.*, p. 71). Existem, portanto, classes gerais e classes particulares. Animal é uma classe geral em relação a homem, e homem uma classe particular em relação a animal. No entanto, homem é uma classe geral em relação a *noble* (nobre) et *roturier* (plebeu). Seguindo o modelo da escala de Porfírio, obtemos a escala abaixo, indo do gênero à espécie, ou seja, do geral ao particular.



Fonte: Marques (2021).

Condillac utiliza esta distribuição em classes para mostrar como as ideias devem ser organizadas, do gênero à espécie ou da espécie ao gênero, a fim de facilitar sua análise. As ideias podem ser (1) singulares, (2) particulares ou (3) gerais: as primeiras, também nomeadas individuais, representam os indivíduos; as segundas, as espécies; e as terceiras, os gêneros (*ibid.*, p. 76). Temos, então, *gênero*, *espécie* e *indivíduo*, conforme mostrado na escala a seguir.



Fonte: Marques (2021).

As percepções sensoriais, os sentidos, não pertencem ao gênero, mas ao indivíduo, ou seja, ao singular. Consequentemente, as ideias formadas nesses indivíduos são singulares. As ideias gerais também dizem respeito aos indivíduos, pois representam o que eles percebem. Segundo Condillac (ibid., p. 77), “l’idée générale d’homme ne représente que ce que nous voyons de commun dans Pierre, dans Paul, &c”. Nossas ideias, incluindo as ideias gerais, são, portanto, individuais, porque se relacionam apenas com o que é percebido pelo indivíduo.

Ainda nas *Leçons préliminaires (Grammaire, 1775, p. 79-96)*, Condillac lista dez “*opérations de l’ame*”: atenção, comparação, julgamento, reflexão, imaginação, raciocínio, compreensão, desejo, vontade e capacidade de pensar. Sua Gramática (1775) aumenta assim consideravelmente o número dessas operações da mente, em relação à *Grammaire générale et raisonnée* (1660) contando apenas três – concepção, julgamento e raciocínio. Essas dez operações, além de sua universalidade, por dizerem respeito a todos os seres humanos e estarem ligadas ao pensamento, que é universal, têm em comum o fato de serem estimuladas pelos sentidos. Dentre essas operações, a faculdade de pensar é a mais geral, pois engloba todas as outras operações da mente.

Assim como nas gramáticas gerais anteriores, o *pensamento* ocupa um lugar importante na *Grammaire* de Condillac. Contudo, as sensações são ali essenciais. A abordagem sensualista<sup>125</sup> de Condillac da relação entre o pensamento e a linguagem caracteriza-se pela inclusão das sensações no processo cognitivo<sup>126</sup>, uma vez que todas as ideias procedem dos sentidos (cf. Condillac, 1775, p. 64). Cabe destacar a

<sup>125</sup> Do francês *sensualisme*. Em português, outros termos podem ser utilizados como *sensacionismo* ou *sensismo* [termo italiano] (Abbagnano, 2018, p. 1037), para designar a doutrina filosófica segundo a qual os nossos conhecimentos têm origem unicamente nos sentidos. Nós, contudo, utilizaremos o termo *sensualismo*.

<sup>126</sup> Essa concepção de que o conhecimento tem origem na sensação e na experiência se encontra em germe em Aristóteles. Para o Estagirita (*La Métaphysique*, Livre A, 2000, p. 3-5), “quoi qu’il en soit, les animaux autres que l’homme vivent réduits aux images et aux souvenirs; ils ne participent que faiblement à la connaissance empirique, tandis que le genre humain s’élève jusqu’à l’art et aux raisonnements. C’est de la mémoire que provient l’expérience pour les hommes: en effet, une multiplicité de souvenirs de la même chose [981a] en arrive à constituer finalement une seule expérience; et l’expérience paraît bien être à peu près de même nature que la science et l’art, avec cette différence toutefois que la science et l’art adviennent aux hommes par l’intermédiaire de l’expérience, car l’expérience a créé l’art, comme le dit Polos avec raison, et le manque d’expérience, la chance. L’art naît lorsque, d’une multitude de notions expérimentales, se dégage un seul jugement universel, applicable à tous les cas semblables.”

importância dada à linguagem e ao seu papel fundamental na análise do pensamento, uma vez que somente a linguagem nos permite acessar o pensamento e comunicá-lo. Conforme Condillac (1775, p. 2), “c’est dans l’analyse de la pensée qu’il faut chercher les principes du langage”. Como “l’analyse de la pensée est toute faite dans le discours” (*ibid.*), a análise do discurso basta para analisar o pensamento, pois nossas ideias se manifestam no discurso, representado pela proposição. No entanto, Condillac não considera o pensamento em si, mas o modo como o pensamento se forma gradualmente na mente do indivíduo (cf. Auroux, 1982, p. 206).

A *Grammaire* de Condillac apresenta outros elementos que podem ser considerados como universais. A “*langage d’action*”, por exemplo, pode ser classificada como um universal, porque se trata de uma linguagem natural e comum a todos os homens. Por “*langage d’action*”, o autor entende a linguagem formada com “les gestes, les mouvements du visage, & les accents inarticulés” (Condillac, 1775, part. I, cap. I, p. 5). De acordo com Condillac (*ibid.*), esses signos sendo “les premiers moyens que les hommes ont eus pour se communiquer leurs pensées”, decorrem tanto das sensações quanto das representações na mente. Nessa perspectiva, as sensações também podem ser classificadas como universais, porque todos os homens experimentam sensações. O contato dos seres humanos com o mundo exterior, bem como sua percepção do espaço, efetua-se invariavelmente pelos sentidos.

Na linha da gramática geral francesa, Condillac também trata da teoria das partes do discurso. Essa teoria é reduzida a quatro classes gerais (substantivo, adjetivo, preposição e verbo substantivo) concebidas como suficientes para a análise do pensamento. De acordo com o autor,

Il ne faut que des substantifs pour nommer tous les objets dont nous pouvons parler: il ne faut que des adjectifs pour en exprimer toutes les qualités: il ne faut que des prépositions pour en indiquer les rapports: enfin il ne faut que le seul verbe *être* pour prononcer tous nos jugements. (Condillac, 1775, part. I, cap. XIII, p. 119)

Enquanto Beauzée (1767) concebe classes de palavras necessárias, Condillac inventa classes suficientes. Essa diferença de concepção entre os dois autores decorre de sua construção teórica. Como explica Auroux (1988, p. 81), Beauzée “est un rationaliste qui défend le fixisme des catégories, et par conséquent leur nécessité”, enquanto Condillac é “un empiriste qui assume leur caractère génétique, et par

conséquent la contingence de leur réalisation”. Na verdade, as classes gerais não são necessárias, porque a linguagem é anterior ao seu aparecimento. Além disso, as línguas apresentam várias classes de palavras, que podem ser descritas a partir dessas quatro (*ibid.*, p. 90). Beauzée e Condillac, apesar de sua diferenciação teórica, que dita sua análise, respeitam o postulado da generalidade que configura a gramática geral francesa, a saber a existência de categorias comuns a todas as línguas.

Condillac estabelece uma relação entre as classes gerais (substantivo, adjetivo, preposição e verbo substantivo) e suas funções (nomear, exprimir, indicar e pronunciar). Cada classe de palavra corresponde a uma função: “la nomination se rapporte aux objets, l’expression aux qualités, l’indication aux rapports, la prononciation au jugement” (Auroux, 1988, p. 89-90). A propósito do verbo substantivo, na *Grammaire* (1775), o verbo *ser* é o verbo por excelência. Seu principal uso é expressar “la coexistence de l’attribut avec le sujet” (Condillac, 1775, part. I, cap. XIII, p. 117). Nesta definição, o gramático não evoca a concepção de Port-Royal segundo a qual o principal uso do verbo é significar a afirmação, nem aquela de Beauzée (1767, I, livro II, p. 395) em que o verbo representa uma “existence intellectuelle d’un sujet avec relation à un attribut”. Entretanto o autor também menciona a natureza assertiva do verbo *ser*:

le verbe *être* exprime cette affirmation: il exprime donc encore la coexistence de l’attribut avec le sujet; &, parconséquent, dans *Corneille est poëte*, la coexistence de la qualité de poëte avec Corneille est tout ce que le verbe peut signifier [...]. (Condillac, 1775, part. I, cap. XIII, p. 118)

Dado que o verbo substantivo *ser* exprime a afirmação e a coexistência, tanto sua *função assertiva* quanto sua *função coesiva* (cf. Pariente, 1982, p. 262-263) são mencionadas. Entretanto, na gramática de Condillac, a função assertiva desse verbo não tem a mesma relevância que na gramática de Port-Royal. Pariente (*ibid.*) explica que, para Condillac, a função assertiva é subordinada à função coesiva, essa última sendo observada na coexistência entre as ideias expressas pelas palavras. Auroux (1986, p. 113) adiciona ainda uma função existencial ao verbo *ser* que, contudo, é confundida com a função coesiva, justamente porque o verbo exprime a coexistência entre as ideias expressas pelo sujeito e pelo atributo. O autor nota ainda que a função existencial não é referencial, diferentemente da função assertiva que faz referência ao mundo externo. Essa concepção de Condillac corresponde, assim, àquela de Beauzée sobre a existência

intelectual (*ibid.*) Partindo da concepção de que o verbo *ser* significa a coexistência, Condillac justifica a elaboração de proposições afirmativas e negativas:

Si nous nous bornions à ne voir, dans le verbe, que la marque de l'affirmation, nous serions embarrassés à appliquer les propositions negatives, puisque nous verions l'affirmation dans toutes. Mais lorsqu'on a dit que le verbe signifie la coexistence, une proposition est affirmative, si elle affirme que le sujet & l'attribut coexistentes, & elle est negative, si elle affirme qu'ils ne coexistent pas. (Condillac, 1775, part. I, cap. XIII, p. 118-119)

A natureza afirmativa ou negativa da proposição repousa, portanto, na ideia de que o verbo significa a coexistência. Condillac transfere, então, a distinção entre afirmação e negação para a proposição, e não para o verbo. Não obstante a primazia do verbo *ser*, o verbo adjetivo também é utilizado para exprimir a coexistência do atributo no sujeito, de modo que a função coesiva é mantida mesmo quando o verbo não tem valor de substantivo (Pariente, 1982, p. 262):

Le verbe *être* est proprement le seul, &, à la rigueur, nous n'aurions pas besoin d'en avoir d'autre. Mais nous avons vu qu'il s'est introduit dans les langues des mots qui sont tout à la fois verbes & adjectifs : adjectifs, parce qu'ils expriment un attribut ; & verbes, parce qu'ils expriment encore la coexistence d'un attribut avec un sujet. Ce sont, comme nous l'avons dit, des expressions abrégées, équivalentes à deux éléments du discours. (Condillac, 1775, part. II, cap. VI, p. 160)

O verbo adjetivo combina, então, a ideia do verbo substantivo *ser* com a ideia de um adjetivo, de modo que *vivre* significa *être vivant*. Ele apresenta, portanto, a coexistência do atributo no sujeito de forma abreviada. Essa concepção é retomada de Port-Royal que também considera o verbo adjetivo como uma forma abreviada, formada pela terceira pessoa do presente do verbo substantivo *ser* mais o atributo.

Sobre a proposição, à primeira vista, Condillac retoma a noção de proposição como uma expressão de um julgamento, estabelecida pelos *Messieurs* de Port-Royal:

Puisqu'une proposition est l'expression d'un jugement, elle doit être composée de trois mots, ensorte que deux soient les signes des deux idées que l'on compare, & que le troisieme soit le signe de l'opération de l'esprit, lorsque nous jugeons du rapport de ces deux idées. *Corneille est poëte*, voilà une proposition. [...]. Toute proposition est donc composée d'un sujet, d'un verbe & d'un attribut. Elle s'exprime, par conséquent, avec trois mots, ou avec deux équivalents à trois. *Je*



*parle*, por exemplo, est pour *je suis parlant*. (Condillac, 1775, part. I, cap. XI, p. 102-103)

Assim como os *Messieurs* de Port-Royal, Condillac considera os três termos que compõem a proposição: o sujeito, o atributo e o verbo *ser*. Quanto à estrutura da proposição, ela pode seguir a estrutura ortodoxa tripartite ou pode seguir a estrutura bipartite composta por dois elementos, um sujeito e um verbo adjetivo, *je parle*, equivalendo a três, como *je suis parlant*, como já referido por Beauzée. Embora Condillac e os *Messieurs* de Port-Royal concebiam essa noção da proposição como a expressão de um juízo, suas teorias diferem. Condillac, de fato, associa a sensação à operação do julgamento:

Lorsque vous comparez deux objets, vous voyez qu'ils font sur vous les mêmes sensations, ou des sensations différentes: vous voyez donc qu'ils se ressemblent ou qu'ils différent. Or, c'est-là juger. La comparaison renferme donc le jugement; & par conséquent il n'y a dans le jugement, comme dans la comparaison, que ce que nous appelons sensation. (Condillac, *Leçons préliminaires*, 1775, p. 84-85)

Para Condillac, as sensações envolvem tanto as ideias quanto as operações da mente. Entre essas operações, o julgamento pode ser considerado como uma percepção ou como uma afirmação. No entanto “la perception et l’affirmation ne sont de la part de l’esprit qu’une même opération” (*ibid.*). Um *jugement comme perception* distingue-se de um *jugement comme affirmation* pelo fato de que este último levar em conta as ideias formadas sobre esses objetos, independentemente da percepção (*ibid.*, p. 40). Assim, Raby (2018, p. 89) nota que a principal diferença entre as concepções dos *Messieurs* de Port-Royal e de Condillac sobre a proposição é o fato de que “la proposition n’est plus l’image du jugement mais le résultat d’une analyse progressive de la pensée que le langage seul objective”.

De um modo geral, em Condillac, o uso do termo *geral* e dos termos análogos conforma-se ao uso que os gramáticos anteriores fizeram, principalmente no que diz respeito ao próprio significado do termo, ou seja, um elemento comum a muitas pessoas ou coisas. Contudo, certas especificidades não deixam de aparecer. O termo generalidade pode assim ser associado aos seguintes pontos: ao problema medieval dos universais, ou seja, da relação entre o gênero e a espécie; à universalidade das sensações e das operações da mente; à universalidade da “*langage d’action*”, como nomeado por

Condillac. No que diz respeito à gramática, Condillac reconhece a existência de quatro classes gerais (substantivo, adjetivo, preposição e verbo substantivo) concebidas como suficientes para a análise do pensamento. Todas as outras classes de palavras apresentadas pelas línguas derivam delas. Dentre essas quatro classes, o verbo substantivo é concebido como o verbo por excelência. Ele exprime a coexistência do atributo com o sujeito. Trata-se, portanto, de uma das categorias gerais que conformam a proposição em todas as línguas.

Em suma, as noções de universalidade e de generalidade diferem em cada época. Elas mudam em função não só do tempo, da teoria que fundamenta os estudos linguísticos, mas também do objetivo da gramática. No entanto, a universalidade implícita do quadro latino se mantém. O quadro a seguir apresenta sucintamente as noções de *universalidade* e de *generalidade* desde a Antiguidade até o século XVIII.

Quadro 13 – Quadro representativo dos conceitos de universalidade e de generalidade na longa duração do tempo

| QUADRO ILUSTRATIVO SOBRE OS CONCEITOS DE <i>UNIVERSALIDADE</i> E <i>GENERALIDADE</i> |             |  |   |
|--|-------------|--|---|
| UNIVERSALIDADE   | Antiguidade | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grécia antiga</li> <li>• Mundo romano</li> </ul>            | <ul style="list-style-type: none"> <li>• A <b><i>koiné grega</i></b> é a língua da administração, da cultura, a língua gramatical, a língua falada por excelência em todo o domínio grego, e como tal ganha o estatuto de língua “universal”.</li> <li>• <b><i>Vtraque lingua (ambas as línguas)</i></b> caracteriza o binlinguismo greco-latino. A noção de universalidade da língua latina não pode ser atestada, pois os textos latinos referem-se ao grego e outras línguas.</li> </ul>   |
|  | Idade Média | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Filósofos</li> <li>• Thomas de Erfurt (ca. 1310)</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em primeiro lugar, a <b><i>querela dos universais</i></b>, sujeita às ideias de Porfírio e Boécio sobre a natureza do gênero e da espécie, destaca as concepções de Platão e Aristóteles sobre os predicados gerais utilizados na construção de proposições e argumentos. Mais tarde, nos séculos XIV e XV, foi marcada pela oposição entre realismo e nominalismo.</li> <li>• - A gramática como ciência universal.</li> <li>- A elaboração de uma teoria da linguagem que os modistas consideravam universal.</li> <li>- A universalidade do latim como língua de erudição.</li> </ul> |

|              |            |  |  |
|--------------|------------|--|--|
|              | Séc. XVI   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Scaliger (1540)</li> <li>• Sanctius (1587)</li> </ul>         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• A universalidade, ligada à gramática, configura-se no tratamento das partes do discurso.</li> <li>• O latim, ligado à língua escrita, é a língua “universal” que permite a circulação de ideias e das obras na Europa do século XVI.</li> </ul>   |
|              | Séc. XVII  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• GGR (1660)</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• - A universalidade revela a relação entre a linguagem e a razão, que são, por natureza, universais para todos os homens. A universalidade baseia-se na análise das operações mentais: conceber, julgar e raciocinar que norteiam a formação do discurso. Ela é representada pela proposição lógica: <i>sujeito - é - atributo (sujet - est - attribut)</i>.</li> <li>- O termo universal não é utilizado.</li> </ul>  |
|              | Séc. XVIII | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Du Marsais</li> <li>• Beauzée</li> <li>• Condillac</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• - Relação experiência-pensamento-linguagem.</li> <li>- O autor concebe os termos geral e universal como sinônimos e os analisa filosoficamente.</li> <li>- Os dois termos evocam a totalidade das coisas.</li> <li>- A universalidade do latim como língua da ciência.</li> <li>• - Relação experiência - pensamento - linguagem.</li> <li>- O autor distingue os termos geral e universal, dissocia-os da lógica e associa-os à gramática.</li> <li>- A universalidade visa à exaustividade.</li> <li>• - Relação experiência - pensamento -linguagem.</li> <li>- O autor retoma a classificação medieval do gênero à espécie para mostrar como as ideias devem ser organizadas.</li> <li>- A universalidade pode ser relacionada não apenas às sensações e às operações da mente, mas também à “langage d’action”.</li> <li>- O termo universal não é utilizado.</li> </ul> |
| GENERALIDADE | Séc. XVII  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• GGR (1660)</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• - Generalidade construída sobre a matriz romana. Ela é formada a partir da observação das línguas, ou seja, quando passamos de uma língua para outra. Por exemplo, as categorias de nome e verbo que já existiam para o grego e para o latim foram generalizadas para "todas" as línguas.</li> <li>- Noções e conceitos elaborados pela gramática geral, como a teoria da proposição. O principal uso do verbo <i>ser</i> é significar a afirmação.</li> </ul>  |
|              | Séc. XVIII | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Du Marsais</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• - O autor propõe regras gerais e análises válidas para todas as línguas.</li> <li>- O verbo <i>ser</i> significa essência e existência.</li> <li>- A expressão <i>verbo simples</i> ao invés de <i>verbo</i></li> </ul>   |

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
|  |  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Beauzée</li> <li>• Condillac</li> </ul> | <p><i>substantivo</i> é usada, porque o verbo <i>ser</i> não significa substância.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• - Generalização dos fenômenos para um número importante de línguas. <ul style="list-style-type: none"> <li>- O autor concebe o geral como algo comum a muitos.</li> <li>- No que diz respeito as categorias gerais analisadas do ponto de vista da gramática geral, o verbo <i>ser</i> significa a existência intelectual.</li> </ul> </li> <li>• - O autor aplica suas teorias gerais ao francês. <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ele identifica quatro classes gerais (substantivo, adjetivo, preposição e verbo substantivo) comuns a todas as línguas.</li> <li>- O verbo <i>ser</i> significa coexistência.</li> </ul> </li> </ul> |
|--|--|--|--|

## **CAPÍTULO 2 - DUAS CONCEPÇÕES DE SINTAXE: A TRADIÇÃO GRECO-LATINA E A BUSCA DA GENERALIDADE**

Este segundo capítulo, dividido em duas partes, propõe uma síntese parcial e não exaustiva sobre a emergência da sintaxe na Antiguidade greco-latina e seu desenvolvimento posterior. Interessamo-nos particularmente os fenômenos de concordância e de regência, tal como foram descritos na gramática antiga, sistematizados na gramática latina humanista, transferidos para as línguas vernáculas durante o Renascimento e finalmente modificados pelos gramáticos franceses Du Marsais e Beauzée. Sendo assim, a primeira parte desse capítulo estuda o tratamento da sintaxe na tradição greco-latina, particularmente nas obras de Apolônio, Prisciano e Nebrija. A segunda parte examina a sintaxe em obras que tratam dos princípios gerais das línguas e/ou da linguagem, nomeadamente a *Minerva* de Sanctius, e obras francesas dos séculos XVII e XVIII, particularmente as obras de Port-Royal, Du Marsais, Beauzée e Condillac. O objetivo é identificar o fundo conceitual e terminológico que caracteriza, de um lado, a gramática latina e, do outro, a gramática geral francesa, e que serviu de base para a análise da *oratio* na gramática portuguesa desenvolvida em Portugal e, posteriormente, no Brasil.

### **2.1 A tradição greco-latina**

#### **2.1.1 Apolônio Díscolo: a emergência da sintaxe grega**

Gramático grego de Alexandria, Apolônio Díscolo viveu durante a primeira metade do século II d.C. Seu tratado nomeado *Perì Sùntaxeōs* (Sur la syntaxe) marca a emergência do estudo da sintaxe na tradição da gramática ocidental. Essa obra singular e independente das outras obras gramaticais desse autor (Baratin, 1989, p. 370) é composta por quatro livros: o primeiro livro trata da construção dos artigos; o segundo, da construção dos pronomes; o terceiro, do verbo; e o quarto, dedicado às preposições permanece incompleto. Conforme explica Lallot (1997, vol. II, p. 7, nota 3), o termo sintaxe (*sùntaxis*) pode designar não apenas o ato de juntar itens linguísticos de

qualquer nível (letras, sílabas, palavras), mas também o resultado linguístico desse ato (palavras, sintagmas e frases), bem como a totalidade ou uma parte de uma obra. Para Apolônio, a *sintaxe* concerne principalmente à formação de sintagmas ou de frases pela junção de palavras (*ibid.*).

Antes de sua emergência na gramática antiga, a noção de *sintaxe* apareceu em germe na filosofia. No *Crátilo* (424e-425a [Baratin e Desbordes, 1981, p. 81]), de Platão (427-347 a.C.), as noções de *sintaxe* e de *lógos* estão associadas. Elas apresentam-se como uma reunião hierarquicamente organizada, desde os elementos, passando às sílabas, depois às palavras, até a frase composta por nome e verbo. Platão retoma no *Sophiste* (261e-262d [Baratin e Desbordes, 1981, p. 86-87]) essa concepção do *lógos* como um “enunciado” de sentido completo, um arranjo constituído de nome e de verbo: “on n’aura pas d’énoncé s’il y a simplement succession de noms, pas plus que si des verbes sont énoncés sans noms”. Assim, somente a reunião dos termos essenciais da oração, a saber, o *nome* e o *verbo*, constitui um enunciado, porque a simples sucessão de nomes ou de verbos é destituída de sentido.

Nas obras aristotélicas, a noção de *lógos* varia. No *Da interpretação* (VI, 17a [Bini, 2010, p. 84]), Aristóteles trata do *lógos apophantikos* (Auroux, 2009, p. 12-13; Neves, 2005, p. 67), ou seja, do enunciado declarativo, e distingue o *lógos* visto como um som vocal da *proposição* concebida como “um discurso que expressa os juízos” (Neves, 2005, p. 67), de modo que nem todo *lógos* pode ser classificado como uma *proposição*. Efetivamente, o critério que determina o *lógos* como uma *proposição* é o fato de ele ser verdadeiro ou falso. Por meio dessa concepção, Aristóteles estabelece um vocabulário específico. A *proposição* é, então, formada por sujeito (*hupokeimenon*) e predicado (*katagorema*), e a noção de *cópula* emerge. Assim, o sintagma *cervo-veado* (*bouc-cerf*), embora dotado de sentido e qualificável de *lógos*, não é uma *proposição*, porque não expressa uma afirmação ou uma negação. Na *Rhétorique* (III, 1404b26 [Ruelle, 1883, p. 295]), Aristóteles retoma a concepção platônica do *lógos* constituído de *nome* e de *verbo*: “le discours est formé de noms et de verbes”, “*onomata et rhêmata* étant ce qui constitue l’énoncé”. Por outro lado, na *Poética*, o *lógos* não é necessariamente composto de um nome e um verbo. Com essa concepção, Aristóteles distancia-se de Platão (*Sophiste* 262c [Baratin e Desbordes, 1981, p. 87]) que afirma que “l’homme apprend” é o enunciado primeiro e mínimo, formado por dois termos

*ónoma* et *rhêma*, e, portanto, não concebe uma formulação de enunciado inferior a essa (Ildefonse et Lallot, 2017, p. 76). De acordo com Aristóteles,

l'annoncé est une voix composée signifiante dont certaines parties signifient quelque chose para elles-mêmes (car **il n'est pas vrai que tout énoncé se compose de verbes et de noms**, mais – prenons par exemple la définition de l'homme – **on peut avoir un énoncé sans verbe**; toutefois la partie y signifiera toujours quelque chose) - par exemple, dans Cléon marche, Cléon. Il y a pour un énoncé deux manières d'être un: ou bien il signifie une chose une, ou bien il est fait d'une pluralité liée par conjonction – par exemple, l'Iliade est une par conjonction, la définition de l'homme, parce qu'elle signifie une chose une. (Aristóteles, *Poétique*, Chap. 20, 57a [Dupond-Roc e Lallot, 1980, p. 105], grifo nosso)

A noção de enunciado presente na Poética tem um sentido mais amplo. Aristóteles, de fato, considera que uma palavra (nome ou verbo) e um texto, como a *Íliada*, podem ser qualificados como enunciados. Isso se deve, com efeito, à concepção do filósofo grego sobre o enunciado entendido como uma emissão vocal dotada de sentido. Desse modo, o enunciado entendido como uma voz composta por uma única palavra, por uma palavra composta, ou por muitas palavras, significa apenas uma única coisa, levando-se em conta sua individualidade ou sua unidade.

Os estoicos também analisaram o *lógos*. Segundo Ildefonse et Lallot (2017, p. 79), eles desenvolvem as ideias de Aristóteles e consideraram no enunciado a distinção entre significante e significado. Na teoria dos significantes, os estoicos tratam dos sons vocais e das partes do discurso. Na teoria dos significados, eles tratam da “sintaxe dos *lekta*”, ou seja, dos dizíveis (exprimíveis, enunciáveis), ensinando a distinguir os “*lekton* complet (*autoteles*) et *lekton* incomplet (*ellipes*)”, de manière à savoir construire un *lekton* complet” (*ibid.*, p. 80). A distinção entre esses dois tipos de *lekta* é baseada na presença ou ausência de um caso. Segundo Diogène Laërce (VII 63 *apud* Ildefonse et Lallot, 2017, p. 80), os primeiros ou “les dits complets [...] sont ceux dont l'énonciation est achevée, par exemple “Socrate écrit”” e os segundos, a saber, “les dits incomplets sont ceux dont l'énonciation est inachevée, comme “écrit”; nous demandons alors “Qui?””. O adjetivo *autotelēs* caracterizando o *lekton* expressa uma noção de autossuficiência semântica, porque revela que o enunciado possui os elementos necessários à sua compreensão (Lallot, 1997, vol. II, p. 8, nota 5). Os estoicos também utilizam a noção de verdadeiro e de falso. De fato, no quadro da concepção de frase completa (*lekton* complet (*autotelēs*)), os estoicos consideram o *axioma*, que é um

juízo ou proposição, e seu valor de verdade e de falsidade. Assim, Chrysippe dans ses *Définitions dialectiques* (VII 65 *apud* Ildefonse e Lallot, 2017, p. 81) afirma que « une proposition est ce qui est affirmable ou niabile de par soi-même », comme *Il fait jour, Dion se promène*”. As análises de Platão, de Aristóteles e dos estoicos sobre o *lógos* são importantes, porque mostram que a análise linguística (sintática) é anterior à emergência da gramática no mundo ocidental.

Apolônio, retomando as ideias dos estoicos sobre a frase completa, elabora sua doutrina sobre a sintaxe no campo dos estudos gramaticais. O *lógos*, que aparece na expressão *autotelês lógos* (AD, *De la construction*, livro I, § 2, Lallot, 1997, vol. I, p. 96) *enunciado completo* ou *frase completa*, definido pelo sentido de completude que ele representa (Baratin e Desbordes, 1981, p. 61), é formado, como na tradição filosófica, por um nome e um verbo, considerados como as duas partes essenciais do enunciado:

en partant d’une construction contenant toutes les parties de phrase<sup>127</sup> : que l’on en supprime le nom ou le verbe, la phrase devient inachevée, mais si l’on supprime tous les autres mots, elle ne presente absolument pas de lacune. (Apolônio, 1997, livre 1, § 14, p. 100)

A *completude*, para Apolônio, é um dos princípios que caracteriza a frase. Ela incide sobre os constituintes do enunciado que, relacionados e unidos, visam à constituição de um sentido completo (Baratin e Desbordes, 1981, p. 61). Trata-se, portanto, de uma noção semântica. A frase completa, objeto de estudo da *Sintaxe*, é considerada como um arranjo (*suntaxis*) congruente (*katallêlotês*) das formas (Ildefonse e Lallot, 2017, p. 82). Essa concepção de sintaxe como uma reunião de palavras congruentemente organizadas leva à sua concepção positiva (Lallot, 1997, vol. II, p. 8, nota 3), centrada sobre a regularidade sintático-semântica, na qual são consideradas as regularidades das formas e do sentido.

O gramático alexandrino (*De la construction*, I, § 13, Lallot, 1997, vol. I, p. 100) coloca ainda o problema da ordem das palavras na frase: “le nom vient en tête et est suivi du verbe, puis des autres parties de phrase”. Para Lallot (1997, vol. II, p. 20-21, nota 53), essa ordem justifica-se tanto ontologicamente quanto logicamente: “l’agent précède l’action [...] et [...] par suite le nom doit précéder le verbe”. Além disso,

<sup>127</sup> Apolônio indica oito partes do discurso: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção.



observamos que essa ordem caracteriza a frase completa, em que o nome e o verbo representam as partes essenciais e as outras, as partes acessórias da frase.

Além da completude e da ordem, a construção pressupõe a *congruência*. Ora, a congruência, que significa a conveniência mútua entre as palavras, é um outro princípio que caracteriza a frase para Apolônio. O termo utilizado pelo gramático alexandrino para designar a congruência é *katallēlótēs*, que aliás não recebe nenhuma definição na *Sintaxe*. Segundo Lallot (1997, vol. I, p. 45), a razão é que o adjetivo *katállēlos*, que significa “adaptado (*kat-*) um ao outro (*-allēlo-*)”, é um termo corrente usado para indicar a adequação entre os elementos de um conjunto. Apolônio explora, então, essa noção no domínio da sintaxe para tratar não apenas da congruência por convergência (*súnodos*), estabelecendo as regras de acordo entre os termos, mas também da congruência por transição (*metábasis*)<sup>128</sup>, formando as regras de construção do verbo transitivo com os casos (Lallot, 1999, p. 156).

Lallot (1999, p. 154-155) destaca que Apolônio desenvolve o conceito de *katallēlótēs* (congruência) no quadro da teoria do solecismo, definido como “un vice consistant dans l’incongruence (*akattallēlōn*) d’un enchaînement de mots” (*De la construction*, livro III, § 8, Lallot, 1997, vol. I, p. 209). A *katallēlótēs* é caracterizada, em particular, de duas maneiras: 1. por sua natureza intralinguística (Lallot, *ibid.*), já que a congruência ou incongruência não se revela nos referentes, mas na construção das palavras, cujas formas devem estar de acordo com as exigências da correção (*De la construction*, livro III, § 10, Lallot, 1997, vol. I, p. 210); 2. pela distribuição adequada dos acidentes vinculados às palavras construídas juntas (Lallot, *ibid.*), como no exemplo *hoûtós me étupsen* (celui-ci m’a frappé), com o número singular e a 3ª pessoa.

A congruência é uma noção semântica vinculada à conveniência, ou seja, à adequação dos significados relacionados em uma construção (Ildefonse e Lallot, 2017, p. 82-83). Ao afirmar que “la congruence des contenus de pensée donne la phrase complète” (*De la construction*, livro I, § 2, Lallot, 1997, vol. I, p. 96), Apolônio sinaliza um acordo semântico, no nível do significado. Além do acordo semântico, a congruência também indica um acordo sintático, no nível dos significantes. Nesse caso, a congruência revela no significante, ou seja, nas palavras, as marcas flexionais dos

---

<sup>128</sup> De acordo com Ildefonse (1998, p. 64), o termo *metabasis* significa a passagem de um lugar ao outro e a mudança. Na gramática, esse termo está ligado à análise da construção “transitiva”, em que o verbo opera a passagem de um termo a outro. No tratado de Apolônio Díscolo, a *metabasis* intervém na análise da diátese (disposição) transitiva bem como na definição da pessoa.

acidentes de número, pessoa, gênero ou caso, apresentando uma organização idêntica àquela dos significados correspondentes (Lallot, 1997, vol. I, p. 46).

Como mencionado, a *katallêlotês* (congruência) também abrange a construção do verbo transitivo com os casos. Assim, tratando da construção dos verbos, Apolônio (*De la construction*, livro III, § 158, Lallot, 1997, vol. I, p. 258) afirma que alguns verbos “réclament” o genitivo; outros, o dativo; e outros ainda, o acusativo. Do mesmo modo, enquanto aborda a construção das preposições a fim de mostrar que a preposição e o verbo podem mudar de lugar, Apolônio (IV, § 4, 436, p. 271) sinaliza que na frase “*éptuse polù káta*”, a preposição *káta* é o termo regido: “dans: *éptuse polù káta* [...] [il cracha beaucoup à terre], la congruence exige *katéptusen*, et ce n’est pas plus la préposition que le verbe qui est déplacé”. O gramático apresenta, portanto, o fenômeno da complementaridade (Baratin, 1989, p. 433). Na Sintaxe de Apolônio, esse fenômeno já está vinculado às características dadas pelos verbos ou pelas preposições, que “réclament” um caso específico.

A noção de *katallêlotês* (congruência) é, portanto, fundamental para Apolônio. Essa noção, também ligada à correção sintática, apresenta um sentido mais amplo, porque abrange os fenômenos tratados posteriormente na gramática como sintaxe de concordância e sintaxe de regência, ainda que o gramático alexandrino não utilize uma terminologia específica (Lallot, 1997, vol. I, p. 46, nota 92). Prisciano vai retomar essas ideias e desenvolvê-las na sintaxe latina. A tradição gramatical posterior não recuperará, contudo, o termo *katallêlotês*. Na verdade, Prisciano traduzirá esse termo por *consequentia*, como se verá adiante.

### 2.1.2 Prisciano: o pioneiro da sintaxe latina

Prisciano<sup>129</sup> foi um professor de gramática latina em Constantinopla<sup>130</sup>, no século VI, quando o latim, e não a língua materna, era a língua oficial do Império e da administração (Baratin *et al.*, 2010, p. 12). A fim de renovar a gramática latina<sup>131</sup>, por

<sup>129</sup> Nascido em Mauritânia, na África, Prisciano foi banido de seu país no final do século V devido aos problemas causados pela ocupação vândala (Baratin *et al.*, 2010, p. 9).

<sup>130</sup> Constantinopla (atual Istambul, na Turquia) era a capital do Império Romano no Oriente até sua queda, em 1453.

<sup>131</sup> Cf. Baratin, 1989, p. 368-369.

um retorno às fontes de inspiração grega, Prisciano retoma as ideias de Apolônio<sup>132</sup> e elabora, entre os anos 515-520, um tratado gramatical originariamente denominado *Ars Prisciani*<sup>133</sup>, constituído de dezoito livros, os dois últimos sendo consagrados à sintaxe (*constructione*). É com esse tratado que Prisciano começa o estudo da construção por meio da análise da sintaxe latina.

O termo utilizado para designar as relações entre as palavras é *constructio*. Conforme Prisciano (*GL* 3, livro XVII, 108.1-2; trad. Groupe Ars grammatica, 2010, p. 63), “il s’agit de l’agencement [ordinatione], autrement dit de la construction [constructione] des mots, que les Grecs appellent *suntaxis*”. Na verdade, o objetivo da *constructio* é tratar as palavras “de la façon habituelle de les agencer pour construire un énoncé complet” (108.7, p. 63). Baratin *et al.* (2010, p. 63, nota 1) observam que os termos *ordinatio* (agencement) e *constructio* são apresentados como sinônimos e que eles correspondem respectivamente àqueles utilizados por Apolônio: *suntaxis* (combinaison) e *katallêlotês* (convenance mutuelle). Esses termos caracterizam a frase completa, objeto de estudo da sintaxe, ou seja, uma frase que apresenta uma combinação ou um arranjo congruente das formas. Contudo, como *katallêlotês* significa adequação mútua entre as palavras na frase, a noção de reciprocidade que conforma esse termo não corresponde à *constructio*, entendida como ordenação das palavras. Note-se que Prisciano não elabora nenhuma definição clara e completa da *constructio* e que a relaciona com a *orationis perfectae*<sup>134</sup> e com as categorias que lhe são concernidas, a

---

<sup>132</sup> Além das obras gregas e latinas, Prisciano inspira-se na obra de Apolônio Dyscolus, a quem cita explicitamente no início do livro XVII. Como o gramático alexandrino, ele afirma que sua análise das relações entre as palavras segue a análise das classes de palavras: “Puisque dans les livres précédents, consacrés aux parties du discours, nous avons suivi la plupart du temps à l’autorité d’Apollonius sans négliger d’ajouter quand cela s’imposait des éléments issus d’autres auteurs, latins ou grecs, voire des nouveautés de notre cru, maintenant, tout en continuant à suivre ses traces, surtout qu’il s’agit de l’agencement, autrement dit de la construction des mots, que les Grecs appellent *suntaxis*, nous ne nous interdrons pas davantage d’intercaler ce qui, chez d’autres auteurs ou de notre fond, pourrait correspondre à ce sujet” (107.24-108.44; trad. GAG, 2010, p. 63). Embora afirme ser tributário das ideias de Apolônio, Prisciano não deixa de mencionar suas contribuições para o estudo da sintaxe latina. Sua posição denota, assim, que apesar das adaptações em relação à tradição grega, ele enfatiza a especificidade do latim pela análise da sintaxe latina.

<sup>133</sup> De acordo com Baratin *et al.* (2010, p. 9), foi um aluno de Prisciano, Flavius Theodorus, que copiou a obra e a denominou *Ars Prisciani uiri eloquentissimi disertissimi grammatici*. O título *Institutiones grammaticae* elaborado posteriormente, embora comumente atribuído a esse tratado, não consta no manuscrito e aparece, como título, apenas no século XIX, na edição de Krehl (1819-1820). A obra é composta por dezoito livros: dois são dedicados à fonética; catorze, às partes do discurso; e dois, à construção das partes. Trata-se, de acordo com Colombat (2019c, p. 4), da primeira gramática no Ocidente a reunir os estudos de fonética, de morfologia e de sintaxe.

<sup>134</sup> “construction d’un énoncé complet” (*GL* 3, 108.7).

saber, o nome e o verbo<sup>135</sup> (Colombat, 1999, p. 375). O gramático de Constantinopla, contudo, elabora uma definição para enunciado (*oratio*):

**L'énoncé est un groupement de mots agencés de la façon la plus adéquate** (*comprehensio dictionum aptissime ordinarum*), de même que la syllabe est un groupement de lettres jointes de la façon la plus adéquate; et de même que le mot procède de la jonction des syllabes, de même aussi **l'énoncé complet procède de la jonction des mots**. (*GL 3*, livro XVII, 108.23-109.3; trad. GAG, 2010, p. 65, grifo nosso)

Prisciano, por meio de um argumento de caráter analógico (Baratin, 1989, p. 372), segundo o qual todas as unidades linguísticas – letras, sílabas, palavras, oração – estão sujeitas aos mesmos fenômenos, como a reunião ou a dissociação dessas unidades e o lugar que uma deve ocupar em relação às outras, desenvolve uma definição que repousa sobre o critério distribucional, privilegiando a correção. Segundo Colombat (2017b, p. 89), essa definição de *oratio* é menos conhecida e repetida do que aquela apresentada no livro II d'*Ars Prisciani* (*GL 2*, 53.28-29; trad. Baratin, 1999: 175), “l'énoncé est une combinaison de mots cohérente, qui exprime un sens complet”. A definição que consta no livro XVII, apesar de ser mais desenvolvida que a anterior, também apresenta a relação com a completude. Prisciano, de acordo com Apolônio, concebe que o enunciado completo é composto de um *nomen* e um *uerbum*:

De même donc qu'un ordre adéquat aboutit au plein achèvement de l'énoncé, c'est de même en les ordonnant les unes par rapports aux autres de façon adéquate que les plus savants auteurs de grammaires nous ont transmis les parties du discours, **en plaçant le nom en premier, le verbe en second, dans la mesure où il ne peut y avoir d'énoncé complet sans eux**.

[...] Si l'on en retire le nom ou le verbe, l'énoncé devient **incomplet**, tandis que si l'on en retire le reste, même intégralement, il n'y aura pas de manque au niveau de l'énoncé. (*GL 3*, livro XVII, 116.9-11; trad. GAG, 2010, p. 83, grifo nosso)

Prisciano retoma de Apolônio não apenas a noção do enunciado completo, composto de nome e de verbo, mas também o princípio da ordem das palavras na oração, bem como a concepção sintática da congruência entre as palavras. No que diz respeito à ordem das palavras na oração, o nome e o verbo, assim como as outras

<sup>135</sup> “les autres éléments de l'énoncé doivent être rapportés à la construction du nom et du verbe” (*GL 3*, 124.3-4).

partes<sup>136</sup>, têm uma ordem fixa, justificada pela natureza mesma de cada uma dessas partes. Assim, essas diferentes partes são apresentadas do seguinte modo: o nome precede o verbo, porque é do nome que o verbo retira suas características, ser ativo ou passivo; o verbo precede o pronome, porque é do verbo que o pronome se origina; o particípio segue o verbo, porque também se origina dele; a preposição “par nature [...] vient après, mais sa construction la place avant” das partes do discurso já citadas na oração (*GL 3*, livro XVII, 121; trad. GAG, 2010, p. 95); o advérbio segue a preposição, porque essa é “pré-posée à des noms ou à d’autres mots à cas” (*ibid.*); finalmente, a conjunção encerra a frase, porque “elle ne peut exprimer par elle-même aucun sens sans la matière des mots classes avant elle, tout comme des liens ne servent à rien en l’absence de corps à lier” (*ibid.*).

Sobre a concepção sintática da congruência entre as palavras, o termo *katallêlotês* (congruência), utilizado por Apolônio para designar também os fenômenos de acordo e de complementaridade (Baratin, 1989, p. 433), é traduzido, por Prisciano, por *consequentia*. A *consequentia*<sup>137</sup>, com o sentido de *concordância*, designa as flexões regulares:

étant donné que, dans l’emploi des parties du discours à flexion, les séries de formes qui leur sont propres à chacune ont pour fin la concordance appropriée de ces nombres, de ces genres, de ces cas, de ces personnes ou de ces temps qu’on vient d’évoquer, il faut que la construction de l’énoncé, c’est-à-dire la façon dont il est organisé, les rapporte à ce avec quoi elles se combinent adéquatement, par exemple un singulier avec un singulier et un pluriel avec un pluriel quand on renvoie intransitivement à une seule et même personne, comme dans ego Priscianus scribo intellegens [moi Priscien j’écris en connaisseur]. (*GL 3*, livro XVII, 183.2; trad. GAG, 2010, p. 240-241).

quand les cas, les genres et les nombres renvoient à une seule et même personne, la concordance ci-dessus évoquée doit être respectée. (*GL 3*, livro XVII, 183.16; trad. GAG, 2010, p. 241)

<sup>136</sup> Prisciano considera oito partes da oração: nome, verbo, particípio, pronome, preposição, advérbio, interjeição e conjunção.

<sup>137</sup> O termo *consequentia* utilizado por Prisciano na análise do enunciado apresenta algumas significações. Além de significar a *relação lógica* entre as palavras “des verbes ne pouvaient manifester la relation logique qui les unit l’un à l’autre” (livro XVII, *GL 3*, 119.15; trad. GAG, 2010, p. 92-93), esse termo também é utilizado com o sentido de *sucessão regular, continuidade* (livro XVII, *GL 3*, 144.20; trad. GAG, 2010, p. 146-147), “tandis que d’autres mots dont la flexion commence par un nominatif font normalement leur génitif et les autres cas dans la continuité de ce nominatif, la flexion des pronoms primaires” (livro XVII, *GL 3*, 144; trad. GAG, 2010, p. 146-149).

O acordo está relacionado com a noção de identidade referencial. Conforme explica Colombat (1999, p. 403), em Prisciano, o acordo concerne a identidade de referente que existe entre as palavras, a identidade sendo, portanto, a causa da permanência na mesma pessoa. Baratin (1989, p. 442) chama a atenção para o fato de que a *consequentia* representa uma primeira etapa da análise da construção, na qual os acidentes (gênero, número, caso, pessoa) que conformam as palavras determinam sua construção, exigindo umas e excluindo outras.

Como Apolônio, Prisciano não utiliza uma terminologia específica para tratar da regência dos casos por um termo regedor. Segundo Colombat (1999, p. 427), ele utiliza, por exemplo, verbos como *adiungere* (“*sciens, quand il est participe, est adjoint à l’accusatif*” (GL 3, p. 326.6)) e *sociari* (“*tenus [...] est associé aussi bien à l’ablatif qu’au génitif*” (GL 3, p. 354.23-25)), para tratar da construção dos verbos com os casos. Esse fenômeno é tratado, na verdade, em termos de transitividade. A transitividade é uma noção semântica herdada da *metabasis* grega e transferida ao latim por Prisciano (Colombat, 2003b, p. 153)<sup>138</sup>. Para Prisciano, a transitividade é caracterizada pela passagem de uma pessoa a outra, por meio do processo expresso pelo verbo, como em *Theoctistus docet Priscianum* [T. instruit P.]. Essa noção está vinculada tanto à construção (*constructio transitiva*) quanto aos verbos (*verbes transitiva*). Enquanto a construção transitiva diz respeito à relação entre duas pessoas no enunciado (Baratin, 1989, p. 473); os verbos transitivos, obedecendo a um critério de completude semântica (Colombat, 2003b, p. 155), opõem-se aos verbos absolutos. Assim, os transitivos designam a construção dos verbos com os casos oblíquos e os absolutos designam a construção com os verbos de sentido completo:

les obliques reçoivent transitivement la construction verbale [...] à moins qu’il ne s’agisse de verbes absolus, comme dans *Theoctistus, ou iste, uiuit, spirat, floret, uiget*, etc. [T. / celui-ci vit, respire, propère, réussit, etc.]: ces verbes-là n’ont pas besoin de l’adjonction d’obliques, c’est-à-dire qu’il y ait une transition vers d’autres personnes cependant que les verbes indiquent comment chacun de ces obliques est disposé par rapport au procès, comme *ego doceo illum, ou Theoctistus docet Priscianum, ego doceor ab isto, tu doceris ab illo* [j’instruis celui-là / T. instruit P. / je suis instruit par celui-ci, tu es instruit par celui-là]. (GL 3, livro XVII, 148; trad. GAG, 2010, p. 155)

<sup>138</sup> Diferentemente de Apolônio que pensa a transitividade em relação à *diathesis* (disposição), ligando-a ao verbo e à pessoa, Prisciano estende a noção de transitividade, relacionando-a ao verbo, ao pronome, e à preposição (cf. Colombat, 2009b, p. 299-309).

Devido à sua limitação, os verbos transitivos exigem a adição dos casos oblíquos para que os sentidos sejam completos, ao contrário dos verbos absolutos que, tendo um sentido completo, dispensam complemento.

A noção de transitividade está vinculada ao gênero verbal (*genus uerborum*). Colombat (2003b, p. 153) explica que essa categoria, ou seja, o gênero verbal aplicado ao verbo, diz respeito aos seguintes pontos: à morfologia verbal marcada pelas formas em *o* e *or*; às características semânticas dos termos *actio* e *passio*; e às propriedades sintáticas (transformação passiva e construção dos verbos). Sobre as formas terminadas em *o* e *or*, as primeiras são divididas em ativas e neutras; e as segundas, em passivas, comuns e depoentes. Todas essas formas são caracterizadas por seu valor semântico. Desse modo, os verbos terminados em *o* podem ser ativos ou neutros. Os verbos ativos, que significam uma ação, podem se transformar em passivos. Por outro lado, os verbos neutros, apesar de seu significado variável, não podem ser transformados em passivos. Quanto aos verbos terminados em *or*, os *passivos* derivam dos ativos, os *comuns* significam *ação* e *paixão*, e os depoentes são comparados aos comuns pela forma em *or* (*ibid.*, p. 155-156).

O gênero verbal intervém sobre as características semânticas dos termos *actio* e *passio*. Baratin (1989, p. 474-475) afirma que a construção dos verbos varia de acordo com sua significação ativa ou passiva, analisada a partir dessas categorias semânticas. Prisciano organiza, então, os verbos em dois grupos. De um lado, os verbos com significação ativa, ou seja, verbos ativos que significam um ato, que podem ser transformados em verbos passivos, neutros (*facio* [je fais] e depoentes (*sequor* [je suis]). De outro, os verbos com significação passiva: os neutros (*uapulo* [je suis battu]) e os depoentes (*nascor* [je nais]). Os verbos comuns, como *crimino*, são organizados de acordo com seu significado em um dos dois grupos: *crimino te* (je t'accuse) e *crimino a te* (je suis accusé par toi); e os verbos absolutos, como *uiuo* (je vis), não estão incluídos em nenhum desses grupos por terem uma construção e um sentido completos (*ibid.*).

No que concerne à construção dos verbos, aqueles de significação ativa são construídos de modo geral com o acusativo, mas também com o acusativo e o dativo,

(*do tibi aurum* ‘je te donne de l’or’)<sup>139</sup>, ou apenas com o dativo, (*noteo tibi* ‘je te nuis’)<sup>140</sup>. Os verbos passivos podem ser construídos tanto com o ablativo quanto com o dativo, por serem equivalentes: “Les passifs sont adjoints transitivement à un ablatif ou à un datif, par ex. *doceor a te et tibi* ‘je suis éduqué par toi’, *uideor ab illo et ille* ‘je suis vu par lui’”<sup>141</sup>. Eles também podem ser construídos com o acusativo, por exemplo “*doceor a te litteras* (litt. ‘je suis instruit par toi quant aux lettres’ = ‘tu m’enseignes les lettres’)”, a paixão expressa pelo verbo sendo produzida por várias coisas<sup>142</sup>. Os verbos absolutos, por sua vez, constroem-se com o ablativo quando se referem à causa da ação ou da paixão, “*Plato uiuit anima* ‘Platon vit grâce à son souffle vital’”<sup>143</sup>; e com o acusativo, de forma figurada, como em “*securam uiuit uitam* ‘il vit une vie tranquille’”<sup>144</sup>.

Enfim, Prisciano trata dos fenômenos sintáticos de concordância e de regência, embora não utilize uma terminologia específica. O primeiro é concebido como a identidade de referente entre as palavras, e o segundo está relacionado à *transitividade*, concebida como a passagem de uma pessoa a outra. Essa doutrina de Prisciano influenciará não apenas os gramáticos na Idade Média<sup>145</sup>, mas também os gramáticos humanistas. Quanto ao termo *consequentia*, ele não é tão extenso quanto a *katalèllois* de Apolônio que abrange tanto os fenômenos de acordo como de complementaridade. De fato, *consequentia* é um termo mais restrito porque está relacionado ao fenômeno do acordo. Esse termo não será retomado nem na Idade Média<sup>146</sup> nem pelos humanistas, como veremos nas obras gramaticais de Antonio Nebrija, a seguir.

### 2.1.3 Nebrija: a gramática latina (1481) e a gramática castelhana (1492)

Considerado o maior humanista espanhol de sua geração, Nebrija<sup>147</sup> é autor de duas gramáticas<sup>148</sup>: *Introductiones Latinae*, publicada em 1481, cuja versão bilíngue

<sup>139</sup> 268.14 *apud* Colombat, 2003b, p. 157.

<sup>140</sup> 268.20-21 *apud* Colombat, 2003b, p. 158.

<sup>141</sup> *GL* 3, 269.25-26 *apud* Colombat, 2003b, p. 156-157.

<sup>142</sup> *Apud* Colombat, 2003b, p. 157.

<sup>143</sup> *Apud* Colombat, 2003b, p. 158.

<sup>144</sup> 271.9-10 *apud* Colombat, 2003b, p. 158.

<sup>145</sup> Nós não estudaremos aqui a sintaxe na Idade Média.

<sup>146</sup> Na Idade Média, o termo utilizado para descrever o fenômeno de acordo é *congruitas*, que se relaciona à correção gramatical entendida como correspondência das marcas (Rosier, 1999, p. 151).

<sup>147</sup> Elio Antonio de Nebrija é um pseudônimo de Antonio Martínez de Cala y Xarava, um dos mais importantes humanistas do Renascimento espanhol, nascido em Lebrija [chamada na época de Nebrissa



latim-castelhano aparece em 1488<sup>149</sup>, e a *Gramática de la lengua castellana*, publicada em 1492. Essas duas obras são inovadoras nesta área, porque *Introductiones Latinae* é a primeira gramática latina elaborada de uma perspectiva humanista e moderna, e não medieval (Asencio, 2022), e a *Gramática de la lengua castellana* é a primeira gramática impressa de uma língua vernácula, escrita em vernáculo (Esparza Torres e Sarmiento, 1992, p. 21). Não obstante a importância e o caráter inovador da gramática latina de Nebrija, elaborada com o intuito de restaurar o latim corrompido na Idade Média e por isso inspirada em gramáticas latinas da Antiguidade e em autores cuja língua materna era o latim (Asencio, *ibid.*), o gramático espanhol realmente abre um precedente para o desenvolvimento das gramáticas de vernáculos europeus, como o português, com sua gramática castelhana. Assim, o gramático português João de Barros (1540) inspira-se principalmente em Nebrija, como se verá posteriormente.

De acordo com Esparza Torres e Sarmiento (1992, p. 19-20), para alcançar a *restitutio latinitatis* e também facilitar a aprendizagem do latim, Nebrija utiliza o *método natural*, indo do conhecido ao desconhecido, ou seja, partindo do conhecimento da língua materna para aquele do latim. Além disso, o autor acrescenta a preocupação teórica e prática de enaltecer sua própria língua a ponto de elevá-la à categoria de língua de cultura (Sarmiento, 1993, p. 904). Para tanto, era preciso estabelecer um uso do vernáculo e submetê-lo a regras, ou seja, era necessário aparelhar a língua com um *instrumento lingüístico* (Auroux, 2009, p. 70), a saber, com uma gramática do castelhano. O método natural utilizado para explicar a gramática castelhana, indo do mais simples ao mais complexo – da letra à oração –, obedece a ordem natural de exposição da matéria gramatical que está em uso para o conhecimento da língua: ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe (Esparza Torres, 1995, p. 121-122), cada parte

---

Veneria], Sevilha, em 1444, e falecido em Alcalá de Henares, Madri, em 1522. Nebrija estudou na Universidade de Salamanca, onde mais tarde seria professor, depois na Universidade de Bolonha, na Itália. Ele também lecionou na Universidade de Alcalá. Além das obras de caráter pedagógico, concebidas com o objetivo de restaurar o latim, Nebrija também se dedicou à elaboração de obras de história, exegese bíblica, direito civil, entre outros (Esparza Torres e Sarmiento, 1992, p. 11-31; Esparza Torres, 1995, p. 44-69).

<sup>148</sup> Para além das duas gramáticas citadas, Nebrija publicou dois dicionários em 1492, o *Lexicon latino-castellanum et castellano-latinum* e o *Lexicon hoc est dictionarium ex sermone latino in hispaniensem*, um dicionário em 1495, *Dictionarium ex hispaniensi in latinum sermonem*, mais conhecido como *Vocabulario español-latino*, bem como um tratado de ortografia *Reglas de ortographia en la lengua castellana* (1517).

<sup>149</sup> *Introductiones latinas, contrapuesto el romance al latin* (1488).

correspondendo a um livro da gramática<sup>150</sup>. O quinto livro dedicado ao ensino do espanhol aos estrangeiros segue, de acordo com o próprio gramático (1946, p. 105 [1492]), a “orden de la doctrina”, ou seja, a ordem utilizada pelos gramáticos latinos, como Quintiliano, que começava o ensino do latim pela declinação do nome<sup>151</sup>. Essa mudança de método faz parte do processo de adaptação ao objetivo proposto nessa parte da gramática, a saber, o ensino de uma língua estrangeira. Nas *Institutiones latinae*, Nebrija segue a ordem da doutrina, já que inicia seus estudos gramaticais pelos paradigmas da declinação e da conjugação<sup>152</sup> e não pelo estudo das letras, como no método natural.

Nebrija trata de sintaxe não apenas na gramática latina, mas também na gramática do vernáculo; entretanto, tanto para a organização da matéria quanto para a análise do conteúdo, seu desenvolvimento difere. Nas *Introductiones Latinae* (1488), os estudos sobre a sintaxe são distribuídos nos livros I, III e IV. Assim, no livro I, capítulo VIII, são apresentadas as “reglas para conocer, y juntar las ocho partes de la Oración”. No livro III, o autor dedica o capítulo XIV a perguntas gerais sobre a sintaxe e o capítulo XV, às figuras de construção. Enfim, no livro IV, trata da construção dos verbos e dos nomes. Na *Gramática castellana* (1492), os estudos sintáticos concentram-se no livro IV, consagrado à sintaxe e à ordem das dez partes do discurso. O gramático apresenta, assim, as regras gerais das concordâncias naturais no capítulo I, dedica o capítulo II à ordem das partes na oração e os capítulos III e IV, à construção dos verbos e dos nomes, respectivamente. Por fim, Nebrija trata do estudo das figuras nos capítulos V, VI e VII. Essa organização singular da sintaxe obedece a perspectiva que conforma as duas obras, sendo justificada pelo objetivo buscado e pelo método de análise. Dessa forma, didaticamente, seguir o método natural para organizar e analisar a sintaxe parecia

---

<sup>150</sup> A gramática da língua castelhana compõe-se de cinco livros: I - Ortografia e fonética; II - Prosódia e sílaba; III - Etimologia e dição; IV - Sintaxe e ordem das dez partes do discurso; V - Introdução da língua castelhana para estrangeiros.

<sup>151</sup> “I por que, como dize Quintiliano, los niños an de començar el artificio dela lengua por la declinacion del nombre i del verbo, parecionos, despues de un breve i confuso conocimiento delas letras i silabas i partes dela oracion, poner ciertos nombres i verbos por proporcion i semejança delos cuales todos los otros que caen debaxo de regla se pueden declinar, lo qual esso mesmo hezimos por exemplo delos que escrivieron los primeros rudimentos i principios dela gramatica griega i latina, assi que primero pusimos la declinacion del nombre ala qual aiuntamos la del pronobre i despues la del verbo con sus formaciones e irregularidades” (GC, 1946, livro V, prólogo, p. 105 [1492]).

<sup>152</sup> A gramática *Introductiones latinae* (1488) tem cinco livros: I- Paradigmas (declinação, conjugação) e construção das partes da oração; II- Formação dos nomes (gêneros e declinações) e dos verbos (pretéritos e supinos); III. Questões sobre ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe; IV- Regras para a construção das partes do discurso; V- Prosódia, métrica e acentuação.

mais simples que o método artificial “da ordem da doutrina” (Esparza Torres e Sarmiento, 1992, p. 47), tendo em vista o objetivo da gramática de conhecer uma língua aprendida por um longo uso, como a língua materna (Esparza Torres e Sarmiento, 1992, p. 47). Além disso, o método “da ordem da doutrina” é aplicado, principalmente, quando o objetivo é o ensino de uma língua estrangeira (Esparza Torres e Calvo, 1996, p. XXIV).

Sobre a análise do conteúdo, nas *Institutiones latinae* (1488), Nebrija não apenas distingue sintaxe, construção e oração, mas também organiza a construção em torno da noção de transitividade:

Qué cosa es construcción? (*Quid est syntaxis?*) Ciencia por la qual se distingue la buena construccion de la mala.

Qué cosa es construcción? (*Quid est constructio?*) Conveniente ordinacion de palabras, la qual muestra conveniente, y perfecta sentencia.

De cuántas maneras es la construcción ? De dos: **Transitiva**, en la qual el hacer, y padecer del verbo se muestra pasar, ó ser pasado de una persona á otra , como yo amo á Dios: Dios es amado de mí.

**Intransitiva**, en la que ni el hacer, ni padecer del verbo se muestra pasar, ó ser pasado de una parte en otra, como yo corro, todos corren.

Qué es oración? (*Quid est oratio?*) Como Scauro la determina, es pronunciación ordenada por dicciones. (Nebrija, 1773, livro III, cap. 14, p. 161 [1488])

A distinção estabelecida por Nebrija entre sintaxe, construção e enunciado segue uma tentativa<sup>153</sup> de sistematizar definições próprias para cada um desses termos. A razão é que Prisciano (*GL* 3, livro XVII, 108.7 / 124.3-4; trad. GAG, 2010, p. 63, 103) não elabora nenhuma definição específica para a *construção* e vincula esse termo ou à oração perfeita – “construction d’un énoncé complet” –, ou às partes do discurso – “[...] construction du nom et du verbe” –, suscitando problemas com as definições de construção e de enunciado a partir da Idade Média (cf. Colombat, 1999, p. 375).

Para Nebrija, sintaxe e construção não são equivalentes, embora a utilização do termo construção nas duas primeiras entradas da tradução castelhana sugira o contrário. De fato, enquanto a sintaxe é concebida como a ciência que permite distinguir a

<sup>153</sup> Perotti (1475, f. [36]) e Alde Manuce (1508, f. k [i] *apud* Colombat, 1999, p. 375-376) elaboraram definições para a construção e para a oração: “Qu’est-ce que la construction? c’est la disposition requise des parties de l’énoncé dans l’énoncé lui-même” (*Quid est constructio ? [est] debita dispositio partium orationis in ipsa oratione*). “L’oratio” é “une combinaison cohérente des mots pour signifier quelque chose” (*congrua dictionum ordinatio ad aliquid significandum*).

construção de acordo com a sua natureza “buena” ou “mala”, a construção diz respeito à ordem correta das partes da oração. Entretanto, para cada definição, o gramático faz referência à correção, o que se justifica pelo fato de esse ser um critério importante na ciência gramatical, tanto do ponto de vista morfológico quanto do semântico. Desse modo, a construção é mais concebida como uma parte da sintaxe do que como um termo análogo. A distinção entre sintaxe e construção será retomada apenas no século XVIII pelo gramático filósofo francês Du Marsais com uma outra configuração, como se verá mais a diante.

A organização da construção em torno da noção de transição é herdada da Idade Média, mas sua origem remete a Prisciano, que também distingue a passagem ou não de uma pessoa a outra (cf. Baratin, 1989, p. 471-473). Para Nebrija, a transição de pessoa caracteriza a construção como transitiva ou intransitiva. De acordo com Colombat (2009b, p. 314), esse tipo de transição ocorre pelo ato do verbo, já que a passagem de pessoa para pessoa se dá pelo padecimento, ou seja, pela ação sofrida pelo sujeito. A transitividade, portanto, também se realiza no verbo passivo.

A definição de oração como a “pronunciación ordenada por dicciones”, por sua vez, com seu fundamento etimológico, remete aos artígrafos latinos (cf. Colombat, 1999, p. 376), especificamente a Diomedes para quem “l’énoncé est une profération émise par la bouche et organisée en mots” (cf. Raby *et al.*, 2017, p. 19, note 10). Sobre a etimologia do termo *oratio* elaborada pelos artígrafos, Holtz (1994, p. 75) afirma que « *Oratio*, nous dit-on, c’est quelque chose comme *oris ratio*. Le jeu de mots est presque intraduisible : la raison qui sort des lèvres, le sens dans les mots exprimés, la parole qui fait sens ». Ainda de acordo com a autora (*ibid.*), trata-se de uma etimologia fantasiosa utilizada para dar à oração o sentido geral de “enunciado significante”. No entanto, os gramáticos posteriores retomam a noção elaborada por Prisciano, que concebe o enunciado como uma combinação de palavras que expressa um sentido completo.

Quanto à concordância e à regência, Nebrija trata desses fenômenos apesar da ausência de sistematização de sua oposição. No livro I das *Introductiones latinae*, dedicado aos exercícios preliminares, o gramático apresenta não apenas as três regras gerais de conveniência entre as palavras – o adjetivo com o substantivo, o relativo com o antecedente, o nome com o verbo –, mas também regras de regência dos casos pelos verbos:

El Adjetivo, y el Substantivo en tres cosas convienen: en género, número, y caso, como el *Varón bueno*.

El Relativo, y antecedente en tres cosas convienen: en género, número, y persona, como *To amo el que enseño*.

El Nombre, y el Verbo en dos cosas convienen: en número, y en persona, como *To amo, Tu enseñas*.

Todo Verbo activo, ó que significa acción, demanda ante sí Nominativo por la persona que hace; y Acusativo, ú otro caso por aquella persona que padece, como *To te amo*.

Todo Verbo pasivo, ó que significa pasión, demanda Nominativo por la persona que padece; y Ablat. Com preposición *á*, ó, *ab* por la persona que hace. (Nebrija, 1773, livro I, cap. 8, p. 62-63 [1488])

A análise das regras de concordância e de regência está em consonância com aquela dos gramáticos humanistas italianos. Nebrija, influenciado por esses gramáticos, baseia sua análise em elementos morfológicos e não em elementos funcionais, herdados da Idade Média. Segundo Esparza Torres e Sarmiento (1992, p. 81-82), esse tipo de organização formal, oriunda da análise do latim, levou os gramáticos a conceber a língua e, portanto, os problemas sintáticos como um sistema de conexões orientadas morfológicamente. Assim, a concordância e a regência são consideradas do ponto de vista morfológico, porque as relações entre as palavras são feitas de acordo com o número e a complexidade dos acidentes, ou seja, são os acidentes que delimitam essas relações. Dessa forma, nas regras de concordância apresentadas, o acordo não incide sobre os termos que estão relacionados, mas sobre os acidentes que os caracterizam.

Conjuntamente às regras de concordância, Nebrija apresenta as regras de regência. Influenciado pelos primeiros gramáticos humanistas italianos, que organizam a regência a partir dos elementos regedores (Colombat, 1999, p. 429), Nebrija estabelece o estudo da regência a partir do verbo. Sendo assim, na construção dos verbos com os casos é o verbo ativo ou passivo que “demanda” um caso, antes e depois de si, para a pessoa que exerce ou que sofre a ação. Note-se ainda que as indicações semânticas – ação e paixão – estão vinculadas aos gêneros dos verbos ativo e passivo.

Em sua *Gramática castellana* (1492), Nebrija utiliza o método natural. Especificamente, o gramático serve-se do método natural para organizar a matéria gramatical e também a sintaxe. Assim, ele apresenta primeiro uma breve definição de sintaxe. Em seguida, trata das regras gerais das concordâncias naturais e da ordem das partes na oração, e examina a construção dos verbos e dos nomes. Por fim, estuda as figuras.

Sobre a noção de sintaxe, a distinção elaborada nas *Introductiones latinae* (1488) entre a sintaxe e a construção não é retomada na gramática castelhana, e o termo sintaxe é utilizado para tratar da junção e da ordem das dez partes da oração.

LIBRO CUARTO QUE ES DE SYNTAXE I ORDEN DELAS PARTES DELA ORACION.

Enel libro passado diximos apartada mente de cada una delas diez partes dela oracion; agora eneste libro cuarto diremos como estas diez partes se an de **aiuntar i concertar** entre si, la cual consideracion, como diximos enel comienço de aquesta obra<sup>154</sup>, **los griegos llamaron ‘syntaxis’, nos otros podemos dezir orden o aiuntamiento de partes.** (Nebrija, 1946, livro IV, cap. 1, p. 87-88 [1492], grifo nosso)

Nesta introdução ao livro IV, inspirada nas primeiras linhas do livro XVII de Prisciano (*De Constructione*), Nebrija justifica seus estudos de sintaxe. Embora o título do livro IV da gramática castelhana não apresenta sintaxe e ordem como sinônimos, uma analogia entre os dois é evocada. Note-se que a concepção castelhana de sintaxe como “orden o aiuntamiento de partes” também evoca a noção de *construção* apresentada na gramática latino-espanhola de Nebrija, ou seja, aquela relativa à ordem das palavras. Logo, é possível afirmar que na gramática castelhana, *sintaxe* e *construção* são concebidos como termos equivalentes. Alguns autores (Esparza Torres e Sarmiento, 1992, p. 82; Esparza Torres, 1995, p. 231; Gallardo, 2010, p. 147) observam que Nebrija associa a sintaxe aos termos “orden”, “aiuntamiento” e “concierto”. De acordo com Esparza Torres (1995, p. 231), a *ordem* é concebida como o elemento fundador da sintaxe, já que “la ordenación apropiada de las palabras es imprescindible para el sentido”. Entretanto Gallardo (2010, p. 147) observa que “o sentido de uma sequência” depende não apenas de uma boa ordenação e junção das palavras, mas também de uma concordância apropriada. Essa concepção de Nebrija é relacionada àquela de Prisciano que, ao tratar da construção, também estabelece uma relação entre a ordem e o sentido das palavras (*ibid.*).

Na gramática castelhana, Nebrija ainda não divide a sintaxe em concordância e regência. Essa oposição só será formalizada por Alde Manuce em 1508. No entanto, diferentemente da obra anterior, ele trata especificamente, na quarta parte da gramática

<sup>154</sup> “La cuarta [parte] los griegos llamaron ‘syntaxis’, los latinos construction, **nos otros podemosla llamar orden**; a esta pertenece ordenar entre si las palabras i partes de la oracion. [...] el cuarto [libro sera] de syntaxis, **aiuntamiento i orden** delas partes de la oracion” (Nebrija, 1946, livro I, cap. 1, p. 13 [1492], grifo nosso).

dedicada à sintaxe, dos fenômenos de concordância e de construção dos verbos e dos nomes com os casos. Seu estudo apresenta, assim, uma organização distinta da gramática latino-espanhola, atestando o intuito do gramático de sistematizar as regras de sintaxe da língua castelhana, elaboradas com base nas regras do latim. Essa organização justifica-se pela utilização do método da ordem natural, seguido pelo autor, que é didaticamente mais adequado quando se visa ao conhecimento de uma língua materna (Esparza Torres e Calvo, 1996, p. XXIV).

O primeiro capítulo do livro IV é dedicado aos “preceptos naturales dela gramatica”. Para estabelecer esses preceitos, a saber, as relações naturais entre as palavras, Nebrija parte das concepções de *concordia*, *concierto* e *orden* (Esparza Torres, 1995, p. 234). Esses preceitos naturais concernem, portanto, às regras de concordância entre as palavras. Três regras gerais de concordância são, então, apresentadas nesse capítulo: 1. o acordo em gênero, número e caso do adjetivo com o substantivo; 2. o acordo em número e em pessoa do nominativo com o verbo; 3. o acordo em gênero, número e pessoa do relativo com o antecedente:

**la primera concordia i concierto es entre un nombre con otro**, i es cuando el nombre, que significa algun acidente que los gramaticos llaman adjetivo, se aiunta conel nombre que significa sustancia, que llaman sustantivo, por que a de concertar con el en tres cosas: en genero, en numero, en caso; como, diciendo *el ombre bueno* [...].

**La segunda concordia es del nominativo conel verbo** por que an de concertar en numero i en persona, como, diciendo *io amo* [...].

**La tercera concordia es del relativo conel antecedente** por que an de concertar en genero, numero i persona, como diciendo *io amo a Dios el cual a merced de mi* [...]. **Este concierto delas partes dela oracion entre si es natural a todas las naciones que hablan, porque todos conciertan el adjetictivo conel substantivo, i el nominativo conel verbo, i el relativo conel antecedente.** (Nebrija, 1946, livro IV, cap. 1, p. 88-89 [1492], grifo nosso)

As regras relativas ao acordo entre as palavras são ditas naturais por serem adotadas e aceitas em todas as línguas. Note-se que Nebrija, retomando as regras elaboradas para o latim e utilizando-as na descrição do vernáculo, sugere uma analogia entre o latim e o espanhol. O gramático espanhol trata, considerando os critérios funcional e semântico, dos três tipos de acordo, em que a combinação dos acidentes incide sobre a combinação entre as palavras postas em relação. Para descrever o acordo

do adjetivo com o substantivo, Nebrija utiliza os termos “concordia i concierto”, o que indica que o critério da ordem das palavras intervém sobre o acordo.

O segundo capítulo é dedicado à ordem das partes na oração. De acordo com Esparza Torres e Sarmiento (1992, p. 82), Nebrija desenvolve o aspecto lógico da ordem das palavras na oração. De fato, o autor menciona uma ordem “casi natural i mui conforme ala razon”, embora não desenvolva esse tema. Com efeito, a ordem justificada pelo caráter natural e pela razão é estabelecida segundo um maior ou menor grau de “dignidade” das palavras na oração. Assim, seguindo as ideias de Quintiliano, Nebrija (1946, livro IV, cap. 2, p. 89 [1492]) afirma que se deve dizer “*de oriente a occidente i no por el contrario [...], por que segun orden natural primero es el oriente que el occidente*”. Essa disposição adequada das palavras no sintagma é, portanto, justificada pelos critérios semântico e sintagmático da ordem natural das palavras.

Na *Gramática castellana*, além das regras naturais de concordância, Nebrija (1946, livro IV, cap. 1, p. 89 [1492]) evoca a existência de regras, cuja “orden i concordia delas partes dela oracion es diversa en cada lenguaje”. Essas regras, desenvolvidas no terceiro capítulo, concernem à regência dos casos por elementos regedores, a saber, o verbo e o nome. Nebrija organiza, então, a regência em torno dessas partes pela abundância de seus acidentes formais que facilitam a determinação das outras unidades na oração (Esparza Torres e Sarmiento, 1992, p. 82). Gallardo (2010, p. 148-149) observa que os termos regentes e os regidos estão ligados ao critério da ordem das palavras desde a Idade Média. A regência também é estudada a partir do critério morfossintático, que aliás é comum na Idade Média, *regere* significando “imposer à un mot d’être mis à tel ou tel cas” (Colombat, 1999, p. 429). Nebrija organiza, portanto, a noção de regência em torno do fenômeno da construção dos verbos e dos nomes com os casos.

Inspirado em Prisciano, Nebrija relaciona a construção dos verbos com os casos e o fenômeno da transitividade. A noção de transitividade, importante na Idade Média, é retomada tanto na gramática latina quanto na gramática castelhana. Entretanto, nessa última, Nebrija substitui o termo *intransitivo* por *absoluto*, não utiliza a noção de pessoa na construção e não reconhece que o verbo transitivo ou o absoluto exprime uma ação ou uma paixão, como na gramática latina. Essa adaptação da matéria é justificada pelo método natural. Assim, o verbo e o nome aparecem na base da construção com os casos. Retomando a doutrina de Prisciano, Nebrija classifica os verbos pessoais, de acordo



com o critério semântico, em transitivo e absoluto. Os transitivos designam os verbos “que passam em outra cosa” e os absolutos são aqueles cuja “significacion no pasan en outra cosa”, como na frase em *io bivo*. A construção do verbo transitivo, que se opõe, portanto, ao verbo absoluto, implica um dos casos em questão (genitivo, dativo, acusativo). Nebrija (1946, livro IV, cap. 3, p. 90-91 [1492]) afirma, então, que os verbos transitivos passam sua significação em genitivo (*recuerdome de ti*); em dativo (*obedezco ala Iglesia*); e em acusativo (*amo las virtudes*). Outros verbos “demandan” acusativo e genitivo (*estos hincho la casa de vino*) e outros “demandan” acusativo e dativo (*estos enseño la gramatica al niño*). Essas duas categorias da construção verbal – transitiva e absoluta – são, portanto, definidas em função de sua transição ou intransição. Assim, na construção transitiva, a ação expressa pelo verbo passa de uma coisa à outra, enquanto na absoluta essa transição não ocorre.

Sobre a construção dos nomes com os casos, a combinação dos nomes substantivos e adjetivos é feita de acordo com os casos passíveis de reger (Torres, 1995, p. 237). Assim, Nebrija (1946, livro IV, chap. 4, p. 91-92 [1492]) afirma que quando o substantivo é um nome comum ou apelativo “de cualquier caso puede regir genitivo”, porque todos os nomes substantivos, qualquer que seja o caso a que pertençam, regem genitivo, como em *el siervo de Dios, del siervo de Dios, al siervo de Dios, el siervo de Dios, ¡o siervo de Dios!*. Há também alguns nomes adjetivos “que se aiuntam com dativos”, como *enojoso alos buenos, triste alos virtuosos*; outros “que se pueden aiuntar com genitivo i dativo”, como *vezino de Juan i a Juan*.

Inspirado em Prisciano, Nebrija elaborou uma gramática latina e uma gramática castelhana, essa última desenvolvida por uma transferência do modelo latino. Na gramática castelhana, Nebrija retém o termo grego *sintaxe* em detrimento do termo latino *construção* e desenvolve uma definição de sintaxe baseada no critério distribucional: a sintaxe entendida como a reunião e a ordem das partes na oração. A razão é que a construção é considerada como uma parte da sintaxe e não como a sintaxe ela mesma, como mostram os títulos dos capítulos três (*Dela construccion delos verbos despues de si*) e quatro (*Dela construccion delos nombres despues de si*) do livro IV consagrado à sintaxe. Diferentemente da apresentação nas *Introductiones Latinae*, os fenômenos de sintaxe (acordo e construção dos verbos com os casos) não são tratados no início da obra, mas no capítulo específico sobre a sintaxe, porque o gramático separa claramente a morfologia e a sintaxe na gramática castelhana. O gramático também

abandona a divisão da sintaxe em transitiva e intransitiva, como apresentada na gramática latina, mas elabora uma divisão em termos de acordo e de construção dos verbos com os casos latinos. Os fenômenos de *concordia* (acordo) são, então, considerados como naturais, porque eles são admitidos em todas as línguas. Por outro lado, os fenômenos relativos à construção dos verbos com casos diferem em cada língua, porque cada uma delas tem suas regras sobre a ordem e o acordo dessas partes. Na gramática castelhana, Nebrija também evoca o problema da ordem das palavras na oração. O gramático, contudo, não se refere à ordem das classes de palavras em si, por exemplo o nome e o verbo, mas à ordem dos nomes nos sintagmas nominais “*de oriente a occidente*”, “*el cielo i la tierra*”, “*el dia i la noche*”. Portanto, o caráter natural e conforme, à razão que caracteriza a ordem das palavras, está relacionado aos nomes que, por natureza, vêm em primeiro lugar em relação aos outros nomes. Enfim, quando Nebrija aplica o modelo da gramática latina na descrição do castelhano, ele inicia a gramatização das línguas romanas. É a partir desse fenômeno da gramatização das línguas vernáculas que a noção de universalidade implícita do modelo da gramática latina pode ser observada. Essa universalidade é efetivamente atestada pela transferência do modelo conceitual e terminológico da gramática latina, mas permanece implícita, pois não é, de forma alguma, enunciada.

## 2.2 A busca pela generalidade

### 2.2.1 Noções de racionalismo linguístico: a *Minerva* de Sanctius (1587)

A *Minerva* (1587) é caracterizada por sua orientação racionalista. Efetivamente, essa corrente que norteia a gramática humanista<sup>155</sup> (Donzé, 1967, p. 25), com um retorno às fontes greco-latinas<sup>156</sup>, leva Sánchez a buscar a causa dos fatos da língua

---

<sup>155</sup> De acordo com Donzé (1967, p. 25), as gramáticas de Scaliger (*De causis linguae latinae*, 1540), de Sanctius (*Minerva*, 1587) e de seus seguidores Scioppius (*Grammatica philosophica*, 1628); Vossius (*De arte grammatica*, 1635); Campanella (*Philosophiae rationalis*, 1638) e Buommattei (*Della lingua toscana*, 1643) são caracterizadas por uma “fort courant rationaliste qui donna une orientation plus philosophique à la grammaire humaniste”.

<sup>156</sup> Conforme Baratin (1989, p. 437), Prisciano, como seu predecessor grego Apolônio, funda sua análise sobre dois critérios: a *razão* e o *uso*. O primeiro diz respeito à “la logique du système, la “théorie” (*ratio*), et [o segundo] ce qui apparaît effectivement dans la langue (*usus*). Sánchez apoia-se não apenas sobre a doutrina de Prisciano, mas também dos filósofos antigos, aos quais evoca ao tratar do racionalismo em

latina. De acordo com o brocense (1587, livre I, chap. II, [Clerico, 1982, p. 105]), antes de serem admitidos, os fatos gramaticais devem primeiro ser confirmados pela razão e depois pela autoridade e pelo uso. A razão é, portanto, o critério por excelência, porque é ela que permite ao gramático não apenas refletir sobre a própria língua, mas também explicar os fatos linguísticos.

Sánchez aplica a *ratio* no estudo da sintaxe da língua latina. Como a *Minerva* é um tratado gramatical sobre a sintaxe latina, a sintaxe é, por analogia com a *oratio*, concebida como o fim da gramática. Essa ideia é retomada de Saturnius (1556, livro I, chap. VI, p. 15 *apud* Colombat, 1999, p. 376): “l’énoncé est l’ultime but de la grammaire tout entière”. No entanto, diferentemente de seu antecessor, Sánchez estabelece uma correspondência entre a *oratio* e a sintaxe: “le discours ou la syntaxe est la fin de la grammaire et non pas une partie d’elle” (Sánchez, 1587, livre I, chap. I, [Clerico, 1982, p. 107]). Dado que o propósito da gramática é construir uma *oratio*, Sánchez visa, então, a identificar os princípios gerais que permitem a construção de uma frase completa (Bouard, 2007, p. 151).

Segundo Stéfani (1994, p. 100), Sánchez elabora sua gramática partindo do princípio de que existe uma correspondência entre as categorias gramaticais e a realidade extralinguística, e essas categorias são ordenadas para um fim preciso, a “frase perfeita” (*oratio congruens*). A oração congruente é, então, caracterizada pela conformidade formal e pela completude semântica (Clerico, 1982, p. 108, nota 12). Assim, a oração é constituída por três elementos: o nome, o verbo e as partículas (Sánchez, 1587, livre I, chap. II, [Clerico, 1982, p. 109]). Para Sánchez (*ibid.*), essa divisão tripartida fundamentada em princípios lógico-semânticos é comum às línguas tanto ocidentais quanto orientais. Com efeito, o gramático espanhol (*ibid.*, Livro II, chap. II, p. 165) considera as partes do discurso na perspectiva da frase perfeita constituída de um nome e de um verbo, concebidos como essenciais, e as partículas sendo organizadas em torno delas: “C’est d’un nom et d’un verbe, comme d’une matière et d’une forme, que se compose le discours, si bref soit-il” (*ibid.*). Com essa estrutura de base, Sánchez restitui a análise da frase perfeita (*oratio perfecta*), herança grega, composta de um nome e de um verbo.

---

gramática: “Écoute les philosophes qui affirment obstinément que rien ne se produit sans cause” (*Minerve*, livro I, cap. I [Clerico, 1982, p. 102]) e “C’est le propre du philosophe que de faire passer la raison avant les opinions des hommes” (*ibid.*, p. 106).

Além da frase completa, os princípios gerais da sintaxe concernem à sua divisão bipartida em concordância e regência. A oposição entre *concordia* e *rectio* é inspirada em Ramus (1564), que analisa os fenômenos relativos não apenas ao acordo entre os acidentes que afetam as palavras, mas também à regência (Colombat, 1999, p. 411). É no livro III, dedicado à construção dos verbos que Sánchez apresenta uma definição de *concordia* centrada na relação nome-verbo.

Dans la construction des verbes, il faut considerer deux choses: la convenance (*concordia*) et le régime (*rectio*). La convenance est un rapport mutuel du nom et du verbe, lorsque le nom est reçu à la personne exigée par le verbe, ou à sa place, et cette liaison montre que le verbe est personnel. Le régime, cest lorqu'un verbe exerce ses forces et son effet sur quelque chose. C'est ainsi que le verbe apparaît comme actif ou comme passif. (Sánchez, livro III, chap. I, [Clerico,1982, p. 211])

Embora não elabore nenhuma definição geral para os fenômenos de concordância e de regência, Sánchez apresenta no livro II as três regras gerais de concordância, comuns nas gramáticas latinas humanistas: 1. a regra do acordo do adjetivo com o substantivo; 2. do nome com o verbo; e 3. do relativo com o seu antecedente. Para as duas primeiras regras, Sánchez (1587, livro II, chap. I, II [Clerico, 1982, p. 163, 165]), distanciando-se de seus predecessores, afirma que o adjetivo concorda em número e em caso com o substantivo, mas não em gênero; e o nome concorda apenas em número com o verbo, mas não em pessoa. A razão é que os adjetivos não variam em gênero, porque o gênero é um traço inerente apenas ao substantivo. Do mesmo modo, o nome não varia em pessoa, porque a pessoa é um traço que caracteriza apenas o verbo.

Como mostram Colombat (1999a, p. 412; 1999b, p. 151) e Clerico (1982, p. 43), essa concepção de Sánchez sobre a concordância entre as palavras leva-o a distinguir o “acordo” da “regra”: enquanto o acordo prevê um elemento comum aos dois termos, bem como uma relação mútua entre as partes; a regra impõe a um termo uma categoria contida no outro termo. Assim, o adjetivo e o substantivo concordam em número e em caso, mas a regra impõe ao adjetivo o gênero do substantivo. Por exemplo, em *paries albus* (un mur blanc) existe uma correspondência para o número (singular), para o caso (nominativo), bem como para o gênero (masculino), esse último sendo determinado pela regra que, precedendo o acordo, estabelece essa terminação para o gênero masculino.

Da mesma forma, para o nome e o verbo, o acordo é feito em número, mas a regra impõe a uma pessoa verbal um nome na terceira pessoa, sendo dado que, com exceção de *ego* e de *tu*, todos os nomes estão na terceira pessoa.

Sobre a terceira regra, o acordo entre o relativo e o antecedente, nenhuma explicação é elaborada embora Sánchez mencione a regra. Como destaca Colombat (1999, p. 478), apesar da ausência de explicação para esse acordo, as marcas da abordagem tradicional aparecem. Talvez seja justamente por essa razão que o gramático não oferece nenhuma justificativa. Efetivamente, o acordo do relativo com o antecedente é reconhecido pelos gramáticos humanistas, depois é retomado não apenas pelos gramáticos franceses, mas também pelos gramáticos portugueses e brasileiros, como se verá adiante.

Quanto à regência, Sánchez a organiza a partir dos casos e não dos verbos, embora ele afirme que “le régime, cest lorqu’un verbe exerce ses forces et son effet sur quelque chose” (1587, livro III, chap. I, [Clerico, 1982, p. 211]). Essa organização em torno dos casos pode ser observada nos títulos dos capítulos do livro II: cap. 2 – “Le nominatif n’est régi par aucune partie du discours”; cap. 3 – “Le genitif [...] ne peut être régi par aucune verbe”; cap. 4 – “Le datif n’est jamais régi”; cap. 5 – “L’accusatif dépend de plusieurs façons d’une préposition. [...]. Deux accusatifs ne sont pas régis par un même verbe”; chap. 6 – “le vocatif n’est jamais régi”; cap. 7 – “Le sixième cas dépend toujours d’une préposition”; chap. 11 – “Les superlatifs ne régissent aucun cas [...]”. Assim, entre os seis casos latinos, apenas o genitivo, o acusativo e o ablativo são regidos. O nominativo, o vocativo e o dativo, não o são.

Entre os casos regidos, Sánchez (1587, livro II, chap. III, [Clerico, 1982, p. 167]) inclui o genitivo, regido por um nome e não por um verbo. De fato, como o genitivo marca o possuidor, ele é regido por um nome que marca a coisa possuída, como em *amor patris* (l’amour du père). Sánchez (*ibid.*) explica que existe uma relação de dependência entre a palavra regente e a palavra regida, porque uma depende da outra para ser compreendida. Portanto, o genitivo não depende de um verbo, porque os verbos significam “possuir” e não “posseção” (Clerico, 1982, p. 44), mas de um nome que é necessário supor entre um verbo e um substantivo no caso genitivo (Colombat, 1999, p. 435). O acusativo, por outro lado, é regido por uma preposição expressa ou subentendida, a menos que ele funcione como “suppost de um verbo no infinitivo (ex. *me amari*)” ou como “apost des verbes actifs (ex. *ama litteras*)” (Sánchez, 1587, livro

II, cap. V, [Clerico, 1982, p. 175]). Enfim, Sánchez (*ibid.*, cap. VII, [*ibid.*, p. 181]) designa o ablativo como o caso da preposição, porque ele é invariavelmente regido por uma preposição. Colombat (1999, p. 435) destaca o papel da preposição, como elemento regedor, na regência dos casos ablativo e acusativo. Ao estender esse fenômeno à preposição, Sánchez distancia-se da regência verbal, cuja construção se limita à regência do acusativo. Assim, por exemplo o verbo ativo rege um acusativo e apenas um.

Entre os casos não regidos estão o nominativo, porque a relação entre o sujeito (suppost, *suppositum*) e o verbo não é de dependência, mas de acordo, como em *Cato scribit* (Caton écrit) (Sánchez, 1587, livro II, cap. II, [Clerico, 1982, p. 165]); o vocativo, porque a frase construída é orientada para o vocativo (*ibid.*, cap. VI [*ibid.*, p. 178]); e o dativo, porque ele é acrescentado a uma frase já concluída para marcar uma aquisição (*ibid.*, cap. VI [*ibid.*, p. 172]).

Em suma, o racionalismo linguístico que caracteriza a sintaxe na *Minerva* se materializa na elaboração de alguns princípios e de um número reduzido de regras gerais, bem como na análise dessas regras. Esses princípios concernem entre outros<sup>157</sup> à *oratio perfecta* e à divisão da sintaxe em concordância e regência. A *oratio perfecta* é entendida como uma frase semanticamente completa e gramaticalmente bem construída, composta de nome, verbo e partículas, essas partes sendo comuns a todas as línguas. A sintaxe de concordância é desenvolvida em torno das três regras gerais (1. o acordo do adjetivo com o nome; 2. o acordo do nome com o verbo; e 3. o acordo do relativo com o antecedente), e a sintaxe de régime é organizada em torno dos casos latinos. Esses princípios elaborados primeiro para o latim são transferidos para os vernáculos e se estendem a todas as línguas. A extensão do modelo da gramática latina provoca uma regularidade nas descrições dos vernáculos europeus, que se fará sentir por Claude Lancelot, no século XVII, em seus métodos gramaticais e na *Grammaire générale et raisonnée* (1660), elaborada em parceria com Antoine Arnauld. Quanto à doutrina de Sánchez, ela será retomada na gramática geral francesa, como veremos nas próximas seções.

---

<sup>157</sup> Não trataremos da teoria da elipse elaborada por Sánchez.

### 2.2.2 A sintaxe na *Grammaire générale et raisonnée* (1660)

A *Grammaire* de Port-Royal caracteriza-se por sua generalidade e racionalidade. Por um lado, o critério de generalidade das regras permite identificá-la como uma gramática geral, porque as regras apresentadas e analisadas dizem respeito ao maior número de fatos para o maior número possível de línguas. Por outro lado, o princípio da referência dos fatos de linguagem ao pensamento revela o racionalismo subjacente. Esse racionalismo restringe o domínio da gramática geral à proposição lógica, porque ela é a representação da relação entre a linguagem e o pensamento.

O estudo da sintaxe na *Grammaire générale et raisonnée* (GGR) culmina com a análise da *proposição*, que permite estabelecer uma sintaxe autônoma (Chevalier, 1968, p. 490). Arnauld e Lancelot, que privilegiam o *sentido* em detrimento da *forma*, rompem com a tradição da gramática renascentista e com sua orientação morfossintática (Auroux, 1992, p. 374; Auroux, 1979, p. 160). De fato, quando os *Messieurs* estabelecem a proposição como quadro de análise, eles levam em consideração o ponto de vista semântico. Nessa perspectiva, a sintaxe vincula-se à semântica, porque o conceito de proposição bem como suas categorias encontram seu fundamento numa “*théorie des idées*” (Auroux, 1979, p. 160), ou seja, na relação entre a linguagem e o pensamento. Essa concepção denominada por Auroux (1979, p. 161) de “*syntaxe sémantique*” será desenvolvida pelos gramáticos iluministas no século XVIII.

A teoria da proposição permite dividir as palavras em duas classes: a classe das palavras que significam os objetos dos nossos pensamentos e aquela das palavras que significam a forma dos nossos pensamentos. Essas duas classes são identificadas na estrutura da proposição: o sujeito e o atributo designam os objetos que nós concebemos, e o verbo, o modo de concebê-los. Juntamente à longa parte da gramática dedicada ao tratamento da proposição e das partes do discurso, os *Messieurs* de Port-Royal consagram um curto capítulo à sintaxe. O capítulo XXIV da segunda parte da gramática conta com oito páginas, sendo as três últimas reservadas ao estudo da sintaxe figurada. De acordo com Colombat (1993, p. 285), o tratamento sucinto da sintaxe na GGR justifica-se por razões tanto internas quanto externas à teoria. Em primeiro lugar, internamente, a proposição e os elementos que a constituem são objeto de um desenvolvimento mais importante, na segunda parte da gramática, porque os *Messieurs* privilegiam o estudo da frase simples. Além disso, Pariente (1985, p. 130) afirma que

“un chapitre particulier sur la syntaxe n’a pas de raison d’être dans une grammaire où tout était depuis le début syntaxique”. Em seguida, externamente, a *GGR* era um manual que servia de introdução às gramáticas das línguas particulares. Portanto, não era necessário que os *Messieurs* consagrassem um longo capítulo à sintaxe.

A sintaxe é definida como a “construction des mots ensemble” (*GGR*, 1767, II, cap. XXIV, p. 153), os termos *syntaxe* e *construção* sendo concebidos como sinônimos. De acordo com Auroux (1979, p. 162), trata-se de uma concepção “exclusivement saisie par l’opération de concaténation” pela qual se estabelece uma relação entre os “signes de nos idées”, ou seja, entre as palavras, na proposição. Essa definição segue, no entanto, a mesma linha dos gramáticos do Renascimento, que presos a um quadro formal fundado no critério de correção, concebiam a sintaxe como “l’élément le plus représentatif de la pureté d’un latin classique” (Colombat, 1984, p. 48). De fato, essa mesma concepção limitativa da sintaxe consta na obra *Nouvelle méthode latine*, de Lancelot, segundo o qual “la CONSTRUCTION que les Grecs appellent SYNTAXE, n’est autre chose que la juste composition, & l’arrangement des parties dans l’oraison (*NML*, 1662, p. 399).

Os *Messieurs* seguem a divisão tradicional da sintaxe em *convenance* e *régime*, uma divisão sistematizada na gramática latina do século XVI<sup>158</sup> por Alde Manuce (1508) e Despautère (1527), e que, portanto, permanece sujeita ao quadro formal latino, apesar da fundamentação lógica da gramática. De fato, para organizar as relações de concordância e de determinação morfológica entre as palavras na proposição, os *Messieurs* utilizam o par tradicional *convenance* (acordo) e *régime* (regência). A utilização do quadro latino corrobora a afirmação de Fournier e de Raby (2013, p. 14), segundo a qual a generalidade na gramática de Port-Royal repousa, em grande parte, sobre uma “matrice romane”. A partir da comparação empírica de um número considerável de línguas, os *Messieurs* verificam que o fenômeno do acordo entre as palavras é comum a todas as línguas e que o da regência é particular a cada língua. Com

---

<sup>158</sup> Para Colombat (1999, p. 383-385), a oposição entre a concordância e regência é sistematizada por Alde Manuce (1508) e Despautère (1527) como “um duplo ‘acidente’ da construção”: “Constructioni quot accidunt? duo Concordantia & regimen” (1508, f. k [i] r<sup>o</sup>) e Despautère (1527): “Syntaxi siue constructioni quot accidunt? Duo, concordantia & regimen” (1527, f. iij r<sup>o</sup>; 1537, p. 186). Despautère elabora uma definição própria para cada um desses termos: “Qu’est-ce que la concordance? La convenance requise des parties du discours en genre, nombre, cas ou personne [...]. Qu’est-ce que le régime? L’exigence d’un cas déterminé qui ne perd rien de sa nature casuelle. (Concordantia quid est? Debita partium orationis conuenientia in genere, numero, casu uel persona. [...]. Regimen quid est? Certi casus exigentia de casus natura nihilamittentis.” (1527, f. iii r<sup>o</sup>; 1537, p. 186 *apud* Colombat, *ibid.*).



isso, eles são então capazes de formular regras gerais válidas para o conjunto das línguas analisadas.

La Construction des mots se distingue generalmente, en celle de Convenance, quand les mots doivent convenir ensemble; & celle de regime, quand l'un des des deux cause une variation dans l'autre.

La premiere, pour la plus grande partie, est la mesme dans toutes les Langues, parce que c'est une suite naturelle de ce qui est en usage presque par tout, pour mieux distinguer le discours.

[...]

La Syntaxe de regime au contraire, est presque toute arbitraire, & par cette raison se trouve très-differente dans toutes les Langues. (*GGR*, 1676, II, cap. XXIV, p. 153-154)

Pressupostos específicos caracterizam as sintaxes de *convenance* e de *régime*. A sintaxe de concordância, explicitamente identificada como um fenômeno linguístico da gramática geral, “la mesme dans toutes les Langues”, e concebida como um acordo mútuo, caracteriza-se pela apresentação de uma construção natural das palavras. Esse tipo de construção sintática é, portanto, comum a todas as línguas. Essa característica fundamental da sintaxe de concordância é observada por Nebrija<sup>159</sup> em sua gramática castelhana, publicada em 1492. No entanto, o gramático espanhol considera como naturais as três regras tradicionais, enquanto os *Messieurs* retiveram apenas duas delas, a regra sobre a relação do relativo com o seu antecedente sendo tratada no capítulo IX dedicado ao pronome relativo. De fato, Arnauld e Lancelot consideram apenas dois tipos de acordo entre as palavras ou duas regras gerais aplicáveis às línguas que constituem seu corpus de análise: 1. o acordo em gênero e em número do substantivo com o adjetivo, 2. o acordo em número e em pessoa dos verbos com os nomes e os pronomes. Essas regras gerais não revelam nenhuma novidade, exceto que os *Messieurs* substituem o termo *nominativo* pela expressão “nomes e pronomes”, marcando um afastamento do modelo casual latino. Quando aos fatos, eles são justificados pela natureza dos acidentes, como no caso do gênero que serve para marcar a distinção dos gêneros, tornando-os, assim, menos confusos: “la distinction du feminin & masculin a obligé de mesme de mettre en mesme genre le substantif & l'adjectif [...]; car ce n'est que pour cela qu'on a invente les genres” (*GGR*, 1676, II, chap. XXIV, p. 154).

---

<sup>159</sup> “Este concierto delas partes dela oracion entre si es natural a todas las naciones que hablan, por que todos conciertan el adjectivo conel substantivo, i el nominativo conel verbo, i el relativo conel antecedente” (Nebrija, 1946, p. 88-89 [1492]).

A regência, por sua vez, caracterizada pela relação de dependência que existe entre as palavras, é marcada pela modificação morfológica que uma palavra impõe a outra. Por seu caráter arbitrário, ela difere para cada língua. Assim, a sintaxe de regência varia em função da língua e de sua organização interna:

**Car les unes [langues] font les regimes par les cas ; les autres au lieu de cas, ne se servent que de petites particules qui en tiennent lieu, & qui ne marquent mesme que peu de ces cas,** comme en François & en Espagnol on n'a que *De*, & *A*, qui marquent le genitif & le datif, les Italiens y adjouënt *Da* pour l'ablatif. **Les autres cas n'ont point de particules, mais le simple article qui mesme n'y est pas toûjours.** (GGR, 1676, II, cap. XXIV, p. 154-155, grifo nosso)

Chevalier (1968, p. 519) chama a atenção para o caráter “latinizante” da sintaxe de regência, apresentada pelos *Messieurs*, vinculada aos casos latinos. A regência é, com efeito, marcada pelos casos e pelas partículas, mas também pelos artigos. Por partículas, os *Messieurs* entendem as preposições. Não obstante a diferença dos elementos referidos (casos, partículas, artigos), o fenômeno da regência segue a mesma marcação em francês, em espanhol e em italiano, a saber, as preposições *de* e *à*, respectivamente para o genitivo e o dativo. Quanto ao ablativo, ele segue o uso de cada língua: *de* para o francês e o espanhol, e *da* para o italiano. Para os outros casos, a saber, o nominativo, o acusativo e o vocativo, cada língua utiliza os seus próprios artigos.

A descrição do fenômeno da regência, elaborada pelos *Messieurs*, é realizada a partir da comparação empírica das línguas vernáculas. Esse tipo de análise comparativa permite, de acordo com Fournier e Raby (2013, p. 7), elaborar descrições válidas para todas as línguas analisadas. Assim, a generalidade aparece como o resultado de uma abordagem empírica, não sendo explicitamente referida como no caso da sintaxe de concordância. Note-se também que não obstante a utilização do quadro latino, a sintaxe de regência do francês, do espanhol e do italiano é organizada pela variação na forma da regência, distinguindo-se, assim, do latim, cuja declinação casual é marcada pela terminação das palavras. A partir de então, não só o latim deixa de impor o seu quadro, como os vernáculos também restringem a sua descrição. O modelo utilizado não é mais o latino, mas o das línguas vernáculas.

A análise desses fenômenos de concordância e de regência levam os *Messieurs* a elaborar cinco “maximes generales” constituídas como princípios básicos aplicáveis a todas as línguas.

La 1. qu'il n'y a jamais de Nominatif qui n'ait rapport à quelque verbe exprimé ou sous-entendu (...).

La 2. qu'il n'y a point aussi de verbe qui n'ait son Nominatif exprime ou sous-entendu (...).

La 3. qu'il n'y peut avoir d'adjectif, qui n'ait rapport à un substantif (...).

La 4. qu'il n'y a jamais de genitif dans le discours, qui ne soit gouverné d'un autre nom : parce que ce cas marquant toujours ce qui est comme le possesseur, il faut qu'il soit gouverné de la chose possédée.

La 5. Que le regime des Verbes est souvent pris de diverses especes de rapports enfermez dans les cas, suivant le capriche de l'usage. (*GGR*, 1676, II, cap. XXIV, p. 155-156)

As três primeiras regras são emprestadas do *Método latino* (1662, p. 399-400) de Lancelot. Elas aparecem na introdução à sintaxe<sup>160</sup> e nas *Remarques sur les figures*<sup>161</sup>. De acordo com Colombat (1993, p. 286), essas regras gerais não apenas marcam os termos essenciais da oração, ou seja, o nome e o verbo, mas também mostram que esses termos podem ser restabelecidos pela elipse. Além disso, elas também definem a frase simples e os elementos que a compõem, a saber, as partes do discurso e os marcadores de casos, que atuam como marcadores funcionais. O caráter latinizante da descrição, no que diz respeito à utilização dos casos para marcar as funções, também é observado nas regras 4 e 5, que determinam que o valor específico de cada caso é constante. Com efeito, para todas as línguas, o genitivo indica posse, o acusativo indica o termo onde se passa a ação verbal, e o dativo é o caso da atribuição, porque designa a pessoa a quem é atribuído um objeto. O arbitrário manifesta-se no modo como cada língua utiliza os casos, de acordo com a relação que se quer evidenciar. Esses princípios gerais, fundamentados na doutrina de Sanctius, tanto pelo “rétablissement des éléments par elipse” quanto pela utilização dos casos como marcadores funcionais (Colombat, 1993,

<sup>160</sup> (...) car il n'y a point d'Adjectif qui n'ait son Substantif, (...), ny de Verbe qui n'ait son Nominatif, soit qu'on l'exprime ou qu'on le suppose. Comme au contraire toutes les fois qu'il y a un Nominatif, il se rapporte toujours à un Verbe exprés ou sous entendu. (...) I. LE GENITIF de soy mesme marque toujours le possesseur, ou quand une chose est dite d'une autre; comme *Liber Petri*, le livre de Pierre: *Vulnus Achillis*, la playe d'Achille, soit qu'elle se prenne activement pour celle qu'il a faite, ou passivement pour celle qu'il a receue. Ainsi ce Cas est toujours gouverné d'un autre Substantif; quoy que souvent sous-entendu (...). (*NML*, 1662, p. 399-400)

<sup>161</sup> I. MAXIME. Il n'y a point d'Oraison qui ne soit composée de Nom & de Verbe, & partant où le Verbe n'est pas, il faut qu'il y soit sous-entendu. (...). II. MAXIME. Il n'y a point de Verbe qui n'ait son Nominatif exprés ou sous-entendu (...). V. MAXIME. Tout Adjectif suppose son Substantif exprés ou sous-entendu (...). VII. MAXIME. Toutes les fois qu'il y a un Genitif après un Nom Adjectif, ou après un Verbe; ou c'est une phrase Grecque qui dépendra de la Préposition; ou il faut sous-entendre un Nom general qui le gouverne. (*NML*, 1662, p. 589-594)

p. 286-287), pertencem, portanto, a uma sintaxe geral construída a partir do quadro latino e generalizado a todas as línguas.

Além da sintaxe da frase simples, Arnauld e Lancelot também tratam da sintaxe da frase complexa. Note-se que esse tratamento não é feito no capítulo dedicado à sintaxe, porque a *GGR* segue a divisão tradicional da sintaxe em concordância e regência. A noção de *proposição incidente* é, portanto, elaborada no capítulo IX consagrado aos pronomes relativos<sup>162</sup>, na segunda parte da *GGR*.

La 2. chose que le Relatif a de propre, & que je ne sçache point avoir encore esté remarquée par personne, est que la proposition dans laquelle il entre (qu'on peut appeller *incidente*) peut faire partie du sujet, ou de l'attribut d'une autre proposition, qu'on peut appeller principale. (*GGR*, 1676, II, cap. IX, p. 66-67)

A proposição incidente é concebida como uma proposição inserida em uma outra proposição. A razão é que ela faz parte da proposição principal. Ela é introduzida pelo relativo *qui*, que funciona como um anafórico e marca não apenas uma relação de dependência entre os termos, mas também a união entre duas proposições. Essa concepção dos *Messieurs* constitui, de acordo com Donzé (1967, p. 148), um primeiro esboço da teoria das orações subordinadas, até então ausentes das gramáticas. Colombat (1999, p. 487-488) também ressalta a importância desse novo uso do relativo<sup>163</sup> apresentado pelos *Messieurs*. De fato, ele marca a instituição de uma sintaxe da frase complexa<sup>164</sup>. Os *Messieurs* estão, assim, atentos não apenas à novidade desse tipo de análise sintática, que trata da dependência entre os termos, considerando as funções e não os casos, mas também à análise das proposições, que se desenvolverá no curso do século XVIII. Ora, como observa Pariente (1985, p. 130-131), todos os fatos de sintaxe evocados na *GGR* giram em torno da proposição simples. Esse pressuposto vale não apenas para os fenômenos de concordância e de regência que ocorrem entre dois termos dentro de uma mesma proposição, mas também para a proposição complexa, concebida como uma variedade da proposição simples. Este quadro não pode ser ultrapassado,

<sup>162</sup> Sobre o uso do relativo em Port-Royal, leia-se Raby (2018, p. 140-147); Colombat (2003, p. 22-26); Colombat (1999, p. 488-495); Pariente (1985, p. 17-48).

<sup>163</sup> “O pronome relativo pode ser utilizado de três maneiras: a primeira como um substituto do nome; a segunda, como um pronome que se refere ao seu antecedente, revelando seu papel anafórico; e a terceira, como um termo que marca a união entre duas proposições” (*GGR*, 1767, II, chap. IX, p. 66-67).

<sup>164</sup> A propósito da análise da frase complexa, leia-se Raby (2018, p. 140-147); Raby (2002, p. 94-98); Colombat (2003, p. 22-26).

porque a construção da *GGR* é baseada nos esquemas aristotélico e cartesiano que não indicam proposições complexas. Assim, no que diz respeito a esse tipo de proposição, não se trata de combinar duas proposições independentes, mas de integrá-las de modo a formar uma única.

Diferentemente da proposição simples que contém apenas um julgamento ou afirmação, como *Dieu est bon* e *La valeur d'Achille a esté cause de la prise de Troye* (*GGR*, 1676, II, 9, p. 67-68), a proposição complexa<sup>165</sup> contém muitos julgamentos e os pronomes relativos encontram-se expressos ou subentendidos:

[...] quand je dis; *Dieu invisible a créé le monde visible*: il se passe trois jugemens dans mon esprit renfermez dans cette proposition. Car je juge premierement que *Dieu est invisible*. 2. Qu'il a créé le monde. 3. Que *le monde est visible*. Et de ces trois propositions, la seconde est la principale & l'essentielle de la proposition. Mais la premiere & la troisiéme ne sont qu'incidentes, & ne font que partie de la principale, dont la premiere en compose le sujet, & la derniere l'attribut. Or ces propositions incidentes sont souvent dans notre esprit, sans estre exprimées par des paroles, comme dans l'exemple proposé. Mais quelquefois aussi on les marques expressément; & c'est à quoy sert le relatif: comme quand je reduis le mesme exemple à ces termes: *Dieu QVI est invisible a créé le monde QVI est visible*. (*GGR*, 1676, II, cap. 9, p. 68-69)

O relativo é um pronome que introduz a proposição incidente, funcionando como sujeito, « *qui creavit mundum: qui sanctus est* », ou como parte do atributo dessa proposição, « *Deus quem amo: Dieu que j'aime* » (*GGR*, *idid.*, p. 71). Na verdade, o pronome relativo limita a proposição (Colombat, 1999, p. 488). Sua posição permanece invariavelmente a mesma, a saber, no início da proposição incidente, inclusive para o latim, que não apresenta uma ordem fixa das palavras na frase, como em *Deus cuius caelum sedes est*, « [Dieu,] duquel le ciel est le throsne » (*ibid.*).

A noção de proposição incidente é desenvolvida na *Logique ou l'Art de penser* (1662). De acordo com Arnauld e Nicole (*LAP*, 1970, II, 6, p. 166), a proposição incidente faz parte do sujeito ou do atributo da proposição complexa conforme a

<sup>165</sup> Na *GGR* (1676, II, chap. 9, p. 68), a proposição complexa não é classificada e os *Messieurs* enviam o leitor à *Logique ou l'Art de Penser*, onde é classificada de acordo com o material linguístico, ou seja, de acordo com a matéria ou a forma da proposição. A proposição complexa pela matéria é aquela cujo sujeito, atributo, ou os dois são complexos. A proposição complexa pela forma incide sobre a forma da proposição, ou seja, sobre a afirmação ou a negação expressa pelo verbo (*LAP*, 1970, II, cap. 5, p. 164; 175 [1662]).

matéria<sup>166</sup>. Ela é introduzida pelo pronome relativo *qui*, que pode ser *explicativo* ou *determinativo*. Como observa Pariente (1975, p. 39), a distinção entre explicação e determinação baseia-se na relação entre o pronome relativo e o seu antecedente. Assim, quando o pronome relativo é explicativo, a proposição incidente desenvolve a compreensão do termo ao qual ela se relaciona sem alterar sua extensão, como em *Les hommes qui sont créés pour connoître et pour aimer Dieu*. Os *Messieurs* utilizam a substituíbilidade dos termos *sujeito* e *qui* na análise do exemplo *Les hommes ont été créés pour connoître & pour aimer Dieu*, cujo atributo caracteriza a ideia de homem em toda a sua extensão. Quando o pronome relativo é determinativo, a proposição incidente restringe e determina o termo ao qual ela se relaciona, modificando a sua extensão. Esse critério de substituíbilidade não funciona com o pronome relativo determinativo, porque a determinação altera a extensão do sujeito ou do atributo da proposição principal. É, portanto, impossível substituir *Les hommes qui sont pieux sont charitables* por *Les hommes sont pieux et ils sont charitables*, porque se a primeira caracteriza um grupo de homens em particular, a segunda não o caracteriza nem em particular nem em geral.

Enfim, na *GGR*, o estudo da sintaxe não se limita a um capítulo específico ou parte da obra, mas abrange toda a gramática, porque os fatos linguísticos giram em torno da análise da proposição. A sintaxe de concordância e a sintaxe de regência são organizadas de acordo com a tradição da gramática latina. Essa organização indica, por um lado, que a generalidade se constitui sobre o quadro da gramática latina, afinal esses fenômenos linguísticos foram elaborados para descrever o latim, e, por outro, que a generalização desses fenômenos não se dá *a priori*, porque os *Messieurs* se baseiam em uma comparação empírica dos fatos. Essa postura manifesta-se tanto pelo caráter arbitrário da regência, formada de diferentes maneiras (por casos, partículas ou artigos) dependendo da língua, quanto pelo exame da concordância, explicitamente designada como um fenômeno sintático comum a todas as línguas. Quanto à noção de proposição incidente, ela está inserida na proposição principal, sendo concebida como parte dessa proposição. O pronome relativo, utilizado para marcar a união de duas proposições, está ligado ao antecedente, funcionando como um anafórico. Essas concepções sobre a proposição caracterizadas como elaborações próprias à gramática geral, caracterizam a

---

<sup>166</sup> Segundo os *Messieurs*, há dois tipos de proposições complexas: as que incidem sobre a matéria e as que incidem sobre a forma. As primeiras recaem sobre o sujeito, ou sobre o atributo ou sobre ambos, e as segundas, que incidem sobre a forma, recaem sobre a afirmação ou sobre a negação expressa pelo verbo (*LAP*, 1970, II, 5, p. 164-165; 8, p. 175).

nossa hipótese de partida segundo a qual a generalidade incide sobre as teorias elaboradas na gramática geral francesa. Junte-se a isso, o método de generalização utilizado pelos *Messieurs* de Port-Royal que lhes permitiu apresentar regularidades comuns a muitas línguas. O par *convenance/régime*, por sua vez, caracteriza a universalidade implícita do quadro latino. Essa universalidade é subentendida, porque os *Messieurs* não a evocam essa universalidade, todavia, ela pode ser observada na extensão, aplicação e adaptação do quadro da gramática latina às línguas vernáculas.

Du Marsais desenvolverá amplamente essas concepções sobre a sintaxe. Na verdade, esse gramático francês provoca uma mudança radical no estudo da sintaxe, passando a considerar as relações sintáticas de um ponto de vista semântico, distanciando-se da análise puramente formal, como se verá adiante.

### **2.2.3 A sintaxe dos enciclopedistas**

O aporte teórico da gramática geral sobre a sintaxe, fruto da obra de Du Marsais e de Beauzée – os gramáticos da *Encyclopédie* de Diderot et D’Alembert – é fundamental para o desenvolvimento dos estudos gramaticais. Enquanto os *Messieurs* de Port-Royal baseiam sua reflexão principalmente na morfossintaxe e transpõem o sistema de teorias sintáticas em uso na gramática latina desde a Idade Média, Du Marsais e Beauzée reinventam essa reflexão e concebem a sintaxe de um ponto de vista lógico e semântico, independente das formas. Esta perspectiva sintática apoia os desenvolvimentos teóricos dos gramáticos enciclopédicos sobre a linguagem e as línguas.

#### **2.2.3.1 Du Marsais**

As teorias da sintaxe elaboradas por Du Marsais marcam o desenvolvimento das concepções que caracterizam a gramática geral francesa. Elas concernem à distinção entre sintaxe e construção, à substituição do par tradicional *convenance/régime* por aquele de *identidade/determinação* e o desenvolvimento da análise proposicional. Seguindo o projeto da gramática geral francesa, Du Marsais propõe análises válidas para a maioria das línguas.

A distinção entre sintaxe e construção constitui um primeiro fenômeno importante que caracteriza a gramática geral. No subcapítulo anterior, observamos que Arnauld e Lancelot reproduzem o sistema da gramática latina no tratamento dos termos *sintaxe* e *construção*, assimilados etimologicamente e utilizados como sinônimos. Du Marsais, ao contrário, distingue esses termos, como revela o artigo *Construction* (1754) da *Encyclopédie*:

Je crois qu'on ne doit pas confondre *construction* avec *syntaxe*. *Construction* ne présente que l'idée de combinaison & d'arrangement. Cicéron a dit selon trois combinaisons différentes, *accepi litteras tuas, tuas accepi litteras, & litteras accepi tuas*: il y a là trois *constructions*, puisqu'il y a trois différens arrangements de mots; cependant il n'y a qu'une *syntaxe*; car dans chacune de ces *constructions* il y a les mêmes signes des rapports que les mots ont entr'eux, ainsi ces rapports sont les mêmes dans chacune de ces phrases. (...). Or ce qui fait en chaque langue, que les mots excitent le sens que l'on veut faire naître dans l'esprit de ceux qui savent la langue, c'est ce qu'on appelle *syntaxe*. La *syntaxe* est donc la partie de la Grammaire qui donne la connoissance des signes établis dans une langue pour exciter un sens dans l'esprit. Ces signes, quand on en sait la destination, font connoître les rapports successifs que les mots ont entr'eux. (Du Marsais, art. *Construction*, 1754, vol. IV, p. 73)

Enquanto a *construção* diz respeito à combinação e à disposição das palavras no enunciado, a *sintaxe* refere-se aos signos que, estabelecidos em uma língua, marcam as relações existentes entre as palavras. No exemplo apresentado, Du Marsais expõe a ordem das palavras de três maneiras diferentes com três construções diferentes. A construção, portanto, varia. Efetivamente, a ordem das palavras em latim não é fixa, porque a função sintática das palavras é indicada por sua terminação, que conseqüentemente estabelece as relações segundo as quais as palavras devem ser consideradas. Dessa forma, as três construções apresentadas têm a mesma significação, *j'ai reçu votre lettre*, independentemente da ordem das palavras no enunciado<sup>167</sup>. A *sintaxe*, por outro lado, não varia, porque ela define o sentido do enunciado estabelecido por meio dos signos, a saber, os casos para o latim e a disposição das palavras (sujet + verbe + complément) para o francês. De acordo com Delesalle (1980, p. 257), Du

<sup>167</sup> Se essa noção de construção concerne ao latim, que usa as terminações das palavras para expressar as relações gramaticais, e não às línguas vernáculas, nas quais o lugar ou a posição das palavras marca o significado e sua relação gramatical, o estabelecimento da ordem natural das palavras implica tanto o latim quanto as línguas vernáculas. De fato, para Ricken (1978, p. 87), mudar a ordem das palavras não significa "adapter le texte original [en latin] à l'ordre des mots du français", mas "tenir compte de l'ordre des idées qui vaut pour tous les hommes".



Marsais não concebe a sintaxe como uma estrutura subjacente às línguas, analisável em si, mas como a ordem ocultada pela terminação das palavras. Logo, a sintaxe é *particular* a cada língua, porque os signos utilizados são característicos dessas línguas.

Du Marsais apresenta três tipos de construção: a *construção simples ou natural*, na qual a organização dos elementos obedece a uma ordem natural que facilita a percepção da ligação e da relação entre os termos; a *construção figurada*, cuja ordem dos elementos é contrária àquela da construção simples, porque se conforma à vontade do locutor; e a *construção usual*, cuja ordem depende do uso particular de cada língua. Entre esses três tipos, a *construção simples* segue um uso geral e uma ordem natural, sendo por isso a mesma em todos os lugares:

Comme par-tout les hommes pensent, & qu'ils cherchent à faire connoître la pensée par la parole, l'ordre dont nous parlons est au fond uniforme partout; & c'est encore un autre motif pour l'appeller *naturel*. (Du Marsais, art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 75)

A ordem natural, que segue a construção simples, representa a ordem lógica das ideias, que corresponde à expressão do pensamento:

on l'appelle aussi *construction simple & construction naturelle*, parce que c'est celle qui est la plus conforme à l'état des choses, [...], & que d'ailleurs cette *construction* est le moyen le plus propre & le plus facile que la nature nous ait donné pour faire connoître nos pensées par la parole. (Du Marsais, art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 73)

Todas as línguas seguem a mesma ordem natural determinada pela razão. O enciclopedista estabelece essa hipótese por meio de considerações gramaticais, associando ao sensualismo lockiano o racionalismo da ordem natural das palavras (Ricken, 1978, p. 86). Com efeito, esta teoria da ordem natural das palavras é racionalista, porque ela é a expressão da razão. A ordem natural das palavras segue, portanto, a ordem sucessiva das ideias válida para todos os homens. De acordo com Ricken (*ibid.*), “l'hypothèse d'une pensée a priori qui serait donnée avant le langage et lui dicterait ses lois, pouvait se référer à la faculté de réflexion, que Locke suppose exister en même temps que la sensation, dès l'acte de création”. De fato, o empirismo de Locke estabelece que a fonte do conhecimento é a experiência adquirida pelos sentidos.

Logo, o pensamento é formado a partir dos sentidos e depois é enunciado por meio das proposições. Deve-se notar que Du Marsais trata a proposição não apenas do ponto de vista lógico, mas também do ponto de vista gramatical<sup>168</sup>.

Essa ordem natural fixa é utilizada para explicar a função sintática das terminações. Conforme explica Ricken (1978, p. 88), Du Marsais nota que a função da flexão em latim corresponde à construção em francês, o que o leva a concluir que “en latin cette fonction consiste à permettre de reconstituer l’ordre naturel par la réflexion et à assurer ainsi la compréhension du texte”. Consequentemente, embora a compreensão do latim, como já observamos, parta de desinências, a língua latina baseia-se, como todas as outras línguas, na ordem natural, a saber, a expressão da razão. Para Ricken (*ibid.*), as inversões da língua latina não denotam uma negação da razão, mas um afastamento da análise direta da razão.

Para Du Marsais, a estrutura da *construção simples ou natural* baseia-se primeiro na abstração e depois na experiência adquirida pelo uso. Desde Port-Royal, abstração e uso são indissociáveis (cf. Chevalier, 1968, p. 691). A estrutura do discurso está estritamente ligada às relações abstratas que o sustentam. No entanto, Du Marsais concebe uma relação entre forma e pensamento que difere daquela de Port-Royal, pois segue uma via gramatical, apoiando-se mais na realidade da linguagem do que na mente.

A distinção entre *construção* e *sintaxe* deve-se, de acordo com Delesalle (1980, p. 256), à constatação de que a ordem natural das palavras é utilizada apenas eventualmente, seja internamente em uma dada língua, seja externamente com a comparação das línguas. Trata-se, portanto, de uma distinção importante que permite não apenas a autonomização em relação à lógica, como também o tratamento das idiossincrasias linguísticas, eventualmente examinadas pelos *Messieurs* de Port-Royal.

Outra característica da gramática geral, no que diz respeito à análise sintática, é a substituição do par *convenance/régime* por aquele de *identidade/determinação*. Nos *Véritables principes de la grammaire* (1729, p. XIV), Du Marsais afirma que a *sintaxe*

---

<sup>168</sup> “On peut considérer une proposition ou grammaticalement ou logiquement: quand on considere une proposition grammaticalement, on n’a égard qu’aux rapports réciproques qui sont entre les mots ; au lieu que dans la proposition logique, on n’a égard qu’au sens total qui résulte de l’assemblage des mots” (Du Marsais, art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 81).

*necessária*, também nomeada *syntaxe simples*<sup>169</sup>, é “établie dans une Langue pour marquer les différents rapports de concordance ou de régime que les mots ont entre eux, selon la liaison des idées qu’ils expriment”. Du Marsais retoma, assim, o par *convenance/régime* sistematizado na gramática latina do Renascimento, também utilizado pelos *Messieurs* de Port-Royal. O sentido atribuído a esses termos pelos gramáticos anteriores permite considerar apenas as relações morfológicas entre as palavras. A *convenance* diz respeito, então, à uniformidade dos acidentes, enquanto o *régime* refere-se ao lugar e à terminação de uma palavra<sup>170</sup>. Du Marsais abandona esses termos e passa a utilizar *identidade* e *determinação*, porque lhe permitem considerar as relações semânticas entre as palavras, ou mais especificamente entre as ideias que elas expressam:

Il est encore nécessaire d’observer qu’il y a entre nos idées un rapport d’identité, & un rapport de détermination, par exemple: J’ai l’idée d’une *Table*, & j’ai l’idée abstraite de *quarré*, quand je pense que ma *Table* est *quarré*, j’applique l’idée de *quarré* à la *Table*, je juge qu’elle est telle, il y a un rapport d’identité entre *Table* & *quarré*, & voilà le fondement de la concordance. L’adjectif s’accord en genre, en nombre & en cas avec son substantif, parce qu’ils ne forment ensemble qu’un même tout, ou plutôt qu’un même objet. (Du Marsais, 1729, p. XIV)

E ainda,

*Dieu a créé le monde: le monde* détermine ce que je dis que Dieu a créé: *le monde* n’a point de rapport d’identité avec *Dieu*, ni avec *a créé*, mais il a un rapport de détermination avec ce dernier mot; il le détermine, & fait conoître ce que je dis que Dieu a créé. Le rapport de détermination, que les mots se donnent les uns aux autres dans le discours, est le fondement du régime. (Du Marsais, 1729, p. XIV)

Na sintaxe dos enciclopedistas, as categorias de *identidade* e de *determinação* são fundamentais. Segundo Auroux (1979, p. 164-165), elas constituem categorias

<sup>169</sup> Nos *Véritables principes de la grammaire* (1729), Du Marsais distingue dois tipos de sintaxe: a *syntaxe simples e nécessaire* e a *syntaxe figurada e élégante*. A distinção entre *construção* e *syntaxe* aparece posteriormente no artigo *Construction* (1754) da *Encyclopédie*.

<sup>170</sup> “La syntaxe de convenance, c’est l’uniformité ou ressemblance qui doit se trouver dans la même proposition ou dans la même énonciation, entre ce que les Grammairiens appellent les accidents des mots, *dictionum accidentia*; tels sont le genre, le cas (dans les langues qui ont des cas), le nombre & la personne (...). A l’égard de la syntaxe de régime, *régir*, disent les Grammairiens, c’est lorsqu’un mot en oblige un autre à occuper telle ou telle place dans le discours, ou qu’il lui impose la loi de prendre une telle terminaison, & non une autre. C’est ainsi que *amo* régît, gouverne l’accusatif, & que les propositions de, ex, pro, &c. gouvernent l’ablatif.” (Du Marsais, art. *Concordance*, *Encyclopédie*, vol. III, 1753, p. 822)

racionais e universais subjacentes utilizadas para explicar os fenômenos linguísticos. São, portanto, as relações entre as ideias que autorizam as relações entre as palavras. A relação de *identidade* é o fundamento da concordância e o que caracteriza a relação de *identidade* entre os termos de uma proposição é a unidade que se pode estabelecer entre eles. A relação de *determinação*, por sua vez, é o fundamento da regência e caracteriza-se pelas relações entre os termos, um modificando o outro, restringindo ou estendendo sua compreensão. O exemplo apresentado por Du Marsais, *Dieu a créé le monde*, aparece na *GGR*. Contudo, como nota Raby (2018, p. 118), ele acompanha outra análise, já que Du Marsais considera as relações sintáticas de um ponto de vista diferente. Ele estabelece o sujeito, o verbo e o complemento como os três constituintes da proposição e identifica uma relação de identidade entre o sujeito e o verbo e uma relação de determinação entre o verbo e o complemento.

Du Marsais retoma as duas noções d'*identité* e de *détermination* nos artigos *Concordance* (1753) e *Construction* (1754). A primeira noção caracteriza-se pela concordância entre as ideias e, conseqüentemente, entre as palavras. A segunda é caracterizada pelo efeito produzido por uma palavra sobre outra, modificando o seu sentido. Conforme o gramático,

I. *Rapport d'identité*. C'est le fondement de l'accord de l'adjectif avec son substantif, car l'adjectif ne fait qu'énoncer ou déclarer ce que l'on dit qu'est le substantif; ensorte que l'adjectif c'est le substantif analysé, c'est-à-dire considéré comme étant de telle ou telle façon, comme ayant telle ou telle qualité: ainsi l'adjectif ne doit pas marquer, par rapport au genre, au nombre, & au cas, des vûes qui soient différentes de celles sous lesquelles l'esprit considere le substantif. Il en est de même entre le verbe & le sujet de la proposition, parce le verbe énonce que l'esprit considere le sujet comme étant, ayant, ou faisant quelque chose: ainsi le verbe doit indiquer le même nombre & la même personne que le sujet indique ; [...]. Voilà ce que j'appelle *rapport* ou *raison d'identité*, du latin *idem*. (Du Marsais, art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 86)

Sobre a relação de determinação, Du Marsais afirma que

Le service des mots dans le discours, ne consiste qu'en deux points:  
1°. A énoncer une idée; *lumen*, lumière ; *sol*, soleil.  
2°. A faire connoître le rapport qu'une idée a avec une autre idée; ce qui se fait par les signes établis en chaque langue, pour étendre ou restreindre les idées & en faire des applications particulières.

L'esprit conçoit une pensée tout d'un coup, par la simple intelligence, comme nous l'avons déjà remarqué; mais quand il s'agit d'énoncer une pensée, nous sommes obligés de la diviser, de la présenter en détail par les mots, & de nous servir des signes établis, pour en marquer les divers rapports. (Du Marsais, art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 86)

O fundamento da concordância entre os termos que compõem uma proposição é a relação de identidade (semelhança/analogia) que existe entre esses termos. Por serem e significarem juntos, o *substantivo* e o *adjetivo*, assim como o *nome* e o *verbo*, devem apresentar os mesmos acidentes/flexões. Esses pares são constituídos, de acordo com Bouard (2007, p. 296-297), “d'un élément support, véhiculant un sémantisme principal, et d'un élément ajouté qui indique une spécificité de la base: l'adjectif, une façon ou une qualité ; ou le verbe, l'idée d'être, d'avoir ou de faire, si bien que ce dernier participe à part entière à l'identité du premier”. Esse semantismo que configura a análise de Du Marsais é herdado de Prisciano. Conforme explica Colombat (1996, p. 19; 1999, p. 416), Du Marsais reconecta-se com Prisciano ao afirmar que existe uma “nécessité pour les éléments soumis à l'accord de renvoyer sinon à un même objet de la réalité extralinguistique, du moins à un même objet envisagé par la pensée”. É esse fundamento semântico que leva Du Marsais a rejeitar a análise dos gramáticos anteriores, já que essa análise se baseia apenas sobre a combinação das marcas morfológicas.

Entre as atividades realizadas pela linguagem, de enunciar e de relacionar as ideias, a segunda é aquela que marca a relação de determinação, estabelecida em cada língua de modo particular. Vimos anteriormente que essa relação é marcada no latim pelos casos, e no francês pela ordem das palavras e pelas preposições<sup>171</sup>. Os *Messieurs* de Port-Royal reconhecem essas duas últimas marcas – ordem das palavras e preposições–, mas propõem análises diferentes. De acordo com Raby (2018, p. 119), a análise de Du Marsais difere daquela dos *Messieurs* de Port-Royal, na medida em que a


---


<sup>171</sup> “Si je veux parler de la lumière du soleil, je dirai en latin, *lumen solis*, & en françois *de le soleil*, & par contraction, *du soleil*, selon la *construction* usuelle: ainsi en latin, la terminaison de *solis* détermine *lumen* à ne signifier alors que la lumière du soleil. Cette détermination se marque en françois par la préposition *de*, dont les Latins ont souvent fait le même usage, comme nous l'avons fait voir en parlant de l'article, *templum DE marmore*, un temple DE marbre. Virg. &c. La détermination qui se fait en latin par la terminaison de l'accusatif, *diliges Dominum Deum tuum*, ou *Dominum Deum tuum diliges* ; cette détermination, dis-je, se marque en françois par la place ou position du mot, qui selon la *construction* ordinaire se met après le verbe, *tu aimeras le Seigneur ton Dieu*. Les autres déterminations ne se font aujourd'hui en françois que par le secours des prépositions” (*Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 86).

noção de *determinação* permite desenvolver aquela de *régime*. Os *Messieurs* consideram essa noção como “uma operação semântica” que diz respeito à variação da significação do nome em extensão e em compreensão e que se opõe à explicação. Du Marsais, por sua vez, a concebe como “uma categoria sintática” de relação entre as palavras (*ibid.*).

No artigo *Détermination* (*Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 92), Du Marsais afirma que “toute syntaxe est fondée sur ler rapport d’identité & sur ler rapport de détermination”. As duas não se excluem, mas podem aparecer separadamente, como mostram os exemplos a seguir:

Quadro 14 – Quadro representativo da relação de identidade e da relação de determinação entre as palavras

Ex. 1. — Diane était sœur d’Apollon  
  
 identité détermination

Ex. 2. — Pierre aime la vertu  
  
 identité détermination

Fonte: Auroux (1979, p. 182).

Segundo Bouard (2007, p. 299), como a relação de identidade não exclui a relação de determinação, a determinação é capaz de atingir todas as palavras, inclusive o substantivo seguido de um adjetivo. Nesse caso, não há relação de identidade entre os termos. De acordo com Auroux (1973, p. 36; 1979, p. 181-182), a *identidade* e a *determinação* manifestam-se na frase pela concordância/correspondência das flexões entre as palavras, o que significa que as duas relações utilizam o mesmo signo. A *identidade* é expressa pela relação entre o sujeito (Diane) e o atributo (sœur), na frase 1, e pela relação entre o sujeito (Pierre) e o verbo (aime), na frase 2. Para Du Marsais, a relação de identidade entre os termos *Diana* e *sœur* justifica-se, , porque “ces deux mots ne font qu’un seul & même individu” (art. *Concordance*, *Encyclopédie*, vol. III, 1753, p. 822). A *determinação* é expressa entre o atributo (sœur) e seu complemento (d’Apollon), na frase 1, e pela relação entre o verbo (aime) e seu complemento (la vertu), na frase 2. A determinação é marcada pela preposição *de*, na frase 1, e pela

posição ocupada pela palavra na frase, depois do verbo, na frase 2. Essa categoria explicativa corresponde ao que Auroux (1979, p. 182) nomeia *α-détermination*. Por *α-détermination* entende-se “le fait pour un mot de pouvoir avoir son extension réduite par l’ajoute d’un autre mot” (Auroux, 1979, p. 173). Ainda de acordo com Auroux (*ibid.*), a relação entre o sujeito e o verbo na frase 2 também pode ser concebida como uma relação de *α-détermination*, porque o verbo reduz a extensão do sujeito, embora ela seja apresentada como uma relação de identidade.

A análise proposicional também caracteriza a gramática geral. Du Marsais desenvolve a análise da proposição estabelecida pelos *Messieurs* de Port-Royal. De fato, Arnauld e Lancelot dedicam-se ao estudo da proposição lógica formada por sujeito, cópula e atributo. Du Marsais dissocia a lógica da gramática e estabelece uma distinção entre a proposição e o julgamento. Ele direciona, então, seu estudo para a proposição, formada por sujeito e atributo:

**La proposition est un assemblage de mots, qui**, par le concours des différens rapports qu’ils ont entr’eux, **énoncent un jugement** ou quelque considération particuliere de l’esprit, qui regarde un objet comme tel.

(...)

Juger, **c’est penser** qu’un objet est de telle ou telle façon ; **c’est affirmer ou nier** ; **c’est décider** relativement à l’état où l’on suppose que les objets sont en eux-mêmes. Nos jugemens sont donc ou affirmatifs ou négatifs. *La terre tourne autour du soleil*; voilà un jugement affirmatif. *Le soleil ne tourne point autour de la terre*; voilà un jugement négatif.

(...)

La proposition a deux parties essentielles: 1°. Le sujet: 2°. L’attribut. Il en est de même de l’énonciation.

L’attribut contient essentiellement le verbe, parce que le verbe est dit du sujet, & marque l’action de l’esprit qui considere le sujet comme étant de telle ou telle façon, comme ayant ou faisant telle ou telle chose. Observez donc que l’attribut commence toujours par le verbe. (Du Marsais, art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 81, grifo nosso)

Du Marsais rompe a relação estabelecida pelos *Messieurs* de Port-Royal entre a proposição e o julgamento. Enquanto os *Messieurs* concebem o julgamento como a afirmação de algo sobre alguma coisa, Du Marsais o concebe como uma das possíveis significações da proposição (Raby, 2018, p. 79), uma vez que não se trata apenas de afirmar a relação de um predicado com um sujeito, mas de apresentar por meio do julgamento um olhar objetivo sobre as coisas, ou ainda um ponto de vista sobre um

dado objeto. A proposição, que é definida na *GGR* (1660) como a expressão de um julgamento, fundada sobre uma estrutura tripartite com a associação do sujeito e do atributo pelo verbo *ser*, é então descrita como uma construção simples e bipartida. Du Marsais define-a como uma reunião de palavras com sentido completo capaz de expressar tanto um julgamento quanto uma condição, um desejo, ou uma ordem. Estas funções linguísticas relacionadas à expressão analítica do pensamento são comuns e, portanto, universais a todas as línguas.

Du Marsais considera a análise da proposição segundo um duplo ponto de vista: *gramatical e lógico*. De acordo com Raby (2002, p. 98-99), na análise gramatical, as proposições são identificadas e relacionadas entre si. Por outro lado, a análise lógica limita a observação do enunciado aos dois constituintes da proposição (sujeito e atributo), independentemente das palavras. A análise gramatical leva Du Marsais a desenvolver a análise da proposição, considerando-a sob diferentes perspectivas. Ele distingue, então, alguns pares<sup>172</sup>, como: explicativa vs determinativa, principal vs incidente. Sobre as *proposições explicativa e determinativa*, os *Messieurs* de Port-Royal (*LAP*, 1970, p. 166-167) utilizam essa terminologia para distinguir o pronome relativo explicativo do determinativo. Du Marsais, por sua vez, retoma essas noções para examinar as proposições:

La proposition explicative est différente de la déterminative, en ce que **celle qui ne sert qu'à expliquer un mot, laisse le mot dans toute sa valeur sans aucune restriction**; elle ne sert qu'à faire remarquer quelque propriété, quelque qualité de l'objet: par exemple, *l'homme, qui est un animal raisonnable, devoit s'attacher à régler ses passions* ; *qui est un animal raisonnable*, c'est une proposition explicative qui ne restreint point l'étendue du mot d'*homme*. (...).

Mais si je dis, *l'homme qui m'est venu voir ce matin*, ou *l'homme que nous venons de rencontrer*, ou *dont vous m'avez parlé, est fort savant*; ces trois propositions sont déterminatives; **chacune d'elles restreint la signification d'*homme* à un seul individu de l'espece humaine**. (Du Marsais, art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 83, grifo nosso)

A proposição explicativa revela as possibilidades passíveis de serem atribuídas ao sujeito, sem restringi-lo. Ela fornece uma informação adicional, cuja ausência não

---

<sup>172</sup> Du Marsais também distingue o par absoluta vs relativa. A *proposição absoluta* é caracterizada por apresentar um sentido completo. A *proposição relativa*, por sua vez, requer uma outra proposição para completar seu sentido. Du Marsais também chama essas proposições de “correlatives” pela relação mútua que essas proposições têm entre si. Essas são ligadas por uma conjunção ou por termos relativos.



afetaria o sentido do todo. A proposição determinativa, ao contrário, restringe o sentido do termo ao qual se refere. Ela constitui, então, uma informação essencial à compreensão do todo, e sua ausência implicaria na perda do real significado da proposição. Essa abordagem sobre a distinção entre *explicação* e *determinação* é deduzida, de acordo com Auroux (1979, p. 176), de uma *teoria das ideias*, porque se baseia no « le contenu représentatif des idées mises en rapport », ou seja, no conteúdo relacionado à ligação entre a linguagem e o pensamento, embora o vínculo pareça se referir às estruturas linguísticas. Para Chevalier (1967, p. 26), essa distinção entre a proposição explicativa e a proposição determinativa pertence à lógica clássica, que determina que a análise lógica requer uma análise morfológica em resposta. Essa análise realiza-se pelo morfema que permite a conexão entre as proposições. O *qui* é, então, integrado na análise lógica pelo conceito de determinação.

Du Marsais também faz referência ao seguinte par: *proposição principal vs proposição incidente*. A proposição incidente é uma proposição de estrutura *S est P* que inserida em uma proposição principal modifica seu antecedente. Conforme o autor,

la proposition incidente est celle qui se trouve entre le sujet personnel & l'attribut d'une autre proposition qu'on appelle *proposition principale*, parce que celle-ci contient ordinairement ce que l'on veut principalement faire entendre.

Ce mot *incidente* vient du latin *incidere*, tomber dans: par exemple, *Alexandre, qui étoit roi de Macédoine, vainquit Darius; Alexandre vainquit Darius*, voilà la proposition principale; *Alexandre* en est le sujet; *vainquit Darius*, c'est l'attribut: mais entre *Alexandre* & *vainquit* il y a une autre proposition, *qui étoit le roi de Macédoine*; comme elle tombe entre le sujet & l'attribut de la proposition principale, on l'appelle *proposition incidente*; *qui* en est le sujet: ce *qui* rappelle l'idée d'*Alexandre qui*, c'est-à-dire *lequel Alexandre; étoit roi de Macédoine*, c'est l'attribut. (Du Marsais, art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 83)

Na esteira dos *Messieurs* de Port-Royal, Du Marsais analisa a proposição incidente como uma proposição incluída na proposição principal, de acordo com a etimologia do termo *incidente* (*in-cadere*, “tomber dans”), que os *Messieurs* não mencionam. As proposições incidentes também são classificadas em proposições explicativas ou determinativas, como afirma o próprio autor. Além do pronome relativo *que*, Du Marsais também refere os pronomes relativos *qui*, *dont*, *duquel*, etc., bem como a conjunção *que*, que introduzem as orações posteriormente denominadas *subordinadas*

*completivas* e subordinadas *relativas*, quando elas ligam as palavras que explicam ou determinam. Para distinguir essas proposições, Du Marsais utiliza o critério da posição do verbo: antes do *que* para a completiva, por exemplo *je dis que les gens de bien sont estimes*; e depois do *que* para a relativa, por exemplo *Alexandre, qui étoit roi de Macédoine, vainquit Darius* e *ainda le livre que je lis*. Segundo Raby (2018, p. 153), Du Marsais não concebe o pronome relativo como um *modificativo*, mas como um meio de expressão do “sujet énoncé par plusieurs mots qui forment un sens total, et qui est équivalent à un nom” (*Construction, Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 81). Essa escolha decorre das perspectivas lógica e gramatical consideradas por Du Marsais e denota sua relutância em apoiar a adaptação gramatical da proposição incidente como proposta pelos *Messieurs* de Port-Royal (Raby, *ibid.*, p. 153-154).

Os estudos sintáticos são amplamente desenvolvidos por Du Marsais. Ele elabora princípios gerais e análises válidas para todas as línguas. Assim, ele distingue sintaxe de construção, substitui o par tradicional *convençe/régime* por aquele de *identidade/determinação* e desenvolve a análise da proposição considerando-a do ponto de vista lógico e gramatical. Como afirmam Auroux (1979, p. 181) e Colombat (1996, p. 19), Du Marsais é responsável por uma reflexão global sobre essas noções que não podem mais ser consideradas apenas do ponto de vista da morfossintaxe. Essas concepções serão retomadas e especializadas por Beauzée por meio de esclarecimento teórico e analítico, como se verá adiante.

### 2.2.3.2 Beauzée

Diferentemente dos *Messieurs* de Port-Royal que deduzem as categorias linguísticas das propriedades do pensamento e que concebem as categorias gerais como representações do pensamento, Beauzée modifica as bases da gramática geral e concebe que “l’assertion d’universalité concerne [...] le matériau linguistique [...], et pas seulement la pensée qu’il exprime” (Auroux, 1988, p. 85). Partindo de um estudo empírico-indutivo fundado na descrição de um número considerável de línguas<sup>173</sup>,

---

<sup>173</sup> Beauzée analisa quinze línguas: “Les Langues dont on a observé quelques principes dans cet ouvrage, & qui ont chacune leur article dans cette table, sont l’Allemande, l’Angloise, la Basque, la Chaldaique, la

Beauzée apresenta uma teoria geral das classes de palavras. No entanto, essa teoria geral também concerne à proposição e às suas extensões. A proposição, descrita com a ajuda das classes de palavras, constitui, portanto, o núcleo a partir do qual se desenvolvem os estudos sintáticos.

O estudo da sintaxe estabelecido na gramática geral, de Port-Royal aos enciclopedistas, concentra-se na concatenação das palavras em frases. Segundo Auroux (1979, p. 162-163), se a sintaxe estabelecida pelos *Messieurs* de Port-Royal realiza-se apenas pela operação de concatenação, ou seja, pelo encadeamento necessário dos signos de nossas ideias, a sintaxe estabelecida pelos enciclopedistas é definida pela reunião das palavras para formar uma proposição. Seu objetivo é a expressão do pensamento. Nesse sentido, a classificação morfológica das palavras não é suficiente para identificar sua classe. É sua utilização na proposição que a determina. Além disso, conhecer a sintaxe das línguas, ou seja, os signos das relações que as palavras têm entre si, torna-se indispensável, porque um simples conhecimento do significado das palavras não basta para compreendê-las bem.

Auroux (1979, p. 160) nomeia de *syntaxe sémantique* essa sintaxe desenvolvida pelos gramáticos dos séculos XVII e XVIII, cujas categorias são definidas com base na semântica, ou seja, na teoria das ideias. Para fundar essa teoria sintática geral, os gramáticos partem da hipótese de que a linguagem é a expressão do pensamento. Essa *hypothèse du langage-traduction* (Auroux, 1979, p. 70) leva-os a conceber que a principal função da linguagem é representar o pensamento para torná-lo comunicável. Na medida em que nos comunicamos por proposições, e não por palavras, a proposição se torna o principal objeto de análise das gramáticas gerais.

Os comentários de Beauzée sobre a sintaxe aparecem nos artigos *grammaire* (1757, vol. VII) e *syntaxe* (1765, vol. XV) da *Encyclopédie*, na *Grammaire générale* (1767), bem como no artigo *syntaxe* (1786) da *Encyclopédie méthodique*. No artigo *grammaire* (1757, vol. VII, p. 884), a função da sintaxe é “d’expliquer tout ce qui concerne le concours des mots réunis, pour exprimer une pensée”, ou seja, uma proposição. Note-se que nesse artigo, Beauzée reúne a concordância, a regência e a construção sob a égide da sintaxe, o que justifica esse comentário mais abrangente para esse termo. Essa descrição é retomada no artigo *syntaxe* (1765, vol. XV, p. 762), onde

---

*Chinoise, l’Espagnole, la Française, la Grecque, l’Hébraïque, l’Italienne, la Lapone, la Latine, la Péruvienne, la Samaritaine, la Suédoise.*” (Beauzée, 1767, II, p. 648)

Beauzée estabelece uma comparação com a definição dada por Du Marsais, no artigo *construction* (1754, vol. IV, p. 73)<sup>174</sup>, e nota uma semelhança entre as duas. Na *Grammaire générale* (1767, II, p. 2), Beauzée dá uma definição menos extensa ao afirmar que a sintaxe é “l’art de fixer les rangs & les formes accidentelles des mots dans l’ensemble d’une Proposition, d’après la succession analytique & les relations des idées élémentaires de la pensée”. Enfim, no artigo *syntaxe*, da *Encyclopédie Méthodique* (1786), Beauzée utiliza a etimologia dos termos para estabelecer um paralelo entre a sintaxe e a construção, todavia ele retoma a distinção estabelecida por Du Marsais.

Ce mot est composé de deux mots grecs ; συν, *cùm*, & τάσσω, *ordino*: de-là σύνταξις, *coordinatio*. Selon cette étymologie, la *syntaxe* est l’art d’établir l’ordre convenable entre les mots réunis pour l’expression d’une même pensée [...].

La succession analytique des idées (...) doit être représentée par la succession des mots énonciatifs de ces idées: c’est ce qu’on nomme proprement *Construction*; mot composé des deux mots latins, *cum*, avec, & *struere*, assembler, arranger. Le mot *construction* a donc étymologiquement le même sens que celui de *Syntaxe*: mais l’Usage a consacré le terme latin pour designer seulement l’ordre analytique des mots d’une phrase (...) & le terme grec pour designer tout ce qu’il y a à observer dans la réunion de ces mots, tant par rapport à l’ordre que par rapport aux formes accidentelles. (art. *Syntaxe*, *E.M.*, 1786, t. 3, p. 484)

Para definir a sintaxe, Beauzée abandona, na primeira parte da definição apresentada acima, a ideia de uma junção de palavras e assume aquela de uma ordem das palavras. A ordem conveniente a qual Beauzée se refere depende das relações estabelecidas entre as palavras, a saber, o lugar que elas ocupam no enunciado e sua forma acidental. Nesse sentido, sintaxe e construção são sinônimos, pois a construção é o arranjo, ou seja, a ordem das palavras na proposição. De acordo com Beauzée, a distinção entre esses termos repousa sobre o uso; todavia, essa distinção não é clara, dado que a sintaxe, como mostra a última parte da definição acima, diz respeito tanto às formas acidentais das palavras quanto à sua ordem analítica, fenômeno que se relaciona à construção.

---

<sup>174</sup> Conforme Beauzée (1765, p. 762), “l’office de la *syntaxe* est d’expliquer tout ce qui concerne le concours des mots réunis pour exprimer une pensée : & M. du Marsais (...) dit que c’est la partie de la grammaire qui donne la connoissance des signes établis dans une langue pour exciter un sens dans l’esprit. On voit que ces deux notions de la *syntaxe* sont au fond identiques, quoiqu’énoncées en termes différens”.

A ordem analítica é a ordem natural e corresponde à ordem das ideias, ou seja, a “ordre que les idées se présentent à l’esprit dans l’analyse de la pensée” (Beauzée, art. *Grammaire, Encyclopédie*, vol. VII, 1757, p. 844). Trata-se, de acordo com Beauzée (*ibid.*), de uma “regle invariable & universelle qui doit servir de base à la construction particuliere de quelque langue que ce soit ; elle n’a qu’une maniere de procéder, parce qu’elle n’envisage qu’un objet, l’exposition claire & suivie de la pensée”. A universalidade da ordem analítica apresentada por Beauzée está, portanto, correlacionada ao pensamento. Nessa ótica, a linguagem deve reproduzir o pensamento de modo claro e contínuo. Beauzée mantém então a distinção estabelecida por Du Marsais entre sintaxe e construção; contudo, ao contrário de Du Marsais, Beauzée considera a construção não apenas como uma das partes da sintaxe, mas como sua regra fundamental, porque

les formes accidentelles des mots ne se décident qu’à raison du rang qu’occupent dans l’ordre analytique les idées dont ils (les mots) sont les signes. C’est pour cela que d’après les formes accidentelles des mots, on retrouve la construction naturelle, qui est l’image de la succession analytique des idées & l’exposition fidèle de la pensée. (Beauzée, 1767, II, p. 3)

O lugar das palavras no enunciado e suas inflexões são definidos em função da posição que eles ocupam no pensamento. A construção natural é, portanto, um princípio geral, porque segue a ordem estabelecida pelas ideias. Ela representa linguisticamente, de modo claro e natural, o pensamento.

Na *Grammaire* (1767) de Beauzée, entre os elementos da sintaxe figuram a *concordância* e o *complemento*. A fim de tratar desses temas, o autor retoma a doutrina de seus predecessores - Port-Royal e Du Marsais -, e depois a modifica profundamente. Sobre as noções de *concordância* e de *regência*, no artigo *Grammaire* (1757, vol. VII, p. 884), Beauzée afirma que “la syntaxe est différente dans chaque langue pour les détails; mais toutes ses regles, dans quelque langue que ce soit, se rapportent à trois chefs généraux, qui sont la *Concordance*, le *Régime*, & la *Construction*”. Esses três chefes gerais constituem os processos linguísticos aos quais estão ligadas as relações de *identidade*, *determinação* e *ordem*. De acordo com Auroux (1978, p. 2), *identidade* e *determinação* são categorias racionais constituídas por Du Marsais e Beauzée como os fundamentos da sintaxe. Ao contrário dos *Messieurs* de Port-Royal que propõem uma

descrição morfossintática da sintaxe de concordância e da sintaxe de regência, Du Marsais e Beauzée fundamentam essas categorias gerais da sintaxe sobre uma base semântica, na qual a relação de *identidade* constitui o fundamento da concordância e a relação de *determinação*, o fundamento da regência. Sobre a concordância, Beauzée afirma que ela trata da

l'uniformité des accidens communs à plusieurs mots, comme sont les genres, les nombres, les cas, &c. Les regles que la syntaxe prescrit sur la concordance, ont pour fondement un rapport d'identité entre les mots qu'elle fait accorder, parce qu'ils expriment conjointement un même & unique objet. Ainsi la concordance est ordinairement d'un mot modificatif avec un mot subjectif, parce que la modification d'un sujet n'est autre chose que le sujet modifié. Le modificatif se rapporte au subjectif, ou par apposition, ou par attribution; par apposition, lorsqu'ils sont réunis pour exprimer une seule idée précise, comme quand on dit, *ces hommes savans* : par attribution, lorsque le modificatif est l'attribut d'une proposition dont le subjectif est le sujet, comme quand on dit, *ces hommes sont savans*. (Beauzée, art. *Grammaire, Encyclopédie*, vol. VII, 1757, p. 844)

O gênero, o número, o caso e a pessoa são inflexões acidentais comuns às palavras que pertencem à classe das palavras declináveis, ou seja, aos nomes, aos pronomes, aos adjetivos e aos verbos. A concordância manifesta-se por essas inflexões comuns às palavras que tem alguma correlação. Seu estabelecimento ocorre primeiro pela determinação da inflexão dos correlativos dominantes, a saber, os nomes e os pronomes. Os correlativos subordinados, a saber, os adjetivos e os verbos, seguem por imitação as inflexões correspondentes. Essa primeira determinação, conforme explica Beauzée (art. *Identité, Encyclopédie*, vol. VIII, 1765, p. 495), é estabelecida pelas “les besoins réels de l'énonciation, d'après ce qui existe dans l'esprit de celui qui parle [...], conformément aux usages de chaque langue”.

De acordo com Beauzée existem duas leis gerais de concordância: 1. a concordância do adjetivo com o nome e 2. a concordância do verbo pessoal com o sujeito<sup>175</sup>. Essas leis determinam as formas acidentais das palavras, ou seja, as diferentes

---

<sup>175</sup> Beauzée reduz a classificação da concordância apresentada pelos *Messieurs* de Port-Royal que eram de quatro tipos: “1. celle de l'adjectif avec le substantif, (avec le nom); *Deus sanctus*; 2. celle du relatif, (de l'article conjonctif) avec l'antécédent *Deus qui est*; 3. celle du nominatif (du sujet) avec le verbe; *ego amo*; 4. celle de l'accusatif avec l'infinitif; *me amare*”; e por Du Marsais (cinco tipos – “il ajoûte une cinquième Concordance, celle du responsif avec l'interrogatif; D. *Quis te redemit?* R. *Christus*.”) a dois tipos : “1°. la Concordance de l'adjectif avec le nom; ce qui comprend aussi celle de l'article conjonctif avec l'antécédent, parce que l'article est une sorte d'adjectif. 2°. la Concordance du verbe personnel avec

inflexões estabelecidas pelo uso: número, gênero, caso e pessoas. Na primeira lei, Beauzée inclui os adjetivos físicos<sup>176</sup>, os artigos e os participios, na denominação geral do *adjetivo*, porque constituem “véritables adjectifs”, e o infinitivo na denominação geral de *nome*, porque ele pertence a essa classe. A regra geral sobre a concordância do adjetivo com o nome estabelece que os adjetivos concordam em gênero, número e caso, para as línguas que os possuem, com um nome expresso ou subentendido (*ibid.*, p.355). Quanto à regra geral sobre a concordância do verbo pessoal com o sujeito, ela estabelece que o verbo pessoal supõe sempre um sujeito, com o qual ele concorda em número e em pessoa (*ibid.*, p. 366).

Beauzée (art. *Identité*, *Encyclopédie*, vol. VIII, 1765, p. 495) observa que as palavras modificativas - o adjetivo e o verbo - se relacionam com as palavras subjetivas - o nome e o pronome - por aposição ou por atribuição, e que essas palavras constituem juntas, em ambos os casos, uma única ideia indivisível. No entanto, os nomes e os pronomes expressam uma ideia determinada sobre um objeto ou um ser, enquanto os adjetivos e os verbos expressam ideias indeterminadas sobre esse ser. O princípio da identidade consiste, então, em aplicar o sentido indefinido dos adjetivos e dos verbos ao sentido definido dos nomes e dos pronomes. A identidade do sujeito é expressa sob dois aspectos diferentes, por palavras diferentes, manifestando-se por meio de um objeto ou de um ser designado por diferentes signos. A concordância estabelecida entre os termos, ou mais precisamente, entre as ideias que eles expressam, é marcada pelas mesmas leis gerais baseada na teoria das ideias, sendo por isso a mesma em todas as línguas. Essas leis gerais são caracterizadas pela relação necessária que os termos têm entre si, o que justifica sua generalidade. A concordância representa, assim, a marca que evidencia a dependência entre os termos e a relação de identidade é o fundamento dessa dependência.

Sobre a regência, no artigo *grammaire* (1757, vol. VII), Beauzée o define considerando a relação de determinação, ou seja, o modo como uma palavra restringe a extensão da significação de outra palavra:

---

son sujet, & non pas du sujet avec le verbe, comme le disent nos deux grammairiens; parce que ce sont en effet les terminaisons du verbe personnel, qui s'adaptent aux vûes indiquées par le sujet. (Beauzée, 1767, II, p. 353-354)

<sup>176</sup> Beauzée entende por adjetivos físicos “tous ceux qui servent à ajoûter une idée accessoire à la compréhension du nom appellatif auquel on les joint” (Beauzée, 1767, I, p. 292-293), ou seja, são palavras que qualificam os nomes.

le Régime est le signe que l'usage a établi dans chaque langue, pour indiquer le rapport de détermination d'un mot à un autre. Le mot qui est en régime sert à rendre moins vague le sens général de l'autre mot auquel il est subordonné; & celui-ci, par cette application particulière, acquiert un degré de précision qu'il n'a point par lui-même. Chaque langue a ses pratiques différentes pour caractériser le régime & les différentes espèces de régime: ici c'est par la place; là par des prépositions; ailleurs par des terminaisons; par-tout c'est par les moyens qu'il a plu à l'usage de consacrer. (Beauzée, art. *Grammaire*, *Encyclopédie*, vol. VII, 1757, p. 844)

A concepção de *régime* de Beauzée lembra a ideia expressa na GGR (1660) de que a sintaxe é toda arbitrária. De fato, como os *Messieurs*, Beauzée observa que o *régime* varia, sendo marcado de diferentes modos em cada língua, pelo lugar da palavra na frase, pelas preposições (as quais os *Messieurs* chamam *partículas*), ou ainda pela inflexão das palavras. A regência é, portanto, caracterizada pela diversidade dos signos estabelecidos pelas línguas para marcar a relação de determinação entre as palavras.

Os conceitos de *identidade* e de *determinação* estão relacionados aos conceitos de *concordância* e de *regência*. Entretanto, diferentemente desses, as categorias de *identidade* e *determinação* permitem a elaboração de regras gerais, respeitando a arbitrariedade de suas realizações, como é o caso da determinação cuja realização leva em consideração a diversidade linguística. De fato, a determinação pode ser representada na frase de diferentes maneiras e a “contingence de l'usage n'altère pas l'universalité de la théorie qui dans tous les cas lui fournit un principe explicatif” (Auroux, 1978, p. 13). Conforme Auroux (1978, p. 11), se o conceito de *determinação* é um dos conceitos essenciais da gramática geral, ele suscita, contudo, no século XVIII, diferentes interpretações. A principal corresponde à concatenação de dois termos, em que o segundo determina o primeiro, reduzindo sua extensão e aumentando sua compreensão. Trata-se, portanto, de uma *α-détermination* (Auroux, 1979, p. 182): um termo restringe a extensão do termo ao qual ele se junta.

Il ne suffit pas, pour exprimer une pensée, d'accumuler des mots indistinctement: il doit y avoir entre tous ces mots une corrélation universelle qui concourt à l'expression du sens total. Les noms appellatifs, les prépositions, & les verbes relatifs, ont essentiellement une signification vague & générale, qui doit être déterminée (...). Cette détermination se fait communément par des noms que l'on joint aux mots indéterminés (...).

Or ce sont les mots indéterminés qui, dans le langage des Grammairiens



*gouvernent* ou *régissent* les noms déterminans. (Beauzée, art. *Gouverner*, *Encyclopédie*, vol. VII, 1757, p. 791)

As palavras só têm sentido quando correlacionadas, e Beauzée refere-se à universalidade dessa correspondência entre as palavras como um meio de expressar uma ideia total, ou seja, lógica. Vale notar que os nomes apelativos, as preposições e os verbos relativos são termos cuja significação pode variar em extensão e em compreensão, ou seja, eles são *α-déterminables*.

No artigo *Régime*, Beauzée fundamenta igualmente o complemento na determinação. Esse termo que, segundo Bouard (2008, p. 899), aparece em 1747 nos *Les vrais principes de la langue française* de Girard, é usado por Du Marsais em alguns artigos da *Encyclopédie*, entre eles, *Accusatif* (1751) e *Construction* (1754, vol. IV) como *complément de la préposition*. Beauzée especifica esse termo no artigo *Régime*, definindo-o do ponto de vista semântico como um elemento de sentido:

On doit regarder comme *complément* d'un mot, ce qu'on ajoute à ce mot pour en déterminer la signification, de quelque maniere que ce puisse être. Or il y a deux sortes de mots dont la signification peut être déterminée par des *complémens*: 1°. tous ceux qui ont une signification générale susceptible de différens degrés; 2°. ceux qui ont une signification relative à un terme quelconque. (Beauzée, art. *Régime*, *Encyclopédie*, vol. XIV, 1765, p. 5)

Uma outra definição com um caráter mais geral aparece na *gramática geral* (1767, II, p. 44): “le *Complément* d'un mot est une addition faite à ce mot, afin d'en changer ou d'en compléter la signification”. A função do complemento consiste, portanto, em modificar ou completar o sentido da palavra ao qual ela está subordinada. De acordo com Chevalier (1968, p. 719), qualquer componente de uma frase pode ser um complemento, desde que se estabeleça uma relação entre o sujeito e o predicado. As palavras cujas significações gerais ou relativas são determinadas e que exigem um complemento são os nomes, os adjetivos, os advérbios, os verbos e as preposições. Essas palavras podem admitir diferentes complementos, dada a necessidade de um termo que lhe complete o sentido.

Conforme Bouard (2008, p. 902-903), os termos *régime* e *complément* contribuem, por um lado, para a elaboração da categoria de complemento e, por outro lado, para a descrição do processo de complementação. Nesse sentido, a transição de um

termo ao outro, ou seja, da regência ao complemento, nada mais é do que uma simples substituição, sem nenhuma verdadeira mudança conceitual. Contudo, essa distinção entre regência e complemento anuncia uma mudança de perspectiva. Parte-se, então, de uma concepção morfológica, baseada nas formas, na qual a regência é "la forme particuliere que doit prendre un complément grammatical d'un mot, en conséquence du rapport particulier sous lequel il est alors envisagé" (art. *Régime*, vol. XIV, 1765, p. 9) a uma perspectiva sintático-semântica, independente das formas, em que "on doit regarder comme *complément* d'un mot, ce qu'on ajoute à ce mot pour en déterminer la signification, de quelque maniere que ce puisse être" (art. *Régime*, vol. XIV, 1765, p. 5). Bouard (2008, p. 903) explica que a relação de dependência entre os termos não está vinculada nem a uma operação lógica nem a uma modificação morfológica casual. Para Beauzée trata-se de considerar o material linguístico, "refuser l'existence de cas pour les noms français et à fonder les bases d'une nouvelle syntaxe française, non plus sur la latine, mais sur les spécificités de la langue française" (*ibid.*).

Sobre a questão da proposição como unidade de sentido e como expressão do pensamento, ela aparece nas declarações de Beauzée sobre a sintaxe. Para esse autor, a generalidade da sintaxe repousa sobre a *proposição*. Assim, ele mesmo afirma que "toutes les vûes de la Syntaxe & les principes généraux qu'elle pose, se rapportent à la *Proposition*" (Beauzée, 1767, II, p. 4).

Diferentemente dos *Messieurs* de Port-Royal, que consideram a proposição como a representação do julgamento, e de Du Marsais, que a descreve como uma construção simples formada por um conjunto de palavras cuja reunião enuncia diversas ações do espírito, Beauzée (1767, II, p. 6), usando o critério funcional lógico (Auroux, 2009a, p. 107), afirma que a proposição é a "l'expression totale d'un jugement". A proposição, constituída como uma unidade da sintaxe, é semanticamente autônoma. Ela pode ser formada a partir de uma única palavra, como o termo latino *moriemur* que, segundo Beauzée (1767, II, p. 4), constitui uma proposição inteira, ou de muitas palavras, desde que declare a existência intelectual dos seres, ou seja, que uma relação entre duas ideias, um sujeito e um atributo<sup>177</sup>, existe na mente daquele que fala:

---

<sup>177</sup> Assim como Du Marsais, Beauzée (1767, II, p. 7-10) relega a primazia do verbo *ser* estabelecida na gramática de Port-Royal ao afirmar que a proposição é constituída por duas partes, sujeito e atributo, como em *Dieu est juste*, e que o atributo começa sempre pelo verbo: "La matière grammaticale de la Proposition, c'est la totalité des parties intégrantes dont elle est composée, & que l'analyse réduit à deux, savoir le *sujet* & l'*attribut*". Entretanto essa concepção de Beauzée sobre a estrutura da proposição não se

Que plusieurs mots soient réunis pour cela [pour l'expression totale d'un jugement] ; ou qu'un seul, au moyen des idées accessoires que l'usage y aura attachés, suffise pour cette fin: [...].

Que le jugement énoncé soit celui que l'on se propose directement de faire connoître, ou qu'il soit subordonné d'une manière quelconque à celui que l'on envisage principalement; c'est toujours un jugement, dès qu'il énonce l'existence intellectuelle du sujet sous telle relation à telle modification: & l'expression totale, soit du jugement direct, soit du jugement indirect & subordonné, est également une Proposition. (Beauzée, 1767, II, p. 6-7)

Os diversos tipos de proposição constituem, assim, princípios gerais, porque todos visam a expressar totalmente, ou seja, logicamente um julgamento. Beauzée classifica as proposições em simples ou compostas; incomplexas ou complexas; principais ou incidentes. As proposições incidentes são distribuídas em explicativas ou determinativas. As proposições simples e as compostas são definidas de acordo com sua natureza e a ideia total que elas expressam, como nos exemplos a seguir: *la puissance législative est le premier droit de la souveraineté; L'ÉCRITURE & LA TRADITION sont les appuis de la saine Théologie* (1767, II, p. 19). No primeiro exemplo, o sujeito e o atributo são simples, porque eles são determinados por uma única ideia total. No segundo exemplo, o sujeito é composto e, portanto, determinado por diferentes ideias totais. As *proposições incomplexas* e as *complexas* seguem a forma da enunciação de seu sujeito e de seu atributo: *la sagesse est précieuse; vous parviendrez; la gloire qui vient de la vertu est plus solide que celle qui vient de la naissance* (*ibid.*, p. 22). Os primeiros exemplos são classificados como proposições incomplexas porque o sujeito e o atributo são igualmente incomplexos. Enfim, no terceiro exemplo o sujeito e o atributo são complexos. No que concerne às proposições incidentes, Beauzée afirma que:

---

mantém. No artigo *Grammaire* (1757, vol. VII, p. 844) da *Encyclopédie*, Beauzée refere as partes lógicas, ou seja, “les expressions totales de chacune des idées que l'esprit apperçoit nécessairement dans l'analyse de la pensée, savoir le *sujet*, l'*attribut*, & la *copule*” e as partes gramaticais da proposição, isto é, “les mots que les besoins de l'énonciation & de la langue que l'on parle y font entrer, pour constituer la totalité des parties logiques”. Enquanto no artigo *Oration, Discours* (1765, vol. XI, p. 549) da *Encyclopédie*, Beauzée declara que as partes do discurso “sont les mêmes que celles de la pensée, le sujet, l'attribut, & les divers compléments nécessaires aux vues de l'énonciation”. Essas análises de Beauzée sobre a estrutura proposicional revelam que existe uma certa ambiguidade em relação à estrutura lógica da proposição e à fronteira entre o lógico e o gramatical (cf. Raby, 2018, p. 122). Quanto ao complemento, ele não funciona como um terceiro termo constituinte da proposição, mas como um membro de um dos dois termos lógicos.

*une Proposition incidente* est, dans une Proposition complexe, une Proposition partielle qui sert de complément déterminatif ou explicatif à une idée partielle qui appartient à une autre Proposition: cette autre Proposition est *principale* à l'égard de l'incidente qui n'en est que partie; l'une & l'autre constituent la Proposition *totale*, qui est complexe. (Beauzée, 1767, II, p. 29-30)

(...) quand on dit, *les savants, qui sont plus instruits que le commun des hommes, devraient aussi les surpasser en sagesse*; c'est une Proposition complexe: *qui sont plus instruits que le commun des hommes*, c'est une Proposition partielle, liée au sujet *les savants*, dont elle est un complément explicatif, parce qu'elle sert à en développer l'idée, pour y trouver un motif qui justifie l'énoncé de la Proposition principale, *les savants devraient surpasser les autres hommes en sagesse*: la Proposition partielle, *qui sont plus instruits que le commun des hommes*, est donc une Proposition incidente.

Pareillement quand on dit, *la gloire qui vient de la vertu a un éclat immortel*; c'est une Proposition complexe: *qui vient de la vertu*, c'est une Proposition partielle, liée au sujet *la gloire*, dont elle est un complément déterminatif, parce qu'elle sert à restreindre la signification trop générale du nom *gloire*, par l'idée de la cause particulière qui la procure, savoir *la vertu*: ainsi la Proposition partielle, *qui vient de la vertu*, est une Proposition incidente. (Beauzée, 1767, II, p. 23)

A proposição incidente é uma parte integrante da proposição principal. Para Beauzée, a proposição incidente faz referência à ideia parcial que lhe serve de antecedente, e não, como queria Du Marsais, aquela que se situa entre o sujeito e o atributo da proposição principal. Beauzée apresenta essa concepção do mesmo modo que na *Logique ou L'Art de Penser* (1662)<sup>178</sup>, porque a proposição incidente não se refere efetivamente ao sujeito da proposição principal, mas à ideia parcial a que o sujeito, o atributo ou as duas partes se relacionam e que se deseja desenvolver a compreensão ou restringir a extensão.

Beauzée reformula a categoria das proposições incidentes. Na linha dos *Messieurs* de Port-Royal, ele concebe a proposição incidente como “une proposition particuliere liée à un mot dont elle est un supplément explicatif ou déterminatif” (Beauzée, art. *Incidente*, *Encyclopédie*, vol. VIII, 1765, p. 647). Segundo Raby (2002, p. 101-102), a reformulação recai sobre a afirmação dos *Messieurs* de que a proposição incidente é introduzida pelo pronome relativo *qui*<sup>179</sup>. De fato, para Beauzée (1767, II, p.

<sup>178</sup> “Il faut remarquer que ces propositions complexes peuvent être de deux sortes. Car la complexion, pour parler ainsi, peut tomber ou sur la matiere de la proposition, c'est-à-dire, sur le sujet, ou sur l'attribut, ou sur tous les deux” (*Logique ou l'Art de penser*, 1970, II, 5, p. 164)

<sup>179</sup> “Ces propositions incidentes sont celles dont le sujet est le relatif *qui*” (*LAP*, 1970, p. 166 [1662]).

26-27) além do “article démonstratif conjonctif” *qui*, toda palavra conjuntiva<sup>180</sup> (nomes conjuntivos – *quinconque, quoi*; adjetivos conjuntivos – *cujus, cujas, qualis, quantus*; palavras conjuntivas – *pourquoi, combien, comment, où, dont, que*) pode ligar a proposição incidente à principal. Portanto, Beauzée diverge dos Messieurs de Port-Royal quando se trata de conceber a estrutura da proposição incidente.

Enfim, Beauzée desenvolve as concepções sobre os fenômenos sintáticos, dando-lhes um sentido gramatical geral. O gramático francês distancia-se do modelo estabelecido pela gramática latina e consolida as bases da sintaxe moderna fundada pelos *Messieurs* de Port-Royal e desenvolvida por Du Marsais. Os princípios gerais da sintaxe giram, então, em torno da proposição. São eles os fenômenos de *identidade, determinação e complemento*. Eles são especializados e fundamentados em uma base semântica. A relação de identidade que existe entre as ideias expressas pelas palavras é concebida como o fundamento da concordância. Do mesmo modo, a relação de determinação entre as ideias expressas pelas palavras regentes e pelas palavras regidas é o fundamento da regência. Quanto ao termo *complemento*, ele substitui aquele de *regência* herdado da gramática latina. Como indicado anteriormente, os diferentes tipos de proposição apresentados por Beauzée também podem ser concebidos como princípios gerais. De fato, eles visam à expressão total, ou seja, a expressão lógica de um julgamento. Além disso, sua generalidade é assegurada pelas seguintes

---

<sup>180</sup> Raby (2018, p. 158-159) nota que Beauzée inova ao conceber “la classe des mots conjonctifs comme une catégorie transversale et non comme une “espèce de mots””. Ela é, portanto, uma ideia acessória que caracteriza algumas formas de algumas classes. De acordo com Beauzée (1767, II, p. 27), as palavras conjuntivas são semelhantes em todas as línguas. Além das palavras conjuntivas determinativas, os adjetivos conjuntivos latinos *cujus, cujas, qualis, quantus, quot, quotus* também funcionam como palavras conjuntivas (*ibid.*, p. 26). Dentre as palavras conjuntivas apresentadas (*quinconque, quoi, pourquoi, combien, comment, où, dont, que*), a conjunção *que* é a mais importante porque ela designa “entre les propositions une liaison de détermination, fondée sur ce que l’une, qui est incidente, détermine le sens vague de quelque partie de l’autre, qui est principale” (art. *Mot, Encyclopédie*, vol. X, 1765, p. 760). Alguns pontos caracterizam a análise de Beauzée sobre o *que* utilizado na proposição incidente e aquele utilizado na proposição subordinada. Segundo Raby (2018, p. 159-160), em primeiro lugar, o *que* relativo e o *que* completivo desempenham a mesma função sintática de iniciar uma proposição incidente, embora a diferença entre ambos seja mantida. Em segundo lugar, Beauzée reinterpreta a noção de antecedente: o antecedente é o elemento modificado pela proposição incidente e não o elemento anaforizado por um pronome. Existem, então, dois tipos de relações entre as proposições: a relação de incidência e a de interdependência dos membros do período. Por fim, a conjunção *que* é concebida como a mais universal das conjunções, sendo caracterizada como um sinal que marca a autonomia da análise linguística das conjunções em relação à análise lógica. De fato, a ligação entre as proposições é feita pelas conjunções e isso é “la force, l’âme, & la vie du discours” (art. *Mot, Encyclopédie*, vol. X, 1765, p. 760). Essas concepções de Beauzée sobre a relação entre as proposições mostram um abandono da concepção dos *Messieurs* de Port-Royal sobre a proposição simples como representação linguística do julgamento. De acordo com Raby (2018, p. 160), em Beauzée “l’attention est portée sur les procédés syntaxiques de la liaison des idées en tant qu’ils permettent de reconstituer le tout d’un contenu de pensée auquel nous n’avons accès que sous la forme décomposée et linéarisée que lui donne l’expression verbale”.

características: seu aspecto preditivo, que permite uma definição em compreensão; sua função explicativa anterior à função descritiva; e seu respeito ao princípio da funcionalidade epistemológica, porque ele serve para explicar os fatos das línguas naturais.

Na seção seguinte, examinaremos o desenvolvimento da sintaxe na gramática de Condillac.

#### **2.2.4 A sintaxe na *Grammaire* (1775) de Condillac**

A sintaxe é examinada nas duas partes da *Grammaire* (1775): na primeira dedicada à teoria geral, e na segunda dedicada à descrição e análise da língua francesa. Na primeira parte, Condillac analisa os tipos de proposições e os termos que as constituem. Na segunda parte da gramática, o autor aplica os princípios gerais na sintaxe da língua francesa. Consideraremos as exposições sobre a sintaxe que figuram em ambas as partes.

As teorias gerais elaboradas por Condillac também marcam o desenvolvimento das concepções na gramática geral francesa. Partindo do ponto de vista empirista, Condillac visa a descrever os elementos necessários para a expressão do pensamento e não aqueles que se encontram em todas as línguas. Essa concepção estende-se à sintaxe. Entre os princípios elaborados destaca-se, na sintaxe, a noção de proposição subordinada. As proposições são classificadas em principais, subordinadas e incidentes. Segundo Aroux (1982, p. 189), a introdução da proposição subordinada constitui a principal invenção de Condillac. Essa classificação que aparece na primeira parte da *Grammaire*, onde são tratados os princípios da gramática geral, é retomada na segunda parte aplicada à língua francesa. A presença do estudo da proposição nesta primeira parte é muito significativa. Ela atesta a generalidade dos princípios e das regras da proposição e de suas classificações. Para esse estudo, Condillac retoma o discurso de Racine à recepção de Thomas Corneille na Academia Francesa, em 1685. O gramático utiliza o critério semântico para definir as proposições principal, subordinada e incidente em relação ao sentido finito que elas expressam, como se pode observar a seguir:

une proposition est faite pour une autre qu'elle développe, ou elle est faite pour un mot qu'elle modifie, ou enfin c'est à elle que tout le discours se rapporte. [...] Ce qui caractérise une proposition principale, c'est qu'elle a pareillement un sens fini. Vous le voyez dans *votre illustre frere fit voir sur la scene la raison*. [...] Il n'en est pas de même des propositions subordonnées. Le sens n'en est pas fini, il est suspendu, et fait attendre la proposition principale. [...] Les propositions incidentes ont cela de particulier, que quelquefois elles sont nécessaires pour faire un sens fini, et quelquefois elles ne le sont pas. (Condillac, 1775, part. I, cap. X, p. 95-96)

A noção de proposição subordinada denota, segundo Auroux (1982, p. 189), uma importante distinção entre as partes lógicas e as partes gramaticais da proposição. Enquanto a proposição subordinada está relacionada ao sujeito ou ao predicado da proposição principal, que se constituem como partes lógicas, a proposição incidente está relacionada a uma palavra ou expressão em particular. A proposição principal, por outro lado, tem o sentido completo. De acordo com Condillac, as proposições subordinadas são introduzidas por conjunções. Desprovidas de sentido completo, elas desenvolvem a proposição principal, expressando ideias acessórias ou circunstanciais, podendo antepor-se ou pospor-se à proposição principal, ou mesmo ser inserida entre o nome e o verbo dessa proposição. Assim, no exemplo dado por Condillac (1775, part. I, cap. X, p. 95) “<votre illustre frere> après avoir quelque temps cherché le bon chemin, et lutté, si j'ose ainsi dire, contre le mauvais goût de son siècle, enfin, inspiré d'un génie extraordinaire, et aidé de la lecture des anciens, fit voir sur la scène la raison”, a proposição subordinada antecede a principal “fit voir sur la scène la raison”, desenvolvendo-lhe o sentido.

As proposições incidentes, por sua vez, são introduzidas por “adjectifs conjonctifs”, a saber, *qui, que, dont, lequel, laquelle*. Elas também são desprovidas de sentido completo e modificam uma palavra de uma outra proposição, que lhe é antecedente. Assim, a proposição incidente sempre segue a proposição principal. Para Condillac, essa proposição é necessária quando o sentido da palavra ou expressão a que se refere é indeterminado. Na proposição “La scene françoise retentit encore des acclamations qu'excitèrent à leur naissance le Cid, Horace” (Condillac, 1775, part. I, cap. X, p. 96), a proposição incidente “qu'excitèrent à leur naissance le Cid, Horace” é utilizada para determinar o sentido da expressão *des acclamations* e para completar o sentido da proposição principal. Quando se trata de uma palavra ou expressão cujo sentido já está determinado, a proposição incidente se junta a essa palavra ou expressão

apenas para completar o desenvolvimento de um pensamento, a exemplo de “Corneille est comparable aux Eschyle, aux Sophocle, aux Euripide, dont la fameuse Athènes ne s'honore pas moins que des Thémistocle, des Périclès, des Alcibiade, qui vivaient en même temps qu'eux” (*ibid.*, p. 96-97). Nesse caso, as proposições incidentes dont la fameuse Athènes (...) e qui vivaient (...) juntam-se às expressões antecedentes apenas para desenvolver seu sentido.

Raby (2002, p. 103) nota que Condillac reformula a distinção já observada pelos gramáticos anteriores entre as proposições incidentes determinativas e explicativas. No entanto, seu objetivo é sobretudo evidenciar “le phénomène général de la subordination” (*ibid.*). De acordo com Condillac (1775, part. I, cap. XI, p. 105), “les propositions subordonnées & les propositions incidentes ne sont qu'un développement de la proposition principale; & par conséquent, elles ne sont que les idées partielles du sujet & de l'attribut”. Sendo assim, a função dessas proposições é desenvolver a ideia expressa pela proposição principal, modificando-a ou determinando-a. Ainda de acordo com Raby (*ibid.*, p. 104), o mérito de Condillac é de conferir uma coerência teórica às orações subordinadas, unificando sua descrição, amplamente adotada por gramáticos posteriores. A descrição da frase complexa começa a se estabilizar e a terminologia lógica e retórica desaparece da metalinguagem gramatical.

Quanto ao par *identidade* e *determinação*, que caracteriza a gramática geral francesa, Condillac não o retoma. Auroux (1982, p. 194-195) explica que esse apagamento se deve à abordagem categorial da complementação. No entanto, quando Condillac (1775, part. I, cap. XI, p. 109-110) afirma que “l'adjectif modifie en faisant exister la qualité dans le sujet, illustre dans frere” na proposition “votre illustre frere fit voir”, ele evoca a noção de identidade no que concerne à relação entre o nome e o adjetivo. Na segunda parte da gramática também consta uma regra geral “sur la maniere dont on accorde, en genre & en nombre, les adjectifs avec les substantifs” (*ibid.*, part. II, chap. V, p. 156). De acordo com Condillac (*ibid.*), “un adjectif doit-être au même genre & au même nombre que le substantif qu'il modifie”. Trata-se, portanto, de uma regra geral aplicada a uma língua particular, neste caso à língua francesa.

Sobre a noção de *determinação*, cuja elaboração leva à noção de complemento, Condillac não a utiliza para tratar da relação entre os termos – nome e complemento; adjetivo e nome; verbo e complemento. De acordo com Auroux (1982, p. 194), Condillac considera que “déterminer” significa “définir l'extension. Un mot détermine



le mot qu'il modifie s'il sert à en préciser l'extension". Esse ponto é observável para os adjetivos e as proposições incidentes. Alguns adjetivos desenvolvem os substantivos, enquanto outros os determinam (Condillac, 1775, part. I, cap. XII, p. 111). Do mesmo modo, a proposição incidente pode determinar ou desenvolver seu antecedente (*ibid.*). Quanto à complementação, como já observado por Bouard (2009, p. 410), Condillac utiliza o termo "accessoire" ao invés do termo "complément" para descrever as dependências do sujeito<sup>181</sup>, do verbo e do atributo<sup>182</sup>. Os *accessórios* juntam-se ao atributo quando o adjetivo, que funciona como atributo, não completa o sentido de uma proposição, como no exemplo "*Corneille est comparable*". Nesse caso, é necessária a adição de um *accessoire*, ou seja, um termo ou uma expressão para completar o sentido da proposição. Assim, a proposição completa é "*Corneille est comparable [...] aux Eschyles*". No exemplo "*il est hardi avec prudence*" (Condillac, 1775, part. I, cap. XII, p. 115), o *accessório* "*avec prudence*" também pode ser substituído por uma expressão abreviada equivalente à proposição seguida de um substantivo, como "*prudemment*".

Os *accessórios* do verbo, de acordo com Bouard (2009, p. 410-411), completam a estrutura proposicional tornando-a quadripartite (sujeito + verbo + atributo + *accessórios*). O trecho abaixo mostra que esses *accessórios* mudam em função do verbo:

Les accessoires dont un verbe peut être susceptible sont l'objet, le terme, les circonstances de temps, celles de lieu, d'action, une action que suppose celle que le verbe exprime, le moyen ou la manière, la cause, la fin ou le motif. Parmi ces accessoires, les uns appartiennent proprement au verbe *être*, telles sont les circonstances de temps & de lieu : les autres appartiennent plus particulièrement aux verbes adjectifs, ou plutôt aux adjectifs dont on a fait des verbes. (Condillac, 1775, part. I, cap. I, XIII, p. 125)

Dentre os *accessórios* citados, alguns são essenciais ao verbo, como o *objeto* e o *termo*, porque sem eles a proposição não teria sentido completo. Os *accessórios* não essenciais são as *circunstâncias*, os *meios*, a *causa* e o *fim*. Eles não servem para completar o sentido da proposição, uma vez que ela já tem o sentido completo, mas

---

<sup>181</sup> Os *accessórios* que se juntam ao sujeito e o modificam são os adjetivos. Eles não existem por si mesmos, mas apenas no sujeito que eles modificam. Enquanto os substantivos que constituem o sujeito exprimem uma ideia principal em relação aos adjetivos que o modificam, os adjetivos exprimem apenas ideias *accessórias*. Assim, no exemplo "*votre illustre frere fit voir...*" (Condillac, 1775, I, XII, p. 109), os adjetivos *votre* e *illustre* funcionam como *accessórios* do substantivo *frère*.

<sup>182</sup> Conforme Condillac (1775, part. II, cap. XXVI, p. 297), "une proposition se compose suivant qu'on ajoute des accessoires au sujet au verbe ou à l'attribut".

apenas para acrescentar uma ideia à proposição. Para Bouard (2009, p. 411-412), a preocupação de Condillac em diferenciar os acessórios do verbo *ser* e os acessórios do verbo *adjetivo* deve-se à decomposição do verbo adjetivo, porque isso dificulta a identificação do início da frase completa e da importância do complemento. Um critério utilizado por Condillac para estabelecer uma distinção entre esses *acessórios* é o critério sintagmático. Assim, eles se juntam à forma que os precedem.

Quanto às noções de sintaxe e construção, Condillac retoma, na segunda parte da *Grammaire*, a distinção estabelecida por Du Marsais entre esses termos e mostra a estabilidade dessa distinção.

La syntaxe, comme le remarque Mr. du Marsais, ne consiste que dans des signes choisis pour marquer les rapports; & la construction consiste dans les différents arrangements que nous pouvons nous permettre en observant toujours les regles de la syntaxe. (Condillac, 1775, II, XXVI p. 304)

Como os sinais que marcam as relações entre as palavras e as frases permanecem os mesmos, a sintaxe não varia. Por outro lado, a construção varia, pois a disposição das palavras e das frases obedece às diferentes transposições autorizadas pela sintaxe das línguas. As relações podem ser marcadas de muitos modos: pelo lugar ocupado pelas palavras no enunciado, pelas diferentes formas assumidas pelas palavras, pelas preposições que indicam as palavras que constituem o segundo termo de uma relação (cf. Condillac, 1775, II, XXVI, p. 295). Além desses signos, Condillac também refere os conjuntivos, que aproximam as proposições incidentes dos substantivos que elas modificam, e as conjunções, que ligam as partes do discurso.

Na *Grammaire* de Condillac, a noção mesma de sintaxe está associada à relação entre as ideias. De acordo com esse autor (1775, II, XXVI, p. 295), “nous ne concevons jamais mieux une pensée, que lorsque toutes les parties distinctes les unes des autres, se présentent à nous, avec tous les rapports qui font entre elles”. O fim da sintaxe resulta dessa relação entre as ideias. É a partir dela que podemos “former [...] un tout dont nous saisissions tout à la fois les détails & l’ensemble, dont rien nous échappe” (*ibid.*).

No que diz respeito à construção, a ordem direta também constitui um princípio geral. Para os gramáticos clássicos anteriores, essa ordem segue, de fato, a ordem natural do pensamento. Condillac, no entanto, afirma que a “*construction renversée*” é tão natural quanto a “*construction directe*”:

Cette sorte de construction [renversée] est ce que les grammairiens nomment *inversion*. L'inversion n'est donc pas, comme ils le disent, un ordre contraire à l'ordre nature, mais seulement un ordre différent de l'ordre direct; & les constructions directes & renversées sont également naturelles. (Condillac, 1775, II, XXVII, p. 306)

Condillac (*ibid.*) considera que tanto a ordem direta quanto a ordem inversa são hábitos adquiridos, como a ordem inversa do latim e a ordem direta do francês, e de modo algum resultam de uma conformação inata. A ordem direta e a ordem inversa não se realizam na mente, mas no discurso.

(...) il n'y a dans l'esprit ni ordre direct, ni ordre renversé ; puisqu'il apperçoit à la fois toutes les idées dont il juge, il les prononceroit toutes à la fois, s'il lui étoit possible de les prononcer comme il les apperçoit. Voilà ce qui lui seroit naturel; & c'est ainsi qu'il parle, lorsqu'il ne connoît que le langage d'action. (Condillac, 1775, II, XXVII, p. 306)

A abordagem sensualista de Condillac fundamenta sua análise da ordem das palavras. Conforme esse autor (*ibid.*, p. 307), assim como os sentidos percebem concomitantemente os objetos do mundo exterior, as ideias apresentam-se simultaneamente ao espírito, de modo que as ideias expressas em uma frase por meio das palavras podem se apresentar tanto na ordem direta quanto na ordem inversa. Desde que se estabeleça uma ligação entre as ideias, as duas ordens são naturais. Embora Condillac pense que as palavras não seguem uma ordem fixa no discurso, ele nota a necessidade de estabelecer uma ligação clara entre as ideias independente da ordem. La *liaison des idées* é, portanto, o princípio natural estabelecido pela ordem das palavras.

Enfim, a concepção de generalidade na sintaxe de Condillac segue o axioma geral, propondo princípios gerais e análises válidas para todas as línguas. Esses princípios são baseados em uma perspectiva empirista, de viés sensualista. No que diz respeito à sintaxe, Condillac trata de proposição e estabelece como um princípio geral a noção de proposição subordinada. Com a sistematização da proposição subordinada, a análise da frase complexa é estabilizada. Esse tipo de frase é então concebida como aquela que contém uma proposição principal e uma proposição subordinada (Raby, 2002, p. 104). Para a análise sintática, Condillac não retoma o par identidade e determinação. No entanto, ele evoca a noção de identidade entre os termos e refere uma

regra geral sobre o acordo do adjetivo com o substantivo. Sobre a determinação das palavras, ela é relacionada à noção de extensão. Assim, uma palavra determina uma outra palavra quando ela especifica sua extensão. Quanto à complementação, Condillac utiliza o termo *accessório* para descrever as dependências do sujeito, do verbo e do atributo, e não o termo *complemento*. O problema da ordem das palavras também é analisado como um princípio geral baseado no critério do natural. Segundo o autor, não existe uma ordem fixa das palavras na oração. Logo, tanto uma construção direta quanto uma inversa são consideradas naturais, porque em ambas há uma ligação entre as ideias.

Identificados os fundamentos conceituais e terminológicos que caracterizam a sintaxe na gramática latina e na gramática geral francesa e que servirão de base para a análise da sintaxe da língua portuguesa, passamos à análise das gramáticas portuguesas.

### **CAPÍTULO 3 – O PONTO DE VISTA TEÓRICO DA SINTAXE NA GRAMÁTICA PORTUGUESA: A UTILIZAÇÃO DO MODELO GRECO-LATINO E DA TEORIA GERAL DA GRAMÁTICA FRANCESA**

Este capítulo descreve e analisa alguns aspectos da sintaxe em gramáticas portuguesas publicadas entre 1540 e 1822, assim como em gramáticas brasileiras, de 1816 e 1829. Com base nas gramáticas que compõem nosso *corpus*, pretendemos verificar, por um lado, a transferência do modelo greco-latino, que podemos considerar como universal, uma vez que foi o modelo utilizado no processo de gramatização (Auroux, 2009, p. 35) das línguas do mundo a partir do Renascimento no Ocidente e, por outro lado, a incorporação e a utilização, por algumas delas, do modelo da gramática geral francesa. Estudaremos a concepção de sintaxe dos autores, seu tratamento das noções de *concordância* e de *regência* no longo termo, e examinaremos como esses elementos caracterizam o modelo greco-latino, bem como o modelo da gramática geral francesa. Também verificaremos alguns aspectos gerais das gramáticas a fim de conhecer suas principais características. Antes da análise da gramática de Barros (1540), convém comentar a emergência e o fenômeno da *gramatização* da língua portuguesa.

#### **3.1 Gramáticas portuguesas: séculos XVI, XVII, XVIII e XIX**

##### **3.1.1 A gramatização do português**

A concepção sobre a universalidade implícita do quadro latino deve-se ao fenômeno da *gramatização* (Auroux, 2009, p. 65) das línguas, no mundo ocidental, a partir de Renascimento. A gramática da língua portuguesa, assim como as demais gramáticas das línguas vernaculares, foi criada por uma transferência do modelo da gramática latina. As duas principais fontes desse modelo latino são a *Ars Donati* e a *Ars Prisciani*. Além dessas *Ars* latinas, as obras *De lingua latina* [45-44 a.C.] de Varrão, e *Institution oratoire* [ca 35 - ca 95 d.C.] de Quintiliano, a tradição latina da Idade Média e a tradição humanista também inspiram as gramáticas portuguesas do Renascimento.

Assim como a tradição castelhana, a tradição portuguesa origina-se do protorromance, denominado galego-português, uma língua nascida no Noroeste da

Península Ibérica (na Galiza e em terras portuguesas). Embora alguns autores afirmem que essa língua contaria com formas definitivas desde o século VI (Cunha e Cintra, 2008, p. 18), sua emergência é datada apenas a partir do século IX, com o aparecimento dos primeiros documentos linguísticos redigidos em “latim bárbaro” (Teyssier, 2014, p. 16)<sup>183</sup>. Os textos escritos em galego-português – testamentos, escrituras de venda, atos jurídicos – aparecem apenas no século XIII, ou seja, quatro séculos mais tarde<sup>184</sup>. Nesta época, Portugal já era um reino independente de Leão e Castela<sup>185</sup>, mas o galego-português nascido no Norte servia ainda de língua comum. É apenas no século XIV, por volta de 1350, com a extinção da escola literária galego-portuguesa, que o português se torna a língua oficial de Portugal, sendo sua capital situada em Lisboa<sup>186</sup>.

Graças à sua *gramatização*, as línguas vernáculas alcançam o status de língua da ciência e da cultura, no mesmo nível do latim e do grego. Passaram-se sete séculos entre a emergência do galego-português no século IX e a *gramatização* do português no século XVI. A primeira gramática do português advém no contexto humanista no qual o homem busca compreender a si e o mundo à sua volta não apenas do ponto de vista político, filosófico, cultural e social como também linguístico. De acordo com Leite (2007, p. 82), muitos fatores contribuíram para essa gramatização: a consolidação das cidades e a emergência da burguesia, o fim do feudalismo e a emergência do capitalismo, a fundação do Estado-nação português e sua distinção pela língua, o acesso aos textos antigos, a tradução dos textos, e a invenção da imprensa no século XV.

---

<sup>183</sup> Teyssier (2014, p. 125) afirma que muitos desses textos aparecem nos *Portugaliae Monumenta Historica*, publicados por Alexandre Herculano a partir de 1856. A expressão “latim bárbaro” refere-se a um latim corrompido, ou, nas palavras de Teyssier (2014, p. 16), a um “latim extremamente incorreto” utilizado pelos notários nos documentos jurídicos da Idade Média entre os séculos IX e XII, nos quais é possível notar inseridas nesses textos latinos palavras do *protorromance* (Cintra, 2008, p. 18).

<sup>184</sup> Os primeiros textos escritos em galego-português são a *Notícia do Torto* (1214-1216), vinda do Mosteiro de Vairão, e o *Testamento de D. Afonso II*, datado de 1214. Ainda conforme esse autor, outros documentos em galego-português aparecem em Portugal apenas em 1255 (Teyssier, 2014, p. 126).

<sup>185</sup> Portugal constitui-se como reino independente no século XII, quando Afonso Henriques chamado Afonso I, filho do conde Henrique de Borgonha, tornou-se independente de seu primo Afonso VII, rei de Castela e de Leão (Teyssier, 2014, p. 25).

<sup>186</sup> Lisboa não é apenas a cidade privilegiada do rei, é também a mais populosa e sede do primeiro porto de Portugal. Os movimentos do rei e da corte eram delimitados a norte por Coimbra e a sul por Évora, região que acolhe instituições importantes – os mosteiros de Alcobaça e Santa Cruz e a Universidade, fundada em Lisboa por volta de 1288, depois definitivamente instalada em Coimbra em 1537. O domínio da língua portuguesa gira, então, em torno do eixo Lisboa-Coimbra, a partir do qual o português procura a sua normatização (cf. Teyssier, 2014, p. 41).

A primeira sistematização do português aparece em 1536, com a obra *Grammatica da lingoagem portuguesa*<sup>187</sup> de Fernão de Oliveira<sup>188</sup>. Seu principal objetivo não é normativo, mas descritivo, como afirma o próprio autor:

Esta he a primeyra [...] anotação em alghũas cousas do falar. Portugues: na qual: ou nas quaes eu não presumo ensinar aos que mays sabem: mas notarey o seu bo costume para que outros muitos aprendão e saybão quanto prima e a natureza dos nossos homens porque ella por sua votade busca e tem de seu a perfeção da arte que outras nações aquirem com muyto trabalho. (Oliveira, 1536, prólogo, p. 3 [CTLF])

Oliveira visa a descrever a língua portuguesa em uso e a afirmar a sua autonomia face ao latim e ao castelhano, uma língua vernácula gramatizada desde 1492 e já com uma rica literatura. A propósito do caráter assistemático da composição da obra<sup>189</sup>, surge a questão de saber se ela pode ser considerada uma arte. Observamos que o autor português, embora não retome exatamente o modelo fornecido pelos gramáticos latinos Donato e Prisciano, não se distancia desse modelo, recorrendo explicitamente a outros autores latinos como Quintiliano, Varrão, bem como ao gramático espanhol Nebrija, que já se alinha sobre Prisciano.

O gramático português trata de fonética, de ortografia, de lexicologia, de morfologia e de sintaxe. A parte mais desenvolvida é, sem dúvida, aquela dedicada à fonética, na qual Oliveira analisa as características da fonética portuguesa em relação à

---

<sup>187</sup> OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa*, Lisboa, Germão Galharde, 1536. De acordo com Assunção (2000, p. 63-66), a gramática de Fernão de Oliveira teve oito edições: 1536 (edição princeps, Lisboa, Germão Galharde); 1871 (2ª éd., Porto, Livraria Portuense); 1936 (3ª éd., Lisbonne, José Fernandes Jr.); 1954, 1975 (4ª éd., Lisbonne, Imprensa Nacional/Casa da Moeda); 1981 et 1988 (éd. en fac-similé, Lisbonne, Bibliothèque Nationale); 2000 (edição crítica, semidiplomática e anastática, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa).

<sup>188</sup> Fernão de Oliveira foi um padre dominicano, soldado, diplomata, latinista, navegador, historiador, professor e gramático português que viveu entre 1507 e 1581. Ele integra o movimento humanista do Renascimento em Portugal et “il s’inscrit dans le mouvement européen de défense et illustration des langues vernaculaires” (Gonçalves, CTLF, 1998, p. 2-3). Autor polígrafo, publicou além da *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), a *Arte da guerra do mar* (1555), a *Ars nautica* (ca. 1570), o relato da *Viagem de Fernão de Magalhães*, o *Livro da fabrica das naus* (c. 1580), o *Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino de Portugal* (ca. 1581), a *Historia de Portugal* (ca. 1581), e uma tradução parcial do tratado de agricultura *De re rustica*, de Lucius Columella (cf. Torres e Assunção, 2000, p. 15-16).

<sup>189</sup> A gramática de Oliveira é composta por cinquenta breves capítulos: os cinco primeiros (I-V) são dedicados à história de Portugal; os vinte e quatro capítulos (VI-XXIX) seguintes são dedicados à fonética e à ortografia; depois, treze capítulos (XXX-XLII) são dedicados à lexicologia; seis (XLIII-XLVIII), à morfologia; um (XLIX) à sintaxe; e enfim no último capítulo (L), Oliveira apresenta uma breve conclusão à sua gramática.

latina. No que diz respeito ao tratamento das partes do discurso, das oito categorias tradicionais latinas – nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição –, Oliveira ocupa-se um pouco mais do artigo, do nome e do verbo. O artigo, que serve para marcar os casos, é concebido como uma classe autônoma, o que representa um distanciamento da gramática latina<sup>190</sup>. Quanto à sintaxe, Oliveira consagra-lhe pouco mais de uma página. Apesar de não desenvolver esse tema<sup>191</sup>, o gramático português define a *construção*, evocando sua *universalidade*: a “cõstrução” é a “cõposição ou conçerto que as partes ou dições da nossa lingua tẽ. antre si como em qualquer outra lingua” (Oliveira, 1536, XLIX, p. 73 [CTLF]). É interessante notar que Oliveira, apesar de seu esforço para distanciar o português do latim, como o observa Coseriu (2000, p. 50)<sup>192</sup>, utiliza o termo “cõstrução” (do latim *constructio*) em vez do termo grego *sintaxe* (σύνταξις / *syntaxis*). Oliveira não sistematiza a oposição entre concordância e regência, contudo ele refere a concordância das palavras utilizando o termo “*conveniencia*”, bem como a classificação latina tradicional em três tipos: conveniência entre o adjetivo e o substantivo, o relativo e o antecedente, o nome e o verbo. Ele opera, portanto, uma transferência do modelo latino e descreve a sintaxe de concordância da língua portuguesa utilizando a estrutura elaborada para o latim.

Motivado por um senso crítico a propósito da aceitação passiva do esquema latino, Oliveira não o segue rigorosamente em sua descrição do português. Por essa razão, os gramáticos posteriores tomaram como modelo a gramática de João de Barros, publicada em 1540. Embora não tenha retomado a estrutura tradicional da gramática greco-latina, sua gramática pode ser concebida como uma *arte*, já que reúne uma parte fonética, um tratamento das partes do discurso e de seus acidentes, assim como considerações sobre a sintaxe.

---

<sup>190</sup> Não nos ocuparemos do problema do artigo nas gramáticas portuguesas.

<sup>191</sup> Oliveira não desenvolve seu estudo sobre a sintaxe, porque esse estudo seria apresentado em uma outra obra, como afirma o próprio autor: “Nesta derradeira parte, que é da construção ou composição da língua, não dizemos mais, porque temos começada hũa obra em que particularmente e com mais comprimento falamos dela” (Oliveira, 1536, p. 74). Essa obra permanece desconhecida dos estudiosos portugueses, que não sabem se Oliveira terminou de escrevê-la ou se a publicou (cf. Moura, 2008, p. 70).

<sup>192</sup> “(...) mesmo nesse tratamento tão sucinto, pode notar-se o seu esforço no sentido de se libertar dos esquemas da gramática latina e de delimitar como tais as categorias gramaticais que funcionam em português” (Coseriu, 2000, p. 50).



### 3.1.2 Gramática do século XVI: Barros (1540)

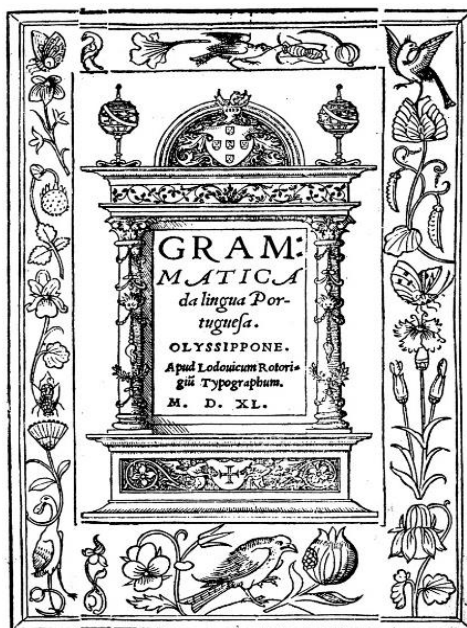


Fig. 1 Barros 1540

João de Barros<sup>193</sup> é o autor da *Grammatica da lingua portuguesa*, publicada em 1540. Como ele mesmo afirma, sua gramática é “preçeitiva” (Barros, 1540, p. 4 [CTLF]) e visa à normatização e ao ensino da língua portuguesa. Essa obra é representativa do modelo “universal” greco-latino. Tanto seu conteúdo gramatical quanto o discurso do autor o atestam. Gramaticalmente, ela manifesta uma transferência do modelo greco-latino. Barros aplica-o à língua portuguesa, dividindo a matéria em *ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe* – “á imitaçã dos quães [os latinos], (por termos as suas pártes) diuídimos a nóssa Grãmatica” (Barros, 1540, p. 4 [CTLF]) – e

<sup>193</sup> João de Barros (1496-1570) foi um historiador, filósofo, moralista, pedagogo e gramático humanista português, autor de diversas obras. Sua *Grammatica da lingua portuguesa* teve quatro edições: 1540 (Lisboa, Luís Rodrigues); 1785 (2e éd., Lisbonne, José da Silva Nazareth); 1957 (3e éd., Lisbonne, Sociedade de Língua Portuguesa); 1971 (4e éd., Lisbonne, Faculdade de Letras, edição fac-similada). Essa gramática integra um conjunto de obras didáticas com fins pedagógicos. Quatro obras compõem o *corpus* didático português da época: a *Grammatica da lingua portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja* também conhecida como *Cartinha para aprender a ler*, a *Grammatica da lingua portuguesa*, o *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, e o *Dialogo da viciosa vergonha*. Além dessas obras, João de Barros também publicou a *Crónica do Imperador Clarimundo* (antes de 1520), a *Rópica Pnefma ou Mercadoria Espiritual* (1531-1532), o *Diálogo sobre preceitos morais* (1540), o *Panegírico da Infanta D. Maria e o de D. João III* (1655) (Buescu, 1971, p. XX-XV; 1984b, p. 31).

organizando o corpus essencial em torno das nove partes do discurso: artigo, nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. O discurso do autor afirma explicitamente a filiação do português ao latim:

E por que a mais pequena destas partes é a letera, dõde se totalas dicções cõpõem: ueiamos primeiro della, e desy das outras tres. Nam segũdo conuẽ a órdẽ da Grãmatica especulatiua, mas como requere a preçeiuiua: usando dos termos da Grãmatica latina cuios filhos nós somos, por nam degenerar della. E tãbem, por que as çiençias requérẽ seus próprios termos per onde se am de aprêder, como as óbras mecanicas instrumentos com que se fãzem, sem os quães, nenhũa destas cousas se póde entender nem acabar. (Barros, 1640, p. 4 [CTLF])

[...] por sermos filhos da lingua latina, temos tanta conformidade com ella, que conuẽ usármos dos seus termos [...]. (Barros, 1640, p. 21 [CTLF])

Para Barros, essa filiação justifica a adoção/transferência do modelo e da terminologia greco-latina para o português. Segundo Leite (2007, p. 232), o gramático português tem uma posição paradoxal. Por um lado, ele pretende estabelecer o português como língua autônoma e, por outro, ele evidencia a filiação latina do português, expondo “sua eficácia e perfeição”. Contudo, para Barros, só esta relação materno-filial com o latim permitirá ao português equiparar-se à língua modelo e, assim, alcançar o seu estatuto de língua de ciência e de cultura. No que concerne à concepção de gramática, o trecho citado mostra que o autor português rejeita a teoria medieval da gramática especulativa, porque ela é baseada em um método lógico. Entretanto é a concepção medieval especulativa de gramática como *ciência* que ele evoca, distinguindo-se de Fernão de Oliveira que a concebe como *arte*<sup>194</sup>.

Quatro partes estruturam a *Grammatica* de Barros – *ortografia*, *prosódia*, *etimologia* e *sintaxe*<sup>195</sup>. Na quarta parte, ele trata da sintaxe, a qual nomeia “construicãm”, assim como Oliveira. Entretanto, diferentemente desse último, ele

<sup>194</sup> De acordo com Oliveira (1536, p. 8 [CTLF]), “gramatica e arte que ensina á bem ler e falar”.

<sup>195</sup> Quatro partes estruturam a *Grammatica* de Barros – *ortografia*, *prosódia*, *etimologia* e *sintaxe*.<sup>195</sup> Na primeira parte da gramática, o autor trata das letras. Na segunda, das sílabas e de seus acidentes. Na terceira parte, ele analisa a “diçãm” por meio do tratamento das partes do discurso e de seus acidentes. Barros centra o sistema das partes do discurso no nome e no verbo, que ele chama “reis” e faz referência a sua universalidade: “(...) totalas linguágẽes tem dous reis, diferentes em género, & concordes ã officio” (João de Barros, 1540, p. 3). Na quarta parte, ele trata da sintaxe de concordância e de regência. Um capítulo dedicado às *figuras de construção* junta-se a essa quarta parte, onde trata de barbarismos e solecismos. Barros finaliza sua obra com um capítulo dedicado à *Ortografia*, retomando o mesmo assunto abordado na primeira parte de sua gramática.

apresenta os princípios de *concordância* e *de regência*. Embora o estudo da sintaxe não tenha sido tão privilegiado quanto o das partes da oração nas primeiras gramáticas dos vernáculos europeus em algumas tradições como a francesa<sup>196</sup>, na tradição portuguesa as gramáticas consagram uma parte à sintaxe. De fato, desde a *gramatização* da língua portuguesa, os gramáticos reservam uma seção para a sintaxe<sup>197</sup>.

Capitolo XLIX. [Da construção]. Agora vejamos da cõposição ou conçoerto que as partes ou dições da nossa lingua tẽ antre si como em qualquer outra lingua: e esta he a derradeira parte desta obra: a qual os grãmaticos chamão cõstruição. (Oliveira, 1536, XLIX, p. 73 [CTLF])

Da constrviçam das pártes. Te quy, tratamos das primeiras tres pártes da grãmática letera, syllaba, diçã: fica agóra uermos a quãrta que é da cõstruiçã. Esta (segundo difincã dos grãmáticos) é hũa cõueniêçia antre pártes, póstas ã seus naturáes lugáres. (Barros, 1540, p. 59 [CTLF])

A utilização do termo *construção*, do latim *constructio*, bem como as definições apresentadas nessas gramáticas portuguesas remetem a Prisciano e às gramáticas latinas do Renascimento. No livro 17, intitulado *De constructione*, Prisciano afirma, apresentando o tema desse livro, que “il s’agit de l’agencement [*ordinatione*], autrement dit de la construction des mots, que les Grecs appellent *suntaxis*” (GL 3, p. 108.1-2 [trad. GAG, 2010, p. 63]). Além dessa noção de construção como arranjo, ou como a ordem das palavras no discurso, Prisciano utiliza o termo *construção* para designar um

<sup>196</sup> Essa parte da gramática não aparece de modo evidente nas primeiras gramáticas de uma língua vulgar como o francês. Meigret, por exemplo, interrompe sua gramática quando Prisciano começa sua sintaxe: « 10. Il ne reste plus que la partie que les Grecs ont appelé *Syntaxis* et les Latins *constructio*, que nous pouvons appeler bâtiment ou construction ou ordonnance bonne de paroles. Car, si nous ne les savons ordonner de sorte qu'on en puisse tirer quelque sens, nous ne serons point différents de ceux qui font provision de toutes matières nécessaires à dresser quelque gros édifice, sans tenir aucune raison de commodité ni de plomb ni de ligne: ni finalement d'aucune perspective. On dit communément que ce n'est pas tout d'avoir des biens, il faut s'en savoir aider selon que la commune nécessité de la vie le requiert. Où est l'homme qui ne semblât transporté du sens, qui mettrait la cuisine et les étables au faîte d'une maison: ou bien qui mît le sable à part, la chaux d'autre, et le moellon sans aucun mortier, usant de toutes choses à rebours? Quel sens aussi tirerons-nous d'un langage, si le verbe tient le lieu d'une autre partie, et ainsi des autres, contre la commune utilité et commodité que l'usage de notre langue a introduite pour une commune intelligence? comme qui dirait *çeus voudroç qe je qi ecrire se de mçlet François çn plus un reverençe de portasset uzaje commun ao parler de: a, ç ecritture la convenable çt qi luy*: au lieu de dire *je voudroç qe çeus qi se mçlet d'ecrir' çn François, portasset un peu plus de reverenç' ao commun uzaje de parler, ç a l'ecritture qi luy çt convenable*. » (Traité, éd. Hausmann, p. 139-140). Isso é tudo que parece haver sobre a sintaxe, mesmo que seja tratada, aos poucos, esporadicamente, por gramáticos. Outro exemplo: Pillot (1561) ocasionalmente trata do lugar do adjetivo em relação ao substantivo, mas isso não é anunciado como sintaxe. E nenhuma passagem de sua gramática tem o título de sintaxe. É preciso esperar Maupas (1618) para que a sintaxe seja realmente abordada (Colombat, 2021).

<sup>197</sup> A gramática de Melo Bacelar (1783) não contém uma parte consagrada à sintaxe. Esse tema aparece disperso na matéria gramatical.

enunciado completo: “nous allons à présent parler de la façon habituelle de les agencer pour construire un énoncé complet” (GL 3, p. 108. 7 [2010, p. 63]). Essa noção de enunciado completo reaparece em outra passagem, onde Prisciano associa a compreensão do enunciado à sua organização no discurso. Ele afirma que “l’énoncé est la saisie globale de mots parfaitement organisés” (GL 3, p. 108.23-109.1 [2010, p. 65]). Na linha de Prisciano, os gramáticos humanistas Perotti (1475, f. [36] r<sup>o</sup>) e Alde Manuce (1508, f. k [i] r<sup>o</sup>) apresentam uma definição de construção que leva em consideração a estrutura enunciativa: “Qu’est-ce que la construction? c’est la disposition requise des parties de l’énoncé dans l’énoncé lui-même” (apud Colombat, 1999, p. 375). Nebrija, por sua vez, retoma nas *Introducciones latinas* (1773, p. 161 [1488]) as noções de arranjo das palavras e de completude do enunciado referida por Prisciano: “Qu’est-ce que la construction? La combinaison cohérente des mots manifestant une phrase cohérente et complete”. Nebrija retoma essa noção de arranjo das palavras também no livro IV de sua *Gramatica Castellana* (1946, IV, I, p. 87-88 [1492]), onde ele afirma que vai mostrar “como estas diez partes se an de aiuntar i concertar entre si”.

Obviamente, a definição apresentada por Oliveira parece estar mais próxima da definição de Nebrija, de quem empresta o termo “concerto” para designar a combinação e a ordem das palavras no discurso. Embora Prisciano e os gramáticos humanistas não utilizem esse termo – Prisciano utiliza *consequentia* e os gramáticos latinos humanistas implementam *concordantia* –, eles o subentendem pela utilização dos termos “agenciamento” e “disposição das palavras”, respectivamente. Quanto à definição de Barros, o que se sobressai é a utilização do termo “conveniência” assimilado ao acordo entre as partes da oração. No entanto, esse tipo de assimilação não surpreende porque os exemplos apresentados revelam o acordo entre as palavras (Colombat, 1999, p. 378). Também é possível observar que a definição de Barros lembra aquela de Nebrija, sobre a “combinação coerente das palavras manifestando uma frase coerente e completa”, que por sua vez retoma a ideia de *oratio perfecta* de Prisciano. A definição fornecida por Barros assim como a passagem a seguir revelam que a construção das palavras na língua portuguesa é concebida como algo natural, e, portanto, universal, assim como a fala.

E bẽ como, ao hõmẽ é naturál a fála, assy lhe é naturál a cõueniẽcia destas pártes: nome sustantiuo cõ aietiuo, *nominatiuo* cõ uérbo, relatiuo com antecedente.

Quanto ao regimento das outras pártes, cada naçám tem sua órdem: e por nam serem uniuersáes a todos, lhe podemos chamár açidentáes. Nós tomaremos da nossa construiçám o mais necessário, immitando sempre a ordem dos latinos, como temos de custume. (Barros, 1540, p. 59 [CTLF])

A distinção entre *universais* e *acidentais* revela a concepção do autor português sobre a *universalidade* das regras de concordância e a *particularidade* das regras de regência, a qual ele nomeia “regimento”. Barros (1640, p. 61 [CTLF]) afirma, em outra passagem, que as regras de concordância “sam as régras géráes da nóssa construiçã” e as regras de regência são “particuláres e acidentáes”. Sendo assim, ele utiliza os termos *universal* e *geral* como sinônimos para qualificar as regras de concordância. Nesse sentido, ambos os termos caracterizam as regras que concernem a todas as línguas, distinguindo-se das regras de regência, específicas a cada língua. Barros fundamenta, então, a sintaxe sobre as noções de concordância e de regência. De fato, a partir do Renascimento, os gramáticos estudam a sintaxe como um fenômeno de concordância e de regência.

Para Barros, o ponto comum entre a fala e a conveniência entre as partes da oração é a naturalidade. Nebrija já havia abordado esse fato na *Gramatica castellana* (1946, IV, I, p. 88 [1492]): “Este concierto delas partes dela oracion entre si est natural a todas las naciones que hablan, por que todos conciertan el adjectivo conel sustantivo, i el nominativo conel verbo, i el relativo conel antecedente”. Assim, por serem naturais a todas as línguas, esses princípios podem então ser qualificados de universais.

A regência, ao contrário, varia em função da ordem. A ordem não sendo *universal*, ou seja, idêntica em todas as línguas, é então *accidental*. É interessante notar que Barros, apesar de reconhecer a existência da variação linguística no que diz respeito à ordem das palavras na oração, defende uma proximidade entre o português e o latim, o que se justifica pela imposição/adaptação do modelo latino ao português. A oposição entre a concordância e a regência organiza não somente a sintaxe latina, mais também a sintaxe portuguesa. Os termos utilizados por Barros, calcados no latim “concordantia & regimen”, são *concordância* e *regimento*. A oposição entre esses termos é formalizada e teorizada pelo gramático latino Despautère (1527) como um duplo acidente da

construção (cf. Colombat, 1999, p. 383)<sup>198</sup>. É essa oposição Barros apresenta em sua gramática, como mostra o trecho a seguir:

Duas cousas aquêçem á construiçam: concordância, e regimento. Concordância é hũa cõueniencia de duas dições correspõdentes hũa á outra, em numero, em género: em caso, pessoa, ou em algũa destas cousas. Em numero, género, e caso: como o aietiuo cõ seu sustãtiuo. Em género, numero, e pessoa: como, o relativo e antecedête. Em numero e pessoa: como, o nominativo e uérbo. (...).

Regimento é quando hũa diçãm se construe com outra diuêrsa a ella, per género ou per numero caso ou pessoa: sómente per hũa espeçial natureza, cõ que obriga e sogeita a seguinte a ser pósta em algum dos casos que temos (...). (Barros, 1540, p. 59 [CTLF])

A concordância trata da relação entre as palavras que partilham as mesmas marcas morfológicas. As regras gerais que concernem à construção do português são três: (1) concordância do adjetivo com o substantivo, em gênero, número e caso; (2) concordância do relativo com o antecedente<sup>199</sup> em gênero, número e pessoa; (3) concordância do nominativo com o verbo em pessoa e em número. Essa descrição das três regras gerais de concordância da sintaxe portuguesa, calcada sobre o modelo latino, será retomada pelos gramáticos posteriores. No que concerne a primeira regra, ela supõe duas categorias do nome: o substantivo e o adjetivo. A oposição estabelecida no século XII entre o nome substantivo e o nome adjetivo é retomada por Barros e pelos gramáticos portugueses posteriores até o século XIX<sup>200</sup>, o adjetivo sendo então reconhecido como uma classe independente. Colombat (1996, p. 14) aponta que o acordo não diz respeito às categorias em si, por exemplo ao adjetivo e ao substantivo, mas aos acidentes que os afetam. Assim, no exemplo “Os hómẽes bõos” (Barros, 1540,

<sup>198</sup> “*Syntaxi siue constructioni quot accidunt ? Duo, concordantia & regimen. Concordantia quid est? Debita partium orationis conuenientia in genere, numero, casu uel persona. Quotuplex est concordantia? Triplex. Quomodo? Adiectiui & substantiui, relatiui & anteceditis, verbi cum nominatiuo à fronte recto [...]. Regimen quid est? Certi casus exigentia de casus natura nihil amittentis.*” (Despautère, 1527, f. iij rº *apud* Colombat, 1999, p. 383-384; Despautère, 1537, p. 186)

“Qu’est-ce que la concordance? La convenance requise des parties du discours en genre, nombre, cas ou personne [...]. Qu’est-ce que le régime? L’exigence d’un cas déterminé qui ne perd rien de sa nature casuelle” (trad. *apud* Colombat, 1999, p. 384).

<sup>199</sup> “Estas sam as régras géraes da nõssa construiçã, agóra ueiamos das particuláres e acidentáes” (Barros, 1540, p. 61 [CTLF]).

<sup>200</sup> Na gramática francesa, o adjetivo é reconhecido como uma parte do discurso independente no século XVIII. Enquanto no português é apenas no século XIX, na *Gramatica Portuguesa* de Manoel Dias de Souza, publicada em 1804, que o adjetivo é reconhecido como uma classe independente.

p. 59 [CTLF]), o acordo se produz entre as marcas morfológicas de número plural, de gênero masculino e de caso nominativo que conformam o substantivo *homens* e o adjetivo *bons*.

O mesmo ocorre com a segunda regra, da concordância em gênero e número do relativo com o seu antecedente. No exemplo “eu amo os moços os quães fólgam de aprender” (Barros, 1540, p. 60 [CTLF]), as marcas de número plural e de gênero masculino que conformam o nome substantivo “os moços” também conformam o relativo “os quães”. Convém notar que é o antecedente que impõe sua marca ao relativo. Quanto ao acordo do nominativo com o verbo, Barros (1540, p. 60 [CTLF]) afirma que essa concordância ocorre “quando [o nome] está em o caso nominatiuo: que á de cõuir com o uérbo em numero e pessoa, como quando digo, eu amo”. Evidentemente, é o nome que deve concordar com o verbo e não o contrário. Sendo assim, todo nome que exerce a função sintática de sujeito deve concordar com o verbo. Essa regra que no latim concerne à marca do caso nominativo é adaptada ao português como função sintática.

Enquanto a concordância apresenta um funcionamento comum, a regência manifesta um funcionamento diferente, o que impossibilita a universalização das regras. Para resolver esse problema, Barros utiliza o sistema de declinação casual do latim (Buescu, 1983, p. 168), em que os casos designam a função sintática das palavras. Desde o Renascimento até o século XVIII, os casos desempenham um papel fundamental no estudo da sintaxe de regência, quando o gramático francês Du Marsais (1676-1756) suplanta a noção de regência pela de determinação. Na gramática portuguesa, a noção de determinação vai aparecer apenas no século XIX, como se verá mais adiante. Barros utiliza a noção de “regimento” no sentido morfossintático de impor a uma palavra um caso. A utilização do paradigma latino das declinações casuais na descrição e na análise da sintaxe de regência do português marca, por um lado, a tentativa de estabelecer, a universalização do modelo latino e atesta, por outro lado, a eficácia desse modelo, “um modelo universal, válido e adequado para ‘todas as línguas da terra’, capaz de abranger todos os mecanismos linguísticos” (Buescu, 1984a, p. 170-171).

Segundo Colombat (1998, p. 19), as primeiras gramáticas humanistas focalizam nas construções verbais para tratar a sintaxe. Barros, na esteira dos gramáticos

humanistas<sup>201</sup>, estuda a regência a partir dos elementos regedores, começando pelo verbo. Inspirando-se em Nebrija, Barros relaciona a construção dos verbos com os casos e o fenômeno da transitividade, herdado de Prisciano. O gramático português afasta-se, contudo, do gramático castelhano pela terminologia utilizada, já que diferentemente desse gramático ele fala em “regimento dos verbos”. A razão é que na época de Nebrija, a oposição concordância/regência ainda não havia sido estabilizada. Barros combina, então, a doutrina de Nebrija com a terminologia recém sistematizada, relacionando a regência verbal com a transitividade. Deste modo, os verbos transitivos assim chamados porque “pássa[m] a sua auçám em outra cousa” (Barros, 1640, p. 62 [CTLF]) [ils passe[ent] son action dans autre chose] podem reger o genitivo, o dativo, o acusativo ou o dativo e o acusativo ao mesmo tempo.

Os que régem genitiuo, sam estes e outros semelhâtes, *marauilhome da grãdeza de deos, lembrome dos seus benifícios*, [...]. Todo uérbo que sinifica comprazer, obedecer, [...], quér depois de sy datiuo: como, *siruo a deos, obedeço a elrey* [...]. Os uérbos que régem acusatiuo, própriamête sam os trãsitiuos: como, *Amo a uirtude* [...]. Os que régem genitiuo ou ablatiuo depois do acusatiuo, sam todolos que sinificam encher ou uazár algũa cousa: como, *eu enchy a cása de trigo* [...]. Outros depois do accusatiuo quérẽ datiuo: como, *Eu dou grãças a deos* [...]. (Barros, 1540, p. 61-62 [CTLF])

Os verbos utilizados por João de Barros para designar a regência dos casos são *reger* e *querer*. Esses verbos regem “depois de si” os diversos casos, e a preposição funciona como um elo intermediário entre o verbo e seu regime. As preposições marcam a função sintática das relações entre as palavras, diferentemente do latim cujas relações são marcadas pelas terminações casuais. Convém notar que a distinção entre preposição e artigo ainda não é clara para João de Barros, porque ele confunde os dois termos, como o mostra a passagem que segue: “Declinaçám açerca da nossa linguágem quer dizer uariaçam, por que quando uariamos o nome de hũ cáso ao outro em o seu artigo, ãtã ô declinamos” (Barros, 1640, p. 25 [CTLF]). Na verdade, a identificação da categoria artigo nas línguas romanas foi difícil<sup>202</sup>.

Barros admite a regência dos casos não apenas para os verbos pessoais, mas também para os verbos impessoais. Assim, quanto à regência dos verbos impessoais, o

<sup>201</sup> cf. Colombat (1999, p. 429).

<sup>202</sup> Sobre o problema do artigo na língua francesa, leia-se Fournier (2004, 2012).



gramático português (1540, p. 63 [CTLF]) afirma que esses verbos regem o caso dativo “antes de si” e requerem um verbo no infinitivo “depois de si”, como em “A my cõe dár doutrina, a ty reléua aprêder ciência”. Essa análise de Barros difere igualmente daquela de Nebrija. O autor castelhano não se refere à regência do dativo, mas apenas às construções com verbos no infinitivo, como “plazeme ler, pesame escribir” (Nebrija, 1946, IV, III, p. 91 [1492]), nos quais *me* funciona como pronome e não como um dativo. Convém notar que Barros assinala essa regência do verbo impessoal como uma característica do português. O autor, declarando “açerca de nós”, parece querer fazer uma distinção em relação ao latim e ao castelhano.

Na linha de Nebrija (1946, IV, IV, p. 91-93), João de Barros (1540, p. 63 [CTLF]) trata igualmente da regência dos nomes, precisando que os nomes podem reger ou o genitivo, ou o dativo, ou os dois. Enquanto todos os nomes substantivos comuns em qualquer caso regem genitivo, “A ley de deos, na ordenaçã delrey”; alguns nomes adjetivos regem genitivo, “cobiçoso de honrra, pródigo de dinheiro”, outros regem dativo “mánsos aos humildes, cruél aos soberbos” e outros regem genitivo e dativo, “chegado do conde ou ao conde”.

Como já notado por Schäfer-Prieß (2019, p. 310), Barros em sua gramática vernacular estende a regência para as outras partes da oração, como a preposição, o advérbio, a conjunção e a interjeição, diferentemente de Nebrija. Entretanto isso não é novidade, já que os gramáticos humanistas, em suas gramáticas latinas, estendem igualmente a regência a outras partes da oração, tal como Sulpitius (1488) que admite que “certains adverbess et certaines interjections peuvent se construire avec des cas donnés” (*apud* Colombat, 1998, p. 27). Despautère igualmente estende a regência às outras partes da oração com exceção da conjunção. Dessas partes, o verbo, o advérbio, a preposição e a interjeição regem, mas não podem ser regidas (Colombat, 1999, p. 434).

A propósito do advérbio, Barros (1540, p. 64-65 [CTLF]) afirma que “ainda que nã têm tanta força como o uérbo e nome em seu regimento, muitas dições se régẽ dele”. Assim, os advérbios regem dativo como em « *asáz de dinheiro, muito disto, pouco de proveito* » (*ibid.* p. 65). Eles também regem outros termos além dos casos, ou conforme Barros “se juntam” a outros termos, como em “muito ben se fez isto” e em « *bem prudente e sagázmente se ouuéram os Romanos contra os Cartaginenses* ». Convém notar que nesse caso, o termo utilizado por Barros é *juntar-se* e é apenas quando se refere ao caso que o autor utiliza o termo *reger*.

Quanto às preposições, essas regem genitivo, acusativo e ablativo. Embora Barros inclua o dativo na lista das preposições que regem os casos apresentada na parte dedicada à preposição<sup>203</sup>, João de Barros não o retoma ao tratar da regência da preposição. Essa escolha do autor resulta provavelmente da posição de Nebrija (1773, p. 151 [1488]) que faz referência apenas aos casos genitivo, acusativo e ablativo para as preposições.

As [preposições] que régem genituo sám: *Debaixo do çéo, fóra do reino, dentro de cása, defronte de my, açerca de nos.* &c. As que régẽ acusatiuo sam estas e outras semelhantes, [...], *ante elrey, á praça, contra Luthero, antre os bõos, per bõ caminho.* &c. As que régem ablatiuo sám as dos seguintes exemplos: *com deos, no çeo, sem pecádo* &c. (Barros, 1540, p. 65 [CTLF])

Os verbos *reger* e *juntar-se* são utilizados para referir a regência dos casos. Conforme Barros, a preposição rege um caso quando ela se coloca entre duas palavras “per ajuntamento”, como no exemplo “eu uou á escola”. No exemplo dado, a letra “á” é uma preposição e rege o caso acusativo. Quanto à regência da conjunção, embora Barros (1540, p. 65-66 [CTLF]) a mencione, ele não se ocupa dela, contentando-se em apresentar e em exemplificar os dois tipos de conjunção mais comuns: a *copulativa* “e”, “que quer dizer aiuntador, por que aiunta as pártes antre sy” e a *disjuntiva* “ou” assim denominada “por que diuide as partes”. Segundo Barros (1540, p. 66 [CTLF]), as interjeições também regem os casos. Aquelas que exprimem chamamento, espanto regem *vocativo*: “ó deos”. Outras, denotando tristeza e dor regem *genitivo*, como em “ay de aquelles que têm pouca fazenda”.

Em suma, a sintaxe na *Grammatica* de Barros é bastante representativa do modelo “universal” latino. Primeiro, no que diz respeito à terminologia, aos conceitos e às regras, Barros segue de perto esse modelo numa tentativa de confirmar a filiação latina da gramática portuguesa. Em seguida, o gramático português entende os termos *universal* e *geral* como sinônimos que caracterizam as regras comuns a todas as línguas, como as regras de concordância. Além disso, é necessário considerar a universalidade implícita do quadro latino que se aplica às línguas como um modelo capaz de dar conta

---

<sup>203</sup> “Estas preposições hũas régem genituo, outras datiuo, outras acusatiuo, e outras ablatiuo. As do genituo, sam, de, do. As do datiuo. á, ao, pera. As do *acusatiuo* á, ante, diãnte, antre, cõtra, per, por. As do ablatiuo, com, em, no, na, sem” (Barros, 1540, p. 57 [CTLF]).

tanto do que é geral quanto do que é particular a cada língua. Assim, para o acordo, Barros aplica ao português as três regras de concordância que concernem ao latim. Para a regência, ele analisa as relações entre as palavras por meio dos casos. Enfim, o autor não só retoma o paradigma latino da declinação casual como também o adapta e o aplica ao português. A universalidade implícita do modelo latino manifesta-se, portanto, duplamente: para o fenômeno da concordância com a generalização de suas regras, e para o fenômeno da regência com adaptação e a aplicação do modelo da declinação dos casos do latim ao português.

### 3.1.3 Gramática do século XVII: Roboredo (1619)

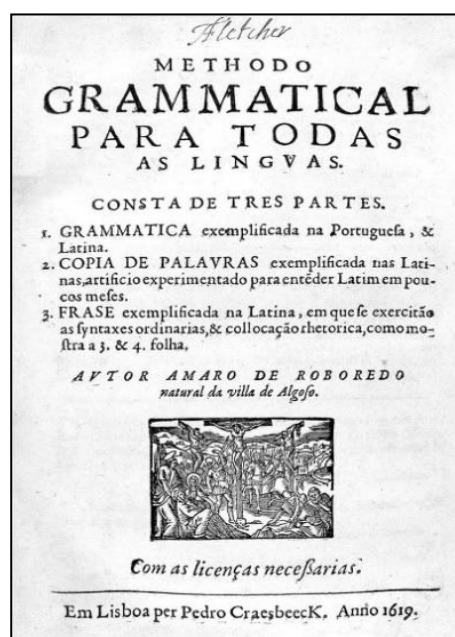


Fig. 2 Roboredo 1619

Amaro de Roboredo<sup>204</sup> é o autor do *Methodo grammatical para todas as linguas*, publicado em 1619. Seu “methodo universal” (Prólogo, p. XXIII) visa a facilitar a

<sup>204</sup> Amaro de Roboredo foi um padre, professor, lexicógrafo, tradutor e gramático português. Como consta no frontispício do *Methodo gramatical*, ele é natural de Algofo, município de Vimioso, no distrito de Bragança. Seus dados são, contudo, incertos. Roboredo nasceu entre 1580 e 1585, fez seus estudos primários em Bragança no Colégio jesuítico do Santíssimo Nome de Jesus, ou no Colégio ou Seminário

aprendizagem das línguas. Além do título, alguns elementos revelam o caráter universalista, mas também racionalista e empirista da obra. Primeiramente, sobre o caráter universalista da obra, Assunção e Fernandes (2007, p. XXX) observam que não somente Roboredo elabora um método universal para o ensino de línguas, mas que ele antecipa igualmente “uma tentativa de sistematização” das regras comuns a todas as línguas. Partindo do pressuposto que todas as línguas têm regras comuns, a língua portuguesa ou qualquer outra língua materna do aprendiz seria capaz de facilitar a aprendizagem do latim. Além dessas regras comuns a todas as línguas, Roboredo (1619, prólogo, p. XIX) reconhece igualmente regras particulares a cada uma delas: “Porque acho grande confusão nas artes, ou Syntaxes, que teem misturado, o que he particular de hũa lingua, com o que he commum a muitas, ou a todas”. Essa concepção de Roboredo a propósito da existência de regras gerais/comuns e particulares antecipa a tendência da *Grammaire générale et raisonnée* (1660) não somente para a análise da linguagem e das línguas, mas também para a distinção entre gramática geral e gramática particular (Raby, 2017, p. 1). Além disso, Roboredo, como Sanctius, não concebe a sintaxe como uma parte da gramática, porque se refere às “artes, ou Syntaxes”, sugerindo assim que as duas são uma única e mesma coisa.

No que diz respeito ao caráter racionalista da obra, Leite (2011a, p. 148) aponta que Roboredo herda o pensamento de Sánchez, “précurseur du rationalisme en grammaire”. Como seu predecessor, Roboredo tem uma compreensão racionalista da língua, como evidenciam algumas passagens em que o autor vincula o conhecimento linguístico à abstração racional (Assunção e Fernandes, 2007, p. XXXII):

---

de São Pedro e, possivelmente, estudou Artes (gramática Latina) na Universidade de Salamanca entre 1610 e 1615. Roboredo foi secretário do arcebispo de Évora, mas também professor de filhos de nobres portugueses e espanhóis que viviam em Portugal. O gramático faleceu em Viseu, por volta de 1653, ano da publicação de sua última obra (Moura, 2008, p. 71). Roboredo publicou algumas obras de caráter religioso (1614-1653) e, também, algumas obras de caráter linguístico (1615-1625). Entre essas obras destacam-se: *Regras da ortographia portugueza* (1615); *Verdadeira grammatica latina, para se bem saber em breve tempo, scrita na lingua portuguesa com exemplos na latina* (1615); *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619); *Porta de linguas ou modo muito accommodado para as entender* (1623), acompanhada de um dicionário trilingue latim-português-castelhano de nome *Raizes da lingua latina*, que apesar de datado de 1621 só é publicado em 1623, “o primeiro dicionário a integrar o português e o castelhano” (Assunção e Fernandes, 2007, p. XX); a *Grammatica latina de Amaro de Roboredo: Mais breve, e facil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos as regras* (1625).

Porque a Grammatica depende da razão, que a natureza vai pelo tempo descobrindo aos bõs ingenhos, que sobre ella trabalhão. (Roboredo, 1619, prólogo, p. XVII)

Havia hũa sò lingua quando a razão era mais unida a qual como vinculo dos entendimentos, & artes, importa ir ao menos per divisoẽs descobrindo. (*ibid.*, p. XXIV)

Ainda no prólogo, Roboredo (*ibid.*, p. XVIII) alude à razão como um atributo humano. De fato, ele argumenta que o ensino da língua materna deve preceder o da língua estrangeira e que o ensino da língua estrangeira, que, nesse caso, é o latim, deve ser feito na língua materna do aprendiz: “Falla o papagaio, o que lhe ensinão, sem dar disso razão, porque a não tem; mas o homem racional porque a não ha de dar?”. Essa comparação entre a linguagem dos pássaros e a linguagem dos homens, já mencionada no subcapítulo 2.2, é corrente na reflexão linguística. Descartes expõe-na no *Discours de la méthode* (1627) e os *Messieurs* de Port-Royal retomam-na na *Grammaire générale* (1660).

Enfim, sobre o caráter empirista da obra, Roboredo (*ibid.*, p. X) afirma que ele ajusta “a spiculação com a experiencia”, a saber, o exame teórico com o prático, por meio da comparação entre o português e o latim. O autor (1619, prólogo, p. XIX) utiliza igualmente a expressão aristotélica « taboa rasa » e se refere à concepção empirista relativa à origem do conhecimento. Esta seria uma abstração da observação e do contato com a realidade a partir da experiência vivida pelos sentidos. Esse termo « taboa rasa » e essa concepção serão retomados e desenvolvidos por Locke na obra *An Essay Concerning Human Understanding* (1690), depois por Condillac, em suas obras. De acordo com Roboredo,

**[...] como he notoria a grande dependencia, que o discurso humano tẽ dos sentidos corporaes, procede direito dos effeitos para as causas, dos exemplos para as regras. [...].** Daqui nasce fazerem os exemplos tanto abalo no entendimento humano. Daqui o succeder bem em nossas Grammaticas passar da miuda explicação do livro para as regras da arte; & começar naquella a intelligência destas: as quaes se sabem despois melhor dando volta pelo Methodo doutrinal, **despois do principiante ter a primeira ajuda sensual.** (Roboredo, 1619, prólogo, p. XIX, grifo nosso)

O método didático utilizado por Roboredo é indutivo, porque o autor passa “dos efeitos para as causas, dos exemplos para as regras”. O método de raciocínio, por sua vez, é tanto dedutivo quanto indutivo, porque a análise das línguas é fundamentada tanto na razão quanto na experiência.

A ideia constitutiva do *Methodo* de Roboredo de facilitar a aprendizagem das línguas aparece no século XVI<sup>205</sup> e toma forma no início do século XVII, em 1611, com a obra *Janua linguarum* (Porta de línguas), do jesuíta irlandês William Bathe (1574-1614). A *Janua Linguarum sive Modus maxime accomodatus, quo patefit aditus ad omnes linguas intelligendas* [Porta de línguas ou modo muito acomodado, pelo qual se torna clara a compreensão de todas as línguas] tem dois objetivos principais. O primeiro, didático, visa a facilitar a aprendizagem das línguas clássicas (o hebreu, o grego e o latim) e das línguas vernáculas “mais necessárias, e mais nobres” (o italiano, o espanhol, o alemão e o francês) para todos aqueles que as desejam aprender<sup>206</sup>. O segundo, religioso, visa a ajudar os missionários e os padres em suas missões pelo novo mundo (Fernandes, 2004, p. 166). A obra<sup>207</sup> conta doze “centúrias”, ou seja, doze conjuntos, cada um deles contendo 100 frases, com temas morais e religiosos, escritos

---

<sup>205</sup> De acordo com Colombat e Fournier (2.4.2), a ideia de elaborar métodos gerais com o objetivo de simplificar a aprendizagem das línguas existe desde o século XVI. Juan Vivès (1492-1540) em seu *De tradendis disciplinis* (1531) lamenta a diversidade linguística. Ele concebe que o latim e a emergência de um método geral poderiam remediar essa diversidade e promoveriam primeiro um bom conhecimento do latim e depois das outras línguas.

<sup>206</sup> “*Hoc variis negotiis implicatis, veluti Principum oratoribus, ad externa perdiscenda idiomata, temporis angustias redimet: hoc famulis honorariis nobilium, iacturam non adeundi Scholas publicas ex parte refarciet: hoc plurimum conferet ad parcendum sumptibus aegreferentium tot annos in humanioribus literis impendi: hoc etiam illos excitabit ad studia nobiles, qui mediocrem laborem libenter, sed communem, et fastidiosum aegre, aut vix subibunt: in serviet etiam omnibus, qui necessitatis aut honestae recreationis causa linguas vulgares magis necessarias, et nobiliores addiscere cupiunt, quales sunt Italica, Hispanica, Germanica, et Gallica, facta etiam omnium vocabulorum in sententiis comprehensione*” (IESU, 1611, p. 8 *apud* Fernandes, 2004, p. 170). [“Isto restaurará a brevidade do tempo aos ocupados em vários negócios, como Embaixadores de Príncipes, para aprender as línguas estrangeiras. Isto aos criados honrados dos nobres os recompensará em parte o dano de não acudir às escolas públicas. Isto importará muito para conter os gastos aos que inutilmente despendem tantos anos nas letras humanas. Isto também despertará para os estudos aqueles nobres que tomaram meio trabalho de bom grado, mas o comum e enfadonhamente fastidioso, com dificuldade. Servirá também a todos aqueles que, ou por necessidade, ou por alguma honesta recreação, desejam aprender as línguas vulgares, mais necessárias, e mais nobres, como são a Itálica, Espanhola, Alemã, e Francesa, fazendo-se também nas sentenças a compreensão de todos os vocábulos”] (Trad. Fernandes, 2004, p. 167).

<sup>207</sup> Conforme Fernandes (2004, p. 168), a Biblioteca da Universidade de Salamanca possui uma edição princeps da obra *Janua Linguarum* composta de 215 páginas, incluindo “o prefácio / “proemium” (p. 7-10 e 25-27), dez capítulos doutrinários (p. 11-24; 28-39), doze centúrias de frases / “sentenças”, em Latim e Castelhana (p. 41-127), uma (proposta de) tradução parafrástica (livre) da duodécima centúria (p. 128-130), um apêndice de palavras ambíguas / equívocas (p. 132-139) e um índice / dicionário das palavras “familiares” fundamentais da língua latina utilizada na *Janua*, com indicação da “sentença” / frase em que a mesma é utilizada (p. 141-215)”.

em latim e traduzidos em castelhano, somando um total de 1141, porque o último conjunto compreende apenas 41 frases. Os espaços restantes devem ser preenchidos pelos aprendizes como um exercício. A *Janua* também inclui um dicionário desprovido de palavras derivadas composto por 5302 palavras latinas, as mais comuns, utilizadas sem repetição nas sentenças, com exceção das “mots-outils” (*apud* Colombat e Fournier, 2.4.2). Bathe considera que a aprendizagem de uma língua, particularmente as línguas vernáculas, não demanda nenhum conhecimento profundo do método gramatical. Basta analisar as sentenças que compõem a *Janua* para conhecer e compreender as regras gramaticais<sup>208</sup>.

O *Methodo grammatical* é baseado no trabalho de Bathe. Contudo, nesse manual, Roboredo visa a ensinar o latim e as outras línguas por meio da metalinguagem do português. Conforme o explica Leite (2011b, p. 338), por esse trabalho, Roboredo precede os *Messieurs* de Port-Royal, pois ele trata da “universalidade das regras da gramática, tomando como parâmetro para a comparação as regras da língua materna do estudante e como alvo o latim, para mostrar a existência de regras universais, [...] no latim e em outras línguas como o português, o italiano, o espanhol e o francês”. De fato, a generalização das regras gramaticais do latim às línguas vernáculas demonstra a “universalidade” do modelo gramatical latino. É pelo princípio da “universalidade” desse modelo que Roboredo estabelece uma comparação entre o português e o latim com o objetivo de levar o aprendiz, por analogia entre essas duas línguas, ao conhecimento do latim.

O *Methodo grammatical* tem três partes: gramática, cópia e frase<sup>209</sup>. A gramática compreende três livros<sup>210</sup>, onde Roboredo compara as estruturas do português e do

---

<sup>208</sup> “*Omnia enim quae in Grammatica regulis praescribuntur, possunt etiam sententiis commode doceri, ita ut facilius, citius, & certius animis inhaereant, quam nudis regulis Grammaticalibus per se fieri queat. Et hoc ad finem, & proprium institutum addiscendi linguam sufficiet, idque maxime in linguis vulgaribus, in quibus non est necesse scientificè percipere quae ad methodum Grammaticalem pertinent*” (IESU, 1611: 19 *apud* Fernandes, 2004, p. 170). [“Todas as coisas que na Gramática se compreendem em regras podem ser ensinadas comodamente por sentenças, de tal modo que mais facilmente, com maior certeza e mais depressa se fixem nos íntimos do que se possa fazer somente pelas nuas regras da Gramática. E isto bastará para o fim, e próprio instituto de aprender a língua, especialmente nas línguas vulgares, em que não é necessário perceber cientificamente as coisas que pertencem ao método gramatical”] (Trad. Fernandes, 2004, p. 170).

<sup>209</sup> Essa obra é dividida em três partes: a gramática, a cópia e a frase. Na gramática denominada “Exemplo português e latino da Grammatica” (p. 1-78), Roboredo compara as estruturas da língua vernacular e da língua clássica. Na cópia, denominada “Exemplo latino da copia de palavras” (p. 79-181), o autor retoma as 1141 frases da *Janua Linguarum* e completa as lacunas do último quadro com 59 frases, somando assim um total de 1200 frases latinas. Com essas frases, ele aborda as estruturas gramaticais e o léxico, apresentando as declinações dos nomes (substantivos e adjetivos) e a conjugação dos verbos. Além disso,

latim. Desses três livros, apenas o terceiro apresenta a divisão da matéria gramatical e trata das cinco partes da oração (nome, preposição, verbo, advérbio e conjunção), bem como da sintaxe. Roboredo (1619, p. 65) expõe uma divisão gramatical que não segue a divisão latina tradicional, em quatro partes (ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe<sup>211</sup>). Na verdade, sua divisão tem cinco partes: variação, composição, derivação, concordância e regência. A variação concerne à declinação dos nomes e à conjugação dos verbos; a composição e a derivação concernem às cinco partes da oração; a concordância concerne ao nome e ao verbo; e a regência concerne ao nome, à preposição, ao verbo, e ao advérbio, ou por figura ou tomado no lugar do nome.

Roboredo apresenta duas definições da gramática. No livro I, capítulo I: “Grammatica significa arte de letras, derivada de *gramma*, que em Grego significa, letra” (1619, p. 1). No livro III, capítulo I: “Grammatica he arte de fallar, que tem por fim a Oração bem concertada: a qual he hũa coherente disposição de palavras, de que consta, como de partes. Procedese para a Oração per Letras, Syllabas, & Dicções, ou Palavras” (1619, p. 64). Na primeira definição, Roboredo retoma a etimologia do termo gramática, do grego *tekhnē grammatikē* (técnica da letra), traduzido em latim por *ars grammatica*, para explicar seu conceito como “arte de letras” ou “arte de redigir”. Na segunda definição, quando o autor apresenta o conceito de gramática como um modo correto de falar, cujo objetivo é a oração bem organizada, ele leva em consideração a ordem das palavras na frase. Esses conceitos de gramática como “arte de escrever e de

---

ele marca com números a ordem direta das palavras nas frases. A terceira parte, na continuidade da *Copia*, é denominada “Exemplo latino da frase” (p. 182-241). Nela, Roboredo analisa a sintaxe e a colocação retórica das palavras nas frases latinas e portuguesas tiradas de autores clássicos. De acordo com Roboredo (1619, p. 24), *grammatica*, *copia* e *frase* constituem, nessa ordem, os três “graos”, ou seja, as três partes da menor à maior, que compõem uma língua e sem as quais ela não pode ser dominada.

<sup>210</sup> A gramática compreende três livros. O primeiro livro “Da explicação compositiva das partes da oração Portuguesa, & Latina”, considerado pelo autor (1619, p. XXVII) o “mais principal da Grammatica de cada língua” tem cinco capítulos. Nele, Roboredo analisa comparativamente os nomes, as preposições, os verbos, bem como a sintaxe ou “composição” dessas partes. No segundo livro “Dos Nomes, & Verbos irregulares, & defectivos Latinos, & algũs Portugueses correspondentes”, considerado o “menos principal”, com quatro capítulos, o autor analisa as irregularidades dos nomes e dos verbos. No terceiro livro “Da universal explicação resolutiva, & compositiva das partes da Oração exemplificada na Língua Latina”, com cinco capítulos, Roboredo analisa os princípios que ele considera como universais e fornece explicações que concernem a todas as línguas. Esses princípios concernem a uma pequena parte fonética organizada em torno da letra, às cinco partes da oração (nome, preposição, verbo, advérbio e conjunção), à sintaxe ou “composição” das cinco partes da oração de acordo com a concordância e a regência, e à sintaxe figurada. Leite (2011b, p. 339) aponta que o autor não se preocupa em explicar a natureza e a formação dessas regras, embora se possa inferir por seus comentários que essas regras são consolidadas pelo uso.

<sup>211</sup> Nesse aspecto, Roboredo segue a Sanchez (1587, trad. Clerico, 1982, p. 105) que recusa a divisão da gramática em partes: “La grammaire ne se subdivise pas en “historique” et “méthodique”, ni en “orthographe”, “prosodie”, “étymologie”, “syntaxe””.



falar corretamente” são utilizados pelos gramáticos latinos do Renascimento e reproduzidos pelos gramáticos das línguas vernáculas. Note-se, contudo, que as duas definições apresentam a gramática como uma *arte*, sem pretensão científica, e cujo objetivo é a aprendizagem das línguas. Além disso, a definição de gramática de Roboredo é inspirada em Sanctius (1982, I, p. 107-108 [1587]), para quem « la grammaire est l’art de parler correctement [...], dont le but est un discours cohérent. Ce discours se compose de signes vocaux ou mots, les mots à leur tour de syllabes, les syllabes de lettres ». A semelhança entre os dois autores é evidente, tanto na concepção e no fim da gramática quanto na ordem de apresentação do conceito, já que Roboredo, assim como o gramático espanhol, acrescenta à definição de gramática sua finalidade, bem como as partes que compõem a oração.

Para Roboredo (1619, p. 1-2, 65), a oração portuguesa, assim como a latina, é composta de cinco partes: nome, preposição, verbo, advérbio e conjunção. Essa divisão das partes da oração também se aproxima daquela proposta por Sanctius (1982, I, II, p. 109-110 [1587]), embora o brocense considere que os constituintes da frase poderiam ser limitados a três: substantivo, verbo e partículas. De fato, se considerarmos que as partículas incluem a preposição, o advérbio e a conjunção, a apresentação é semelhante. A propósito das outras partes da oração, especificamente o pronome, o gramático português distancia-se do gramático espanhol, já que Roboredo concebe o pronome como um nome adjetivo capaz de substituir um substantivo e não como uma categoria distinta do substantivo. No caso da interjeição, ele partilha das ideias de Sanctius e não apreende esse elemento como uma verdadeira classe de palavras.

Roboredo consagra dois capítulos à sintaxe: o capítulo V do livro I e o capítulo III do livro III<sup>212</sup>, além de um extrato da Recompilação<sup>213</sup>. No primeiro livro, os quatro tipos de acordo comuns ao português e ao latim são tratados sucintamente, e a análise da regência das preposições - *de, a, pera, para, com* - é um pouco mais desenvolvida. No terceiro livro, os quatro tipos de acordo são analisados assim como a regência dos casos. Na Recompilação, Roboredo apresenta um resumo da sintaxe. Conforme o autor, a sintaxe, a qual ele nomeia *composição*, é formada pela concordância, pela regência e pela posição que as palavras ocupam na oração.

<sup>212</sup> Livro I. Cap. 5. Da Composição Portuguesa, & Latina correspondentes, em que se encerra a syntaxe das outras artes. Novas regras achadas, & mostradas em uso. Livro III. Cap. 3. Da Composição das cinco partes da Oração, que se faz per Concordia, & Regencia.

<sup>213</sup> “Recopilaçam da Grãmatica Portvgvesa, & Latina”.

Destas cinco Partes [nome, preposição, verbo, advérbio e conjunção] unidas per *Côcordia, Regencia, & Posição* se faz a *Oração*; a qual união chamão Syntaxe. (Recompilação, 1619, p. 1)

Na *Grammatica latina*, publicada seis anos mais tarde, em 1625, Roboredo retoma, em uma definição mais completa, a divisão da sintaxe em concordância, regência e posição. No entanto o termo *posição* é substituído pelo termo *frase*:

**Composição de palavras**, que os Latinos chamão, *Constructio*, e os Gregos, *Syntaxis*, he hũa ordenada disposição das partes da **Oração unidas per Concordia, e Regencia**. E além desta **Composição (sic)**, que he como natural, e geeral se respeita em cada língua sua frase, particular, que guarda certo sitio das palavras. Porque não diremos em bom Portugues; *Eu mas uso dedos dous, os quaes escrevo*: nem em Latim: *Vero ego utor de digitis duobus cum quibus scribo*, sendo as palavras de cada lingua, e estando concordadas, e regidas; senão diremos: *Mas eu uso de dous dedos, com os quaes escrevo: Ego vero duobus digitis utor, quibus scribo*. **Polo que a boa Composição consta de Concordia, e Regencia (...), e de Frase**. (Roboredo, 1625, p. 88 *apud* Assunção e Fernandes, 2007, p. LXXVII, grifo nosso)

A definição de *composição* como *disposição ordenada das palavras na oração* não é sem importância. Ela revela que a oração portuguesa, para Roboredo, segue uma ordem natural assim como a latina. Essa hipótese de uma ordem natural idêntica para todas as línguas será desenvolvida um século depois pelo gramático e enciclopedista francês Du Marsais no *Méthode raisonnée pour apprendre la langue latine* (1722), nos *Veritables principes de la grammaire* (1729) e em artigos da *Encyclopédie*. Roboredo, contudo, inspira-se nas ideias racionalistas de Sanctius<sup>214</sup> para desenvolver a sua concepção acerca da ordem das palavras. Como afirma o próprio autor, a *composição*, ou seja, a *syntaxe* é natural e geral. Ela é natural, porque se fundamenta na razão, e a razão é universal. Para Roboredo, o termo *geral* é sinônimo de *universal*, já que o que é natural é universal. Por outro lado, a *frase* ou *posição* é particular, porque ela segue o uso de cada língua. Não se trata, portanto, de seguir a mesma ordem, mas de respeitar a ordem natural de cada língua, que obedece não apenas a razão, mas também o uso. Beauzée desenvolverá essa divisão da sintaxe no artigo *Grammaire* (1757, vol. VII) da

<sup>214</sup> “Puisque le sujet dont nous traitons doit être confirme par la raison d’abord, et ensuite par les témoignages et par l’usage” (Sanctius, 1857, trad. Clerico, 1982, p. 105)

*Encyclopédie*. O gramático francês divide a sintaxe em *concordance*, *régime* e *construction*, essa última sendo concebida como o arranjo das palavras no discurso.

Para Roboredo, a *sintaxe* ou *composição* das cinco partes da oração realiza-se por meio da “Concordia” e da “Regencia”. As regras gerais que concernem à concordância são de quatro tipos: 1. do adjetivo com o substantivo em gênero, número e caso; 2. do relativo com o substantivo antecedente em gênero e número; 3. do nominativo com o verbo pessoal em número; 4. da pergunta com a resposta em caso, e muitas vezes em tempo, número e pessoa. Como vimos precedentemente, apenas o último tipo não é mencionado por Barros (1540). Sobre o primeiro tipo, Roboredo afirma que

o Nome Substantivo, & Adjectivo concordão em Genero, Numero, & Caso: isto he, que a terminação do Adjectivo se ajunta ao Substantivo do mesmo Genero, no mesmo Numero, & no mesmo Caso, em que o Substantivo esteuer: *ut Sapienti sua sors placet* (Roboredo, 1619, livro III, cap. III, p. 71)

Convém notar em primeiro lugar que o termo empregado por Roboredo para o tratamento do fenômeno do acordo é “concordia”. Sanctius emprega o mesmo termo, pouco utilizado à época, na *Minerva* (Colombat, 1999, p. 412). Roboredo também se baseia na definição de Sanctius sobre a regra do acordo entre o substantivo e o adjetivo, afirmando que a terminação do adjetivo segue àquela do substantivo. Note-se que Sanctius, embora não considere o gênero, mas apenas o número e o caso nesse tipo de acordo, afirma que o adjetivo deve seguir o mesmo gênero que o substantivo, não obstante suas terminações fixas conforme os gêneros. Roboredo retoma, então, em parte a regra de Sanctius sem se afastar do modelo tradicional latino da concordância que considera os três acidentes para o substantivo e o adjetivo.

Sobre o segundo tipo de concordância, Roboredo propõe algumas possibilidades. A mais comum é aquela que o relativo concorda com o substantivo antecedente: “O Relativo, & Antecedente, que he o Substantivo, que lhes precede, concordão em Genero, & Numero: *ut Flagitium, quod astu celatur, aetas indicat*”. Em latim, o relativo pode aparecer entre dois substantivos e, nesse caso, a concordância pode se produzir não somente com o substantivo antecedente, mas também com o substantivo que segue, tal como no grego, “*ut Antiquissimum vitium est, quae invidia appellatur*”. Roboredo

(1619, livro III, cap. III, p. 72) nota ainda que qualquer palavra ou oração pode servir de antecedente.

O terceiro tipo de concordância produz-se unicamente em número entre o nominativo e o verbo, porque “o Nome não tem Pessoas para concordar nellas com o Verbo, que as tem”. Eis a regra:

o Nome posto em Nominativo concorda com o Verbo Pessoal posto na terceira Pessoa em Numero sômente. Porque estes Nominativos, *Ego, Nos*, tomão pera si as primeiras Pessoas: & estes, *Tu, Vos*, tomão as segundas Pessoas. Aos mais Nomes postos em Nominativo singular se lhe ajuntará a terceira Pessoa singular: & postos em Nominativo Plural, se lhes ajuntará a terceira Pessoa de Plural: *ut Novitas acquirit gratiam: Literae non erubescunt.* (Roboredo, 1619, livro III, cap. III, p. 72)

Essa regra também é tomada de Sanctius (1587, trad. Clerico, 1982, p. 163-164) que afirma que o nome e o verbo devem concordar em número. Sanctius parte do princípio de que “tout nominatif est de la troisième personne, sauf *ego* (je) et *tu* (tu)”. Roboredo considera, então, esse princípio e afirma que o verbo segue em número o nominativo. O autor também destaca que existe uma hierarquia entre os pronomes *ego*, *tu* e *ille* que deve ser respeitada e que a concordância se faz, conseqüentemente, com o mais nobre.

Roboredo considera ainda um quarto tipo de concordância entre a pergunta e a resposta em caso e, muitas vezes, em tempo, número e pessoa.

A Pergunta & Resposta concordão dereitamente em Caso, Tempo, & Numero: *ut, Quae oratio est optima? est Dominica. Cujus est haec oratio? Christi. Cui debetur honos? Deo. Quam rem desiderant homines? Desiderant felicitatem. De quo digladiantur in mundo? digladiantur de crepundijs.* Se a Pergunta se fezer per terceira Pessoa, a direita Resposta recorre aa terceira Pessoa; como se vê. Porem quando a Pergunta, ou modo de perguntar se faz per Mādativo, ou per hum Verbo, & a Resposta per outro, não concordão sempre em Tempo; *ut, Cur non audietis? Iam audimus, vel audivimus. Quí scis? Ego observabam, vel observavi* (Roboredo, 1619, livro III, cap. III, p. 72-73).

De acordo com Colombat (1999, p. 407), Despautère (1537) evoca o acordo entre o “responsivo” e o interrogativo. Nesse tipo de acordo, o caso utilizado na resposta

deve corresponder aquele utilizado na pergunta. Roboredo restaura esse acordo e o atualiza, visto que não considera apenas a uniformidade dos casos como Despautère, mas também da pessoa, do número e, também, do tempo, desde que esse último não esteja no “mandativo”, ou seja, no imperativo.

No que diz respeito ao fenômeno da regência, Roboredo inspira-se em Sanctius e enfatiza os casos, distinguindo-se de Barros que organiza a regência em torno das partes do discurso. Assim, no capítulo III do livro III denominado “*Regencias dos casos*”, Roboredo apresenta casos não regidos e regidos. Entre os primeiros, ele menciona o *nominativo* e o *vocativo*:

o Nominativo he principio da Oração, o qual todo o Verbo Pessoal quer antes de si ou expresso, ou entendido de fora: *ut Excelsus humilia respicit. Ex arena retinacula nectis*. O Verbo, *Sum*, & algũs Passivos admittem dous Nominativos per modo de hum sô; *ut Homo est animal: Avaritia dicitur vitium*. (Roboredo, 1619, livro III, cap. III, p. 73)

o Vocativo he sômente para chamar, ou mostrar a cousa a que a practica se endereça: *ut o Deus: adjuva me Domine*. Nos Tempos mandativos parece o Vocativo, que tem vez de Nominativo; tanta he a semelhança destes dous Casos! (*Ibid.*, p. 74)

Diferentemente de Sanctius, Roboredo não declara explicitamente que o nominativo e o vocativo não são regidos. Contudo, para o primeiro caso, o gramático português faz referência à relação entre o nominativo e o verbo pessoal, o nominativo funcionando como sujeito da oração. Na menção “dous Nominativos per modo de hum sô”, o verbo *sum* admite dois nominativos, um como sujeito e o outro como atributo, como no exemplo “o homem é um animal” (*ut Homo est animal*). Quanto ao vocativo, Roboredo inspira-se igualmente em Sanctius (1587, trad. Clerico, 1982, p. 178) que afirma que esse não pode ser regido, porque a frase construída se endereça para o vocativo.

Os casos regidos são o *genitivo*, o *dativo*, o *acusativo* e o *ablativo*. Roboredo compara aqui o português e o latim. Enquanto no português o genitivo é sempre regido pela preposição *de*, no latim o genitivo é sempre regido por um nome:

o Genitivo na lingua Portuguesa, & outras Vulgares, sempre he regido da Preposição, De, expressa: como, o *Somno he imagem da morte*:

porem na Latina sempre he regido de Nome Sustantivo: *ut Sopor lethi imago*. Na qual regencia concorrem dous Sustantivos não continuados, mas diversos, & sempre o Genitivo he de Possuidor. (Roboredo, 1619, livro III, cap. III, p. 73)

Conforme explica Roboredo (Recompilação, 1619, p. 1), a regência do genitivo no português feita depois da palavra regente consiste no uso da preposição *de* colocada diretamente entre dois substantivos. Trata-se, portanto, de uma relação de posse estabelecida entre a preposição *de* e o substantivo seguinte. Em latim, a ordem direta não é necessária, porque a função de cada termo não é indicada pela ordem das palavras, como em português, mas pela sua terminação.

Quanto ao dativo, ele é regido em português pelas preposições *a* e *pera*. No entanto

o Dativo na Latina sempre se rege per modo de aquisição, que faz a cousa posta neste Caso attrahindo a Oração em que entra: & a qualquer dicção, ou Oração se accomoda: ut, *Erranti medicina confessio*. [...]. Nas outras linguas se rege o Dativo ou de modo de aquisição, ou de Preposições: ut, *Grates tibi pendo, quòd declaraveris te mihi subventurum*. Na Portuguesa se rege das Preposições *A, Pera*. (Roboredo, 1619, livro III, cap. III, p. 73-74)

Como Sanctius, Roboredo também compreende que a natureza do dativo é de significar a aquisição, contudo há uma divergência entre os autores. Na verdade, enquanto Sanctius (1587, trad. Clerico, 1982, p. 172) afirma que “le datif n’est jamais régi, ni à l’actif, ni au passif. Il signifie partout l’acquisition”, Roboredo acredita na regência do dativo latino, pois declara que em latim o dativo “se rege per modo de aquisição”. Em português, a preposição “*a*” rege dativo depois de alguns adjetivos, “Amigavel ao homem he a razão” (Roboredo, 1619, livro I, cap. V, p. 49), e de alguns verbos “convem ao Mestre” (*ibid.*). A preposição “*pera*”, por sua vez, rege dativo antepondo-se a pessoas, “Pera os mininos sera isto mais fácil, que pera os grandes sendo rudes” (*ibid.*).

O acusativo pode tanto ser regido por preposições quanto por verbos. Em português, a preposição *para* rege acusativo quando se junta a lugares, coisas, ou pessoas, como em “Partio para Roma a dar conta do governo” e “fugir para Deus, antes que para os homens, he cousa segura” (Roboredo, 1619, livro I, cap. V, p. 50). A

preposição *a* rege acusativo significando movimento, “quando fores aa igreja pedir a Deus socorro”. Quantos aos verbos,

**qualquer Verbo Activo pode reger depois de si Accusativo, [...];** ou he na Latina supposto de Infinitivo, que pede antes de si Accusativo: *ut, Invenies meum erga te amorem nescire ordinem: & ordinem nesciri ab amore meo*. Doutra maneira sempre o Accusativo depende de Preposição ou calada, ou expressa; como acontece na distancia, medida, & tempo, se a pergunta se fezer, ou entender per, *Quandiu*. Na qual distancia, medida, & tempo elegantemente se cala a Preposição: *ut sex ulnas eminent; tres passus distat: duas horas scripsi. Id est. Per, In.* [...]. (Roboredo, 1619, livro III, cap. III, p. 74, grifo nosso)

Sobre o acusativo latino, Roboredo retoma uma das três funções do acusativo<sup>215</sup> mencionadas por Sanctius (1587, trad. Clerico, 1982, p. 175), aquela do “supposit d’un verbe infinitif”, ou seja, sujeito (*suppositum*) de um infinitivo. Como o gramático brocense, ele também reconhece que o acusativo depende sempre de uma preposição. Nas orações com complementos que indiquem distância, medida e tempo, o acusativo é regido por uma preposição subentendida, como em “escrevi duas horas” (*duas horas scripsi*).

O ablativo, por sua vez, é regido apenas pelas preposições. No português, as preposições que regem ablativo são *com*, *de* e *em*. Conforme explica Roboredo, enquanto essas preposições são expressas na língua portuguesa, elas quase sempre são subentendidas na língua latina.

Entre as Preposições, que regem Ablativo, ha estas mui repetidas na practica Portuguesa, na qual sempre se declara *Com*, antes do *instrumento*; & na latina quasi sempre se cala: como, *Screvo com a pena: Scribo calamo*.

Esta Preposição, *De*, quando tem por Ablativo algum nome Proprio de lugar, sempre se declara na Portuguesa; & mais vezes se cala na Latina a Preposição que lhe responde: como, *parti de Coimbra para Lisboa: profectus sum Conimbrica Vlyssipolim*.

Esta Preposição, *Em*, se declara sempre na Portuguesa, & se cala mais vezes na Latina, antes de nomes Proprios de lugares, & partes do animo, ou corpo: como *em Roma stavas, quando eu em Lisboa: Romae eras, quando ego Vlyssipoli*. (Roboredo, 1619, livro III, cap. III, p. 51)

<sup>215</sup> “O acusativo pode ocupar apenas três funções: régime de um verbo (nesse caso, ele é chamado *appositum* “appôt”), régime de uma proposição, *suppositum* “suppôt” de um infinitivo” (Colombat, 1999, p. 435).

Para Sanctius (1587, trad. Clerico, 1982, p. 181), o ablativo é o caso da preposição, porque ele é sempre regido por uma preposição. Assim como Sanctius, Roboredo (1619, p. 74) justifica a ausência das preposições nos enunciados pela figura elipse. No latim, a preposição precede o ablativo absoluto de coisa ou pessoa, entre outros. Note-se, contudo, que para Sanctius o ablativo absoluto é precedido de uma preposição subentendida, ao passo que para Roboredo, a preposição o precede explicitamente.

Além da *concordância* e da *regência*, a *posição* também constitui a sintaxe. Como vimos anteriormente, a posição ou ordem não é universal, mas particular a cada língua. De acordo com Roboredo (Recompilação, 1619, p. 1), a “*Posição* toca a todas as cinco partes: aa *Preposição* antes de Nome; ao *Adverbio*, antes de *Verbo*, *Adjectivo*, & *Adverbio*: aa *Conjunção*, porque ou se antepoĩ, ou se pospoĩ”. As partes da oração ocupam no enunciado uma posição que respeita o que o autor denomina “ordem direita”, ou seja, ordem natural das palavras. Como nota Leite (2011b, p. 355), a ordem das palavras é um dos pontos que marca a distinção entre o português e o latim. De fato, o latim tem uma ordem mais livre, enquanto o português apresenta uma ordem fixa das palavras na oração, entretanto essa ordem é regulada pelo uso, como afirma o próprio autor:

A composição das partes da Oração, começa per Nominativo, & consta de Concordia antes da palavra; de Regencia despois da palavra regente, & do sitio dellas, que o uso ensina. (Roboredo, 1619, livro I, cap. V, p. 47)

Embora Roboredo afirme que a oração começa por nominativo, a ordem das palavras não é absolutamente fixa como se pensa já que é o uso que estabelece o “sitio”, ou seja, a disposição/a ordem das palavras na oração. Essa ordem das palavras não é, portanto, a mesma em todas as línguas. Leite (2011b, p. 356-357) observa que o problema da “ordem direita” das palavras na oração é evocado quando o autor trata da regência de algumas preposições: “As Regencias principaes mostram as Preposições *De*, *A. De*, rege Genit. quando per ordem direita vai entre dous Sustantivos” (p. 47). Do mesmo modo, quando trata de sintaxe figurada, “Se se trocar a direita ordem da Composição se diz Anastrophe: *ut mecum, tecum, quibuscum &c.* (...) Se a direita



ordem for mais confundida, se diz Synchesis; *ut Brevis est magni fortuna favoris*” (p. 76). Nos dois casos, o gramático evoca a existência de uma ordem natural das palavras na oração, seja para organizar o discurso, seja para justificá-lo.

Finalmente, podemos considerar os seguintes pontos. A propósito da gramática, como já observado por Assunção e Fernandes (2007, p. XCIV), Roboredo estabelece uma ligação entre a concepção tradicional herdada dos gregos e a concepção “inovadora” de Sanchez, de quem os gramáticos portugueses se afastaram. De fato, o estudo gramatical desenvolvido por Roboredo combina o aporte da gramática latina (terminologia, conceitos e regras), atestando a universalidade implícita do modelo greco-latino, com a concepção racionalista de Sanchez sobre a terminologia, os conceitos e as regras da gramática latina. Entretanto Roboredo não se conforma com esses modelos e modifica a estrutura da gramática, apresentando uma nova divisão em cinco partes (variação, composição, derivação, concórdia e regência). Ele também apresenta uma nova divisão da sintaxe em *concordia*, *regência* e *posição* (ordem) e utiliza o termo *composição* para designar a sintaxe ou construção. Note-se, contudo, que Linacre (1524) já utiliza o termo *compositio* para definir a sintaxe latina e Oliveira (1536) para definir a sintaxe portuguesa.

No que diz respeito à noção de universalidade, Roboredo aplica essa noção na elaboração de um método universal de ensino das línguas e, no interior desse método, à elaboração de uma gramática com princípios universais, como afirma o próprio autor (1619, prólogo, p. XXIII): “ordenei poucos preceitos [...]. E muitos deles são vniuersaes”. Esses princípios concernem, como já mencionado, entre outros às cinco partes da oração e à sintaxe – concordância, regência e posição. A generalização desses princípios do latim ao português também atesta a universalidade implícita do modelo latino. Para a “concordia”, Roboredo retoma as três regras gerais da concordância, também mencionadas por Barros (1540), e que concernem ao latim: 1) do adjetivo com o substantivo em gênero, número e caso; 2) do relativo com o antecedente em gênero e em número; 3) do nominativo com o verbo pessoal em número. A quarta regra, 4) o acordo entre a pergunta e a resposta em caso, número e tempo, que Roboredo empresta provavelmente de Despautère (1527), não é referida por Barros (1540) nem será retomada por Argote em sua gramática (1725). Para o fenômeno da regência, inspirado em Sanctius, Roboredo não o organiza a partir das partes do discurso, como Barros (1540), mas em torno dos casos. Finalmente sobre a ordem das palavras, Roboredo,

assim como Barros<sup>216</sup>, reconhece que ela é particular a cada língua e que é o uso que estabelece a disposição das palavras na oração. No entanto, Roboredo refere a noção de “ordem direita”, também denominada “ordem natural”, fundada na razão. Essa ordem é idêntica em português e em latim: nominativo (sujeito) + verbo + casos regidos (complemento).

### 3.1.4 Gramáticas do século XVIII: Argote (1725), Lobato (1770), Fonseca (1799)

#### 3.1.4.1 Argote



Fig. 3 Argote 1725

Jeronymo Contador de Argote<sup>217</sup> é o autor da gramática denominada *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*<sup>218</sup>. O termo “espelho” que consta no título

<sup>216</sup> Sobre a ordem das palavras, Barros (1540, p. 59) afirma que “cada naçãm tem sua òrden: e por nam serem uniuersaes a todos, lhe podemos chamár açidentaes”.

<sup>217</sup> Jeronymo Contador de Argote foi um padre, historiador e gramático português. De acordo com Marques (2016, p. 16-17), Argote nasceu em Colares, Sintra, em 8 de julho de 1676. De família nobre, ele iniciou sua formação na cidade do Porto, mas foi em Lisboa, no colégio jesuíta São Francisco Xavier que ele começou seus estudos de latim. Em 1688, aos 12 anos, Argote entrou na Ordem dos Clérigos

dessa obra, demonstrando a analogia entre as regras do latim e do português, era utilizado na Idade Média para nomear obras didáticas que apresentavam ideias sobre o mundo e suas leis, observadas nos fenômenos naturais ou nos costumes (Connochie-Bourgne, 2003, p. 29). Os gramáticos modistas também utilizaram esse termo. De acordo com Moura (2008, p. 112), esses gramáticos retomaram uma ideia que remonta a Platão e conceberam a linguagem como um espelho que reflete a verdade sobre as coisas.

À semelhança de Roboredo, Argote parte do pressuposto de que existem regras comuns a todas as línguas<sup>219</sup>. Contudo, Argote não elabora uma gramática comparada entre o português e o latim, tal qual seu predecessor, mas uma gramática do português descrita pelas regras do latim. Isso vai ao encontro do objetivo do autor de “ensinar as regras da lingua Portugueza para facilitar aos meninos a percepção, e o uso da

---

Regulares Teatinos, na Casa de Nossa Senhora da Divina Providência, em Lisboa, e pronunciou seus votos em 1692, com 16 anos. Durante esse período, Argote estudou as línguas clássicas, o latim e o grego, bem como as línguas vernáculas, o francês e o italiano, mas também retórica, filosofia e teologia. Autodidata, Argote se dedicou ao estudo das matemáticas (geometria e aritmética), da geografia e da cronologia. Em 1708, ele tornou-se, aos 32 anos, mestre de retórica e latim nessa mesma Casa de Nossa Senhora da Divina Providência, em Lisboa. Por motivos de saúde, ele instala-se em Braga, onde exerceu algumas atividades, dando cursos particulares de filosofia e de matemática e auxiliando nas funções eclesiais. De Braga, mudou-se para Coimbra, onde encontrou pessoas importantes da universidade, e depois para o Porto. Retorna à Lisboa em 1715. Argote ingressa na Academia real de história portuguesa, fundada em 1720, e é escolhido pelo rei D. João V para escrever as memórias históricas do arcebispado de Braga, que ele intitulou *Memorias para a Historia Ecclesiastica de Braga, primaz das Hespanhas*, publicada em quatro tomos, entre 1732 e 1747. Além dessa obra importante, Argote publicou outras obras de história, de religião e de linguística: *Sermam da Payxaõ* pregado no Convento de N. Senhora da Divina Providência (1717); *Regras da lingua Portugueza espelho da lingua Latina* (1721); *Vida e milagres de São Caetano de Thiene* (1722); *Dissertação da vinda de Santiago a Hespanha* (1722); Segunda edição da gramática *Regras da lingua Portugueza espelho da lingua Latina* (1725); *De antiquitatibus conventus bracaraugustani: libri quatuor, vernáculo, latinoque sermone conscripti* [...] (1728), escrito em latim. *Parecer anatómico, historico, critico, e judicioso* sobre a Dissertação Historica, e critica de huma inscripção que existe no campo de Santa Anna na Cidade de Braga [...] (1742). Argote faleceu no dia 9 de abril de 1749, aos 72 anos, no Convento dos Caetanos, em Lisboa.

<sup>218</sup> A gramática *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* teve duas edições. A primeira publicada em 1721 sob o pseudônimo de Pe. Caetano Maldonado da Gama e a segunda, em 1725, com a identidade real do autor. As duas edições apresentam estruturas distintas. A primeira tem 228 páginas, e é organizada em três partes: a primeira trata das classes de palavras; a segunda trata da sintaxe simples e a terceira trata da sintaxe figurada. A segunda edição conta 360 páginas e é organizada em quatro partes. A quarta parte acrescentada nessa edição é dedicada à variação linguística.

<sup>219</sup> Segundo Argote, (1725, Introdução, p. XXIII), “Porem; como este methodo, e miudezas, sò são praticaveis a respeyto dos meninos, que aprendem em suas casas com Mestres particulares, e não com os que aprêdem nos Estudos publicos, fora muyto conveniente que nas escolas ao mesmo tempo, em *que* os Mestres ensinaõ os meninos a escrever, e contar, lhes ensinassem esta Grammatica Portugueza; porque assim passariaõ aos Estudos publicos do Latim senhores jã não só das regras, em que convêm todas as línguas universalmente, que não são poucas, mas tambem da mayor parte das regras da Grammatica Latina, como nesta Grãmatica se pode ver”.

Grammatica Latina” (1725, Introdução, p. XIX). Com esse objetivo de facilitar a aprendizagem do latim por meio das regras do português, Argote observa como critério de análise a analogia entre as línguas, como ele mesmo explica na dedicatória feita ao príncipe de Portugal D. José I: “contêm esta Grammatica a analogia, que se encontra entre a lingua Portugueza, e a Latina, e hum methodo fácil, e claro para pelas regras da primeyra conhecer, e praticar os preceytos da segunda”. Esse critério é mencionado no prólogo, na passagem seguinte:

A presente Grammatica he Portugueza no nome, nas palavras, e nas regras; porèm no intento, e effeyto, para que se compoz, he Latina; por isso **a mayor parte das regras, que contêm, guardaõ ou total, ou parcial harmonia com as Latinas**, e as demais, em que a Grammatica Portugueza dicorda inteiramente da Latina, as reputa como Idiotismo, e assim as deyx para aquelles, que houverem de compor da Grammatica Portugueza em toda a sua extensaõ. (Argote, prólogo, 1725, grifo nosso)

Argote, tal qual Roboredo, elabora um manual para facilitar a aprendizagem do latim. Por isso, os dois autores se detêm sobre as regras comuns às duas línguas e não sobre as regras particulares<sup>220</sup>. O interesse pelo ensino do latim é justificado por Argote na introdução (1725, p. XVI) à sua gramática: “A Lingua Latina he universal em toda a Europa, e necessaria para as occupaçoens da Republica”. Sabendo que o latim era ainda utilizado como a língua das ciências e da administração em muitas nações, seu domínio era, portanto, essencial. Segundo o gramático português (Introdução, 1725, p. XVII), a melhor maneira de facilitar a aprendizagem do latim e de abreviar o tempo de estudo dessa língua consistia primeiro em ensinar aos alunos a gramática portuguesa e depois a gramática latina. Ao defender essa ideia, Argote junta-se aos oponentes do método de ensino do latim pelo latim proposto pelos jesuítas. Essa preocupação de facilitar a aprendizagem do latim utilizando a língua materna do aluno como metalinguagem é comum aos gramáticos humanistas do Renascimento e do século XVI (cf. Chevalier, 1968, p. 377).

Herdeiro do pensamento de Sanctius e de Roboredo, Argote fundamenta suas ideias linguísticas na razão e na experiência:

---

<sup>220</sup> Embora dê mais importância às regras gerais, Argote não deixa de registrar algumas regras particulares ao português, as quais ele nomeia idiotismo. Ele consagra um capítulo aos idiotismos da língua portuguesa na terceira parte do livro dedicada à sintaxe figurada. Sobre os idiotismos na gramática de Argote, leia-se Marques (2016).

Mostra-o a razão, porq a mayor parte das regras da Grammatica Portugueza convem, e são as mesmas, de que usa a Grammatica Latina. E assim sabidas as primeyras tem vencido o Estudante, quando entra a aprender o Latim, a mayor parte das suas regras, nem encontra dificuldade em as perceber, e as usar (...).

A esta razão confirmaõ as experiencias, pois [...] procedia que os Romanos, *que* não obstante ser a lingua Latina a sua lingua vulgar, aprendiaõ a Grammatica dela [da língua grega]: porque como entre os nobres, e sabios estava muy valido o uso da lingua Grega, para a aprenderem sem dificuldade aprendiaõ primeyro na puericia a Grammatica Latina. A estas experiencias geraes, e estranhas accrescento a que eu particularmente observey. Recomendou-se ensinar a lingua Latina a hum menino filho de hu Grande da nossa Corte, e reparey que ensinandolhe primeyro qualquer regra no Portuguez; a percebia logo na Grammatica Latina. (Argote, 1725, Introdução, p. XVII-XIX).

Argote tenta explicar a analogia existente entre o português e o latim pela razão. Não obstante a publicação da *Grammaire générale et raisonnée* em 1660 e a referência ao “novo methodo dos Padres da Congregaõ de Portroial”<sup>221</sup>, na introdução da segunda edição de sua gramática, Argote se apoia sobre as concepções racionalistas de Sanctius e não nas concepções racionalistas de Arnauld e Lancelot. De fato, o gramático português não vincula a razão à lógica, nem pretende mostrar como a razão humana funciona no português e no latim. Ele pretende explicar que a comparação entre as duas línguas é fruto de uma reflexão racional, fundamentada na experiência. Assim, a fim de atestar essa reflexão, Argote menciona duas experiências, a saber, duas situações práticas, uma sendo geral e outra, particular, vividas por ele.

A gramática de Argote tem quatro partes: a primeira é consagrada às classes de palavras; a segunda, à sintaxe simples; a terceira, à sintaxe figurada; e a quarta, à variação linguística<sup>222</sup>. No que diz respeito ao dispositivo enunciativo das *Regras*, Argote elabora sua gramática sob a forma de perguntas e respostas, no quadro de um diálogo construído entre o discípulo (D) e o mestre (M). Essa forma utilizada por Donato na *Ars minor* é retomada pelos gramáticos latinos do Renascimento, Aldo

<sup>221</sup> “Tambem advirto que alguns poderaõ estranhar a explicação, que dou a alguns pontos da Grammatica Portugueza, porém os que forem versados na lição do novo methodo dos Padres da Congregaõ de Portroial, e da Grammatica discursada do Padre Lami, veraõ que na explicação da Grammatica Portugueza observe a mesma doutrina, que elles observaraõ a respeyto da Latina” (Argote, 1725, Introdução, p. XXIII-XXIV).

<sup>222</sup> De acordo com Leite (2011c, p. 667), essa quarta parte é a primeira sistematização dos dialetos portugueses.

Manuce (1508) e Nebrija (1488), bem como pelos gramáticos das línguas vernáculas, por exemplo o francês Bosquet (vers 1568 *apud* Julien 2000, p. 1).

Argote não fornece nenhuma definição para a gramática, contudo ele apresenta uma definição para a língua e a oração:

- M. Dizeyme, e que cousa he lingua Portugueza?  
 D. Lingua Portugueza são as palavras, e modo de fallar, de que os Portuguezes entre si usaõ na pratica, ou conversaçãõ, ou quando escrevem.  
 M. E de que consta a pratica, ou conversaçãõ?  
 D. Consta de palavras, ou Oraçoens.  
 M. E que cousa he Oraçãõ?  
 D. São as palavras, que hum homem diz a alguem, ou lhe escreve.  
 M. Dizey exemplos.  
 D. *Já estou saõ; Tenho sede;* saõ Oraçoens.  
 M. E quantas castas de palavras tem a lingua Portugueza, e as suas Oraçoens?  
 D. Oyto.  
 M. Quaes saõ?  
 D. Nome, Pronome, Verbo, Participio, Adverbio, Preposiçãõ, Conjunçãõ, e Interjeçãõ. (Argote, 1725, p. 2)

Roboredo (1619) não apresenta uma definição sistemática de *língua*, mas ele concebe que esse termo está relacionado a qualquer língua particular e não apenas ao latim. De fato, o autor utiliza expressões como “língua latina”, “língua materna”, “língua estranha” [estrangeira]. Sobre a concepção de língua, Leite (2007, p. 279) nota que Barros (1540) elaborou uma gramática da “língua” portuguesa, ao passo que Oliveira (1536) elaborou uma gramática da “língua” portuguesa. Na gramática de Oliveira, o termo “língua” caracterizava o latim, enquanto “língua” caracterizava as línguas vernáculas. Essa concepção não se aplica à gramática de Barros, porque o autor utiliza tanto a expressão “língua latina” quanto “língua portuguesa”. Argote, por sua vez, sistematiza a noção de língua portuguesa, concebendo-a como uma língua particular utilizada como meio de comunicação no seio de uma comunidade linguística (Schäfer-Prieß, 2019, p. 145).

Para a noção de *oração*, “as palavras, que hum homem diz a alguem, ou lhe escreve”, Argote não menciona a relação entre as palavras, nem sua organização no discurso, mas apenas sua expressão. Na verdade, segundo o autor, a oração resume-se a uma exposição oral ou escrita. Argote distingue-se, então, de Roboredo (1619, p. 64) que, em sua definição de oração, leva em consideração a organização das palavras,

“Oração bem concertada [...] he hũa coherente disposição de palavras”. Ademais, Roboredo (1619, p. 182) dá uma definição de frase. Segundo o gramático, trata-se do modo de falar caracterizando o gênio de cada língua: “Frase he hum particular modo de fallar de cada lingua segundo a pronunciação, & ajuntamento de palavras per certa collocação delas”. De acordo com Léon (2003, p. 8), o termo *frase* (lat. *phrasis* – “diction, style, élocution”; gr. *phrasis, phraseôs* – “discours, expression, langage, diction”) aparece na língua francesa no século XVI, em 1546, com o sentido de “arrangement des mots, façon de parler, tour donné à l’expression”. Podemos, então, afirmar que a oração vista por Argote corresponde à definição tradicional da frase, a que Roboredo se refere, como “modo de falar”.

De acordo com Argote, oito classes, ou seja, oito partes compõem a oração portuguesa: nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Diferentemente de Barros, Argote (1725, p. 5) não considera o artigo como uma parte da oração independente, mas como uma “partícula, que se poe antes do nome”, embora o artigo seja uma classe regular na língua portuguesa. Essa consideração se justifica, porque o objetivo de Argote é adaptar o português ao latim. Uma vez que os gramáticos latinos não reconhecem o artigo como tal, a consideração do artigo como parte da oração na língua portuguesa não tem razão de ser. A referência ao caráter distribucional do artigo aparece, de acordo com N. Fournier *et al.* (2019, p. 132), nas primeiras gramáticas do francês, dentre elas a de Meigret (1550), que menciona o lugar do artigo anteposto ao nome. Quanto ao termo « partícula », os *Messieurs* de Port-Royal utilizam esse termo para caracterizar os artigos : « presque en toutes les Langues on a inventé de certaines particules, appellées Articles, qui en déterminent la signification d’une autre maniere, tant dans le singulier, que dans le plurier » (*GGR*, 1676, p. 52). Certamente, a gramática de Argote não tem o mesmo estatuto da gramática de Port-Royal, entretanto o gramático português se inspira na *GGR* em sua concepção do artigo como uma partícula.

Como mencionado anteriormente, Argote consagra a segunda parte das *Regras à sintaxe simples*. Na definição de sintaxe, ele retoma a noção de correção<sup>223</sup> presente nas gramáticas humanistas (cf. Colombat, 1999, p. 379). A seguinte passagem ilustra isso:

---

<sup>223</sup> Essa noção, contudo, já se encontra na tradição da gramática especulativa (cf. Libera e Rosier, 1992, p. 174).

Mestre. Que cousa he Syntaxe?

D. Syntaxe he a boa ordem, e disposição das palavras.

M. E que cousa he a boa ordem, e disposição das palavras?

D. He estarem as palavras no numero, caso, e no lugar, que lhes pertence.

M. Dizey exemplo.

D. *O Pay ama aos filhos*. Nesta Oração ha boa ordem de palavras, porque todas as palavras estão no numero, caso, e lugar, que se lhes deve. (Argote, 1725, p. 184-185)

A noção de correção está associada ao acordo dos acidentes gramaticais assim como à ordem das palavras na oração. Ora, a ordem das palavras é o critério utilizado por Argote para definir a sintaxe. Convém lembrar que Barros e Roboredo fazem referência, em suas definições de sintaxe, à organização das palavras. A definição de Argote nos lembra aquela elaborada por Lancelot no *Nouvelle méthode latine* (1662, 6. ed., p. 399), “LA CONSTRUCTION que le Grecs appellent SYNTAXE, n’est autre chose que la juste composition, & l’arrangement des parties dans l’oraison”. Argote empresta de Lancelot não só a definição de sintaxe, mas também a divisão dessa matéria em simples e figurada, associando a sintaxe simples à “ordem natural” das palavras<sup>224</sup>:

M. E quantas castas ha de Syntaxe?

D. Duas.

M. Quaes são?

D. Syntaxe simples, e Syntaxe figurada.

M. Qual he a simples?

D. He a que ensina as regras de ordenar bem as palavras na ordem natural.

M. E qual he a ordem natural das palavras?

D. He que o artigo esteja antes do nome, o nominativo antes do Verbo, o caso do Verbo depois do Verbo, que o adjectivo tenha o seu substantivo, &c. (Argote, 1725, p. 185)

Do mesmo modo, Argote retoma o critério da ordem na definição de sintaxe simples, relacionando-a a uma “ordem natural” das palavras, em que o verbo é precedido pelo sujeito e seguido pelo complemento. Vale lembrar que Barros e Roboredo, em suas gramáticas, fazem referência à ordem natural das palavras na oração.

<sup>224</sup> Conforme Lancelot (*NML* 6, 1662, p. 399), “Elle [la syntaxe] se divise en SIMPLE ou REGVLIERE, & en FIGVRÉE ou IRREGVLIERE. La Reguliere est celle qui suit l’ordre naturel, & qui approche beaucoup de la façon de parler des langues vulgaires”.



A classificação da sintaxe em “sintaxe de concordar” e “sintaxe de reger” (Argote, 1725, p. 186) segue a divisão tradicional apresentada pelos gramáticos humanistas e vernaculares precedentes. As regras gerais que concernem à concordância são duas: 1. a concordância dos verbos em número e em pessoa com os nomes ou os pronomes; 2. a concordância dos nomes adjetivos em gênero, em número e em caso com os substantivos. Embora o acordo do relativo com o seu antecedente em gênero e em número não seja referido quando o autor descreve os tipos de acordo, duas regras que lhe concernem são enumeradas. A escolha de Argote deve-se provavelmente ao fato de o relativo ser considerado um adjetivo, o que faz com que esse tipo de concordância entre no acordo do adjetivo com o substantivo. Argote formaliza seis regras de concordância. As duas primeiras regras concernem ao acordo dos nomes adjetivos com os substantivos:

M. Dizey as regras da Syntaxe de concordar.

D. Primeyra Regra. Todo o nome adjectivo concorda com o seu substantivo em genero, numero, e caso, ou o substantivo venha na Oraçaõ claro, ou este ja occulto.

M. Dizey exemplo com o substantivo claro.

D. *A faisca despresada causou o incendio.* [...].

M. Dizey exemplo do substantivo escondido.

D. *Pedro em breve ha de vir.*

[...]

D. Segunda regra. Todas as vezes, que os nomes substantivos, com que concorda o adjectivo, são muytos, e de diversos generos, o adjectivo, quanto ao numero, se poem no plural, quanto ao genero concorda com o mais nobre, que he o masculino. Esta regra ha tambem no Latim.

M. Dizey exemplo.

D. *A Rosa, e o Cravo murchos perdem a gala.* [...]. (Argote, 1725, p. 188-190)

Argote ajusta as regras de concordância do português àquelas do latim e menciona sua existência comum às duas línguas. Em conformidade com Lancelot (*NML* 6, 1662, p. 401), Argote faz referência ao substantivo expresso ou subentendido com o qual o adjetivo se relaciona e concorda. Note-se igualmente que Roboredo, embora seja tributário das ideias de Sanctius, não menciona o acordo do adjetivo com o substantivo subentendido.

As duas regras seguintes concernem ao acordo entre o verbo e o nome ou pronome. Se Roboredo (1619, p. 72) e Lancelot (*NML* 6, 1662, p. 406)<sup>225</sup>, com base nas ideias de Sanctius, examinam apenas a concordância em número entre esses termos, Argote abandona essa descrição. Para o verbo e o nome, ele prefere a descrição tradicional do acordo em número e em pessoa, como proposto por Barros (1540, p. 61) e por Lancelot na *GGR* (1676, p. 154) e na edição do *NML* (1683, p. 288). Para Argote, o verbo deve concordar com o nome e não o contrário como afirmado por Barros (1640, p. 61) e por Roboredo (1619, p. 72):

D. Terceyra regra. O Verbo concorda em numero, e em pessoa com o nome, que lhe serve de nominativo. Esta regra ha tambem no Latim.

M. Dizy exemplo.

D. *Pedro tem saude.* [...].

D. Quarta regra. Quando os nomes, que servem de nominativo ao Verbo, são muytos, e pertencem a diversas pessoas, o Verbo quanto ao numero vay ao plural, e quanto à pessoa concorda com a mais nobre. Esta regra há tambem no Latim.

M. Dizey exemplo.

D. *Eu, e Pedro escapamos da tormenta.* [...]. (Argote, 1725, p. 191)

As duas últimas concernem ao acordo do relativo com o antecedente. Neste ponto, Argote distingue-se de seus predecessores. Enquanto Barros formaliza a regra de concordância do relativo com o antecedente em gênero, em número e em pessoa, e que Roboredo reconhece apenas o acordo em gênero e em número entre esses termos, Argote, adaptando ao português a regra do latim fornecida por Lancelot (*NML* 6, 1662, p. 402), formaliza o acordo do pronome relativo em gênero e em número com o antecedente, mas também em caso com o nome subsequente:

D. Quinta regra. O Relativo *O qual, a qual, ou Que* concorda com o seu antecedente em genero, e em numero, mas não concorda em caso. Esta regra ha tambem no Latim.

M. Dizey exemplo.

D. *Estimo estes soldados, os quaes são valerosos.* [...].

D. Sexta regra. Os pronomes *Este, Esse, &c.* quando sómente são Relativos, concordão com o seu antecedente em genero, e numero, e não concordão em caso. Esta regra ha também no Latim.

---

<sup>225</sup> Na edição de 1683 do *NML* (p. 288), Lancelot distancia-se de Sanctius e afirma “Tout Verbe veut devant soy un Nominatif de mesme Nombre & de meme personne que luy, soit qu’il soit exprime ou sous-entendu”. Na *GGR* (1676, 3e éd., p. 154), Lancelot trata do acordo em número e em pessoa do verbo com o nome: “Les verbes de mesme doivent avoir la convenance des nombres & des personnes avec les noms les pronoms”.

M. Dizey exemplo.

D. *Pedro ama aos filhos, e estes não lhe correspondem.* [...].

M. Dissestes acima que todo o adjectivo concordava com o seu substantivo em genero, e numero, e caso, os relativos são adjectivos, agora dizeis que os relativos não concordão com o seu substantivo em caso: logo com que substantivo he que concordão?

D. **Concordão em caso com o mesmo seu antecedente que depois do relativo torna a vir escondido.**

M. Dizey exemplo.

D. Na Oração acima *Estimo estes Soldados, os quaes são valerosos.* O relativo os quaes tem por antecedente o substantivo *Soldados*, e este substantivo está duas vezes na Oração, a primeyra vez está claro, e está posto antes do relativo *os quaes*; e segunda vez está escondido, e entende-se depois do relativo *os quaes* desta sorte. ***Estimo estes Soldados, os quaes Soldados são valerosos. Com o tal substantivo pois escondido he que concorda o relativo em genero, numero, e caso; o mesmo he no Latim.*** (Argote, 1725, p. 192-194, grifo nosso)

Argote não apresenta nenhuma explicação para o pronome relativo *que* ou para os outros, exceto que eles “trazem à memória o seu antecedente” (1725, p. 44). No que concerne ao acordo em caso do relativo com o termo seguinte, o autor explica somente que o acordo se produz com o nome subsequente que está subentendido. Argote empresta essa alusão ao nome subentendido de Lancelot, que, no *NML* 6 (1662, p. 402), trata do acordo do relativo em gênero e em número com o seu antecedente, e em caso com o nome subsequente. Conforme o gramático francês, esse acordo ocorre porque “le relatif *Qui, Quae, Quod*, doit ordinairement estre considéré comme entre deux Cas d’vn mesme Substantif exprimez ou sous-entendus” (*ibid.*). Obviamente, Argote utiliza os mesmos termos que Lancelot. Como o gramático francês, o gramático português restringe o pronome relativo às três formas “*o qual, a qual, ou que*”. Para Colombat (1999, p. 484), a escolha de Lancelot de limitar o relativo às formas “*qui, quae, quod*” sem dar nenhuma explicação deve-se provavelmente “au sentiment plus ou moins inconscient d’une valeur subordonnante de *qui*”. Convém notar que Argote não desenvolve esse tema. Ele apenas esboça, na gramática portuguesa, o que será analisado posteriormente e distingue o *que* pronome relativo do *que* conjunção: “M. E esta palavra *Que* sempre he Relativo? D. Não muytas vezes he conjunção. [...]. D. *Naõ quero, que meu filho brinque.* Nesta Oração a palavra *Que* não he Relativo, porque não traz à memoria antecedente algum” (1725, p. 48-49).

As regras que concernem à regência são divididas em dois grupos: “syntaxe de reger os nomes” e “syntaxe de reger os verbos” (Argote, 1725, p. 194). Contrariamente

a Barros e a Roboredo, Argote desenvolve consideravelmente o estudo da regência. Segundo Argote (1725, p. 188), “a Syntaxe de reger [...] he a que ensina em que caso haõ de estar na Oraçaõ os nomes, e em que modos, e tempos haõ de estar os Verbos”. A sintaxe de regência é, então, utilizada no sentido morfossintático, implicando um caso para os nomes ou um traço gramatical (modos e tempos) para os verbos. Assim, para a sintaxe de regência dos nomes, as regras concernem à regência dos casos. Argote elabora oito regras para a regência do nominativo, dezessete para o genitivo, oito para o dativo, doze para o acusativo e dezesseis regras para a regência do ablativo. Segundo Hackerott (1994, p. 126), a adaptação da declinação casual do latim ao português pela repetição do nome com seu artigo<sup>226</sup> impede Argote de compreender que a relação entre as palavras passa pela regência das preposições e dos verbos e, também, pela disposição das palavras na oração. Contudo, ao afirmar que o “caso he a postura, ou posição do nome” (1725, p. 6), Argote reconhece a função sintática exercida pelos casos.

As primeiras regras apresentadas pelo gramático português em cada capítulo são semelhantes àquelas fornecidas por Lancelot (*NML* 6, 1662, p. 400) em uma pequena lista de regras gerais, sobre as quais ele afirma: “Ces petites MAXIMES estant courtes & faciles, peuvent estre aisément remarquées, & nous donner vne idée generale de toute la Syntaxe, qui peut même servir pour toutes le langues, où la distinction de ces six Cas est comme necessaire”. O quadro a seguir relaciona as regras elaboradas por Lancelot e por Argote:

---

<sup>226</sup> “M. [...] que cousa he declinar o nome por casos? D. He repetir o nome com o seu artigo, e com as mudanças do artigo. Isto he na lingua Portugueza, que na Latina naõ he assim.” (Argote, 1725, p. 4-5).

|           | <i>NML 6 (1662)</i>  | <i>Regras (1725)</i>  |
|-----------|--|---|
| Nominatif | 1. Tout Verbe de Mœuf finy veut devant soy vn Nominatif de mesme Nombre que luy, soit qu'il soit exprimé ou sous-entendu. <i>Petrus flet, Pierre pleure.</i> (p. 406)  | D. Primeira regra: Todo verbo pessoal do modo finito tem antes de si nominativo claro, ou escondido. Esta regra há também no Latim.<br>M. Dizey exemplo:<br>D. <i>Eu amo a Deus.</i> (p. 195)   |
| Genitif   | 1. LE GENITIF de soy mesme marque toûjours le possesseur, ou quand vne chose est dite d'vne autre: comme <i>Liber Petri</i> , le livre de Pierre: <i>Vulnus Achillis</i> , la playe d'Achille, soit qu'elle se prenne activement pour celle qu'il a faite, ou passivement pour celle qu'il a receuë. Ainsi ce Cas est toûjours gouverné d'vn autre Substantif; quoy que souvent sous-entendu (...). (p. 399-400) | M. Dizey as regras do Genitivo.<br>D. Primeyra regra. Quando na Oraçaõ vem dous nomes substantivos de cousas diversas, hum depois do outro, e hum significa como possuido, e outro como possuidor, o segundo, que significa como possuidor, se poem em Genitivo. Esta regra ha tambem no Latim.<br>M. Dizey exemplo.<br>D. <i>O castigo he pena do peccado.</i> (p. 200)  |
| Datif     | 2. LE DATIF marque toûjours ce à quoy la chose ou l'action a rapport. C'est pourquoy il n'y a point de Nom ny de Verbe où il ne se puisse joindre en ce sens; <i>Affinis Regi; Communis omnibus; Est mihi; Peto tibi; Sibi sapit;</i> Quelquefois mesme il y a deux Datifs; <i>Do tibi pignori, &amp;c.</i> (p. 400)   | D. Primeyra regra. Aquillo, que he como fim, e termo, para que diz ordem, a significação do adjectivo, ou Verbo, se poem em Dativo. Esta regra ha tambem no Latim.<br>M. Dizey exemplos.<br>D. <i>Lisboa esta visinha ao Mar.</i> Nesta Oraçaõ o nome <i>Mar</i> , está em Dativo, porque he o fim, e termo, a que diz ordem o adjectivo <i>Visinho.</i> (p. 212)   |
| Accusatif | 3. L'ACCVSATIF marque le sujet où passe l'Action du Verbe, <i>Amat patrem;</i> ou convient avec l'Infinitif, comme cy-dessus, n. 4. Sinon il sera gouverné de quelque Préposition expresse ou sous-entenduë, comme après les Verbes d'enseigner, ceux de mouvement; dans les questions de temps & de mesure, & autres. Et jamais il n'y a d'Accusatif, qu'il ne dépende de l'vne de ces trois choses. (p. 400)   | D. Primeyra regra. Todo o Verbo activo pede depois de si accusativo. Esta regra ha tambem no Latim.<br>M. Dizey exemplo.<br>D. <i>Amo a Pedro.</i> Nesta Oraçaõ o nome <i>Pedro</i> està em accusativo do Verbo <i>Amo.</i><br>M. E qual ha de ser o nome, que ha de servir de accusativo ao Verbo activo?<br>D. O substantivo, sobre que cahir a açcaõ do Verbo.<br>M. Dizey exemplo.<br>D. <i>Entreguey as cartas a Pedro.</i> Nesta Oraçaõ o nome <i>Cartas</i> serve de accusativo ao Verbo <i>Entreguey</i> , porque a açcaõ do Verbo <i>Entreguey</i> cahe sobre o nome <i>Cartas.</i> (p. 217-218) |

|         |   |   |
|---------|---|---|
|         |   |   |
| Ablatif | 4. L'ABLATIF, selon Sanctius, devroit plûtost estre nommé le CAS DE LA PREPOSITION; parce qu'il est toujourns gouverné d'une Préposition expresse ou sous-entenduë, comme nous le ferons voir dans les questions VBI, QVA & VNDE; dans les Comparatifs, dans les Verbes Passifs, & autres; & mesme dans les Ablatifs que l'on nomme absolvs. (p. 400) | D. Primeyra regra. Todo o Ablativo he regido de preposição clara, ou escondida. Esta regra ha tambem no Latim.<br>M. Dizey exemplo.<br>D. <i>Nesta tarde vou para a Quinta</i> . Nesta Oração os nomes <i>Esta tarde</i> estão em ablativo da preposição <i>Em</i> , que de todo està escondida, e se entende. (p. 224-225) |
| Vocatif | 5. Pour le VOCATIF, il n'est jamais regy de rien, mais il marque seulement la personne à qui on parle, ou avec qui l'on s'entretient; c'est pourquoy il convient quelquefois avec le Verbe en seconde personne; comme <i>Domine, miserere mei</i> . (p. 400)  | O Vocativo só se usa delle por modo de chamar, como <i>Ó Pedro</i> . O mesmo he no Latim. (p. 224)  |

As regras apresentadas por Argote evidenciam o uso da regência dos casos, um uso que aparece nas gramáticas latinas do Renascimento e que é retomado pelos gramáticos das línguas vernáculas: por exemplo, o genitivo regido por nome, o acusativo regido por verbo e o ablativo regido por preposição. Segundo essas regras, os casos nominais agem como dispositivos indicando a ordem das palavras na oração assim como a sua função sintática. Argote menciona que cada um é comum ao português e ao latim. Convém notar que o gramático, diferentemente de Lancelot, não apresenta nenhuma lista com regras gerais, mas cinco capítulos, cada um deles dedicado a um desses casos, com exceção do vocativo, que não é tema de nenhum capítulo. Em cada capítulo, a primeira regra do caso em questão corresponde a uma das regras da lista de Lancelot. Assim, o gramático português compartilha em certa medida as ideias de Lancelot, que concebe essas regras como suscetíveis de servir a todas as línguas casuais.

No que concerne à sintaxe de regência dos verbos, Argote difere das concepções de Barros e de Roboredo. De fato, ele leva em consideração o modo verbal e não os casos, como revelam as três primeiras regras, em que o modo verbal é determinado pela conjunção.

D. Primeyra regra. A conjunção *Para que* commumente leva o Verbo ao subjunctivo. Esta regra ha tambem no Latim.

M. Dizey exemplo.

D. *Sirvo a Pedro para que me pague.* (...).

D. Segunda regra. As conjunçoens, e adverbios *Antes que*, *Primeyro que* sempre leuão o Verbo ao subjunctivo. No Latim tambem leuão o Verbo ao subjunctivo.

M. Dizey exemplo.

D. *Antes que estude reso.* (...).

D. Terceyra regra. As conjunçoens, *Posto que*, *Ainda que*, *Atè que*, *Quando*, *Como quer que*, e outras muytas leuão o Verbo ao subjunctivo, ou ao Indicativo. A mesma regra ha no Latim.

M. Dizey exemplo.

D. *Ainda que ame a meu filho, castigo-o, ou Ainda que amo a meu filho, castigo-o.* (Argote, 1725, p. 233-235)

Sobre esse tema, Argote também é tributário de Lancelot, que no *NML* 6 (1662, p. 572-580) formula regras associando as conjunções aos modos verbais. De acordo com Colombat (1999, p. 460), a elaboração de regras desse tipo responde à aspiração pedagógica da época. Lancelot, imbuído dessa ambição, elabora regras e emprega termos como “déterminent quelquefois”, “se joigent”, “demande”, “veut”, etc.<sup>227</sup>, que mostram a regência do modo pela conjunção. Argote, inspirado nas ideias de Lancelot, importa essas regras para o português e afirma que é a conjunção que determina o modo verbal.

Argote também evoca a regência do verbo no infinitivo<sup>228</sup>. De acordo com o autor:

D. Quarta regra. O Verbo no Infinitivo sempre he regido de outro Verbo, que està antes. Esta regra ha tambem no Latim.

M. Dizey exemplo.

D. *Naõ posso correr.* Nesta Oração o Infinitivo *Correr* he regido do Verbo *Posso*, que està antes. (Argote, 1725, p. 235)

A regra apresentada corresponde ao *accusatiuus cum infinitivo* latino. Argote retoma essa regra de Lancelot com algumas diferenças. Em primeiro lugar, o gramático

<sup>227</sup> Conforme Lancelot (*NML* 6, 1662, p. 572-573), “les Conjonctions les [l’Indicatif ou le Subjonctif] déterminent quelquefois”; “*Quamois, licet, etiamsi* : *Quando*, ou *cùm* (pour *puisque*), *Quandoquidem*, se joignent ordinairement avec le Subjonctif, & neanmoins on les trouve avec l’Indicatif”; “*QVOD*, [...] se joint & avec le Subjonctif & avec l’Indicatif [...]”; “*UT* pour *postquam* demande l’Indicatif”; “*Mais DVM*, signifiant, pourvû que, ou jusqu’à ce que, veut le Subjonctif”.

<sup>228</sup> Argote também utiliza o termo “infinito” para falar do modo verbal.

português compreende essa regra no contexto da regência e não do acordo como fez Lancelot<sup>229</sup>. Nesse caso, a análise de Argote volta àquela de Despautère (1527) que analisa essa questão enquanto trata da regência do acusativo, afirmando que se trata de uma ““rection antérieure” (*regit ante se*) que le verbe à l’infinitif exerce sur l’accusatif qui le précède” (*apud* Colombat, 1999, p. 515). Em segundo lugar, o termo *acusativo* não é mencionado, talvez porque Argote considere que, em português, o infinitivo toma o lugar do acusativo. Do mesmo modo, em português, a forma infinitiva sintética pode ser substituída pela forma analítica. Assim, Argote (1725, p. 235-236) apresenta tanto a construção com o verbo no infinitivo quanto a construção com a conjunção *que* ou com os pronomes relativos *que* ou *qual*, estabelecendo uma correspondência entre elas: “*Vejo arder o monte*” e “*Vejo que arde o monte*”; “*Ouçõ tanger os sinos*” e “*Ouçõ os sinos, os quaes tangem, ou que tangem*”; “*Mandey aos Soldados vigiar*” e “*Mandey aos Soldados que vigiassem*” (*ibid.*).

Para concluir, a gramática de Argote apresenta alguns pontos principais relativos à sintaxe. Primeiro, em relação aos gramáticos portugueses precedentes, essa matéria é tratada em duas partes: uma é consagrada à sintaxe simples e a outra, à sintaxe figurada. Segundo, no que diz respeito à terminologia, aos conceitos e às regras, Argote segue o modelo latino a fim de confirmar não somente a analogia entre as sintaxes latina e portuguesa<sup>230</sup>, mas também, conseqüentemente, a universalidade implícita do quadro latino. Dessa forma, o autor considera, para a sintaxe de concordância, os dois tipos de acordo comuns ao português e ao latim: do adjetivo com o substantivo, do verbo com o nome. Quanto ao acordo do relativo com o antecedente, ele é inserido no acordo do adjetivo com o nome. Para a sintaxe de regência, ele reconhece a regência dos nomes e a regência dos verbos. A primeira se refere aos casos regidos pelos nomes e a segunda aos modos verbais regidos pelas conjunções e, também, pelos verbos. As noções de concordância e de regência são, portanto, representativas do modelo latino. Argote também menciona a *universalidade* da língua latina enquanto língua da ciência, da cultura e da administração. O gramático português é, portanto, tributário do modelo da

---

<sup>229</sup> Lancelot inclui a concordância do acusativo com o infinitivo à lista dos acordos já reconhecidos, voltando com isso a Scioppius. De acordo com Colombat (1999, p. 516), Scioppius apresenta “une double règle de concordance de l’infinitif et de son suppôt à l’accusatif qui le conduit à supposer un accusatif devant tout infinitif : *cupio scire, c’est cupio me scire*”.

<sup>230</sup> “*M. E porque nos devemos conformar com o Latim? D. Porque a lingua Portugueza he filha da Latina*” (Argote, 1725, p. 203).



gramática latina. De fato, ele também se inspira no *NML* de Lancelot, de quem empresta, como vimos, termos, conceitos e regras relativas à sintaxe.

### 3.1.4.2 Lobato



Fig. 4 Lobato 1770

Antonio José dos Reis Lobato<sup>231</sup> é o autor da obra *Arte da grammatica da lingua portugueza*, publicada em 1770, e recomendada pela reforma pombalina<sup>232</sup> no alvará régio de 30 de setembro do mesmo ano. Esse documento, que oficializa o ensino da

<sup>231</sup> Segundo Assunção (2000, p. 100-101), Antonio José dos Reis Lobato é um pseudônimo dado a Antonio Pereira de Figueiredo, autor do *Novo methodo de grammatica latina*, publicado em duas partes: a primeira em 1752 e a segunda em 1753.

<sup>232</sup> A reforma pombalina designa as medidas administrativas realizadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, Primeiro-Ministro de Portugal, durante o reinado de D. José I, entre 1750 e 1777, ano da morte do rei. Inspirado pelo pensamento iluminista, Pombal empreendeu uma verdadeira reforma, em todos os domínios, inclusive na educação, começando com a expulsão dos jesuítas em 1759 de Portugal e de suas colônias. De acordo com Moura (2008, p. 118), em 1770, o alvará régio de 30 de setembro oficializa o ensino de gramática portuguesa. A obra recomendada para seu ensino é a *Arte da grammatica da lingua portugueza*, de Reis Lobato. Ainda de acordo com a autora, “o ensino da gramática portuguesa passou a ser obrigatório em Portugal, respondendo às aspirações de gramáticos e pedagogos que desde o Renascimento reclamavam o ensino da língua vulgar”. Para Assunção (2000, p. 11-12), a *Arte da grammatica da lingua portugueza* é a gramática mais difundida em Portugal. Ela conta quarenta edições e reimpressões e foi utilizada por um século (1770-1869) nas escolas portuguesas.

gramática portuguesa, ordena que o ensino do português preceda aquele do latim. Essa mudança de perspectiva tem um impacto na elaboração das gramáticas portuguesas, que passaram a adotar gradativamente os fundamentos da gramática geral francesa, mas sem abandonar totalmente a doutrina da gramática latina. Assim, a *Arte* de Lobato é uma gramática prescritiva que visa ao ensino dos “princípios fundamentais” (Introdução, 1770, p. VII) da língua portuguesa. Esses princípios são baseados não somente no uso da língua – visto que o autor discerne nele as “verdadeiras causas da lingua Portugueza” (*ibid.*, p. XXIII) –, mas também “nas doutrinas dos Grammaticos mais célebres”<sup>233</sup>, que com as luzes da Filosofia examinarão a natureza, e propriedades das palavras” (*ibid.*).

Como os gramáticos portugueses anteriores, Lobato admite a existência de “princípios, que são communs a todas as línguas” (*ibid.*, p. X) e defende que seu ensino deve ser realizado primeiro na língua materna do falante/aprendiz, a língua que ele pratica. O conhecimento desses princípios o levará não apenas a falar corretamente sua língua materna, mas também facilitará o conhecimento de outras línguas, como o latim.

Lobato, em sua definição de gramática, associa o termo *arte* à prescrição de regras que normatizam a escrita correta. Para o autor (1770, p. 1), a “Grammatica Portugueza he a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portugueza. Desta definição se collige ser a oração Portugueza o fim das regras da Grammatica Portugueza”. Além do caráter normativo, Lobato especifica igualmente outra característica importante: a relação entre a gramática e a oração, fato já observado por Schafer-Prieß (2019, p. 138). Como Roboredo, Lobato é, portanto, tributário de Sanctius e retoma desse autor a noção de oração como o fim da gramática.

A gramática é dividida em duas partes<sup>234</sup>: etimologia e sintaxe. A segunda parte é composta por quatro livros: 1. sintaxe de concordância; 2. sintaxe de regência; 3. sintaxe figurada; 4. figuras de dição. Para definir a sintaxe, Lobato retoma a noção de correção presente nas gramáticas latinas e nas primeiras gramáticas portuguesas. Ele

---

<sup>233</sup> Os gramáticos citados por Lobato (1770, *introdução*, p. XLIII) são Sanctius, Perizonius, Vossius, Scioppius e Lancelot.

<sup>234</sup> Não obstante a divisão tradicional da gramática em quatro partes - ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe - mencionada no proêmio (1770, p. 1), Lobato divide sua gramática em duas partes: na primeira, o autor estuda a “etimologia” (p. 8-190) e na segunda, a sintaxe (p. 191-253). A primeira parte compreende seis livros: o livro I é consagrado ao artigo, ao nome [substantivo e adjetivo], ao pronome e às suas declinações casuais; o livro II, ao gênero dos nomes substantivos; o livro III, ao verbo e às suas conjugações; o livro IV, ao pretérito e ao particípio dos verbos; o livro V, às classes invariáveis [preposição, advérbio, conjunção e interjeição]; e o livro VI, à prosódia. A segunda parte compreende quatro livros: o livro I aborda a sintaxe de concordância; o livro II, à sintaxe de regência; o livro III, à sintaxe figurada; e o livro IV, às figuras de dição.

concebe-a como uma parte essencial da gramática (cf. Lobato, 1770, Introdução, p. XXXV), definindo-a como “a recta composição das partes da oração entre si” (*ibid.*, p. 191). Lobato reconhece a analogia entre as línguas portuguesa e latina. Consequentemente, ele conforma a sintaxe portuguesa à sintaxe latina: “Syntaxe, em quanto á substancia, he a mesma que a Latina; pois com esta me conformei em tudo, em que ella convem com a Portugueza”<sup>235</sup> (cf. *ibid.*, p. XLV).

Sobre a definição de oração, Lobato inspira-se, primeiramente, em Sanctius (1587 trad. Clerico, 1983, p. 107), retomando a noção de oração e adaptando-a ao português: “a oração Portugueza [é] o fim das regras da Grammatica Portugueza”. Lobato baseia-se igualmente no conceito de *proposição* elaborado na *Logique ou L'Art de penser* (1662 [1970, p. 156])<sup>236</sup> ou ainda naquele de Du Marsais (art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 81a)<sup>237</sup>, ainda que não utilize o termo *proposição*:

A oração he certa composição de palavras, com que de huma cousa se affirma, ou nega outra. I. Exemplo. *Pedro ama a Deos*. Estas palavras compoem huma oração, porque nellas se affirma de Pedro ser amante de Deos. II. Exemplo. *Pedro não he Filosofo*. Estas palavras formão huma oração, porque nellas se nega de Pedro o ser Filosofo. (Lobato, 1770, p. 191)

A definição de frase apresentada por Lobato é diferente daquela elaborada na *Grammaire générale et raisonnée* (GGR, 1660 [1676, p. 28-29]). A diferença está na oposição afirmação vs negação, que não se encontra nessa gramática. Na verdade, para Arnauld e Lancelot, o julgamento é o resultado da concepção e da afirmação. Assim, na proposição “*la terre est ronde*”, que figura na GGR, o verbo “est” marca apenas a afirmação. Lobato, por sua vez, reduz a afirmação à oposição afirmação vs negação.

---

<sup>235</sup> Além de tratar das regras comuns ao português e ao latim, Lobato (1770, *introdução*, p. XLV) analise igualmente as regras particulares dessas línguas, como afirma o próprio autor: “[...] e em algumas regras depois de dizer os usos particulares da lingua Portugueza, declarei tambem a differença, que della faz a Latina, para que o principiante possa aprender ao mesmo tempo a Syntaxe de ambas as línguas”.

<sup>236</sup> « Après avoir conçu les choses par nous idées, nous comparons ces idées ensemble; & trouvant que les unes conviennent entr’elles, & que les autres ne conviennent pas, nous les lions ou déliions, ce qui s’appelle *affirmer* ou *nier*, & généralement *juger*. Ce jugement s’appelle aussi *proposition*, & est aisé de voir qu’elle doit avoir deux termes: l’un, de qui l’on affirme, ou de qui l’on nie, lequel on appelle *sujet*; & l’autre que l’on affirme, ou que l’on nie, lequel s’appelle *attribut* ou *praedicatum* » (LAP, 1662 [1970, p. 157]).

<sup>237</sup> “Juger, c’est penser qu’un objet est de telle ou telle façon; c’est affirmer ou nier; c’est décider relativement à l’état où l’on suppose que les objets sont en eux-mêmes. Nos jugemens sont donc ou affirmatifs ou négatifs. *La terre tourne autour du soleil*; voilà un jugement affirmatif. *Le soleil ne tourne point autour de la terre*; voilà un jugement négatif”. (Du Marsais, art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 81a)

Segundo Schafer-Prieß (2019, p. 317), Lobato é o primeiro gramático português a fazer alusão ao conceito de proposição elaborado pelos *Messieurs* de Port-Royal. A oração é, então, concebida como um arranjo de palavras por meio do qual se pode afirmar ou negar uma ideia a respeito de algo, ou seja, julgar. O primeiro exemplo elaborado pelo autor apresenta um sujeito, um verbo adjetivo (que pode ser decomposto em verbo substantivo + atributo), e um complemento. O segundo apresenta um sujeito, um verbo substantivo e um atributo. Os dois exemplos mostram a assimilação da teoria geral francesa e sua adaptação ao português, embora seu desenvolvimento na gramática portuguesa ainda seja limitado.

Como na gramática de Argote, a sintaxe é dividida em duas categorias: simples e figurada. A sintaxe *simples*, também dita *regular*, “he a composição das partes da oração, ordenada conforme as regras geraes da Grammatica” (Lobato, 1770, p. 191-192). O critério de análise anunciado não é a ordem natural das palavras, como afirmado pelos gramáticos portugueses precedentes, mas a ordem estabelecida pelas regras gerais da gramática. Essa mudança terminológica parece fazer alusão à teoria da gramática geral francesa. A subdivisão da sintaxe simples em “syntaxe de concordancia” e “syntaxe de regencia”, no entanto, é mantida.

Syntaxe de concordancia he a união de duas, ou mais partes da oração, que sendo da mesma, ou diversa especie, convem em alguma cousa. Exemplo da concordancia de palavras da mesma especie. *A virtude he formosa*. Nesta oração ha duas palavras da mesma especie, por serem nomes, que são o substantivo *Virtude*, e o adjectivo *Formosa*, e ambas concordão em estarem no nominativo, no numero singular, e em serem do genero feminino.

Exemplo da concordancia de palavras de diversa especie. *O vicio tem grande fealdade*. Nesta oração ha duas palavras de diferente especie, que são o nome *Vicio*, e o verbo *Tem*; mas sem embargo desta differença, concordão em serem ambas do numero singular, e da terceira pessoa.

Syntaxe de Regencia he, quando certas partes da oração por força do seu modo de significar regem o nome, e o determinão, para que se ponha neste, ou naquelle caso. Exemplo. *Eu escrevo em Lisboa*. Nesta oração a preposição *Em* por força do seu modo de significar rege o nome *Lisboa*, determinando-o, para que de necessidades esteja em ablativo. (Lobato, 1770, p. 192-193)

No primeiro exemplo “*A virtude he formosa*”, Lobato analisa o acordo em gênero, em número e em caso do adjetivo “*formosa*” com o substantivo “*virtude*”. Embora se trate do acordo tradicional do adjetivo com o substantivo, o adjetivo se encontra em posição predicativa. Esse tipo de acordo é evocado por Scioppius (1664, p. 37 *apud* Colombat, 1999, p. 421) que considera a possibilidade para um verbo pessoal de ser seguido por um nome (*nominatiuus appositus*) ligado ao sujeito (*suppositum*) desse verbo, com o qual ele pode ou não concordar em número<sup>238</sup>. A análise feita por Lobato ainda está vinculada ao paradigma latino, contudo considerando a emergência da teoria geral francesa na gramática portuguesa, observamos que a concordância aqui é analisada, ou é objeto de uma tentativa de análise, segundo um ponto de vista da sintaxe geral de Du Marsais (art. *Concordance*, vol. III, 1753, p. 822). Lobato elabora um exemplo no qual se pode observar a relação de identidade entre o adjetivo “*formosa*” e o substantivo “*virtude*”. Como ambos são da mesma natureza, ou seja, pertencem à mesma categoria dos nomes, eles carregam os mesmos acidentes de gênero, de número e de caso. No segundo exemplo “*O vicio tem grande fealdade*”, Lobato estuda a regra tradicional do acordo do verbo em número e em pessoa com o seu nominativo.

Além *a*) do acordo em gênero, em número e em caso do adjetivo em posição predicativa com o sujeito, *b*) dos acordos tradicionais em número e em pessoa do verbo com o seu nominativo, e *c*) do acordo em gênero, em número e em caso do adjetivo epíteto com o substantivo, Lobato também trata *d*) do acordo em caso do substantivo com outros substantivos.

Quando na oração concorrem dous, ou mais substantivos continuados pertencentes para a mesma cousa, sem que entre elles possa mediar a conjunção E, concordão todos em caso, isto he, poem-se todos no mesmo caso, em que está o primeiro, a quem pertecem, ainda que sejam de diverso genero, e numero. A mesma regra ha na Syntaxe Latina. Exemplo. *Tito delicias de Roma foi pai da patria*. Nesta oração são substantivos continuados *Tito*, e *delicias* pertencentes a huma mesma cousa, por se affirmar *delicias de Tito*; e por isso concordão em caso por estarem ambos em nominativo, mas não em genero, por ser *Tito* masculino, e *delicias* feminino; nem tambem em numero, por estar *Tito* no singular, e *delicias* no plural. (Lobato, 1770, p. 194-195)

---

<sup>238</sup> Conforme explica Colombat (1999, p. 421), além do verbo *ser*, Scioppius também considera outros verbos nessa relação, contudo para o gramático alemão apenas um substantivo ou um adjetivo pode ocupar o lugar do nome em posição predicativa.

Essa regra diz respeito a um acordo complexo que envolve a sintaxe figurada (Colombat, 1996, p. 21-24). No exemplo “*Tito delicias de Roma foi pai da pátria*”, o acordo em caso ocorre entre dois substantivos, *Tito* e *delícias*. Esse exemplo poderia ser explicado pela silepse, uma vez que as palavras não concordam em número e em gênero, ou pela elipse, porque falta uma palavra entre *Tito* e *delícias*. Entretanto a noção de acordo “por vizinhança” (*ibid.*) recobre esse exemplo, já que se trata do acordo com o termo mais próximo.

Quanto à sintaxe de regência, Lobato (1770, p. 199-200), inspirado em Sanctius, organiza a regência em torno dos casos e afirma que apenas o verbo ativo e a preposição regem os casos. No entanto, em sua análise, o gramático português se afasta um pouco de seu homólogo de Salamanca. Primeiro, ele inclui o dativo no grupo dos casos reconhecidos como regidos, ao passo que Sanctius reconhece apenas a regência do genitivo, do acusativo e do ablativo. Para Lobato (1770, p. 209-211), o dativo pode ser regido tanto por um adjetivo, “*A paz he util aos Póvos*”, quanto por um verbo, “*Declarei a Pedro hum segredo*”; ao passo que para Sanctius (1587 trad. par Clerico, 1983, p. 172) “le datif n’est jamais régi”. De fato, o dativo é adicionado a uma frase já concluída apenas para marcar a aquisição de algo (cf. *ibid.*).

Segundo, embora Lobato argumente que os casos são regidos apenas por verbos ativos e preposições, ele estende a regência dos casos aos adjetivos e aos advérbios. O genitivo é, portanto, capaz de ser regido pelas seguintes classes de palavras:

1. adjetivos “que significação cousa abundante, ou falta”, como “*O anno he abundante de frutos*” (Lobato, 1770, p. 204), e por adjetivos partitivos, numerais, comparativos, e superlativos, por exemplo “*Nenhum dos Soldados despreze a Arte Militar*” (*ibid.* p. 205);
2. verbos, como os verbos ativos de *acusar* e de *absolver*, por exemplo “*Accusei a Pedro de furto*” (*ibid.* p. 206); verbos pronominais *compadecer-se*, *envergonhar-se*, [...], *esquecer-se*, *lembrar-se*, “*Compadeço-me muito de Pedro*” (*ibid.*, p. 207); e pelo verbo *ser*, “*Este livro he de Paulo*” (*ibid.*);
3. preposições, “*Falo acerca de Grammatica*” (*ibid.*, p. 208);
4. advérbios, “*Assás de trabalho tive na jornada*” (*ibid.*).

Enquanto Sanctius (1587 trad. par Clerico, 1983, p. 167) afirma que o genitivo representa o possuidor e por isso nunca é regido por um verbo, mas por um nome que está em acusativo, Lobato (1770, p. 202-208) estuda a regência do genitivo por diferentes tipos de adjetivos, verbos, preposições e advérbios. Dentre as regras apresentadas pelo autor, uma se assemelha àquela de Sanctius:

*Do Genitivo. Regra I.*

Todas as vezes que na oração concordarem juntos dous substantivos, de que hum significa a cousa possuida, e outro o possuidor, este segundo, que significa o possuidor da cousa, ou para quem ella pertence, se poem em genitivo regido da preposição *De*. Na Syntaxe Latina tambem se poem o substantivo do possuidor em genitivo. Exemplo. *Pedro edificou a casa de Antonio*. (Lobato, 1770, p. 202-203)

A construção do enunciado “*Pedro edificou a casa de Antonio*” lembra a descrição de Sanctius. Com efeito, apesar da ausência do termo acusativo em Lobato e embora ele afirme que o genitivo é regido pela preposição *de* e não pelo nome em acusativo, temos o genitivo “de Antonio” regido pelo nome “a casa” que está em acusativo. Quase todas as regras mostram que Lobato menciona a regência dos casos pelas preposições, ainda que utilize outras classes de palavras para tratar sobre o assunto.

Sobre a regência do acusativo, Lobato diz que o acusativo é regido tanto por verbos ativos como por preposições. Sendo assim, todo verbo ativo pede e rege depois de si acusativo, por exemplo “*Eneas matou a Turno*” (Lobato, 1770, p. 212-213). Quanto às preposições, algumas regem acusativo, “*Escrevi esta Grammatica segundo as doutrinas dos melhores Grammaticos*” (*ibid.*, p. 214) e “*Pedro vai para Castella*” (*ibid.*, p. 215). Entre as funções do acusativo referidas por Sanctius (1587 trad. par Clerico, 1983, p. 175), a saber, *a*) o acusativo como “suppost d’un verbe infinitif”, ou seja, *suppositum* (sujeito), *b*) o acusativo como “apost des verbes actifs”, ou seja, *appositum* (complemento) e *c*) o acusativo como dependente de uma preposição, apenas a primeira não é referida por Lobato.

Para a regência do ablativo, a primeira regra apresentada por Lobato (1770, p. 216), segundo a qual todo o ablativo é regido por uma preposição expressa ou subentendida, corresponde aquela elaborada por Sanctius (1587 trad. par Clerico, 1983, p. 181): “nous l’appellerons [l’ablatif] le sixième cas ou cas de la prépositon parce qu’il

est toujours régi par une préposition”. Lobato, assimilando suas regras àquelas de Sanctius, prevê a regência do ablativo pelas preposições em todas as regras. Quanto ao nominativo e ao vocativo, o gramático português os considera, como Sanctius, como não regidos.

Em conclusão, Lobato segue o modelo latino, mas ao mesmo tempo introduz a teoria da gramática geral francesa em sua gramática. Quanto às regras, o gramático português menciona a existência de princípios comuns a todas as línguas. Para a sintaxe, esses princípios concernem ao modo como as partes do discurso se unem na oração, ou seja, pela concordância e pela regência. Esses fenômenos evidenciam, portanto, o modelo da gramática latina, por exemplo, no conceito de sintaxe que segue a tendência das gramáticas anteriores, retomando a noção de correção. A regência é ainda estudada a partir dos casos latinos, utilizados para marcar a função sintática das palavras. Os tipos de acordo apresentados são comuns ao latim e ao português. No que diz respeito à teoria da gramática geral francesa, Lobato retoma algumas ideias para definir oração. A introdução dessas ideias a partir da noção de proposição é significativa, porque a noção de *proposição* é fundamental na *Grammaire générale et raisonnée* (1660). Ela marca um retorno à lógica aristotélica e dá origem ao modelo universal lógico da proposição, formada pelo sujeito, o verbo *ser* e o atributo, representada pela proposição lógica *a terra é redonda*. No que diz ao fenômeno do acordo, é possível notar a emergência da teoria geral francesa, em que a relação de identidade entre os termos é colocada como o fundamento da concordância. Esse aproveitamento da teoria geral francesa na gramática portuguesa é importante. Ele marca o início de uma mudança de perspectiva no tratamento da sintaxe. Isso denota tanto um distanciamento gradual do modelo da gramática latina quanto uma aproximação da teoria da gramática geral francesa, como se verá a diante.

### 3.1.4.3 Fonseca



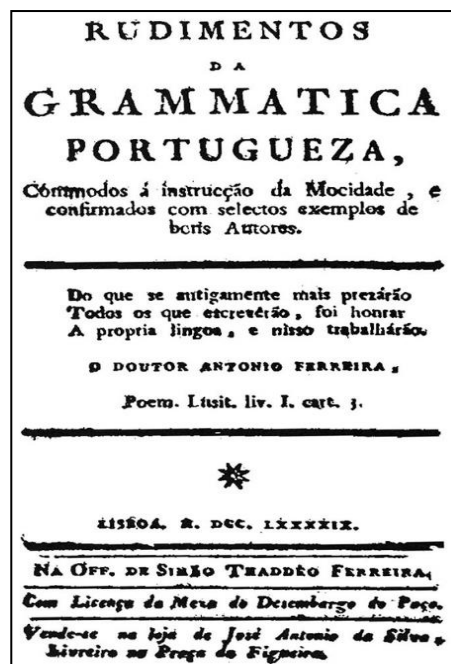


Fig. 5 Fonseca 1799

*Rudimentos da grammatica portugueza* é uma obra didática, escrita por Pedro José da Fonseca<sup>239</sup> e publicada em 1799. Ela visa ao ensino do português, mas também a facilitar a compreensão do latim, porque “os elementos do discurso são communs a todas as linguas” (Fonseca, 1799, prólogo, p. V). Essa gramática é marcada pela rejeição do modelo latino da declinação casual, o que implica no desenvolvimento da sintaxe de concordância e de regência. Efetivamente, Fonseca não aborda nem o acordo em caso do adjetivo com o substantivo nem a relação estabelecida entre as palavras pela regência dos casos. O abandono, na gramática de Fonseca, do modelo da flexão casual latina para o estudo do português é fundamentado na concepção de Du Marsais (1792, vol. II, p. 712), que considera que a descrição das línguas deve reter apenas suas próprias características.

<sup>239</sup> Professor e gramático português, Pedro José da Fonseca viveu em Lisboa entre 1736 e 1816. Ele ensinou Retórica e Poética no Real colégio dos nobres, em Lisboa, a partir de 1759. Membro fundador da Academia das Ciências, ele colaborou no *Diccionario da lingua portugueza*, publicado em 1793. Fonseca também publicou as obras seguintes: *Parvum Lexicon Latinum Lusitana interpretatione adjecta, ad usum Lusitanorum Adolescentium: in lucem editum jussu Josephi I Regis Fidelissimi* (1762); *Diccionario Portuguez e Latino* (1771); *Rudimentos da Grammatica portugueza, commodos á instrucção da mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons auctores* (1799), e *Rudimentos da Orthographia Portugueza* (1809), as duas últimas obras publicadas anonimamente (Schäfer-Prieß, 2019, p. 46; Gonçalves, Notice CTLF 3306, 1998).

Eis aqui a juizo de hum Moderno dos mais acreditados neste particular como Grammatico, e como Filosofo, o motivo principal. Tudo que Mr. Du Marsais apropria aos Grammaticos da sua nação, he transcendente aos de todas as outras.

“Os nossos Grammaticos (assim diz) querendo sugeitar as lingoas modernas ao methodo Latino, as embaraçárão com hum grande número de preceitos inuteis, como são *casos, declinações*, e outros termos, que não convém a estas lingoas, e que nunca se haverião recebido a não terem os Grammaticos começado pelo estudo da lingoa Latina. Assim vierão a submeter símplices equivalentes a regras estranhas. Porém a Grammatica de huma lingoa nunca pelas fórmulas da Grammatica de outra lingoa se deve regular. As regras de huma lingoa só desta mesma lingoa devem ser tomadas. As lingoas precedêrão ás Grammaticas, e estas não se devem formar mais que de observações exactas, tiradas do bom uso da lingoa particular, de que ellas tratão.” (Fonseca, 1799, prólogo, p. VII)

Moura (2008, p. 131) nota que essa concepção de Fonseca, segundo a qual as regras de uma língua não devem ser utilizadas para descrever uma outra língua, contraria a concepção de Argote. Ele acreditava, de fato, que as regras da língua portuguesa eram, em sua maioria, comuns às regras do latim. Contudo, Argote não era o único a conceber a analogia entre o português e o latim. Barros, Roboredo e Lobato também partilham essa concepção. A gramática de Fonseca distancia-se, portanto, do modelo latino seguido por seus predecessores portugueses, porque ele deixa de utilizar os casos latinos para identificar a função sintática das palavras.

Fonseca também distingue a *gramática geral* e a *gramática particular*, distinção sistematizada por Beauzée (1767, vol. I, prefácio, p. IX-X), embora não utilize explicitamente essas expressões. A gramática do português é, então, apresentada como uma obra que trata das regras que concernem especificamente à língua portuguesa: “A Grammatica, de que havemos de tratar, pertence em especial á lingoa Portugueza, por ser privativa ao dito idioma. Della reduzida a principios claros, e breves, para facilitar assim o modo de apprendela” (Fonseca, 1799, p. 2).

A gramática de Fonseca é dividida em duas partes: a primeira trata das classes de palavras<sup>240</sup> e a segunda da sintaxe. Essa segunda parte sobre a sintaxe é subdividida em cinco capítulos: 1. Da sintaxe ou construção em geral; 2. Da concordância; 3. Da

---

<sup>240</sup> A concepção de *palavra* é inspirada na *Grammaire générale et raisonnée* (1660): “As palavras consideradas como sinaes dos nossos pensamentos são a materia da sobredita Grammatica” (Fonseca, 1799, p. 2).

regência; 4. Da sintaxe ou construção figurada; 5. Do barbarismo e solecismo. O capítulo I, intitulado “Da Syntaxe, ou Construcção em geral”, apresenta uma definição em que o autor considera a união entre as palavras, mas também entre as frases. A sintaxe é concebida como o modo de ordenar as palavras e as frases, e a referência à correção, presente nas definições de sintaxe nas gramáticas portuguesas anteriores, não é retomada. Como Roboredo, Fonseca também considera, por meio de uma clara referência à tradição da gramática latina, que a sintaxe, a construção e a ordem são termos equivalentes:

O termo *syntaxe* vem de outro Grego, que significa *ordem, construção*. Esta *syntaxe, construcção, ou ordem* consiste na união, encadeamento, ou estructura das palavras, e frases, conforme ás leis do uso, e ao genio particular de cada huma das lingoas. (Fonseca, 1799, p. 209)

Fonseca submete a sintaxe de concordância e de regência ao gênio das línguas. Ao fazê-lo, ele se distancia de seus predecessores portugueses que concebiam, de um modo geral, as regras da sintaxe de concordância como regras comuns a todas as línguas, e as regras de regência como regras particulares a cada língua. Essa concepção de Fonseca justifica-se, porque essas regras do português são baseadas nas observações do bom uso da língua feito pelos “bons escritores portugueses” (Fonseca, 1799, prólogo, p. XII). Desta forma, o autor considera que as regras que concernem ao acordo e à regência são específicas para cada língua. Por outro lado, como Argote, Fonseca incorpora a ideia de ordem natural ao conceito de sintaxe simples<sup>241</sup>. O gramático português manifesta assim que ele ainda se mantém vinculado às concepções gramaticais anteriores.

*Syntaxe, ou construcção simples*, que tambem se chama *natural*, e *regular* he a que observa com exacção, aquella ordem, por meio da qual ajuntando-se as palavras humas com outras, os pensamentos se dão a entender clara, e distintamente. Por tanto sempre que o contexto das taes palavras formar oração, isto he algum sentido, com que de huma cousa se affirma, ou nega outra, para que seha recta a composição das partes da dita oração, convem saber em cada huma

---

<sup>241</sup> Os gramáticos portugueses anteriores a Argote, Barros e Roboredo, também fazem menção à ordem natural das palavras. Como os gramáticos portugueses anteriores Argote e Lobato, Fonseca divide a sintaxe em simples e figurada.

dellas, a *concordancia*, e *regencia* que lhe compete. (Fonseca, 1799, p. 210)

Fonseca, inspirado pelas ideias dos *Messieurs* de Port-Royal, evoca a relação entre linguagem e o pensamento. Ele também refere a oração como uma representação linguística do julgamento, entendendo-se que julgar consiste em afirmar ou negar uma dada ideia sobre algo. O termo *proposição* não é ainda utilizado no corpo do texto<sup>242</sup>. Além disso, Fonseca aplica efetivamente a divisão da sintaxe simples em concordância e regência, conforme imposto pelo modelo latino. O distanciamento do autor desse modelo é, portanto, apenas parcial.

O capítulo II é consagrado à concordância. De acordo com Fonseca (1799, p. 210), a concordância é “a união, com que as palavras regularmente se ajuntão, e confirmão entre si”. Essa união é caracterizada, como nas gramáticas portuguesas anteriores, pela relação entre as palavras que apresentam as mesmas marcas morfológicas. Conforme dito anteriormente, Fonseca não utiliza mais o paradigma latino dos casos. As regras sobre a sintaxe de concordância e de regência são elaboradas sem essa referência, porque esse paradigma não concerne ao português. O gramático elabora então cinco regras de acordo, entre as quais duas não constam nas gramáticas portuguesas anteriores. A primeira regra concerne ao acordo em gênero e em número do artigo com o nome comum ou apelativo, por exemplo: “O *meio*, em que consiste a fortaleza, *he entre o temor*, e a *ousadia* (Vieir. Serm. t. 14. p. 71)”. A quinta regra concerne ao acordo em número dos coletivos partitivos seguidos da preposição *de* e de um nome no plural com o adjetivo, o pronome, e o verbo subsequente, por exemplo: “A multidão dos artificios *de fogo*, que continuamente succedião huns a outros, *alumiavão a fumaça da polvora*” (Pint. Pereir. Hist. da India J. 2. c. 38. p. 187.). A inclusão desses dois tipos de acordo justifica-se pela ideia de Fonseca de regular o português pelo uso da própria língua. Ainda que o artigo não seja uma classe comum a todas as línguas, ele entra no plano da língua portuguesa e a caracteriza. O mesmo acontece com o coletivo partitivo, cujo acordo configura uma característica do português. As outras regras de acordo – entre o adjetivo e o substantivo, em gênero e em número; entre o relativo e o substantivo antecedente, em gênero e em número; e entre o verbo e os substantivos ou

---

<sup>242</sup> Na nota de rodapé número 411, Fonseca, explicando o termo *agente*, refere o termo *proposição*: “Agente he o mesmo, que na Grammatica Latina se chama nominativo; e na Logica, *sujeito da proposição*”.

os pronomes, em número e em pessoa – figuram nas gramáticas portuguesas anteriores e caracterizam as regras que são comuns a todas as línguas. Em relação aos exemplos utilizados, vale notar que eles não são forjados pelo próprio autor, mas retirados dos clássicos portugueses, para marcar o bom uso da língua portuguesa.

O capítulo III é consagrado à regência. Na gramática de Fonseca, esse termo não está mais vinculado ao modelo latino seguido pelas gramáticas portuguesas anteriores. De fato, as funções sintáticas não são mais descritas com ajuda dos sistemas dos casos latinos, embora Fonseca ainda utilize o termo *regência* para pensar a dependência de uma palavra em relação a outra. Segundo a formulação de Fonseca, uma palavra exerce uma ação sobre a outra. Trata-se de uma relação semântica entre duas palavras, a regente e a regida, em que a segunda restringe e determina a significação da primeira:

REGENCIA he a acção, que humas palavras tem sobre outras, e o modo regular de as ajuntar entre si. Dá-se *regencia* todas as vezes que humas palavras restringe, ou determina a significação de outra. A que está antes, rege; e a que está depois, he regida. Exemplo: *A fortuna nunca iguala os desejos dos homens* (Vieir. Serm. t. 2. p. 16. 1). (Fonseca, 1799, p. 224)

Fonseca já não considera as palavras isoladas, mas as palavras postas em relação. Ele formula seu conceito de *regência* baseado na teoria de Du Marsais (art. *Concordance*, vol. III, 1753, p. 822) sobre a *relação de determinação* e marca essa relação entre as palavras, como se vê no excerto acima, pela ordem. O autor explica que a expressão *os desejos* restringe a ação do verbo *igualar*. Sem essa restrição e determinação, o verbo denotaria uma ação geral e indeterminada. Ainda na mesma oração, a expressão *dos homens* restringe a expressão *os desejos*, determinando-lhe o sentido. Trata-se, portanto, de uma mudança de perspectiva em relação à tradição das gramáticas portuguesas precedentes, que utilizavam os casos como categorias de função, e que agora são considerados por Fonseca como inadequados para a análise do português.

Fonseca (1799, p. 224-225) classifica a regência em duas categorias: simples e composta. Essa classificação é uma inovação terminológica do gramático português, já observada por Gonçalves (cf. Notice CTLF 3310, 1998), para distinguir a regência não-preposicional e a regência preposicional. A regência simples restringe ou determina a significação do verbo sem o uso de uma preposição expressa ou subentendida, “A

honra *cria*, e *faz a arte* excelente (Ferreir. Poem. l. 1. cart. 4.)”. A regência composta, por outro lado, supõe uma preposição expressa ou subentendida para restringir ou determinar a significação do nome ou do verbo. Assim, no exemplo “Já de mal, que *me* venha, não *me* arredo”, a preposição *a* está subentendida diante do primeiro pronome *me*, [a mim], que é, portanto, classificada como regime composto. No entanto, essa mesma preposição não é subentendida diante do segundo pronome *me*, que é por isso classificado como um regime simples.

Para o gramático português, a regência concerne não apenas à ação exercida por uma palavra sobre uma outra, mas também pelo modo de organizar e de unir as palavras entre si, ou seja, à construção das palavras. Por essa razão, os termos *regência* e *construção* são considerados como equivalentes. As regras concernem, então, *a*) à regência ou construção do nome e das outras partes da oração antes do verbo, *b*) à construção do verbo, do advérbio e de outras partes da oração antes do nome, *c*) à construção de alguns verbos com outros, *d*) à construção do verbo com o pronome e *e*) à regência das preposições.

No que diz respeito à regência ou construção do nome e das outras partes da oração antes do verbo, Fonseca elabora as regras seguintes:

1. toda oração é formada por um verbo precedido de um substantivo ou de um pronome implícito ou explícito que lhe serve de “agente”, ou seja, de sujeito, por exemplo: “*Antonio estuda*”, “*eu escrevo*”, “*Hajamos paz, morreremos velhos*”;

2. os nomes comuns são geralmente precedidos de um artigo, “*O mimo he o que corrompe os humores, e encurta a vida, e não o trabalho*”;

3. os nomes próprios não são precedidos de artigo, “*João de Barros foi o primeiro, que pôs a nossa linguagem em arte*”;

4. os pronomes demonstrativos antecedem os substantivos, como em “*este prado florece*”;

5. os nomes admitem entre eles e o verbo outras palavras por meio das quais é possível observar uma relação de dependência. Trata-se das palavras seguintes:

a) os nomes comuns regidos da preposição *de*: “*O muro da virtude he a honra (...)*”;

b) os adjetivos: “*A vida solitaria he vida de extremos (...)*”;

c) os adjetivos seguidos de substantivos com as preposições *a*, *de*, *em*: “*Muitas vezes as cousas vistas aos olhos fazem mór abalo (...)*”;

- d) os verbos regidos de preposição: “Assim como o caminho certo *de ter* pão he servir a Deos (...)”;
- e) o pronome se: “Nunca o demônio *se* mata (...)”;
- f) os nomes próprios com a preposição *de*: “Os Reis *de Portugal* (...) não só são Reis, mas Pais dos seus vassallos”;
- g) os advérbios que correspondem a adjetivos: “Os homens *de bem* hão de regular suas acções por duas leis, pela lei de Deos, e pela lei de quem são”;
- h) os pronomes relativos com o seu verbo: “Os homens, *que se* *querem* sinalar nas letras, e nas armas, e bons costumes, devem velar muito, e dormir pouco”;
- i) os participípios: “Os homens *amantes da razão* devem guardar em suas acções (...)”;
- j) a conjunção liga termos entre si e eles antecedem ao verbo: “O ouro, *e* as riquezas não são boas de si, *nem* más (...)”.

Fonseca também elabora algumas regras sobre a construção do verbo, do advérbio e das outras partes da oração antepostas ao nome. Para essas regras, o gramático português utiliza a expressão “termo da acção” para designar a função de complemento (cf. Gonçalves, notice CTLF 3310, 1998) do verbo. No entanto, ele não utiliza o termo *complemento* nesse contexto, não obstante seu emprego na gramática francesa desde Girard (1747, vol. I, p. 75; vol. II, p. 181) e a sua especificação por Beauzée no artigo *régime* (vol. XIV, 1765, p. 5-11) da *Encyclopédie*, em sua *Grammaire générale* (1767, vol. II, p. 18), assim como no artigo *complément* (1782, t. 1, p. 441-447) da *Encyclopédie méthodique*. As regras de Fonseca são as seguintes:

- 1) o nome posposto ao verbo e que o determina é o “termo da sua acção, ou significação”, ou seja, o complemento do verbo: “*Quem busca virtude, Deos o ajuda*”;
- 2) os verbos ativos ou transitivos são ligados ao termo seguinte sem nenhuma preposição quando esse termo se refere à coisa: “*A ingratição perverte o juízo*” (...), ou com a preposição *a*, quando o termo se refere à pessoa: “*Ninguem se estime a si, ou depreze a outros pelo que póde dar, ou tirar a fortuna*”;

- 3) um outro nome regido por uma preposição pode juntar-se ao nome que serve de “termo da ação” do verbo: “*Ninguém melhor edifica casa para si, que quem levanta templos para Deos*”;
- 4) os verbos neutros não admitem nome posposto para transmitir sua ação ou significação, porque eles são intransitivos: “*Suspira, e chora, e cança, e geme, e sua*”;
- 5) os verbos recíprocos só podem ser precedidos ou seguidos por pronomes correspondentes às pessoas do sujeito, porque a ação ou significação do verbo volta a essas mesmas pessoas: “*eu me arrependo, ou arrependo-me, tu te arrependes, ou arrependes-te*”;
- 6) os verbos podem ser seguidos de advérbios que lhes modificam o sentido: “*Nossa natureza tem mal as rédeas á prosperidade*”, ou substantivos precedidos de preposição: “*lêr com gosto o livro, seguir contra vontade o exemplo*”;
- 7) os substantivos pospostos aos verbos podem ser seguidos de adjetivos suscetíveis de ser seguidos de outros nomes precedidos de preposições: “*Serem contagiosos os vícios he mal ordinario de todas as enfermidades*”.

Sobre a construção dos verbos, Fonseca afirma que: a) os verbos se unem com ou sem a ajuda de uma preposição: “*Nenhuma pessoa póde fugir ás cousas, que hão de ser*”; b) os verbos juntam-se sem preposição aos participípios e aos gerúndios: “*A velhice he idade para ter trabalhado, e não para trabalhar, para ter, mas não para fazer*”.

Fonseca também estuda a construção do verbo com o pronome. Conforme o gramático português,

- 1) os pronomes pessoais e demonstrativos juntam-se aos verbos quando a sua significação recai sobre esses pronomes: “*engrandecem-nos, ou engrandecem-nas*”;
- 2) os pronomes enclíticos que aparecem depois dos verbos formam com eles uma única palavra: “*Que livro he esse ? Dá-mo cá*”;
- 3) quando dois verbos se apresentam, o pronome precede o primeiro ou sucede a qualquer um deles: “*me quero recrear, quero-me recrear, quero recrear-me*”;



- 4) os pronomes podem designar tanto “o termo da ação” do verbo: “*me affliges com isso*”, quanto a pessoa, a que se dirige a dita ação: “*me causas afflictção com isso*”;
- 5) os pronomes *o, a, os, as* servem apenas para significar “o termo da ação” do verbo, “*A ira he como servidor diligente, que antes de ouvir todo o recado, já parte, e quando chega aonde o mandão, não sabe o que ha de dizer*”;
- 6) Os pronomes *lhe, lhes*, por sua vez, representam o sujeito a quem a ação se dirige: “*Ha ignorantes tão altivos, que se despresão de perguntar, ou porque presumem, que tendo sabem, ou porque se não presuma, que lhes falta alguma cousa por saber*”;
- 7) Os pronomes pessoais *eu, tu, ele*, variam de acordo com a preposição que lhes precede. Assim, com a preposição *a*, os pronomes pessoais *eu, tu, ele* convertem-se em *a mim, a ti, a si*; e com a preposição *com* se diz: “*comigo, contigo, comsigo*”.

Quanto à regência das preposições, elas regem as palavras pospostas. Para Fonseca (1799, p. 194), a preposição é a marca da regência, porque ela denota a relação que umas palavras têm com as outras. O autor (*ibid.*), inspirado pelo artigo “*Accusatif*” (1751, p. 91) de Du Marsais, que utiliza a expressão “*complément de la préposition*”, utiliza o termo *complemento* uma única vez para referir a palavra que acompanha a preposição: “*Chama-se preposição do Latim praeponne, por antes porque se põe antes da sua regência, isto he antes da palavra, que lhe serve de complemento, sem a qual o sentido fica imperfeito*”. Fonseca trata da regência das preposições *a, de, em* e *por*. Essas preposições denotam diferentes modos, os quais não trataremos. Nós nos contentaremos em apresentar apenas um exemplo de cada preposição: regência da preposição *a*, “*amar a Deos, ao próximo*”; regência da preposição *de*, “*lei de Deos, casa de Antonio*”; regência da preposição *em*, “*estar em Lisboa, metter-se em casa*”; regência da preposição *por*, “*ir por terra, ou por mar*”.

Finalmente, o tratamento da sintaxe na gramática de Fonseca revela a assimilação e adaptação progressiva da teoria da gramática geral francesa pela gramática portuguesa, o que não é uma novidade. Em comparação com Lobato, Fonseca está mais voltado para essa tendência. De fato, o autor considera para o conceito de sintaxe, por exemplo, a relação não apenas entre as palavras, mas também entre as frases. A noção de oração como afirmação ou negação de uma ideia também está

atrelada a essa nova teoria. Além disso, a noção de determinação e de restrição, embora ainda atrelada ao conceito de regência, bem como a alusão à função de complemento são temas que concernem à teoria da gramática geral francesa. Eles serão retomados e desenvolvidos pelos gramáticos portugueses posteriores. Finalmente, Fonseca abandona o modelo latino da declinação casual e, portanto, se distancia, ainda que parcialmente, do modelo latino. No entanto, ele mantém a divisão da sintaxe (em concordância e regência) imposta pela gramática latina, ainda que submetida ao gênio das línguas. Essa divisão tradicional da sintaxe revela um princípio comum a todas as línguas e atesta a universalidade implícita do modelo da gramática latina.

### 3.1.5 Gramáticas do século XIX: Souza (1804), Melo (1818), Barbosa (1822)

As gramáticas de Souza (1804), de Melo (1818) e de Barbosa (1822) inscrevem-se no movimento tardio da gramática geral em Portugal. Essas gramáticas particulares, as duas últimas intituladas “filosóficas”, visam a aplicar ao português os princípios da gramática geral francesa. Gonçalves (2006, p. 151) observa que apesar do ecletismo que permeia as gramáticas portuguesas, consequência da absorção das diversas tendências que conformam as gramáticas gerais francesas, a *gramática filosófica* corresponde a uma gramática baseada na razão. De fato, a finalidade da *gramática filosófica* ou *racional* é explicar o funcionamento da razão numa língua particular. Dessa forma, ela distingue-se não somente da *gramática geral*, que considera os princípios necessários para a expressão de nossas ideias no maior número possível de línguas, mas também da *gramática universal*, que visa a exaustividade, a saber, o tratamento do conjunto dos fatos comuns a todas as línguas do mundo (Auroux, 1983, p. 3-4), uma tarefa irrealizável, como já observado por Beauzée em seu artigo *général, universel*, na *Encyclopédie Methodique* (1784, t. 2, p. 145-146).

O título mais utilizado em Portugal é *gramática filosófica*, enquanto aquele que se consagra na França é *gramática geral*. No entanto, segundo Auroux (1983, p. 3-4) e Dominicy (1992, p. 429), o gramático francês Thiébaud (1733-1807) utiliza, em 1802, a expressão “grammaire philosophique”, em vez do título então amplamente em uso “gramática geral”, para designar uma gramática cuja finalidade é tratar “les procédés du langage, et d’éclairer par là, la marche, le caractere, les développements, et le

perfectionnement de la raison humaine” (Thiébaud, 1802, vol. I, préface, p. VII), ou seja, uma gramática que propõe uma explicação racional dos fatos linguísticos (Auroux, *ibid.*).

Para Gonçalves (2006, p. 151-152), as gramáticas filosóficas são caracterizadas pela correspondência “entre as operações lógicas do pensamento e a sucessão linguístico-discursiva”. Sendo assim, elas são constituídas como uma teoria da linguagem não apenas filosófica ou racional, mas também linguística. Nós nos interessamos, portanto, por essas gramáticas, que tratam a língua portuguesa sob este duplo ponto de vista, filosófico e linguístico, a partir das teorias gerais elaboradas pelos gramáticos franceses.

### 3.1.5.1 Souza

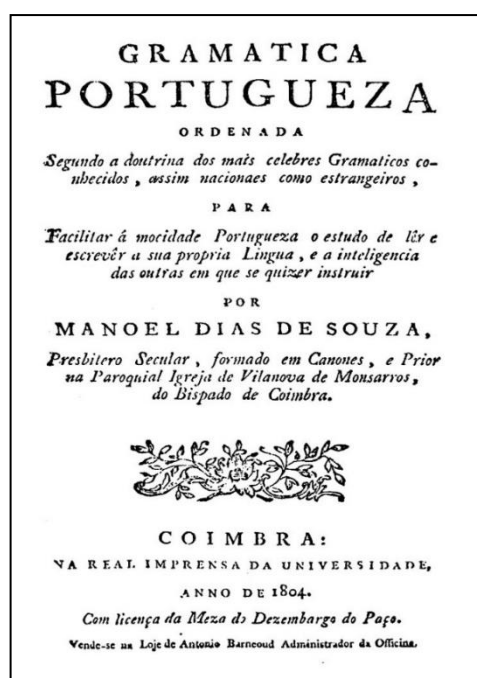


Fig. 6 Souza 1804

A *Gramatica portugueza*, publicada em 1804, é uma gramática pedagógica de inspiração filosófica. Como indica seu autor, Manuel Dias de Souza<sup>243</sup>, no frontispício da obra, ela visa a facilitar o estudo da língua portuguesa e a compreensão de outras línguas. Trata-se, portanto, de uma gramática cujos princípios são gerais, ou seja, podem ser aplicados ao maior número possível de línguas.

Em seu texto introdutório, Souza (1804, p. XII-XIV) refere-se aos gramáticos portugueses e aos gramáticos franceses que constituem seu horizonte de retrospecto. De acordo com o autor, sua “Doutrina [...] foi principalmente coligida da Gramatica universal de Gebelem<sup>244</sup>, e da Grammatica Geral de M.<sup>r</sup> Boze”. Souza refere-se igualmente à *Encyclopédie Méthodique* (1782-1786). Para além dessas três obras, ele inspira-se em artigos da *Encyclopédie* de Du Marsais e de Beauzée, bem como na *Grammaire* (1775) de Condillac. Sua referência a todos esses gramáticos franceses e a suas obras atesta o ecletismo que conforma sua gramática. Na verdade, Souza (1804, préface, p. XIV) usa esse ecletismo para justificar seu método de trabalho: “O meu trabalho redús-se tão sómente á escolha e arranjo destas doutrinas, segundo o metodo que julguei mais apto ao fim que me proponho”. Quanto ao seu método de análise, partindo do princípio de que consideramos que o gramático utiliza as teorias e os modelos da gramática geral francesa e que os aplica ao português, ele seria então dedutivo.

A *Gramatica portugueza* é dividida em duas partes: ortologia e ortografia<sup>245</sup>. Essa divisão é a mesma mencionada por Beauzée no artigo *Grammaire* (1757, vol. VII,

<sup>243</sup> Manuel Dias de Souza (1753-1827) foi um padre, gramático e pedagogo português, bacharel em Direito Canônico na Universidade de Coimbra. Além da *Gramatica Portuguesa* (1804), Sousa também escreveu uma obra pedagógica *Nova escola de meninos: na qual se propoem hum methodo facil para ensinar a ler, escrever, e contar* (1784) e uma *Historia da creacao do mundo* (1825), bem como algumas obras de natureza jurídica (cf. Schafer-Prieß, 2019, p. 49).

<sup>244</sup> Antoine Court de Gébelin é um pastor protestante francês, nascido em Nîmes, em 1725 e falecido em Paris, em 1784. Publicou uma história das línguas do mundo, que ficou inacabada, intitulada *Monde primitif analysé et comparé avec le monde moderne*, publicada em nove volumes, de 1771 a 1782, em Paris. É uma compilação de conhecimento sobre as línguas do mundo, ou seja, sobre a comparação e história dessas línguas. (Notice CTLF 5104). O segundo volume desta obra é uma gramática universal e comparada, *Histoire naturelle de la parole ou Précis de l'origine du langage et de la grammaire universelle*, publicada em 1776. É composto por três partes: etimologia, escrita e gramática, onde Court de Gébelin elabora princípios ou leis gerais a partir dos quais estabelece uma comparação entre as línguas.

<sup>245</sup> A ortologia é subdividida em quatro artigos: I. dos elementos das palavras (vogais, vozes, ditongos, consoantes, articulações, sílabas, sinais de escrita, abreviaturas); II. dos elementos do discurso (nome, artigo, adjetivo, pronome, particípio, verbo, preposição, advérbio, conjunção, interjeição); III. da prosódia (regras, figuras de ditação); IV. da sintaxe (concordância, dependência, construção, figuras de sintaxe, construção do discurso). A ortografia é subdividida em dois artigos: 1. ortografia das palavras; 2.

p. 843)<sup>246</sup>. A ortologia é subdividida em quatro artigos. O último é dedicado ao estudo da sintaxe (concordância, dependência, construção, figuras de sintaxe, construção do discurso). Antes de tratar do artigo IV relativo à sintaxe, convém abordar alguns temas que caracterizam a aplicação da teoria da gramática geral francesa na gramática portuguesa. Primeiro, sobre o conceito de gramática apresentado por Souza (1804, p. 1) na introdução, a saber, a “arte que ensina a pintar, e exprimir de hum modo claro, energico, e rapido as nossas ideas”. A metáfora da pintura utilizada pelo autor para definir a gramática é emprestada de Court de Gébelin<sup>247</sup> (1776, p. 139-140), que a utiliza para evocar a relação entre a linguagem e o pensamento (Fournier et Raby, 2003, p. 175). Observando as gramáticas portuguesas precedentes, essa nova concepção singulariza a gramática de Souza, porque o gramático português, influenciado pelos gramáticos franceses iluministas, concebe a linguagem como a expressão do pensamento. A *arte*, ou seja, a gramática não consiste mais apenas em ensinar a falar e a escrever corretamente, mas a analisar o pensamento para poder comunicá-lo. Essa “hipóthèse du langage-traduction”, conforme Auroux (1979, p.70), é retomada pelos autores portugueses em suas gramáticas filosóficas.

Em seguida, a distinção entre *gramática universal* e *gramática particular*. Essa terminologia *universal vs particular* é igualmente retomada de Court de Gébelin. O gramático francês foi, no entanto, influenciado por Beauzée, embora esse último utilize o termo *geral*, porque ele não concebe a existência de uma gramática universal, pela impossibilidade de conhecer e reunir, em um instrumento linguístico, o conjunto das regras concernentes a todas as línguas (art. *Général, universel, E.M.*, vol. II, 1784, p. 145-146). Court de Gébelin (1776, p. 140) não retém essa consideração e emprega o termo *universal* para descrever uma gramática “commune à tous les Peuples”, cujas regras “seront les mêmes pour tous les Peuples, pour toutes les langues”. O termo *universal*, empregado pela primeira vez pelo próprio Court de Gébelin em 1774, é inspirado em Harris<sup>248</sup> (Auroux, 1983, p. 2). Essa distinção terminológica não tem impacto no projeto gramatical do gramático francês, uma vez que Court de Gébelin,

---

ortografia do discurso (sinais de pontuação). Na gramática de Souza, o adjetivo aparece como uma classe autônoma.

<sup>246</sup> Conforme Beauzée (art. *Grammaire, Encyclopédie*, vol. VII, 1757, p. 843), “toute la *Grammaire* se divise ainsi en deux parties générales, dont la premiere qui traite de la parole, peut être appellée *Orthologie*; & la seconde, qui traite de l’écriture, se nomme *Orthographe*”.

<sup>247</sup> “La *Grammaire* n’est donc autre chose que l’Art de peindre” (Court de Gébelin, 1776, p. 139).

<sup>248</sup> A obra de Harris, *Hermes or a Philosophical Inquiry concerning Language and Universal Grammar* (1751), é traduzida para o francês por Thurot em 1796.

como Beauzée, concebe a existência de princípios comuns a todas as línguas. Do mesmo modo, essa terminologia não interfere na concepção de Souza. O gramático português, inspirado por Court de Gébelin, utiliza a expressão *gramática universal*, porque *universal* e *geral* são, a seus olhos, termos análogos. Enfim, para elaborar uma concepção de *gramática universal*, Souza associa não somente as ideias de Beauzée sobre a universalidade das leis da análise lógica do pensamento, mas também a definição de gramática universal de Court de Gébelin. O quadro abaixo apresenta essa composição de Souza<sup>249</sup>:

| Beauzée (Art. <i>Grammaire</i> , vol. VII, 1757)   | Court de Gébelin (1776)   | Souza (1804)   |
|--|---|--|
| <p>[...] toutes les langues assujettiront indispensablement leur marche aux lois de l'analyse logique de la pensée; &amp; ces lois sont invariablement les mêmes partout &amp; dans tous les tems, <b>parce que la nature &amp; la maniere de procéder de l'esprit humain sont essentiellement immuables. Sans cette uniformité &amp; cette immutabilité absolue, il ne pourroit y avoir aucune communication entre les hommes de différens siecles ou de différens lieux, pas même entre deux individus quelconques, parce qu'il n'y auroit pas une regle commune pour comparer leurs procédés respectifs.</b></p> <p>(...)</p> <p>La Grammaire admet donc deux sortes de principes. Les uns sont d'une vérité immuable &amp; d'un usage universel ; ils tiennent à la nature de la pensée même [...]. Les autres n'ont qu'une vérité hypothétique &amp; dépendante de conventions libres &amp; muables, &amp; ne sont d'usage que chez les peuples qui les ont adoptés librement [...]. Les premiers constituent la Grammaire générale, les autres sont l'objet des diverses Grammaires particulieres. (p. 841-842, grifo nosso)</p> | <p>Il existera donc deux sortes de Grammaires, l'une <u>UNIVERSELLE, commune à tous les Peuples</u> : l'autre PARTICULIERE, bornée à chaque Peuple.</p> <p>(...)</p> <p><u>L'une immuable comme la Nature dont elle est la copie ; l'autre variable à l'infini, &amp; se prêtant au génie inconstante de chaque Peuple, de chaque siècle.</u> (p. 140-141, grifo nosso)</p> | <p>A Gramatica <u>Universal</u> he <u>immutavel</u> assim como a <u>Natureza, da qual ela he huma copia comum a todos os seculos, e a todos os Povos; porque a Natureza, e o modo de proceder do espirito humano são immutaveis: sem esta uniformidade e immutabilidade absoluta não poderia haver comunicação alguma entre os homens de diferentes seculos, ou de diferentes lugares, ainda mesmo entre dois individuos; porque não haveria huma regra comum para comparar os seus respectivos procedimentos.</u> [...].</p> <p>A Gramatica Particular he pelo contrario <u>infinitamente variavel, prestando-se ao genio inconstante de cada Povo, e de cada século</u> [...]. (p. 1-2, grifo nosso)</p> |

<sup>249</sup> Indicamos em negrito vários trechos das citações para melhor mostrar a composição realizada por Souza a partir dos textos de Beauzée e de Court de Gébelin.

Souza compila os escritos dos dois gramáticos franceses para compor seu texto. Enquanto a *gramática universal* é concebida como imutável, comum a todos os povos, em todos os séculos, a *gramática particular* varia no tempo e no espaço, de acordo com o gênio de cada língua. Não obstante essa distinção, Souza (1804, p. 2) afirma que existe um fundo comum às gramáticas particulares, a saber, as regras que constituem a *gramática universal*. Para a sintaxe, as regras ou princípios gerais concernem às *relações de identidade e de determinação* que as palavras têm entre si numa proposição. Esses princípios gerais elaborados pelo gramático e filósofo francês Du Marsais (1729, préface, p. XIV; art. *Concordance*, *Encyclopédie*, vol. III, 1753, p. 822a) serão retomados com algumas modificações pelos gramáticos portugueses, como se verá adiante.

No artigo IV de sua gramática, Souza aplica a teoria sintática geral francesa na sintaxe da língua portuguesa. O autor faz, na verdade, uma sobreposição. De fato, ele mantém o modelo latino, sobrepondo-lhe o modelo da gramática geral. Por exemplo, para a noção de sintaxe, Souza combina a definição presente nas gramáticas latinas e nas gramáticas portuguesas com a concepção racional da gramática geral. De acordo com Souza (1804, p. 155-156), a sintaxe ou “composição” é “o arrançamento e ordem que elas [as palavras] devem ter na [...] expressão [das ideias]”. Para elaborar sua definição de sintaxe, Souza combina critérios de ordem *funcional-distribucional-sintagmático* e *semântico-psicológico* (Auroux, 2009a, p. 105, 107-108), porque se refere à ordem das palavras na proposição e à expressão das ideias. A novidade nessa definição é a inclusão do ponto de vista racional na definição tradicional de sintaxe, uma vez que as palavras enunciadas seguem a ordem analítica das ideias. Por outro lado, o termo “composição” não é novo, porque ele figura não somente nas gramáticas latinas (cf. Colombat, 1999, p. 379), como também nas gramáticas portuguesas de Roboredo (1619, p. 53) e de Lobato (1770, p. 91).

Souza não aplica ao português a distinção estabelecida por Du Marsais (art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 73) entre a *sintaxe* e a *construção*. Embora Souza tenha se inspirado nas ideias de Court de Gébelin (1776, p. 321)<sup>250</sup> para afirmar que o estabelecimento da ordem correta das palavras só é possível, por um lado,

---

<sup>250</sup> “Lorqu’on veut peindre une idée par le discours, on a deux objets à considérer: 1° la forme qu’exige chaque mot pour se lier avec ses voisins: 2° la place qu’il doit occuper” (Court de Gébelin, 1776, p. 321).

pelo conhecimento da “forma” das palavras, ou seja, dos signos estabelecidos pela sintaxe, e, por outro lado, pelo “lugar” que as palavras ocupam no enunciado, a saber, a construção, ele mantém, de certa forma, a concepção dos gramáticos latinos e vernaculares sobre a sintaxe e a construção como termos análogos, o que o leva a elaborar uma definição de construção semelhante àquela de sintaxe: “Este arranjo e ordem que deve haver entre as partes essenciaes de huma propozição, e entre as que lhes são subordinadas, he o que os Gramaticos chamão *Construção*” (Souza, 1804, p. 174). Além dessas definições semelhantes, Souza (*ibid.*, p. 174-175) afirma, em sua gramática, que a sintaxe e a construção têm o mesmo objeto. Ele confirma, assim, segundo sua concepção, a analogia entre esses termos: “os mesmos Gramaticos [Francezes principalmente Beauzée, Condillac e Court de Gébelin] considerão o objeto da Construção diferente do da Sintaxe; mas ha entre estes dois objetos huma tão estreita conexão, que mal se podem separar; e por isso nesta Gramatica se tratão ambos debaixo de hum mesmo Artigo”. Embora conheça a nova doutrina dos gramáticos iluministas, Souza não abandona aquela estabelecida pelos gramáticos latinos e utilizada pelos gramáticos vernaculares, porque a antiga doutrina lhe parece mais adequada. Para sua gramática, ele mantém as duas doutrinas e opta por adaptar a nova à tradicional.

Se Souza não cita Du Marsais a propósito da distinção entre sintaxe e construção, ele é influenciado por esse gramático e filósofo francês (art. *construction*, vol. IV, 1754, p. 81) quando estabelece a distinção entre juízo e proposição. Neste ponto, Du Marsais desvincula-se da lógica de Port-Royal (Léon, 2003, p. 7). O juízo é, então, entendido como uma ação do espírito, enquanto a proposição é a expressão linguística desse juízo.

A união que em nosso espirito fazemos de certas idéas que entre si tem alguma relação chama-se juízo ou pensamento; e a união de certas palavras que exprimem hum juizo, ou hum pensamento chama-se Propozição. [...].

Hum Juizo compõe-se de tres partes essenciaes, a saber: de hum Sujeito de quem se affirme ou negue alguma coiza; de hum Atributo que qualifique o sujeito; hum nexo que os une. A Propozição consta tambem de tres partes essenciaes correspondentes as que constituem hum Juizo ou Pensamento, a saber: de hum Nome e o seu artigo algumas vezes, que exprimem o Sujeito do qual se affirma ou nega alguma coiza; de hum Adjetivo que exprime a qualidade que se atribue ao Sujeito, e de hum Verbo que he o nexo que serve de unir e



ligar o atributo ao Sujeito. Exemplo. [...] *Deus he justo* [...]. (Souza, 1804, p. 156-157)

O exemplo “*Deus he justo*” representa ao mesmo tempo a proposição e o julgamento, visto que, em ambos, as partes são correspondentes. Note-se que Souza não deixa de levar em consideração o fato, evocado por Beauzée (1767, vol. II, p. 5), de que uma proposição completa pode ser expressa por uma única palavra. Assim, no exemplo apresentado pelo gramático português (1804, p. 157), o verbo “ama” corresponde a proposição “Ele é amante”. Essa distinção entre julgamento e proposição leva-o, então, a distinguir a *proposição lógica* da *proposição gramatical*, elaborada por Du Marsais (art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 84-85). A primeira considera o sentido total decorrente da união das palavras e a segunda, a relação mútua entre as palavras (Souza, 1804, p. 171).

Souza também distingue a *proposição* da *frase*. Enquanto a *proposição* é concebida como um enunciado de sentido completo, com estrutura ternária, a frase “he huma palavra generica que se aplica a toda a união de palavras, ou seja, que elas formem hum sentido completo ou incompleto” (Souza, 1804, p. 201). Essa concepção de frase utilizada para designar um conjunto de palavras com sentido completo ou incompleto é emprestada de Du Marsais (art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 81b), “phrase est un mot générique qui se dit de tout assemblage de mots liés entr’eux, soit qu’ils fassent un sens fini, ou que ce sens ne soit qu’incomplet”. Quanto ao termo *oração*, Souza o concebe como um sinônimo de *proposição*.

Souza (1804, p. 157) classifica as regras de sintaxe em regras de *concordância*, de *dependência* e de *construção*. Elas constituem, na esteira da gramática geral francesa, os princípios gerais subjacentes à sua análise da sintaxe portuguesa. As regras de concordância tratam da união das palavras essenciais, a saber, o nome, o adjetivo e o verbo. As regras de dependência estabelecem a união dessas palavras essenciais a outras que as determinam. As regras de construção indicam o lugar a ser ocupado por cada palavra no discurso. Para essa classificação, Souza inspira-se em Beauzée (art. *Grammaire*, *Encyclopédie*, vol. VII, 1757, p. 844). O gramático francês explica que as regras da sintaxe, em qualquer língua, remetem à *concordância*, à *regência* e à *construção*. O termo *dependência* é, contudo, emprestado de Court de Gébelin (1776, p. 322), que o considera “plus générale et plus commode” (Court de Gébelin, 1774, p.

479). Do mesmo modo, por considerá-lo menos marcado e, por isso, mais adequado, Souza utiliza o termo *dependência* em detrimento do termo tradicional *regência*, herdado da gramática latina, e do termo *determinação* elaborado por Du Marsais.

As noções tradicionais de concordância e de regência, essencialmente formais, herdadas da gramática latina, não são mantidas e dão lugar a noções semânticas. A introdução desse ponto de vista semântico com a dupla *identidade/determinação* deve-se a Du Marsais (Auroux, 1979, p. 181). Para Du Marsais (art. *Détermination*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 901) “toute syntaxe est fondée sur le rapport d’identité & sur le rapport de détermination”. A relação de identidade é o fundamento do *acordo* e a relação de determinação é o fundamento da regência. Essas novas categorias, deduzidas por Du Marsais a partir da análise do latim e do francês, podem ser estendidas a um conjunto de línguas (cf. Colombat e Fournier, notice CTLF 2404, 1998), incluindo o português. Assim, a noção de *generalidade* que configura a gramática geral diz respeito às regras ou aos princípios gerais que cobrem o maior número de fatos possíveis no maior número de línguas. Souza, ao introduzir na sintaxe portuguesa essa teoria, opera uma mudança de perspectiva em relação à tradição anterior.

Para a noção de concordância, Souza retoma as concepções de Beauzée. Como o gramático francês (art. *Grammaire*, *Encyclopédie*, vol. VII, 1757, p. 844), Souza (1804, p. 158) nota primeiro que a *generalidade*, que conforma a concordância, revela a “uniformidade dos acidentes, que são comuns a muitas palavras”. O gramático português recupera em seguida um outro texto de Beauzée (art. *Identité*, *Encyclopédie*, vol. VIII, 1765, p. 495) e afirma que a concordância é fundamentada na relação de identidade que existe entre as flexões comuns às palavras relacionadas entre si. O quadro abaixo indica os trechos em que Souza traduz quase literalmente o texto de Beauzée.

| Beauzée (Art. <i>Identité</i> , vol. VIII, 1765)   | Souza (1804)  |
|--|---|
| [...] C’est entre les inflexions communes aux mots qui ont quelque correlation, qu’il y a, & qu’il doit y avoir concordance dans toutes les langues qui admettent ces inflexions. Mais pour établir cette concordance, il faut d’abord déterminer l’inflexion de l’un des mots corrélatifs, & ce sont les besoins réels de | [...] entre as inflexões comuns ás palavras que n’uma expressão tem entre si alguma relação, he que ha, e que deve haver concordancia em todas as Linguas que admitem estas inflexões.<br><br>Mas para estabelecer esta concordancia he |

|   |  |
|---|--|
| <p><b>L'énonciation</b>, d'après ce qui existe dans l'esprit de celui qui parle, <b>qui reglent cette premiere détermination, conformément aux usages de chaque langue: les autres mots</b> correlatifs se revêtent ensuite des <b>inflexions correspondantes</b>, par imitation, &amp; pour être en concordance avec leur correlatif, <b>qui leur sert comme d'original</b>: celui-ci est dominant, les autres sont subordonnés. <b>C'est ordinairement un nom ou un pronom</b> qui est le correlatif dominant; <b>les adjectifs &amp; les verbes sont subordonnés: c'est à eux à s'accorder, &amp; la concordance de leurs inflexions avec celles du nom ou du pronom, est comme une livrée qui atteste leur dépendance. Cette dépendance est fondée sur un rapport, qui est, selon les meilleurs Grammairiens modernes, un rapport d'identité.</b> (p. 495, grifo nosso)</p> | <p><b>precizo primeiro determinar a inflexão de huma das palavras da Proposição; e são as necessidades reaes da expressão que regulão esta primeira determinação conforme os uzos de cada Lingua: as outras palavras são subordinadas a esta, que he como a dominante da Proposição, e se vestem das inflexões correspondentes áquela que lhes serve como de original. Ordinariamente hum Nome ou hum Pronome he a palavra que determina a concordancia das palavras de huma Proposição: os Adjetivos e os Verbos são as palavras subordinadas e que se devem concordar. A concordancia das suas inflexões com as do Nome ou do Pronome, he como huma libré que atesta a sua dependencia. Esta dependencia he fundada sobre huma relação, a que os Gramaticos chamão <i>relação de identidade</i>.</b> (p. 158-159, grifo nosso)</p> |
|---|--|

A *generalidade* que conforma a concordância não está mais ligada ao acordo morfológico observado na gramática latina e nas gramáticas vernaculares, mas à noção semântica da *relação de identidade* que existe entre os termos. Souza utiliza os critérios semântico e funcional-sintático (Auroux, 2009, p. 105-108) para tratar a concordância da língua portuguesa. Como Beauzée, ele entende que a relação de identidade que fundamenta a dependência entre os termos de uma proposição é marcada pela concordância das flexões das palavras subordinadas (adjetivos e verbos) com as palavras dominantes (nomes e pronomes). Ora, como o nome e o pronome determinam a concordância, eles carregam as marcas, ou seja, as flexões seguidas pelos adjetivos e pelos verbos. Note-se que Souza, para designar essa marca distintiva que é a concordância das flexões, não traduz o termo “livrée”<sup>251</sup> utilizado por Beauzée, mas apenas o adapta ao português “libré” por um processo fonológico e gráfico.

<sup>251</sup> Note-se que "livrée" designa as roupas de uma cor combinada, de um determinado modelo, usadas pelos empregados domésticos da mesma casa. Aplicado ao problema da concordância das inflexões dos verbos e dos adjetivos com aquelas dos nomes e dos pronomes, o termo "livrée" é utilizado para designar esse tipo de acordo flexional como uma marca ou modelo que caracteriza a relação de dependência, ou seja, a ligação que existe entre as palavras.

Ainda inspirado por Beauzée, Souza elabora apenas dois tipos gerais de concordância: 1. entre o adjetivo e o nome em número, em gênero e em caso, nas línguas que o possuem; 2. entre o verbo e o nome ou pronome, em número. Para o primeiro tipo, Souza (1804) especifica três regras:

1. o adjetivo concorda em número e em gênero com o nome ou pronome a que se une. Exemplos. “Palacio formozo. Cidade antiga. Elle *he* manso” (p. 160)
2. o adjetivo que concorda com muitos nomes que o precedem põe-se no plural, porque muitos nomes no singular valem por um nome no plural. Exemplo. “*O Carvalho, o Cedro, e o Alamo são altos*” (p. 161)
3. quando o nome a que se refere um adjetivo não está expresso, o adjetivo o faz conhecer pelo seu gênero. Exemplo: *os ricos, os grandes*, subentende-se *homens* (p. 161).

Apesar do abandono, pela gramática portuguesa, da análise baseada nos casos latinos, Souza ainda refere a concordância dos casos para as línguas que possuem um sistema de declinação casual. A razão é que Souza segue a análise do gramático francês Beauzée e demonstra a natureza de sua gramática fundamentada em princípios gerais. Para esse acordo do adjetivo com o nome, Souza não inclui o acordo do relativo com o antecedente como o fez Beauzée. Quanto às três regras gerais que concernem à concordância da língua portuguesa, elas são enunciadas por Beauzée (1767, vol. II, p. 355-356, 358, 361), e correspondem respectivamente às regras 1, 3 e 9, com exemplos em francês e em latim. Souza, por sua vez, elabora exemplos apenas em português porque sua gramática é *particular*, embora seja fundamentada em princípios gerais.

Para o segundo tipo de acordo em número do verbo com o nome e o pronome, Souza (1804) elabora cinco regras:

1. o verbo precedido de um nome ao qual se refere concorda com ele em número e em pessoa. Exemplos. “*Os livros são mais uteis aos homens. A sciencia he necessaria aos homens*” (p. 163)
2. o verbo põe-se no plural quando concorda com muitos nomes no singular. Exemplo. “*A Fé, a Esperança, e a Caridade são virtudes Theologaes*” (p. 163)
3. quando o verbo se refere a um pronome em vez de se referir a um nome, deve concordar com ele em pessoa. Exemplos. “*Eu escrevo esta Gramatica. Tu lerás este Livro*” (p. 164)
4. quando um verbo está na terceira pessoa sem nome e sem pronome, deve concordar com um pronome subentendido. Exemplo. “*Matou a seus inimigos, e destruiu suas Cidades*” (p. 164)
5. quando o verbo é precedido dos pronomes de pessoas diferentes, deve concordar com o pronome da primeira pessoa e não a havendo, com o da

segunda pessoa. Exemplos. “*Eu e tu estamos servidos. Tu e eles estais livres*” (p. 165).

Essas cinco regras gerais relativas ao acordo do verbo, em língua portuguesa, com o nome ou o pronome também são baseadas nas regras gerais elaboradas por Beauzée (1767, II, p. 366-368). Como o gramático francês, Souza (1804, p. 162) afirma que é o verbo que deve concordar “com os nomes que exprimem os sujeitos da proposição”. Em sua gramática, Souza menciona que a concordância do verbo é com o sujeito da oração e não com o nominativo, como especificado nas gramáticas latinas e portuguesas anteriores, o que mostra uma mudança de orientação em relação à tradição anterior.

Para desenvolver o capítulo sobre a regência, Souza compila os textos (e as ideias) de Du Marsais, de Beauzée e de Court de Gébelin. Primeiro, Souza empresta de Du Marsais a noção de *determinação*, como aquilo que se junta a outra palavra para desenvolver ou restringir a sua significação. Ele também recupera o exemplo utilizado por esse gramático e filósofo francês “*le Roi a donné une pension de cent pistoles*” – “*O Rei deu huma pensão de cem moedas*” – para ilustrar a relação de determinação que existe entre as palavras:

| Du Marsais (art. <i>Concordance</i> , vol. III, 1753)   | Souza (1804)  |
|---|---|
| <p>2. A l'égard du rapport de détermination, <b>comme nous ne pouvons pas communément énoncer notre pensée tout d'un coup en une seule parole, la nécessité de l'élocution nous fait recourir à plusieurs mots, dont l'un ajoûte à la signification de l'autre, ou la restreint &amp; la modifie</b>; ensorte qu'alors c'est l'ensemble qui forme le sens que nous voulons énoncer. [...]</p> <p>Il y a autant de sortes de rapports de détermination, qu'il y a de questions qu'un mot à déterminer donne lieu de faire: Par exemple le <b>Roi a donné, hé quoi? une pension: voilà la détermination de la chose donnée; mais comme pension est un nom appellatif ou d'espece, on le détermine encore plus précisément en ajoûtant, une pension de cent pistoles: c'est la détermination du nom appellatif ou d'espece. On demande encore, à qui?</b> [...]. (p. 822, grifo nosso)</p> | <p><b>Como muitas vezes sucede não podermos exprimir exactamente huma idéa com huma só palavra, temos necessidade de recorrer a outras cuja união exprima com toda a possível exactidão a idéa que pretendemos [...].</b></p> <p><b>Estas palavras que se ajuntão a outras</b> ou he para lhe augmentar e desenvolver a significação, ou <b>para lha restringir e modificar</b>, e devem ser tantas, quantas são <b>as questões que huma palavra</b> no seu modo de significar <b>dá lugar a fazer. Por exemplo:</b> Quando dizemos: <i>O Rei deu</i>, ha lugar de perguntar <i>o que deu</i>, se dizemos: <i>huma pensão</i> determinamos a coiza dada; mas como <i>pensão</i>, he hum nome apelativo ou de espécie ainda se pôde perguntar de quanto era <i>a pensão</i>? Se dizemos <i>de cem moedas</i> está determinadas a especie; porém ainda se pode perguntar <b>a quem se deu esta pensão?</b> em que tempo se deo, e em que lugar: e devemos</p> |

|  |  |
|--|--|
|  | satisfazer a estas perguntas. [...]. (p. 164-165, grifo nosso) |
|--|--|

Ao critério semântico da noção de *determinação* presente no texto de Du Marsais, Souza acrescenta, em seu texto, o critério funcional sintático da noção de *dependência*, presente no texto de Court de Gébelin (1776, p. 325-331). Desse gramático francês, Souza empresta não apenas o termo “dependência”, utilizado para designar a relação de determinação entre as palavras, mas também a classificação da dependência em torno das palavras essenciais da frase, a saber, o nome, o verbo e o adjetivo. A noção de *dependência* é, portanto, o princípio organizador da sintaxe, que substitui aquela de *regência*, herdada da gramática latina. A *generalidade*, que conforma a noção de *dependência* repousa, então, sobre a noção semântica, entregue pela relação de determinação e de dependência entre as palavras. Souza, influenciado por Court de Gébelin (1776, p. 326), afirma que em português as palavras que estão em dependência, ou seja, que são subordinadas distinguem-se das palavras essenciais pela posição que ocupam no enunciado ou pelas palavras as quais se unem e que lhes permitem vincular-se às palavras de que dependem. Quanto à terminação das palavras, ela constitui uma marca pertencente ao latim e ao grego (*ibid.*, p. 166).

As regras que tratam da sintaxe de dependência são três. Elas são idênticas àquelas evocadas por Court de Gébelin (1776, p. 327-331): 1. palavras em dependência do nome ou do sujeito; 2. palavras em dependência do verbo; 3. palavras em dependência do adjetivo. O primeiro tipo de dependência diz respeito ao nome e às palavras que o determinam, os quais podem ser um adjetivo, a conjunção *que* ou a preposição *de*:

As palavras que acompanham o Sujeito, ou hum Nome, que o podem determinar, e que por tanto podem estar em dependencia dele, **são aquelas que desenvolvem a natureza do mesmo Nome**, que fazem conhecer a sua origem, e que induzio as coizas a que pertence o objeto de signado pelo mesmo nome. **Estas se ligarão com o sujeito da propozição, ou por hum Adjetivo** [Scipião valerozo guerreiro venceu Cartago], **ou pelo Conjuntivo *Que*** [As Poezias que compôs Homero para instrução dos homens, tem permanecido com gloria em todos os tempos], **ou pela prepozição *De*** [A Cidade de Lisboa he a nossa Capital]. (Souza, 1804, p. 167-168, grifo nosso)

Como visto anteriormente, para designar a relação entre as palavras, Souza não utiliza nem o termo tradicional *regência*, nem o termo *determinação* de Du Marsais, mas o termo *dependência* de Court de Gébelin. Sua escolha denota, por um lado, seu distanciamento do modelo da gramática latina e, por outro lado, sua adesão à mudança terminológica elaborada pelos gramáticos franceses. Dessa forma, Souza consegue reter o que melhor se adequa à descrição da sintaxe do português. Para o gramático português, a noção de dependência recobre, ao mesmo tempo, as noções de determinação e de complemento. É fato que essas duas noções estão entrelaçadas, já que Beauzée utiliza a noção de determinação para desenvolver a noção de complemento (Auroux, 1982, p. 192; Bouard, 2007 [2009], p. 11). Assim, no primeiro exemplo “Scipião valerozo guerreiro venceo Cartago”, o sintagma adjetival “valerozo guerreiro” que se relaciona a “Scipião”, determinando-lhe o sentido, serve-lhe de complemento. No segundo exemplo “*As Poezias [,] que compôs Homero para instrução dos homens, tem permanecido com gloria em todos os tempos*”, o sujeito é acompanhado de uma frase que lhe determina o sentido. Eles são ligados pela conjunção determinativa *que*. Raby (2018, p. 163) observa que Court de Gébelin se inspira em Beauzée não apenas para reduzir o uso do *que* à conjunção determinativa, mas também para notar que a complementação do sentido é atribuível às palavras ou às proposições. No entanto, tomando o *que* relativo como uma conjunção, Court de Gébelin se distancia de Beauzée e se aproxima de Port-Royal. Para o terceiro exemplo “*A Cidade de Lisboa he a nossa Capital*”, as palavras “*de Lisboa*” determinam o sujeito “*A cidade*” e se ligam pela preposição *de*.

O segundo tipo de dependência está relacionado ao verbo e aos diferentes complementos circunstanciais que o determinam.

O Verbo de qualquer natureza que seja neutro ou enunciativo, activo ou passivo tem em sua dependencia todas as palavras que deznão as circunstancias de que he acompanhada a propozição, de qualquer natureza que elas sejam. Estas circunstancias são o objeto, o fim, o lugar, o tempo, a cauza, o meio, e o estado, ou modo de existir; e ha poucos discursos que não offereção a maior parte destas circunstancias. Vêm-se muitas na Oração que Racine fes pronunciar por Agamenon quando este foi obrigado a sacrificar sua filha. “Grandes Deoses, se o vosso odio persevera em a querer arrancar de minhas mãos, que podem diante de Vós os fracos humanos. Eu o sei [...]” IPHIGEN. ACT. IV. SC. IX. (Souza, 1804, p. 168)

Souza, inspirado no texto de Court de Gébelin (1776, p. 328-329), utiliza a noção de complemento circunstancial, cuja designação foi disponibilizada por Beauzée (Bouard, 2009 [2007], p. 523), e aplica ao português. Como Beauzée (1767, vol. II, p. 58-59, 62-68), Court de Gébelin e Souza consideram os complementos de objeto, de lugar, de instrumento, de meio, de causa, de maneira, de fim e de tempo como uma categoria funcional. Beauzée (*ibid.*, p. 58-59) distingue o complemento do objeto, nomeado *complément objectif primitif ou secondaire*, por exemplo “donner un livre au public”, dos complementos circunstanciais, que indicam circunstâncias de tempo, lugar etc. No entanto, Souza não retoma essa distinção. No que concerne ao exemplo apresentado, o gramático português, como Court de Gébelin<sup>252</sup>, utiliza o texto de Racine. De acordo com o autor, as palavras em dependência do verbo designam algumas circunstâncias: 1. *arrancar* é o objeto do verbo *querer*; 2. *em a querer* marca o fim do ódio dos deuses que persevera; 3. *de minhas mãos* marca a circunstância de lugar; 4. *O* marca o objeto do verbo saber.

O terceiro tipo de dependência está relacionado ao adjetivo e as palavras que o determinam e que designam circunstâncias acessórias, a saber, os advérbios de comparação e as circunstâncias ligadas ao adjetivo por uma preposição.

O Adjetivo trás igualmente atrás de si as palavras que o determinão, e estas tambem deznão circunstancias acessórias. As palavras que determinão o Adjetivo são 1.º os Adverbios de comparação. *Exemplos.* Não ha temor *mais* justo que o vosso. Governa com *bem* equidade. 2.º As circunstancias ligadas com o Adjetivo por prepozições, como por exemplo: *Rico* em *meios*; *Grande* sem *ostentação*.

Mas sucede muitas vezes que o Adjetivo desaparece, e fica substituido por palavras que o devião determinar; e daqui rezultão propozições que parecem contrarias a toda a Gramatica, e cuja explicação he sempre embarçada. Taes são as seguintes. *Alexandre era Rei de Macedonia.* (Souza, 1804, p. 168)

Souza utiliza a expressão “circunstancias acessórias” para designar os complementos circunstanciais e acessórios que completam o sentido dos adjetivos. Diferentemente dos complementos circunstanciais, necessários para a compreensão do enunciado, os complementos acessórios não são indispensáveis para a sua compreensão.

<sup>252</sup> Não se trata, contudo, do mesmo exemplo. Aquele de Court de Gébelin é tirado do texto *Britannicus* (1669) de Jean Racine (1639-1699), ao passo que aquele de Souza é extraído do texto *Iphigénie* (1674).



Essa concepção sobre os complementos acessórios é retomada dos trabalhos de Condillac (1775, p. 297). O gramático francês afirma que “une proposition se compose suivant qu’on ajoute des accessoires au sujet au verbe ou à l’attribut”. Os acessórios são, portanto, “expansions facultatives ajoutées au sujet, à l’attribut, ou au verbe” (Bouard, 2009 [2007], p. 410).

A essas três classificações, Souza acrescenta uma quarta emprestada de Beauzée. Nela, o gramático português utiliza a noção de complemento, introduzida por Du Marsais e desenvolvida por Beauzée.

Ha duas classes de palavras em dependencia ; huma he a daquelas que são sós, e outras daquelas que tambem são seguidas de palavras com que formão huma propozição particular composta de hum Nome, de hum Verbo, e de hum Adjetivo, assim como a propozição principal. Daqui rezultão duas sortes de complementos de huma propozição: hum simples que não consta de mais do que huma palavra ; e outro composto que abraça hum grande numero de outras. (Souza, 1804, p. 170)

Souza, como Beauzée (1767, II, p. 54), distingue o complemento simples, formado por uma só palavra, do complemento composto, formado por muitas palavras. Além disso, o gramático português empresta do gramático francês os termos “complemento gramatical”, “complemento lógico”, “complemento inicial” e “complemento total”, com algumas modificações em relação ao complemento lógico e ao complemento total, como nota Schafer-Prieß (2019, p. 313). Para Souza (1804, p. 171), o complemento lógico entendido como “uma propozição dentro de outra propozição” corresponde a uma propozição incidente, ao passo que para Beauzée (1767, vol. II, p. 56-56), o complemento lógico corresponde a uma unidade de sentido: “Le Complément entier prend alors le nom de Complément *logique*, parce que c'est l'expression de l'idée totale que la raison (ὁ λογός) envisage comme le vrai Complément” (*ibid.*). Para Souza, o complemento total corresponde ao complemento lógico de Beauzée: “a reunião do *complemento Gramatical*, com o *complemento Logico*, fórma o complemento total” (Souza, 1804, p. 171).

Souza (1804, p. 172) também retoma de Court de Gébelin (1776, p. 332-333) a classificação das sete partes constitutivas da propozição que correspondem às suas funções, a saber, o sujeito, o atributo, o objeto, o termo, a circunstância, a conjunção e a

adjunção. Contudo, não se trata de uma concepção original, visto que Girard (1747, vol. II, p. 92) utiliza essa terminologia das funções.

O capítulo III é consagrado à construção, ou seja, a ordem seguida pelas palavras essenciais e pelas palavras que lhes são subordinadas no enunciado.

Este arrançamento e ordem que deve haver entre as partes essenciaes de huma propozição, e entre as que lhes são subordinadas, he o que os Gramaticos chamão *Construção*, porque o seu objeto he de **ensinar a construir, edificar e ordenar o edificio da expressão dos nossos pensamentos por meio das palavras**. (Souza, 1804, p. 174, grifo nosso)

Nessa parte, Souza trata tanto da construção particular da língua portuguesa quanto da construção em geral. As regras que concernem à construção da língua portuguesa são deduzidas do uso:

este uzo he fundado sobre motivos que o fazem necessario, e que o devem justificar: **eles devem resultar da mesma natureza da linguagem em geral** acomodada ao genio particular da Lingua Portugueza, isto he, aos meios de que ela pode dispor para a expressão das idéas. (Souza, 1804, p. 175-176, grifo nosso)

Quanto às regras gerais, cada parte da proposição ocupa sempre o mesmo lugar, o sujeito em primeiro, seguido do verbo, depois de seu objeto e de seu termo. Contudo, conforme Souza (1804, p. 182-183), essa ordem pode variar de acordo com a natureza da frase e da relação que se deseja enunciar. Assim, nas frases imperativas e interrogativas, por exemplo, a ordem das palavras pode variar em função de sua natureza e da relação entre as palavras. Consequentemente, a ideia que se deseja exprimir muda igualmente.

Em conclusão, o aproveitamento da teoria da gramática geral francesa na *gramatica portugueza* de Souza apresenta-se de modo substancial pela utilização dos termos e dos conceitos que estruturam essa gramática e pela aplicação dos princípios gerais, não obstante a ausência do termo “filosófica” no título. Souza retoma, assim, não apenas o conceito de linguagem como a expressão do pensamento, mas também a distinção entre gramática geral [para Souza, universal] e gramática particular, assim como os princípios gerais relativos à sintaxe da língua portuguesa: *concordância*, *dependência* e *construção*. A propósito da concordância, Souza afirma, como Beauzée,

que ela é marcada pelas inflexões comuns às palavras que têm alguma relação. Esse acordo marca a dependência entre as palavras e essa dependência é baseada na sua relação de identidade. Como Beauzée, Souza elabora apenas dois tipos gerais de concordância: 1. do adjetivo com o nome em número, em gênero e em caso, nas línguas que o tem; 2. do verbo com o nome e o pronome, em número. Para a *dependência*, Souza não utiliza o termo tradicional *regência*, herdado da gramática latina, mas combina a noção de *determinação* de Du Marsais, ou seja, o que se junta a outra palavra para desenvolver ou restringir a significação, com o termo e a noção de *dependência* de Court de Gébelin, ou seja, o que serve para determinar as palavras essenciais, o nome, o verbo ou o adjetivo, ou o conjunto. Souza também utiliza a noção de complemento, de Beauzée, para tratar da dependência entre as palavras. Para a construção, ou seja, a ordem das palavras essenciais e de suas subordinadas no enunciado, Souza fundamenta sua argumentação no uso da língua portuguesa. Assim, as palavras ocupam o mesmo lugar na proposição, ou seja, seguem uma ordem direta, a saber, sujeito + verbo + objeto + termo. Embora essa ordem mude em função da natureza da proposição e do que se deseja enunciar, sua função principal é a expressão das ideias. Por fim, a gramática de Souza manifesta a generalidade assumida, ou seja, explicitamente reconhecida, que caracteriza as teorias da gramática geral, pelo aproveitamento e aplicação na gramática portuguesa das concepções teóricas e dos princípios gerais elaborados pelos gramáticos franceses. Essa generalidade assumida sobrepõe-se à universalidade implícita do quadro latino, que resta, todavia, na base da gramática portuguesa.

### 3.1.5.2 Melo



Fig. 7 Melo 1818

A gramática de João Crisóstomo do Couto e Melo<sup>253</sup>, intitulada *Gramática filosófica da linguagem portuguesa*<sup>254</sup>, publicada em 1818, é uma obra didática que visa ao ensino do português. O termo “filosófica” que consta no título denota uma gramática que busca explicações racionais para os fatos da língua portuguesa.

Como a gramática de Souza (1804), a gramática de Melo também é influenciada pela gramática geral francesa. Segundo Gonçalves (2009, p. 286), o pertencimento de Melo à *Sociedade para a instrução elementar de Paris* explica seu conhecimento não apenas das experiências pedagógicas francesas<sup>255</sup>, mas também dos desenvolvimentos da gramática geral. De fato, Melo é influenciado por diversos autores. As referências

<sup>253</sup> Natural de Lamego, região norte de Portugal, João Crisóstomo do Couto e Melo (1778-1838) foi cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis, formou-se em matemática na Universidade de Coimbra, foi professor no Colégio real militar e diretor das Escolas militares de primeiras letras. Também foi membro da Sociedade de instrução elementar de Paris. Ele é autor de diversas obras de caráter pedagógico: *Elementos de Arithmetica*, para uso de um Collegio militar (1814); *Elementos de Algebra*, para uso dos alunos do Real Collegio Militar da Luz (1815); *Elementos de Geometria* para uso dos alumnos (1818); *Elementos de Trigonometria plana e espherica* (1824); *Novo methodo de aprender a pronunciação e leitura da linguagem portugueza, para uso das escholas particulares do Exercito* (1817); *Grammatica filosofica da linguagem portugueza* (1818); e *Orthografia filosofica da linguagem portugueza* (1818) (cf. Silva, 1859, vol. III, p. 349-350).

<sup>254</sup> Essa não é a primeira gramática filosófica publicada em Portugal. Em 1783, a *Grammatica philosophica, e orthographia racional da lingua portugueza*, de autoria de Bernardo de Lima e Melo Bacellar, aparecida cento e vinte e três anos após a publicação da *Grammaire générale et raisonnée*, de Arnauld e Lancelot, em 1660, na França, inaugura o advento das gramáticas ditas filosóficas, ou racionais, no mundo português (Torres, 1994, 2004; Gonçalves, 2006).

<sup>255</sup> Sobre as experiências pedagógicas de Melo, leia-se Gonçalves (2009).

feitas<sup>256</sup> revelam que as concepções e os fundamentos teóricos que conformam sua gramática filosófica são emprestados de muitos autores, representantes de diferentes períodos da gramática geral, confirmando assim o ecletismo que caracteriza a gramática filosófica portuguesa.

A fim de caracterizar o português, Melo opta por utilizar o substantivo *linguagem* no título de sua obra, em vez de *língua*. Segundo Gonçalves (2010, p. 171), o uso desse termo denota a preocupação do autor em conceber a linguagem como uma representação do pensamento ou como um fenômeno comunicativo, baseada nas teorias *racionalista e ideologista*<sup>257</sup>. No entanto Melo (1818, introdução, p. 15-16) considera os termos *linguagem* e *língua* como sinônimos, porque ele entende a *linguagem* como um “sistêma ou colêção dos sinaes convencionados das nossas *ideias*, dos nossos *juizos* e dos nossos *raciocinios*”. Logo, quando o gramático português utiliza o termo *linguagem*, ele não se refere à faculdade da fala, mas à língua, ou seja, a um conjunto de signos convencionais, cujas regras se fundamentam nos elementos que compõem as operações intelectuais. Conforme Gonçalves (2009, p. 287), para Melo, a língua e o pensamento são indissociáveis, porque eles se conformam ao programa ideológico que coloca em perspectiva a relação entre o homem e o mundo por meio das sensações.

Diferentemente de Souza (1804), que apresenta uma estrutura gramatical bipartida com *ortologia* e *ortografia*, Melo apresenta uma gramática tripartida com *ortoépia*, *etimologia* e *sintaxe*<sup>258</sup>. Essas partes são precedidas por uma “Introdução á gramática filosófica portuguêsza ou Arte de pensar” em uma referência direta à *Logique ou l’Art de penser* (1662), de Arnauld e Nicole, como já observado por Gonçalves (2006, p. 153). Melo, tributário dos *Messieurs* de Port-Royal, concebe *a arte de pensar*

---

<sup>256</sup> Muitos autores compõem o horizonte de retrospectão de Melo, tais como Descartes (1596-1650), os “MM de Port-Royal”, Du Marsais (1676-1756), Girard (1677-1748), Olivet (1682-1768), Duclos (1704-1772), Bateaux (1713-1780), Condillac (1714-1780), Beauzée (1717-1789), D’Alembert (1717-1783), Wailly (1724-1801), Lhomond (1727-1794), Sicard (1742-1822), Garat (1749- 1833), Levizac (1753-1813), Girault-Duvivier (1765-1832). Melo não faz referência a Girault-Duvivier, mas à sua obra em nota de rodapé “*Grammaire des Grammairres ou Analyse Raisonnée Des meilleurs Traités sur la Langue Françoise*, Paris An. 1812”. O autor refere ainda outros autores, como Bacon (1561-1626), Vaugelas (1585-1650), Ménage (1613-1692), Thomas Corneille (1625-1709), Bouhours (1628-1702), Locke (1632-1704), Régner (1632-1713), Newton (vers 1642-1727).

<sup>257</sup> Ideologia é a ciência que tem por objeto o estudo das ideias. De acordo com Auroux (1991, p. 214), “Antoine Destutt de Tracy (1754-1836) désignait sous ce nom la science ayant pour objet l’étude génétique des idées dont Condillac avait donné les premiers éléments”.

<sup>258</sup> Melo exclui a ortografia de sua gramática. Para o gramático português (1818, nota de rodapé, p. 18-19) “a *Ortografia* não pode sêr parte da *Gramática*, segundo disseram, e continuam a dizêr os Gramáticos não filósofos ou Gramatistas; por ser absurdo considerar como parte d’um tódo o, que é desnecessário para a existência do mésmo tódo”.

como uma introdução à gramática, por isso elabora um texto no qual apresenta termos e conceitos que servem de base teórica para a análise dos fatos linguísticos apresentados em sua gramática. Schäfer-Prieß (2019, p. 127) observa que Melo, com essa introdução, insere em sua obra uma *teoria das ideias* e, assim, amplia seu âmbito. Efetivamente, o gramático português, inspirado pelos *Messieurs* de Port-Royal e por seus sucessores, deduz os fatos de linguagem de uma *teoria das ideias*, ou seja, da relação entre a linguagem e o pensamento. Suas concepções sobre a linguagem e a língua portuguesa fundamentam-se, portanto, em uma base lógico-semântica.

Nesse texto introdutório, Melo trata 1. das operações do entendimento (perceber, julgar e raciocinar), 2. das faculdades utilizadas pela mente para exercitar essas operações (a percepção, a memória, a razão e a vontade), 3. dos princípios lógicos da construção do raciocínio assim como 4. do método a seguir “na investigação da verdade”. Ele apresenta igualmente um minitratado lógico<sup>259</sup> do qual não nos ocuparemos aqui.

Melo (1818, p. 5) inicia sua introdução com o conceito de “ideia”, entendida como a percepção<sup>260</sup>, pelos sentidos, de tudo o que nos rodeia. Conforme o gramático português (*ibid.*, p. 7), os sentidos são “os canais de nossas ideias” graças aos quais percebemos as coisas. Essa concepção denota, por um lado, um distanciamento da doutrina racionalista da gramática de Port-Royal e, por outro, uma aproximação da doutrina empirista, de viés sensualista ou sensista, de Condillac. Enquanto a orientação racionalista concebe que as ideias estão associadas entre si, a orientação empirista considera que elas estão ligadas às sensações e aos objetos exteriores que lhes são correspondentes (Auroux, 1979, p. 25-26).

Segundo Melo (1818, p. 8-9), a percepção das coisas leva-nos a relacioná-las e, conseqüentemente, a formar julgamentos. Dois ou mais julgamentos relacionados entre si formam o raciocínio. O gramático português acredita que a *percepção*, o *juízo* e o *raciocínio* constituem as operações intelectuais. Juntas, essas operações formam o

---

<sup>259</sup> Melo aborda as proposições *gerais*, *particulares* e *concludentes*, as premissas verdadeiras e falsas, o silogismo, alguns termos que caracterizam o raciocínio (*sofisma* e *etimema*), os termos que caracterizam o argumento (*dilema* e *sorite*) e apresenta uma lista das regras que devem ser seguidas para evitar os erros, como o propõem Arnauld e Nicole na *LAP* (1970, p. 374-375; 1992, p. 287-288 [1662]).

<sup>260</sup> Melo distingue a *sensação* da *percepção* e dá preferência ao segundo termo por razões práticas. Conforme o autor (1818, nota de rodapé, p. 6), “Emprego o vocábulo *percêção*, e não *sensação*, porque este avizinha-se da consideração física, ao mesmo tempo que aquê se atribue gèralmente á consideração metafísica: dizemos: v. g. *não sei, que sinto neste braço*, e não se-diz: *não sei, que percêbo neste braço*; e também; v. g. *percebeis o sentido dèste período?* E não *sentis o sentido deste período?*”.

*entendimento*. Para desenvolver essas operações intelectuais, a mente utiliza as seguintes faculdades: a percepção ou a capacidade de perceber os objetos externos; a *memória*, recordação das percepções, ou seja, das lembranças; a *razão*, a saber, a faculdade de comparar as percepções, de relacioná-las; a *vontade*, que corresponde ao desejo, ou seja, ao ato de querer ou não querer alguma coisa (*ibid.*).

A *formação do juízo* aparece como o primeiro princípio fundamental para a construção do raciocínio. É interessante notar que Melo (1818, introdução, p. 9-10) apresenta ao mesmo tempo a composição bipartida e tripartida do julgamento. Primeiro, ele afirma que “jámais pode a vêr *juizo* sem concurso de duas *ideias correlatas*, [...] *sujeito* e *atributo*”. Deduzimos que ele concebe, como Du Marsais (art. *Construction*, vol. IV, 1754, p. 81b), que o atributo contém em si o verbo. Depois, Melo afirma que “em tôdo o *juizo* á sempre três ideias elementares, a sabêr: *substância*, *verbo*, *adjunto*; donde, no *juizo* propôsto por exemplo [*Deos é justo*], *Deos*, é substância ou sujeito, *é* verbo, e *justo* adjunto ou atributo”. Desse modo, o autor faz referência às estruturas lógica e gramatical da proposição apresentada por Beauzée no artigo *Grammaire* (*Encyclopédie*, vol. VII, 1757, p. 844a).

O segundo princípio fundamental concerne à *relação de dependência* que existe entre os objetos percebidos (Melo, 1818, introdução, p. 10). Assim, de acordo com Melo, o exemplo “*a existência de Deus é evidente*” mostra uma *relação de dependência* entre os termos *existência* e *Deus*, marcada pela preposição *de*. Melo (*ibid.*, p. 11) nomeia o sintagma “*existência de Deus*” como uma “ideia substantiva do juízo”, porque ele designa o sujeito da proposição. A expressão “ideia atributiva”, por outro lado, diz respeito à relação entre o sujeito e o atributo, de modo que a proposição *Pedro ama* equivale a *Pedro é amante*. Certamente, a ideia elaborada pelos *Messieurs* de Port-Royal (1676, p. 96), segundo a qual “*deux mots font une proposition*”, o verbo adjetivo sendo decomposto em *verbo ser* + *particípio presente*, de modo que “*Pierre vit*” corresponde à “*Pierre est vivant*” é retomada e adaptada ao português. Como Melo (1818, p. 87-88) não admite particípio<sup>261</sup>, ele decompõe o verbo adjetivo em *verbo ser* + *adjetivo*: “Não á verbo *adjétivo*, ou *compôsto*, que repugne a sêr decompôsto no *verbo substantivo*, ou *simples sêr* e num *adjétivo*: v. g. o adjétivo *amo* = sou amante ; amei =

<sup>261</sup> Melo admite cinco classes de palavras principais: substantivo, adjetivo, verbo, preposição e conjunção, mas ele também trata de advérbio e de interjeição. O pronome aparece na descrição do adjetivo e do substantivo. Melo não trata de artigo e não reconhece o particípio como uma classe de palavra, utilizando em seu lugar o adjetivo.

fui amante”. Convém notar que em português o particípio presente funcionou como verbo até o século XVI, depois como adjetivo, como substantivo, e até mesmo como preposição no português moderno (Williams, 1973, p. 191). Na gramática de Melo, o particípio presente funciona como adjetivo.

O terceiro princípio trata da proposição *incidente*, embora neste momento Melo não utilize esse termo. Conforme o autor (1818, p. 11-12), “á [...] outras [formas de juizos], nas quaes o primeiro elemento, ou *térmo antecedente* do juizo precisa do concurso d’algumas circunstâncias, para sua completa formação: tal é esta, *o omem, que descobre uma verdade, faz um serviço ao género omâno*”. Para Melo, a proposição incidente completa o sentido do termo antecedente. Distinguindo-se das proposições subordinadas, consideradas como “expressões atributivas e complementares das principaes” (*ibid.*, p. 243), as proposições incidentes são concebidas como [expressões atributivas e complementares] “dos elementos das principais” (*ibid.*). O critério utilizado por Melo para distinguir a proposição subordinada da proposição incidente é emprestado de Condillac (1775, p. 95). Trata-se do tipo de ligação que existe entre essas proposições e a principal. Enquanto a proposição subordinada completa a proposição principal, a proposição incidente completa um nome que constitui a proposição principal e que lhe serve de antecedente.

O quarto princípio concerne à forma dos sujeitos e dos atributos que podem ser *complexos ou incomplexos*. Essa noção encontra suas origens na *Logique* (1770, p. 166-169 [1662]) e seu desenvolvimento nos gramáticos posteriores Du Marsais e Beauzée. Para Melo (1818, introdução, p. 12-13), os sujeitos e os atributos *complexos* são formados pela reunião de muitas ideias. Os sujeitos e os atributos *incomplexos* são formados por uma única ideia. Assim, a proposição “*Deos é o creadór de todo o Universo*” é formada por um sujeito incomplexo e um atributo complexo.

Por fim, para os métodos a serem utilizados na investigação dos fatos de linguagem, Melo (1818, introdução, p. 33-35) aponta os métodos *analítico* e *sintético*. O *método analítico* “é aquêl, que se-emprega no descubrimento da verdade d’uma proposição pelo conhecimento de outras proposições antecedentes; vindo por consequência a caminhar-se d’ideias simples e fáceis para outras menos simples e menos fáceis”. Trata-se, portanto, de um método de análise empírico, indutivo, partindo da análise de fatos específicos ou particulares, dito de outro modo, da análise dos efeitos para chegar à causa ou ao geral. O *método sintético* “é aquêl, que se-emprega no



descobrimento da verdade d'uma proposição obtida em último resultado; ordenando porém a coléção d'outras proposições, que, combinadas entre si, nos conduzam á verdade, que se-procura". Trata-se, portanto, de um método não empírico, teorizante e dedutivo, que parte do exame da causa e conduz ao efeito. Melo utiliza esses dois métodos em sua análise. Ele utiliza o método analítico, por exemplo, para buscar uma analogia entre as línguas<sup>262</sup>, por meio de uma investigação empírica, indutiva. Ele também utiliza o método sintético ou dedutivo para aplicar as teorias da gramática geral francesa ao português.

No que diz respeito à gramática propriamente dita, Melo evoca, na definição de gramática filosófica apresentada, a "hypothèse du langage-traduction" (Auroux, 1979, p. 70): "A coléção de preceitos, estabelecidos razoavelmente em observações feitas no génio e analogia d'uma Linguagem articulada, para se-expressar o pensamento, chamo *Gramática Filosófica* da mesma Linguagem" (1818, p. 18). Diferentemente de Souza (1804, p.1), Melo não define a gramática como uma *arte*, mas como um conjunto de princípios particulares e gerais fundamentados na razão e estabelecidos a partir da observação do que é não somente particular a uma dada língua, mas também do que é regular, ou seja, comum às línguas. O uso do termo "coleção" também referido pelo gramático português como "sistema", por exemplo na definição de *linguagem*, é inspirado em Condillac (1775). O gramático francês utiliza esse termo em uma de suas definições de gramática: "Qu'est-ce que la Grammaire? C'est un systême de mots, qui represente le systême des idées dans l'esprit, lorsque nous les voulons communiquer dans l'ordre & avec les rapports que nous appercevons" (1775, *Motif des études*, p. 131-132). Em outra definição de gramática, Condillac (1775, p. 63) afirma: "on appelle grammaire la science qui enseigne les principes & les regles de cette méthode analytique". Melo reúne, portanto, as concepções de Condillac sobre a gramática para elaborar sua própria definição de gramática filosófica. Vale notar que Melo, ao contrário

---

<sup>262</sup> Melo busca uma analogia entre alguns fatos linguísticos. Para a classificação dos verbos, por exemplo ele afirma que "a divisão dos *Verbos Adjétivos* em *A'tivos*, *Passivos* e *Neutros*; e a dos *Verbos A'tivos* em *Refléssivos* e *Recíprocos* supôsto seijão adótadas por *Gramáticos* de nôme, assim Nacionaes como Estrangeiros; com tudo, nem as julgo necessárias para intelligência do *Discurso*, nem ainda admissíveis nas linguas vivas; porque taes *divisões* e *subdivisões* são puramente arbitrárias e diretamente opostas aos resultados da *Análise do Discurso*; e por isso aos princípios da *Gramática Géral*: é preciso considerar as cousas pelo que são na sua essencia, e não em sua apparencia: se faço com efeito menção das ditas subdivisões é para conservar certa relação entre esta *Gramática* e outras, que ainda as trazem, e das quaes temos precisão para os usos da sociedade; taes são as *Françézas*, *Inglézas* e outras" (Melo, 1818, nota de rodapé, p. 89).

de seu predecessor Souza (1804, p. 1-2), não retoma a distinção entre gramática geral e gramática particular.

A terceira parte da gramática filosófica<sup>263</sup> é consagrada à sintaxe. Ela é composta por oito seções. Delas, a primeira é dedicada à concordância dos vocábulos e a segunda, à dependência dos vocábulos. Sobre o conceito de sintaxe, Melo instrui o leitor ainda no texto introdutório. Como Souza (1804, p. 155-166), Melo combina a definição tradicional de sintaxe com a concepção racional da gramática geral:

A combinação dos *vocábulos*, para a expressão dos nossos *juízos*, requer o conhecimento da relação de *concordância* e de *dependência*, que ouver entre êles; e êste objeto é tôda a matéria da construção do *discurso*, pelo que respeita aos *vocábulos*, como expressões d'ideias; e lhe dou por consequência o nôme de *Sintasse* ou *Sintaxe*. (Melo, 1818, Introdução, p. 17)

A parte da *Gramática* denominada *Sintasse* tem por objeto a construção do discurso, e precisa, como dissemos, do conhecimento da devida combinação dos vocábulos, para a expressão d'um *juízo* ou d'um *pensamento* simples, a que chamo *Frase*. (*Ibid.*, p. 19-20)

As definições de sintaxe repousam sobre os critérios distribucional (combinação de palavras) e semântico-psicológico (a expressão de um juízo ou pensamento simples). Esse último critério é caracterizado pela representação de uma operação intelectual (Auroux, 2009a, p. 105). Essa definição assemelha-se aquela de Beauzée (art. *Syntaxe*, *Encyclopédie*, vol. XV, 1765, p. 765a), segundo a qual a sintaxe trata “le concours de mots réunis pour exprimer une pensée”. Melo segue então o pressuposto geral que conforma a reflexão linguística francesa nos séculos XVII e XVIII, a saber, a *hipótese da linguagem-tradução* (Auroux, 1979, p. 70). A linguagem é concebida como uma tradução, ou seja, como a expressão do pensamento, e sua função comunicativa é, então, reconhecida.

Como Souza (1804), Melo não retoma a distinção entre *sintaxe* e *construção*, que caracteriza a teoria geral francesa. Entretanto, sua concepção em torno desses termos parece confusa. Si consideramos, por um lado, o conceito de sintaxe apresentado

---

<sup>263</sup> A gramática filosófica de Melo compõe-se de três partes: a ortoépia, com cinco seções, trata dos sons e dos elementos; a etimologia, com vinte e cinco seções, trata das classes de palavras; a sintaxe, com oito seções, trata de concordância, dependência, frase, período e figuras: (I. concordância dos vocábulos; II. dependência dos vocábulos; III. frase; IV. períodos; V. figuras de dição; VI. figuras de construção; VII. requisitos para uma boa construção gramatical; VIII. análise gramatical de um período em prosa e em verso).

por Melo como “a combinação de vocábulos” e, por outro, a afirmação segundo a qual “toda” a matéria da construção é formada pelo conhecimento das relações de concordância e de dependência, é possível afirmar que o gramático concebe esses dois termos como análogos. No entanto, Melo parece distinguir os dois termos quando ele afirma que a “construção do discurso” é o objeto da sintaxe (*ibid.*, p. 19-20), embora não demonstre nem desenvolva explicitamente essa distinção.

Na gramática filosófica de Melo, os princípios gerais da sintaxe são reduzidos às regras de *concordância* e de *dependência*, enquanto seu predecessor Souza (1804, p. 157) trata de *concordância*, *dependência* e *construção*. Para Melo, as palavras organizam-se em torno desses dois princípios. Ele retoma a divisão bipartida tradicional da sintaxe, combinando-a com as concepções da teoria geral francesa. Inspirado pelo ideólogo francês Destutt de Tracy (1817, p. 169-170), não mencionado explicitamente em seu horizonte de retrospectão, Melo trata da “relação de concordância” e da “relação de dependência”. Para Destutt de Tracy (*ibid.*), essa designação é mais adequada do que aquela elaborada por Du Marsais – relações de identidade e de determinação – para descrever a relação entre as palavras, porque “aucun mot n’est identique avec un autre, et tous déterminent la signification les uns des autres”. Conforme explica o gramático e filósofo francês (*ibid.*), as palavras não têm entre si uma relação de *identidade*, mas uma relação de *concordância*. Essa relação é justificada pela estreita ligação que existe entre as palavras, de modo que a ideia representada por uma palavra se confunde com a ideia representada por outra, as duas formando uma nova ideia. Quanto à *relação de dependência*, algumas palavras servem de complemento a outras, das quais elas dependem para completar sua significação (*ibid.*). Sendo assim, os princípios gerais que conformam a sintaxe da língua portuguesa na gramática filosófica de Melo dizem respeito às *relações de concordância* e de *dependência* que existem entre as palavras.

A seção I da terceira parte da gramática filosófica é consagrada à concordância dos vocábulos. Por concordância, Melo (1818, p. 224) entende “a combinação dos vocábulos, para a expressão do pensamento”. Essa mesma definição é apresentada à sintaxe. A razão é que a combinação dos vocábulos pressupõe o acordo entre os termos. Nessa definição, Melo associa o acordo entre as palavras à manifestação do pensamento e mantém os critérios distribucional e semântico psicológico (Auroux, 2009a, p. 105, 108). Para o gramático português, a “concordância dos vocábulos” concerne a duas regras gerais: 1. a concordância entre o adjetivo articular ou o adjetivo atributivo e o

substantivo próprio ou comum; 2. a concordância do verbo substantivo ou do verbo adjetivo com o sujeito. Diferentemente de Souza (1804, p. 158-159), Melo, inspirado por Destutt de Tracy (1817, p. 169), não evoca a *relação de identidade* como o fundamento da concordância. Entretanto, salvo algumas modificações terminológicas, as concordâncias correspondem àquelas elaboradas por Beauzée: entre o adjetivo e o nome, e entre o verbo e o sujeito.

Quando se trata da concordância entre o *adjetivo articular* ou *adjetivo atributivo* e o substantivo próprio ou comum, Melo aponta dois tipos de relação entre as palavras: as *relações de concordância de gênero e de concordância de número*. Assim, a concordância entre o *adjetivo articular* e o substantivo apresenta as seguintes relações:

1. uma relação de concordância em gênero e em número entre o *adjetivo articular* “o” e o substantivo próprio “Brasil”, como em “o Brasil é rico em produções da Naturêza”;

2. uma relação de concordância em gênero e em número entre o *adjetivo articular* “os” e o substantivo comum “vícios”, no exemplo “os vícios são mûitos [...]”.

Note-se que Melo não menciona o acordo em caso, contrariamente ao seu predecessor Souza (1804, p. 159), afastando-se, assim, completamente desse acordo morfológico tradicional observado nas gramáticas latinas e vernaculares. O gramático português também trata da relação de acordo em gênero e em número do adjetivo atributivo com o substantivo e apresenta os seguintes acordos:

1. do adjetivo atributivo com um substantivo próprio, como em “a Gramática é necessária”;

2. com um substantivo comum, “os vícios são muitos [...]”;

3. com muitos substantivos próprios, “Portugal, Brasil e Algarves estão ôje unidos n’um só Reino”;

4. com muitos substantivos comuns, “o prêmio e o castigo são necessários para a conservação da sociedade”.

A classificação dos adjetivos em *articular* e *atributivo*, elaborada por Melo, é inspirada em Beauzée. De acordo com Melo (1818, p. 75-76; 79), o *adjetivo articular* “determina a estensão da significação do substantivo a que está unido” e o *adjetivo atributivo* “significa ideia de cousa atribuida ao substantivo”. A definição de *adjetivo articular* repousa sobre um critério funcional-lógico, segundo os critérios definidos por Aurox (2009a, p. 107), enquanto a definição de *adjetivo atributivo* repousa sobre um

critério semântico (*ibid.* p. 105). O *adjetivo articular* definido por Melo corresponde aos *adjetivos metafísicos* designados por Beauzée (1767, I, p. 307), ou seja, aos adjetivos que modificam a extensão da palavra referente. O *adjetivo atributivo*, por sua vez, corresponde aos *adjetivos físicos* de Beauzée (1767, I, p. 292), a saber, os adjetivos que modificam a compreensão da palavra referente e não a sua extensão. Destutt de Tracy (1817, p. 101-102) também retoma essa concepção de Beauzée sobre a compreensão e a extensão das palavras e faz algumas modificações. Por *adjetivos determinativos*, Destutt de Tracy designa não apenas os adjetivos que modificam as ideias em sua compreensão, mas também aqueles que as modificam em sua extensão, porque todos desempenham a mesma função de determinar a palavra referente, além de compartilharem a mesma natureza, ou seja, serem adjetivos.

Quando se trata da concordância dos *verbos substantivo e adjetivo* com o sujeito, Melo (1818, p. 230-233) concebe dois tipos de relação entre as palavras: as *relações de concordância em número e em pessoa*. Assim, o *verbo substantivo* concorda em número e em pessoa com os seguintes sujeitos:

1. um sujeito simples e incompleto, como em “Deos é justo”;
2. um sujeito simples e complexo, “A Religião Cristã é a perfeição da sabedoria”;
3. um sujeito composto, “António e Bernardo são felizes”.

O *verbo adjetivo* concorda em número e em pessoa com os seguintes sujeitos:

1. um sujeito simples e incompleto, “António estudou Gramática Português para sabêr falar Português”;
2. um sujeito simples e complexo, “os Céos patenteiam a glória de Deos”;
3. um sujeito composto, “Pêdro e Paulo vivem contentes”;
4. um sujeito simples, quando o verbo adjetivo está na voz passiva, “Conforme com o parecêr d’António”;
5. um sujeito composto, “A sabedoria e a virtude não se-deixam em testamento”.

Essas regras gerais distinguem-se daquelas elaboradas por Souza (1804, p. 163-164). De fato, Melo especifica não apenas o tipo de verbo (substantivo ou adjetivo) e de sujeito (complexo ou incompleto), como também amplia as regras, incluindo, por exemplo, o acordo do verbo adjetivo na voz passiva.

A seção II é consagrada à dependência dos vocábulos. A adoção do termo *dependência* por Souza (1804, p. 233) denota a produtividade desse termo na gramática

filosófica portuguesa. Como seu predecessor, Melo utiliza-o em detrimento do termo tradicional *regência* e do termo *determinação* que caracteriza a teoria geral francesa. Para o gramático português, existe uma relação de dependência entre as palavras na proposição. Ela é concebida como a representação da relação de dependência percebida pela mente entre dois objetos (Santos, 2010, p. 388). Nesse sentido, quando Melo concebe a dependência dos vocábulos de um ponto de vista lógico, ele se distancia de Souza (1804, p. 166-170). Para o autor,

a nossa alma, quando julga dois objetos percebidos, tem algumas vezes necessidade d'atendêr á dependência, que alguns têm a respeito d'outros; e a esta percção chamo *relação de dependência* entre os mesmos objetos: assim, quando formâmos êste juizo: *a existência de Deos é evidente*, necessitâmos *atender* á relação de dependência, que á entre o objeto *êxistência*, e estoutro *Deos*; a cuja expressão chãmam *preposição*. (Melo, 1818, introdução, p. 10-11)

A combinação dos vocábulos para se-expressárem os pensamentos exige que os substantivos, os atributivos e os verbos adjétivos tenham a dependêr de substantivos, para que possam completamente significar os elementos da Proposição; e esta nova relação entre nos vocábulos chãma-se *relação de dependência*. (Melo, 1818, p. 233)

Melo empresta a expressão *relação de dependência* de Destutt de Tracy (1817, p. 170) para tratar de complementação. De acordo com esse gramático francês, algumas palavras servem de complemento a outras e são utilizadas para expressar “une conséquence de sa signification; et, dans ce cas, il en est un appendice, il en dépend, il a avec lui un [...] *rapport de dépendance*”. Essa relação de dependência, marcada pela preposição, é observada quando uma palavra completa o sentido de uma outra. Como o gramático francês (1817, p. 73), Melo explica que os substantivos servem de complemento a outros substantivos ou a atributos. No caso do verbo, convém notar que o gramático português se refere aos verbos adjetivos. Sua atitude é justificada, porque, para Destutt de Tracy (*ibid.*, p. 104), o verbo *ser* não precisa de complemento já que ele tem um “sens absolu”. Sendo assim, para Melo, apenas os verbos adjetivos requerem um complemento.

Melo distingue três tipos de complemento: 1. complemento do sujeito; 2. complemento do verbo; 3. complemento do atributo. A elaboração dessa

classificação é baseada na classificação das preposições<sup>264</sup>, o que se justifica pelo fato de a preposição contribuir na formação do complemento:

Como em tôdo o complemento concorre sempre o vocábulo *Preposição*, segue-se que tôda a espécie de complemento deverá participar da denominação correspondente á significação da Preposição: donde o têrmos a considerar os complementos da maneira seguinte: 1.º *de logar*, 2.º *d'ordem*, 3.º *d'união*, 4.º *de separação*, 5.º *d'oposição*, 6.º *de têrmo*. (Melo, 1818, p. 234-235)

A utilização do termo *complemento* vinculado à preposição é inspirada em Wailly (1759, p. 71-72), embora Du Marsais já tenha referido o *complemento da preposição* em alguns artigos da *Encyclopédie* (art. *Accusatif*, vol. I, 1751, p. 91b-92b; art. *Construction*, vol. IV, 1754, p. 73a-92b). Wailly organiza as preposições de acordo com as relações que elas indicam. Assim, as preposições marcam o lugar (*chez, dans, devant, derriere, parmi*, etc); a ordem (*avant, après, entre, depuis*); a união (*avec, durant, selon, suivant*); a separação (*excepté, sans, hors, hormis*); a oposição (*contre, malgré, nonobstant*); o fim (*envers, touchant, pour*) e a especificação (*à, de, en*). No entanto Melo (1818, p. 260) faz uma referência explícita a Sicard no que diz respeito ao *complemento da preposição*: “Sei que *Sicard* chama *complemento* da preposição [...]; mas, sem embargo da reconhecida autoridade dèste famôso *Gramático*, persisto na minha carreira, a qual me leva ao mêsmo fim, que a dêle: talvez mais seguro e por isso mais breve”, embora sua descrição esteja mais próxima daquela de Wailly e não daquela de Sicard.

Melo (1818, p. 235-238) elabora seis regras gerais para a dependência entre as palavras, duas regras para cada tipo de complemento:

1. dependência de um substantivo [restrito] com um substantivo não restrito, como em “A existência de Deos é evidente”.
2. dependência de um substantivo [restrito] com um outro substantivo restrito, como em “o fim do trabalho é a recompensa”;
3. dependência de um verbo adjetivo *finito* com um substantivo não restrito, como em “Antônio vai a Lisbôa”;

<sup>264</sup> “As preposições, segundo a sua significação, dividem-se em seis classes a sabêr: 1.ª de Logar: v. g. *em, sobre*, &c. 2.ª de Ordem: v. g. *ante, depôis*, &c. 3.ª de União: v. g. *com*, &c. 4.ª de Separação: v. g. *sem, de*, &c. 5.ª de Oposição: v. g. *contra*, &c. 6.ª de Têrmo: v. g. *a, para*, &c.” (Melo, 1818, p. 213)

4. dependência de um verbo adjetivo *finito* com um substantivo não restrito, “António estuda Gramática”;

5. dependência de um [adjetivo] atributivo com um substantivo não restrito, “O autôr desta Gramática é natural de Lamêgo”;

6. dependência de um [adjetivo] atributivo com um substantivo restrito, “Esta Gramática fôï composta para o fim de se-instruírem os Alunos da Escola Géral Militar”.

Quando Melo formula as regras para descrever a dependência sintática, ele evoca o problema da transitividade verbal, embora ele não utilize a noção de *transitividade* para analisar as construções verbais nem o termo *transitivo* para nomear os verbos. O autor distingue-se, assim, de seu predecessor Souza (1804, p. 168), porque esse último, tributário de Gébelin (1776, p. 328-329), utiliza a noção de complemento circunstancial para tratar de dependência verbal.

Melo também dedica uma das seções da sintaxe à *frase*, o termo mais recorrente na gramática filosófica de Melo, apesar do uso dos termos *proposição* e *oração*. São noventa e três ocorrências para o termo *frase*; dezoito para *proposição*; e sete para *oração*. A escolha do autor deve-se provavelmente ao fato de *frase* ser um termo menos marcado epistemologicamente e mais genérico em relação aos outros. Diferentemente de Souza (1804, p. 156; 201), que, tributário de Du Marsais (art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 81b), distingue *proposição* e *frase* - a *proposição* expressando um julgamento, com uma estrutura fixa e se apresentando como um enunciado de sentido completo; a *frase* caracterizando enunciados com diferentes estruturas e um sentido completo ou incompleto -, Melo concebe os termos *frase*, *proposição* e *oração* como sinônimos. Conforme esse autor (1818, introdução, p. 19-20), a *frase* é “a expressão d’um juízo ou d’um pensamento simples”. Essa definição corresponde, *mutatis mutandis*, àquela da *proposição*. E ainda, a “*Frase, Oração ou expressão figurada d’um juízo [...] consta de três elementos a sabêr: sujeito, verbo e atributo*” (*ibid.*, p. 238). Esses elementos são os mesmos que compõem a *proposição*. Em uma nota de rodapé, Melo (*ibid.*) atribui essa divisão tripartite da *frase* a Sicard: “*Toutes le phrases ne nous offrâient que trois éléments. Sicard*”. Assim, Melo pretende mostrar que está alinhado com os gramáticos franceses contemporâneos. A distinção observada por Melo (1818, p. 239) entre a *frase* e a *oração* não diz respeito à sua essência, mas à sua forma de expressão: “*Frase e Oração significam a mesma coisa*



quanto á substância; pois acidentalmente se-entende por *Oração* a expressão d'um juízo pela fala e por *Frase* a expressão de um juízo pela escrita”.

Melo (1818, p. 239-240) também evoca o problema da ordem das palavras. Conforme o gramático português, as frases portuguesas construídas na ordem direta colocam o sujeito na primeira posição, o verbo na segunda e o atributo na terceira posição. Assim, as frases “*Deos é justo*” e “*António estuda Gramática Portuguêsa*” aparecem na ordem direta porque seguem uma estrutura S + V + A. Essa estrutura distingue-se daquela apresentada por Souza (1804, p. 176) (sujeito + verbo + objeto + termo), mais completa, porque indica o desenvolvimento da proposição.

Em conclusão, a gramática filosófica de Melo apresenta características importantes da recepção e da aplicação da teoria geral francesa na língua portuguesa. De fato, sua gramática é marcada pela generalidade explicitamente assumida que conforma as gramáticas gerais e filosóficas a respeito dos conceitos teóricos e dos princípios gerais. Como observamos, Melo é influenciado por diversos autores. Ele é tributário dos *Messieurs* de Port-Royal no que diz respeito à relação entre a lógica e a gramática, concebendo-as como disciplinas complementares. Para o tratamento da sintaxe, algumas noções importantes que caracterizam a teoria geral não são aplicadas, como a distinção entre *sintaxe* e *construção*. Quanto aos princípios gerais que conformam a sintaxe da língua portuguesa, eles dizem respeito às *relações de concordância* e de *dependência*. A *relação de concordância* é marcada pelo acordo em número e em pessoa de um adjetivo articular ou atributivo com um substantivo próprio ou comum, bem como pelo acordo em número e em pessoa de um verbo substantivo ou adjetivo com um sujeito simples ou composto, complexo ou incompleto. A *relação de dependência* manifesta-se quando uma palavra completa o sentido de uma outra. A preposição marca essa dependência entre as palavras. O tratamento das categorias de *concordância* e de *dependência* revela, portanto, uma mudança a propósito da concordância, na especificação dos termos: substantivos próprios e comuns, adjetivos articulares e atributivos, sujeitos simples e compostos/complexos e incompleto, verbos substantivos e adjetivos; e a questão da dependência é vinculada àquela da complementação.

### 3.1.5.3 Barbosa

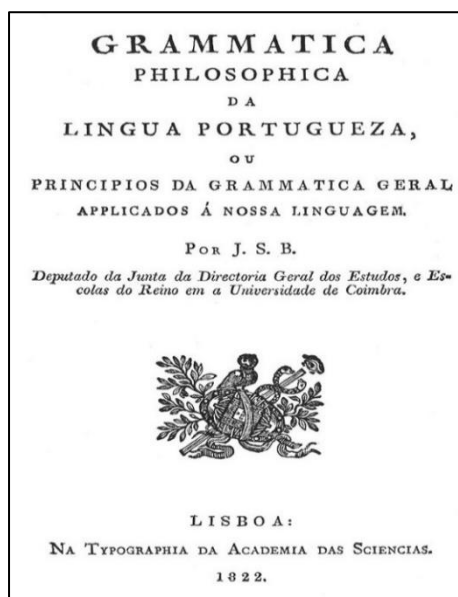


Fig. 8 Barbosa 1822

A *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, de Jerónimo Soares Barbosa<sup>265</sup>, é uma obra póstuma, publicada em 1822<sup>266</sup>. Como as gramáticas filosóficas de seus predecessores Souza (1804) e Melo (1818), essa obra também articula língua e razão. Ela é considerada a obra mais importante na história da gramática portuguesa (Schärfer-Prieß, 2019, p. 1; Coelho e Kemmler, 2017, p. 10; Couto, 2004, p. 13), e apresenta, segundo

<sup>265</sup> Jerónimo Soares Barbosa foi um padre diocesano que viveu entre 1737-1816. Formado em direito canônico pela Universidade de Coimbra, ele lecionou retórica e poética no Real Colégio das Artes (1542-1837), entre 1766 e 1790. Em 1789, ele foi nomeado membro da Academia das Ciências de Lisboa. Autor polígrafo, Barbosa elaborou obras didáticas sobre retórica, literatura, teologia, história (Schärfer-Prieß, 2019, p. 56). Entre as suas principais obras estão *Eschola popular das primeiras letras* (1796), uma gramática elementar do português, em que cada capítulo apresenta estratégias metodológicas para o professor (Lupetti, 2015, p. 66), além de duas gramáticas: *As duas Linguas ou Grammatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina* (1807) e a *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822). De acordo com Torres (2003, p. XV), Barbosa também publicou: *Institutiones oratoriae* de Quintiliano (1786), a tradução dessa obra *Instituições oratórias* (1788), *Poetica de Horacio* (1791) e *Epítome universae historiae* (1805).

<sup>266</sup> A gramática filosófica de Jerónimo Soares Barbosa é uma obra póstuma publicada seis anos após o seu falecimento, em 1822, por iniciativa da Academia das Ciências de Lisboa (Schärfer-Prieß, 2019, p. 77). Sua elaboração, contudo, é bem anterior à data de sua publicação, como o especifica o texto da introdução: “Coimbra, 24 de junho de 1803”. De acordo com Schärfer-Prieß (*ibid.*), essa data aparece na introdução da gramática filosófica desde a quarta edição em 1866. Sobre as questões relacionadas à produção dessa gramática e às suas onze edições, leia-se Coelho e Kemmler, 2017.

Couto (2004, p. 11), uma “descrição linguística completíssima e singular com uma grande riqueza teórica e especulativa”. Essa obra encerra o ciclo das gramáticas filosóficas em Portugal e inaugura o das gramáticas baseadas na linguística histórica e no método comparativo.

O horizonte de retrospectiva de Barbosa não é tão extenso e explícito quanto aquele de seu predecessor Melo (1818), contudo ele também se distingue por seu ecletismo. Entre os autores referidos<sup>267</sup> por Barbosa estão Pierre de la Ramée (1515 - 1572), Sanctius (1523-1600), Arnauld (1612-1694) e Lancelot (1616-1695), Wallis (1616-1703), Harris<sup>268</sup> (1709-1780), Condillac (1714-1780) e Lévizac (1753-1813). Embora Barbosa não mencione explicitamente Du Marsais (1676-1756) e Beauzée (1717-1789), nem no texto introdutório nem no texto gramatical, ele é tributário desses gramáticos e enciclopedistas franceses de quem recupera os textos e as ideias como se verá adiante. De acordo com Torres (2004, p. 15-16), Barbosa, pela influência recebida, segue tanto o método “racionalista-dedutivo” quanto o “empírico-indutivo” em sua análise da língua portuguesa. Com isso, o gramático alinha a razão e a prática da língua.

Como seus antecessores Souza (1804) e Melo (1818), Barbosa (1822) considera o postulado geral que organiza a reflexão linguística francesa nos séculos XVII e XVIII, e portuguesa no século XIX, aquele da hipótese da linguagem tradução (Auroux, 1979, p. 70), segundo o qual a linguagem é a expressão do pensamento. Em sua concepção sobre a origem das ideias, Barbosa segue um ponto de vista não apenas empirista de viés sensualista, mas também racionalista. De acordo com o gramático português (1822, p. 104), “em nosso Espirito não ha senão [...] *Ideas*, ou *Sensiveis* e *Directas*, nascidas das impressões, que os objectos causão nos nossos sentidos e que são as unicas imagens naturaes dos mesmos objectos; ou *Reflexas*, formadas pela nossa alma”. Embora Barbosa mencione a tese racionalista, é a tese sensualista que fundamenta suas reflexões. De fato, para o autor, todas as ideias são constituídas a partir das sensações,

---

<sup>267</sup> Barbosa também faz referência a seus predecessores portugueses. No entanto, dependendo da edição, os anos de publicação das gramáticas podem ser diferentes. Assim, na primeira edição de 1822 constam: Barros (1539), Oliveira (1552), Roboredo (1619), Pereira (1672), Argote (1721), Lobato (1761). Na sexta edição de 1875, os anos de publicação das gramáticas de Oliveira, de Barros e de Lobato estão ajustadas: Oliveira (1536), Barros (1540) e Lobato (1771), mas aquela de Lobato permanece inexistente. Como se sabe, a reforma pombalina adotou a gramática de Lobato publicada em 1770. As datas das outras obras permanecem inalteradas. Barbosa menciona igualmente outras gramáticas: *Rudimentos da Grammatica Portuguesa* (1799), de Fonseca; *Grammatica da lingua castelhana* (1771), elaborada pela Academia espanhola, assim como a *Arte de la Lingua Boscongada* (Salamanca, 1729).

<sup>268</sup> Torres (2004, p. 17) aponta um erro quanto a essa referência de Barbosa. O gramático português (1822, introdução, p. XI) escreve “Starris” em vez de Harris.

inclusive aquelas que parecem surgir apenas na mente, porque na verdade todas são reflexos do mundo exterior.

Sobre a noção de língua, Barbosa é tributário de Condillac (1775, I, p. 58). Inspirado pelo gramático francês, Barbosa (1822, prólogo, p. XII) descreve as línguas como métodos analíticos necessários para o desenvolvimento das ideias: “As Línguas são huns methodos analyticos, que Deos deo ao homem para desenvolver suas faculdades. Ellas dão o primeiro exemplo das regras da analyse, da combinação, e do methodo, que as Sciencias as mais exactas seguem nas suas operações”. A concepção de língua como método analítico leva o gramático português a estabelecer uma relação entre a gramática e as ciências exatas. Como nos dois casos o homem analisa o pensamento pela linguagem, é possível ajustá-las, de modo que a gramática partilhe a mesma precisão que as ciências exatas. Note-se que o gramático português, diferentemente de Condillac que leva em conta a orientação genética da língua (Auroux, 1979, p. 55-58), ou seja, sua formação e a compreensão de sua natureza, insiste sobre sua orientação teológica, afirmando que a língua é um dom de Deus. Essa concepção de Barbosa aproxima-se da análise de Beauzée (art. *Langue*, *Encyclopédie*, vol. IX, 1765, p. 252), que considera o aspecto teológico da língua, admitindo sua inspiração divina.

As gramáticas filosóficas portuguesas que compõem nosso *corpus* diferem em sua estrutura, revelando que não havia uma sistematização a este respeito. Se a gramática de Souza (1804) apresenta uma estrutura bipartite (ortologia e ortografia), e a de Melo (1818) apresenta uma estrutura tripartite (ortoépia, etimologia e sintaxe), a gramática de Barbosa (1822) tem uma estrutura quadripartite: ortoépia, ortografia, etimologia<sup>269</sup> e sintaxe. De acordo com Schäfer-Prieß (2019, p. 128), essa estrutura é inspirada na gramática de Port-Royal (1660)<sup>270</sup>, já que Barbosa (1822, introdução, p. III-IV) também concebe uma parte “mechanica e material” (ortoépia, ortografia) e uma parte “logica e espiritual [no sentido de ‘conceitual’]” (etimologia, sintaxe). Essa estrutura quadripartite será retomada posteriormente nas gramáticas brasileiras. A

---

<sup>269</sup> Barbosa reconhece cinco classes de palavras: o nome substantivo, o nome adjetivo, o verbo substantivo, a preposição e a conjunção. De acordo com Barbosa (1822, p. 107), essas classes de palavras com a interjeição, única classe não discursiva, formam “o systema completo dos *Elementos da Oração*, ao qual se reduzem todos os vocabulos, de que pode constar o dictionario de qualquer Língua, antiga ou moderna”.

<sup>270</sup> Na *Grammaire générale et raisonnée* (1676, p. 26-27), Arnauld e Lancelot distinguem a parte material da parte espiritual, ou seja, imaterial ou incorpóreo.

gramática de Barbosa é, então, composta por quatro livros<sup>271</sup> correspondentes a cada uma de suas partes. O livro IV é consagrado à sintaxe e aos seus princípios gerais. Ele é composto por seis capítulos, dos quais o primeiro trata da oração em geral; o segundo, de concordância; e o terceiro de regência.

Antes de examinar a aplicação da teoria geral no tratamento da sintaxe nesta gramática filosófica, convém observar a noção de *gramática* elaborada por Barbosa. No texto introdutório, o autor enuncia três definições de gramática: a primeira especifica a gramática como uma *ciência*; a segunda, como uma *arte*; e a terceira, como um *conjunto de regras*. No texto gramatical, Barbosa retoma a segunda definição, a gramática entendida como *arte*. Essas definições são inspiradas em Beauzée e em Condillac, conforme mostrado no quadro abaixo.

| Beauzée (1757)  | Condillac (1775)   | Barbosa (1822)   |
|---|--|--|
| GRAMMAIRE, s. f. <i>terme abstrait</i> . R. Γράμμα, <i>littera</i> , lettre; les Latins l'appellerent quelquefois <i>Litteratura</i> . C'est la science de la parole prononcée ou écrite. (art. <i>Grammaire</i> , vol. VII p. 841) | On appelle grammaire la science qui enseigne les principes & les règles de cette méthode analytique. Si elle enseigne les regles que cette méthode prescrit à toutes les langues, on la nomme <i>grammaire générale</i> ; & on la nomme <i>grammaire particulière</i> , lors qu'elle enseigne les regles que cette méthode suit dans telle ou telle langue. (I, p. 63)<br><br>Qu'est-ce que la Grammaire? C'est un système de mots, qui represente le système des idées dans l'esprit [...]. (I, p. 131-132) | A Grammatica, (que quer dizer <i>Litteratura</i> ) não foi ao principio outra couza, senão a sciencia dos caracteres [...]. (Introdução, p. I)<br><br>A Grammatica pois, que não he outra couza, [...], senão a <i>Arte, que ensina a pronunciar, escrever, e falar correctamente qualquer Lingua</i> . (Introd., p. VIII)<br><br>Toda a Grammatica he hum systema methodico de Regras, que resultão das observações feitas sobre os usos e factos das Linguas. Se estas regras e observações tem por objecto tão somente os usos e factos de huma Lingua particular; a Grammatica será tambem <i>Particular</i> . Se ellas porêm abrangem os usos e factos de todos, ou da maior parte dos idiomas conhecidos; a sua Grammatica será <i>Geral</i> . Huma e outra póde ser, ou somente |

<sup>271</sup> O livro IV é composto por seis capítulos: I. Da oração em geral; II. Sintaxe de concordância; III. Sintaxe de regência; IV. Da construção direita da oração portuguesa; V. Da construção invertida da oração portuguesa; VI. Aplicação dos princípios dessa gramática aos Lusíadas de Camões.

|  |  |  |
|--|--|--|
|  |  | <p><i>Practica e Rudimentaria</i>, ou <i>Philosophica e Razoada</i>. (Introd., p. IX)</p> <p><i>Grammatica</i> he a Arte de falar e escrever correctamente a propria Lingua”. (p. 1)</p> |
|--|--|--|

As duas primeiras definições elaboradas por Barbosa a propósito da gramática, entendida como ciência e como arte, são inspiradas nas ideias de Beauzée. Para a primeira definição, Barbosa empresta do gramático francês o termo latino *litteratura*, utilizado para designar a disciplina gramatical (Desbordes, 1990, p.37), a fim de qualificar a gramática como ciência dos caracteres. Essa definição, contudo, não é inédita na história da gramática portuguesa. Barros (1540, p. 3) apresenta essa mesma noção de gramática como “ciência de letras”. Para a segunda, Barbosa desenvolve a definição elaborada por Beauzée, acrescentando uma concepção normativa à noção de gramática, agora entendida como uma arte. O gramático português inspira-se igualmente em Condillac ao conceber a gramática como um instrumento relacionado ao ensino de línguas, sobre seus princípios gerais ou particulares. A terceira definição também é inspirada em Condillac, embora a distinção sistematizada entre as gramáticas geral e particular pertença a Beauzée (art. *Grammaire*, *Encyclopédie*, vol. VII, 1757, p. 841b; 1767, préface, p. IX-XI). Assim como Condillac, Barbosa distingue sucintamente esses dois tipos de gramática. Enquanto a *gramática geral* se interessa pelas regras que dizem respeito aos fatos linguísticos do maior número possível de línguas, a *gramática particular* trata das regras que concernem aos fatos de uma língua específica. Convém notar que essa distinção é referida por Barbosa (1822 [1803]) e por Souza (1804), mas não por Melo (1818). A razão é que Barbosa e Souza elaboraram suas gramáticas no mesmo período, quando a consolidação dos conhecimentos sobre essa distinção era essencial para a gramática portuguesa. Barbosa também retoma de Condillac a noção de gramática como sistema, ou seja, um conjunto organizado cujas partes são dependentes (Auroux, 1975, p. 243), alinhando-se, assim, com o desenvolvimento da doutrina da gramática geral francesa.

A gramática de Barbosa é uma gramática tanto particular quanto filosófica, baseada nos princípios da gramática geral, como já observado por Lisboa (2020, p. 74). Ela é particular, porque analisa as regras que concernem aos usos e aos fatos da língua

portuguesa. Ela também é filosófica, porque fornece as causas e as razões não somente desses mesmos usos e fatos linguísticos, mas também “dos procedimentos uniformes [ou seja, dos métodos ou das estratégias comuns], que todas as Linguas seguem na analyse e enunciação do pensamento” (Barbosa, 1822, p. IX). Para Barbosa, inspirado em Beauzée (1767, I, préface, p. XII), uma gramática particular não poderia de forma alguma ser liberada dos fundamentos da gramática geral, já que sem eles o conhecimento gramatical não seria completo.

| Beauzée (1767)  | Barbosa (1822)  |
|---|---|
| [...] l'art ne peut donner aucune certitude à la pratique, s'il n'est éclairé & dirigé par les lumières de la spéculation; & cela est évident, puisque l'art a pour objet l'application pratique des institutions usuelles d'une langue aux principes généraux du Langage. Il est donc de la plus grande importance de bien établir les principes généraux; & sans cette connoissance, on doit s'attendre à ne trouver que désordre & incertitude dans les Grammaires particulières des langues, comme l'expérience ne l'a que trop constaté jusqu'à présent. (Préface, vol. I, p. XII) | Toda a Grammatica Particular e Rudimentaria, para ser verdadeira e exacta nas suas definições, simples nas suas regras, certa nas suas analogias, curta nas suas anomalias, e assim facil para ser entendida e comprehendida dos principiantes; deve ter por fundamento a Grammatica geral e razoada. (Préface, vol. I, p. XII) |

O gramático português, assim como o francês, concebe as gramáticas geral e particular como indissociáveis. Barbosa afirma que as analogias e as anomalias, ou seja, não apenas as regras comuns a todas as línguas, mas também as regras particulares a cada língua devem ser fundamentadas nos princípios da gramática geral. Sendo assim, os usos e os fatos relativos a uma língua e que são descritos em uma gramática particular devem ser fundamentados nos princípios gerais da linguagem para que se configurem como um conhecimento sólido, claro e correto.

A sintaxe, por sua importância na gramática geral francesa, também ocupa um lugar de destaque na gramática filosófica de Barbosa. De fato, o interesse pela linguagem em geral e, também, pelas línguas vernáculas levou os gramáticos a se concentrarem na análise da sintaxe. Quanto às classes de palavras, elas servem sobretudo à análise da proposição, constituída como o objeto de estudo da sintaxe. Na gramática filosófica de Barbosa, o tratamento da sintaxe está vinculado ao modelo da gramática latina e à teoria da gramática geral francesa. Na verdade, há uma sobreposição desses modelos, como observamos anteriormente nas gramáticas de Souza

(1804) e de Melo (1818). Assim, Barbosa empresta de Beauzée (art. *Syntaxe*, *Encyclopédie*, vol. XV, 1765, p. 762a) a definição etimológica de sintaxe como coordenação (*coordinatio*). Para o gramático português (1822, p. 362), “*Syntaxe* quer dizer *Coordenação*”, porque “ensina a coordenar [as] palavras, e a dispô-las no discurso de modo que façam um sentido ao mesmo tempo distinto e ligado” (*ibid.*, p. 1). Esta definição, determinada pelos critérios distribucional-sintagmático e semântico, baseia-se na noção de coocorrência das palavras na oração e na sua significação. Essa concepção de sintaxe como coordenação das palavras denota a concepção da gramática latina, ou mesmo da tradição gramatical em geral, que trata da composição e da ordem das palavras na oração.

Se a definição de sintaxe apresentada está vinculada, sobretudo, à gramática latina, a distinção entre *syntaxe* e *construção* denota a aplicação da teoria da gramática geral francesa na gramática da língua portuguesa. Diferentemente de Souza (1804) e de Melo (1818), Barbosa (1822, p. 411-412) aplica ao português a distinção elaborada por Du Marsais (art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 73a) entre a sintaxe e a construção. Enquanto a sintaxe trata dos signos estabelecidos pelas línguas para marcar as relações entre as ideias expressas pelas palavras, a construção diz respeito à posição ocupada pelas palavras na oração, bem como aos diferentes arranjos possíveis.

*Syntaxe* e *Construção* são cousas diferentes. A *syntaxe* não consiste senão nos signaes escolhidos por qualquer lingua para indicar as correlações e relações das ideias, exprimidas pelas palavras. A *construção* porém consiste nos diferentes arranjos e collocações, que se podem fazer destas mesmas palavras na oração, salvas suas concordancias e regencias (Barbosa, 1822, p. 411-412)

Para Barbosa, a *ordem das palavras* é um dos signos estabelecidos pela sintaxe da língua portuguesa para marcar a relação entre as ideias. Essa consideração leva o gramático a organizar o conceito de sintaxe também em torno da noção de *ordem*. Conforme o autor,

a *syntaxe* he huma ordem systematica das palavras, fundada nas relações das cousas que ellas significão; e a *construção* huma ordem local, auctorizada pela uso das Linguas. Assim a *construção* pode ser ou direita ou invertida, e ter comtudo a mesma *syntaxe*. Nestas duas orações: *Alexandre venceo a Dario*, e *A Dario venceo Alexandre*, as *construções* são contrarias; porém a *syntaxe* he a mesma. (Barbosa, 1822, p. 362-363)



A ordem sistemática das palavras estabelecida pela sintaxe corresponde à ordem direta das palavras na construção, a saber, *sujeito + verbo + complemento*, como no exemplo *Alexandre venceo a Dario*. O exemplo dado, não obstante sua construção – “direita” ou “invertida” –, apresenta a mesma sintaxe, porque, independentemente da posição ocupada pelas palavras no enunciado, os signos escolhidos para marcar as relações entre essas palavras são idênticos: *Alexandre* é o sujeito da oração, *venceo* é o verbo e *a Dario* é o complemento do verbo. Obviamente, as duas orações demonstram uma ligação clara entre as ideias, não obstante a ordem das palavras. Barbosa (1822, p. 413), como herdeiro do pensamento de Condillac (1775, II, p. 306), não considera a existência de uma ordem natural fixa das palavras e, conseqüentemente, de uma construção natural, expressão da razão, como supõe Du Marsais (art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 73a-74b). Para o gramático português, as construções diretas e inversas são naturais, porque elas são necessárias e utilizadas em todas as línguas.

A análise da proposição também revela o aproveitamento da teoria da gramática geral francesa. Barbosa não faz nenhuma distinção entre os termos *proposição*, *oração* e *frase*. Ele retoma, assim, em sua gramática filosófica, a instabilidade terminológica presente no artigo *Construction* (*Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 73a-92a), de Du Marsais. No entanto, apesar dessa concepção, de que os termos correspondem entre si, Barbosa apresenta uma definição que se relaciona com a própria noção de proposição, porque ela está vinculada à enunciação de um julgamento. Essa definição denota a influência de Condillac:

| Condillac (1775)  | Barbosa (1822)   |
|---|--|
| [...] <b>une proposition est l'expression d'un jugement</b> , elle doit être composée de trois mots, ensorte que deux soient les signes des deux idées que l'on compare, & que le troisième soit le signe de l'opération de l'esprit, lorque nous jugeons du rapport de ces deux idées. [...]. (I, p. 102-103, grifo nosso) | <b>a proposição</b> , que não <b>he</b> outra couza, senão <b>a enunciação de hum juizo</b> , ou percepção de conveniencia e identidade entre duas ideas (p. 112)<br><i>Oração</i> , ou <i>Proposição</i> , ou <i>Frase</i> (pois tudo quer dizer o mesmo) <b>he qualquer juizo do entendimento, expressado com palavras</b> . (p. 363, grifo nosso) |

Inspirado em Condillac, Barbosa não considera a proposição como um ato do espírito como os *Messieurs* de Port-Royal, mas como o resultado linguístico desse ato. Os elementos da proposição, assim como as ideias que eles veiculam, são analisados por meio da linguagem. Esses elementos são três: o sujeito, o verbo e o atributo. O verbo ao qual se refere o gramático português (1822, p. 363-364) é o “verbo Substantivo *Ser*” que, sozinho ou incorporado ao verbo adjetivo, “exprime a identidade e coexistência de huma couza com outra” (*ibid.*), a saber, do atributo com o sujeito. Essa concepção da relação de coexistência significada pelo verbo também é emprestada de Condillac (1775, I, p. 117-118). Para o gramático francês, o verbo *ser* significa a coexistência do atributo e do sujeito e não a afirmação, como especificado na gramática de Port-Royal. A reflexão é formada, então, a partir da comparação de dois termos ou de duas ideias.

A gramática filosófica de Barbosa funciona com a oposição tradicional entre a *sintaxe de concordância* e a *sintaxe de regência*. Ao modelo herdado da gramática latina, Barbosa associa a teoria da gramática geral francesa, porque as regras gerais da sintaxe de concordância e de regência são ordenadas de acordo com os princípios da teoria geral de *identidade* e de *determinação*. Para explicar esses princípios, Barbosa serve-se da concepção filosófica da relação homem-mundo (Leite, 2018, p. 119). De acordo com o gramático português (1822, p. 103-105), o ser humano relaciona-se consigo mesmo e com o mundo ao seu redor. Dessas relações surgem em primeiro lugar as ideias e em segundo lugar, suas combinações ou comparações, graças às quais os diferentes tipos de relação podem ser percebidos: a identidade, a determinação, o nexos e a ordem. A relação de identidade é caracterizada pelo fato de uma ideia conter outra. A relação de determinação caracteriza-se pelo fato de uma ideia determinar ou ser determinada por outra. As noções de nexos e de ordem aparecem quando as ideias são paralelas ou subordinadas umas às outras. As noções de identidade e de determinação estão vinculadas à teoria geral francesa, enquanto as noções de ordem e nexos são elaboradas pelo gramático português para a descrição e a análise da sintaxe da língua portuguesa.

Tributário de Du Marsais (art. *Concordance*, *Encyclopédie*, vol. III, 1753, p. 822) e de Beauzée (art. *Identité*, *Encyclopédie*, vol. VIII, 1765, p. 495a-496a), Barbosa concebe a relação de identidade como o fundamento da concordância. De acordo com o gramático português (1822, p. 370), a “*Concordancia* he a conformidade dos signaes, que o uso instituio para indicar as correlações das ideas, com estas mesmas

correlações”. Essa definição repousa sobre o critério semântico, já que não se trata de um acordo entre as palavras, mas entre as ideias veiculadas pelas palavras.

O fundamento de todas estas concordancias he a *identidade*. A identidade, digo, da idea do attributo com a do sujeito da proposição, e das ideas adjectivas e accessorias com as de hum e outro: a identidade das proposições, que fazem parte de hum todo com o todo mesmo : e a identidade das proposições fataes [totais], porêm subordinadas, com huma principal para fazerem todas hum sentido unico, comprehendido em hum periodo. (Barbosa, 1822, p. 370)

A identidade consiste na inclusão de umas ideias nas outras. Partindo desse pressuposto, Barbosa admite a *identidade* para as ideias veiculadas não apenas pelas palavras, mas também pelas proposições, distinguindo-se, por isso, de seus predecessores Souza (1804) e Melo (1818). Assim, a relação de *identidade* que existe entre os termos da proposição e entre as proposições que estão correlacionadas é marcada por alguns signos, a saber, as *terminações*, as *posições* e as *conjunções*. Barbosa empresta-os de Condillac (1775, II, p. 295). Com efeito, o gramático francês reconhece entre os signos que marcam as relações entre as palavras e/ou entre as proposições, a posição que eles ocupam no enunciado, as diferentes formas que eles tomam, as preposições, os adjetivos conjuntivos e as conjunções. Barbosa (1822, p. 371) afirma, ao adaptar a doutrina de Condillac à língua portuguesa, que as terminações das palavras são os sinais do acordo entre os termos da proposição. A posição imediata do adjetivo apostro ao substantivo e das proposições parciais em relação ao sujeito ou ao atributo da proposição total é o sinal do acordo entre essas proposições. As conjunções, as palavras e as frases conjuntivas que ligam os membros de um período são os signos naturais “em todas as línguas” do acordo entre as proposições subordinadas e a principal.

Na gramática de Barbosa, a sintaxe de concordância é dividida em regular e irregular. A sintaxe de concordância regular apresenta partes que correspondem umas às outras de modo que nenhum complemento se faz necessário. A sintaxe de concordância irregular<sup>272</sup> apresenta partes que não correspondem materialmente, mas mentalmente.

---

<sup>272</sup> Barbosa também concebe a existência de um tipo de acordo irregular na sintaxe da língua portuguesa. Diferentemente dos gramáticos precedentes que tratam desse tema no capítulo específico relativo às figuras de sintaxe, como Souza (1804, p. 188), ou que não se ocupam desse tema, como Melo (1818), Barbosa dedica, no mesmo capítulo sobre a sintaxe de concordância regular, um subcapítulo à sintaxe de

Assim, a discordância entre os termos da proposição é apenas aparente, já que o acordo ocorre entre as ideias expressas pelas palavras.

Para a sintaxe de concordância regular, Barbosa elabora três tipos de acordo: 1. entre os termos da proposição; 2. entre as proposições parciais e a proposição total; e 3. entre a proposição subordinada e a principal. O primeiro tipo refere-se, com algumas modificações, às duas concordâncias elaboradas por Beauzée (1767, II, p. 382), do adjetivo com o nome e do verbo com o sujeito. O segundo e o terceiro tipos são desenvolvidos por Barbosa. Vale notar que se a sintaxe da frase complexa foi tratada por Souza (1804, p. 200-204) e por Melo (1818, p. 243), é Barbosa quem desenvolve esse tema, integrando-o à sintaxe de concordância regular da língua portuguesa.

Para o primeiro tipo de concordância regular entre os termos da proposição, Barbosa (1822, p. 372-373) elabora duas regras gerais: 1. a concordância do atributo com o sujeito e 2. a concordância do verbo com o sujeito. Para a primeira regra, o acordo entre o atributo e o sujeito varia de acordo com a natureza do atributo:

a) quando o atributo é um nome apelativo, ele concorda em número com o sujeito da proposição, como em “*Pedro he homem, O homem he animal*”;

b) quando o atributo é um adjetivo, ele concorda em gênero e em número com o sujeito da proposição, como em “*O Ministro deve ser sabio, A lei deve ser justa, Os Ministros devem ser sabios, As leis devem ser justas*”;

c) quando o adjetivo é aposto ao substantivo, ele concorda em gênero e em número com o substantivo que ele determina (*o* homem, *a* mulher), explica (*boi vagaroso*), ou restringe (*ministro sábio*).

Quanto à segunda regra geral, o acordo do verbo com o sujeito faz-se em número e em pessoa com o sujeito próprio ou apelativo, ou com o pronome expresso ou subentendido, como em *Deus é justo; os homens morrem; elles andam; amo*. Barbosa retoma de Beauzée (1767, II, p. 366) essa regra geral e não faz nenhuma modificação. A propósito do acordo do adjetivo com o substantivo, Barbosa adapta a doutrina do gramático francês ao português. Ele considera o acordo do adjetivo não apenas em

---

concordância irregular. Essa escolha justifica-se pela divisão mesma da matéria gramatical, que nos capítulos que compõem o livro IV dedicado à sintaxe também trata das figuras. Conforme Barbosa (1822, p. 378), a sintaxe de concordância irregular é uma “discordancia material e aparente” entre os termos da proposição, “admitida pela necessidade, fundada na razão e autorizada pelo uso” (*ibid.*, p. 384). Barbosa utiliza a noção de silepse de gênero, de número e de pessoa para justificar um acordo entre as palavras e as ideias que elas representam, ao invés de um acordo entre as palavras, fazendo prevalecer a prioridade do sentido sobre as marcas morfológicas.

posição predicativa, mas também no epíteto. No primeiro caso, o acordo muda em função do estatuto do adjetivo. No segundo caso, o adjetivo que acompanha o substantivo pode ser um determinativo, quando ele o individualiza, ou um epíteto, quando ele o qualifica. Esses acordos, justificados pela relação de identidade que existe entre as ideias expressas pelas palavras, asseguram que elas apresentem os mesmos acidentes gramaticais.

Para o segundo tipo de concordância regular, a saber, a concordância das proposições parciais com a proposição total, Barbosa (1822, p. 374-375) elabora três regras gerais:

1. o acordo entre os termos da proposição, com sujeito ou atributo composto;
2. o acordo das proposições parciais [incidentes ou integrantes] com um dos termos da proposição total;
3. o acordo na proposição integrante.

O exemplo escolhido para ilustrar a primeira regra do acordo entre os termos da proposição com sujeito ou atributo composto é: *O ouro, os diamantes, as perolas, tudo he terra, e da terra*” (*ibid.*, p. 374). Nessa proposição com sujeito composto, o acordo entre os determinantes e os substantivos é justificado pela relação de identidade que existe entre eles, de modo que juntos eles representem uma única e mesma ideia. Vale notar que esse mesmo exemplo é utilizado pelo autor (1822, p. 383) para ilustrar a regra *de silepse de número*, dado que o verbo da oração, posto no singular, não concorda gramaticalmente com o sujeito composto da oração, mas com a ideia nele contida. Segundo Barbosa, esse fato é justificado pela presença do nome coletivo *tudo* designado *adjetivo coletivo universal*.

A segunda regra concerne ao acordo da proposição parcial com um dos termos da proposição total. Barbosa classifica a proposição parcial em *incidente* e *integrante*. Essa classificação é elaborada pelo próprio gramático português<sup>273</sup>. Ele retoma de Beauzée (1767, vol. II. p. 22-23; 29-30) não apenas a noção de proposição incidente,

<sup>273</sup> Francisco Soares Ferreira (1819, p. 116), em sua obra *Elementos de grammatica portugueza*, publicada em 1819, divide as proposições parciais em incidentes e integrantes. Essa divisão, contudo, é emprestada de Barbosa (1807, p. 134) que, na obra *As duas linguas ou grammatica philosophica da lingua portugueza, comparada com a latina*, publicada em 1807, elabora essa classificação. Como mencionado anteriormente, a *Grammatica philosophica da lingua portugueza* foi publicada em 1822, seis anos após a morte de Barbosa em 1816. Essa obra, no entanto, foi escrita no início do século XIX, tendo a data que aparece no final do texto introdutório como prova: “Coimbra, 24 de junho de 1803”. Segue-se, portanto, que Barbosa classificou as proposições parciais em proposições incidentes e integrantes em sua gramática filosófica e que ele retomou essa classificação em sua obra posterior *As duas linguas*, de onde Ferreira provavelmente recuperou essa classificação.

como aquela que modifica o sujeito ou o atributo da proposição principal, explicando ou restringindo o seu sentido, mas também os exemplos elaborados pelo gramático francês.

| Beauzée (1767)   | Barbosa (1822)   |
|--|--|
| <p>III. Quand les additions faites, soit au sujet, soit à l'attribut, soit à quelque autre terme modificatif de l'un ou de l'autre, sont elles-mêmes des Propositions: ces Propositions partielles sont <i>incidentes</i>; &amp; celles dont elles sont des parties <b>intégrantes</b>, sont <i>principales</i>. Par exemple, quand on dit, <i>les savants, qui sont plus instruits que le commun des hommes, devroient aussi les surpasser en sagesse; [...].</i> la Proposition partielle, <i>qui sont plus instruits que le commun des hommes</i>, est donc une Proposition incidente. (vol. II, p. 22-23, grifo nosso)</p> | <p>As Orações ou proposições <i>Parciaes</i> são de dous modos, ou <i>Incidentes</i> ou <i>Integrantes</i>. As primeiras são as que modificão qualquer dos termos da <b>proposição total</b>, ou explicando-o, ou restringindo-o. Por exemplo nesta proposição total: <b><i>Os sabios, que são mais instruidos, que o commum das homens, deverião tambem excedel'os em virtude</i></b>; a parcial <i>Que são mais instruidos que o commum dos homens</i> he huma incidente explicativa do sujeito <i>Sabios</i>: e em estoutra <b><i>A honra, que vem da virtude, he mais solida que aquella, que vem do nascimento</i></b>, as duas incidentes <i>Que vem da virtude</i> e <i>Que vem do nascimento</i> são restrictivas, a primeira da significação geral do appellativo <i>Honra</i>, sujeito da preposição total; e a segunda da significação indeterminada do mesmo appellativo, e do demonstrativo <i>Aquella</i>, attributo da mesma. (p. 365, grifo nosso)</p> |

Se Barbosa retoma a noção de *proposição incidente* de Beauzée, ele não faz o mesmo para a noção de *proposição integrante*, porque o gramático francês não trata desse tipo de proposição. Em francês, as proposições são ou relativas explicativas [que não modificam a extensão do antecedente] ou relativas determinativas [que modificam a extensão do antecedente]. Beauzée (1767, 2, p. 32-33) utiliza o termo 'incidente' em vez de 'relativa'. O termo *integrante*, contudo, aparece no texto do gramático francês. Na verdade, esse termo é mencionado quando o gramático francês apresenta a distinção entre a proposição incidente e a proposição principal. A primeira sendo concebida como uma proposição parcial que integra a segunda: “Quand les additions faites, soit au sujet, soit à l'attribut, soit à quelque autre terme modificatif de l'un ou de l'autre, sont elles-mêmes des Propositions: ces Propositions partielles sont incidentes; & celles dont elles sont des parties intégrantes, sont principales” (Beauzée, 1767, II, p. 22-23). Sendo

assim, é possível que o gramático português tenha emprestado esse termo do gramático francês.

A noção de *proposição integrante*, elaborada por Barbosa, corresponde grosso modo àquela da *proposição completiva* francesa. O gramático português provavelmente inspirou-se na concepção de Urbain Domergue, que na quarta edição da *Grammaire française simplifiée* (1791), inclui pela primeira vez a proposição completiva (Raby, 2014, p. 60). De acordo com Domergue (1791, p. 16), a proposição completiva é “celle qui sert à l’achèvement d’une proposition dont le sens est incomplet”. O autor também explica: “toute proposition qui vient à la suite [de la proposition primordiale], qui sert à l’achèvement d’un sens commencé, je l’appelle complétive” (*ibid.*, 1798, p. 61). Barbosa define as proposições integrantes nos seguintes termos:

As [proposições] integrantes são aquellas, que acabão de inteirar e completar a significação ou activa, ou relativa de hum verbo antecedente, que demanda hum objecto ou hum termo, em que se empregue ; e são de dous modos: ou indicativas, se o verbo, que as determina, affirma com certeza [*Creio que parte á manhã*]; ou subjunctivas, se o mesmo affirma com receo, e incerteza [*Duvido que parta á manhã*]. (Barbosa, 1822, p. 359)

E ainda

A segunda especie de orações parciaes são as *Integrantes*, assim chamadas, porque não so inteirão o sentido da proposição fatal [total], como as incidentes; mas tambem a sua Grammatica, completando a significação relativa do attributo da mesma, a qual sem isto ficaria incompleta e suspensa. (*ibid.*, p. 366)

Inspirado na noção de proposição completiva de Domergue, Barbosa analisa a proposição integrante como um complemento, entendido como uma categoria funcional. As definições das proposições integrante e incidente repousam sobre os critérios funcional-sintático e semântico. Enquanto a *proposição incidente* completa o sentido do sujeito ou do atributo da proposição total, a *proposição integrante* completa não apenas o sentido do verbo ou do atributo da proposição total, mas também a sua composição. Tanto a proposição incidente quanto a integrante são introduzidas pelo “relativo

conjuntivo *que*<sup>274</sup>, que serve para ligar as proposições. Contudo, nas proposições incidentes, esse relativo *que* pode ser substituído por *quem*, *cujo*, *qual* e suas variações, enquanto nas proposições integrantes, ele é insubstituível. Vale notar que, na gramática de Barbosa, as *proposições totais e fatais* são sinônimas e que o gramático português as utiliza, às vezes, com sentido de *proposição principal*.

Retomando a segunda regra que consiste no acordo das proposições parciais incidentes ou integrantes com um dos termos da proposição total, Barbosa (1822, p. 374-375) apresenta duas regras:

1. quando as proposições parciais incidentes ou integrantes são conectadas às proposições totais pelo relativo conjuntivo *que*, o acordo é marcado pela posição imediata dessas proposições parciais ao lado do sujeito ou do atributo, que elas explicam, restringem ou completam. Assim, no exemplo “*Quantos Letrados ha, que o são para sustentar e defender seus máos partidos [...]*”, a posição ocupada pela proposição incidente explicativa “que o são [...]” junto ao sujeito “letrados” marca o acordo entre as proposições. Do mesmo modo, no exemplo “mande que façam” (= mande isto, que é: façam), a posição ocupada pela proposição integrante “que façam” em relação à proposição total marca o acordo entre as proposições.

2. Quando essa relação entre a proposição parcial incidente e a proposição total ocorre por meio de outros relativos conjuntivos, como *o qual*, *cujo* e suas variações, o acordo é marcado não apenas pela posição que eles ocupam em relação aos sujeitos e/ou aos atributos de que fazem parte, mas também por sua terminação em gênero e em número. Essas regras de concordância não concernem àquelas elaboradas por Beauzée. Na verdade, elas são elaboradas por Barbosa para descrever a sintaxe de concordância da língua portuguesa.

---

<sup>274</sup> Barbosa mostra uma certa instabilidade quanto ao aparato terminológico utilizado para caracterizar o *que* que une as proposições parciais incidentes ou integrantes às proposições totais. O gramático (1822, p. 366, 374) utiliza a denominação “relativo conjuntivo”, numa referência à terminologia utilizada pelos *Messieurs* de Port-Royal (1676, II, p. 72-76), em que o pronome relativo funciona como uma conjunção. Barbosa (1822, p. 360, 442) também utiliza a expressão “demonstrativo conjuntivo” emprestado de Beauzée (1767, I, p. 364-366). Beauzée refuta a terminologia dos *Messieurs* de Port-Royal, porque ela não apresenta a “vraie nature de ce mot”, e a nomeia “article demonstrativo conjuntivo”. Barbosa (1822, p. 360) utiliza ainda “conjunção subjuntiva”, do qual ele é o autor. Beauzée (*ibid.*, II, p. 26) também utiliza a expressão “adjectifs conjuntifs”, retomada por Condillac (1775, II, p. 260) para designar os termos que ligam as proposições incidentes às principais. O gramático português, contudo, não a utiliza.



A terceira regra concerne ao acordo da proposição integrante [que tem o verbo no infinitivo impessoal<sup>275</sup>] com a proposição total ou principal. Nesse caso, o acordo é marcado pela identidade que existe entre o sujeito do verbo regente e aquele do verbo regido. Assim, no exemplo corrigido<sup>276</sup> por Barbosa (1822, p. 376) “Não te espantes de receber Baccho em teus Reinos”, há identidade de sujeito, o que justifica esse tipo de acordo. Domergue (1798, p. 67) também apresenta exemplos sobre a proposição completiva em que utiliza o infinitivo, “Les têtes que vous avez vues tomber étoient précieuses” et “Je vous invite à lire Voltaire”, o que mostra que Barbosa é herdeiro das ideias de Domergue.

Para o terceiro tipo de concordância regular, a saber, a concordância das proposições subordinadas com a principal, Barbosa (1822, p. 377) estabelece duas regras gerais. A primeira concerne ao acordo da proposição responsiva com a proposição interrogativa, como em “*Quem es tu? Sou Antonio. De quem he este Livro? De Antonio*”. Inspirado em Du Marsais (art. *concordance*, 1753, vol. III, p. 823), Barbosa não fundamenta esse acordo na combinação das marcas morfológicas. Efetivamente, o gramático português analisa o sentido das proposições e organiza as proposições responsivas por meio da elipse. Nessas proposições, o verbo é repetido ou subentendido no mesmo tempo verbal e com as mesmas dependências entre os termos. A segunda regra concerne ao acordo das proposições subordinadas com a proposição principal em um período. Esse acordo é marcado, conforme Barbosa (1822, p. 377), pelas conjunções, pelos advérbios também denominados palavras conjuntivas, e pelas frases conjuntivas, que não apenas unem as proposições em um “sentido total”, mas também indicam sua correlação.

<sup>275</sup> O infinitivo é uma das formas nominais do verbo. Na língua portuguesa ele é apresentado de duas formas: flexionado ou não flexionado. O infinitivo flexionado ou pessoal é um idiomatismo da língua portuguesa. Ele é caracterizado por apresentar desinências para a segunda pessoa do singular e para as três pessoas do plural. O infinitivo não flexionado ou impessoal, por sua vez, de uso comum, caracteriza-se por não fazer referência a uma pessoa gramatical. Por se tratar de um tema ainda controverso, Cunha (2008, p. 499) propõe, em vez de regras, “tendências” de ordem estilística que orientam seus usos, como a ênfase do enunciado ou a clareza da expressão. Sobre esse tema, Said Ali (1964, p. 180) já havia afirmado que “a escolha da forma infinitiva depende de cogitarmos somente da ação ou do intuito ou necessidade de pormos em evidência o agente do verbo”. Assim, se o objetivo for de evidenciar a ação, deve-se utilizar a forma não flexionada. Se por outro lado, o objetivo for de enfatizar o sujeito que pratica a ação, deve-se utilizar a forma flexionada. Sendo assim, o uso da forma infinitiva justifica-se mais por sua consideração estilística que gramatical (Cunha, *ibid.*, p. 504).

<sup>276</sup> O exemplo tomado de Camões (Lusíadas, VII, 72) é: « Não te espantes de a Baccho em teus reinos receberes », com o verbo regido “receberes” flexionado. Como há identidade de sujeito, Barbosa modifica o verbo, utilizando o verbo “receber” não-flexionado, para manter a concordância: “Não te espantes de receber Baccho em teus Reinos”.

Inspirado em Condillac (1775, I, p. 95), Barbosa distingue a proposição subordinada da proposição incidente e especifica as características da relação entre essas proposições e a principal. O autor apresenta, contudo, algumas modificações em relação à doutrina do gramático francês. A primeira modificação diz respeito à elaboração da proposição integrante, como se viu anteriormente, e sua inclusão na categoria das proposições parciais com a proposição incidente. Como Condillac (*ibid.*), Barbosa (1822, p. 359) define a proposição incidente por seu papel semântico: “[as proposições incidentes] são aquellas, que se ajuntão ou ao sujeito, ou ao attributo da proposição antecedente para os modificar”. O gramático português utiliza o mesmo critério semântico para definir as proposições integrantes como “aquellas, que acabão de inteirar e completar a significação ou activa, ou relativa de hum verbo antecedente, que demanda hum objecto ou hum termo”. De acordo com Barbosa (*ibid.*, p. 360-361), as proposições parciais incidentes ou integrantes distinguem-se das proposições subordinadas não apenas pela natureza da palavra que as une – o “relativo conjuntivo *que*” para as parciais incidentes e integrantes, e as “conjunções” para as subordinadas –, mas também por sua posição na oração. Enquanto as subordinadas não têm uma posição fixa e podem por isso aparecer antes ou depois de suas principais, as parciais incidentes e integrantes ocupam sempre a mesma posição, imediata a um dos termos da proposição principal que elas modificam ou completam. As proposições principal e subordinada também são caracterizadas em função do sentido completo ou incompleto do enunciado. Essa distinção também é inspirada em Condillac (1775, I, p. 95). A proposição principal pode “subsistir per si, e fazer hum sentido independente fóra do período” (Barbosa, 1822, p. 367), enquanto as subordinadas são “ligadas ás principaes por conjunções, que lhes suspendem o sentido [...] fazendo esperar a principal” (*ibid.*).

O capítulo III do livro IV é consagrado à sintaxe de regência. Ao contrário de Souza (1804) e de Melo (1818), Barbosa utiliza o termo tradicional *regência* para descrever a relação de determinação entre os constituintes da frase da língua portuguesa. Ele aproxima-se, assim, da análise de Beauzée (Art. *Grammaire, Encyclopédie*, vol. VII, 1757, p. 844) que, relativamente à determinação, não exclui a noção de regência: “le régime est le signe que l’usage a établi dans chaque langue, pour indiquer le rapport de détermination d’un mot à l’autre”. Essa singularidade de Barbosa em relação a esses autores deve-se à anterioridade da elaboração de sua gramática, cuja publicação é de fato posterior. Consequentemente, a análise de Barbosa, ao contrário daquelas de Souza

(1804) e de Melo (1818), é mais próxima dos trabalhos de Beauzée do que dos trabalhos de outros gramáticos franceses. A definição de regência, centrada sobre o critério semântico, é, então, vinculada à noção de determinação:

*Reger* quer dizer determinar, e demandar alguma couza. E como em todas as linguas ha humas palavras, cuja significação he transitiva, ou relativa, e que por isso requerem se lhes complete para não ficar suspensa; daqui veio dizer-se que, [...] a relação de *Determinação* entre as mesmas [ideias] he o fundamento da syntaxe de regencia. [...]. Ha outras palavras, cuja significação he intransitiva e absoluta, e que porisso não demandão depois de si outras para lhe completarem. (Barbosa, 1822, p. 392-393)

Barbosa relaciona a definição de regência com o estatuto das palavras na proposição. Assim, “os verbos activos transitivos requerem depois de si hum objecto, em que passe sua acção. Os adjectivos [...] requerem depois de si hum termo, que lhes complete sua relação” (*ibid.*, p. 393), e as “preposições com seus complementos requerem outrosim hum antecedente, a quem sirvão de complemento” (*ibid.*). Os verbos ativos transitivos, os adjetivos e as preposições têm, portanto, uma significação relativa, porque dependem de outros termos para completar seus sentidos. Por outro lado, os nomes, os adjetivos e os verbos “que exprimem hum simples estado, huma qualidade absoluta” (*ibid.*) não necessitam de outros termos para completar ou integrar seus sentidos. Entretanto essas palavras também são submetidas a determinações e a circunstâncias, pelas quais seu significado pode ser restringido ou explicado pela preposição seguida de complemento. Sendo assim, essas palavras cuja significação é absoluta não determinam, mas podem ser determinadas e modificadas por outras.

Conforme Barbosa (1822, p. 394-395), os signos utilizados na língua portuguesa para marcar as diferentes relações entre as palavras regidas e as palavras regentes são as preposições com seus complementos. No caso do latim e do grego, os signos utilizados para marcar essas relações são as terminações casuais dos nomes ou a posição ocupada pela palavra regida no caso em que é indeclinável, colocada ao lado da palavra regente, como “*genu flectere, homo frugi, ex inde, commisisse cavet*” (*ibid.*). Comparando as línguas clássicas e a língua vernácula, Barbosa observa que não obstante a distinção entre os signos, as relações significadas por eles são as mesmas. A generalidade incide, portanto, no efeito da significação dos signos e não aos signos eles mesmos que mudam

de uma língua para outra. O gramático elabora, então, princípios para o português em consonância com os casos latinos.

Ora todas estas relações se reduzem geralmente a quatro, correspondentes aos quatro casos Latinos. Porque ou a parte regida está em rasão do *objecto* para a parte regente; e lhe daremos o nome de *Complemento Objectivo*, que corresponde ao accusativo Latino; ou em rasão de *Termo*, e lhe chamaremos *Complemento Terminativo*, que corresponde em parte ao dativo Latino. Ambos estes completão a significação relativa das partes regentes.

Ha outros dous complementos, que não completão, mas mudão a significação vaga e absoluta das partes, que não regem; outros ou restringindo-a, ou explicando-a. Ao primeiro dou o nome de *Complemento Restrictivo*, que corresponde ao genitivo Latino; e ao segundo o de *Complemento Circunstancial*, que corresponde ao ablativo Latino. Os primeiros dous são regidos pelas partes regentes: estes dous segundos não são regidos, nem determinados pelas palavras a que servem de complementos; mas elles são os que propriamente as regem e determinão. (Barbosa, 1822, p. 395)

Barbosa (1822, p. 395) mantém a terminologia dos casos latinos, como Beauzée (1767, II, p. 59, 60), embora reconheça que o português não é uma língua casual<sup>277</sup>. Ele também aproveita a terminologia dos complementos elaborada por Beauzée, juntando uma classificação e uma terminologia própria para descrever a sintaxe de regência do português. Assim, Barbosa (1822, p. 396) classifica a sintaxe de regência em regular e irregular. Enquanto na sintaxe regular “as palavras regentes tem expressos na oração os seus devidos complementos, e os complementos os seus devidos antecedentes” (*ibid.*), a sintaxe irregular<sup>278</sup> é caracterizada pela falta de um dos termos da oração, a saber, o sujeito, o verbo, o atributo ou do complemento de qualquer um desses termos.

Em sua gramática, Barbosa (1822, p. 396) classifica os complementos segundo o papel semântico da palavra regente, ou seja, do verbo, e não segundo o papel semântico

<sup>277</sup> “Nós, á excepção dos pessoaes primitivos, não temos casos.” (Barbosa, 1822, p. 395)

<sup>278</sup> Barbosa também trata de sintaxe de regência irregular reduzida à regular pela elipse. De acordo com o gramático português (1822, p. 404), a elipse “he huma figura, pela qual se cala alguma palavra, ou palavras necessarias para a integridade grammatical da frase, mas não para sua intelligência”, ou seja, para a sua compreensão. Essa figura é fundamentada na razão e no uso. Assim, quando a elipse se supre com uma palavra já declarada em uma parte da oração, ela tem por fundamento a razão, como no exemplo “*No ceo creou Deos os Anjos, no ar as aves, no mar os peixes, na terra as plantas, os animaes, e ultimamente o homem*”. Para Barbosa (*ibid.*, p. 406), esse tipo de elipse fundamentado na razão é comum a todas as línguas. Quando, porém, é preciso suprir de fora as palavras que faltam, a elipse é fundamentada no uso de cada língua, como em “*Os mortaes, Os Christãos, Os Infieis, Os sabios, se lhes entende Homens*” (*ibid.*). Ao basear a elipse na razão, Barbosa generaliza a regra estendendo-a a todas as línguas. Contudo, quando a regra é baseada no uso de cada língua ela se particulariza.

do complemento ele mesmo em relação ao verbo, como em Beauzée (1767, II, p. 57). Assim, as palavras regentes que significam uma ação são completadas por um *complemento objetivo*; aquelas que significam uma relação são completadas por um *complemento terminativo*; e aquelas que significam ao mesmo tempo uma ação e uma relação tem dois complementos, um *objetivo* e outro *terminativo*. Barbosa empresta de Beauzée o termo *complemento objetivo* para designar o complemento imediato do verbo ativo e da preposição:

| Beauzée (1782)   | Barbosa (1822)   |
|--|--|
| <p><i>Quid</i><sup>279</sup> désigne le <i>Complément</i> qui exprime l'objet sur lequel tombe directement le rapport énoncé par le mot complété. <b>Tel est le Complément immédiat de toute préposition; à moi, chez nous, [...]: tel est encore le Complément immédiat de tout verbe actif relatif; aimer la vertu, désirer les richesses, [...].</b></p> <p>Le rapport énoncé par plusieurs verbes relatifs exige souvent deux termes, comme <i>donner l'aumône à un pauvre</i>; ces deux <i>Compléments</i> sont également directs &amp; nécessaires, &amp; il faut les distinguer. Celui qui est immédiat &amp; sans préposition, peut s'appeler <b><i>Complément objectif primitif</i></b>; comme <i>l'aumône</i>; celui qui est amené par une préposition, c'est le <b><i>Complément objectif secondaire</i></b>; comme <i>à un pauvre</i>. (art. <i>Complément</i>, <i>E.M.</i>, t.1, p. 443, (grifo nosso))</p> | <p>Chama-se assim [complémento objetivo] toda palavra, ou oração, que <b>he o primeiro termo</b>, ou objecto, sobre que se exercita a acção do verbo activo [...].</p> <p>Quando este complemento objetivo he de pessoa ou couza personificada, sempre leva consigo a preposição <i>a</i>. [...]. <i>Amar a Deos e ao proximo como a nós mesmos</i> [...].</p> <p>Quando porém o complemento objetivo he de couzas, e não de pessoas, então não leva consigo preposição alguma. O lugar immediato, que se lhe dá logo depois do verbo, na construcção directa, he o signal desta sua relação, quer leve artigo, quer não, como: [...]. <i>Amo a virtude, Aborreço o vicio</i> [...]. (p. 396-397, grifo nosso)</p> |

Barbosa apresenta algumas modificações em relação à doutrina de Beauzée. Em primeiro lugar, o gramático português especifica o tipo de *complemento objetivo*, como sendo de natureza sintática nominal ou oracional (Santos, 2010, p. 463). Em seguida, ele relaciona o *complemento objetivo* da preposição ou do verbo ao seu referente, a saber, “pessoa ou couza personificada” ou ainda “couzas, e não [...] pessoas”. Depois, ele chama a atenção para o signo que marca a relação entre o verbo e o complemento, neste caso a posição imediata desse último em relação ao primeiro. Além disso, Barbosa não retoma a terminologia “*complément objectif primitif*” e “*complément objectif*”

<sup>279</sup> O termo *quid* faz parte da lista dos termos “*quis, quid, ubi, quibus auxiliis, cur, quomodo, quando*” que introduzem os complementos, que Beauzée (1767, II, p. 58) retoma dos retores.

*secondaire*” empregado por Beauzée para distinguir os complementos direto e indireto. Ele reconhece, todavia, que alguns complementos objetivos não são ligados aos verbos por uma preposição enquanto outros o são. A presença ou a ausência da preposição é justificada pela noção semântica do verbo. Enquanto os verbos com significação ativa requerem um “objeto” sem preposição, os verbos com significação relativa requerem um “termo” que é introduzido por uma preposição. Esse complemento, “que serve de termo à significação relativa das palavras regentes” – verbos, adjetivos e advérbios<sup>280</sup> – e que é designado por Barbosa (*ibid.*, p. 398) como “*complemento terminativo*”, corresponde, portanto, ao “*complemento objectif secondaire*” de Beauzée.

Aos complementos *objetivo* e *terminativo*, Barbosa (1822, p. 400-404) acrescenta os complementos *restritivo* e *circunstancial*. Diferentemente dos primeiros, que completam a significação do termo antecedente, os segundos modificam sua significação. Os complementos *restritivo* e *circunstancial* têm em comum o fato de serem precedidos por uma preposição, entretanto enquanto o *complemento restritivo* modifica o sentido de um nome, o *complemento circunstancial* modifica o sentido de um verbo ou de um adjetivo.

O *Complemento Restritivo* he qualquer palavra, precedida da preposição *de*, e posta immediatamente depois de qualquer nome appellativo, para lhe restringir e determinar a significação vaga á geral, que sempre tem, como quando digo: *Livro de Pedro, Homem de virtude, Amor de Deos, Senhor de escravo* [...]. (Barbosa, 1822, p. 400)

Toda palavra, ou oração precedida de preposição, qualquer que esta seja, e juncta a qualquer verbo, ou adjectivo sem ser pedida pela sua significação he hum complemento circunstancial, que se lhe dá para a explicar. (Barbosa, 1822, p. 401-402)

O *complemento restritivo*, assim como o *complemento circunstancial*, não é regido por um termo anterior. O *complemento restritivo* restringe e determina um termo comum a uma espécie, por exemplo *livro, homem*. De acordo com Barbosa (1822, p. 400), esse complemento corresponde ao genitivo latino, sendo por isso chamado “caso

---

<sup>280</sup> “Os adjectivos e advérbios, que podem reger, nunca tem senão significação relativa. A maior parte dos verbos activos não tem senão esta significação simplesmente sem ser relativa. Porém ha muitos, cuja significação activa he tambem relativa. Taes são grande parte dos verbos pronominaes, e os que significação *Accommodar, Ajuntar, Atribuir, Dar, Tirar, Receber*, &c. Estes tem ordinariamente dous complementos, hum objectivo correspondente á sua acção, e outro terminativo correspondente á sua relação, como: *Dar louvor ao merecimento* [...]” (Barbosa, 1822, p. 399)

de possessão”. O gramático português escolhe, contudo, denominá-lo *complemento restritivo*, porque ele nem sempre indica posse, como no exemplo “*Homem de virtude*”. Assim, *complemento restritivo* é o nome escolhido, pois seu sentido é mais genérico.

O *complemento circunstancial* é igualmente descrito, em termos de palavra e de oração, como o *complemento objetivo*. Segundo Barbosa (1822, p. 402), o complemento circunstancial pertence ao verbo substantivo ou ao atributo. Os complementos que modificam o verbo substantivo são os complementos circunstanciais de lugar, de tempo e de afirmação, porque eles dizem respeito tanto à existência quanto ao modo de enunciá-la. Aqueles que modificam o atributo são os complementos circunstanciais de quantidade, de qualidade, de modo, de fim e de meio ou de instrumento, porque são modificações da ação verbal ou da qualidade expressa pelo atributo.

Finalmente, em sua gramática filosófica, Barbosa aplica ou adapta à língua portuguesa não apenas os postulados gerais que caracterizam a generalidade da teoria da gramática geral francesa - o tema da relação entre a linguagem e o pensamento, a concepção das línguas como métodos analíticos -, mas também os conhecimentos sobre a sintaxe formulados por essa teoria - a distinção entre sintaxe e construção, o conceito de proposição, as noções de identidade, determinação e complemento, a análise da frase complexa com o tratamento das proposições principal, incidentes e subordinadas. No entanto, o autor também desenvolve novos conhecimentos, que serão posteriormente estudados pelos gramáticos portugueses e brasileiros, como é o caso da proposição parcial integrante. De fato, Barbosa aproveita a noção de oração completiva elaborada por Domergue, como aquela que completa o sentido de uma proposição anterior, mas elabora uma terminologia para essa proposição na língua portuguesa e especifica seu caráter funcional, pois a proposição integrante serve para completar o sentido do verbo ou do atributo antecedente da oração principal.

Levando em consideração o postulado de Aurox (1990, vol. 1, p. 1374) sobre *invenção* e *inovação* nas ciências da linguagem, a *invenção* sendo concebida como um “acte de trouver quelque chose; [la] production d’idées ou de choses nouvelles, par combinaison nouvelle des moyens en vue d’une fin” e a *inovação*, como o fato de “stabiliser l’invention, à faire qu’elle existe dans l’espace social” (*ibid*, p. 1313), é possível afirmar que Barbosa inventa um fato novo, a saber, a categoria da *proposição integrante*, e inova ao estabelecer a noção de proposição integrante na gramática portuguesa, conferindo-lhe o estatuto de conhecimento científico. O termo *proposição*

*integrante* constitui, portanto, uma invenção terminológica. No entanto, a noção que explica esse termo não representa uma invenção, mas uma inovação. De fato, Barbosa não produz um conhecimento novo, mas adapta ao português uma noção já aplicada à língua francesa. Sendo assim, sua inovação consiste na sistematização da noção de proposição integrante como um conhecimento científico na sintaxe da língua portuguesa.

## 3.2 Gramáticas brasileiras: século XIX

### 3.2.1 Gramáticas do século XIX: Fortes (1816), Duarte (1829)

#### 3.2.1.1 Fortes

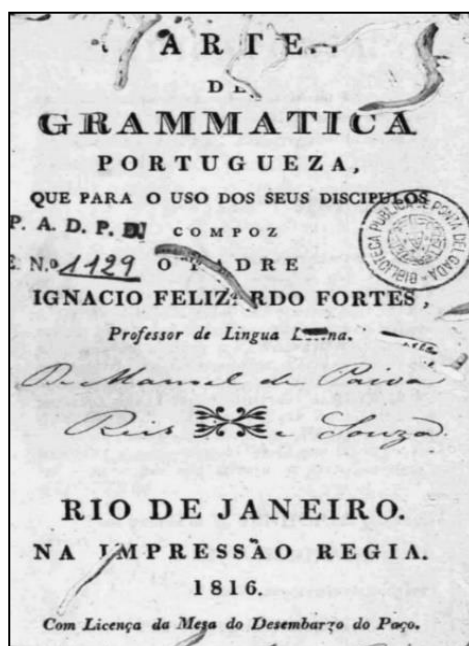


Fig. 9 Fortes 1816

No Brasil, a emergência da produção gramatical deu-se no início do século XIX. A chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 e a instalação da Imprensa Régia nesse mesmo ano viabilizaram a produção tipográfica e a atividade editorial no



país (Kemmler, 2013, p. 61; Cavaliere, 2014, p. 44-47). A primeira gramática portuguesa escrita por um brasileiro é, então, publicada no Brasil<sup>281</sup>, em 1816. A *Arte da grammatica portugueza*, de Ignacio Felizardo Fortes<sup>282</sup>, é uma obra didática que visa a ensinar o português bem como a facilitar a aprendizagem do latim. A analogia entre as duas línguas, atestada pelo próprio autor (*ibid.*, VI): “as regras Grammaticaes [...] da Latina [são] pela maior parte as mesmas da Portugueza”, corrobora a premissa que conforma as ideias pedagógicas na Europa desde o Renascimento e que perdura além-mar, a saber, a aprendizagem do latim pelo vernáculo.

Outras experiências com a gramatização da língua falada no Brasil antecederam, contudo, essa publicação. De fato, o modelo da gramática latina utilizado na gramatização do português no século XVI em Portugal estende-se ao Brasil nesse mesmo século. Em 1595, o padre José de Anchieta publica, em Coimbra, a primeira gramática da língua tupi, *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Anchieta gramatiza a língua ameríndia pela transferência do aparelho conceitual e categorial desenvolvido para o latim. Três séculos depois, Fortes publica no Brasil a obra *Arte de grammatica portuguesa*, com base no modelo latino. Fournier et Raby (2014, p. 337) notam que a extensão do modelo da gramática latina às línguas vernáculas produz uma certa uniformidade das descrições. A razão é que os vernáculos são descritos com ferramentas concebidas para o latim. Fortes elabora sua gramática portuguesa respeitando o modelo da gramática latina por um motivo, seja pedagógico (facilitar a aprendizagem do latim), seja ideológico (retomar esse modelo para marcar a emergência da produção gramatical no Brasil).

No prólogo de sua gramática, Fortes menciona o Alvará régio de 30 de setembro de 1770 que determina que o ensino da língua portuguesa deve preceder o ensino do latim em Portugal e em suas colônias. Não obstante a importância dada à língua portuguesa, o latim permanece invariavelmente a língua de acesso às outras ciências,

<sup>281</sup> Em 1806, o brasileiro Antônio de Morais Silva (1755-1824) publica em Lisboa a obra *Epitome da grammatica da lingua portuguesa*, em concordância com a teoria da gramática geral francesa.

<sup>282</sup> Poucas informações nos chegaram sobre a vida de Ignacio Felizardo Fortes. De acordo com Sacramento Blake (1970, III, p. 264-265 [1895]), Fortes foi um padre diocesano, nascido no final do século XVIII e falecido em 1856, em Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro. Ele exerceu durante muitos anos os cargos de advogado e de professor de latim. Além da *Arte da grammatica portugueza* (1816), que segundo Kemmler (2013, p. 63) teve uma difusão editorial importante, contando com cerca de catorze edições até 1862, Fortes é o autor de uma obra de retórica *Breve exame de pregadores* (1818), de uma tradução da obra *Histoire du Brésil* (1815) do historiador francês Alphonse de Beauchamp (1767-1832), *Historia do Brazil* publicada em dois volumes, em 1818-1819, e de obras de caráter religioso *Oração* (1834) e *Sentimentos d'alma de Deus* (1846).

confirmando, ainda no século XIX, sua universalidade enquanto língua de cultura. Além disso, o latim também é designado como a língua que viabiliza a compreensão do português, visto que como afirma o próprio autor “por mais que qualquer [um] se canse em estudar só a Portugueza, jamais poderá nem fallá-la, nem escrevê-la corretamente, por não ter os conhecimentos etimologicos, que só se achão na Latina” (Fortes, 1816, prólogo, p. V). Logo, o latim é considerado como uma língua indispensável, tanto para o acesso à cultura quanto para a compreensão da língua vernácula.

No que diz respeito ao vocabulário teórico utilizado por Fortes, bem como às ideias expressas, eles são emprestados do *Novo methodo da gramatica latina reduzido a compendio* (1756)<sup>283</sup>, do padre António Pereira de Figueiredo<sup>284</sup>, como o indica explicitamente o autor no prólogo (1816, p. VI): “Segui [...], o mais que me foi possível, as mesmas definições, e regras, e até os mesmos exemplos do Padre Perreira”. Figueiredo pertence ao horizonte de retrospecção de Fortes, porque o Alvará régio de 26 de junho de 1759 impôs a obra deste autor para o ensino do latim em Portugal e nas colônias<sup>285</sup>. Embora o gramático brasileiro não mencione explicitamente sua filiação a Lobato (1770)<sup>286</sup>, ele também empresta desse gramático português algumas ideias,

<sup>283</sup> Segundo Kemmler (2013, p. 70), Fortes não menciona explicitamente se utiliza o *Novo methodo da gramatica latina, dividido em duas partes: para o uso dos mestres das escolas da Congregação do Oratorio*, publicado separadamente em 1752 e 1753, depois reunidos em 1765, ou a versão reduzida *Novo methodo de grammatica latina, reduzido a compendio* publicada em 1756. Sobre a parte que nos interessa, a saber, a sintaxe, acreditamos que Fortes utiliza a versão reduzida porque ele retoma dessa obra não apenas o texto, mas também os exemplos.

<sup>284</sup> António Pereira de Figueiredo foi um padre oratoriano português que viveu entre 1725 e 1797. Figura eminente, Figueiredo é reconhecido não apenas como o tradutor da Bíblia em português e por sua adesão às ideias reformistas do Marquês de Pombal, mas também como um autor polígrafo. Entre as suas diversas obras, destacamos: 1. *Novo Methodo de Grammatica Latina*, dividido em duas partes, para uso das escholae da Congregação do Oratorio na Real Casa de N. Senhora das Necessidades. Ordenado e composto pela mesma Congregação do Oratorio, Lisboa: Na Off. de Miguel Rodrigues (1752<sup>1p</sup>/1753<sup>2p</sup>-1765); 2. *Novo Methodo de Grammatica Latina, reduzido a compendio* (1756); 3. *Elementos de Invenção e Locução Retorica ou Principios da Eloquência*, Lisboa: Off. Patriarchal (1759); 4. *Parvum Lexikon purae et impurae latinitatis, cum Notis & Interpretatione Lusitana*, Lisboa: Francisco Luis Ameno (1760); 5. *Dialogo sobre os Autores da lingua Latina, com o juizo critico das suas obras, Idades estylos [...] para uso das escolas da Congregação do Oratorio*, Lisboa: Na Regia Officina Sylviana (1760); 6. *Figuras da Syntaxe Latina, explicadas, e illustradas por Antonio de Figueiredo segundo os principios de Linacro, Sanchez, Vossio, e Perizonio, Principes da Grammatica moderna*, Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa (1761); *Compendio das Epocas e Successos mais Illustres da Historia Geral*, Lisboa: Regia Offic. Typ. (1782) (cf. Gonçalves, 2006b, p. 135-136, 151-152).

<sup>285</sup> O Alvará régio de 28 de junho de 1759 proíbe o uso, para o ensino do latim, da obra *De institutione grammatica libri tres* (1572), do jesuíta Manuel Álvares e de seu comentador Antonio Velez e impõe em lugar a utilização do *Novo methodo da grammatica latina, reduzido a compendio para o uso das escolas da Congregação do Oratorio* (1756), do padre oratoriano Antonio Pereira de Figueiredo (1725-1797) ou a *Grammatica da lingua latina reformada, e acrescentada* (1737) de Antonio Félix Mendes (cf. Léon, 2018, p. 27-28).

<sup>286</sup> Note-se que, segundo Assunção (2000, p. 100-101), Antonio José dos Reis Lobato é o pseudônimo de Antonio Pereira de Figueiredo, autor do *Novo methodo de grammatica latina*, obra publicada em duas

como se verá adiante. Desse modo, Fortes retoma em sua obra a tradição gramatical portuguesa do século XVIII, ainda vinculada às concepções que conformam a gramática latina.

Fortes (1816, p. 9) apresenta a divisão quadripartida tradicional, utilizada por Lobato (1770, p. 1) em sua gramática: *ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe*<sup>287</sup>. O gramático brasileiro não trata, contudo, de ortografia, provavelmente porque seus mestres Figueiredo e Lobato não o fizeram. *A Arte da grammatica portugueza* compreende, portanto, oito livros<sup>288</sup>. Os cinco primeiros são consagrados à etimologia<sup>289</sup>; o sexto livro, à prosódia; o sétimo, à sintaxe; e o oitavo, à sintaxe figurada. O sétimo livro consagrado à sintaxe tem cinco capítulos: 1. Da sintaxe de concordância; 2. Da sintaxe de regência; 3. Do dativo; 4. Do acusativo; 5. Do ablativo. A estrutura do sétimo livro confirma a utilização do modelo latino, não apenas pela organização da sintaxe fundada sobre a oposição concordância/regência, mas também pela utilização dos casos como ferramenta de análise das relações entre as palavras.

Fortes, tributário das ideias de Figueiredo e de Lobato, apresenta uma definição normativa de gramática, como se pode ler a seguir:

| Figueiredo (1765)   | Lobato (1770)  | Fortes (1816)   |
|---|--|---|
| <b>A GRAMMATICA Latina he huma Arte, ou Collecção de Regras, e preceitos, que</b> | <b>A GRAMMATICA Portugueza he a Arte, que ensina a fazer sem erros a</b> | <b>GRAMMATICA Portugueza he huma arte, que ensina a fazer sem erros</b> |

partes, em 1752 e em 1753. Desse modo, sendo Lobato e Figueiredo a mesma pessoa, o horizonte de retrospecção de Fortes é composto pelo mesmo autor. Como não sabemos se o gramático brasileiro tinha esse conhecimento, tomamos as obras de Figueiredo e Lobato separadamente. De fato, essas são obras distintas, embora tenham sido escritas pela mesma pessoa, porque uma é latina, enquanto a outra é uma gramática do vernáculo.

<sup>287</sup> Kemmler (2013, p. 72), que também observa em Lobato (1770) e em Fortes (1816) a semelhança existente em suas estruturas gramaticais, chama a atenção para o fato de esses autores manterem em suas obras quase a mesma disposição da gramática latino-portuguesa reduzida a compêndio (1756) de Figueiredo, já que esse autor trata respectivamente a *etimologia*, a *prosódia* e a *sintaxe*, e não consagra, portanto, nenhum livro à ortografia. Lobato e Fortes seguem efetivamente essa ordem em seus textos gramaticais, embora se refiram à seguinte ordem: *ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe*.

<sup>288</sup> *A Arte da grammatica portugueza* compõe-se de oito livros. Os primeiros cinco livros são consagrados à etimologia; o sexto, à prosódia; o sétimo e o oitavo, à sintaxe. Os oito livros são organizados então da seguinte maneira: Livro I- Do nome substantivo; Do nome adjetivo; Do pronome; Do particípio; Do artigo; Livro II- Dos gêneros; Livro III- Dos verbos; Livro IV- Dos pretéritos e participios de verbos; Livro V- Do advérbio, conjunção, interjeição e preposição; Livro VI- Da prosódia; Livro VII- Da sintaxe; Livro VIII- Da sintaxe figurada.

<sup>289</sup> Em conformidade com os primeiros gramáticos portugueses, Fortes não concebe o adjetivo como uma classe autônoma. O gramático (1816, p. 10) considera, então, nove classes de palavras: artigo, nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, conjunção, interjeição e preposição. Na tradição francesa, o adjetivo só se torna uma classe autônoma com o abade Girard (1747) e na tradição portuguesa com Souza (1804).

|   |   |  |
|---|---|--|
| <p><b>ensinão a fazer com acerto, e livre de erros a Oração Latina.</b> <u>Desta Oração, que he o fim da Grammatica,</u> são partes as vozes, as syllabas, e as letras. (p. 1, grifo nosso)</p> | <p><b>oração Portuguesa.</b> Desta definição se collige ser <u>a oração Portuguesa o fim das regras da Grammatica Portuguesa.</u> (p. 1, grifo nosso)</p> | <p><b>a oração Portuguesa.</b> (p. 9, grifo nosso)</p> |
|---|---|--|

A comparação entre os três textos mostra a semelhança entre as definições apresentadas por Fortes e por Lobato. Com efeito, não apenas a gramática é descrita como uma “arte”, mas sua definição normativa também está relacionada à oração portuguesa. Entretanto, contrariamente a Lobato e a Figueiredo, o gramático brasileiro não retoma a mesma relação entre a gramática e a oração, uma vez que ele não menciona a oração como o fim da gramática, herança de Sanctius (1982, p. 107 [1587]), distanciando-se, assim, desses gramáticos portugueses.

Em seu tratamento da sintaxe, Fortes (1816, prólogo, p. VII) reafirma que ele é tributário da lição de Figueiredo ao declarar que “a syntaxe he quase toda a mesma do Padre Pereira”. Entretanto, para melhor compreender a concepção de sintaxe do gramático brasileiro, retomamos não apenas o conceito de sintaxe presente na gramática de Lobato, mas também aquele desenvolvido por Barbosa.

| Figueiredo (1765)   | Lobato (1770)  | Barbosa (1807)  | Fortes (1816)  |
|---|--|---|--|
| <p>Esta palavra <b>Syntaxe he</b> Grega, e significa o mesmo que a Latina <i>Constructio</i>, isto he, <b>huma construcção recta ou composição bem ordenada das partes da Oração entre si.</b> Esta Syntaxe ou he de Concordancia ou de Regencia. (p. 219, grifo nosso)</p> | <p><b>Syntaxe he a recta composição das partes da oração entre si.</b><br/>A oração he certa composição de palavras, com que de huma cousa se affirma, ou nega outra. [...] A Syntaxe ou he simplez, ou figurada. [...].<br/><b>Syntaxe simplez, ou regular</b> he a composição das partes da oração, <b>ordenada conforme as regras geraes da</b></p> | <p><b>Syntaxe quer dizer Coordenação, e chama-se assim esta parte da Grammatica, que ensina a fazer huma Oração das partes elementares do discurso [...].</b> (p. 132, grifo nosso)</p> | <p><b>Syntaxe he huma parte da Grammatica, que ensina a compôr a oração.</b><br/>Oração he a compreensão de sujeito, verbo, e passiente<sup>290</sup> com as circunstancias, que ocorrem. [...]. (p. 10)<br/><br/>A Syntaxe ou he natural, ou figurada. Syntaxe natural he, a <b>que se funda nas regras geraes, e ordinarias da Grammatica</b>, qual he, v. g. concordar o verbo finito com o seu</p> |

<sup>290</sup> O termo é herdado da “pessoa paciente” das gramáticas humanistas (por exemplo, *uerbum regit accusatiuum personae patientis*).

|  |   |  |  |
|--|---|--|--|
|  | <p><b>Grammatica.</b><br/>A <b>Syntaxe simples</b> ou he de concordancia, ou de regencia.<br/>(p. 191-192, grifo nosso)</p> |  | <p>nominativo em numero, e pessoa. [...].<br/>A <b>Syntaxe natural</b> ou he de concordancia, ou de regencia. (p. 77, grifo nosso)</p> |
|--|---|--|--|

A comparação dos textos revela que para o conceito de sintaxe, Fortes não retoma a noção de correção que aparece nas definições elaboradas por Figueiredo e Lobato, e que são comuns às gramáticas latinas e às primeiras gramáticas portuguesas. Na verdade, a definição elaborada pelo gramático brasileiro evoca, ainda que minimamente, a teoria da gramática geral, com a análise linguística sendo referida à sintaxe. Note-se que essa definição se assemelha àquela de Barbosa (1807, p. 132), que utiliza explicitamente a teoria da gramática geral francesa em sua obra gramatical *As duas linguas* (1807). Não obstante essa evocação, o gramático brasileiro permanece vinculado ao modelo tradicional da gramática latina, defendendo para a sintaxe a oposição tradicional concordância vs regência.

Vários pontos devem ser lembrados:

1. Fortes, assim como Lobato, apresenta uma definição de oração, mas não refere a oposição afirmação/ negação<sup>291</sup> anunciada por esse autor. Ele formula a definição em termos de categoria e não de função e funda sua análise sobre critérios formais.

2. A divisão da sintaxe em natural e figurada é emprestada de Lobato e não de Figueiredo, que não trata de sintaxe figurada em sua gramática latino-portuguesa.

3. Para classificar a sintaxe, Lobato e Fortes utilizam uma terminologia distinta: *simples* e *regular* para o primeiro autor; *natural*, para o segundo. Apesar dessa distinção terminológica, os dois gramáticos apresentam a mesma concepção de sintaxe, porque ambos a fundamentam sobre as regras gerais da gramática, a saber, as regras de concordância e de regência. Essa concepção de Lobato e de Fortes acerca das regras gerais não se relaciona aos princípios que caracterizam as teorias da gramática geral francesa, mas aqueles que conformam a gramática latina e que foram generalizados a todas as línguas. Vale lembrar que a noção de generalidade que conforma a gramática de Port-Royal está vinculada à generalização das categorias a partir do latim. Além

<sup>291</sup> Essa oposição também coloca um problema na gramática francesa, já que ela não é referida na GGR. De fato, os *Messieurs* (GGR, 1676, II, p. 28-29) evocam apenas a afirmação ao definir a proposição.

disso, a regência, assim como a concordância, é considerada como um princípio geral, porque, inserida na sintaxe natural, o gramático a considera como um princípio comum às línguas.

Em conformidade com as gramáticas renascentistas, a sistematização da sintaxe da língua portuguesa na gramática de Fortes, no século XIX, no Brasil, segue o modelo da gramática latina com a oposição entre a sintaxe de concordância e a sintaxe de regência. Assim, respeitando a divisão bipartida tradicional da sintaxe, o gramático brasileiro elabora regras de concordância e de regência em correspondência com o latim, marcando desse modo a analogia entre as duas línguas. Vale notar que Fortes não elabora nenhuma definição para a concordância ou a regência, diferentemente de Figueiredo ([1765], p. 219) e Lobato (1770, p. 191-192). O gramático brasileiro concentra-se não apenas nas regras, indicando os fenômenos de concordância pela adequação da flexão em gênero, número, pessoa e caso entre as palavras que se relacionam, mas também nos fenômenos de regência centrados na dependência casual. A propósito da concordância, além da regra geral do acordo do verbo em número e em pessoa com o seu nominativo, Fortes elabora onze regras, todas em conformidade com o modelo latino<sup>292</sup>:

| Capitulo I. Da syntaxe de concordancia |  |
|--|--|
| Regra primeira.                        | + O sujeito, que exercita a significação do verbo do modo finito, vai para nominativo, com quem o verbo concorda em numero, e pessoa; exemplos: <i>Antonio dorme; Os meninos brincão.</i> (Fortes, 1816, p. 77-78) |
| Regra segunda.                         | + Aquillo, que se affirma, ou nega deste sujeito, ou para elle se refere, também vai para nominativo; exemplo: <i>A velhice he doença; Eu sou chamado Antonio.</i> ( <i>ibid.</i> , p. 78)                         |
| Regra terceira.                        | + Concorrendo na oração hum sujeito da primeira pessoa do singular com outro da segunda, ou terceira, poremos o verbo na primeira do plural; exemplo: <i>Eu, e tu estamos bons.</i> ( <i>ibid.</i> )               |
| Regra quarta.                          | + Concorrendo na oração hum sujeito da segunda pessoa do singular com outro da terceira, poremos o verbo na segunda do plural; exemplo: <i>Tu, e Tullia estais bons.</i> ( <i>ibid.</i> )                          |
| Regra quinta.                          | + Concorrendo na oração muitos sujeitos todos da terceira pessoa do singular, poremos o verbo na terceira do plural, concordando com todos; ou na terceira do  |

<sup>292</sup> Em seu texto, Fortes marca com uma cruz a correspondência entre as regras do português e do latim. De acordo com o gramático brasileiro (1816, p. 77), “Todas as regras, que forem notadas com este signal +, é porque são as mesma[s] na Lingua Latina”.

|                        |  |
|------------------------|--|
|                        | singular, concordando com hum só; exemplo: <i>A nossa liberdade, honra, e vida estão em perigo, ou está em perigo. (ibid.)</i>   |
| Regra sexta.           | + Os nomes adjectivos, pronomes, e participios concordão com seus substantivos em genero, numero, e caso; exemplo do adjectivo; <i>O amigo certo descobre-se na occasião incerta.</i> Exemplo do pronome: <i>Trata-se o teu negocio.</i> Exemplo do participio: <i>A faisca desprezada levantou incendio. (ibid., p. 79)</i> |
| Regra sétima.          | + Os relativos concordão com o seu substantivo antecedente em genero, e numero; e com o subsequente em genero, numero, e caso. Exemplo do subsequente: <i>Não ha dia, no qual eu não defenda algum réo. (ibid.)</i>  |
| Regra oitava.          | + O sugeito, que exercita a significação do verbo do modo infinito, vai para accusativo; exemplo: <i>Dizem Francisco ainda viver. (ibid.)</i>  |
| Regra nona.            | + Aquillo, que se affirma ou nega desse sugeito, ou para elle [se] refere, tambem vai para accusativo; exemplo: <i>Dizem Francisco ser sabio. (ibid.)</i>  |
| Regra decima.          | + Pelo caso, porque se faz a pergunta, por esse mesmo [se] dá a resposta; exemplo : <i>De quem he esta oração ? De Cicero. (ibid., p. 79-80)</i>   |
| Regra decima-primeira. | + Concorrendo na oração dois, ou mais substantivos, todos pertencentes á mesma coisa, mas que entre elles não possa mediar a conjunção e, pôr-se-hão todos no mesmo caso, ainda que sejam de diverso genero, e numero; exemplo: <i>Tito, delicias de Roma, foi pai da patria. (ibid., p. 80)</i>                             |

As regras apresentadas não são elaboradas por Fortes, mas emprestadas de Figueiredo e Lobato. Na verdade, Fortes empresta desses autores portugueses não apenas as regras, mas também os exemplos. As dez primeiras regras foram tomadas quase literalmente da *Gramática latino-portuguesa reduzida a compêndio* (s.d., p. 111-112 [1756]) de Figueiredo e a décima primeira da gramática portuguesa (1770, p. 194) de Lobato. Esses empréstimos das regras e dos exemplos, realizados sem alterações significativas, visam a mostrar a analogia entre as duas línguas. Assim, a aplicação do modelo latino na descrição do português valida a universalidade implícita do modelo da gramática latina que foi generalizado para outras línguas.

A universalidade implícita desse modelo manifesta-se também nas regras de concordância: do verbo com o nominativo (regra 1), do adjetivo com o substantivo (regra 6), do relativo com o antecedente (regra 7) e do acusativo com o infinitivo (regra 8), seja pelas regras elas mesmas, uma vez que são reconhecidas desde as gramáticas latinas humanistas, seja pelo uso dos casos latinos, passados ao português por uma transferência de modelo. Por outro lado, a utilização do termo *sujeito* nas regras 1 e 8 indica, de um certo modo, um distanciamento do modelo da gramática latina, assim

como uma adaptação da gramática portuguesa ao modelo da gramática francesa. De fato, o termo *sujeito* não é herdado do modelo latino, que utiliza nominativo do verbo e *suppositum*. No entanto, esse termo é encontrado na *Grammaire* de Port-Royal. Fortes utiliza, portanto, os dois modelos na elaboração de sua gramática.

Os acordos do substantivo (regra 2) e do adjetivo (regra 9) - os dois em posição predicativa - com o sujeito são interessantes porque indicam que o gramático brasileiro não desconhece a teoria geral francesa, embora não a utilize em sua gramática, o que se justifica plenamente. Como esta é a primeira gramática elaborada no Brasil, é justo que sua elaboração observe o modelo da gramática latina, porque esse é o modelo de base da gramática. De fato, no Ocidente, as gramáticas foram construídas sobre a estrutura da gramática latina. No entanto, essas regras, embora vinculadas ao modelo latino pela referência casual, evocam, pela referência à afirmação e à negação, a teoria geral francesa. Efetivamente, na *GGR* (1660), os *Messieurs* declaram que o principal uso do verbo é significar a afirmação, que julgar é afirmar, e que a proposição é a representação do julgamento. Entretanto a oposição afirmação/negação é referida por Arnauld e Nicole na *LAP* (1662)<sup>293</sup>, e por Du Marsais no artigo *Construction* de *l'Encyclopédie* (vol. IV, 1754, p. 81)<sup>294</sup>. Desse modo, essa oposição também caracteriza a teoria da proposição na gramática geral francesa.

Quanto ao acordo do verbo com um sujeito composto – as regras (3), (4) e (5) – é interessante notar que ele se faz com o sujeito e não com o nominativo, como mencionando nas gramáticas latinas e nas primeiras gramáticas portuguesas. Apesar dessa mudança de orientação em relação ao modelo latino, esse acordo também é elaborado com base nas regras da gramática latina.

O acordo (regra 10) entre a pergunta e a resposta também caracteriza a doutrina da gramática latina. Para esse acordo, em que o gramático considera apenas a

---

<sup>293</sup> “Après avoir conçu les choses par nos idées, nous comparons ces idées ensemble; & trouvant que les unes conviennent entre’elles, & que les autres ne conviennent pas, nous les lions ou déliions, ce qui s’appelle *affirmer* ou *nier*, & généralement *juger*. Ce jugement s’appelle aussi *proposition*, & il est aisé de voir qu’elle doit avoir deux termes: l’un, de qui l’on affirme, ou de qui l’on nie, lequel on apele *sujet*; & l’autre que l’on affirme, ou que l’on nie, lequel s’appelle attribut ou *praedicatum*” (*LAP*, 1970, II, cap. III, p. 156).

<sup>294</sup> “La proposition est un assemblage de mots, qui, par le concours des différens rapports qu’ils ont entr’eux, énoncent un jugement ou quelque considération particuliere de l’esprit, qui regarde un objet comme tel. [...]. Juger, c’est penser qu’un objet est de telle ou telle façon; c’est affirmer ou nier; c’est décider relativement à l’état où l’on suppose que les objets sont en eux-mêmes. Nos jugemens sont donc ou affirmatifs ou négatifs. *La terre tourne autour du soleil*; voilà un jugement affirmatif. *Le soleil ne tourne point autour de la terre*; voilà un jugement négatif.” (art. *Construction*, *Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 81)



uniformidade casual, o caso utilizado na resposta deve ser idêntico àquele utilizado na pergunta.

O acordo (regra 11) entre os dois primeiros termos da oração é um acordo complexo, justificável pela silepse, se considerarmos um acordo entre as ideias e não entre as palavras *Tito* e *delícias*; ou pela elipse, se considerarmos a ausência de um termo entre as duas palavras. Essa regra também pode ser justificada pela noção de acordo por “vizinhança” (Colombat, 1996, p. 21-24), uma vez que esse acordo é feito com o termo mais próximo.

No que diz respeito ao fenômeno da regência, Fortes trata da regência dos casos considerando o critério semântico das palavras, assim como Figueiredo (s.d., p. 113-119 [1756]) e Lobato (1770, p. 202-230). Efetivamente, a regência é organizada com base no sistema casual latino, e as regras concernentes ao genitivo, ao dativo, ao acusativo e ao ablativo são sistematizadas em torno de grupos semânticos. Desse modo, a noção de regência é considerada não apenas morfossintaticamente pela imposição dos casos latinos às palavras, mas também semanticamente pela determinação de sua significação, como o revela o quadro abaixo:

| Capítulo II. Da syntaxe de regencia |   |
|-------------------------------------|---|
| Regra primeira.                     | + o nome, que significa o senhor, ou possuidor de alguma coisa, ou á quem ella pertence, põe-e em genitivo regido da preposição <i>de</i> ; exemplo: <i>estou em casa de Francisco</i> . (a) (Fortes, 1816, p. 80)  |
| Regra segunda.                      | + aos adjectivos, que significão coisa rica, pobre, sciente, ignorante, cheia, vasia, carregada, vestida, despida, lembrada, esquecida, participante, &c. se ajunta genitivo regido da preposição <i>de</i> , que significa aquillo, de que ha riqueza, pobreza, &c.; exemplo: <i>rico de oiro; pobre de dinheiro</i> . (a) ( <i>ibid.</i> , p. 81) |
| Regra terceira.                     | + aos verbos que significão <i>accusar</i> , <i>absolver</i> , se ajunta genitivo regido da preposição <i>de</i> , que significa aquillo, de que accusa, ou absolve; exemplos: <i>este me accusa do peccado; francisco foi absolvido do crime</i> . (b) ( <i>ibid.</i> )  |
| Regra quarta.                       | + o nome, que significa o louvor, ou vitupério, que se dá a alguém, põe-se em genitivo com a preposição <i>de</i> ; exemplos: <i>homem de grande prudência; menino de má condição</i> . (c) ( <i>ibid.</i> )  |
| Regra quinta.                       | + a alguns adverbios se ajunta genitivo com a preposição <i>de</i> ; exemplo: <i>Concebi assaz de contentamento</i> . (a) ( <i>ibid.</i> , p. 82)   |

Fortes empresta de Figueiredo (s.d., p. 113 [1756]) não apenas as regras concernentes ao genitivo, mas também os exemplos. As regras apresentadas mostram os

seguintes pontos: 1. uma regência do genitivo descrita tanto a partir do termo regido quanto a partir do termo regente; 2. o gramático leva em consideração a significação das palavras regentes e das palavras regidas nessa classificação; 3. o genitivo é sempre regido pela preposição *de*. O gramático não considera, portanto, a concepção de Sanctius, segundo a qual o genitivo é sempre regido por um nome que se subentende entre um verbo e um nome no genitivo, mas nunca por um verbo. Com efeito, o genitivo indicando posse, a relação se dá entre o possuidor e a coisa possuída, ou seja, entre dois nomes e não entre um nome e um verbo.

Sobre a regência do dativo, Fortes afirma, em conformidade com Lobato (1770, p. 209-212), que o dativo pode ser regido por um verbo ou por um adjetivo. As regras são, então, organizadas em grupos semânticos, por exemplo verbos de confiança e adjetivos de utilidade. À concepção de Lobato, o gramático brasileiro acrescenta os exemplos de Figueiredo (s.d., p. 114 [1756]) para ilustrar as regras sobre esse tipo de regência. Vale lembrar que para Sanctius (1983, p. 172 [1587]) o dativo não é regido, porque ele é inserido em uma frase já finalizada apenas para marcar a aquisição de alguma coisa.

| Capítulo III. Do Dativo |  |
|-------------------------|--|
| Regra primeira.         | + aos verbos <i>confiar, dar, entragar, enviar, mandar, obedecer, remetter, recommendar</i> , e outros, se ajunta dativo, que significa a pessoa, á quem se confia, da, entrega, &c.; exemplo: <i>Todos devemos obedecer ao mestre.</i> (b) (Fortes, 1816, p. 82)                                  |
| Regra segunda.          | + aos adjectivos, que significão coisa util, prejudicial, damnosa, proveitosa, agradável, desagradavel, decorosa, leal, desleal, &c., se ajunta dativo, que chamão de perda ou de proveito; exemplo: <i>Aquella retirada foi indecorosa aos soldados, e prejudicial á patria.</i> ( <i>ibid.</i> ) |

A propósito do acusativo, Fortes, em conformidade com Figueiredo (s.d., p. 115, 116, 118-119 [1756]) e Lobato (1770, p. 212), afirma que ele é regido pelo verbo ativo ou pelas preposições. Entretanto o gramático brasileiro retoma quase integralmente as regras e os exemplos de Figueiredo.

| Capítulo IV. Do Accusativo. |   |
|-----------------------------|---|
| Regra primeira.             | + O Verbo activo tem depois de si accusativo, que he aquele sugeito, á quem se dirige a significação do verbo; exemplos: <i>Pedro matou a Antonio; O fogo queimou as casas.</i> ( <i>ibid.</i> , p. 83) |

|                 |   |
|-----------------|---|
| Regra segunda.  | + O lugar para onde alguém vai, põe-se em acusativo regido da preposição <i>A</i> , ou <i>Para</i> ; exemplo: <i>Vou para a quinta; ou á Quinta. (ibid.)</i>  |
| Regra terceira. | + A oração feita pela voz activa póde mudar-se para a passiva deste modo. O que era acusativo, passa para nominativo, com quem o verbo concorda em número, e pessoa; e o que era nominativo, passa para ablativo com a preposição <i>Por</i> , <i>Pelo</i> , ou <i>De</i> exemplo: <i>Pedro matou a Antonio</i> : pela passiva diremos: <i>Antonio foi morto por Pedro. (ibid.)</i> |

Para o acusativo, as regras apresentadas mostram as duas funções observadas por Sanctius (1982, p. 175 [1587]): 1. na primeira regra, a função de adjunto do verbo ativo, nomeado “*appost*” por Sanctius; 2. na segunda regra, a função de regência da preposição, já que o acusativo depende de uma preposição. Quanto à terceira regra, geral, ela concerne à construção de uma frase na voz ativa e na voz passiva. Como o gramático português Figueiredo (s.d., p. 116 [1756]), Fortes coloca no ablativo o agente da oração enunciada na voz passiva. Esse tipo de construção é refutado por Sanctius. Conforme esse autor (1982, p. 229 [1587]), o ablativo não funciona como agente, porque ele não é regido por verbo, mas pela preposição. Além disso, para Sanctius (1982, p. 231 [1587]), o verbo na voz passiva precisa apenas de um “*suppost*”, ou seja, um sujeito, para que a frase seja bem construída, já que o sentido pode ser parcialmente alterado pela passagem do discurso ativo para o passivo. Não se trata, contudo, da concepção do gramático brasileiro que, tributário das ideias de Figueiredo, apresenta duas frases *Pedro matou a Antonio* e *Antonio foi morto por Pedro*, cujo sentido não é alterado pela passagem da voz ativa à voz passiva.

A propósito do ablativo, sua principal característica é ser regido por uma preposição. Essa concepção de Sanctius (1982, p. 181 [1587]) pode ser observada nas regras apresentadas por Fortes. O gramático brasileiro, contudo, retoma essas regras de Figueiredo e não diretamente de Sanctius. Fortes elabora então quatorze regras para a regência do ablativo. Reteremos apenas quatro, todas em concordância com as regras de Figueiredo (s.d., p. 117- 119 [1756]) e de Lobato (1770, p. 216-230), e cujas frases dadas de exemplo incluem uma preposição.

|                          |   |
|--------------------------|---|
| Capitulo V. Do Ablativo. |   |
| Regra primeira.          | + O Modo com que alguma coisa se faz, põe-se em ablativo com a preposição <i>Com</i> , ou <i>De</i> ; exemplo: <i>Leio com grande cuidado [...]. (Fortes, 01816, p. 84)</i> |

|                 |  |
|-----------------|--|
| Regra segunda.  | + A causa, porque alguma coisa se faz, põe-se em ablativo com a preposição Por, De, ou A; exemplo : <i>Morro de fome, ou por fome, ou á fome. (ibid.)</i>  |
| Regra terceira. | + O instrumento, com que alguma coisa se faz, põe-se em ablativo com a preposição Com; exemplo: <i>Feriste-me com a espada. (ibid.)</i>  |
| Regra quarta.   | + O tempo, em que alguma coisa succede, põe-se em ablativo com a preposição Em, De, ou A; exemplos: <i>Meu pai morreu em o anno passado; Antonio partio de tarde; Christo nasceu á meia noite. (ibid.)</i> |

Além de expressar o modo, a causa, o instrumento, e o tempo, o gramático brasileiro também apresenta regras segundo as quais o ablativo exprime o preço (*Isocrates vendeu huma oração por vinte talentos*), o princípio de algo (*He mais soffrivel o trabalho, que nos vem do amigo, que o que nos vem do devedor*), a matéria (*Escudo de cobre*), o lugar (*Estou em Roma*) e a distância (*A cidade he distante da barra huma légua*).

Enfim, a gramática de Fortes é representativa do modelo da gramática latina. O fato de a primeira gramática publicada no Brasil estar diretamente vinculada ao modelo da gramática latina, corrobora a premissa da universalidade implícita desse modelo. O aparelho conceitual e terminológico da gramática latina pode ser observado, por exemplo, na utilização da terminologia dos casos, abandonada pelos gramáticos portugueses desde a gramática de Fonseca (1799), e na oposição da sintaxe em concordância e regência. A primeira é centrada no acordo entre as palavras que apresentam as mesmas marcas morfológicas e a segunda, no uso dos casos para marcar as relações entre as palavras. Não obstante a utilização do aparelho conceitual e terminológico da gramática latina, Fortes também se serve do modelo da gramática geral francesa, ainda que minimamente, como no caso da utilização do termo *sujeito* - que não se encontra nas gramáticas latinas humanistas - em algumas regras de concordância. Além disso, Fortes reconhece a existência de regras gerais na gramática, evocando a analogia entre o português e o latim. Assim, a aplicação do modelo latino sobre a gramática portuguesa produz, por um lado, uma certa homogeneidade das descrições e, por outro, exige uma adaptação às necessidades da língua. Essa adaptação é reforçada pelo aproveitamento do modelo da gramática geral francesa.

### 3.2.1.2 Duarte

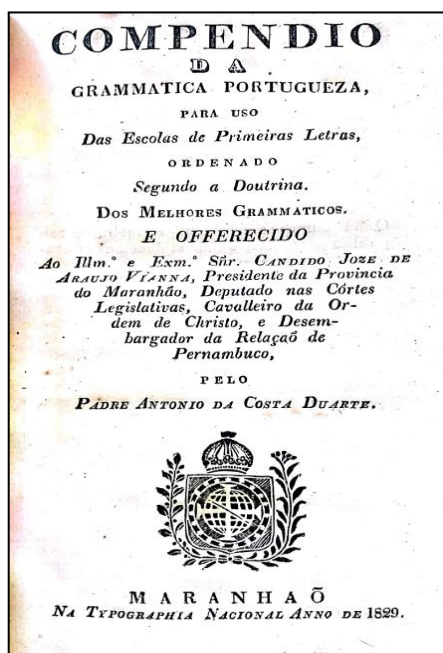


Fig. 10 Duarte 1829

O *Compendio da Grammatica portugueza* de Antonio da Costa Duarte<sup>295</sup>, publicado em 1829, é uma obra didática destinada ao ensino da língua portuguesa nas escolas primárias da província do Maranhão, no nordeste do Brasil. Como Fortes (1816), Duarte também desempenhou um papel pioneiro na produção de gramáticas portuguesas elaboradas no Brasil no século XIX, particularmente para a gramática filosófica. Com efeito, em seu *Compendio*, o autor não apenas descreve os fatos de língua portuguesa a partir das teorias da gramática geral e racional, mas também elabora explicações sobre os princípios gramaticais e os fatos linguísticos. Essa gramática é de grande importância na história das gramáticas portuguesas elaboradas no Brasil, porque, por um lado, ela rompe com o modelo da gramática latina ao qual se conformava a gramática de Fortes (1816), como observamos anteriormente, e, por outro, ela marca a

<sup>295</sup> Antônio da Costa Duarte foi um padre que viveu na província do Maranhão, no nordeste do Brasil. Suas datas de nascimento e morte permanecem desconhecidas. Sacramento Blake (1883, vol. 1, p. 144), que publica seu dicionário bibliográfico no século XIX, indica apenas que Duarte nasceu “no fim do século passado”, ou seja, no final do século XVIII. O prefácio da sexta edição indica que Antônio da Costa Duarte era professor de gramática filosófica da língua portuguesa e análise dos clássicos portugueses.

emergência das gramáticas filosóficas fundadas sobre as teorias da gramática geral e racional.

O *Compendio* teve seis edições. A partir da segunda edição, de 1840<sup>296</sup>, Duarte acrescenta o qualificativo “filosófica” ao título de sua obra - *Compendio da Grammatica philosophica da lingua portugueza* -, fazendo alusão, assim, à *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822) de Jerônimo Soares Barbosa e desenvolve o texto gramatical<sup>297</sup>. Embora o termo “filosófica” não apareça expressamente no título da edição original, Duarte baseia-se na teoria da gramática geral francesa, a qual provavelmente teve acesso via Barbosa<sup>298</sup>, para analisar os fatos da língua portuguesa. O gramático português Barbosa está no horizonte de retrospectiva de Duarte, apesar da ausência de qualquer referência explícita na obra. Dado que a primeira edição da gramática de Duarte tem uma fundamentação filosófica e que os acréscimos feitos, no que diz respeito ao capítulo III consagrado à sintaxe, não trazem mudanças significativas ao texto gramatical e, conseqüentemente, à análise do autor, mantivemos a primeira edição como fonte principal. Contudo também nos referiremos à sexta edição, de 1877<sup>299</sup>, para verificar esses acréscimos.

No Brasil, Duarte retoma a concepção da relação entre a linguagem e o pensamento; concepção que conforma a teoria da gramática geral na França e em Portugal. Em seu texto introdutório, o gramático brasileiro concebe a universalidade do pensamento e da linguagem, a relação entre as ideias e o postulado geral que conforma a hipótese da linguagem-tradução (Auroux, 1979, p. 70), a saber, que a linguagem é a expressão do pensamento:

Na formação de seus pensamentos é uniforme, unico, e imutavel o procedimento do espirito humano; pois que todo o homem, de qualquer Nação que seja, pensa porque tem idéas, e comparando-as aprende as relações que entre ellas ha: mas **como entre as operações de nosso espirito e a Linguagem articulada, por meio da qual se exprimem, ha uma intima connexão e correspondencia**; é forçoso que esta mesma imutabilidade se communique ás Linguas de todos os Povos. (Duarte, 1829, introdução, p. 1, grifo nosso)

<sup>296</sup> Sacramento Blake (1883, p. 145) afirma que a segunda edição data de 1840: “*Compendio de grammatica philosophica da lingua portugueza*, escolhido pela congregação do Lyceu do Maranhão para uso do mesmo lyceu. Maranhão, 1840 - Esta edição é segunda e já acrescentada”.

<sup>297</sup> A edição original conta 99 páginas. A sexta, publicada em 1877, conta 148 páginas e comporta um número considerável das notas. Para a comparação de diferentes edições, leia-se Leite (2018b).

<sup>298</sup> Cf. Leite (2018b).

<sup>299</sup> Não tivemos acesso à segunda edição da gramática de Duarte.

Duarte menciona uma correspondência intrínseca entre as operações do pensamento e a linguagem articulada, ou seja, a fala. Ora, se Barbosa (1822, introdução, p. V; p. 8) também se refere à linguagem articulada, de modo algum estipula essa correspondência intrínseca ou essa relação entre o pensamento e a linguagem articulada. Duarte parece, portanto, conhecer a obra de Condillac, mais precisamente a *Grammatica* (1775, I, p. 13), onde o gramático francês analisa singularmente essa relação. No entanto, essa íntima correspondência entre o pensamento e a linguagem, a que se refere Duarte, difere da concepção de Condillac. O gramático francês distingue efetivamente, de um lado, a linguagem sucessiva e, do outro, os pensamentos simultâneos. Ele afirma, portanto, que não há nenhuma correspondência exata entre o pensamento e a fala. De fato, Duarte combina a concepção racionalista desenvolvida em torno da relação entre o pensamento e a linguagem com a terminologia elaborada por Condillac.

De acordo com Barbosa, Duarte concebe a gramática como uma *arte*, mas também como um *sistema*, conforme ilustrado no quadro a seguir:

| Barbosa (1822)  | Duarte (1829)  | Duarte (1877) <sup>6</sup>   |
|---|--|--|
| <p>A Grammatica pois, que não he outra couza, [...], senão a <i>Arte</i>, que ensina a pronunciar, escrever, e falar correctamente qualquer <i>Lingua</i>. (Introdução, p. VIII)</p> <p>Toda a Grammatica he hum systema methodico de Regras, que resultão das observações feitas sobre os usos e factos das <i>Linguas</i>. (p. XIX)</p> | <p>“Grammatica Portugueza é a Arte que ensina a falar, ler, e escrever sem erros a <i>Lingua Portugueza</i>”. (p. 9)</p> | <p>Arte é um systema, rasoado de operações proprias a produzir um effeito importante á vida, e que se não podia esperar da natureza só. (p. 9)</p> |

Levando em consideração as particularidades da língua portuguesa, Duarte (1829, p. 9) e Barbosa utilizam a concepção normativa da gramática como uma *arte*, porque eles visam à prescrição de regras assim como à correção gramatical e linguística. Na sexta edição (1877, p. 9), uma nota postula a concepção da arte como um sistema, ou seja, um conjunto estruturado cujas partes estão interligadas. Embora Duarte inspire-se em Barbosa (1822, introdução, p. VIII-IX), ele elabora suas próprias definições. Na

primeira definição da edição original, o gramático brasileiro evidencia o caráter normativo e particular da gramática portuguesa, tratando assim da normatização das regras do português como língua particular e restringe seu âmbito, contrariamente a Barbosa que o estende a todas as línguas. Na segunda definição, ausente da edição original, Duarte postula essa noção de arte apreendida como um sistema. Ele é então levado a conceber a gramática como um sistema de regras específicas de uma língua particular, em que a razão se baseia na experiência e na percepção das coisas do mundo. Essas duas definições revelam que Duarte não reproduz os esquemas elaborados por Barbosa. Na verdade, o gramático brasileiro adapta-os à sua análise da língua portuguesa.

Duarte também retoma a distinção entre gramática geral e gramática particular; uma distinção sugerida pela gramática de Port-Royal (1660), sistematizada por Beauzée (1767) e utilizada por Barbosa (1822), todavia ele não retoma a terminologia de Barbosa. De fato, o gramático português (1822, introdução, p. XIX), assim como Beauzée (1767, p. IX-X), utiliza o termo *geral* para qualificar a gramática que trata dos usos e dos fatos comuns ao maior número possível de línguas. Duarte, por sua vez, opta pelo termo *universal*:

Sendo porém a Grammatica Universal a Arte, que analysando o pensamento, ensina com que especie de palavras se devem exprimir as idéas e as relações, de que elle póde constar; segue-se que **a Grammatica Universal é tambem immutavel e a mesma em todas as Nações**. Mas como estas escolhêrão para signaes de suas idéas vocabulos differentes só no material dos sons, é preciso accommodar aquelles mesmos principios invariaveis á indole de cada Lingua, começando pelo estabelecimento dos preceitos geraes da Linguagem, e applicando-os depois aos usos da [língua] que se pretender ensinar: eis aí o que se chama Grammatica Particular. (Duarte, 1829, introdução, p. 1, grifo nosso)

A escolha do termo *universal* para qualificar a gramática justifica-se pela finalidade dessa gramática universal, a saber, a análise do pensamento por meio do estudo das palavras, enquanto expressão do pensamento, e de suas relações. Dado que o pensamento, concebido como o fundamento da gramática, é universal, o termo utilizado por Duarte para qualificar a gramática deve caracterizar essa universalidade. O gramático brasileiro possivelmente inspirou-se nas ideias de Souza (1804, p. 1-2), já que esse gramático português também utiliza o termo *universal*, em vez do termo *geral*, para



caracterizar a gramática entendida como “immutavel assim como a Natureza, da qual ela he huma copia comum a todos os seculos, e a todos os Povos” (*ibid.*). Seja como for, a terminologia não interfere na concepção de Duarte, que considera os termos *universal* e *geral* como análogos. Note-se também que Duarte caracteriza a gramática universal como uma *arte* e não como uma *ciência*, conferindo-lhe o mesmo estatuto das gramáticas particulares. Apenas a parte material, ou seja, as palavras, como signos das ideias que são comuns a todos os homens, distingue essas gramáticas da gramática universal. De acordo com Leite (2018a, p. 104), a gramática particular leva em consideração não apenas as regras que conformam uma língua particular, mas também as “regras gerais do pensamento, [...] pela análise das proposições enunciadas”.

A sexta edição apresenta, em nota, as definições de *língua* e de *linguagem da ação* (*langage d'action*). Essas definições corroboram a ideia de que Duarte conhecia as obras de Condillac, já que o gramático brasileiro se serve das concepções do gramático francês sobre a *linguagem da ação*, a *linguagem articulada* e sobre a *língua bem-feita* para elaborar suas definições de *língua* e de *linguagem da ação*.

Lingua é todo o systema de signaes que directamente manifestão o pensamento. Esta definição comprehende a linguagem articulada e a linguagem da acção.

Referindo-nos porém á linguagem articulada, *Lingua é a collecção de vocabulos de que usa qualquer nação.*

A linguagem da acção consiste nos gestos, movimentos do rosto, e sons inarticulados.

Uma lingua *deve ser facil*, para que seja entendida dos ignorantes e dos sabios. Mas para que uma Lingua seja *bem feita e facil*, deverá ser *clara, precisa* ou resumida, *rica, e fundada na origem e geração das idéas.* (Duarte, 1877, p. 9-10)

Quando Duarte considera a teoria geral sobre as relações entre o pensamento e a linguagem, ele concebe a língua como um sistema de sinais, por meio do qual se pode expressar o pensamento. A língua é formada, de um lado, pela linguagem articulada, que se manifesta pela fala, e, do outro, pela linguagem da ação, que se expressa pelos gestos e pelos sons inarticulados. Partindo das ideias de Condillac, Duarte concebe que a língua deve ser bem-feita, ou seja, deve apresentar uma construção simples e exata. Para isso, ela deve, portanto, basear-se na experiência e na percepção das coisas do mundo (Auroux, 1982, p. 181), uma vez que as ideias retiram seus conteúdos da experiência, do contato com o mundo exterior.

Tributário de Barbosa, Duarte (1829, p. 9) apresenta uma estrutura quadripartida para sua gramática, *ortoépia*, *ortografia*, *etimologia*<sup>300</sup> e *sintaxe*. A quarta parte consagrada à sintaxe é composta por cinco capítulos: I. Dos elementos essenciais da oração; II. Da concordância regular; III. Da concordância irregular por silepse; IV. Da regência regular; V. Da regência irregular por elipse. Essa divisão assemelha-se àquela elaborada por Barbosa, que também trata de concordância regular e irregular assim como de regência regular e irregular. Para analisar a sintaxe, especificamente, o gramático brasileiro adota sobretudo as teorias que conformam a gramática geral francesa e a gramática filosófica portuguesa. Ele distingue, então, a sintaxe da construção e analisa a proposição, a concordância e o complemento, ainda que se sirva do quadro latino para tratar a concordância e a regência.

Primeiro, no que diz respeito à distinção entre a sintaxe e a construção, Duarte combina a definição utilizada na gramática latina – segundo a qual a sintaxe é compreendida como uma composição das partes da oração de acordo com as relações de concordância ou de regência que existem entre as palavras –, com aquela que conforma a teoria geral da gramática francesa – estipulando que a construção é entendida como a disposição (o arranjo) das palavras na oração. Essa concepção da construção também leva em consideração a disposição das orações no discurso. Duarte serve-se, assim, não apenas do modelo da gramática latina, considerando sua universalidade implícita, mas também da generalidade assumida da teoria elaborada pela gramática geral francesa, retomando e adaptando ao português a distinção estabelecida por Du Marsais no artigo *Construction* (*Encyclopédie*, vol. IV, 1754, p. 73a).

*Syntaxe*, isto é, Composição, é a parte da Grammatica, que ensina a compor uma oração, segundo as relações que as palavras tem umas com as outras. Estas relações são ou de identidade e conveniencia, isto é, de Concordancia ; ou de determinação e dependencia, isto é, de Regencia.

A *Construcção*, isto é, a Collocação, ensina a pôr cada palavra e cada oração no logar, que lhe é destinado pelo uso da Lingua. (Duarte, 1829, p. 64)

---

<sup>300</sup> Na primeira edição, Duarte (1829, p.17-18) reconhece seis classes de palavras: o nome substantivo, o nome adjetivo, o verbo substantivo, a preposição, a conjunção e a interjeição. Os artigos, os pronomes e os participios são incluídos nos adjetivos. Na sexta edição (1877, p. 26), o gramático brasileiro suprime a interjeição, alegando que ela não é uma parte elementar da oração, mas que ela sozinha equivale a uma oração. Em seguida, ele considera apenas cinco partes da oração.

Como Barbosa (1822, p. 362), Duarte considera que a construção varia de acordo com o uso de cada língua. Para o gramático brasileiro, a disposição das palavras na oração e das orações no discurso, ou seja, sua ordem, visa à clareza da expressão, seja qual for a construção utilizada – direita, invertida ou transposta. Segundo Duarte (1829, p. 77), a ordem direta das palavras na proposição simples, por exemplo, obedece a uma regra geral: “primeiro está o sujeito, depois o verbo, e depois o attributo, como: A velhice é doença”. Trata-se, portanto, do modelo proposicional elaborado pela *GGR* (1767, p. 28 [1660]). Duarte (1829, p. 77-79) também considera outros modelos, como aquele formado por sujeito + verbo + complemento, por exemplo “Eneas matou a Turno”, ou ainda aquele formado por sujeito + complemento + verbo + complemento, por exemplo “os Lusos por herança valorosos, fôrão sempre fieis ao Throno e á Patria”. Esses outros modelos adotados por Duarte mostram que o gramático se concentra na análise gramatical sem se desprender completamente da análise lógica da proposição, o que se justifica pela natureza de sua obra, uma gramática filosófica que articula língua e razão.

Duarte também se interessa pela análise da proposição. Retomamos da edição original de sua gramática duas definições. A primeira estipula que a proposição é a *união* dos termos e a segunda, a enunciação dos termos:

1. Oração ou Proposição é a uniaõ de um attributo com um sujeito, como: *O homem é racional*. (Duarte, 1829, p. 18)
2. Oração ou Proposição é a enunciação de um attributo em um sujeito, como: *O vicio é detestável*. (*ibid.*, p. 64)

Na sexta edição, a concepção da proposição como enunciado prevalece, em detrimento da proposição entendida como a união de dois elementos. Assim, Duarte simplesmente acrescenta uma nota para a primeira definição e desenvolve a segunda:

1. *Oração* ou *Proposição* é a enunciação de um attributo em um sujeito, como *o homem é racional*. (1) [...] Proposição é um juízo enunciado. [...]. (Duarte, 1877, p. 26)
2. *Oração* ou *Proposição* é a enunciação de um attributo em um sujeito, isto é, um juizo enunciado, como: *O vicio é detestável*. (*ibid.*, p. 103)

Claramente, a concepção de proposição como o resultado linguístico do ato de julgar, herdada de Condillac (1775, I, p. 102-103), “une proposition est l’expression d’un

jugement”, prevalece sobre àquela de Port-Royal (1676, p. 28-29 [1660]), segundo a qual a proposição é um ato do julgamento, “le jugement que nous faisons des choses [...] s’appelle proposition”. Sobre o distanciamento entre a teoria de Port-Royal e a de Condillac, Raby (2018, p. 89) afirma que, de fato, “la proposition n’est plus l’image du jugement mais le résultat d’une analyse progressive de la pensée que le langage seul objective”. Essa concepção de Duarte está relacionada àquela de Barbosa (1822, p. 363), “*Oração, ou Proposição, ou Frase* [...] he qualquer juízo do entendimento, expressado com palavras”, que, por sua vez, se inspirou nas ideias de Condillac. As definições elaboradas por Duarte mostram que sua concepção se desenvolve em torno da noção de proposição e de seus constituintes, como o verbo. Na edição original (1829, p. 36), o gramático brasileiro concebe o verbo substantivo *ser* como aquele “que une o attributo da oração com o sujeito, e enuncia a coexistência de um em outro”. Na sexta edição (1877, p. 53), Duarte concebe que o verbo substantivo *ser* “serve de cópula ou nexa que une os termos da proposição, isto é, o attributo e o sujeito”. As diferenças entre as definições, a primeira vinculada às ideias de Condillac (1775, II, p. 117-118) e a segunda, à concepção lógica de Port-Royal, denotam o caráter eclético da gramática portuguesa. Convém notar que essas duas concepções aparecem na gramática de Barbosa (1822, p. 192-193), de quem Duarte as empresta: “qualquer proposição ou oração não he outra couza se não a enunciação da identidade e coexistencia de huma qualidade, ou attributo com hum sujeito”, e também “em havendo hum substantivo [...], hum adjectivo [...], e o verbo substantivo *Ser* para servir de nexa ou copula a hum e outro; está feita qualquer proposição”.

Além da proposição simples, Duarte também analisa a proposição complexa. O gramático brasileiro, servindo-se das ideias de Barbosa (1822, p. 364-367), não apenas analisa as proposições principais, subordinadas, bem como as parciais explicativas e restritivas, mas também retoma a noção de proposição parcial integrante do gramático português. Duarte conserva alguns pontos dessa doutrina de Barbosa (1822) e modifica outros. Em primeiro lugar, o autor abandona a expressão *proposição fatal* que Barbosa (1822, p. 366, 370) utiliza como sinônimo de *proposição total* e de *proposição principal*, porque essa expressão não corresponde à natureza dessa proposição, a saber, uma proposição com sentido completo. Em segundo lugar, Duarte (1829, p. 65) estabelece que a proposição subordinada não pertence à proposição principal, embora afirme que seu sentido é incompleto e que, portanto, depende dessa proposição. A

concepção de Duarte parece no mínimo confusa, porque a característica da proposição subordinada é pertencer à proposição principal, cujo significado ela desenvolve. Em terceiro lugar, o gramático brasileiro classifica as proposições parciais em explicativas, restritivas e integrantes, enquanto Barbosa (1822, p. 356) as classifica em incidentes e integrantes, e depois as proposições incidentes em explicativas e restritivas. Ao fazê-lo, Duarte abrevia a classificação das proposições parciais em sua gramática. No que concerne à proposição integrante, a definição elaborada por Duarte, em conformidade com àquela de Barbosa, repousa sobre o critério funcional semântico.

As [proposições] integrantes são aquellas, que acabão de inteirar e completar a significação ou activa, ou relativa de hum verbo antecedente, que demanda hum objecto ou hum termo, em que se empregue”. (Barbosa, 1822, p. 359).

*Proposição Integrante* é a que inteira e completa a significação transitiva<sup>301</sup> do verbo adjectivo, isto é, do attributo nelle incluído, como: *Desejo* ser virtuoso, *Dizem* que Francisco é sabio, *Espero* que venhas hoje”. (Duarte, 1829, p. 66)

Embora Barbosa e Duarte utilizem uma terminologia distinta, os dois autores consideram, nas definições apresentadas, a construção da classe dos verbos transitivos e a noção de complemento.

No que diz respeito à concordância e à regência, Duarte combina os termos tradicionais *concordância*, *conveniência* e *regência* com os termos utilizados na gramática geral francesa: *identidade*, *determinação* e *dependência*. Essa combinação denota a relação da doutrina do gramático brasileiro com, de um lado, o modelo da gramática latina e, do outro, a teoria da gramática geral elaborada pelos gramáticos franceses e adaptada ao português por Barbosa, no início do século XIX. Duarte (1829, p. 67) elabora uma definição de concordância que repousa sobre os critérios semântico-sintáticos. Ele considera a relação de identidade entre os termos da proposição e entre as proposições: “concordância é a união das palavras e proposições, que tem entre si relações de identidade e conveniencia”<sup>302</sup>. Essas relações constituem, portanto, o fundamento da concordância.

<sup>301</sup> Por significação transitiva, entende-se o sentido vago e impreciso que uma palavra pode ter.

<sup>302</sup> Na sexta edição, o gramático brasileiro (1877, p. 107) suprime o termo *identidade* de seu texto e afirma que a “*concordancia* é a união das palavras e proposições, que tem entre si relações de conveniencia”.

Em conformidade com Barbosa (1822, p. 372-377), Duarte trata da concordância entre os termos da proposição, bem como entre as proposições no enunciado. Para o acordo regular entre os termos da proposição, ele também elabora regras que concernem à concordância 1. do atributo com o sujeito e 2. do verbo com o sujeito. A primeira regra varia em função da natureza dos termos da proposição. Assim,

o Attributo concorda com o Sujeito, em razão do verbo, que é o nexa que une um com outro, como: *O temor de Deus é o principio da sabedoria*. Quando o Attributo é um appellativo, pôde em genero e numero ser differente do Sujeito, como: *O bom filho é as delicias de seu pai*.

Mas se o Attributo é um adjectivo, deve estar na terminação e numero, accomodado ao genero e numero do Sujeito; pela razão de que o adjectivo concorda com um substantivo em genero e numero, como: *Este cravo é formoso, Estas flores são cheirosas*. (Duarte, 1829, p. 67)

Essa regra difere daquela de Barbosa (1822, p. 372-373). De fato, o gramático português, ao tratar desse tipo de acordo, não menciona nem o verbo cópula ou nexa como um critério definidor do acordo entre o atributo e o sujeito, nem o acordo irregular do atributo com o sujeito quando o atributo é um nome apelativo. Apenas a última regra que trata do acordo do adjectivo em posição predicativa é retomada de Barbosa.

No que concerne ao acordo entre o adjectivo e o substantivo, Duarte distancia-se do gramático português. Ele concebe um acordo entre o adjectivo aposto e um substantivo subentendido.

se o Sujeito é nome próprio, o adjectivo não pôde concordar com elle, mas sim com um appellativo da classe, a que o Sujeito pertence, como: *Pedro é sabio, isto é, Pedro é homem sabio; O Brazil é vastissimo, isto é, O Brazil é um Imperio vastissimo*. (Duarte, 1829, p. 67)

Esse acordo não poderia ser justificado pela silepse, porque não apresenta uma concordância irregular. De fato, as palavras combinam e concordam entre si. Trata-se, então, apenas de um acordo regular entre um adjectivo aposto explícito e a ideia associada ao sujeito.

Duarte (1829, p. 67-68) também respeita a doutrina de Barbosa (1822, p. 372-373) para o acordo entre os termos da proposição, com o sujeito ou o atributo composto. Nesse tipo de acordo, a conjunção e o verbo, por sua identidade, marcam a relação

unindo as palavras, como no exemplo “*A fé, esperança, e caridade são virtudes theologaes*” e “*Deus é justo, sabio, poderoso, e perfeitoíssimo*”.

A segunda regra do acordo do verbo em número e em pessoa com o sujeito, como nos exemplos *O homem é racional* e *Os meninos brincão* (cf. Duarte, p.1829, p. 68), é a regra tradicional que caracteriza o modelo da gramática latina e que é fielmente retomada pelo gramático brasileiro. Note-se que essa regra também consta na gramática de Barbosa (1822, p. 373), corroborando a universalidade implícita desse modelo.

O acordo das proposições parciais explicativas e restritivas com as proposições totais também é oriundo da doutrina de Barbosa.

As proposições Parciaes Explicativas, e Restrictivas concordão com suas Totaes, por meio de algum dos demonstrativos conjunctivos *Que, Qual, Quem, Cujó*, e por sua posição immediata depois da palavra que ellas modificão, como: *O homem que é justo não usurpa o alheio*. (Duarte, 1829, p. 68)

Contrariamente a Barbosa (1822, p. 374-375), Duarte não utiliza o termo *proposição incidente* quando analisa o acordo das proposições parciais explicativas e restritivas. No entanto, a explicação apresentada pelo autor permanece a mesma. Trata-se de um acordo marcado não apenas pela posição imediata da proposição parcial em relação ao termo que ela explica ou restringe, mas também pela presença dos demonstrativos conjunctivos *que, qual, quem, cujo* e de suas variações no início dessas proposições. O termo “demonstrativo conjunctivo” também é retomado de Barbosa (1822, p. 360, 442), que por sua vez o toma de Beauzée (1767, I, p. 364-366).

Duarte também retoma de Barbosa o acordo da proposição integrante com um termo da proposição total, o que corrobora a produtividade da doutrina do gramático português. Segundo Duarte,

as Proposições Integrantes que tem o verbo no indicativo ou no subjunctivo, concordão tambem com suas Totaes pelo conjunctivo *Que*, ou por meio de outra conjuncção, e por sua posição immediata depois da palavra, cuja significação ellas inteirão e completão, como: *Dizem que a lua tem habitadores*.  
As proposições integrantes que tem o verbo no infinito impessoal<sup>303</sup>, concordão com suas totaes pela identidade de sujeito, como: *Desejo ser feliz*. Tendo porem o verbo no infinito pessoal,

---

<sup>303</sup> Ver nota 274.

concordão também com suas Totaes, porque são uma parte integrante dellas, como: *Julgo seres sabedor.* (Duarte, 1829, p. 67-68)

Duarte não apenas se serve da doutrina de Barbosa para tratar do acordo da proposição integrante com a proposição total, mas também ele ajusta essa doutrina à sua análise. Assim, o gramático brasileiro, em conformidade com as ideias de Barbosa, afirma que o acordo entre a proposição integrante, que apresenta um verbo no modo indicativo ou subjuntivo, e a proposição total é marcado tanto pelo uso do conjuntivo *que*, que introduz a proposição integrante, quanto pela posição imediata dessa proposição após o verbo adjetivo ou o atributo, cujo sentido ela completa. Duarte, que adapta as ideias de Barbosa à sua análise, afirma que a proposição integrante pode ser introduzida tanto pelo demonstrativo conjuntivo *que* quanto por uma conjunção. Ele distingue-se, assim, de seu congêneres português que estipula que a proposição integrante é introduzida apenas pelo conjuntivo *que*.

O acordo entre a proposição integrante, cujo verbo está no infinitivo impessoal, e a proposição total também é retomado de Barbosa. Nesse caso, o acordo é marcado pela identidade dos sujeitos das proposições, porque as duas proposições apresentam o mesmo sujeito. Duarte considera igualmente o acordo entre a proposição integrante, com o verbo no infinitivo pessoal, e a proposição total, embora os sujeitos que conformam essas proposições sejam diferentes. Esse acordo é justificado pelo fato de que a proposição integrante completa o sentido da proposição total.

Quanto ao acordo das proposições subordinadas com a proposição principal, ele é marcado pelas conjunções que as ligam. Assim,

as Proposições Totaes Subordinadas concordão com a Principal, por meio das conjuncções, as quaes dão além disto seu nome ás proposições em que estão, como: *A virtude é um bem precioso*, porque nos conduz á felicidade; *porque nos conduz* &c. é uma Proposição Causal, unida á Principal pela conjuncção *porque*. (Duarte, 1829, p. 68)

Como Barbosa (1822, p. 377), Duarte admite que as proposições subordinadas estão ligadas à proposição principal pelas conjunções e pelas frases conjuntivas. O gramático brasileiro, contudo, desenvolve as ideias de Barbosa ao elaborar uma classificação das proposições subordinadas em função da denominação das conjunções, como é o caso da proposição causal.



O acordo tradicional da proposição responsiva com a interrogativa também é retomado de Barbosa (1822, p. 377). Neste ponto, Duarte recupera não apenas a regra, mas também uma parte do exemplo dado pelo gramático português.

A Proposição Responsiva regular concorda com a Interrogativa em ter a mesma linguagem, e os mesmos complementos, ou relações, como: *Quem és tu? Sou Antonio; De quem é este livro? De Pedro; isto é, Este livro é de Pedro.* (Duarte, 1829, p. 69)

Esse acordo entre as proposições interrogativa e responsiva é justificado pela utilização da « mesma linguagem », ou seja, pela correspondência exata entre os termos das proposições, a saber, o acordo mútuo, a utilização dos verbos no mesmo tempo verbal e com os mesmos complementos<sup>304</sup>.

Na terceira parte da gramática, dedicada à sintaxe, o capítulo IV trata de regência regular<sup>305</sup>. Duarte, tributário das ideias de Barbosa (1822, p. 392), que afirma que “Reger quer dizer determinar, e demandar alguma couza”, utiliza o termo tradicional *regência* para analisar a relação de determinação entre as palavras na oração.

Reger é determinar e demandar alguma cousa. Somente o Verbo adjectivo, em razão do attributo, incluído nelle, o Adjectivo de significação transitiva, e a Preposição, regem outras palavras, porque as demandão e pedem depois do si. (Duarte, 1829, p. 71)

A definição dada por Duarte, em consonância com àquela de Barbosa, repousa sobre o critério semântico. Os verbos, portanto, requerem um objeto de acordo com o seu significado ativo, como no exemplo *Amo a virtude*; os adjetivos requerem um termo de acordo com o seu significado relativo, por exemplo *Util á pátria*; o verbo requer um objeto e um termo de acordo com o seu significado ativo e relativo simultâneo, por exemplo *Pede sabedoria a Deus*. As palavras com significado absoluto - *homem, livro, pedra* - não exigem nenhum outro termo para completar seu sentido. O verbo adjetivo, o adjetivo e a preposição são, portanto, as classes regentes, porque requerem outras palavras pospostas.

<sup>304</sup> Além do acordo regular que trata da correspondência exata entre os termos da proposição, Duarte (1829, p. 69-71), assim como Barbosa (1822, p. 378-384), também trata do acordo irregular justificado pela silepse, da qual não nos ocuparemos aqui.

<sup>305</sup> Em conformidade com Barbosa, Duarte também trata de regência irregular. O gramático justifica a falta de um dos termos da proposição, a saber, o sujeito, o verbo ou o atributo, ou um de seus complementos, pela elipse.

As palavras que completam o sentido de outras palavras são denominadas *complementos* (Duarte, 1829, p. 72). O critério semântico, retido para a definição de regência, também é utilizado para definir o complemento. Segundo Bouard (2008, p. 904), as noções de complemento e de regência estão relacionadas às representações da proposição e do estatuto do verbo na proposição. Com efeito, o desenvolvimento das teorias da gramática de Port-Royal (1676, p. 28-29 [1660]) em torno da proposição e do estatuto do verbo *ser* (*ibid.*, p. 95-97) levam à emergência da noção de complemento, à desconstrução do modelo tripartite da proposição de Port-Royal e à construção de verbos transitivos e intransitivos (Bouard, 2008, p. 907).

Vale notar que Duarte retoma de Barbosa, com algumas modificações, a noção de complemento. Diferentemente do gramático português (1822, p. 395), ele efetivamente não estabelece nenhuma correspondência entre os tipos de complemento e os casos latinos.

Os verbos que tem significação activa, devem ter um Complemento Objectivo; as palavras que tem significação relativa devem ter um Complemento Terminativo; os verbos que tem significação activa e relativa, devem ter dois Complementos, um Objectivo, e outro Terminativo. As palavras de significação absoluta são susceptíveis do Complemento ou Restrictivo, ou Circumstantial, e nestes casos as palavras de significação absoluta são regidas por seus Complementos, como: *Homem de juízo* ; a palavra *homem*, nada pede nem demanda, mas o complemento de *juízo* demanda o antecedente *Homem*, e porisso o está regendo. (Duarte, 1829, p. 72)

Os complementos são classificados em objetivo, terminativo, restritivo e circunstancial. De acordo com Duarte (1829, nota 21, p. 73), o complemento objetivo “não é outra coisa senão o complemento do atributo incluído no verbo, como: *Eu amo a virtude*, isto é, *Eu sou amante da virtude*”. O gramático brasileiro adota o modelo proposicional herdado de Port-Royal e acrescenta um complemento ao atributo. Convém notar que Duarte retoma a terminologia do modelo da gramática latina quando ele se refere, contrariamente a Barbosa, ao *verbo ativo* e não ao *verbo transitivo*. Ele permanece, portanto, vinculado a esse modelo, embora os fatos tratados se refiram aos desenvolvimentos da teoria da gramática geral. O complemento terminativo que completa o sentido de uma palavra, cujo sentido é relativo, é introduzido por uma preposição, como em *Ser útil á Patria* e *Venho de casa*. Essa preposição é o sinal que marca esse tipo de complemento. O complemento restritivo, por sua vez, é introduzido

pela preposição de. Ele completa o sentido de um nome apelativo, cujo sentido é absoluto, como em *Livro de Pedro*. Enfim, o complemento circunstancial completa o sentido de um verbo ou de um adjetivo, cuja significação é absoluta, e que dispensa qualquer complemento, como em *Pedro morreu em Agosto, por falta de tratamento, e á pura necessidade, com grande mágoa de seus amigos*. De acordo com Barbosa (1822, p. 401-402), Duarte (1829, p. 74) afirma que o complemento circunstancial é regido por uma preposição. Esses complementos são caracterizados pelas circunstâncias que eles indicam: modo, tempo, lugar, preço, causa, companhia, etc.

A edição original da gramática de Duarte caracteriza-se, portanto, pelo aproveitamento e aplicação, tanto nas concepções de gramática, de língua e de linguagem, quanto no tratamento da sintaxe, dos princípios que conformam a gramática geral francesa nos séculos XVII e XVIII, assim como a gramática filosófica portuguesa no século XIX. Dessa forma, Duarte distancia-se do modelo da gramática latina sobre o qual foi construída a gramática de Fortes, publicada em 1816. No entanto, o gramático brasileiro conserva parcialmente esse modelo para analisar a sintaxe. Quando ele distingue, por exemplo, a sintaxe da construção, ele junta à noção filosófica de construção, ou seja, a ordem das palavras no enunciado, a noção tradicional herdada da gramática latina, a saber, a sintaxe compreendida como uma composição das partes na oração. Em sua análise da sintaxe, Duarte também utiliza o par tradicional concordância e regência. Entretanto, ele defende a relação semântico-sintática entre as palavras e não a relação morfológica. Sobre a concordância, o autor a concebe como um acordo não apenas entre as palavras na proposição, mas também entre as proposições no discurso. A propósito da regência, ele usa a noção de complemento para examinar as relações de dependência. Quanto à análise proposicional, Duarte examina a proposição simples assim como as proposições complexas: principal, subordinada e incidentes (restritiva e explicativa). O autor aborda igualmente a proposição integrante, herdada de Barbosa (1822), no entanto, sua classificação é diferente. O gramático brasileiro reúne no quadro das proposições parciais as proposições explicativas, restritivas e integrantes, enquanto o gramático português as coloca em nichos diferentes: de um lado, as proposições incidentes (restritivas, explicativas) e, do outro, as proposições integrantes. As concepções de Duarte sobre a sintaxe revelam que o autor não se contenta em adotar o modelo herdado da gramática latina ou as teorias da gramática geral e filosófica. Ele traz uma reflexão real e adapta essas ideias à sua análise da língua portuguesa.

Claramente, a gramática de Duarte manifesta tanto a *universalidade implícita* do modelo da gramática latina, que, embora não expressamente enunciada, é observável através da transferência desse modelo, quanto a *generalidade assumida*, ou seja, explicitamente reconhecida, que caracteriza as teorias da gramática geral e filosófica.

## Conclusão

Na introdução deste estudo, anunciamos que o objetivo geral desta tese era dar conta dos fundamentos epistemológicos da sintaxe portuguesa, nomeadamente o modelo gramatical greco-latino e a teoria da gramática geral francesa, considerando a universalidade do primeiro modelo e a generalidade do segundo. Para isso, foi necessário apresentar primeiro as noções de universalidade e de generalidade, concebidas no longo termo, da Antiguidade greco-latina ao século XVIII. Uma vez esclarecidas as características dessas noções, verificamos o conceito de sintaxe em gramáticas latinas e francesas, que constituem a base teórica das gramáticas portuguesas e brasileiras. Por fim, analisamos as gramáticas portuguesas e brasileiras de nosso *corpus*, examinando seu horizonte de retrospectão. Especificamente, estudamos as descrições de alguns aspectos da sintaxe, a saber, a concordância e a regência. Esse exame permitiu-nos avaliar o ponto de vista dos autores à luz das tradições gramaticais portuguesa e brasileira, e verificar a presença, em nosso *corpus*, de noções pertencentes à tradição greco-latina e à gramática geral francesa. Além disso, considerando esses dois possíveis modelos de análise gramatical, foi necessário determinar, por um lado, como eles se refletiam na análise da língua portuguesa e, por outro, se a interpretação dos fatos da língua portuguesa deu origem a inovações, ou se a incorporação desses modelos permitiu aos gramáticos formular novas regras de uso.

Nossa hipótese de partida postula que as noções de universalidade e de generalidade são distintas. A universalidade refere-se ao quadro da gramática greco-latina utilizado para a gramatização das línguas no Ocidente, enquanto a generalidade diz respeito às teorias desenvolvidas na gramática geral francesa a partir da *Grammaire générale et raisonnée* (1660). Nossa pesquisa mostrou que a universalidade é uma noção implícita. Os gramáticos não evocam explicitamente a universalidade do modelo greco-latino, todavia suas descrições das línguas modernas a partir do Renascimento trazem as marcas de sua aplicação. A generalidade, por sua vez, é assumida, ou seja, ela é explicitamente reconhecida pelos gramáticos. No entanto, essa noção não se caracteriza apenas pelas teorias elaboradas e desenvolvidas a partir da Gramática de Port-Royal (1660), como pensamos *a priori*. Ela refere-se também ao método de generalização utilizado pelos *Messieurs* de Port-Royal e pelos gramáticos enciclopedistas, com o objetivo de apresentar as regularidades comuns ao maior número

possível de línguas. A construção dessa generalidade é, então, baseada no modelo da gramática latina, porque é a gramática latina que fornece o quadro para a análise dos fatos linguísticos.

À guisa de conclusão, voltamos aos pontos essenciais identificados por cada capítulo, especificando suas ligações, com o objetivo de avaliar o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Para estudar os problemas propostos, a saber: 1. as noções de universalidade e generalidade; 2. as concepções sintáticas em gramáticas latinas e francesas; 3. o desenvolvimento de alguns aspectos da sintaxe em gramáticas portuguesas e brasileiras, na longa duração do tempo, nossa reflexão baseia-se em um “corpus representativo” (Colombat, 1998) e inscreve-se no quadro metodológico da “história serial” (Auroux, 2008), sendo a história apreendida como uma questão de dimensões e de relações entre essas dimensões (Auroux, 2006).

O primeiro capítulo trata, então, da distinção entre as noções de universalidade e de generalidade, no longo termo, a saber, da Antiguidade ao século XVIII. Ele visa a dar um panorama da constituição dessas noções na tradição ocidental, verificando sua aplicação e seu desenvolvimento. Inicialmente, direcionamos a noção de universalidade para o latim, o que nos levou a refletir sobre as seguintes questões: 1. A universalidade do latim é atestada desde o início da expansão do Império Romano? 2. Qual é a relação entre o estatuto do grego e do latim? Para examinar o estatuto do latim, foi necessário verificar previamente o estatuto do grego, visto que os romanos adotaram a cultura grega em suas mais diferentes manifestações, especialmente na linguística, e fizeram dela um componente fundamental de sua identidade. Portanto, no que diz respeito à manifestação linguística, lidamos primeiro com o grego, depois com o latim.

Durante a Antiguidade, mais precisamente na tradição ocidental, a noção de universalidade é associada à *koinè* grega. O desenvolvimento e o prestígio da *koinè* no mundo helênico, como a língua oficial da administração e da cultura, como língua gramatizada falada em todo o domínio grego, conferiu-lhe o *status* de língua universal. No entanto, no que diz respeito aos dialetos gregos existentes concomitantemente à *koinè*, bem como às outras línguas que não interessavam aos gregos, essa concepção é questionada. O fato de a *koinè* apresentar-se como uma língua comum supõe que houve uma reunião anterior: sua universalidade não foi, portanto, imediatamente estabelecida.

O latim, por sua vez, por sua relação com o grego, não partilha *a priori* o *status* de língua universal. A noção de *utraque lingua*, “uma e outra língua”, representa o bilinguismo greco-latino praticado pela elite romana em todos os domínios do conhecimento. Essa expressão revela o aspecto dual da cultura clássica, que é constituída pelo conhecimento e pela análise do grego e do latim, bem como pelo afastamento dessas duas línguas das demais. L’*utraque lingua* é, então, apresentada como o ponto de equilíbrio entre as línguas grega e latina que, equiparadas, são colocadas no mesmo nível. Logo, a universalidade do latim não é atestada desde o início da expansão do Império Romano, porque o latim está ligado ao grego. Assim sendo, a existência do bilinguismo greco-latino não permite afirmar que o latim é a única língua falada em todo o território romano, ao contrário da *koinè* grega no mundo helênico. Portanto, o grego e o latim compartilham o mesmo estatuto de língua de prestígio em relação às outras línguas.

Por outro lado, o latim, tomado separadamente, utilizado como língua materna até o século V, continuou a ser a língua da administração, da ciência, da religião e das artes durante a Idade Média. No Renascimento, não obstante o fortalecimento dos vernáculos, o latim permaneceu a língua da cultura científica e religiosa, sendo ainda utilizado como a língua da ciência no século XVIII. Consequentemente, entendendo o latim como um meio de expressão e de comunicação, como a língua oficial imposta pelo Império Romano utilizada em todo o território dominado por Roma, depois como a língua da igreja e das universidades na Idade Média ou como uma língua científica utilizada até o século XVIII, e mesmo no século XIX - na França, por exemplo, as teses ainda sendo escritas em latim -, ele pode usufruir do *status* de língua universal por seu caráter unificador. De fato, o latim caracterizou o pensamento no tempo e no espaço, de diferentes modos, e promoveu a comunicação entre pessoas de vários países, bem como a circulação de ideias.

Durante a alta Idade Média, especificamente no contexto filosófico, a questão da universalidade está ligada à querela dos universais, ou seja, dos predicados gerais<sup>306</sup> utilizados na construção de proposições e argumentos. Até ao século XII, essa querela está subordinada às ideias de Porfírio e de Boécio sobre a natureza de dois universais

---

<sup>306</sup> As vozes ou os predicados gerais referidos por Aristóteles, no livro V do *Organon* (Tópicos, livro I, 4, 101b), são quatro: *o próprio*, *a definição*, *o gênero* e *o acidente*. Porfírio muda esta lista, subtraindo a *definição* e adicionando a *espécie* e a *diferença*. Consequentemente, já não são quatro, mas cinco predicáveis (cf. Leite Júnior, 2001, p. 16).

em particular, a saber, o gênero e da espécie (eles são realidades em si mesmas ou apenas concepções do intelecto?). Essas ideias são baseadas nas concepções de Platão e de Aristóteles. Enquanto para Platão o universal tem uma existência real e separada das coisas sensíveis, para Aristóteles, o universal é um conceito da mente que se fundamenta nas coisas (Libera, 1996, p. 36-37; Leite Junior, 2001, p. 18-19). No final da Idade Média, especificamente no século XIII, a noção de universalidade é marcada pela oposição entre o realismo e o nominalismo. Enquanto os realistas afirmam a existência de universais nas coisas, os nominalistas reconhecem apenas a existência das palavras universais. Por pragmatismo, os gramáticos modistas não abordam a questão dos universais, pois esse tema não contribuiu para o desenvolvimento dos estudos gramaticais. No início do século XIV, mais precisamente na gramática especulativa de Thomas de Erfurt (ca 1300-1310), a noção de universalidade está ligada aos três seguintes pontos: 1. à concepção da gramática como ciência universal; 2. à elaboração de uma teoria da linguagem que os modistas consideravam universal, a saber, a teoria dos modos de significar e 3. à universalidade do latim como língua de erudição.

No Renascimento, o fenômeno da gramatização (Auroux 1992) das línguas vernáculas europeias aproxima a noção de *universalidade* da gramática, vinculando-a ao modelo gramatical greco-latino. No entanto, na *Grammaire générale et raisonnée* (1660), essa noção se configura de outro modo, sendo concebida paralelamente à noção de generalidade. Isso posto, é necessário determinar por que, como e em que contexto essas noções de universalidade e generalidade aparecem nas gramáticas e se elas são implícitas ou explícitas.

No contexto da gramatização das línguas no Ocidente, a partir do Renascimento, manifesta-se a universalidade implícita do modelo gramatical latino. De fato, esse modelo nascido da tradição greco-latina é aplicado na descrição dessas línguas. A universalidade implícita desse modelo justifica-se, porque os gramáticos estendem às línguas vernáculas, sem declará-lo expressamente, o aparato conceitual e terminológico desenvolvido para o latim. No entanto, não nos referimos aqui à exaustividade denotada pelo termo *universal*, já que o quadro greco-latino não é utilizado globalmente por todas as línguas, e a transferência desse modelo só ocorre a partir do Renascimento. Na verdade, referimo-nos ao seu caráter unificador, uma vez que o fundo greco-latino provocou uma certa uniformidade nas descrições, não obstante as adaptações, modificações e inovações.



Diante da gramatização dos vernáculos e da emergência da questão da diversidade das línguas e de seu domínio, as gramáticas gerais são concebidas com o objetivo de servir de introdução às gramáticas dessas línguas (cf. Auroux, 2009, p. 46-47). Entre as gramáticas gerais elaboradas<sup>307</sup>, a *Grammaire générale et raisonnée* (1660), baseada em princípios lógicos, também cumpre esse papel. Nela, a noção de generalidade aparece ao lado da noção de universalidade. Na verdade, essas noções não se confundem na *GGR*, embora os *Messieurs* não as distingam explicitamente. Enquanto a generalidade é construída sobre a “matrice romane” (Raby e Fournier, 2013, p. 1), a universalidade baseia-se na análise das operações mentais: conceber, julgar e raciocinar que norteiam a formação do discurso. Para a generalidade, os *Messieurs* de Port-Royal reconhecem na *GGR* alguns fenômenos linguísticos comuns às línguas que compõem seu quadro de análise. A concepção dos *Messieurs* baseia-se, portanto, em um método de generalização dos fatos linguísticos constatados empiricamente. Para a universalidade, postulamos o princípio de que existe alguma coisa absolutamente universal, como a relação entre a razão e a linguagem, que se materializa na proposição lógica, e a noção de *palavra*, concebida como um signo que serve para exprimir nossos pensamentos. A distinção entre generalidade e universalidade na *GGR* caracteriza-se, então, por seu estatuto: há generalidade na medida em que há uma generalização dos fatos constatados empiricamente e há universalidade quando um princípio é caracterizado por sua natureza absolutamente universal.

Diferentemente dos *Messieurs* de Port-Royal, Du Marsais utiliza os termos *universal* e *geral*. No entanto, ele não os especializa e os considera como sinônimos: “*Tout, chaque, nul, aucun, sont donc la marque de la généralité ou universalité des propositions*”<sup>308</sup>. Na verdade, o gramático parece não se importar em distingui-los e os dois termos lhe convêm, então, para evocar a totalidade das coisas. Dessa forma, o que é universal e o que é geral são analisados do ponto de vista lógico-filosófico, pois essa concepção lhe permite explicar melhor as relações entre as ideias. Quando Du Marsais afirma que “si celui qui parle donne un sens universel au sujet de sa proposition, c'est-à-dire s'il applique quelque qualificatif à tous les individus d'une espece, alors l'étendue de la proposition est universelle, ou, ce qui est la même chose, la proposition est

---

<sup>307</sup> Ver nota 98.

<sup>308</sup> Du Marsais (*Article, Encyclopédie*, vol. I, 1751, p. 730).

universelle”<sup>309</sup>, ele recorre à Lógica, estabelecendo uma ligação entre o sentido universal dos termos da proposição e sua extensão universal. Da mesma forma, ele apresenta uma hierarquia dos termos evocando a árvore de Porfírio: “on peut se faire un ordre selon lequel on descend du plus général au moins général, suivant les différences que l’on observe dans les divers individus compris dans les idées générales”<sup>310</sup>. Note-se que Du Marsais retoma nos artigos da *Encyclopédie* a reflexão sobre a generalidade desenvolvida pelos Messieurs de Port-Royal. No artigo *Construction* (1754, vol. IV, p. 74), por exemplo, ele revela que a ordem sucessiva das relações de modificação ou de determinação entre as palavras é a mesma em todas as línguas. Du Marsais também evoca, nos *Veritables principes de la grammaire* (1729, p. 2-3), o uso do latim como a língua comum falada no século XVIII na Europa pelos intelectuais e, assim, atesta sua universalidade como língua da ciência.

Beauzée utiliza os termos *universal* e *geral*. No entanto, contrariamente a Du Marsais, esses termos são parcialmente dissociados da lógica e associados à gramática, sendo justificados pelo critério da necessidade. Esta posição pode ser explicada pela evolução mesma da gramática geral que tende a privilegiar o ponto de vista linguístico em detrimento do ponto de vista lógico. Por exemplo, quando ele concebe o uso do verbo substantivo caracterizado pela ideia de existência intelectual como “universel & commun à toutes les langues connues & cultivées”<sup>311</sup> ou ainda quando se refere à “définition générale du verbe” como “des mots qui expriment des êtres indéterminés, en les désignant par l’idée précise de l’existence intellectuelle avec relation à un attribut”<sup>312</sup>. Se os termos universal e geral não estão ainda especializados na *Grammaire général* (1767), Beauzée os especifica no artigo *Général, universel* (1784, t. 2, p. 146) da *Encyclopédie méthodique*. O geral é, então, concebido como algo comum a muitos e o universal como algo que, visando a exaustividade, se estende a tudo. A reflexão de Beauzée sobre a generalidade dos fenômenos linguísticos alcança uma extensão importante, porque o gramático trabalha com um número significativo de línguas: o francês, o latim, o alemão, o inglês, o basco, o caldaico, o chinês, o espanhol, o grego, o hebraico, o italiano, o lapão, o peruano, o samaritano, o sueco. Seu método empírico

---

<sup>309</sup> *Ibid.*, p. 729.

<sup>310</sup> *Ibid.*, p. 728.

<sup>311</sup> Cf. Beauzée (1767, vol. I, p. 411).

<sup>312</sup> *Ibid.*, p. 402.

repousa, então, sobre a análise comparativa dos dados fornecidos por essas línguas com uma predominância do francês e do latim (Chevalier, 1996, p. 85-86).

Enfim, Condillac não utiliza o termo *universal*, mas o termo *geral* e seus correlatos para tratar dos problemas relacionados à linguagem em sua *Grammaire* (1775). Assim, na primeira parte da gramática, especificamente nas *Leçons préliminaires* (1775, p. 71-77), a noção de generalidade pode ser vinculada à noção medieval da relação entre o *gênero* e a *espécie*. O gramático serve-se deste tipo de classificação para indicar como as ideias devem ser organizadas, indo da espécie ao gênero ou voltando do gênero à espécie. Assim, partindo do pressuposto de que as ideias podem ser *singulares*, *particulares* ou *gerais*, o gramático apresenta a classificação *Pierre*, *homme* e *animal*, o primeiro termo representando o indivíduo; o segundo, a espécie; e o terceiro, o gênero. Trata-se, portanto, de um tipo de distribuição em classes subordinadas que permite organizar as ideias e, conseqüentemente, a sua expressão. A noção de generalidade também pode ser vinculada às *operações da alma*, que são por natureza universais: atenção, comparação, julgamento, reflexão, imaginação, raciocínio, compreensão, desejo, vontade e capacidade de pensar. Na linha do *Messieurs* de Port-Royal que concebem três operações mentais – a concepção, o julgamento e o raciocínio –, Condillac (1775, p. 79-96) apresenta dez, caracterizadas por sua universalidade, já que todas concernem a todos os seres humanos. Dessas operações, a mais geral é a faculdade de pensar, porque ela compreende todas as outras. Além disso, todas estão ligadas ao pensamento, que é universal, tendo em comum o fato de serem estimuladas pelos sentidos, que também são universais. O gramático refere ainda a “*langage d’action*”, ou seja, os gestos, os movimentos faciais e os sons inarticulados que também são universais, sendo utilizados para comunicar os nossos pensamentos. A “*langage d’action*” decorre tanto das sensações quanto das representações mentais. Finalmente, o gramático concebe quatro classes gerais, comuns a todas as línguas, como suficientes para análise do pensamento (substantivo, adjetivo, preposição e verbo substantivo). As outras classes são decorrentes dessas. As análises de Condillac encontram seu fundamento em uma abordagem sensualista, já que tem os sentidos como fonte de conhecimento.

Diante dessas considerações, importa sublinhar dois pontos essenciais. Em primeiro lugar, tendo em conta a nossa hipótese de partida, que associa a universalidade ao modelo da gramática latina e a generalidade aos desenvolvimentos teóricos da

gramática geral francesa, observamos uma universalidade implícita do modelo da gramática latina e uma generalidade assumida da gramática geral, porque explicitamente reconhecida pelos autores. Em seguida, notamos que essas noções variam durante cada período em função do objeto de estudo, do objetivo do autor, e da teoria utilizada para analisar o objeto.

O segundo capítulo de nossa tese analisa, na longa duração do tempo, o conceito de sintaxe em gramáticas latinas e francesas, a fim de mostrar que seu desenvolvimento que serviu de base epistemológica para a elaboração das gramáticas portuguesas e brasileiras. No mundo grego, o estudo da sintaxe começou no século II d.C. com o tratado *Peri Suntaxeōs* (*Sur la syntaxe*) de Apolônio Díscolo. A sintaxe concerne principalmente à formação de sintagmas ou de frases mediante a junção de palavras. O gramático alexandrino interessa-se pela completude, pela ordem das palavras na frase e pela congruência das palavras na construção. Segundo a tradição filosófica, a frase completa é composta por um nome e um verbo, essas partes sendo consideradas como essenciais. Ao nome e ao verbo, o gramático alexandrino acrescenta as partes acessórias formadas pelas outras partes do discurso. A ordem estabelecida é, então, a seguinte: primeiro o nome, depois o verbo, enfim as outras partes da frase. No entanto, a sintaxe de Apolônio repousa principalmente sobre a análise da *katallêlotês* (congruência). Essa noção central na teoria de Apolônio é polissêmica. De um lado, ela revela a congruência por convergência, a saber, o acordo no nível dos significados e dos significantes, esses últimos sendo marcados pela congruência dos acidentes em gênero, em número e em caso, refletindo a homogeneidade semântica no plano da expressão. De outro, essa noção também funda a construção dos verbos transitivos com os casos, que serão tratados posteriormente como sintaxe de regência. Assim, a congruência por transição, então marcada por esse tipo de construção, revela o fenômeno da complementaridade (Lallot, 1999, p. 156).

Prisciano, inspirado em Apolônio, elabora um tratado da sintaxe latina no século VI. Para designar as relações entre as palavras, o gramático de Constantinopla traduz o termo grego *suntaxis* por *constructio*. Ele retoma de Apolônio 1. a noção de enunciado completo composto de um nome e um verbo, 2. a questão da ordem das palavras na frase, uma ordem fixa, que o autor justifica pela natureza de cada uma das partes e 3. a concepção sobre a congruência entre as palavras. Para designar o fenômeno do acordo, o autor emprega, em substituição ao termo grego *katallêlotês*, cujo sentido é mais

abrangente, o termo *consequentia*. Esse termo, que repousa sobre a identidade referencial existente entre as palavras, concerne aos acidentes de gênero, de número, de caso e de pessoa que afetam as partes do discurso. No entanto, o termo *consequentia* não abrange o fenômeno de complementaridade. Esse fenômeno tratado por Prisciano em termos de transitividade é concebido como a passagem de uma pessoa à outra por meio do processo expresso pelo verbo, que, sendo transitivo, exige um caso para completar seu sentido.

No Renascimento, Nebrija trata desses fenômenos sintáticos tanto em sua gramática latina quanto em sua gramática do vernáculo. Diferentemente dos gramáticos antigos, Nebrija distingue sintaxe, construção e enunciado nas *Introductiones Latinae* (1481), mas essa distinção não é retomada na *Gramática castellana* (1492), onde ele retém o termo grego sintaxe para designar a junção e a ordem das palavras na frase. O tratamento da sintaxe difere nas duas gramáticas. Enquanto na gramática latina, Nebrija apresenta uma divisão da construção em transitiva e intransitiva, na gramática castelhana, a divisão é feita em termos de acordo e de construção dos verbos com os casos. Nebrija estabelece uma analogia entre o latim e o espanhol e concebe os fenômenos do acordo como naturais, porque todas as línguas os admitem. Quanto aos fenômenos relativos à construção dos verbos com os casos, eles divergem de uma língua para outra, porque cada língua tem suas regras sobre a ordem e o acordo dessas partes. O problema da ordem das palavras também é evocado na gramática castelhana, ainda que não seja desenvolvido ou exposto em termos de categoria: “uma ordem natural e conforme a razão”.

A *Minerva* (1587) é um tratado sobre a sintaxe latina. Nessa obra, a sintaxe em analogia com o enunciado é concebida como o fim da gramática. Com isso, Sanctius visa a identificar os princípios gerais para a construção da frase completa. Esses princípios concernem a construção da *oratio perfecta* e a divisão da sintaxe em acordo e regência. A *oratio perfecta* é uma oração completa do ponto de vista semântico e bem construída do ponto de vista gramatical, formada de nome, verbo e partículas. A sintaxe de acordo é desenvolvida em torno das três regras gerais: o acordo do adjetivo com o nome, o acordo do nome com o verbo e acordo do relativo com o antecedente. A sintaxe de regência, enfim, é organizada em torno dos casos latinos. Arnauld e Lancelot retomam, na *Gammaire générale et raisonnée*, essa divisão da sintaxe.

Nessa obra (1676, p. 153), sintaxe e construção são concebidas como sinônimos. A sintaxe, definida como a “*construction de mots ensemble*”, é dividida em *convenance* e *régime*. Como o projeto dessa gramática consistia em apresentar as regularidades comuns às línguas que constituíam seu corpus de análise, a *convenance* é concebida como idêntica em todas essas línguas. De fato, a concordância “*est une suite naturelle de ce qui est en usage presque partout, pour mieux distinguer le discours*” (GGR, 1676, II, p. 153). O elemento natural é, portanto, retido pelos *Messieurs* como o principal critério para considerar a generalidade desse fenômeno. A regência, por sua vez, é arbitrária porque segue as regras estabelecidas por cada língua. Arelado a esse projeto de construção da generalidade, os *Messieurs* também elaboram um princípio geral válido para todas as línguas, a saber, a teoria da proposição.

Du Marsais desenvolve as ideias elaboradas na *GGR* e aborda as relações sintáticas do ponto de vista lógico-semântico. Entre as principais contribuições de Du Marsais destaca-se a distinção entre sintaxe e construção. De um lado, a sintaxe ocupa-se dos signos das relações entre as palavras, do outro, a construção refere-se à combinação e ordem das palavras na frase. No domínio da sintaxe, Du Marsais substitui o par *convenance* e *régime* por *identité* e *détermination*, porque esse lhe permite ultrapassar o quadro formal que restringia aquele par. A relação de identidade é concebida como o fundamento da concordância e a relação de determinação, como o fundamento da regência. O gramático também introduz a noção de complementação verbal, que será retomada no artigo *Complément* elaborado por Beauzée na *Encyclopédie Méthodique* (1782, t. 1). Para a proposição, Du Marsais desenvolve a análise dos *Messieurs* de Port-Royal e distingue a proposição lógica da proposição gramatical. Com isso, ele lança as bases de uma análise gramatical da proposição. A proposição pode ser, então, absoluta ou relativa, explicativa ou determinativa, principal ou incidente, explícita ou implícita. Du Marsais também trata do problema da ordem das palavras na frase. A ordem natural das palavras corresponde à ordem das ideias que é a mesma para todos os homens.

Beauzée especializa o trabalho de seus predecessores. Ele reduz a classificação da concordância a duas regras gerais: o acordo do adjetivo com o nome e o acordo do verbo pessoal com o sujeito. A concordância estabelecida entre as ideias expressas pelos termos é marcada por leis gerais caracterizadas pela relação necessária de identidade que existe entre os termos. A concordância é, então, concebida como a marca que

evidencia a dependência entre os termos e a relação de identidade é o fundamento dessa dependência. A regência, por sua vez, é suplantada pelo complemento, que é designado como “uma adição feita a [uma] palavra, a fim de mudar ou de completar a sua significação” (Beauzée, vol. II, 1767, p. 44). Com essa substituição, Beauzée afasta-se do modelo da tradição latina e confere ao complemento um sentido gramatical mais abrangente. Sobre a proposição, Beauzée trata de proposição simples e composta; complexa e incompleta; principal e incidente. Ele modifica a noção de proposição incidente, definida por Du Marsais como “celle qui se trouve entre le sujet personnel & l'attribut d'une autre Proposition”. Beauzée considera que a proposição incidente não se insere entre os termos da proposição principal, mas se relaciona com um desses termos. Ela é “une Proposition partielle liée à un mot dont elle développe la compréhension ou dont elle restreint l'étendue” (1767, t. 2, p. 24), explicando-a ou restringindo-a. Essa concepção o leva a dividir a proposição incidente em explicativa e determinativa. Beauzée também evoca o problema da ordem das palavras. Segundo o autor, a gramática geral considera apenas a ordem analítica e natural.

Enfim, Condillac trata apenas do fenômeno do acordo do adjetivo com o substantivo. Ele não analisa o fenômeno da regência nem retoma a distinção entre identidade e determinação. Ele também não evoca o complemento, mas emprega o termo *accessoires* para designar o que acompanha o verbo, a saber, o objeto. Para a proposição, Condillac mantém o modelo tripartite, formado por sujeito, verbo e atributo; um modelo herdado de Port-Royal e representado pela proposição *Corneille est poëte*, o verbo podendo ser decomposto. Ele também trata de proposição complexa e classifica as proposições em principais, incidentes e subordinadas, a proposição subordinada sendo sua principal contribuição. A proposição incidente distingue-se da subordinada, entre outros, por sua função semântica: enquanto a proposição incidente modifica um termo da proposição principal, a proposição subordinada desenvolve a proposição principal. Condillac analisa igualmente o problema da ordem das palavras. Diferentemente de Du Marsais que considera a existência de uma ordem natural fixa das palavras, expressão da razão, Condillac concebe como natural a existência de construções diretas e inversas, porque todas são necessárias e utilizadas em todas as línguas.

No que concerne à distinção entre a universalidade implícita do modelo latino e a generalidade assumida que conforma as gramáticas francesas, observamos que o

modelo latino se revela, na *GGR* (1660), na analogia entre a sintaxe e a construção, bem como na divisão da sintaxe em *convenance* e *régime*. Quanto ao aporte teórico da gramática geral, que configura a generalidade assumida, os estudos sintáticos são caracterizados na *GGR* (1660) pela análise da proposição lógica. Em Du Marsais, esses estudos são marcados 1. pela distinção entre sintaxe e construção; 2. pelo desenvolvimento da análise lógica da proposição para a análise gramatical; 3. pela substituição do par *convenance/régime* por *identidade* e *determinação*; 4. pela concepção da noção de complemento. Em Beauzée, a sintaxe é caracterizada pela especialização e desenvolvimento dos estudos gramaticais anteriores, entre outros a redução das regras gerais de concordância a duas principais (aquela do adjetivo com o nome e aquela do verbo pessoal com o sujeito); a noção de *complemento* (para o qual ele redige um artigo na *Encyclopédie méthodique* (1782, t. 1, p. 441-447) que substitui a noção de *régime*; a extensão da noção de proposição incidente, englobando outros tipos de ligação proposicional, com exceção do período, cujas partes não são integrantes, mas ligadas umas às outras. Enfim, em Condillac, o tratamento da sintaxe é caracterizado pelo desenvolvimento da noção de oração subordinada. Quanto ao problema da ordem das palavras na frase, ele é evocado tanto nas gramáticas antigas quanto nas modernas, configurando-se como um problema que marca os estudos gramaticais na longa duração do tempo.

O terceiro capítulo de nossa tese analisa as descrições dos fenômenos sintáticos de concordância e de regência em gramáticas portuguesas do século XVI ao XIX e em gramáticas brasileiras do século XIX. Considerando as possíveis análises gramaticais, a saber, os modelos da gramática latina e da gramática geral francesa, nosso objetivo foi determinar como elas se refletiam na análise da língua portuguesa, para a questão da concordância e da regência, e verificar se a interpretação desses fatos de língua portuguesa deu origem a uma inovação ou se a incorporação desses modelos permitiu aos gramáticos formular novas regras de uso.

No primeiro momento, interessamo-nos pelo fenômeno da “gramática latina estendida” (Auroux, 2009) para verificar a extensão da aplicação do modelo greco-latino ao português. No século XVI, João de Barros erige sua *Grammatica da lingua portuguesa* (1540) sobre o modelo da gramática latina. Ele aplica o aparelho conceitual e terminológico elaborado para o latim na descrição do português, evocando explicitamente a filiação latina. Embora as primeiras gramáticas vernaculares europeias,



como a tradição francesa, estudem mais as partes da oração do que a sintaxe, as gramáticas portuguesas, por outro lado, consideram seu estudo e dedicam uma parte a ela. Assim, na esteira da gramática latina, Barros retoma a analogia entre os termos sintaxe e construção, analogia que perdura em Portugal até o século XIX. De fato, essa analogia é mantida de Barros (1540) a Melo (1818). Roboredo (1619) e Fonseca (1799) não satisfeitos com a terminologia tradicional, utilizam outros termos. Roboredo utiliza o termo *composição*, presente em algumas definições de sintaxe em gramáticas latinas do Renascimento<sup>313</sup>, para designar a sintaxe da língua portuguesa. Esse termo é concebido e referido pelo autor como análogo ao grego *sintaxe* e ao latino *construção*. Do mesmo modo, Fonseca adiciona o termo *ordem* ao par tradicional. Esse termo, evocado em gramáticas latinas do Renascimento<sup>314</sup>, também é concebido como sinônimo de sintaxe e construção. Essa correspondência é ainda um resquício da concepção humanista latina, que apresentava definições semelhantes para a construção e o enunciado (*oratio*), construída em torno da ideia de combinação das palavras. Também remonta ao fato de Prisciano não apresentar uma definição específica para a construção. Souza (1804) e Melo (1818) mantêm a analogia entre sintaxe e construção, embora conheçam a distinção estabelecida por Du Marsais na gramática francesa. Barbosa (1822), por sua vez, é o único aplicar essa distinção na sintaxe portuguesa, como se verá adiante.

Além da analogia entre a sintaxe e a construção, que caracteriza o modelo da gramática latina, a divisão da sintaxe em concordância e regência distingue o modelo da gramática latina humanista. Essa divisão aparece nos autores portugueses Barros (1540), Roboredo (1619), Argote (1725), Lobato (1770) e Fonseca (1799). A noção de concordância é muitas vezes organizada<sup>315</sup> em torno das três regras gerais de acordo: 1.

---

<sup>313</sup> Linacre (1524, f. 49 v<sup>o</sup> *apud* Colombat, 1999, p. 379) utiliza o termo *compositio* em sua definição de construção: “Est [...] constructio debita partium orationis inter se compositio, sicut recta grammatices ratio exigit”. [La construction est la combinaison requise des parties du discours entre elles, comme l’exige l’explication correcte de la grammaire] (Trad. Colombat, *ibid.*).

<sup>314</sup> Lancelot (*Nouvelle Méthode Latine*, 3.ed., 1653, p. 425) apresenta a seguinte definição de sintaxe: “La CONSTRUCTION que les Grecs appellent SYNTAXE, n’est autre chose que la juste composition, & l’arrangement des parties dans l’oraison” (*Nouvelle Méthode Latine*, 3.ed., 1653, p. 425).

<sup>315</sup> Ao lado dessas regras, alguns gramáticos portugueses introduzem outras na sintaxe da língua portuguesa, com o objetivo de estender ao máximo o fenômeno da concordância. Assim, Roboredo coloca o princípio de um acordo em caso entre a pergunta e a resposta; Lobato, uma concordância do substantivo com outros substantivos em caso; e Fonseca, o acordo do artigo com o nome. Note-se, contudo, que esses autores não elaboram esses princípios, mas os retomam da gramática latina: o princípio de um acordo de perguntas e respostas já é encontrado na gramática latina (por exemplo, Despautère), assim como a concordância no caso do substantivo com outros substantivos, que é o assunto da figura de construção chamada “aposição”.

do adjetivo com o nome, 2. do verbo com o nominativo e 3. do relativo com o seu antecedente. Os gramáticos portugueses mantêm não apenas as regras, mas também a terminologia da gramática latina. Assim, o uso do termo nominativo para marcar a função gramatical e a referência ao acordo casual vigora entre os gramáticos portugueses de Barros (1540) a Lobato (1770). Fonseca (1799), por sua vez, substituiu-o pelo termo *sujeito*, abandonando a referência ao acordo dos casos, que doravante é suplantado das gramáticas portuguesas.

No que diz respeito à regência, a abordagem desses autores varia em função do modelo seguido. Assim, de Barros (1540) a Lobato (1770), a sintaxe de regência, vinculada ao modelo latino, está associada aos casos. Barros, inspirando-se em Nebrija, relaciona a noção de transitividade com a regência verbal. Ele também organiza a regência em torno das partes do discurso (verbo, nome, advérbio, preposição, conjunção e interjeição); Roboredo, em concordância com Sanctius, organiza a regência em torno dos casos. O gramático português, contudo, difere do gramático espanhol e por considera também a regência do dativo no latim e no português. Argote organiza a regência em torno das duas principais partes do discurso, o nome e o verbo: a regência dos nomes é organizada em torno dos casos e a regência dos verbos, em torno dos modos verbais regidos por conjunções e por verbos. Lobato também organiza a sintaxe de regência em torno dos casos, como Sanctius, e afirma que só o verbo ativo e a preposição os regem. Na linha de Roboredo, ele também reconhece a regência do dativo na língua portuguesa, mas confirma a doutrina de Sanctius negando a regência do dativo no latim. Fonseca (1799) é o ponto de inflexão entre os modelos latino e francês. De fato, o gramático português não descreve mais as funções sintáticas com a ajuda dos sistemas dos casos latinos, embora utilize o termo regência para pensar a dependência entre as palavras. Inspirado pelo modelo da gramática geral francesa, ele trata do fenômeno da regência como uma relação semântica entre duas palavras, a regente a regida, a segunda restringindo e determinando a significação da primeira.

No século XIX, os gramáticos portugueses Souza (1804), Melo (1818) e Barbosa (1822) incorporam definitivamente a teoria da gramática geral francesa em suas obras. O movimento tardio da gramática geral em Portugal, justificado por questões políticas, retardou a adesão desses autores a essa teoria. As concepções e os fundamentos teóricos que conformam a gramática filosófica portuguesa de Souza, de Melo e de Barbosa são emprestados como se viu de muitos autores, cada um deles representando um período

diferente da gramática geral francesa, confirmando o ecletismo característico da gramática filosófica portuguesa.

Um dos principais aspectos da teoria da gramática geral francesa, a saber, a distinção entre sintaxe e construção, distinção sistematizada pelo gramático francês Du Marsais no século XVIII, é aplicada ao português por Barbosa, cuja gramática, escrita no início do século, por volta de 1803, foi publicada postumamente em 1822. Souza (1804) e Melo (1818), embora conheçam e evoquem<sup>316</sup> essa distinção, não a adotam em suas gramáticas.

Os princípios gerais da sintaxe também são retomados das gramáticas francesas e aplicados/adaptados ao português com algumas modificações. Eles concernem às *relações de identidade e de determinação* entre as palavras em uma proposição. De fato, as noções formais tradicionais de *acordo* e de *regência*, herdadas da gramática latina, são abandonadas, dando lugar a noções semânticas. Souza (1804, p. 157) classifica as regras de sintaxe em regras de *concordância*, de *dependência* e de *construção*. As regras de concordância dizem respeito à união das palavras essenciais, a saber, o nome, o adjetivo e o verbo. As regras de dependência estabelecem a união dessas palavras essenciais a outras que as determinam. Melo (1818), por sua vez, reduz os princípios gerais da sintaxe às regras de *concordância* e de *dependência*: enquanto a *relação de concordância* é marcada pelo acordo entre os termos, a *relação de dependência* ocorre quando uma palavra completa o sentido de uma outra e é marcada pela preposição. O tratamento das categorias de *concordância* e de *dependência* revela uma mudança quanto à concordância, na especificação dos termos: substantivos próprios e comuns, adjetivos articulares e atributivos, sujeitos simples e compostos/complexos e incomplexos, verbos substantivos e adjetivos. Em sua gramática filosófica, Barbosa retoma a oposição tradicional entre a *sintaxe de concordância* e a *sintaxe de regência*. Na verdade, Barbosa sobrepõe os modelos, a teoria da gramática geral francesa ao modelo da gramática latina, porque as regras gerais da sintaxe de concordância e de regência são ordenadas de acordo com os princípios da teoria geral de *identidade* e de *determinação*. Na gramática de Barbosa, a sintaxe de concordância abrange não apenas o acordo entre os termos da proposição, mas também entre as proposições. Essa organização das regras de concordância denota o espírito de inovação do gramático

---

<sup>316</sup> Souza refere explicitamente a distinção entre sintaxe e construção presente na gramática francesa. Melo (p. 115, nota 2) evoca sutilmente a questão.

português em sua análise do fenômeno de concordância da língua portuguesa. Além disso, a definição de regência está centrada no critério semântico e está vinculada à noção de determinação. Barbosa, inspirado em Beauzée, insere no tratamento da sintaxe de regência, o problema da complementação verbal. De fato, os signos utilizados na língua portuguesa para marcar as diferentes relações entre as palavras regidas e as palavras regentes são as preposições com seus complementos. Note-se ainda que o autor (1822, p. 277) estabelece uma correspondência entre os tipos de complementos e os casos latinos. Assim, o complemento objetivo corresponde ao acusativo, o complemento terminativo corresponde ao dativo, o complemento restritivo ao genitivo e o circunstancial ao ablativo. Barbosa mantém-se, portanto, vinculado ao quadro greco-latino, não obstante a evolução terminológica e conceitual da complementação.

A análise da proposição é evocada a partir de Lobato (1770, p. 191), embora o termo proposição não seja mencionado. Esse gramático português concebe a oração como uma representação do julgamento: “A oração he certa composição de palavras, com que de huma cousa se affirma, ou nega outra. I. Exemplo. *Pedro ama a Deos*”. Na linha de Lobato, Fonseca (1799, p. 210) apresenta a mesma concepção para a oração. O termo proposição ainda não é utilizado no texto gramatical. Souza (1804, p. 156-157), por sua vez, inspirado em Du Marsais (art. *construction*, vol. IV, 1754, p. 81), distingue em sua gramática o julgamento e a proposição. O primeiro é concebido como uma ação da mente e o segundo, como a sua expressão linguística. Além da frase simples, ele também trata de frase complexa, retomando os textos de Beauzée quase literalmente. Melo (1818, p. 243) também trata de frase simples e de frase complexa, e distingue as proposições principal, incidente e subordinada, mostrando-se tributário das ideias de Condillac (1775), contudo ele não desenvolve o tema. Quanto à proposição simples, Melo (1818, p. 13) retoma a concepção de Port-Royal, segundo a qual julgar significa afirmar alguma coisa sobre algo. Enfim, Barbosa (1822, p. 363) retoma a concepção de Condillac (1775, I, p. 102-103) sobre a proposição como a expressão de um juízo, formado por um sujeito, um verbo e um atributo. Ele também retoma de Condillac (1775, I, p. 95) a noção de proposição subordinada, caracterizada não apenas pela natureza da palavra que a une a uma proposição principal, a saber, a conjunção, mas também por sua posição na oração. De fato, a proposição subordinada não tem uma posição fixa, podendo antepor-se ou pospor-se à principal. Também distingue-se por sua relação com o sentido incompleto do enunciado. No que se refere à proposição

complexa, a doutrina de Barbosa inova com a elaboração da categoria da *proposição integrante*, concebida como uma categoria funcional. Obviamente, a incorporação do modelo da gramática geral francesa para a análise da frase complexa permitiu a Barbosa formular uma nova regra de uso. O gramático português inspira-se na noção de *proposition complétive* de Domergue (1791, p. 6) como “celle qui sert à l’achèvement d’une proposition dont le sens est incomplet”. Barbosa (1822, p. 366) elabora, então, na sintaxe portuguesa a categoria das *proposições integrantes*, definidas como aquelas que “não so inteirão o sentido da proposição [total] (...); mas também a sua Grammatica, completando a significação relativa do attributo [expresso pelo adjectivo, ou so, ou mettido no verbo adjectivo] da mesma, a qual sem isto ficaria incompleta e suspensa”. Há, portanto, invenção no que diz respeito ao termo *proposição integrante*, porque ele elabora um termo novo; e inovação, quanto à noção elaborada pelo gramático, porque ele estabiliza na sintaxe portuguesa a noção de proposição integrante como aquela que completa tanto o sentido do verbo ou do atributo da proposição total quanto sua composição.

As duas primeiras gramáticas portuguesas elaboradas no Brasil, no início do século XIX, são representativas dos dois modelos que lhe serviram de base: a gramática latina e a gramática geral francesa. Assim, embora Fortes (1819) não evoque explicitamente a analogia entre sintaxe e construção, ele retoma da doutrina da gramática latina a oposição tradicional entre a sintaxe de concordância e a sintaxe de regência. A sintaxe de concordância, indicando a flexão em gênero, número, caso e pessoa entre as palavras, e a sintaxe de regência, organizada em torno dos casos latinos dativo, acusativo e ablativo, denota um retorno ao modelo latino e, além disso, atesta a universalidade implícita desse modelo.

Duarte (1929), por sua vez, aplica em sua gramática a doutrina da gramática geral francesa, à qual provavelmente teve acesso via Barbosa (1822), mas ele considera também a doutrina da gramática latina. Assim, para distinguir a sintaxe da construção, o gramático brasileiro combina as concepções da gramática latina – a sintaxe vista como a composição das partes da oração – e da gramática geral – a construção vista como organização das palavras na oração –, e sobrepõe os dois modelos. Para analisar a sintaxe, Duarte retoma a distinção tradicional em *concordância* e *regência*, relacionando-a à doutrina da gramática geral francesa. Assim, por um lado, ele considera a relação de identidade entre os termos da proposição e entre as proposições

e, de outro, ele utiliza a noção de complemento para examinar as relações de dependência entre as palavras na frase. A interpretação de Duarte do fenômeno de complementação distingue-se daquela apresentada por Barbosa (1822). Com efeito, Duarte não retoma a correspondência empreendida pelo gramático português entre os tipos de complementação e os casos latinos. Quanto à análise da proposição, além da proposição simples, concebida como a enunciação de um atributo em um sujeito, Duarte também trata das proposições complexas: principal, subordinada e parcial (explicativa, restritiva e integrante). Para a análise da proposição complexa, o gramático brasileiro privilegia os termos explicativa e restritiva em detrimento do termo incidente utilizado por Barbosa (1822).

Ao final deste estudo, dois aspectos essenciais para as gramáticas de nosso corpus devem ser destacados. Em primeiro lugar, no que diz respeito aos fundamentos epistemológicos da sintaxe portuguesa, nomeadamente o modelo da gramática latina e o da gramática geral francesa, observamos que o modelo latino predominou nas gramáticas portuguesas elaboradas até o final do século XVIII. Assim, no século XVI, no quadro da gramatização da língua vernácula, esse modelo foi aplicado na descrição da língua portuguesa. No século XVII, o conhecimento das línguas do mundo e a necessidade de dominar essas línguas tornou necessária a elaboração um método geral capaz de facilitar seu aprendizado. Esse método foi elaborado sobre o quadro da gramática latina, por ser essa a base comum a todas as línguas vernáculas. No século XVIII, a doutrina da gramática geral francesa emerge na gramática portuguesa. Na verdade, ela sobrepõe-se à doutrina da gramática latina que ainda permanece predominante. No século XIX, essa sobreposição se mantém apesar da primazia do modelo da gramática geral francesa na gramática portuguesa. No Brasil, juntamente com a emergência da gramática portuguesa no século XIX, a primeira gramática<sup>317</sup>, publicada em 1816, é elaborada sobre o modelo latino, como um retorno às origens, não obstante a difusão e a assimilação da teoria geral francesa na gramática portuguesa. A segunda gramática, que compõe nosso corpus de análise, publicada em 1829, manifesta

---

<sup>317</sup> Vale notar que a segunda gramática redigida por um brasileiro e publicada no Brasil é o *Compendio da Grammatica da Lingua Portuguesa, ordenado segundo a doutrina dos melhores gramáticos e oferecido à mocidade brasileira*. Trata-se de uma obra publicada na Bahia em 1827, de autoria de Joaquim de Sousa Ribeiro Pimentel. Embora refira os gramáticos e enciclopedistas franceses no preâmbulo de sua gramática, Pimentel não adere à doutrina da gramática geral francesa e, conseqüentemente, não a aplica na descrição e na análise da língua portuguesa, como o fará posteriormente Duarte, em 1829.

as marcas e os desenvolvimentos da gramática geral e filosófica sem, contudo, negligenciar o modelo de base.

Em seguida, no que se refere à questão de determinar como a universalidade implícita do modelo greco-latino e a generalidade assumida da gramática geral se refletem em gramáticas portuguesas e brasileiras, vemos que a gramática portuguesa absorveu tardiamente a doutrina da gramática geral francesa. Consequentemente, a gramática filosófica portuguesa não manifesta o aproveitamento da doutrina de tal ou tal gramático francês específico, mas a combinação de várias doutrinas, atestando o seu ecletismo. Vemos também que os gramáticos acompanharam os desenvolvimentos da gramática geral francesa e os incorporaram em suas gramáticas sem, contudo, abandonar completamente o modelo da gramática latina, como revela o uso da terminologia da gramática latina humanista com a divisão da sintaxe em *concordância* e *regência*. No caso das gramáticas elaboradas até o século XVIII, o modelo latino foi adaptado às necessidades da língua portuguesa, da mesma forma que o modelo da gramática geral também foi adaptado às necessidades da língua nas gramáticas elaboradas no século XIX. A interpretação dos fenômenos sintáticos e a formulação de novas regras de uso atestam-no.

Para verificar a evolução da análise dos fenômenos sintáticos do português ao longo do século XIX, seria oportuno estender a cronologia das gramáticas portuguesas produzidas no Brasil até a gramática de Carneiro Ribeiro, publicada em 1881, já que sua *Gramática portuguesa philosophica* encerra o movimento *da gramática geral no Brasil* e precede o advento do método comparativo no país.

Para concluir, nossa tese é a de que os fundamentos epistemológicos da sintaxe da língua portuguesa, caracterizados pela universalidade implícita do modelo da gramática latina e pela generalidade assumida da teoria da gramática geral francesa, variam na longa duração do tempo. Eles incidem primeiro sobre o modelo da gramática latina e, depois, pela associação das teorias que conformam a gramática geral francesa sobre a base da gramática latina. Têm-se, portanto, de um lado, a manutenção do quadro latino e, de outro, a combinação de teorias filosóficas utilizadas na descrição e análise da sintaxe portuguesa. Esperamos, enfim, que este estudo sistemático dos fundamentos epistemológicos da sintaxe portuguesa, dada a universalidade implícita do modelo da gramática latina no Ocidente e a generalidade assumida da teoria da gramática geral francesa, contribua não apenas para uma melhor compreensão do aparelho conceitual e

epistemológico que conforma a gramática portuguesa, tanto em Portugal, na longa duração tempo, quanto no Brasil, em seus primórdios, mas também ao conhecimento da *história das ideias linguísticas* aplicadas à língua portuguesa.



## Bibliografia

### *Fontes primárias*

### *Obras filosóficas*

- ARISTOTE. *Traité de l'âme*. Traduction et notes par Jules Barthélemy Saint-Hilaire. Paris : Librairie philosophique de Ladrangue, 1846.
- ARISTOTE. *Poétique*. Traduction et commentaire par Roselyne Dupond-Roc et Jean Lallot. Paris : Seuil, 1980.
- ARISTOTE. *Métaphysique*. Traduction par Jules Tricot. Paris : Vrin, 2000.
- ARISTOTE. *Seconds analytiques*. Traduction par Jules Tricot. Paris : Vrin, 2000.
- ARISTOTE. *Rhétorique* : livre 3. En ligne sur <http://remacle.org/bloodwolf/philosophes/Aristote/rheto3.htm>
- ARISTOTELES. *Metafísica*. Tradução, introdução e comentários de Giovanni Reale. 2. ed. São Paulo : Edições Loyola, 2002.
- ARISTOTELES. *Órganon: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofisticas*. Tradução e notas de Edson Bini. 2. ed. São Paulo : Edipro, 2010.
- ARNAULD, Antoine ; NICOLE, Pierre. *Logique ou l'art de penser*. Notes et postface de Charles Jourdain. Paris : Gallimard, 1992. [1662]. En ligne sur <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k25788r>
- DESCARTES, René. *Discours de la méthode pour bien conduire sa raison et chercher la vérité dans les sciences plus la Dioptrique, les Meteores et la Geometrie (...)*. Leyde : De l'Imprimerie de Ian Maire, 1637.
- LOCKE, John. *Essai philosophique concernant l'entendement humain, où l'on montre quelle est l'étendue de nos connoissances certaines, et la manière dont nous y parvenons*. Traduction de l'anglois par M. Coste. Troisième édition, revue, corrigée et augmentée de quelques additions importantes de l'auteur qui n'ont paru qu'après sa mort, et de quelques remarques du traducteur. Amsterdam : Pierre Mortier, 1735 [1690].
- OCKHAM, William. *Summa logicae*. En ligne sur [http://www.logicmuseum.com/wiki/Authors/Ockham/Summa\\_Logicae/Book\\_I](http://www.logicmuseum.com/wiki/Authors/Ockham/Summa_Logicae/Book_I)
- PLATON. *Œuvres Complètes. Le Sophiste*. Traduction par Auguste Diès. Tome VIII. Paris : CUF, 1925 (Les Belles Lettres).
- PLATON. *Cratyle*. Traduction par Marc Baratin et Françoise Desbordes. In : *L'analyse linguistique dans l'Antiquité classique. 1. Les théories*. Paris : Klincksieck, 1981.
- PLATON. *Œuvres complètes*. Traduction sous la direction de Luc Brisson. Paris : Flammarion, 2008.
- PORFIRIO. *Isagoge: Introdução às categorias de Aristóteles*. Tradução, prefácio e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa : Guimarães editores, 1994.

### *Gramáticas*

- APOLLONIUS DYSCOLE. *De la construction (syntaxe)*. Histoire des doctrines de l'antiquité classique. Introduction, texte et traduction par Jean Lallot. vol. I et II. Paris : Vrin, 1997.
- ARGOTE, Jeronymo Contador de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da língua Latina pelas regras da Portugueza*. Lisboa : Officina da Musica, 1725. [1re éd. 1721, Lisbonne : Officine de Mathias Pereyra da Sylva]. En ligne sur [http://ctlf.ens-lyon.fr/t\\_resul.asp?n=648&cod=3304](http://ctlf.ens-lyon.fr/t_resul.asp?n=648&cod=3304)
- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Grammaire générale et raisonnée*. Troisième Édition revue & augmentée de nouveau. Paris : Le Petit Pierre, 1676 (1<sup>re</sup> éd. 1660).
- BARBOSA, Jerónimo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa : Typographia da Academia das Sciencias, 1822. En ligne sur [http://ctlf.ens-lyon.fr/t\\_resul.asp?n=364&cod=3317](http://ctlf.ens-lyon.fr/t_resul.asp?n=364&cod=3317)
- BARROS, João de. *Grammatica da lingua portuguesa*. Lisboa : Luis Rodrigues, 1540. En ligne sur [http://ctlf.ens-lyon.fr/t\\_resul.asp?n=397&cod=3302](http://ctlf.ens-lyon.fr/t_resul.asp?n=397&cod=3302)
- BEAUZEE, Nicolas. *Grammaire générale ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage: pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*. Tomes I et II. Paris : De l'imprimerie de J. Barbou, 1767.
- CONDILLAC, Etienne Bonnot de. *Cours d'étude. Grammaire*. Tome I. Parme : Imprimerie Royale, 1775.
- COURT DE GEBELIN, Antoine. *Monde primitif, analysé et comparé avec le monde moderne, considéré dans l'histoire naturelle de la parole ou grammaire universelle et comparative*. Vol. II. Paris : Chez l'auteur, Boudet, etc., 1776.
- DENYS LE TRACE. *La grammaire de Denys le Trace*. Traduction et notes par Jean Lallot. Paris : Seuil, 1998.
- DESTUTT DE TRACY, Antoine-Louis-Claude. *Éléments d'idéologie. Second partie. Grammaire*. 2. éd. Paris : Courcier, 1817.
- DUARTE, Antonio da Costa. *Compendio da grammatica portugueza*. Maranhão: Typographia Nacional, 1929.
- DU MARSAIS, César Chesneau. *Exposition d'une méthode raisonnée pour apprendre la langue latin*. Paris : Etienne Ganeau, 1722.
- DU MARSAIS, César Chesneau. *Les Véritables principes de la grammaire ou nouvelle grammaire raisonnée pour apprendre la langue latine*. Paris, 1729. En ligne sur <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k843410>
- ERFURT, Thomas of. *Grammatica speculativa*. Translation and commentary by Geoffrey L. Bursill-Hall. London : Longman, 1972.
- [FIGUEIREDO], Antonio Pereira [de]. *Novo methodo da grammatica latina; dividido em duas partes; para o uso dos mestres das escolas da Congregação do Oratorio*. Quinta impressão. Lisboa : Na Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio, 1765.
- [FIGUEIREDO], Antonio Pereira [de]. *Novo methodo da Grammatica Latina*, reduzido a compendio, e acompanhado de um supprimento dos exemplos da syntaxe, pelo

- Conego Francisco Bernardino de Souza. Oitava edição revista e augmentada. Rio de Janeiro: H. Garnier, s.d. [1756].
- FONSECA, Pedro José da. *Rudimentos da grammatica portugueza, commodos á instrucção da mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons autores*. Lisboa : Simão Tadeo Ferreira, 1799.
- FORTES, Ignacio Felizardo. *Arte de grammatica portugueza*. Rio de Janeiro : Impressão Regia, 1816.
- GIRARD, Gabriel. *Les vrais principes de la langue Française*. Tomes I et II. Paris : Breton, 1747.
- LANCELOT, Claude. *Nouvelle méthode pour apprendre facilement la langue latine*. 6<sup>e</sup> éd., Paris : Le Petit Pierre, 1662.
- LANCELOT, Claude. *Nouvelle méthode pour apprendre facilement et un peu de temps la langue espagnole*. 5<sup>e</sup> édition. Bruxelles : Eug. Henry Fricx, 1676.
- LANCELOT, Claude. *Nouvelle méthode pour apprendre facilement et un peu de temps la langue italienne*. 3<sup>e</sup> édition. Bruxelles : Eug. Henry Fricx, 1677.
- LANCELOT, Claude. *Abregé de la nouvelle méthode présentée au Roy pour apprendre facilement la langue latine*. Nouvelle édition. Paris : Denys Thierry, 1683.
- LANCELOT, Claude. *Nouvelle méthode pour apprendre facilement la langue grecque*. 9<sup>e</sup> éd., Paris : Robert & Nicolas Pepib, 1696.
- LOBATO, Antonio José dos Reis. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa : Regia Officina Typographica, 1770. En ligne sur [http://ctlf.ens-lyon.fr/t\\_resul.asp?n=399&cod=3305](http://ctlf.ens-lyon.fr/t_resul.asp?n=399&cod=3305)
- MACE, Jean. *Method universelle pour apprendre facilement les langues, pour parler purement et escrire nettement en françois, recueillie par le sieur Du Tertre*. Paris : Jean Jost, 1651.
- MELO, João Crisóstomo do Couto e. *Gramática filosófica da linguagem portuguêsza*. Lisboa : Impressão Régia, 1818. En ligne sur [http://ctlf.ens-lyon.fr/t\\_resul.asp?n=362&cod=3315](http://ctlf.ens-lyon.fr/t_resul.asp?n=362&cod=3315)
- NEBRIJA, Antonio de. *Introducciones latinas, contrapuesto el romance al latin*. Madrid : Imprenta de D. Joachin de Ibarra. Publicadas a su costa Bartholome Ulloa, 1773 [1488].
- NEBRIJA, Antonio de. *Gramatica castellana*. Texto establecido sobre la ed. príncipes de 1492 por Pascual Galindo Romeo y Luis Ortiz Muñoz, con una introducción, notas y facsímil. Prólogo del Excmo. Sr. José Ibáñez Martín, ministro de Educación Nacional. Madrid : Edición de la Junta del Centenario, 1946 [1492].
- OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisbonne : Germão Galharde, 1536. En ligne sur [http://ctlf.ens-lyon.fr/t\\_resul.asp?n=222&cod=3301](http://ctlf.ens-lyon.fr/t_resul.asp?n=222&cod=3301)
- PIMENTEL, Joaquim de Souza Ribeiro. *Compendio da grammatica da lingua portugueza, ordenado segundo a doutrina dos melhores grammaticos, e offerecido á mocidade brasileira*. Bahia : Typ. Imperial e Nacional, 1827.
- PRISCIEN. *Grammaire, livre XVII, Syntaxe 1*, Groupe Ars grammatica (éd.). Paris : Vrin, 2010.
- ROBOREDO, Amaro de. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Lisbonne : Pedro Craesbeeck, 1619. En ligne sur [http://ctlf.ens-lyon.fr/t\\_resul.asp?n=398&cod=3303](http://ctlf.ens-lyon.fr/t_resul.asp?n=398&cod=3303)

- SANCTIUS, Franciscus. *Minerve, ou les causes de la langue latine*. Introduction, traduction et notes par Geneviève Clerico. Lille : Presses universitaires, 1982.
- SCALIGER, Jules-César. *De causis linguae Latinae*, Lyon, S. Gryphe, 1540. *Des causes de la langue latine*. Edition par Pierre Lardet, Geneviève Clerico, Bernard Colombat. Tome I, Introduction, texte latin, notes critiques, index, bibliographie ; Tome II, Traduction annotée, Genève : Droz, 2019.
- SOUZA, Manoel Dias de. *Gramatica portugueza*, ordenada segundo a doutrina dos mais celebres grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para facilitar á mocidade Portugueza o estudo de lôr e escrevêr a sua propria lingua, e a intelligencia das outras em que se quizer instruir. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1804. En ligne sur [http://ctlf.ens-lyon.fr/t\\_resul.asp?n=402&cod=3311](http://ctlf.ens-lyon.fr/t_resul.asp?n=402&cod=3311)

### *Artigos enciclopédicos*

- BEAUZEE, Nicolas. « Grammaire ». *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonnée des sciences, des arts et des métiers*, vol. VII, Paris : Briasson, David, Le Breton et Durand, 1757. p. 841b-847a. En ligne sur <http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedia/article/v7-1384-0/>
- BEAUZEE, Nicolas. « Syntaxe ». *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonnée des sciences, des arts et des métiers*, vol. XV, Paris : Briasson, David, Le Breton et Durand, 1765. p. 762a. En ligne sur <http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedia/article/v15-2563-0/>
- BEAUZEE, Nicolas. « Mot ». *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonnée des sciences, des arts et des métiers*, vol. X, Paris : Briasson, David, Le Breton et Durand, 1765. p. 752-763. En ligne sur <http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedia/article/v10-2072-0/>
- BEAUZEE, Nicolas. « Verbe ». *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonnée des sciences, des arts et des métiers*, vol. XVII, Paris : Briasson, David, Le Breton et Durand, 1765. p. 48-52. En ligne sur <http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedia/article/v17-66-0/>
- BEAUZEE, Nicolas. « Général, universal ». *Encyclopédie méthodique, Grammaire et littérature*, t.2, Paris : Panckoucke, 1784. p. 145-146.
- BEAUZEE, Nicolas. « Schéva ». *Encyclopédie méthodique, Grammaire et littérature*, t.3. Paris : Panckoucke, 1786. p. 374.
- DU MARSAIS, César Chesneau. « Accident ». *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonnée des sciences, des arts et des métiers*, vol. I, Paris : Briasson, David, Le Breton et Durand, 1751. p. 69-72. En ligne sur <http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedia/article/v1-291-0/>
- DU MARSAIS, César Chesneau. « Adjectif ». *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonnée des sciences, des arts et des métiers*, vol. I, Paris : Briasson, David, Le Breton et Durand, 1751. p. 133-137. En ligne sur <http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedia/article/v1-578-0/>
- DU MARSAIS, César Chesneau. « Cas ». *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonnée des sciences, des arts et des métiers*, vol. II, Paris : Briasson, David, Le Breton et Durand, 1752. p. 734-736.

- DU MARSAIS, César Chesneau. « Conjugaison ». *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, vol. III, Paris : Briasson, David, Le Breton et Durand, 1753. p. 879-883. En ligne sur <http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedie/article/v3-1920-0/>
- DU MARSAIS, César Chesneau. « Concordance ». *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, vol. III, Paris : Briasson, David, Le Breton et Durand, 1753. p. 821-823.
- DU MARSAIS, César Chesneau. « Construction ». *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, vol. IV, Paris : Briasson, David, Le Breton et Durand, 1754. p. 73-92.
- DU MARSAIS, César Chesneau. « Détermination ». *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, vol. IV, Paris : Briasson, David, Le Breton et Durand, 1754. p. 901-902.
- DU MARSAIS, César Chesneau. « Inversion ». In : *Les véritables principes de la grammaire et autres textes*, édité par Françoise Douay-Soublin, Paris : Fayard, 1987, p. 67-96.

### ***Outras obras***

- GESSNER, Conrad. *Mithridate (Mithridates, 1555)*. Introduction, texte latin, traduction française, annotation et index par Bernard Colombat et Manfred Peters. Genève : Droz, 2009.
- LA BIBLE. « La tour de Babel ». In : Ancien Testament, Pentateuque, Genèse, Chapitre 11. En ligne sur <http://www.bible-en-ligne.net/bible,010-11,genese.php>

### ***Estudos modernos***

- ASSUNÇÃO, Carlos. « Introdução ». In : *A arte da grammatica da lingua portugueza de António José dos Reis Lobato [1770]*. Estudos, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários. Lisboa : Academia das Ciencias de Lisboa, 2000.
- ASSUNÇÃO, Carlos ; FERNANDES, Gonçalo. « Amaro de Roboredo, gramático e pedagogo português seiscentista, pioneiro na didática das línguas e nos estudos linguísticos ». In : *Methodo grammatical para todas as linguas*. Edição facsimilada. Coleção Linguística 1. Vila Real : UTAD, 2007.
- AUROUX, Sylvain. *L'Encyclopédie : « grammaire » et « langue » au XVIIIe siècle*. Paris : Marne, 1973.
- AUROUX, Sylvain. « Grammaire et Logique : une théorie archaïque des relations ». *Dialogue*, 17 (1), 1978. p. 1-19.
- AUROUX, Sylvain. *La Sémiotique des Encyclopédistes*. Paris : Payot, 1979.
- AUROUX, Sylvain. « Empirisme et théorie linguistique chez Condillac ». In : J. Sgard, dir., *Condillac et les problèmes du langage*. Genève : Slatkine, 1982. p. 177-219.
- AUROUX, Sylvain. « General Grammar and Universal Grammar in Enlightenment France ». *General Linguistics* 23, 1983. p. 1-18.

- AUROUX, Sylvain. « Du nom au verbe : la grammaire générale de Port-Royal à Destutt de Tracy ». In : *Modèles linguistiques* VI/1, 1984. p.11-21.
- AUROUX, Sylvain. « Actes de pensée et actes linguistiques dans la grammaire générale ». In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 8, fascicule 2, 1986. Histoire des conceptions de l'énonciation. p. 105-120. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_1986\\_num\\_8\\_2\\_2226](https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_1986_num_8_2_2226)
- AUROUX, Sylvain. « A propos de la logique des idées : quelques contraintes et perspectives pour l'interprétation historique ». In : *Archives et documents de la Société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage*, Première série, n° 8, 1987. p. 1-27.
- AUROUX, Sylvain. « Beauzée et l'universalité des parties du discours ». In : *Grammaire et histoire de la grammaire*. Hommage à la mémoire de Jean Stéfanini (Cl. Blanche-Benveniste et alii éd.). Presses de l'Université de Provence, 1988. p. 37-58.
- AUROUX, Sylvain. « La grammaire générale et les fondements philosophiques des classements de mots ». In : *Langages*, n° 92, 1988a. Les parties du discours. p. 79-92. En ligne sur [http://www.persee.fr/doc/lgge\\_0458-726x\\_1988\\_num\\_23\\_92\\_2001](http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1988_num_23_92_2001)
- AUROUX, Sylvain. « Introduction. Le processus de grammatisation et ses enjeux ». In : *Histoire des idées linguistiques*, t. 2 : *Le développement de la grammaire occidentale*. Liège : Mardaga, 1992a. p. 11-64.
- AUROUX, Sylvain. « Appendice 1 : Les parties du discours et leurs critères ». In : *Histoire des idées linguistiques*, t. 2 : *Le développement de la grammaire occidentale*. Liège : Mardaga, 1992b. p. 581-589.
- AUROUX, Sylvain. « La catégorie de l'adjectif et les déterminants : l'apport de Beauzée ». In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 14, fascicule 1, 1992c. L'Adjectif : Perspectives historique et typologique. p. 159-179.
- AUROUX, Sylvain. « L'histoire des sciences du langage et le paradoxe historiographique ». *Le Gré des Langues*, n° 8, 1995. p. 40-62.
- AUROUX, Sylvain. *La raison, le langage et les normes*. Paris : PUF, 1998.
- AUROUX, Sylvain. « 139. Port-Royal et la tradition française de la grammaire générale ». In : S. Auroux, E.F.K. Koerner, H.-J. Niederehe, K. Versteegh dir., *History of the Language Sciences*, vol. 1, Berlin, New York : De Gruyter, 2000. p. 1022-1029.
- AUROUX, Sylvain ; DECHAMPS, Jacques ; KOULOUGHLI, Djamel. *La philosophie du langage*. Paris : PUF, 2004.
- AUROUX, Sylvain. « Les modes d'historicisation ». In: *Histoire Épistémologie Langage*, tome 28, fascicule 1, 2006. Histoire des idées linguistiques et horizons de rétrospection. p. 105-116. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_2006\\_num\\_28\\_1\\_2869](https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_2006_num_28_1_2869)
- AUROUX, Sylvain. *La question de l'origine des langues suivi de L'historicité des sciences*. Paris : PUF, 2007.
- AUROUX, Sylvain. « La linguistique française et son histoire ». Actes du colloque du Congrès Mondial de Linguistique Française (CMLF). Paris, 9-12 juillet 2008. p. 1043-1049.
- AUROUX, Sylvain. *Filosofia da linguagem*. Tradução de Marcos Marciolino. São Paulo : Parábola, 2009.

- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. 2. ed. Campinas : Unicamp, 2009a.
- AUSSANT, Émilie. « La Grammaire sanskrite étendue – État des lieux ». In: *Histoire Épistémologie Langage*, tome 39, fascicule 2, 2017. La grammaire sanskrite étendue. p. 7-20. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_2017\\_num\\_39\\_2\\_3610](https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_2017_num_39_2_3610)
- BANNIARD, Michel. *Du latin aux langues romanes*. Collection 128. Paris : Nathan, 1997.
- BARATIN, Marc ; DESBORDES, Françoise. *L'analyse linguistique dans l'antiquité classique*. 1. Les Théories. Paris : Klincksieck, 1981.
- BARATIN, Marc. *La naissance de la syntaxe à Rome*. Paris : Minuit, 1989.
- BARATIN, Marc *et al.* « Introduction : Le livre 17 de l'Ars Prisciani ». In : PRISCIEN, *Grammaire, livre XVII, Syntaxe, 1*, Groupe Ars grammatica (éd.). Paris : Vrin, 2010.
- BASSETO, Bruno Fregni ; MURACHCO, Henrique Graciano. « Prefácio à edição brasileira ». In : ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal ou Gramática geral e razoada*. 2. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2001.
- BECCARI, Alessandro Jocelito. *Uma tradução da grammatica speculativa de Tomás de Erfurt para o português: acompanhada de um estudo introdutório, notas e glossário*. Tese de Doutorado, UFPR, Curitiba, 2013.
- BOUARD, Bérengère. *Structure de la proposition et construction verbale : régime, complément et transitivité, dans les grammaires françaises, 1651-1863*. Linguistique. Université Paris-Diderot - Paris VII, 2007.
- BOUARD, Bérengère. « L'émergence de la notion de « complément » est-elle une invention ou une innovation ? ». Actes du colloque du Congrès Mondial de Linguistique Française (CMLF). Paris, 9-12 juillet 2008. p. 899-916.
- BOUARD, Bérengère ; COLOMBAT, Bernard. « Pronom ». In : COLOMBAT, Bernard et LAHAUSSOIS, Aimée. *Histoire des parties du discours*. Orbis/ Supplementa. t. 46. Leuven-Paris-Bristol, CT, Peeters, 2019. p. 183-199.
- BREKLE, Herbert Ernst. « Introduction ». In : Claude Lancelot & Antoine Arnauld (éd.). *Grammaire Générale et Raisonnée*. Stuttgart: Friedrich Frommann, Günther Holzboog, 1966. p. VII-XXXVII.
- BRIXHE, Claude. « Bulletin de dialectologie grecque » [sur la koiné]. In : *Revue des Études Grecques*, tome 103, fascicule 490-491, janvier-juin 1990. p. 201-230. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/reg\\_0035-2039\\_1990\\_num\\_103\\_490\\_2475](https://www.persee.fr/doc/reg_0035-2039_1990_num_103_490_2475)
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. « Introdução ». In : BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa: Cartinha, Gramática, Dialogo em Louvor da nossa Linguagem e Dialogo da Viciosa Vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa : Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Temas portugueses. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984a.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa : Sá da Costa Editora, 1984b.

- BURSILL-HALL, Geoffrey L. « Introduction ». In : Thomas d'Erfurt. *Grammatica speculativa*. An edition with translation and commentary by Geoffrey L. Bursill-Hall. London : Longman, 1972. p. 1-126.
- CÁRDENAS, Francisco Riveras. « Introducción ». In : SÁNCHEZ, Francisco. *Minerva o De la propiedad de la lengua latina*. Traducción de Francisco Cárdenas. Madrid : Cátedra, 1976.
- CASEVITZ, Michel. « Hellenismos. Formation et fonction des verbes en -ίζω et de leurs dérivés ». In : *ΕΛΛΗΝΙΣΜΟΣ : quelques jalons pour une histoire de l'identité grecque*. S. Saïd éd.. Actes du Colloque de Strasbourg (25-27 octobre 1989). Leyde : Brill, 1991. p. 9-16.
- CAVALIERE, Ricardo. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- CHEVALIER, Jean-Claude. « La Grammaire générale de Port-Royal et la critique moderne ». In : *Langages*, n° 7, 1967. p. 16-33. En ligne sur [http://www.persee.fr/doc/lgge\\_0458-726x\\_1967\\_num\\_2\\_7\\_2880](http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1967_num_2_7_2880).
- CHEVALIER, Jean-Claude. *Histoire de la syntaxe : Naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750)*. Genève : Droz, 1968.
- CHEVALIER, Jean-Claude. *Histoire de la grammaire française*. Paris : Presses Universitaires de France, 1996. (Coll. Que sais-je ?, n° 2904).
- CHEVILLARD, Jean-Luc ; PASSERIEU, Jean-Claude. « La tradition grammaticale tamoule ». In : Auroux, Sylvain (dir.), *Histoire des idées linguistiques*, t. 1 : *La naissance des métalangages en orient et en occident*. Liège & Bruxelles : Mardaga, 1989. p. 417-429.
- CLARAMONTE, Manuel Brea. *Sanctius Theory of language : A Contribution to the History of Renaissance Linguistics*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1983.
- CLERICO, Geneviève. « Introduction ». In : *Minerve ou les causes de la langue latine*. Introduction, traduction et notes par Geneviève Clérico. Lille : Presses universitaires, 1982a.
- CLERICO, Geneviève. « Plurilinguisme et grammaire théorique chez F. Sanctius ». In : *Bulletin de l'Association d'étude sur l'humanisme, la réforme et la Renaissance*, n° 15, 1982b. Les rapports entre les langues au XVIème siècle. Actes du colloque de Sommières, 14 - 17 septembre 1981. Tome I. p. 46-55. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/rhren\\_0181-6799\\_1982\\_num\\_15\\_1\\_1291](https://www.persee.fr/doc/rhren_0181-6799_1982_num_15_1_1291)
- CLERICO, Geneviève. « Grammaires et grammairiens. Regards sur quelques contributions récentes ». In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 4, fascicule 2, 1982c. Statut des langues / Approche des langues à la Renaissance. p. 117-138. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_1982\\_num\\_4\\_2\\_1132](https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_1982_num_4_2_1132)
- CLERICO, Geneviève ; COLOMBAT, Bernard. « Le *De causis linguae latinae* dans l'histoire des idées linguistiques ». In : SCALIGER, Jules-César. *Des causes de la langue latine*. Édition par P. Lardet, G. Clerico, B. Colombat. Tome I, Introduction, texte latin, notes critiques, index, bibliographie. Genève : Droz, 2019. p. 143-274.
- COELHO, Sónia ; KEMMLER, Rolf. « A Grammatica philosophica da lingua portuguesa de Jerónimo Soares Barbosa e as suas edições ». *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n° 53, 2017. p. 9-34.



- COLOMBAT, Bernard. « Préposition, cas et syntaxe latine dans l'Encyclopédie ». In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 3, fascicule 2, 1981. De la grammaire à la linguistique. p. 3-20. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_1981\\_num\\_3\\_2\\_1073](https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_1981_num_3_2_1073)
- COLOMBAT, Bernard. « La proposition infinitive latine et la proposition incidente à Port-Royal ». *L'information grammaticale*, 10, 1981. p. 43-48.
- COLOMBAT, Bernard. « La syntaxe dans la grammaire latine du XVIe au XVIIe siècle. Quelques remarques ». *Lalies*, 4, Actes des sessions de linguistique et de littérature, 1984. p. 45-52.
- COLOMBAT, Bernard ; JULIEN, Jacques ; ROSIER-CATACH, Irène. « L'adjectif dans la tradition latine : la grammaire latine humaniste. Textes choisis et traduits ». *Archives et documents de la Société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage*, Seconde série, n° 6, 1992. « L'identification d'une catégorie linguistique : l'adjectif. Choix de textes ». p. 41-60. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0247-8897\\_1992\\_num\\_6\\_1\\_3375](https://www.persee.fr/doc/hel_0247-8897_1992_num_6_1_3375)
- COLOMBAT, Bernard. *Les figures de construction dans la syntaxe latine (1500-1780)*. Louvain & Paris : BIG & Peeters, 1993.
- COLOMBAT, Bernard. « L'accord dans la grammaire latine de la Renaissance à Beauzée ». In : *Faits de langues*, n° 8, L'accord, Septembre 1996. p. 11-24. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/flang\\_1244-5460\\_1996\\_num\\_4\\_8\\_1107](https://www.persee.fr/doc/flang_1244-5460_1996_num_4_8_1107)
- COLOMBAT, Bernard. « Les manuels de grammaire latine des origines à la Révolution : constantes et mutations ». In : *Histoire de l'éducation*, n° 74, 1997. Les Humanités classiques. p. 89-114.
- COLOMBAT, Bernard. « Le traitement syntaxique du cas dans les grammaires latines de la Renaissance et du XVIe siècle ». In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 20, fascicule 2, 1998. Théories des cas. p. 19-34.
- COLOMBAT, Bernard ; ROSIER-CATACH, Irène ; BARATIN, Marc ; LALLOT, Jean. « Dictionnaire de la terminologie linguistique : *concordantia, congruitas, consequentia, katallèlotès* ». In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 21, fascicule 2, 1999. Constitution de la syntaxe. p. 149-156. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_1999\\_num\\_21\\_2\\_2751](https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_1999_num_21_2_2751)
- COLOMBAT, Bernard. *La grammaire latine en France à la Renaissance et à l'Âge classique : Théorie et pédagogie*. Grenoble : ELLUG, 1999.
- COLOMBAT, Bernard. « Le traitement de qui, qui(s), quod dans la tradition grammaticale latine : quelques jalons pour l'étude du relatif, de Donat à Port-Royal ». In : *Langue française*, n° 139, 2003. La grammatisation du français : qui que quoi vs qui(s) quod entre XVIe et XVIIIe siècles. p. 10-27.
- COLOMBAT, Bernard. « La problématique de la « transitivity » dans la tradition grammaticale latine. Quelques Jalons de Priscien aux premiers humanistes ». In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 25, fascicule 1, 2003b. Politiques linguistiques (2/2) p. 151-172. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_2003\\_num\\_25\\_1\\_2117](https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_2003_num_25_1_2117)
- COLOMBAT, Bernard ; PETERS, Manfred. « L'horizon de rétrospection du *Mithridate* de Conrad Gessner (1555) ». In : D. Kibbee (ed.), *History of Linguistics 2005. Selected papers from the tenth International Conference on the History of the Language*

- Sciences*, 1-5 September 2005, Urbana-Champaign, Illinois, Amsterdam-Philadelphia : Benjamins. p. 89-102.
- COLOMBAT, Bernard. « Faire connaître, éditer et exploiter les textes linguistiques français du passé : un regard rétrospectif et prospectif ». Actes du colloque du Congrès Mondial de Linguistique Française (CMLF). Paris, 9-12 juillet 2008. p. 1051-1067.
- COLOMBAT, Bernard ; PETERS, Manfred. « Introduction ». In : GESSNER, Conrad. *Mithridate (Mithridates, 1555)*. Introduction, texte latin, traduction française, annotation et index par Bernard Colombat et Manfred Peters. Genève : Droz, 2009.
- COLOMBAT, Bernard. « Les fondements sémantiques de la transitivité : à la recherche de la personne ». In : I. Évrard *et al.* (éds), *Représentations du sens linguistique III*, Gembloux, De Boeck/Duculot, 2009b. p. 285-318.
- COLOMBAT, Bernard. « L'héritage du modèle latin dans les grammaires françaises à la Renaissance ». *Documents pour l'histoire du français langue étrangère ou seconde*, 51 | 2013. p. 11-38. En ligne sur <http://journals.openedition.org/dhfles/3710>
- COLOMBAT, Bernard ; FOURNIER, Jean-Marie ; PUECH, Christian. *Histoire des idées sur le langage et les langues*. Paris : Klincksieck, Collection 50 questions, 2010. Traduction portugais brésilien par Marli Quadros Leite et Jacqueline Léon. *Uma história das ideias linguísticas*, São Paulo : Contexto, 2017.
- COLOMBAT, Bernard. « L'énoncé (*oratio*) dans la tradition grammaticale latine, et spécialement chez Priscien, Scaliger et Sanctius ». In : *Langages*, n° 205, 2017b/1. p. 87-102.
- COLOMBAT, Bernard. « *Nomen* – Humanisme ». In : COLOMBAT, Bernard et LAHAUSSOIS, Aimée. *Histoire des parties du discours*. Orbis/ Supplementa. t. 46. Leuven-Paris-Bristol, CT : Peeters, 2019. p. 107-110.
- COLOMBAT, Bernard. « *Verbum* – Renaissance ». In : COLOMBAT, Bernard et LAHAUSSOIS, Aimée. *Histoire des parties du discours*. Orbis/ Supplementa. t. 46. Leuven-Paris-Bristol, CT : Peeters, 2019b. p. 220-223.
- COLOMBAT, Bernard. « Histoire de l'évolution de la grammaire latine et de son enseignement ». *Odyseum*, 2019c. p. 1-8. En ligne sur <https://eduscol.education.fr/odyseum/histoire-de-levolution-de-la-grammaire-latine-et-de-son-enseignement>
- COLOMBAT, Bernard ; FOURNIER, Jean-Marie (éd.). *Grammaire générale et raisonnée*. Paris : Garnier, 2020. (à venir)
- COSERIU, Eugenio. *Gramática, semántica, universales. Estudios de lingüística funcional*. 2. ed. Madrid : Gredos, 1987.
- COSERIU, Eugenio. « Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira ». In : TORRES, Amadeu; ASSUNÇÃO, Carlos. *Gramática da Linguagem portuguesa (1536) Fernão de Oliveira*. Edição Crítica, Semiplomática e Anastática. Lisboa : Academia das Ciências de Lisboa, 2000.
- COUTO, Manoel Amor. « Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa ». *Revista Galega de Filoloxía*, 5, 2004. p. 11-31.
- CUNHA, Celso ; CINTRA, Lindley. « A romanização da península ». In : *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed., Rio de Janeiro : Lexikon, 2008.

- DALIMIER, Catherine. « Sextus Empiricus contre les grammairiens : ce que parler grec veut dire ». In : *ΕΛΛΗΝΙΣΜΟΣ : quelques jalons pour une histoire de l'identité grecque*. S. Saïd éd. Actes du Colloque de Strasbourg (25-27 octobre 1989), Leyde : Brill, 1991. p. 17-32.
- DAUDE, Cécile. « Discours et conversion chez Clément d'Alexandrie ». In : *Discours religieux dans l'Antiquité*. Actes du colloque de Besançon, 27-28 janvier 1995. Besançon, Université de Franche-Comté, 1995. p. 41-84. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/ista\\_0000-0000\\_1995\\_act\\_578\\_1\\_1100](https://www.persee.fr/doc/ista_0000-0000_1995_act_578_1_1100)
- DELESALLE, Simone. « Les grammaires du français à l'âge classique : "adjectif" et l'adjectif ». In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 14, fascicule 1, 1992. L'Adjectif : Perspectives historique et typologique. p. 141-158. En ligne sur [https://www.persee.fr/docAsPDF/hel\\_0750-8069\\_1992\\_num\\_14\\_1\\_2345.pdf](https://www.persee.fr/docAsPDF/hel_0750-8069_1992_num_14_1_2345.pdf)
- DESBORDES, Françoise. « Les idées sur le langage avant la constitution des disciplines spécifiques ». In : Auroux, Sylvain (dir.), *Histoire des idées linguistiques*, t. 1 : *La naissance des métalangages en orient et en occident*. Liège & Bruxelles : Mardaga, 1989. p. 149-161.
- DESBORDES, Françoise. *Idées Romaines sur l'écriture*. Lille : Presses Universitaires de Lille, 1990.
- DESBORDES, Françoise. « *Latinitas*: constitution et évolution d'un modèle de l'identité linguistique ». In : *Idées grecques et romaines sur le langage. Travaux d'histoire et d'épistémologie*, Lyon : ENS Éditions, coll. Langages, 2007. p. 91-105.
- DESBORDES, Françoise. « La fonction du grec chez les grammairiens latins ». In : *Idées grecques et romaines sur le langage. Travaux d'histoire et d'épistémologie*. Lyon : ENS Éditions, coll. Langages, 2007. p. 107-119.
- DESBORDES, Françoise. « Sur les débuts de la grammaire à Rome ». In : *Idées grecques et romaines sur le langage. Travaux d'histoire et d'épistémologie*. Lyon : ENS Éditions, coll. Langages, 2007. p. 217-232.
- DEZOTTI, Lucas. *Arte menor e Arte maior de Donato: tradução, anotação e estudo introdutório*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo (USP), 2011.
- DOMINICY, Marc. *La naissance de la grammaire moderne. Langage, logique et philosophie à Port-Royal*. Liège-Bruxelles : Mardaga, 1984.
- DOMINICY, Marc. « Le programme scientifique de la grammaire générale ». In : *Histoire des idées linguistiques*, t. 2 : *Le développement de la grammaire occidentale*. Liège : Mardaga, 1992. p. 424-441.
- DUBUISSON, Michel. « *Vtraque lingua* ». *L'antiquité classique*, tome 50, fasc. 1-2, 1981. p. 274-286. En ligne sur [http://www.persee.fr/doc/antiq\\_0770-2817\\_1981\\_num\\_50\\_1\\_2010](http://www.persee.fr/doc/antiq_0770-2817_1981_num_50_1_2010)
- DUPONT-ROC, Roselyne ; LALLOT, Jean. *Aristote. Poétique*. Traduction et commentaire par Roselyne Dupond-Roc et Jean Lallot. Paris : Seuil, 1980.
- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel ; SARMIENTO, Ramón. « Introducción ». In : Nebrija Antonio de. *Gramática de la lengua castellana, 1492*. Madrid : S.G.E.L./Fundación Antonio de Nebrija, 1992, p. 11-95.
- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel. *Las ideas lingüísticas de Antonio de Nebrija*. Münster: Nodus Publikationen, 1995.

- ESPARZA TORRES, Miguel Ángel ; CALVO, Vicente. « Introducción ». In : NEBRIJA, Antonio de. *Introducciones latinas contrapuesto el romance al latín* (c. 1488). Salamanca. Münster: Nodus Publikationen, 1996, p. VII-XXXII.
- FERNANDES, Gonçalo. « A Ianua Linguarum dos jesuítas irlandeses (Salamanca, 1611) e a Porta de Linguas de Amaro de Roboredo (Lisboa, 1623) ». *Boletim de Estudos Clássicos*, 42, 2004, p. 165-181.
- FERNANDES, Gonçalo. « A Minerva seu de Causis Linguae Latinae (Salamanca, 1587), de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600) ». In : *Boletim de Estudos Clássicos* 46, 1, p. 133-144, 2006.
- FOURNIER, Jean-Marie. « Histoire d'une catégorie : le partitif dans les grammaires françaises (16ème-18ème siècle) ». In : *History of Linguistics in Texts and Concepts. – Geschichte der Sprachwissenschaft in Texten und Konzepten*. Herausgegeben von Gerda Haßler und Gesina Volkmann. Münster: Nodus Publikationen, 2004. p. 119-130.
- FOURNIER, Jean-Marie. « La généralité dans les théories du son à l'âge classique ». In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 29, fascicule 1, 2007. Histoire des théories du son. p. 85-103. En ligne sur [http://www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_2007\\_num\\_29\\_1\\_2913](http://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_2007_num_29_1_2913)
- FOURNIER, Jean-Marie ; RABY, Valérie. « Iconicité et motivation dans les grammaires françaises des XVIIe et XVIIIe siècles : le traitement de l'interjection ». In : *Cahiers de linguistique analogique*, Dijon : Association bourguignonne d'études linguistiques et littéraires, 2003, Le mot comme signe et comme image : lieux et enjeux de l'iconicité linguistique.
- FOURNIER, Jean-Marie ; RABY, Valérie. « Grammaire générale et grammaires particulières : relire la Grammaire de Port-Royal à la lumière des Méthodes italienne et espagnole ». *Documents pour l'histoire du français langue étrangère ou seconde*, 51 | 2013. En ligne sur <http://dhfles.revues.org/3782>
- FOURNIER, Jean-Marie ; RABY, Valérie. « Retour sur la grammatisation : l'extension de la grammaire latine et la description des langues vulgaires ». Sylvie Archaimbault, Jean-Marie Fournier, Valérie Raby. *Penser l'histoire des savoirs linguistiques. Hommage à Sylvain Auroux*, ENS Editions, 2014. p. 337-350.
- FOURNIER, Jean-Marie. « La grammati(cali)sation des déterminants en français (16e – 17e siècles) ». In : *Histoire des langues et histoire des représentations linguistiques*. Dir. par Bernard Colombat, Valérie Raby & Gilles Siouffi. Paris : Honoré Champion, 2018. p. 255-271.
- FOURNIER, Nathalie *et al.* « Article ». In : COLOMBAT, Bernard et LAHAUSSOIS, Aimée. *Histoire des parties du discours*. Orbis/ Supplementa. t. 46. Leuven-Paris-Bristol, CT : Peeters, 2019. p. 127-151.
- FOURNIER, Nathalie. « La grammaire générale et raisonnée ». *Minutes 45. Société des amis de Port-Royal*, 2020. En ligne sur <https://www.youtube.com/watch?v=Bgj3aWdLedM&t=1s>
- GALLARDO, Ángel Rodríguez. « Sintaxis de la rección en Nebrija ». *Los estudios gramaticales en la España medieval y renacentista* / coord. por Antonio Manuel González Carrillo, 2010. p. 135-152.

- GAMBARARA, Daniele. « L'origine des noms et du langage dans la Grèce ancienne ». In : AUROUX, Sylvain (dir.), *Histoire des idées linguistiques*, t. 1 : *La naissance des métalangages en orient et en occident*. Liège & Bruxelles : Mardaga, 1989. p. 79-97.
- GAUTIER, Antoine *et al.* « Nom ». In : COLOMBAT, Bernard et LAHAUSSOIS, Aimée. *Histoire des parties du discours*. Orbis/ Supplementa. t. 46. Leuven-Paris-Bristol, CT : Peeters, 2019. p. 110-125.
- GILSON, Étienne. *A filosofia na Idade Média*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo : Martins Fontes, 2001.
- GOMES ASENCIO, José Jesús. « Sobre el primer libro de Nebrija: « Fue un best seller » ». *La Gaceta de Salamanca*. 2022. En ligne sur <https://www.lagacetadesalamanca.es/salamanca/jose-j-gomez-asencio-sobre-el-primer-libro-de-nebrija-fue-un-best-seller-LA9507973>
- GOMES ASENCIO, José Jesús ; GONÇALVES, Maria Filomena. « Terminologia gramatical luso-castelhana dos inícios: de Antonio de Nebrija a João de Barros ». *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n° 49, 2015, p. 68-118.
- GOMES, Piraranha. *Isagoge: Introdução às categorias de Aristóteles*. Tradução, prefácio e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa : Guimarães editores, 1994.
- GONÇALVES, Maria Filomena. « Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas ». In : Actes del VII Congrès de Linguística General, 18 al 21 d'abril de 2006. p. 146-164.
- GONÇALVES, Maria Filomena. « As ideias pedagógicas e linguísticas de António Pereira de Figueiredo: os manuscritos autógrafos da Biblioteca Pública de Évora ». In : Werner Thielemann ed. *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a região do Rio da Prata*. Frankfurt am Main, TFM, 2006b. p.133-152.
- GONÇALVES, Maria Filomena. « Ideas pedagógicas y lingüísticas en el liberalismo portugués: algunos apuntes ». In : *Actas del VI Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*. Cádiz, 2009. p. 279-294.
- GONÇALVES, Maria Filomena. « 'Desagravo' da gramática portuguesa (1820-1824) » – contribuições para uma historiografia das polémicas gramaticais em Portugal. In : BRITO, Ana Maria. (Org.) *Gramática: história, teoria, aplicações*. Porto : Universidade do Porto Faculdade de Letras, 2010. p. 169-190.
- GRANGER, Gilles-Gaston. « Introdução ». In : Descartes, René. *Discurso do método; meditações; objeções e respostas; as paixões da alma; cartas*. 2. ed. Tradução de Jacó Guinsburg e Bento Prado Junior. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 6-24.
- GRONDEUX, Anne. « Le latin et les autres langues au Moyen Âge : contacts avec des locuteurs étrangers, bilinguisme, interprétation et traduction (800-1200) », *Tous vos gens a latin. Le latin, langue savante, langue mondaine (XIV e-XVII e siècles). Etudes réunies et éditées par E. Bury (Actes du colloque Le latin, langue du savoir, langue des savoirs, org. par l'Université de Versailles-Saint-Quentin, Paris, 11-14 octobre 2000)*, Genève, 2005. p. 47-67.
- GRONDEUX, Anne. « La question des langues avant 1200 ». In : *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen-Age*, tome 117, n° 2, 2005. p. 665-695. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/mefr\\_1123-9883\\_2005\\_num\\_117\\_2\\_9381](https://www.persee.fr/doc/mefr_1123-9883_2005_num_117_2_9381)
- GUILLAUME, Jean-Patrick *et al.* « L'analyse grammaticale dans la tradition arabe classique ». In : Auroux, Sylvain (dir.), *Histoire des idées linguistiques*, t. 1 : *La*

- naissance des métalangages en orient et en occident*, Liège & Bruxelles : Mardaga, 1989. p. 260-282.
- GUNVOR, Sahlin. *César Chesneau Du Marsais et son rôle dans l'évolution de la grammaire générale*. Paris : Presses Universitaires de France, 1928.
- HACKEROTT, Maria Mercedes. *A passagem da Minerva para a Gramática Geral na história da gramática portuguesa*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, São Paulo, 1994.
- HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. Tradução de João Vergílio Gallerani Cuter. 3.ed. São Paulo : Martins Fontes, 2003.
- HOLTZ, Louis. *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical*. Paris, CNRS, 1981.
- HOLTZ, Louis. « Les parties du discours vues par les Latins ». In : L. Basset & M. Pérennec (éds), *Les Classes de mots, traditions et perspectives*. Lyon : Presses universitaires de Lyon, 1994. p. 73-92.
- HUMBERT, Jean. *Histoire de la langue grecque*. Paris : Presses Universitaires de France, 1972. (Coll. Que sais-je ? n° 1483).
- ILDEFONSE, Frédérique. *La naissance de la grammaire dans l'Antiquité grecque*. Paris : Vrin, 1997.
- ILDEFONSE, Frédérique. « Petite histoire de la Metabasis ». In: *Histoire Épistémologie Langage*, tome 20, fascicule 2, 1998. Théories des cas. p. 63-80. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_1998\\_num\\_20\\_2\\_2713](https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_1998_num_20_2_2713)
- ILDEFONSE, Frédérique ; LALLOT, Jean. « Grec *logos* : premières approches philosophiques et grammaticales de l'énoncé ». In : *Langages*, n° 205, 2017/1. p. 73-86.
- KEMMLER, Rolf. « A primeira gramática da língua portuguesa impressa no Brasil: a *Arte de grammatica portugueza* (1816) de Inácio Felizardo Fortes ». *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n° 44-45, 2013, p. 61-81. En ligne sur <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/603/372>
- KLIMA, Gyula. « The Medieval Problem of Universals ». *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.). En ligne sur <https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/universals-medieval/>.
- KOSSARIK, Marina. « Universalização de conceitos linguísticos como etapa da consolidação da ciência – contribuição dos filólogos portugueses ». *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n° 49, 2015. p. 162-200. Disponível em : <http://llp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/97>
- LALLOT, Jean. « Denys le Thrace, *Technē Grammatikē*. Introduction, traduction, notes ». In : *Archives et documents de la Société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage*, Première série, n° 6, 1985. p. 1-104. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0247-8897\\_1985\\_num\\_6\\_1\\_3343](https://www.persee.fr/doc/hel_0247-8897_1985_num_6_1_3343)
- LALLOT, Jean. *Apollonius Dyscole - De la construction (syntaxe)*. Histoire des doctrines de l'antiquité classique. Introduction, texte et traduction par Jean Lallot, vol. I et II. Paris : Vrin, 1997.
- LALLOT, Jean. *Denys le Trace. La grammaire de Denys le Trace*. Traduction et notes par Jean Lallot. Paris : Seuil, 1998.

- LALLOT, Jean ; COLOMBAT, Bernard ; ROSIER-CATACH, Irène ; BARATIN, Marc. « Dictionnaire de la terminologie linguistique : concordantia, congruitas, consequentia, katallèlotès ». In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 21, fascicule 2, 1999. Constitution de la syntaxe. p. 149-156.
- LARDET, Pierre. « Jules- César Scaliger (1484-1558), philosophe des savoir du langage et des langues ». In : SCALIGER, Jules-César. *Des causis de la langue latine*. Edition par Pierre Lardet, Geneviève Clérico, Bernard Colombat. Tome I, Introduction, texte latin, notes critiques, index, bibliographie. Genève : Droz, 2019. p. 11-142.
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Tradução de Marcos de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- LEITE, Marli Quadros. *O nascimento da gramática portuguesa : uso e norma*. São Paulo : Humanitas/Paulistana, 2007.
- LEITE, Marli Quadros. « Du portugais au latin : la place de la traduction dans *O Methodo Grammatical para todas as Linguas*, d'Amaro de Roboredo (1619) ». In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 33, fascicule 2, 2011a. Histoire des idées linguistiques et horizons de rétrospection - II. p. 145-166. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/AsPDF/hel\\_0750-8069\\_2011\\_num\\_33\\_2\\_3225.pdf](https://www.persee.fr/doc/AsPDF/hel_0750-8069_2011_num_33_2_3225.pdf)
- LEITE, Marli Quadros. « Considerações sobre uso e norma na gramática portuguesa – O methodo grammatical para todas as linguas (1619), de Amaro de Roboredo ». *Filologia e Linguística Portuguesa*, 13 (2), 2011b. p. 337-368. En ligne sur <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v13i2p337-368>
- LEITE, Marli Quadros. « A construção da norma linguística na gramática do século XVIII ». *Alfa. Revista de Linguística*, 55/2, 2011c. p. 665-684. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4745/4050>.
- LEITE, Marli Quadros. « Compendio de grammatica philosophica da língua portuguesa, de A. Da Costa Duarte : edições em confronto ». *Confluência*, n° 55, 2018. p. 99-130. Disponível em : <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/285>
- LEITE, Marli Quadros. *Anotações sobre o Compendio da grammatica philosophica*. . In : *Compendio da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza: Padre Antonio da Costa Duarte (6ª edição – 1877) / organizadores: Marli Quadros Leite, Arnaud Pelfrêne*. Coleção Gramáticas do Brasil, série 1, v.1. São Paulo, FFLCH/USP, 2018. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/218>
- LEITE JÚNIOR, Pedro. *O problema dos universais. A perspectiva de Boécio, Abelardo e Ockham*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2001.
- LEON, Jacqueline. « Proposition, phrase, énoncé dans la grammaire : parcours historique ». *L'information grammaticale*, n° 98, 2003. p. 5-16.
- LEVY, Edmond. « Apparition des notions de Grèce et de Grecs ». In : *ΕΛΛΗΝΙΣΜΟΣ : quelques jalons pour une histoire de l'identité grecque*. S. Saïd éd.. Actes du Colloque de Strasbourg (25-27 octobre 1989). Leyde : Brill, 1991. p. 48-69.
- LIBERA, Alain DE. *A Filosofia Medieval*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro : Zahar, 1990.
- LIBERA, Alain DE ; ROSIER-CATACH, Irène. « La pensée linguistique médiévale ». In : AURoux, Sylvain (dir), *Histoire des idées linguistiques*, t. 2 : *Le développement de la grammaire occidentale*. Liège : Mardaga, 1992. p. 115-186.

- LIBERA Alain DE. *La querelle des universaux de Platon à la fin du Moyen Age*. Paris : Seuil, 1996.
- LIBERA, Alain DE ; SEGONDS, Alain-Philippe. *Porphyre, Isagoge*. Paris : Vrin, 1998.
- LIBERA Alain DE. *L'Art des généralités. Théories de l'abstraction*. Paris : Aubier, 1999.
- LISBOA, Jordana Tavares Silveira. *Um estudo da Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa: uma história do panorama do horizonte de retrospecção de JSB*. Tese de doutorado. FFLCH/USP, 2020.
- LIZZINI, Olga. « Ibn Sina's Metaphysics », *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2019 Edition)*, Edward N. Zalta (ed.). En ligne sur <https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/ibn-sina-metaphysics/>
- LOPES, Edward. « Um protótipo de gramática gerativa portuguesa : a gramática de Soares Barbosa ». 30/ 31. São Paulo : Alfa, 1986/ 1987. p. 37-53.
- LUSIGNAN, Serge. « Le français et le latin aux XIII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles : pratique des langues et pensée linguistique », *Annales. Economies, sociétés, civilisations*, 42<sup>e</sup> année, n<sup>o</sup> 4, 1987. p. 955-967. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/ahess\\_0395-2649\\_1987\\_num\\_42\\_4\\_283427](https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1987_num_42_4_283427)
- LUPETTI, Monica. « A gramática racionalista em Portugal no século XVIII ». In : DUARTE, Sónia; PONCE DE LEÓN, Rogélio R.. *A gramática racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*. Porto : Universidade do Porto, 2015. p. 55-72.
- MAAT, Jaap ; CRAM, David. « Universal language schemes in the 17th century ». In : S. Auroux, E.F.K. Koerner, H.-J. Niederehe, K. Versteegh dir., *History of the Language Sciences*, vol. 1. Berlin, New York : De Gruyter, 2000. p. 1030-1043.
- MARQUES, Raquel do Nascimento. *A configuração do português na gramática de D. Jeronymo Contador de Argote, Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, São Paulo, 2016.
- MATTOS, Carlos Lopes DE. *Ockham, William. Seleção de obras*. Tradução de Carlos Lopes de Mattos. Coleção Os Pensadores. 2. ed. São Paulo : Abril Cultural, 1979.
- MOHRMANN, Christine . « Le latin médiéval », *Cahiers de civilisation médiévale*, 1<sup>e</sup> année n<sup>o</sup> 3, Juillet-septembre 1958. p. 265-294. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/ccmed\\_0007-9731\\_1958\\_num\\_1\\_3\\_1056](https://www.persee.fr/doc/ccmed_0007-9731_1958_num_1_3_1056)
- MORUJÃO, Carlos. « A logica modernorum: lógica e filosofia da linguagem na escolástica dos séculos XIII e XIV ». *Revista Filosófica de Coimbra*, n<sup>o</sup> 28, 2006. p. 301-322.
- MOURA, Teresa Maria Teixeira de. *As ideias linguísticas portuguesas no século XVIII*. Coleção Linguística 8. Vila Real : UTAD, 2008. En ligne sur [https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL\\_Lingu%C3%ADstica\\_8.pdf](https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_8.pdf)
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo : UNESP, 2002.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional : uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2.ed. rev. e atual. – São Paulo : Editora Unesp, 2005.
- PADLEY, George Arthur. *Grammatical Theory in Western Europe, 1500-1700. Trends in Vernacular Grammar I*. Cambridge : Cambridge University Press, 1985.



- PAILLARD, Denis. « De la reconnaissance ». In : *Antoine Culioli, un homme dans le langage : originalité, diversité, ouverture*. Actes du colloque de Cerisy-la-Salle. Dominique Ducard et Claudine Normand (Dir.), Collection l'Homme dans la langue. Paris : Ophrys, 2005. p. 169-183.
- PARIENTE, Jean-Claude. « Grammaire et logique à Port-Royal ». In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 6, fascicule 1, 1984. p. 57-75. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_1984\\_num\\_6\\_1\\_1176](https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_1984_num_6_1_1176)
- PARIENTE, Jean-Claude. *L'analyse du langage à Port-Royal : six études logico-grammaticales*. Paris : Minuit, 1985.
- PAVY-GUILBERT, Elise. « César Chesneau Du Marsais ou Dumarsais (1676-1756) », *Les contributeurs*, Édition Numérique Collaborative et Critique de l'Encyclopédie, 2014. En ligne sur <http://enccre.academie.sciences.fr>.
- PERCIVAL, W. Keith. « La connaissance des langues du monde ». In : AUROUX, Sylvain (dir.). *Histoire des idées linguistiques, t. 2 : Le développement de la grammaire occidentale*. Liège : Mardaga, 1992. p. 226-238.
- RABY, Valérie. « L'analyse de la phrase complexe dans la grammaire générale. Construction des catégories « proposition principale » et « proposition subordonnée » ». In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 24, fascicule 1, 2002. Grammaire et entités lexicales. p. 93-105.
- RABY, Valérie. « L'école de Port-Royal – Une grammaire pour toutes les langues ». In : *Les grands dossiers des Sciences Humaines*, n° 46, Les grands penseurs du langage, Éditions Sciences Humaines, 2017. p. 1-3.
- RABY, Valérie *et al.* « Repères pour l'approche de l'énoncé dans les traditions linguistiques ». In : *Langages*, n° 205, 2017/1. p. 11 - 26.
- RABY, Valérie. *Les théories de l'énoncé dans la grammaire générale*. Lyon : ENS Éditions, 2018.
- RABY, Valérie. « Le mot dans la grammaire générale (XVIIe-XVIIIe s.) ». In : COLOMBAT, Bernard et LAHAUSSOIS, Aimée. *Histoire des parties du discours*. Orbis/Supplementa. t. 46. Leuven-Paris-Bristol, CT, Peeters, 2019. p. 74-75.
- RICKEN, Ulrich. *Grammaire et philosophie au siècle des Lumières. Controverses sur l'ordre naturel et la clarté du Français*. Villeneuve d'Ascq ; Publications de l'Université de Lille III, 1978.
- ROBINS, Robert H. *Pequena história de linguística*. Tradução de Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro : Livro Técnico, 2013.
- ROSIER-CATACH, Irène. « La notion de parties du discours dans la grammaire spéculative ». In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 3, fascicule 1, 1981. Sémantiques médiévales : Cinq études sur la logique et la grammaire au Moyen Âge. p. 49-62. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_1981\\_num\\_3\\_1\\_1069](https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_1981_num_3_1_1069)
- ROSIER-CATACH, Irène. « La théorie médiévale des Modes de signifier ». In : *Langages*, 16<sup>e</sup> année, n° 65, Signification et référence dans l'antiquité et au Moyen Âge, 1982. p. 117-127.
- ROSIER-CATACH, Irène. *La grammaire spéculative des Modistes*. Lille : Presses universitaires, 1983.
- ROSIER-CATACH, Irène. « Grammaire, Logique, Sémantique, deux positions opposées au XII<sup>e</sup> siècle : Roger Bacon et les modistes ». In : *Histoire Épistémologie*

- Langage*, tome 6, fascicule 1, 1984. Logique et grammaire. p. 21-34. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_1984\\_num\\_6\\_1\\_1174](https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_1984_num_6_1_1174)
- SAHLIN, Gunvor. *César Chesneau Du Marsais et son rôle dans l'évolution de la grammaire générale*. Paris : Presses Universitaire de France, 1928.
- SANTOS, Maria Helena Pessoa. *As ideias linguísticas portuguesas na centúria de oitocentos*. 2 vols. Série Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.
- SCHÄFER - PRIEB, Barbara. *A gramaticografia portuguesa até 1822. Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. Coleção Linguística 14. Vila Real : UTAD, 2019. En ligne sur [https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2020/10/Lingui%CC%81stica\\_14.pdf](https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2020/10/Lingui%CC%81stica_14.pdf)
- SPADE, Paul Vincent. *Five texts on the mediaeval problem of universals: Porfírio, Boethius, Abelard, Duns Scotus, Ockham*. Indianapolis : Hackett, 1994.
- STEFANINI, Jean. « Aristotélisme et grammaire : le De Causis Latinae Linguae (1540) de J.C. Scaliger ». In : *Histoire Épistémologie Langage*, tome 4, fascicule 2, 1982. Statut des langues / Approche des langues à la Renaissance. p. 41-54. En ligne sur [https://www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_1982\\_num\\_4\\_2\\_1126](https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_1982_num_4_2_1126)
- STEFANINI, Jean. « Une étape dans l'histoire de la linguistique : la Minerva de Sanctius ». In : *Histoire de la grammaire*. Textes réunis par Véronique Xatard. Paris : CNRS, 1994. p. 97-107.
- SWIGGERS, Pierre. *Histoire de la pensée linguistique – Analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale de l'Antiquité au XIXe siècle*. Paris : PUF, 1997.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. 2. ed. Tradução de Celso Cunha. São Paulo : Martins, 2014.
- THOMAS, Margaret. « What do we talk about, when we talk about 'universal grammar', and how have we talked about it? ». In : *Chomsky (R)evolutions*, ed. by Douglas A. Kibbee, Amsterdam/ Philadelphia : John Benjamins, 2010. p. 301-314.
- TORRES, Amadeu. « A "Grammatica Philosophica" de Bernardo de Lima e Melo Bacelar ». *Revista Portuguesa de Filosofia*, T. 50, Fasc. 1/3, Jan. - Set., 1994. p. 459-466. Disponível em : <https://www.jstor.org/stable/40337101>.
- TORRES, Amadeu ; ASSUNÇÃO, Carlos. « Introdução ». In : OLIVEIRA, Fernão de. *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa : Academia das Ciências de Lisboa, 2000.
- TORRES, Amadeu. « Introdução ». In : BARBOSA, Jerónimo Soares. *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*, edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres. Lisboa : Academia das Ciências de Lisboa, 2004 [2003].
- TORRES, Amadeu. « O contributo conceptual das gramáticas filosóficas para a história da língua portuguesa ». In : *Linguística histórica e história da Língua portuguesa*. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva. Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2004. p. 385-395.

- TREDE, Monique. « Quelques définitions de l'hellénisme au IV<sup>e</sup> siècle ». In : 'ΕΛΛΗΝΙΣΜΟΣ : quelques jalons pour une histoire de l'identité grecque. S. Saïd éd. Actes du Colloque de Strasbourg (25-27 octobre 1989). Leyde : Brill, 1991. p. 70-80.
- VAN ROOY, Raf. « The diversity of Ancient Greek through the eyes of a forgotten grammarian. Petrus Antesignanus (ca. 1524/1525-1561) on the notion of “dialect” », *Histoire Épistémologie Langage*, tome 38, fascicule 1, 2016. Une autre langue globale ? Le néerlandais comme langue scientifique dans l'espace extra-européen (XVII<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles). p. 123-140. En ligne sur [www.persee.fr/doc/hel\\_0750-8069\\_2016\\_num\\_38\\_1\\_3547](http://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_2016_num_38_1_3547)
- WILLIAMS, Edwin Bucher. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Tradução de Antônio Houaiss. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

### **Dicionários**

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução da 1<sup>a</sup> edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão e tradução de novos textos por Ivone Castilho Benedetti. 6. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2018.
- ACADEMIE FRANÇAISE. *Dictionnaire*. 2<sup>e</sup> éd., Paris : Coignard, 1718 ; 4<sup>e</sup> éd., Paris : Brunet, 1762 ; 9<sup>e</sup> éd., Paris : Imprimerie Nationale, 1992-. En ligne sur <https://www.dictionnaire-academie.fr/>
- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Org. Paulo Geiger. Rio de Janeiro : Lexikon, 2011.
- AUROUX, Sylvain ; WEIL, Yvonne. *Nouveau vocabulaire des études philosophiques*. Paris : Hachette, 1975.
- AUROUX, Sylvain. *Les notions philosophiques – dictionnaire - dans Encyclopédie philosophique universelle*. Dir. André Jacob, tome 1, Paris : PUF, 1990.
- AUROUX, Sylvain ; WEIL, Yvonne. *Dictionnaire des Auteurs et des Thèmes de la Philosophie*. Paris : Hachette, 1991.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra : Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.
- DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de linguística*. 10. reimpressão da 1. ed. de 1978. Tradução Izidoro Blikstein. São Paulo : Cultrix, 2006.
- DUCROT, Oswald ; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. 3. ed. São Paulo : Perspectiva, 2001 [1972].
- NEVEU, Franck. *Dicionário de ciências da linguagem*. Tradução de Albertina Cunha e José Antônio Nunes. Petrópolis RJ : Vozes, 2008.
- REY, Alan *et al.* *Le nouveau Petit Robert de la langue française*. Paris : Dictionnaires Le Robert, 2008.
- SILVA, Innocencio Francisco da. *Dicionario Bibliographico Portuguez*. Tomo 3. Lisboa, Imprensa Nacional, 1859. Disponível em : <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008954&bbm/5423#page/352/mode/1up>

***Bases de dados digitais***

*Corpus des textes linguistiques fondamentaux*. B. Colombat (dir.), <http://ctlf.ens-lyon.fr/>

*Grand corpus des grammaires françaises, des remarques et des traités sur la langue (XIV<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècles)*, 2011. B. Colombat ; J.-M. Fournier ; W. Ayres-Bennett (dir.), Classiques Garnier Numérique.